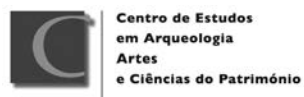




## S U M Á R I O

3	Apresentação	Comissão Científica do Encontro com a História
5	Homenagem aos mestres – Encontro com a História	Ana Paula Amendoeira
7	A dimensão cívica do historiador (O lugar do medievalista)	Hermenegildo Fernandes
15	À procura do Islão	Claúdio Torres
17	O busto de Júlio César de <i>Pax Iulia</i> . Persursos e debates em torno da fundação de Pax Iulia	Maria Conceição Lopes
25	Paisaje y territorio en la <i>Kūra</i> de <i>Labla</i> (Niebla, Huelva)	Juan Aurelio Pérez Macías
43	A dinastia omíada e a desarticulação da Lusitânia	Fernando Branco Correia
51	O sítio de Torre Velha 3 (Serpa): enterramentos atípicos em silos/fossas. Uma primeira abordagem	Lívia Vaqueira
57	Amarante na Idade Média: povoamento e desenvolvimento económico-social	Daniel José Soares Ribeiro
63	As casas de Mértola: dois mil anos de formas de habitar	Maria de Fátima Palma, Miguel Reimão Costa, Susana Gómez Martínez, Virgílio Lopes, Ana Costa Rosado
77	Los asentamientos agrícolas en al-Andalus y las formas de organizar el territorio	Antonio Malpica Cuello
87	A importância da gestão da água em época romana – o exemplo da Barragem do Álamo em Alcoutim	João Luís Cardoso e Alexandra Gradim
101	Os níveis medievais do sítio de Quinta de Crestelos (Mogadouro): agricultura e paisagem	João Pedro Tereso, Filipe Costa Vaz, Luís Seabra, Susana Cosme e Sérgio Simões Pereira
119	Sistemas de abastecimento de água na Silves Islâmica	Maria José Gonçalves
129	A Basílica Paleocristã e o edifício Palatino de St. <sup>a</sup> Marta das Cortiças (Falperra): as escavações de F. Russell Cortez e de J. J. Rigaud de Sousa	Mário Jorge Barroca, Andreia Arezes e Rui Moreira
149	A cerâmica no Gharb al-Andalus: seguindo os passos de Juan Zozaya	Susana Gómez Martínez
165	Coisas <i>Raras</i> na cerâmica do Gharb Al-Andalus	Maria José Gonçalves, Helena Catarino, Sandra Cavaco, Jaquelina Covaneiro, Isabel Fernandes, Catarina Coelho, Sofia Gomes, Jacinta Bugalhão, Susana Gómez Martínez, Isabel Inácio, Marco Liberato, Constança Santos e Claire Déléry
181	Del Magreb a al-Andalus: los beréberes en la marca superior (siglos VIII-XII)	Bilal Sarr
193	O meu coração abriu-se a todas as formas	Ana Caldas
197	«As manufacturas do Andalus excedem as de qualquer país do mundo» – curtumes, selas, adargas, estéticas em trânsito...	Franklin Pereira
203	Tumbas de santones y oratorios musulmanes de al-Andalus	Juan Zozaya

**Director:** Cláudio Torres • **Coordenadora:** Susana Gómez Martínez • **Conselho Científico:** António Borges Coelho, Cláudio Torres, José Luís de Matos, José Mattoso, Manuel Luís Real, Maria da Conceição Lopes, Santiago Macias, Susana Gómez Martínez e Virgílio Lopes • **Conselho de Redacção:** Cláudio Torres, Lígia Rafael, Maria de Fátima Palma, Miguel Reimão Costa, Susana Gómez Martínez e Virgílio Lopes • **Apoio:** Câmara Municipal de Mértola, Centro de Estudos das Universidades de Coimbra e Porto e Fundação para a Ciência e a Tecnologia.



**Capa e Design Gráfico:** Gil Maia

**ISSN:** 0872-2250-14

**N.º de edição:** 1871

**Depósito legal:** 66923/93

**Edição:** Edições Afrontamento, Lda. – Rua Costa Cabral, 859 – 4200-225 Porto – Portugal

**Telefone:** 351 22 5074220 – Fax: 351 22 5074229

**e-mail:** geral@edicoesafrontamento.pt

**Impressão e acabamento:** Rainho & Neves, Lda. – Santa Maria da Feira

**e-mail:** geral@rainhoeneves.pt

**Data da publicação:** Maio de 2018

# APRESENTAÇÃO

COMISSÃO CIENTÍFICA DO ENCONTRO COM A HISTÓRIA\*

Os dias 17 e 18 de Junho de 2016, teve lugar em Mértola o «Encontro com a História», uma reunião científica que teve como objectivo principal homenagear um grupo de Mestres que marcou profundamente as gerações que se seguiram de arqueólogos e historiadores: António Borges Coelho, José Luís de Matos, José Mattoso, Jorge de Alarcão, Cláudio Torres e Juan Zozaya. Esta foi a última oportunidade que tivemos de reunir todo este conjunto de homens memoráveis: em Janeiro de 2017, Juan Zozaya abandonou-nos, deixando em nossas mãos para publicação o seu último texto, que encerra este livro de actas. Não conseguimos expressar o nosso pesar por esta enorme perda. Sirva este volume como singela homenagem; bem gostaríamos que fosse maior.

Todos os textos deste número da revista *Arqueologia Medieval* correspondem a comunicações e posters apresentados durante o referido «Encontro com a História» e abarcam temáticas diversas relacionada com território, povoamento, formas de habitar e de amanho a terra, o aproveitamento dos recursos e o quotidiano e os seus artefactos.

No entanto, abrem o volume três textos de reflexão e homenagem a estes homens singulares: primeiro a locução de abertura da homenagem, em segundo lugar a intervenção da Directora Regional da cultura do Alentejo, Ana Paula Amendoeira, e em terceiro lugar uma reflexão de Hermenegildo Fernandes sobre o papel cívico do historiador e o exemplo que estes nossos mestres nos ensinaram.

## HOMENAGEM AOS MESTRES, LOCUÇÃO DE ABERTURA

Seria escusado explicar porque reunimos estas seis pessoas excepcionais, intimamente ligadas ao Campo Arqueológico de Mértola e aos membros da Comissão Científica que organizou esta homenagem, mas vale a pena lembrar alguns tópicos dos elos que nos unem aos seus percursos.

É bem conhecida a importância que para a história e para a arqueologia medieval em geral, e para o projecto de Mértola, em particular, tiveram António Borges Coelho, José Luís de Matos e Cláudio Torres, que em 1978 eram professores da Universidade de Lisboa, e que pela mão dum autarca corajoso, António Serrão Martins, iniciaram a grande e duradoura festa que trouxe para esta pequena Vila Museu do Alentejo uma utopia única e fértil em tantos aspectos.

O professor António Borges Coelho publicara já a primeira abordagem do período islâmico em Portugal: o conjunto de textos «Portugal na Espanha Árabe». Por sua vez, a intervenção de José Luís de Matos no Cerro da Vila, no Algarve, foi a primeira escavação de Arqueologia Islâmica que se fez em Portugal. Em Mértola, tudo começou com a descoberta, pelos três professores, de pequenos cacos de época árabe no exterior do Castelo de Mértola. A partir de 1978, passaram a vir para esta vila em todas as férias de verão, dezenas de estudantes de Arqueologia e História, alunos de Cláudio Torres, e que aqui, pela primeira vez, tiveram contacto com uma ciência que até então não existia: a Arqueologia Medieval. O que aqui se pretendia era aclarar um período histórico desde sempre ignorado: o período entre a queda de Roma até à chamada Reconquista Cristã.

Na altura, o projecto de Mértola era o corolário lógico de uma outra grande festa: os Centros de Apoio com os quais, após o 25 de Abril, a Faculdade de Letras da Universidade saía de Lisboa para irradiar o ensino superior à periferia, a cidades como Funchal, Castelo Branco, Beja e Faro, onde esta experiência antecedeu a criação da Universidade do Algarve.

Outra das utopias que levaram ao interior esquecido sonhos de desenvolvimento cultural, trouxe da Universidade de Coimbra para o Alentejo, o professor Jorge Alarcão que, em São Cucufate, formou muitos dos professores que hoje leccionam Arqueologia em Portugal e grande parte dos arqueólogos que cuidam do património cultural por todo o país.

A cumplicidade entre estes dois projectos irmãos e o apoio do professor Alarcão foram fundamentais para o reconhecimento da experiência de Mértola no âmbito académico e para um casamento, consumado finalmente em 2007, com a fusão de duas Unidades de Investigação, o Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto e o Campo Arqueológico de Mértola, num único Centro em Arqueologia Artes e Ciências do Património ao qual veio unir-se também a Universidade do Algarve.

O projecto de Mértola recebeu a mesma cumplicidade e apoio do professor José Mattoso. A marca que o professor deixou com os seus ensinamentos na Universidade Nova de Lisboa, no Instituto de Estudos Medievais, na Torre do Tombo e nas muitas comissões que chefiou, têm o seu cume no impacto dos seus textos, com especial destaque para a sua «Identificação de um País, Ensaio Sobre as Origens de Portugal. 1096-1325», que ultrapassaram largamente o público da especialidade para marcar o pensamento actual sobre o que é Portugal. José Mattoso morou durante alguns anos em Mértola, e deixou-nos um legado valiosíssimo de lembranças e saberes, e o espólio ímpar da sua biblioteca.

No caso da arqueologia medieval portuguesa, não foi menos importante o papel de Juan Zozaya, que a partir dos cursos de inícios dos anos 80 na Universidade de Évora, trouxe novas metodologias e dignidade a uma disciplina que ali nascia nessa época. Mas, mais importante do que isso, foi o apoio que deu desde o início à arqueologia medieval portuguesa nos foros internacionais, por exemplo, defendendo que fosse realizado em Portugal o IV congresso Internacional de Cerâmica Medieval no Mediterrâneo, que teve lugar na Fundação Calouste Gulbenkian em 1987.

Todos eles representam uma forma diferente de olhar para o passado. Um olhar preocupado não apenas com o documento escrito ou com a descrição do artefacto desenterrado pelas escavações arqueológicas, mas centrado nas pessoas que viveram nestas terras e que construíram o nosso presente. Para eles, e usando palavras do próprio José Mattoso, ensinar e fazer História não é apenas «uma forma de ganhar a vida», tem qualquer coisa de profundo, é uma via para a compreensão da existência humana.

Todos eles nos transmitiram, nos transmitem ainda, preciosos conhecimentos, métodos e técnicas de trabalho mas, sobretudo, nos ensinaram valores, e a importância e a dignidade de sermos historiadores. A todos eles o nosso obrigado.

#### **\* A comissão científica do Encontro:**

Fernando Branco Correia, Filomena Barros,  
Helena Catarino, Hermenegildo Fernandes,  
João Pedro Bernardes, Luís Filipe Oliveira,  
Maria da Conceição Lopes, Mário Barroca,  
Santiago Macias, Susana Gómez Martínez,  
Virgílio Lopes

António Borges Coelho, 1928-  
José Luís de Matos, 1932-  
José Mattoso, 1933-  
Jorge de Alarcão, 1934-  
Cláudio Torres, 1939-  
Juan Zozaya, 1939-2017



Fonte: Jorge Branco, Câmara Municipal de Mértola.



# HOMENAGEM AOS MESTRES – ENCONTRO COM A HISTÓRIA, 17 JUNHO 2016

**ANA PAULA AMENDOEIRA**

Senhor Presidente da Câmara Municipal

Senhora Reitora da Universidade de Évora

Senhor Reitor da Universidade do Algarve e de Coimbra, Senhor Director da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Senhores Professores António Borges Coelho, José Luís de Matos, José Mattoso, Jorge de Alarcão, Cláudio Torres e Juan Zozaya

Caros membros do Comité Científico, da organização e oradores neste colóquio

Caros convidados, senhoras e senhores

Eis-nos de novo em Mértola, sempre nos chegam as melhores razões e as melhores emoções para voltar a este lugar que nos prova que o possível é muito mais do que a realidade. Hoje é-nos proposto um encontro com a História e com os seus Mestres, com os nossos Mestres. Para quê? Para lhes agradecermos o que nos deram, mas sobretudo para agradecermos o que nos obrigaram a conseguir, a conquistar, a criticar, a não aceitar, a por em perspectiva, a problematizar, a questionar, agradecer porque nos ajudaram a viver correndo os riscos, sem neutralidade mas com objectividade e com objectivos. E tudo porque em algum momento das nossas vidas nos provocaram a paixão da História, nos ensinaram a aprender o ofício de historiador, ou tão simplesmente nos mudaram a visão do passado e por isso também a do presente.

Quer Porque com eles aprendemos directamente, porque fomos seus alunos, como me aconteceu com o meu querido professor António Borges Coelho ou porque uma longa e profunda relação pessoal de amizade e de admiração sem fim, nos muda de forma irreversível para a vida, como me tem acontecido com o Professor Cláudio Torres, ou porque nunca mais vimos do mesmo modo o país depois de conhecermos obras essenciais e percursos de vida como é o caso do Professor José Mattoso, ou porque uma ligação forte a Mértola e importantes contributos para este projecto nos fazem ficar para sempre com profunda admiração como é o caso dos Professores José Luís de Matos e do Professor Juan Zozaya com o seu contributo para a arqueologia medieval, ou porque uma dívida que não se paga nos ligará sempre num reconhecimento ao conhecimento do Alentejo, que nunca mais poderemos ver da mesma forma depois do Professor Jorge de Alarcão ter escutado o chão desta terra e depois do que sobre ela escreveu e disse. Difícil ofício este, de historiador.

Como dizia Paul Veyne no seu já longínquo ensaio de epistemologia, de 1970. O perigo com a História é que ela parece fácil e não o é. Ninguém se aventura a improvisar-se físico porque para isso todos sabemos por exemplo, que é necessária uma grande formação matemática; pois apesar de menos espectacular, nem por isso é menor a necessidade, para um historiador, de uma experiência histórica.(...) O historiador pecará menos pelo que afirma do que pelo que deixa de investigar. A dificuldade da história está menos em encontrar respostas do que em encontrar perguntas. O físico é um pouco como Édipo: é a esfinge que interroga, enquanto a ele cabe encontrar a resposta correcta; o historiador é mais como Perceval: tem o Graal aí, diante dele, debaixo dos seus olhos, mas este não se lhe revelará a não ser que ele faça a pergunta certa.

Quem de facto construiu Tebas? (...)

Os outros, de quem não se quer ou não se pode saber, os outros ou seja no fim de contas, os nossos, são esses que os Mestres perseguem, sem neutralidade, para os trazerem para o presente e para o futuro, para transformarem o nosso tempo. Cita-se recorrentemente, a este propósito, Marc Bloch, grande mestre e símbolo para todos os historiadores contemporâneos quando ele escreveu que a incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado, mas esquece-se com frequência a sua frase seguinte: «Mas talvez não seja menos vão esgotar-se em compreender o passado se nada se sabe do presente e da vida».

É por isso que ao contrário dos antiquários que apenas têm olhos para as coisas antigas, os nossos mestres amam a vida.

Estes nossos Mestres ampliaram a noção de documento, abandonaram a ideia de tempo linear que nos quis fazer acreditar que há um percurso unívoco do atraso para o desenvolvimento e para a civilização, abandonaram a ideia da neutralidade do historiador para perceberem quem tinha afinal construído Tebas e ajudar-nos a perceber quem continua a construí-la hoje. E no lugar de Tebas, poderia Brecht ter perguntado quem construiu Mértola? Foram Os outros? E quem eram os do Islão, esses que sempre nos disseram que nos tinham invadido? Eram os outros? Não, éramos afinal nós? Saber sobre o presente ajuda-nos também e tanto a compreender o passado.

A ruptura entre a busca da verdade e a busca do bem foi talvez o que de mais fatídico aconteceu à ciência moderna, porque aquela separada desta levou afinal ao reducionismo como desconhecimento activo da complexidade, em nome do rigor da verdade. O rigor da verdade transformou-se muitas vezes apenas na verdade do rigor. Não é que nós não precisemos de rigor, o que não precisamos é da monocultura do rigor científico moderno que põe até em causa a independência das práticas e das instituições científicas. A autonomia é hoje um dos problemas da ciência. O compromisso com a objectividade serve para fundar e para legitimar a objectividade do compromisso, para termos razões pelas quais nós temos uma posição ou outra. O historiador sendo objectivo tem que saber de que lado está e porquê. Não há objectividade sem objectivos. Também aprendemos com os nossos mestres a substituir o conhecimento heróico pelo conhecimento edificante, um conhecimento que não é estranho, indiferente às consequências desse mesmo conhecimento, a ideia de que o possível é mais rico do que o real e a ideia do «ainda não» que funda o princípio da esperança. Nos nossos tempos há espera mas custa-nos a encontrar a esperança. É o ainda não que nos impede a aceitação do que existe, seja por conformismo, que é a forma mais neutra dessa aceitação, seja por situacionismo que é a celebração activa e total do que existe, seja por cinismo que é um conformismo com má consciência.

Até nos tempos sombrios como são também os nossos, temos, como dizia Hannah Arendt, «o direito de ter esperança em ver alguma luz, e é bem possível que essa luz não venha tanto das teorias e dos conceitos, como da chama incerta, vacilante e muitas vezes ténue, que alguns conseguem alimentar em quase todas as circunstâncias e projectar em todo o tempo que lhes é dado viver neste mundo». Há pessoas que cruzam as nossas vidas para nos iluminarem.

# A DIMENSÃO CÍVICA DO HISTORIADOR (O LUGAR DO MEDIEVALISTA)

HERMENEGILDO FERNANDES\*

## I.

Alguma coisa há, na escolha dos mestres, que está para lá da vontade dos próprios. Em certa medida, é certo, porque as boas regras das velhas corporações ditam que sejam os pretendentes a discípulos a proporem-se, o que faz com que a cadeia de transmissão no conhecimento tenha alguma coisa de inverso à sucessão genealógica. Mas, sobretudo, porque, como as seis personagens de Pirandello que em 1921 procuravam autor, há em todos os praticantes de todas as áreas do conhecimento uma necessidade irreprimível de filiação. Alguns desses mestres, com que pacientemente arquitectamos um altar doméstico de referências e a quem sacrificamos, mesmo quando os revemos ou, no limite, negamos, são-nos familiares. Privámos com eles, escutámos-lhe textos ainda por escrever, fizemo-los ouvintes de confidências. Com outros, já desaparecidos, mantemos relações imaginárias e unilaterais, assentes na leitura de obras que, conjugadas em combinatórias tão irrepetíveis como as impressões digitais, vêm a constituir o nosso mapa mental. Esse mapa é a-histórico, no sentido em que se compõe de mortos e vivos, de mestres que conhecemos e de outros que viveram e ensinaram há muito tempo, sem que isto corresponda, pelo menos para este autor, a nenhuma estratigrafia de progresso científico ditada pelas leis inexoráveis de uma coisa como «os avanços do conhecimento» ou a «inovação». O único critério sendo o das afinidades electivas entre oficiais da mesma corporação, o sistema de referências acaba por dispor-se sem outra ordem aparente que a do tópico, Ibn Khaldun podendo coabitar com C. Geertz, por entre os seis séculos que os separam.

\* CH/FLUL – Universidade de Lisboa.

No caso do Campo Arqueológico de Mértola (CAM), a quem este texto se dedica, e que é aqui a *persona colectiva* à procura do seu autor, como em muitos outros casos, essa filiação é plural, não obstante a centralidade inequívoca de Cláudio Torres. A decisão de homenagear em simultâneo seis mestres, ele e outros cinco, assume-se assim como escolha voluntária de uma paternidade. Como se de uma composição coral se tratasse a diversidade das vozes e dos percursos conta em simultâneo tanto as várias histórias individuais que a compõem como a história singular do CAM, tal como os registos diferenciados no filme de Mizoguchi de 1946, «Cinco Mulheres em Volta de Utamaru», convergem numa única narrativa. É essa narrativa comum, assim como o que ela nos pode revelar acerca do lugar do historiador, que aqui nos interessa.

## II.

Em primeiro lugar, o elenco dos mestres: António Borges Coelho (1928), Cláudio Torres

(1939), Jorge Alarcão (1934), José Luís de Matos (1932), José Mattoso (1933), Juan Zozaya (1939-2017, mas ainda vivo e presente na sessão de homenagem feita em Mértola em 18/6/2016). O conjunto é diverso, o que coloca ainda mais o assento tónico menos nas suas obras específicas do que nas coerências que o CAM encontrou nelas e diz porventura mais respeito a este do que a eles próprios. Observemos as regularidades. Geração da segunda metade do entre guerras (nascida de 28 a 39, todos menos um nos anos 30), atingira a plena maturidade científica quando o CAM despontava no início da década de 80, quer no domínio da História quer no da Arqueologia. Registem-se ainda alguns circuitos partilhados em subconjuntos de geometria variável: a esquerda do pós-guerra antifascista e neorrealista de A. Borges Coelho, o republicanismo familiar em Zozaya, o catolicismo progressista de J. L. de Matos e de J. Mattoso, o PCP de Borges Coelho, de C. Torres e de Jorge Alarcão (não obstante os diferentes níveis de integração e participação, matriz comum a vários deles). No cruzamento de todas estas correntes está, de certo, o ADN intelectual da experiência que foi e tem sido o Campo.

A última coincidência entre todos, a mais óbvia e que funciona como uma espécie de trama comum a dar significado às opções ideológicas, é a trajectória na arqueologia e na história e, em particular na história medieval que foi o período de investigação de quatro deles, dominou toda a fase inicial da obra de outro (A. Borges Coelho) e ocupa lugar relevante na investigação de Jorge Alarcão, o único não oficialmente medievalista, mas que começou por se dedicar à Idade Média e tem nos últimos anos regressado a ela. A experiência de Mértola, isto é, do Campo, e do Campo enquanto exercício de arqueologia e história em ligação permanente com a comunidade que o acolhe, funciona como o lugar onde coincidem os projectos de uma cidadania interventiva politicamente situada à esquerda e uma visão do pas-

sado que reinterpreta as origens medievais das nacionalidades ibéricas, e, em particular, a portuguesa, num contexto que recusa a visão da historiografia nacionalista centrada na Reconquista que tinha tido a sua última formulação durante o Estado que se disse Novo. Desse ponto de vista, parece particularmente influente o pensamento de A. Borges Coelho que contém em potência, já nos anos 60 e 70, tudo o que havia de ser o CAM: a atenção aos pequenos e aos minoritários e perseguidos; o alargamento do questionário histórico ao estudo de um al-Andalus que entende como parte fundamental da formação da identidade portuguesa; um modelo oficial que dá especial relevância aos estudos de caso e à componente material do processo histórico. Para tudo isto Mértola foi o caldo de cultura ideal. Aí a paixão pela Idade Média e pela História pode encontrar-se com uma política feita de proximidade às populações e em certo sentido de recusa do mundo representado pela Universidade.

De resto há alguma coisa de eremitério na experiência de Mértola: a forma como alguns dos seus protagonistas viveram os anos 60 e 70 não deixa de lembrar os franciscanos espirituais e, no seu inicial isolamento, antes que o sucesso do CAM a transformasse num caso mediático, a analogia com as experiências monásticas medievais parece tentadora. Aí chegado já com a experiência avançada, José Mattoso foi seguramente aquele que a levou mais assumidamente nessa direcção.

### III.

Desta experiência interessava-me reter aqui o que talvez constitua o comum do comum: a relação entre o empenhamento cívico e a função do historiador. Procuro sobretudo perceber como nos pode hoje interpelar essa experiência. Como nos interrogam os mestres do CAM? Porque não tem a geração seguinte, a que tendo nascido nos anos 60 era muito jovem aquando da fundação do Campo e cresceu já intelectualmente no Portugal democrático, o mesmo grau de intervenção (a maior parte de nós qualquer intervenção)? Qual é o papel da história na sociedade contemporânea? E em especial qual é o papel da história não contemporânea, aquela que justamente esses mestres praticaram, sempre a partir de questionários esses sim contemporâneos?

A adopção do ponto de vista do historiador da Idade Média é aqui voluntária e não decorre apenas da especialização dominante entre os pais do CAM, ou do lugar central que esse período tem nas actividades científicas aí desenvolvidas (na verdade talvez fosse mais rigoroso dizer na sua desconstrução, que o CAM sempre foi mais sensível às continuidades, às perspectivas de longa duração e a uma relação próxima com a etnografia). O que me interessaria antes vincar seria o papel do historiador que se dedica a cronologias mais distantes do que a contemporânea, papel que a acção do CAM e dos seus mestres bem ilustra durante os últimos decénios e que tem sofrido uma considerável mutação durante esse mesmo lapso de tempo. Atrevo-me a pensar que isto equivale a discutir em si o papel da História, porque estou certo que ela não existe sem a dimensão do tempo longo, em primeiro lugar, e porque estou igualmente seguro de que qualquer indivíduo ou sociedade resulta de processos complexos de

sedimentação, em que as últimas camadas, sendo as mais visíveis, não são, necessariamente, as mais relevantes para compreender a estratigrafia. Escavar à superfície, ou, muito pior, não escavar de todo, constitui assim a pior forma de miopia porque nos impede de compreender.

Nesta acepção, o medievalismo, reconhecendo-o como construção historiográfica, serve tão bem o argumento como qualquer outra diligência de escavar o passado tendo em atenção níveis menos recentes. Aliás, muitos antes de nós pensaram assim. Nos processos de refundação que conduzem à emergência dos estados liberais em Oitocentos, o medievalismo, porque investigava as origens remotas desses estados, buscando-as para além da ordem social que agora se recusava, teve um lugar central. Em Portugal, de Herculano a Mattoso, nas sucessivas refundações nacionais portuguesas que conduzem do liberalismo à democracia, a Idade Média aparece como a matriz originária de onde saem os caracteres fundamentais da identidade portuguesa, na oposição entre o poder central e os poderes locais ou entre norte e sul. Creio, nesse sentido, que a História colectiva dirigida por José Mattoso fecha um ciclo, sendo este, a esta data, o último historiador com uma repercussão pública que o pode colocar ao nível dos seus pares de Oitocentos e mesmo de Novecentos. Isso mesmo foi reconhecido pela atribuição do Prémio Pessoa a ele e depois também a Cláudio Torres, distinção que nos parece vir em sinal contrário da preferência institucional por cronologias mais recentes. Já o inequívoco reconhecimento público da obra de Borges Coelho deverá ser colocado num contexto mais alargado, pelo papel que a História moderna aí tem e, ultimamente, graças à sua extraordinária longevidade enquanto historiador (activo há mais de meio século), pela aventura de uma História de Portugal de autor único, exercício que a nova geração julgaria já não ser possível.

De qualquer modo, cronologicamente não pode passar despercebido que a integração portuguesa na Europa, nas suas várias fases a partir de 1985, coincide com o eclipse do medievalismo. Não há, evidentemente, nenhuma relação de causa efeito necessária entre os factos, o ponto sendo que isso não deriva da integração na construção europeia mas da dissolução interna da própria Europa, paradoxalmente concomitante com o aprofundamento das instituições europeias e o alargamento a um novo conjunto de países com experiências históricas jovens enquanto estados nacionais. Creio que essa dissolução interna radica entre outros factores numa crise identitária, isto é de memória, ela própria resultante da evanescência dos diversos discursos historiográficos nacionais e da incapacidade de os substituir por uma narrativa unificadora coerente. Daí decorre a tentação do tempo curto, no limite do imediato, que recentemente vem favorecendo perspectivas globais.

Do que não pode haver dúvida é da repercussão das agendas de investigação que, no novo milénio, passam a ter um papel determinante nos rumos assumidos na historiografia. No que à História diz respeito essa agenda (na verdade um somatório de várias sucessivas agendas) assenta em escolhas múltiplas mas todas convergentes, como se de um sistema de bonecas russas se tratasse: subalternização de toda a história pré-moderna (aqui no sentido inglês do termo) e de tudo o que não seja contemporâneo, no limite, imediato, dentro da História enquanto disciplina; menorização

da História no quadro das ciências Humanas e Sociais; secundarização das ciências Humanas e Sociais no quadro geral das ciências; e claro, o corolário disto tudo, valorização da investigação aplicada sobre a fundamental, mesmo no interior das ciências duras.

O impacto destas escolhas começa já hoje a ser evidente sobretudo porque, numa sociedade em que a reprodução da memória é assegurada desde a Antiguidade pelo género histórico, a menorização disciplinar deste só pode conduzir a um processo generalizado de obliteração da memória colectiva. Poderíamos aliás ir mais longe e considerar o impacto dessa obliteração no processo de dissolução da Europa e, no limite, pensá-la como uma forma de o concretizar, a Europa velha dos estados nação dando lugar a uma nova, aproximável de um modelo imperial (por isso mesmo oposto ao modelo do estado nação). Algo que é mais do que uma impressão fica, em todo o caso, do exame das agendas: um novo modelo de relação da sociedade com o seu passado emerge, marcado pela memória de curta duração e por aquilo a que de uma forma equívoca é hábito chamar utilitarismo.

No utilitarismo reside, de resto, o principal argumento justificativo da nova ordem das ciências. Dele decorrem directamente: a marginalização das ciências sociais (no polo oposto, as ciências da vida alimentadas pelo grande mito contemporâneo da imortalidade passam a ocupar um primeiro lugar inquestionável); a marginalização do conhecimento não imediatamente aplicado e a mitificação do útil; a marginalização da memória da longa duração que tem por sua vez como resultado um triunfo do imediato e da miopia cronológica. A este último respeito, tome-se como exemplo precoce as opções cronológicas da agenda de investigação da única instituição universitária dependente da Comissão Europeia, o Instituto Universitário Europeu de Florença: no seu departamento de História, um dos quatro que o constituíram num momento em que

a disciplina parecia ainda fundamental para a formação dos jovens quadros europeus, ficou sempre excluída toda a área de trabalho anterior à abertura do mundo, isto é, os campos disciplinares que nos países latinos qualificamos de História Antiga e Medieval.

Mais recentemente, o impacto do alargamento a uma Europa que viveu até à primeira guerra mundial fora dos quadros dos estados nacionais, como parte de um dos sistemas imperiais dominantes a leste (o alemão, o austro-húngaro, o otomano, o russo) parece-me ter contribuído para adensar a redefinição do papel da História na identidade europeia. Isto, já porque nesses países a memória nacional não coincide com a do estado, na sua versão nacional ou plurinacional; já porque aí as construções políticas são muito mais voláteis do que a ocidente; já, finalmente, porque a história convoca de forma generalizada traumas muito recentes que importa obliterar ou reinterpretar. É, em todos os casos, um terreno perigoso e politicamente sensível por isso vulnerável à manipulação e aos usos presentes. Em certo sentido menos história enquanto disciplina que usos do passado.

De tudo isto decorrem alguns corolários. O primeiro, o da falência das histórias nacionais, já perceptível nos programas escolares, em prol de uma suposta história europeia conduzindo de facto ao vazio da história, a Europa sendo incapaz de as substituir por uma narrativa europeia. O que, aliás, era inevitável, as únicas duas narrativas disponíveis não sendo aceitáveis por todos, isto é, o império romano, que não faz parte do passado de uma parte importante da Europa que estava então *extra limes*, e o papado, que deixa de fora a cristandade oriental e, fazendo parte da história de todos no mundo latinizado, não pode, desde o século XVI, ser aceite como referência por uma parte dele.

Esta ausência de referências históricas capazes de conferir identidade (e que a vacuidade de conceitos como «Ocidente» não permite pre-

encher) é acentuada pelo uso acrítico, e por ventura mesmo inconsciente, da velha ideologia da *translatio*, assente na ideia de sucessão de dominações imperiais e da transferência política e cultural de polos hegemónicos do Mediterrâneo para o Norte, isto é, para a Europa. Quando esse discurso teve início, em torno do ano 1000 e do nascimento do Sacro-Império Romano Germânico, era um projecto de futuro muito mais do que realidade, escondendo de facto a continuidade do predomínio cultural e económico e político do Mediterrâneo, islâmico e bizantino. Demorará muito tempo antes que esse projecto encontre paralelo na realidade, o que de qualquer forma não se consuma antes do século XVIII. O discurso da sucessão das hegemonias e de uma *translatio* através da qual o centro civilizacional se tivesse transferido do Mediterrâneo para a Europa do Norte, e com ele a legitimidade da dominação, apresenta no entanto o problema de não ser verdadeiro, ou, mais precisamente, de a sua veracidade necessitar de aferição histórica e cronológica. Pelo que as consequências de uma visão da história que reinventa o passado através da *translatio* só podem ser resolvidas através da própria História e, em particular daquela que coloca o estudo dos fenómenos na longa duração.

#### IV.

Um dos resultados imediatos dessa visão é o da marginalização do Mediterrâneo e, como seu corolário, a invenção do conceito «Europa do sul» enquanto periferia, projectado retrospectivamente como matriz para uma leitura da história europeia do segundo milénio (senão já da segunda metade do primeiro). Para avaliar da artificialidade do conceito bastará, a título de exemplo, examinar as cartas de Trezentos e Quatrocentos publicadas pelo visconde de Santarém em Paris em 1849 (veja-se, entre outras, a Carta Catalã de 1375, conservada na Biblioteca Nacional de Paris e publicada no *Atlas*, monumento CXVI) e perceber o diferencial de qualidade entre a percepção do Mediterrâneo e do Báltico, por exemplo. Se o conhecimento funcionar como referencial de centralidade, é naquele, e não neste, que ela então residia. Já Braudel judiciosamente avisara quanto aos perigos de enterrar o Mediterrâneo demasiado cedo, prevenção ignorada, de resto, mesmo pelo *mainstream* da historiografia medievalista francófila sua contemporânea e da geração imediatamente posterior: se consultarmos sínteses dos anos 60 e 70 saídas com a pretensão de historiar o «Ocidente Medieval» (vejam-se as de Duby, Fourquin e Fossier), as penínsulas, ibérica e itálica, ficam de fora do quadro de análise (e de fontes e de bibliografia). O que, na verdade, tem um implícito, o de que se pode falar no «Ocidente» sem ter em conta a sua vertente meridional, o mesmo é dizer, que esta não é parte substantiva dele. Através desta operação fez-se uma *translatio* retrospectiva, isto é, transferiu-se para o passado medieval, antecipando-a de vários séculos, a hegemonia política, cultural e económica da Europa do norte. Com algumas ressalvas clássicas, claro, a da Itália do Renascimento sendo a mais evidente. Quanto à Península Ibérica, ficou confinada a uma área específica do conhecimento histórico, a dos hispanistas. A definição deste apartado significa não só o reconhecimento da autonomia e especificidade de um campo de estudo, mas também uma exclusão da sín-

tese que ensaios como os de P. Guichard, ou, mais recentemente, de C. Wickham, vieram contrariar. Dito de outra forma, a própria historiografia da Idade Média contribuiu para reinventar a memória do passado à luz do mito da *translatio*, construindo raízes arcaicas para uma realidade contemporânea.

Outra das áreas regionais objecto de operação similar foi a do Mediterrâneo islâmico, que, partilhando do mesmo destino do cristão, tem ainda contra si um milénio de sedimentos cruzadísticos os quais, combinados com as dominações coloniais que sucedem ao domínio imperial otomano, sob forma directa ou na de protectorado, tendo o seu prólogo no período napoleónico para só se resolverem com os nacionalismos árabes de meados do século XX, o remeteram para uma dupla periferia historiográfica. Se todo o Mediterrâneo é uma periferia, a islamização progressiva (rápida do ponto de vista político) da sua margem sul e de alguns segmentos (italianos e ibéricos) da sua margem norte entre os séculos VII e IX, fez pior do que tornar essas áreas periféricas: excluiu-as de um horizonte explicativo comum de onde nunca deveriam ter saído pela simples razão de a história das duas margens ter continuado sempre inextricavelmente ligada. Essa exclusão é empobrecedora porque reduz os âmbitos espaciais e sociológicos da observação limitando as possibilidades de perceber como sociedades com modelos de organização tendencialmente divergentes resolvem problemas análogos ou comuns. É perigosa porque ao reificar uma ideologia de mútua exclusão a transforma no próprio real, ou mais precisamente, na totalidade do real, esquecendo os domínios de interacção, subsumidos numa espécie de lógica eterna do conflito, sintetizada recentemente no debate particularmente deslocado do «choque de civilizações». Por sua vez, as respostas podem não ser as mais convincentes, a lógica do conflito dando aqui lugar à da «convivência», formulação em si também redutora e desfocada porque inventora de uma espécie de paraíso perdido da tolerância que, na forma em que foi sonhado, nunca existiu. Mais útil seria talvez considerar o conflito, nas suas geometrias múltiplas, longe de se esgotarem numa elementar oposição entre lados que as ideologias cruzadística e jihadista parecem enunciar mas que a complexidade dos sistemas de aliança, tão visível no al-Andalus, vem desmentir, como parte de um sistema mais vasto de comunicação e trocas.

Neste sentido a guerra, mesmo a alimentada por motivos ideológicos, não apareceria como o contraponto da troca pacífica, comercial ou cultural, todas estas variáveis integrando o mesmo sistema dinâmico. No lugar de campos rigorosamente delimitados aparece assim restituída a diversidade regional e social e, por entre ela, uma certa coerência do conjunto que torna o al-Andalus inseparável da Europa latina ou do Médio Oriente fatimida, ou a cristandade moderna questionável apenas dentro do quadro mais largo que integra por exemplo o império otomano. No lugar de *translatio* sucessivas a visão emerge de mundos policêntricos, com alternâncias de dominação regional que, na sua complexidade, se colocam ao abrigo de qualquer tendência teleológica, as medievais, associadas nesta parte do globo à cristianização e à islamização, ou as modernas, associadas à ideia de progresso enquanto manifestação de uma hegemonia europeia, cultural, tecnológica e económica. A globalização da história enquanto disciplina tem feito muito para nos restituir essa perspectiva, que aliás era a

de muitos medievalistas há décadas, mais ainda daqueles a trabalhar em contexto de sociedades de fronteira. A tarefa é no entanto imensa, porque comporta uma mudança muito radical de perspectiva sobre o nosso passado, também do ponto de vista dos processos de transmissão da memória, e encontra-se seriamente comprometida pelo seu encurtamento recente.

## V.

Isto remete-nos directamente para uma última série de observações que talvez pudéssemos aqui resumir numa pergunta: o que podem os medievalistas fazer para recriar essa memória? Interrogação que, anote-se, não deve em nenhum caso ser confundida com questionários utilitaristas em moldes «para que serve» ou «qual é a utilidade social de», os quais ignoram a inevitabilidade da presença dos quadros sociais da memória, vertidos através da História, que damos como auto-justificados (*self evident*). Posto isto, creio poder incumbir aos historiadores profissionais que trabalham em épocas pré-modernas e, em especial, em História Medieval, um contributo em duas direcções complementares: o alargamento da profundidade cronológica da observação histórica e a consequente recusa do próximo como único vector de análise; a possibilidade de variação de escalas geográficas de observação e a resolução dos planos de variabilidade e aproximação entre contextos civilizacionais num mundo anterior à primeira globalização do século XVI. Nenhuma das perspectivas será exclusiva dos medievalistas e, na verdade, creio que esses seriam bons princípios orientadores a toda a prática historiográfica.

O primeiro prende-se com a perspectiva da longa duração que deve ser própria a todos os que trabalham cronologias remotas. Com isto não quero dizer que a longa duração seja a escala cronológica única e própria aos medievalistas (ao

invés disso uma parte significativa do trabalho faz-se ao nível micro que amiúde impõe tempos curtos e sincronias e mais ainda, desejavelmente, em viagens de ida e volta entre tempos longos e tempos curtos, micro e macro) mas que eles a frequentam com o à vontade de quem vê de longe. E embora de longe se veja muitas vezes pior, porque se perde o detalhe dos particularismos individuais, também se vê mais, porque a imagem resultante é sempre mais abrangente. Daqui, e desta posição de observação, podem seguir-se algumas vantagens no âmbito de um projecto de redimensionamento da memória social.

Uma liga-se à recuperação da Idade Média enquanto elo perdido com o império. Isto parece de um ponto de vista contemporâneo particularmente importante porque o Império (romano) é a única unidade cultural e política que a Europa pode reclamar como sua sem utilizar o velho expediente da *translatio*. Tudo ou quase tudo o que é hoje europeu é de matriz romana e, nesse sentido, poderá mesmo questionar-se se o Império deixou alguma vez de existir do ponto de vista cultural e ideológico (a analogia com a tradição milenar do império chinês, uma entidade que perdura sob várias formas, pode aqui ser reveladora). É também a única entidade supra-nacional, anterior à construção dos estados nação, que pode servir de referencial a uma Europa que procura construir-se também política e culturalmente, e não apenas economicamente. Tudo isto, porém, face à tradição historiográfica que é a nossa, poderá parecer um paradoxo. Com efeito, desde o século XV, em Itália, e do XVI, em todos os outros lugares, que existe um consenso acerca do momento em que o Império, e com ele, o mundo antigo, haviam cessado e foi precisamente esse consenso o responsável pelo modelo de periodização da história do «Ocidente» que levou à criação do conceito de «Idade Média». De forma mais ou menos precisa, qualquer aluno de História sabe isto. Porém, o que também sabemos é que essa consciência de separação é tardia e que

para a maioria das pessoas que viveram durante esses séculos o Império era ainda uma realidade viva, já através do imperador de Constantinopla, já através das formulações latinas, carolíngias e pós-carolíngias. De alguma forma, a Europa, ou as europas, oscilaram sempre entre o ainda julgar viver dentro do império e o olhar para a unidade perdida enquanto *paradise lost* a recuperar, tentativas com graus variáveis de sucesso de que a sucessivas formulações imperiais, de Carlos Magno a Carlos V, dão testemunho eloquente. Em simultâneo, a outra grande unidade englobante, o papado, que entre o final do século XI e o XVI disputa ao império a liderança da comunidade cristã é em si uma ideia vinda de Roma. E a sua reformulação no interior da Reforma Gregoriana não fará outra coisa que beber nas fontes romanas, em especial no Direito, para construir um poder central que se procura substituir ao Império, ou talvez, mais precisamente, ser ele.

A Idade Média recoloca-nos assim num contínuo de reelaboração que nos liga aquela que é a forma matricial, pelo menos no Mediterrâneo ocidental, na Europa e, por ventura, também mais no Magrebe do que aquilo que é genericamente aceite. É também, em segundo lugar, um campo particularmente apto para pensar a co-habitação entre estas grandes unidades (papado, império) e os particularismos locais e regionais ou inter-regionais, isto é, entre sistemas políticos unificadores mas suficientemente vagos (ou mesmo diáfanos) para admitirem uma grande diversidade interna e as unidades de menor escala. A história dos poderes senhoriais inscreve-se neste domínio, assim como a dos poderes urbanos autónomos que marca a história do Império (Alemanha, Itália), mas também a da Ibéria (não penso aqui nos concelhos, incluídos numa construção maior, a dos reinos da reconquista, mas nesses estados à escala urbana que são, ou começam por ser, as taifas do século XI, do XII e do XIII). Esta oposição entre o muito grande e sempre remoto e o pequeno e próximo, entre os poderes distantes, por vezes simbólicos (nem por isso menos reais) e os poderes próximos, constitui um elemento de identificação evidente com o passado medieval, quando observado a partir de hoje. Provavelmente, aliás, será esse o grande dilema político europeu hodierno, tendo em vista a erosão dos estados nacionais e, por outro lado, os ressurgimentos nacionalistas.

O terceiro elemento de ligação prende-se, aliás, com o papel desses estados nacionais e das suas raízes longínquas. Não entraremos aqui no debate, em que já se envolveram historiadores contemporanistas e modernistas, sobre as origens do estado e menos ainda das nações. Que a codificação dos conceitos esteja directamente ligada à era das revoluções que vê nascer os estados nação modernos não parece oferecer qualquer dúvida. E o debate teve entre muitas outras a vantagem de tornar claro o anacronismo de ler o passado medieval com os óculos do século XIX (ou do XX), retro-projectando nele as mesmas ideias nacionalistas que seriam completamente alheias a Nuno Álvares Pereira, Joana d'Arc ou Saladino. Porém, não se poderá deixar de notar, em contraponto, que a escolha de referentes medievais por parte dos construtores contemporâneos dos estados nação, da regeneração portuguesa (veja-se aí o papel político fundamental do medievalista A. Herculano), ao *reich* de Bismarck ou ao Egipto de Naser (selecção muito esquelética, esta), dificilmente será fruto do acaso. Com efeito, muitos



dos estados que virão a revestir a forma nacional, ou pluri-nacional, no quadro do triunfo das revoluções liberais, têm, em contexto europeu, as suas raízes na Idade Média. Inquéritos como aquele dirigido por Jean-Philippe Genet sobre as origens do estado moderno abriram-nos perspectivas que recusam o essencialismo das concepções jurídicas da história nacionalista, colocando o acento tónico na construção das burocracias e das sociedades políticas, isto é, dos centros de poder. O problema da nação é mais complexo. E não é aqui o lugar para discutir as relações conceptuais e emotivas entre conceitos medievais como o de «naturalidade» e os sentimentos oitocentistas de pertença nacional. Mas dificilmente se poderá negar a continuidade de comunidades no mesmo território, partilhando uma mesma língua dominante e governadas por poderes centrais unificadores entre a Idade Média e o presente. A consequência dessa negação seria provavelmente tão redutora e enganosa como a mitificação de uma nacionalidade medieval e transformaria as comunidades políticas contemporâneas num produto radicalmente novo de processos revolucionários recentes – o que elas, na maior parte dos casos, sobretudo na parte da Europa coincidente com o antigo império latino, não são. A consequência pior disso não é para a história enquanto disciplina mas para a memória social das comunidades. Porque o esquecimento colectivo é também uma forma de amnésia. E resolvê-la passará também por uma recuperação das narrativas nacionais como parte decisiva do legado europeu. Afinal foi em torno delas que as regras modernas do ofício de historiador se forjaram de Ayala, Fernão Lopes ou Froissart a Mabillon. Eu acrescentaria ainda, numa cronologia que remete, como nos três primeiros casos, para o fim da Idade Média, Ibn Khaldun.

Este último caso coloca-nos numa derradeira pista, a da variação das escalas geográficas de observação e a da comparabilidade com outros contextos civilizacionais. Tudo o que acabámos de dizer será à primeira vista dificilmente aplicável à escala do Mediterrâneo que ficou de fora da *latinitas*, os Balcãs, a Anatólia, a Síria e o Egipto, o Magrebe. Em muitos desses locais os estados nacionais emergem, entre Oitocentos e Novecentos, do colapso do império Otomano como realidades inteiramente novas e contrariando abertamente qualquer pré-existência. Contudo, mesmo aí, as matrizes medievais (cronologicamente falando, já que o conceito não faz sentido no quadro da história do Islão) não passam despercebidas aos fundadores. É o caso dos estados de eslavos do sul, todos marcados pelas entidades políticas medievais que combatem o império bizantino e depois o otomano; da Síria e sobretudo do Egipto, que apesar de detentores de um capital simbólico de grande profundidade histórica destacam o papel do sultanato aiúbida e das cruzadas enquanto parte essencial da sua matriz; e dos estados magrebinos, em que as várias monarquias resultantes da islamização e da autonomização face ao oriente abássida, os Idrissídas no extremo ocidente, os Aglábidas no centro, são vistas como criadoras de futuras entidades nacionais, a marroquina, a argelina, a tunisina. De resto elas não faziam mais do que recobrir de forma aproximada velhas divisões provinciais romanas, a das Mauritânias, Tingitana e Cesareia e a África. Mais uma vez não se trata de uma transmissão genética mecânica, nem de encontrar um passado medieval justificador para estados do universo pós-colonial, mas de constatar as permanências e as regularidades, tanto quanto as variações. Escrevendo em

finais do século XIV uma História das dinastias berberes (e servindo uma delas, de origem almóada, a *dawla* dos Hafsidas) Ibn Khaldun percebeu bem como a sucessão dessas *duwal* poderia servir para explicar a dinâmica do processo histórico na região. Em Marrocos, onde o princípio monárquico serviu de factor de união entre as cábilas e de cimento de unidade nacional contra o protectorado francês, a relação com o passado medieval parece mesmo directa.

Todas estas possibilidades de simetria entre ambas as margens do Mediterrâneo abrem perspectivas comparatistas. Em causa estão variáveis como a relação entre os poderes principescos e a legitimidade carismática, o papel dos *ulemah* e dos clérigos como garante da coesão social e contrapoder, os níveis de literacia e a relação entre eles e a natureza escrituralística de ambas as sociedades, a construção de burocracias estatais, do *diwan* à chancelaria, os diferentes regimes de formação de aristocracias (a *hassa* no Mediterrâneo islâmico, a nobreza no mundo latino), o impacto da monetarização e a capacidade de criar espaços comuns através da interdependência comercial e do predomínio do espaço económico do dinar, os níveis de urbanização e o comum protagonismo da cidade enquanto escala dominante de exercício de poder, os ritmos das crises conjunturais a sacudir o Mediterrâneo a norte e a sul, os índices de desenvolvimento desigualmente distribuídos mas tendencialmente favorecendo as áreas do núcleo sobre as periferias, africanas a sul, bálticas a norte, como Ibn Khaldun justamente intuía. Repensar, enfim, as ligações da Europa e as relações entre contextos civilizacionais só na aparência distintos, encontrando neles as matrizes de uma história diversa mas comum. Sobre tudo substituir a complexidade à banalidade simplificadora das oposições, o provisório da roda da fortuna às certezas enganadoras do providencialismo implícito na *translatio*. Lembrar, compreender e ver mais claro. Esta, a única maneira de salvar o Mediter-

râneo e a Europa do naufrágio em que soçobram. Mértola, o CAM e a obra dos que hoje homenageamos são seguramente um local e umas *personae* em torno das quais poderemos pensar este diferente paradigma.

*Nota final:* este texto serviu de conferência de encerramento num encontro dedicado pelo CAM aos seus Mestres, em 18/6/2016. Lamenta-se profundamente, entretanto, a morte de Juan Zozaya. Não creio que nada de substantivo se tenha verificado desde então que mereça alterações de monta ao que aí disse. É, assumidamente, um texto ensaístico e renuncia por isso às notas que acompanham todos os textos académicos. Aliás, por razões que o leitor já terá compreendido, seria quase impossível anotá-lo.

# À PROCURA DO ISLÃO

CLÁUDIO TORRES

Segundo todos os textos escritos, tratados e manuais escolares, os exércitos árabes e berberes, comandados por Tarique, teriam invadido a Península Ibérica em 711, onde, em meia dúzia de anos, implantaram o islão. É tal a força desta história que, num gesto insólito, até uma das antigas colunas de Hércules é forçada a mudar de topónimo, adoptando o nome do conquistador! Ora, no sul da Ibéria, a palavra Gibraltar aplica-se a outros montes sagrados e tem a sua origem na junção da palavra árabe *Gib* que significa monte e *altar* que refere a sacralização do sítio com a histórica presença de Hércules nestes penhascos das portas do Mediterrâneo. Os textos cristãos relatam este desastre militar como castigo dos muitos pecados e resultado das fragilidades dos indígenas ante a avalanche imparável dos invasores. Do outro lado, da parte dos vencedores, os textos em árabe referem e destacam a providencial ajuda divina para uma vitória tão rápida e avassaladora.

É aqui que a arqueologia fala diferente. Bastante diferente. Quarenta anos de investigação arqueológica em Mértola e no seu território, obrigam-nos a fazer outra leitura. Não negamos que nessa época, e desde sempre, o Estreito de Gibraltar tenha sido atravessado nos dois sentidos por toda a espécie de bandos armados de piratas e aventureiros. Excluindo o local do Estreito em que as duas margens mais se aproximam e onde, naturalmente, as correntes marítimas são mais violentas, esta zona e suas imediações foi sempre o local de passagem entre os dois continentes. O que sabemos hoje, sem qualquer margem para dúvidas, é que não foram exércitos ou soldados a trazer o Islão e a implantá-lo na Península. A islamização, como uns séculos antes acontecera com a cristianização, foi um processo lento e gradual alimentado pelas grandes rotas do comércio marítimo. Os grandes movimentos de ideias, as grandes religiões – embora em certas épocas mais recentes dos impérios coloniais parece terem sido impostos à espadeirada –,

foram quase sempre veiculados por formas mais convincentes de proselitismo, essencialmente pelo poder da palavra. Para isso tem de ser estabelecido um contacto prévio, tem de ser incentivada uma aproximação pacífica com desconhecidos, tem de ser provocado aquele diálogo que alimenta a compra e venda, que impulsiona o movimento comercial próprio dos portos e dos mercados. Ora os militares não sabem e não foram preparados, nem treinados para dialogar ou convencer. O seu papel resume-se, naturalmente ao saque e à conquista.

De facto, e apenas baseados na investigação arqueológica, hoje sabemos que a islamização foi um lento processo de conversão, que apenas no século XI teria atingido a maioria da população urbana do al-Andalus. O mundo camponês, sobretudo das zonas mais serranas, não só foi superficialmente arabizado, como a sua conversão à fé muçulmana foi pouco significativa. Por tradição, as sociedades camponesas, devido à sua dependência das forças plurais e incontroláveis da natureza, foram sempre pouco atreitas a qualquer espécie de abstraccionismo monoteísta, sendo natural-

mente mais atraídas pelo discurso mais simples e imediato do politeísmo popular. Em cada aldeia e capela é adorado o seu santinho, o seu pequeno deus local, sempre solicitado para todos os inadiáveis serviços de cada estação do ano, sempre chamado para o parto mais difícil, para a chuvada mais devastadora, para uma geada fora do tempo! Sabemos também, isso sim, que nestas zonas rurais apenas alguns poucos templos cristãos foram repartidos com o novo culto muçulmano.

Por outro lado e curiosamente, nesta ponta sudoeste da Península Ibérica, sobretudo nas zonas costeiras, que no século VI não só resistiu, como nunca chegou a ser conquistada pelas tropas bizantinas do general Belisário, manteve-se e certamente consolidou-se um cristianismo antitrinitário e monoteísta, hostil ao catolicismo romano-bizantino, considerado politeísta pelos cristãos da outra margem do Mediterrâneo. Tudo leva a crer que seria um cristianismo mais próximo da tradição donatista cartaginesa.

Tudo leva a crer também que nesta região, sobretudo nas zonas serranas, onde a prospecção arqueológica nos permitiu constatar a existência de um arcaico povoamento berbere (muito anterior à romanização) e onde a microtoponímia nos indica que se falavam ainda dialectos *amazigues*, o cristianismo dominante fosse de filiação magrebina, cartaginesa, onde eram preponderantes correntes cristãs mais ou menos próximas do Donatismo.

Na ausência de hierarquias católicas que, por essa altura, apenas preparavam a expansão da Ordem de Cluny pela França e norte da Península, proliferavam pelo Magrebe e pela Ibéria mediterrânica vários grupos cristãos heterodoxos como os arianos, priscilianos, monotelistas, donatistas e outras heresias de tendência monofisita. Entre meados do século oitavo e os finais do século XI, são estes cristãos, militantemente solidários num intransigente monoteísmo e unidos contra as ortodoxias imperiais romana e bizantina, que se vão convertendo à nova religião muçulmana a partir

dos portos e cidades portuárias. Também desta vez, como tinha acontecido uns séculos antes com a expansão do cristianismo, os conversos ao Islão foram sobretudo os pequenos comerciantes, aquelas gentes desenraizadas que enchiam as ruas estreitas das cidades, aqueles embarcadouros que andavam de porto em porto, na aventura incerta do comércio marítimo.

São estes mercadores da cidade portuária de Mértola que encontrámos enterrados na basílica Paleocristã do Rossio do Carmo e no Mausoléu ou *Martyrium* recentemente descoberto sob a rua principal do arrabalde, na antiga igreja sobre cujas fundações se ergue hoje o teatro Marques Duque. No pavimento destas basílicas, entre muitas outras lápides funerárias, destacam-se alguns epitáfios de personagens de culto cristão monofisita escritos em grego que viveram no séc. VI. Futuras análises de ADN desta população cristã e do enorme cemitério muçulmano que se viria a instalar sobre as ruínas da basílica do Rossio do Carmo, podem vir a elucidar-nos sobre a existência, ou não, de relações familiares entre cristãos e muçulmanos. Entretanto, junto ao castelo e na mesma implantação de um antigo templo romano, a nossa equipa escavou as fundações de uma outra igreja de três naves, também do séc. VI, que depois foi adaptada a mesquita, ampliada em época almóada e após a Reconquista sacralizada em igreja matriz. Nas imediações, a poucos metros de distância, foram descobertos dois grandes baptistérios de imersão e, no exterior das muralhas da cidade, na zona portuária, lembramos os já referidos *Martyria* e a outra igreja tardo-romana. Todos estes edifícios religiosos, já existentes por alturas do século VI, parece terem estado abertos a um culto cristão monofisita ou moçárabe para além do século VIII, até às imposições políticas e religiosas da Reconquista.

Este conjunto monumental paleocristão foi sendo encontrado ao longo destes 40 anos de investigação arqueológica da nossa equipa, cujo objectivo inicial tinha sido a procura da civilização islâmica. O fenómeno da arabização e da islamização, em vez de ter sido o produto de uma invasão militar é, afinal um processo que se estende ao longo de vários séculos, à medida que se estreitam as relações económicas e culturais com o Sul mediterrânico, sobretudo com Túnis e com Alexandria, onde, nessa altura, eram dominantes seitas cristãs hostis ao culto trinitário imposto por Roma e Bizâncio. O extremar de posições religiosas e políticas coincide, não com qualquer invasão de 711 e sim, a partir do século XII, com a «Reconquista» em que o cristianismo romano, alimentado pelo espírito de cruzada, se expande para o Sul, depois de ter conquistado Coimbra em 1111, quando foi vencido e ilegalizado o culto moçárabe que nessa altura se confundia com um islamismo em expansão. Respondendo a esta cruzada das hostes feudais e ao apelo de algumas cidades-estado do al-Andalus, primeiro os Almorávidas e logo a seguir, os Almóadas introduzem na Península Ibérica um Islão mais ortodoxo, mais militarizado e intransigente. De facto, apenas na segunda metade do século XII assistimos na Península Ibérica e especialmente no Garb al-Andalus a um enfrentamento entre um catolicismo militante representado sobretudo pela ordem de Santiago e o mundo das terras do sul da Ibéria mediterrânica em vias de islamização, nessa altura sob a bandeira do Império Almóada. Só então, e sob o comando das ordens militares, é imposto o cristianismo romano.

# O BUSTO DE JÚLIO CÉSAR DE *PAX IULIA*. PERCURSOS E DEBATES EM TORNO DA FUNDAÇÃO DE *PAX IULIA*<sup>1</sup>

MARIA CONCEIÇÃO LOPES\*

*Mudar de opinião e seguir quem te corrige  
é também o comportamento do homem livre.*

Marco Aurélio (Imperador)

Num Encontro com Mestres expressar a emoção de uma vez mais os escutar não encontra facilmente vocábulos, sobretudo quando há que verbalizá-la publicamente. É que, encontrar com os Mestres se traduz, fundamentalmente, por achar espaços de exercício de liberdade, onde a construção é o valor supremo que assiste ao conhecimento e o poder de o construir se aprende e arquiteta em permanente e ousada recreação.

Partilhar dados, que nalguns casos sem mais trabalho de campo são de legibilidade problemática, e oferecer ao debate o conhecimento que a partir deles se introduz, é o modo que encontrei para marcar presente nesta reunião propícia.

Proponho-me neste texto retomar propostas que avancei sobre a colónia romana de *Pax Iulia* e, à luz de novos achados resultantes das recentes pesquisas que fizemos e de releituras de publicações, problematizar questões que em 2000 deixámos interrogadas ou afirmámos em modo que poderiam parecer propostas definitivas.

Beja romana republicana revela-se em edificados vestígios e o busto de Júlio César assume protagonismo.

## ***PAX IULIA: A FÁBRICA DA CIDADE***

Quase vinte anos depois, reafirmamos com convicção redobrada o que assumimos no capítulo conclusivo de *Arqueologia das Cidades de Beja. Percursos e debates acerca de Pax Iulia*, datada de 2003: *a civitas de Pax Iulia, que os Romanos fundaram, algures no século I a C., no local onde hoje se situa a cidade de Beja, desapareceu sob a espessura de novos ambientes físicos (organização do espaço, construção de edifícios, etc.) que ao longo destes vinte séculos marcaram a continuidade de ocupação do planalto dessa colina que, solitária, se ergue numa imensa planura.* [LOPES, 2003, 267]<sup>2</sup>.

Na época, o povoado indígena surgia como a mais expressiva e promissora das materialidades, porque, *face a este novo dado [povoado indígena], lícito se torna concluir que, se, por um lado, a instalação da civitas corresponde a uma nova ordem político-económica, por outro, essa instalação não elimina formas de coexistência com o elemento anterior. Uma simbiose que, pela sua inerente com-*

\* Centro de Estudos em Arqueologia Artes e Ciências do Património/Universidade de Coimbra.

*plexidade, não deixará de produzir uma singular forma de organização e um peculiar processo de transformação, apenas abarcáveis, do ponto de vista arqueológico, a partir de uma base material dotada de uma ampla espessura informativa* [LOPES, 2003, 268].

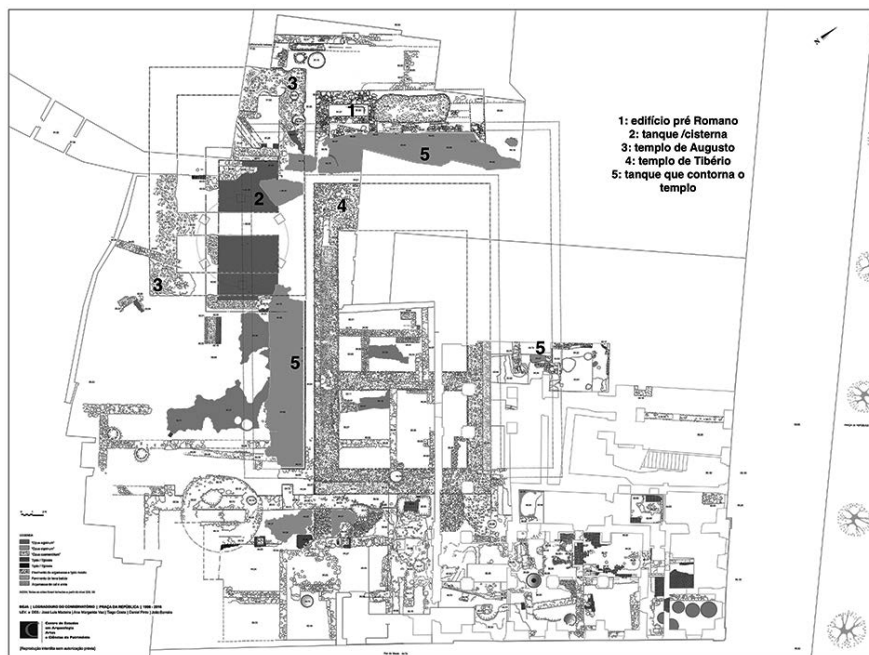
Resolvida em definitivo a questão da fundação *ex-nihilo* de *Pax Iulia*, era o conhecimento da dinâmica da construção da cidade, incluindo a do tempo da sua instalação e a do início do funcionamento da *civitas*, assentado num antigo povoado indígena, que surgia como o incitamento maior à continuidade do trabalho arqueológico de campo.

*Encontrar a base material necessária para, no contexto de uma nova epistemologia da arqueologia das paisagens históricas, urbanas e rurais, ensaiar uma leitura nova sobre Pax Iulia e o seu território* [LOPES, 2003, 270], desobrigada das questões académicas de fixar datas e de afiliar factos políticos e administrativos a protagonistas e tempos exactos, era objectivo guia do projecto Arqueologia das Cidades de Beja, lançado em 2007 e organizado a partir das escavações cerca da Praça da República, no espaço conhecido por Logradouro do Conservatório e Reservatório de Água, iniciadas em 1997.<sup>3</sup>

Contextos variados, nos quais se definem contextos pré-romanos de que se salienta um edifício bem preservado (em parte ocultado sob edifícios romanos), edifícios que atestam a originalidade, dinâmica e grandeza da cidade em época romana, quando era a mais importante cidade do Sudoeste peninsular, os quais surpreendentemente, surgem reciclados e usados como alicerces estruturais de edifícios de períodos posteriores, islâmico, medieval, moderno e contemporâneo. O processo de construção da cidade de Beja na área do fórum de *Pax Iulia* revela-se, assim, por habitações e compartimentos de armazenamento de produtos alimentícios e de cerâmicas, de que se destaca a casa de moeda que o Rei D. João III licenciou ao seu vedor Ruy Lopes, da qual uma sala abobadada se conserva intacta, o celeiro público

do século XVII, a habitação do século XIX e o edifício do Diário do Alentejo que ali esteve instalado até ao início do século XXI. Milhares de objectos do quotidiano, muitos deles em bom estado de conservação, anotam o dia-a-dia das comunidades que lhes deram forma e uso e ilustram as dimensões cultural e económica das sociedades que ali evoluíram.

O desmantelamento, em 2015, do depósito de abastecimento de água à cidade, pelos dados que disponibilizou, haveria de revelar-se uma surpresa. Abel Viana, que acompanhou, em 1942, a abertura dos caboucos para instalação do depósito e, inclusive, mandou desviar a localização inicialmente prevista, referiu alicerces que determinou pertencerem às *fundações de um grande templo romano* [VIANA, 1947, 77],<sup>4</sup> o qual viemos a localizar e está atualmente bem delimitado e caracterizado, embora não totalmente escavado<sup>5</sup>. Trata-se de um templo, cuja construção se iniciou ao tempo de Tibério; orientado N/S, mede 32,40 m X 16, 20 m, é rodeado em três lados por um tanque com 4,5 m de largura (que Abel Viana não identificou) e conserva-se ao nível das fundações, as quais têm em média 4 metros de altura [LOPES, 2010, 189-199]. A parede este serve de fundação aos pilares de um edifício do século XX e parte dela, tal como parte da parede e do tanque norte, está sob o logradouro do edifício das Finanças. [FIG.1]



**Figura 1 – Planta geral do edifício.**

Abel Viana nada refere sobre o edifício pré-romano; nem sobre o templo construído ao tempo de Augusto, entre 25/15 a. C, cuja escavação se revelou em 1997 (LOPES, 2010). O templo, construído ao tempo de Augusto, tem orientação N/S, mede 20,3m de comprimento e 13,9 de largura, conservando-se ao nível das fundações em 3, 75 m, altura a partir da qual se elevava o podium. Estaria neste estado de conservação em 1942,

pois a parede este foi destruída na construção do reservatório de água, assim como partes da travessa central<sup>6</sup>.

Sobre um tanque/cisterna de 12,60 m x 5,40 x 2,40 m de altura (163,296 m<sup>3</sup>), cuja parede norte conhecíamos (aquela onde se encontra um ponto de escoamento) mas tínhamos dificuldades em correlacionar, Abel Viana não deu qualquer informação, deixando antever que não a terá identificado. Porém, em 1942, o tanque cisterna estava em bom estado de conservação porque foi apenas aquando da abertura dos caboucos para lançar as bases do depósito de água que foi parcialmente desmantelado. Antes a construção do templo de Augusto apenas a destruiu nos dois pontos de intercepção da travessa interna do templo e da escada, destruindo a sua função, mas não a sua arquitectura. O templo cuja construção se iniciou ao tempo de Tibério construiu-se a cota superior, preservando-a tal qual estava antes. [FIG.2].

Não temos ainda elementos que nos permitam associar a este equipamento dois tanques de menores dimensões que sofreram em tempo romano grandes deslocações de posição; todavia, face a este novo equipamento, lícito se torna que a nossa proposta de que Beja se abasteceu de água sem recurso a aqueduto saia reforçada.

Ao mesmo tempo, dada a cronologia relativa do momento, a ideia de que a cidade *ganhou* um equipamento fundamental para o seu funcionamento, leva-nos novamente ao debate a fundação romana de *Pax Iulia*.

Optamos por nos mantermos fiéis à posição que adoptámos em 200: *Sem qualquer menosprezo pelas teses que actualmente se vêm defendendo, que nos parece terem chegado a um impasse, como se verifica pela sucessiva repetição das mesmas ideias em títulos multiplicados por várias publicações, preferimos esta posição de expectativa, paciência, abertura e flexibilidade para aceitar qualquer solução* LOPES, 2003, p. 111, n.25], *dado que nem a denominação da cidade, nem a menção da tribo, nem as emissões monetárias (argumentos que têm sustentado a fixação da data de fundação da cidade de Pax Iulia), nem a cronologia das epígrafes, do nosso ponto de vista, permitem mais que uma retórica especulativa em favor de uma fundação de Octaviano ou de Augusto. Parece óbvio que a resolução da questão passa pelo aparecimento de alguma epígrafe e, sobretudo, pelos vestígios arqueológicos conservados no subsolo de Beja negligenciados no debate, até ao presente* [LOPES, 2003, 79]. Por assim ser, há que explorar ao máximo os dados arqueológicos e confrontá-los tanto quanto for necessário, para que, finalmente, possamos ser mais assertivos. Pois que, no passado, mesmo posicionando-nos cautelosamente, afirmando que *A fundação de uma cidade implicava o lançamento da construção de equipamentos públicos, civis e religiosos; e que a escavação destes e as cronologias aferidas deverão possibilitar discutir a questão com bases mais sólidas e contribuir para uma melhor afinação cronológica dos elementos que se têm vindo a utilizar no debate (...), não nos escusámos de pretender que as observações que pudemos fazer parecem indicar que a dotação de estruturas públicas à cidade não será anterior às duas últimas décadas do século I a. C.* [LOPES, 2003, 73-74] e sublinhar que *em rigor, não existe nenhum argumento que permita excluir uma fundação augustana, coeva da fundação de Emerita Augusta e de Caesaraugusta* [LOPES, 2003, 111-113]<sup>7</sup>.



Figura 2 – O tanque/cisterna no fórum de *Pax Iulia*.

Sabemos hoje que em Beja havia um aglomerado urbano anterior aos romanos e que esse aglomerado tinha uma dimensão que ocupava todo o topo do planalto.

Fernando Nunes Ribeiro defendeu a ideia de que *Conistorgis* se localizava em Beja, sem, contudo, ter encontrado na cidade qualquer elemento pré-romano [RIBEIRO, 1960, 3-113]. A fragilidade dos argumentos que utilizou para defender a sua tese, entre eles a ficcionada estada de César em Beja, onde teria acordado a paz com os Lusitanos; e a ausência de vestígios pré-romanos terão sido decisivos para que a sua tese não vingasse.<sup>8</sup>

As fontes que se referem a *Conistorgis* não permitem a relação desse *oppidum* com Beja sem constrangimentos evidentes. Em conformidade com a proposta de localização das áreas culturais da Idade do Ferro elaborada por Jorge de Alarcão, há uma real impossibilidade de conciliar as indicações de Apiano e Estrabão, dado os *Conii*, que teriam *Conistorgis* como capital, se individualizarem perfeitamente dos *Celtici*, tanto cultural como espacialmente. Beja situar-se-ia à margem de qualquer das esferas de influência destes povos [ALARCÃO, 1996, p. 21, Fig. 1]. Perante esta incompatibilidade espacial, à luz das informações dos dois autores, podem admitir-se várias hipóteses. A primeira é a de que um deles errou; a segunda, que ambos estão correctos mas descrevem realidades temporalmente distintas; a terceira, que *Celtici* e *Conii* se dispersavam por áreas mais amplas, situando-se *Conistorgis* numa zona de fronteira entre os dois, e não sendo esta fronteira rigorosa, prestava-se a confusões, o que terá originado as duas versões.<sup>9</sup>

Admitir como possível que o povoado que existia no local onde se fundou *Pax Iulia* pudesse ter sido *Conistorgis* implica a convergência de articulado argumentativo de diversa origem, por ora difícil de reunir. Desde logo, porque não temos ainda vestígios que nos permitam caracterizar o povoado.

A localização de *Conistorgis* em Medellín parece, por ora, estar definitivamente resolvida (ALARCÃO, 2001a: 335-338; ALMAGRO GORBEA, M. 2008, 1003-1009) e haverá, por isso, que encontrar outro nome para a Beja pré-romana.

## JULIO CÉSAR E PAX IULIA

Como supra referimos, os novos dados arqueológicos obrigam a repensar a questão da fundação de *Pax Iulia* por César defendida, entre outros, por H. Galsterer [GALSTERER, 1971, 52], Garcia y Bellido (que afirmava ter sido um *praesi-*

*dium* de Júlio César e convertida em colónia por Augusto antes de 27 a. C.) [GARCIA Y BELLIDO, 1958, 20], M. Grant [GRANT, 1969, 221] e A. Tovar [TOVAR, 1976, 211].

O facto de o edifício pré-romano se manter em funcionamento ao lado do tanque/cisterna que se construiu por meados do século I a. C., é um dado formal relativamente à existência de equipamentos relevantes da vida da cidade antes de 25/15 a. C., quando se construiu o templo de Augusto.

Esta constatação admite supor que ao tempo de Júlio César *Pax Iulia*, eventualmente nesse tempo designada *Pax Augusta*, como a nomeou Estrabão, pudesse ser um *municipium* que Augusto, algures durante a primeira década do último quartel do século I a. C., promoveu a *colónia civium Romanorum*.

Poderia assim, esclarecer-se o facto de Estrabão designar a cidade de *Pax Augusta*, quando a referiu em conjunto com as colónias de *Augusta Emerita* e *Caesaraugusta*.<sup>10</sup>

A clarificação da importância de Beja ao tempo de César, convoca à releitura de achados anteriores. Desde logo à muralha escavada na Praça de Armas do Castelo, cujo *terminus ante quem* conferido aos materiais a situou no início do último quartel do séc. I a.C., embora um contexto um pouco mais recuado fosse mais ajustado.<sup>11</sup>

O conjunto de antiguidades romanas provenientes da muralha de Beja que se demolia para edificação do palácio das repartições públicas que em 1990 deu entrada no então designado Museu Municipal de Beja, merece, neste contexto, também uma revisão.

De entre os fragmentos de capitéis, frisos e fustes de coluna se destacava a *cabeça de estátua de mármore, proveniente do 2.º baluarte da 2.ª ordem de muralhas, metido na vedação do convento Esperança*.

Leite de Vasconcelos em o *Archeologo Portuguez* de 1902<sup>12</sup>, informa que teve conhecimento desta peça por carta e desenhos do conservador do Museu Municipal de Beja,



CABEÇA DE MÁRMORE ROMANA ACHADA EM BEJA

Figura 3 – Busto publicado no *Archeologo Portuguez*, 1902.



Figura 4 – Busto no Busto exposto no Museu Regional de Beja, nos anos 50 do séc. XX.



Joaquim de Vargas. Consultou Salomon Reinach, à época o reputado especialista de estatuação greco-romana, e transcreveu a informação de que o busto pertence ao final do século I. d. C. e, também, a referência de que *retratos destes são sempre bons para publicar porque são excelentes exemplos da escultura imperial*. Em 1903, após deslocação a Beja, Leite de Vasconcellos observa a peça e descreve-a como *retrato que apresenta no lado direito do osso frontal uma cicatriz feita com instrumento cortante (prova-velmente espada). (...) a orelha esquerda quase toda esmoucada (só lhe resta a hélice)*. *A orelha direita está esmurrada em cima. A parte anterior do crânio glabra; só a parte posterior (occiput e parte dos parietes) tem cabelo, que rodeia as orelhas. Lábio inferior esmurrado* [FIG. 3].

A importância desta peça, entretanto exposta no Museu Rainha D. Leonor, primeiro num destacado pedestal numa das alas do claustro [FIG. 4] e, posteriormente, encaixada num nicho [FIG. 5] num vão lateral da mesma ala do claustro, mereceu o interesse de vários investigadores, como revela a extensa bibliografia que a ela se refere.



Figura 5 – Busto no nicho onde esteve até 2017.

A cabeça de um homem de cerca de 50 anos, de boca bem desenhada, mas ligeiramente descaída à direita, olhos contornados por pálpebras superiores bem definidas, testa alta marcada por duas cicatrizes no lado direito, rosto vincado com duas profundas rugas no lado esquerdo, e rugas nasolabiais assimétricas com a da direita a nascer mais alto e a da esquerda a abrir mais para o rosto, tem sido considerado um retrato privado de alguém importante, ainda não identificado, datado do final da República ou início do reinado de Augusto (algures no final do 3.º quartel do século I. a. C.).

Vasco de Sousa, em 1990 [SOUSA, 1990], expressa que *o acalmar e a simetria das formas remetem para o classicismo do tempo de Augusto, ainda que, na sua concepção, esta cabeça faça recordar os retratos de Júlio César*.

A anotação de Vasco de Sousa não teve impacto relevante. Tem prevalecido a ideia de um retrato masculino de um personagem desconhecido, calvo e de idade madura cujo *peculiar realismo cesariano, matizado por factores imperiais* augústeos, Trinidad Nogales Bassarrate salientou [TRINIDAD NOGALES].

As hesitações em reconhecer César neste retrato devem-se, eventualmente, ao facto de até há muito pouco tempo se afirmar que *Pax Iulia* (Beja) era uma fundação *ex-nihilo* do tempo do imperador Augusto (por volta de 31/27 a. C.), o que tornava pouco provável um retrato de César nesta cidade romana.

Por outro lado, dos poucos retratos atribuídos a César (menos de uma dezena), o único reconhecidamente identificado com o Ditador, por comparação com os traços físicos dos retratos das moedas [FIG. 6], foi o encontrado em *Tusculum* (Castillo de Aglie), em 1804, e hoje guardado no museu de Turim [FIG. 7].

Em 2017, beneficiando de um protocolo entre a CIMBAL, DRCALen, CEAACP, Laboratório Hercules e Banco Millenium foi possível retirar o busto do nicho onde estava colocado, facto que permitiu observá-lo na totalidade e verificar que *o homem de meia idade calvo ou de cabelo escasso* possuía, afinal, uma curta, mas cuidada cabeleira de ondas bem desenhadas e confirmar a ligeira assimetria na elaboração da face, salientada mais pela boca descaída na direita e pela dissemelhança das rugas nasolabiais.

Uma análise comparativa das características fisionómicas, estilísticas e tipológicas do busto de *Pax Iulia* e do de *Tusculum* revela evidentes similitudes das duas representações<sup>13</sup>.

O desenho das rugas, as covas do rosto, o formato dos lábios, em que se destacam as covas nos



Figura 6 – Moeda em que o anverso apresenta Júlio Cesar (Cr480/3; Syd 1056).

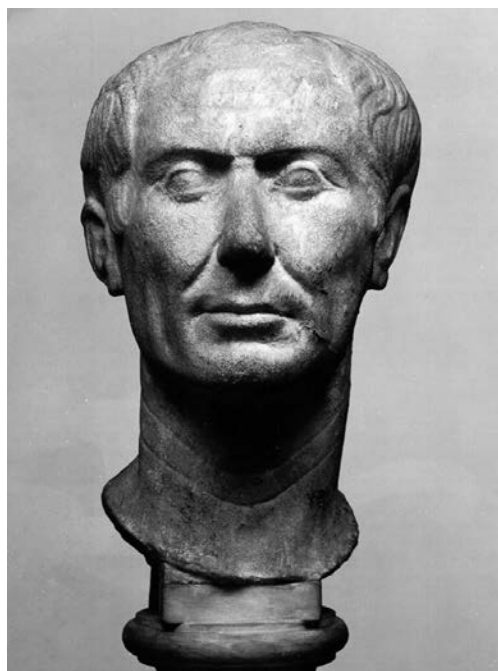


Figura 7 – Busto de César de Tusculum. Museu Arqueológico de Turim.

cantos da boca fina e larga, as rugas profundas e assimétricas do sulco nasolabial, as rugas da testa, a posição de olhos, as sobrancelhas arqueadas, as rugas em *pata de galinha*, o queixo e maçã de Adão salientes, o penteado e o tratamento do cabelo sobre a orelha, revelam manifestas semelhanças entre o busto anónimo de Beja e o de *Tusculum*. É certo que o de *Tusculum* apresenta um rosto um pouco mais alongado e recto que o de Beja, facto que terá levado a que o retrato lusitano, *cujas expressões do realismo republicano, rosto marcado pela idade e pela experiência de vida muitas vezes após um longo tempo de serviço das legiões* [GONÇALVES, 2007], nunca tenha sido formalmente atribuído a César.

É certo que o busto da colónia lusitania não é exactamente igual ao protótipo definido pelo de *Tusculum*; todavia, são bastantes as características que os filiam num mesmo tipo iconográfico.

Em 2007, no rio Ródano, junto à cidade de Arles (Arles) foi recolhido um busto que foi anunciado de forma estrondosa como a mais antiga

representação conhecida de Julio César [FIG. 8] e o único busto conhecido de César em vida, dado que o de Turim, teria sido realizado imediatamente antes ou logo após a morte.

A discussão em torno da identificação do busto saído do Ródano com César<sup>14</sup> colocou questões pertinentes e salientou que o facto de não haver nenhum retrato oficial de César, certamente em razão da ausência de organização para difundir a sua imagem com cânones bem definidos e estandardizados, não pode ser razão para se prescindir dos caracteres de filiação no *tipo Tusculum* para identificar ou descartar a identificação do Ditador.

O retrato de Beja, pelo desenho mais arredondado do rosto que o de *Tusculum*, poderia pretender-se ser mais próximo do busto gaulês; porém, pelo tratamento das rugas, sobretudo pelo tratamento assimétrico das rugas das abas do nariz, do desenho da boca, e do conjunto das rugas, revela decisivas afinidade com o de Turim.

Como observa Flemming Johansen, especialista dinamarquês em retratos de César, não há nenhum retrato oficial de César, pelo que as diferenças que se observam nas distintas representações de César se tornam aceitáveis, sobretudo porque, sendo feitas por artistas locais a partir de descrições, se podem tornar muito diversas.

A observação agora possível em todos os ângulos deixa ver o primoroso tratamento do cabelo e conforma-o com a descrição que Suetónio faz de César: homem alto, claro rosto um pouco cheio e olhos escuros e muito vivos e calvo, mas, para disfarçar, puxava para a testa os poucos cabelos que ainda tinha.

Na descrição de Suetónio enquadra melhor o retrato de Beja que o retrato de *Tusculum*. Dessa constatação já havia Margarida Maria Almeida de Campos Rodrigues dado notícia. Apontando as semelhanças entre as cabeças do Museu de Beja e a do Museu de Turim, salientou ser no formato da face que reside a maior diferença entre os dois bustos, embora considere que o de Beja se assemelha mais à descrição que Suetónio fez de César que ao de *Tusculum* [RODRIGUES; 1999, 36-37].

Se é verdade que a arqueologia, ao revelar um contexto importante de época republicana, provocou a reanálise do busto, foi, todavia, a análise comparativa das características fisionómicas, estilísticas e tipológicas que formatou a metodologia de identificação do busto de Beja e o aproximou do protótipo de *Tusculum*, mesmo se a datação do de Beja possa ser mais tardia que o de Turim.

*Pax Iulia* era até à última década do século XX considerada cidade

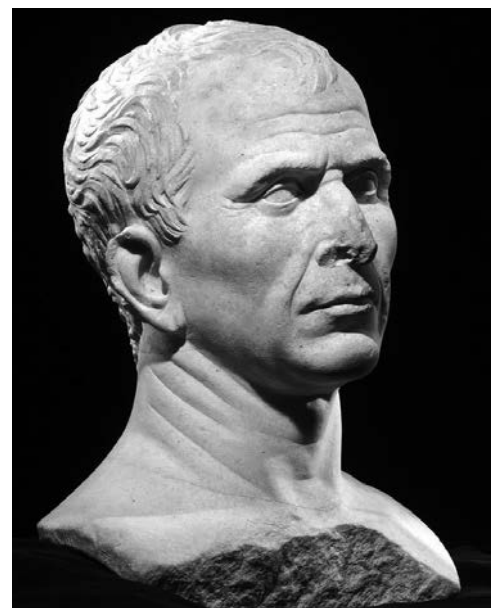


Figura 8 – Busto de César de Arles.

fundada *ex-nihilo*, em tempo de Augusto. Até 2016, em função dos dados arqueológicos conhecidos, vingava a teoria da fundação augustana sobre um povoado indígena; colocar em período republicano um busto, independentemente de quem quer que representasse, era desprovido de contexto histórico, mesmo que o retrato pudesse datar de período imperial.

A Arqueologia, ao revelar, em 2016, contextos urbanos e equipamentos importantes de meados do séc. I a. C, momento de conflito de guerras na Hispânia, recoloca o debate em torno das promoções levadas a cabo por César e do partido que *Pax Iulia* terá tomado nessas guerras.

*Pax Iulia* ganha contexto histórico, até agora inexistente, para acolher o busto de mármore importado<sup>15</sup>, que pelas suas dimensões pertencia a uma estátua monumental certamente colocada no fórum da cidade<sup>16</sup>.

Analisado o busto na totalidade e somados os argumentos, alguns deles tomados aos especialistas que, entretanto, têm sugerido a possibilidade de identificação do busto de Beja com César, os fatos elementos que o filiam no protótipo de *Tusculum*, mesmo sem legenda identificativa, concedem que o *retrato privado de um homem que transmite forte personalidade, esculpido com um realismo bem próprio das expressões republicanas*, seja identificado com Júlio César.

Se é verdade que o contexto histórico não é critério para identificar um personagem, o certo é que, neste tempo, ninguém mais, além de Júlio César, se apresenta como suscetível de ter sido representado numa estátua monumental, nem mesmo nos tempos de Augusto.



Figura 9 – Busto de Júlio César.

## BIBLIOGRAFIA

- CANINA, L. (1940), *Descrizione dell'Antico Tuscolo (Rome, 1841)*, p. 149f. and pl. 38.9. M. Borda, BMusImp, pp. 3f.
- GALSTERER, H. (1971), *Untersuchungen zum römischen Stadtwesen auf der Iberischen Halbinsel*. Berlin.
- GARCIA Y BELLIDO, A. (1995), «Las colónias de la provincia da Lusitania», *Arqueologia e História*, VIII, pp. 13-23.
- GRANT, M., (1969), *From Imperium to Auctoritas*. Cambridge.
- GONÇALVES, Luís Jorge (2007), *Escultura romana em Portugal: uma arte do quotidiano*, 2 Vols., pp. 161-163. Tese de Doutoramento. Mérida: Junta da Extremadura.

- JONANSEN, F. S. (1967), «Antichi ritratti di C. Giulio Cesare nella scultura», *Analecta Romana Instituti Danici* 4, pl. 16. Copenhagen.
- (1987), «Portraits in Marble of Gaius Julius Caesar: a Review». *Ancient Portraits in the J. Paul Getty Museum*, Vol. I., p. 24, 27-28.
- LOPES, M. Conceição (2003), «A cidade romana de Beja: percursos e debates acerca da “civitas” de Pax Iulia», *Conimbriga*, Anexos, Vol. 3. Instituto de Arqueologia, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra.
- (2010), «O recinto forense de Pax Iulia (Beja)». In T. Nogales Basarrate (ed.), *Ciudad y Foro en Lusitania Romana. Cidade e Foro na Lusitânia Romana*, 189-199. Mérida: Junta de Extremadura (*Studia Lusitana* 4).
- NOGALES BASARRATE, Trinidad (1997), *El retrato privado en Augusta Emerita*, p. 37 (Colección Arte-arqueología), Diputación Provincial de Badajoz, Consejería de Cultura y Patrimonio de la Junta de Extremadura, 2 vols. Badajoz.
- (2002), «O retrato funerário na Lusitânia», in RIBEIRO, J. C. (ed.), *Religiões da Lusitânia, LOQUUNTUR SAXA*, p. 307. Lisboa.
- NOGALES BASARRATE, Trinidad; GONÇALVES, Luís Jorge (2004), «Imágenes Lusitaniae: La plástica oficial de Augusta Emerita y su reflejo en algunas ciudades lusitanas», in NOGALES BASARRATE, Trinidad (ed.), *Augusta Emerita: Territórios, espaços, imágenes y gentes em Lusitania Romana*. Ministerio de Educación, Cultura y Deporte. 2005. Madrid.
- RODRIGUES, Margarida Maria Almeida de Campos (1999), *O retrato oficial romano no tempo da dinastia Júlio-Cláudia*, História da Arte da Antiguidade. Mestrado de História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa [https://www.academia.edu/2073514/O\\_RETRATO\\_OFICIAL\\_ROMANO\\_NO\\_TEMPO\\_DA\\_DINASTIA\\_JÚLIO-CLÁUDIA](https://www.academia.edu/2073514/O_RETRATO_OFICIAL_ROMANO_NO_TEMPO_DA_DINASTIA_JÚLIO-CLÁUDIA).
- SOUSA, Vasco de (1986), «Escultura Romana», in ALARCÃO, Jorge (ed.) *História da Arte em Portugal*, volume 1, p. 143, fig. p. 140. Lisboa, Alfa.
- (1990), *Corpus Signorum Imperii Romani – Corpus der Skulpturen der Römischen Welt – Portugal*, p. 10, 67, n.º 8. Coimbra.
- TOVAR, A. (1974), *Iberische Landeskunde. Zweiter Teil: Die Völker und die Städte des antiken Hispanien*. Band 1: Baetica, Baden-Baden.
- VASCONCELOS, José Leite de (1902), «Antiguidades de Pax Iulia», in *O Archeologo Portugues*, Volume VII, n.º 10-11, p. 243. Lisboa, Imprensa Nacional.
- (1903), «Analecta archeologica», in *O Archeologo Portugues*, Volume VIII, n.º 7-9, p. 165. Lisboa, Imprensa Nacional.

- VIANA, A. (1947), «Restos de um templo romano em Beja», *Arq. Beja*, 4, p. 77-.
- VIERNALISEL, K., ZANKER, P. (1979), *Bildnisse des Augustus*, p. 83. Munich.
- ZANKER, P. (1976), «Zur Rezeption des hellenistischen Individualporträts», in P. Zanker, ed., *Hellenismus in Mittelitalien*, p. 590, fig. 1. Göttingen.

## NOTAS

- 1 M. Conceição Lopes. CEAACP/Universidade de Coimbra. conlopes@ci.uc.pt.
- 2 Nos últimos anos, a cidade tem sido objecto de inúmeros trabalhos arqueológicos. Porém, portratar-se, na grande maioria, de trabalhos avulsos, no quadro de arqueologia contratualizada, isentada e descomprometida com o conhecimento da cidade, é quase nulo o contributo desses trabalhos para o esclarecimento da história de Beja cidade. Aliás, por desconhecimento da cidade, alguns trabalhos têm apresentado propostas totalmente irrealistas, como a de ruas lajeadas de mármore!
- 3 O carácter intervalado das escavações, às vezes por tempos prolongados, inscreve-se num processo que acompanha de muito perto os caminhos da arqueologia portuguesa. Administrativamente e sem concordância do investigador, as instâncias que superintendem a actividade arqueológica, em 2007, deixou de considerar o projeto arqueológico que orientava estas escavações e passou os trabalhos arqueológicos para a categoria de acompanhamento de obra. Este facto haveria de condicionar todo o trabalho futuro e dificultar a pesquisa que estava previamente definida.
- 4 De acordo com Abel Viana, os vestígios identificados foram: o ângulo noroeste de um poderoso alicerce [VIANA 1942, 199], apoiado em maciço de rocha, que se assemelha a uma forte muralha rectangular cuja grossura mede nos topos 4,75 m e nos lados 2,20 m, sendo a superfície calcetada por pequenas pedras embutidas no característico cimento romano, formando um piso [VIANA, 1947, 80] e a camada mais baixa do alicerce, um bocado reentrante, (...) é formada por alvenaria grossa, bem argamassada (opus incertum); de certa altura para cima a alvenaria desaparece por baixo de camadas escalonadas de cimento compacto (opus signinum), formando como que grossas placas sobrepostas moldadas sucessivamente em armações de grandes pranchas, tal como se procede hoje nas construções de taipa [VIANA, 1947, 77]. Sobre as informações de Abel Viana e a sua interpretação veja-se LOPES, 2003, 132-137.
- 5 Parte das paredes do lado norte e este está sob o logradouro do edifício das finanças e o rostra, bastante arruinado por construções posteriores, está em parte no interior do edifício do centro de artes e arqueologia, onde ainda se conserva *in situ* um pedestal de estátua, não foi ainda totalmente escavado e definido.
- 6 A frontaria não está escavada, nem o espaço ao longo da parede oeste, pelo que não sabemos como se faria a entrada.
- 7 A incerteza perante os dados arqueológicos é um atributo da natureza da ciência, sobretudo quando os dados não são integrais. Este facto é relevante e daí a nossa dúvida/crítica sobre teses feitas com base em dados recolhidos em arqueologia de salvamento.
- 8 No título «Pré História e Origem de Beja», publicado no Arquivo de Beja, vol. XVII, fasc. 1, 1960, pp. 73-113, pode encontrar-se a argumentação utilizada para defender que Pax Iulia se fundou sobre Conistorgis, vocábulo que, em seu entender, poderia significar colina sem água, e que não sendo céltico, deveria ser considerado como uma prova da existência do povoado anteriormente a uma invasão celta do século VI a. C.
- 9 Texto que segue de perto LOPES, 2003, 90, 91.
- 10 Se os poderes públicos vierem a permitir que se escave o que resta do espaço do fórum onde se encontram estes edifícios, haverá, acreditamos, possibilidade de recolher factos relevantes que se acrescentem a estes, os quais colmatarão a deficiência de dados no debate vivo sobre a fundação de Pax Iulia.
- 11 Seria importante poder ter as informações recolhidas na escavação do Parque da Bela Vista, na base da muralha que aí se identificou.
- 12 Leite de Vasconcelos, O Archeologo Portuguez; Vol VII, 1902, n.º 10 e 11, p. 243.
- 13 A análise iconográfica comparada com o os exemplos do tipo Piza/Chiaramonti não fornece espessura relevante de elementos coincidentes, desde logo, porque o busto de Beja não tem a franja frontal que caracteriza esse tipo.
- 14 Uma síntese de toda esta questão pode ser apreendida, entre outros, em ROSSO Emmanuelle, «Le portrait tardo-républicain en Gaule méridionale: essai de bilan critique», *Revue archéologique*, 2010/2 (n.º 50), pp. 259-307. DOI: 10.3917/arch.102.0259. URL: <https://www.cairn.info/revue-archeologique-2010-2-page-259.htm>.
- 15 Não dispomos ainda da análise relativa à origem. Sabemos que desde cedo as pedreiras de Triga-ches/S. Brissos, cerca da cidade de Beja, forneceram a matéria prima para os produtos em mármore, mas a cabeça de Beja não etm essa origem.  
A origem em Vila Viçosa, está, também, aparentemente, descartada, pelo que o retrtao terá vindo do exterior.
- 16 Esta localização viabiliza-se, dado que no local onde foi encontrada reaproveitada estavam outros elementos que pertenciam aos edifícios do fórum, incluindo dois capitéis jónicos que estão expostos no museu.

# PAISAJE Y TERRITORIO EN LA *KŪRA* DE *LABLA* (NIEBLA, HUELVA)

JUAN AURELIO PÉREZ MACÍAS\*

## RESUMEN

En este trabajo se trata sobre el territorio que en época islámica estuvo sometido al control fiscal y jurisdiccional de la ciudad de Niebla. Se recogen las indicaciones de las fuentes árabes y los resultados de las últimas investigaciones arqueológicas sobre las distintas comarcas y ciudades de su jurisdicción, el componente étnico de sus asentamientos, las explotaciones rurales, y la red de caminos que comunicaron a esta zona con el resto de ciudades del suroeste de al-Andalus.

## ABSTRACT

In this paper we study the territory that during the Islamic period was subject to the fiscal and administrative control of the city of Niebla. The indications of documentary sources and the results of the latest archaeological research on the different cities and areas of this jurisdiction, the ethnic component of their settlements, rural farms, and the network of roads that communicated to this area with the cities in the southwest of al-Andalus are collected.

En un encuentro de homenaje como éste, queda fuera de lugar glosar las trayectorias de António Borges Coelho, Cláudio Torres, Jorge de Alarcão, José Mattoso, José Luís de Matos y Juan Zozaya, pues sus aportaciones están suficientemente reconocidas a nivel científico. Con la participación en este encuentro solo quiero mostrarles mi agradecimiento por las horas que dedicaron a la interpretación de los documentos escritos y los restos arqueológicos, al estudio histórico en definitiva, para que hoy entendamos mejor a las sociedades que nos precedieron.

Uno de los aspectos en los que más se ha notado el verdadero avance en la investigación de la arqueología medieval ha sido en el estudio del territorio, el poblamiento y la organización administrativa. A obras generales sobre la división administrativa en al-Andalus, entre las que se incluyen los trabajos tempranos de Monés (1957), Arjona Castro (1980) y Vallvé Bermejo (1986), hay que sumar obras específicas sobre algunas de las coras, Sevilla (Valencia Rodríguez, 1988), Algeciras (Torremocha Silva, 2004),

\* Universidad de Huelva.

*Ilbira* (Sánchez Martínez, 1975), y otras (*Saḡūna*, *Tudmīr*, *Firriṣh*, *Faḥṣ al-Ballūt*, etc.), una lista de aportaciones demasiado extensa para compilarla en un párrafo introductorio como éste. Desde un punto de vista más modesto intentaré resumir lo que conocemos sobre el distrito de Niebla (Huelva) en época medieval islámica.

Entrando ya en el tema, la primera gran obra de referencia sobre el territorio de Niebla en época islámica es el libro sobre Huelva de R. Amador de los Ríos, editado por primera vez en Barcelona en 1891, y felizmente reeditado en 1983 por la Diputación Provincial de Huelva (Amador de los Ríos, 1891). Sin embargo, los acercamientos científicos, de lectura crítica de las fuentes y utilización de los primeros datos arqueológicos, comenzaron con la obra de F. Roldán Castro (1993a) y han continuado después con la de L. García Sanjuán (2003).

El trabajo de F. Roldán Castro (1993a) era una aproximación monográfica sobre la Niebla andalusí. Era la primera vez, por tanto, en la que se trataba a la *Kūra* de *Lablay* y el papel histórico que había jugado esta importante *madīna* de *Garb al-Andalus*. A partir de las noticias de las fuentes árabes y de los escasos restos arqueológicos conocidos, se abordó el estudio de los límites territoriales y de los principales asentamientos de su *amelía* de manera valiente, situando los distritos de la *cora* e identificando los principales asentamientos.

El trabajo de L. García Sanjuán destaca sobre todo por su lectura crítica de las fuentes, lo que le ha llevado a plantear interesantes conclusiones sobre la evolución histórica, la organización administrativa, el poblamiento rural y urbano, y la vida intelectual (García Sanjuán, 2003). A pesar de su pulcro manejo de las fuentes, algunas de sus conclusiones pierden credibilidad por el abuso de argumentos *ex silentio*.

El panorama del territorio de la *cora* de Niebla cuenta ya, por tanto, con unas líneas maestras que permiten encuadrarla a grandes rasgos. Des-

tacan las prospecciones y excavaciones sistemáticas que se han llevado a cabo en los proyectos de investigación de Saltés (Bazzana y Cressier; 1989; Bazzana y Bedia, 2005), de la Tierra Llana (Campos y Gómez, 2001) y de Arqueología Urbana en Niebla (Campos, Gómez y Pérez, 2007). También han sido de utilidad las intervenciones de urgencia o emergencia, algunas de las cuales son fundamentales para determinar la naturaleza de algunos sitios arqueológicos, como las llevadas a cabo en el entorno del Castillo de Alpízar (Mercado *et alii*, 2001), las del Castillo de Gibrleón (Bedia y Carrasco, 1987; Pérez Macías, 2014), y La Almagra (Vidal *et alii*, 2008). Ofrecen también datos de interés la prospección del término municipal de Bonares (Pérez Macías, 2002a) y la publicación de algunos asentamientos rurales, como el Cabezo de la Mina (Pérez Macías, 2002c), Los Parrales (Pérez Macías, 2003), y Vallelejo (Pérez Macías, 2002b). En las páginas que siguen vamos a esbozar una aproximación a la geografía de la *Corra* de Niebla y a las formas de ocupación de este espacio, que a modo de recapitulación permita comprender las diversas formas de explotación del territorio.

## CONQUISTA Y POBLAMIENTO

Se acepta de forma unánime que el territorio que formaría el corazón de la *Corra* de Niebla fue sometido por las tropas de Mūsā b. Nuṣayr en el año 712, y que tras su sublevación serían incorporadas definitivamente por su hijo ‘Abd al-‘Azīz b. Mūsā en el 713 (figura 1). Pero las fuentes son confusas y no hay unanimidad sobre los acontecimientos (García Sanjuán, 2003, 51-56). Nada ha quedado reflejado en las fuentes sobre la política de asentamiento de los conquistadores y de los pactos que se alcanzaron con la nobleza local, pero de ambos fenómenos tenemos constancia a partir de otras informaciones. Entre ellas las referencias a las familias de origen yemení que detentaron el poder en las principales ciudades de la *corra* (Roldán Castro, 1993a: 165 y ss), los Yashṣubīes en Niebla, del tronco de los Qaḥṭānīes, y los Bakrīes en Huelva, del tronco de los ‘Adnānīes. En Niebla se han documentado otras familias de la rama de los Qaḥṭānīes: Anṣārīes, Gassānīes, Sakūnīes, Lajmīes, Banū Ḥaraz, Qudā’īes y Jusāynīes. Dentro de los ‘Adnānīes se encuentran: Omeyas, Fihir Qurayṣ, Qays ‘Aylān, Banū Salūl, y Banū Iyād. Por desgracia, no conocemos la dispersión de estas familias árabes en el territorio, lo que hubiera sido de gran ayuda para poder adentrarnos en el reparto de las tierras a los conquistadores. Parece que de las menciones a Niebla y a Huelva como sede de algunas de las importantes familias árabes, muy visibles sobre todo después de la toma del poder en la época de las primeras taifas, puede colegirse que estas familias se asentaron en la zona después de la conquista, y que accedieron a las mejores tierras de la campiña entre Niebla y Huelva, los centros urbanos más importantes desde época romana. Aunque algunas de estas familias pudieron llegar más tarde debido a los movimientos migratorios en el interior de al-Andalus, esta situación refleja a nuestro juicio que el asentamiento árabe se produjo fundamentalmente en las tierras de los antiguos municipios romanos. Es en estos lugares donde se producen los primeros intentos de rebelión de la nobleza

árabe, como los casos de al-Yashṣubi al-Maṭarī y de Yahya al-Yashṣubi en tiempos de ‘Abd al-Rahmān al-Dājil.



Figura 1 – Murallas de Niebla.

A estas familias árabes hay que sumar los contingentes sirios que llegaron con Balʿ en el 741. Aunque hay divergencias en las fuentes (García Sanjuán, 2003: 62), parece que en los distritos de Niebla y Sevilla se estableció el ʿyund de *Hjms*, que también saldría beneficiado con repartos de tierras (Manzano Moreno, 1993).

Hace ya algunos años propusimos que determinados hábitats fortificados, con paralelos en el norte de África, podrían corresponder a poblaciones bereberes (Pérez *et*

*alii*, 1988), pero las fuentes no refieren su presencia en la zona (García Sanjuán, 2003: 58-60). No obstante, habida cuenta de los grupos que se establecen en comarcas cercanas del suroeste, como la *Kūra* de *Mārida* (Franco Moreno, 2005), es prudente no descartarlo totalmente.

No debe ser casual tampoco que no se detecten movimientos de rebeldía de la antigua nobleza asimilada en estas ciudades, mientras que si hay suficientes testimonios de la perduración del sistema de poder en zonas más distantes de estas ciudades, donde probablemente la nobleza hispanogoda se sometió por pactos bajo el estatuto de *muwallā dun* y continuó detentando todo su poder económico y social hasta el siglo IX. Las rebeliones de estos señores muladíes siempre se relacionan con un nuevo núcleo del que no hay constancia de poblamiento en época romana o en la antigüedad tardía, lo que quizás deba interpretarse en el sentido de que fueron lugares que constituían el centro de poder de su territorio. Tal es el caso, por ejemplo, de la rebelión de Ibn Jasīb en *Munt Mayur*, topónimo que se ha relacionado con Montemayor (Moguer). A partir de estas rebeliones aparecen en las fuentes menciones a otros asentamientos, que permiten vislumbrar también un origen muladí para estos lugares, como *al-Munt*, que se ha situado en la localidad de Almonte, y *Balāḥiṣ*, quizás Bollullos par del Condado, que se citan a propósito del enfrentamiento entre Ibn ‘Ufayr de *Yabal al-‘Uyūn* (Gibraleón) e Ibn Marwan al-ʿYillīqī. La nobleza muladí todavía detentaría un amplio poder en la zona, pues excepto en las ciudades de Niebla y Huelva, se mueve en asentamientos menores, algunos de ellos creados *ex novo* en un proceso de encastillamiento. De la riqueza patrimonial en bienes raíces de las familias muladíes da idea también el topónimo de *Munt Liṣum*, identificado con la Hacienda de Montija en los alrededores de Huelva, de donde procedían los antepasados muladíes de Ibn Ḥazm (García Gómez, 1979: 30).

No existe el más leve indicio de cómo mantuvieron estos señores muladíes su poder desde época visigoda. Parece claro que no pertenecían a la alta nobleza visigoda que estableció pactos de capitulación con las tropas musulmanas, a la manera del Teodomiro o la familia de Witiza. Es posible que siguieran detentando su poder mediante el vínculo de la *walā*; como parece que fue la asimilación generalizada en el valle del Ebro y en concreto con el linaje de los Banū Qasī (Lorenzo Jiménez, 2002: 343), aunque tampoco tenemos noticias de ello. Si es evidente que los *aṣḥāb* hispanovisigodos predominaron en determinadas circunscripciones rurales, en torno a nuevos asentamientos de los que aún no contamos con suficientes elementos de juicio para clasificarlos (*al-Munt*, *Munt Mayur*, etc.). Tampoco las menciones de las fuentes permiten conocer el verdadero comportamiento del campesinado adscrito a estos territorios, y solo la no participación de las ciudades de Niebla y Huelva, donde predominaban los linajes árabes, puede entenderse en el sentido de que las revueltas fueron esencialmente rurales, auspiciadas por la lucha de poder entre los propios señores territoriales en su juego de alianzas. Sin embargo, la resistencia nunca sería fuerte, pues la sola presencia de las tropas emirales enviadas por ‘Abd Allāh o ‘Abd al-Raḥmān al Nāṣir bastaba para sofocar los levantamientos. No creemos que se trate del modelo de los *ḥiṣn* complejos que ha propuesto M. Acién (2001) en otros lugares de al-Andalus, ni por su situación en llano ni por los restos conservados. Ya he apuntado en otra ocasión que quizás no debamos entender todos esos *munt* simplemente como asentamientos en altura, pues si atendemos a su propia etimología latina (montes) también son sinónimos de grandes propiedades, bien atestiguada tanto en época romana como en la actual (Pérez Macías, 2006).

Por último, en tierras de la campiña quedaría también poblamiento mozárabe. Sabemos que el obispado de Niebla siguió existiendo en

época islámica y que se mantuvo hasta época almohade. Se conoce que en el 1147 el obispo de Niebla y los de Sevilla y Medina Sidonia huyeron hacia las tierras de Toledo y Talavera (Simonet, 1983: 763). La comunidad mozárabe en el territorio de Niebla ha dejado huellas documentales en la ciudad, de donde procederían María y su hermano Walabonso, dos de los mártires del denominado mozarabismo radical según Eulogio de Córdoba (Roldán Castro, 1993a: 205). Otra de las citas recoge la existencia de una comunidad cristiana en la ciudad de Saltés, donde según los testimonios de al-Ḥimyarī se dedicaban al trabajo del hierro (reducción y forja) para alimentar a las industrias de construcción de barcos. Más difícil es rastrear la existencia de comunidades cristianas en el medio rural, donde debían dedicarse en su mayoría a la agricultura. La única evidencia con la que contamos es la campana mozárabe procedente de la finca de Los Ronzones en Aljaraque (Bedia, Beltrán y López, 1990), que puede ser considerada como una prueba de la existencia de pequeñas aldeas cristianas con sus iglesias (figura 2).



Figura 2 – Campana mozárabe de Los Ronzones (Aljaraque).

## JURISDICCIÓN Y GEOGRAFÍA

A partir de los autores árabes, principalmente al-‘Uḍrī, al-Ḥamawī e Ibn Gālib, F. Roldán Castro (1999) ensayó la identificación de los distritos de su territorio, que aparece definido ya como unidad administrativa desde mediados del siglo VIII, cuando



uno de los contingentes sirios del ejército de Balṯ, el ṡund de *Hims* (Emesa), se estableció en Sevilla y Niebla. De entre todos ellos las notas más interesantes son las del autor almeriense, que realizó una relación completa de sus distritos. Entre estos distritos se encontraban el *iqḷim al madīna*, el territorio más cercano a la ciudad, *iqḷim Wāstar*, que F. Roldán identifica con la antigua ciudad romana de *Ostur*, y el *iqḷim Baršilyāna*, que se encontraría en el camino de Niebla a Sevilla, que asimiló con el topónimo de Dehesa de Purchena, en término municipal de Chucena. Más problemáticas resulta la identificación geográfica de los *aqālim* de *Bišinyāna*, *Tarkūna* y *Qāšturuḥ*. En otros casos estos distritos tienen por cabecera a las ciudades más importantes de la cora, el de *Yabal al-ʿUyūn*, identificado sin dudas con el asentamiento de Gibraleón, y el distrito de *Wanyut*, que considera un error, pues debería tratarse del distrito de *Awnaba* (Huelva), mencionado también por Yācūt al-Ḥamawī.

Con estos datos F. Roldán realizó el esbozo de los límites de la cora de Niebla en relación con los territorios de las de Beja y Sevilla, que también estaban presentes en la actual provincia de Huelva. Al Este limitaría con la Cora de Sevilla, donde se encontraba el distrito sevillano de *iqḷim al-Baṣal* (García Sanjuán, 2002b), cuya cabecera era la ciudad de *Talyāṭa* (Tejada la Nueva); según las distancias que ofrecen al-ʿUḍrī y al-Ḥimyarī la frontera entre ambas coras debería situarse en la zona de El Condado y las marismas, aunque R. Valencia (1988) considera que las marismas formaban parte de la cora de Sevilla. Por el noroeste lindaba con otros distritos sevillanos, los de *al-Munastīr*, que se ha reducido a Almonaster la Real, y el de *Qarṭašāna*, cuya situación es discutida, en Cortegana o Aracena. En cualquier caso, ambas localidades forman parte de la zona septentrional de la provincia de Huelva, por lo que todo este sector pertenecería a la Cora de Sevilla. Los límites más septentrionales confinaban según al-ʿUḍrī con la Cora de Beja, donde se encontraba uno de sus distritos, el de *Awrūš* (Aroche). En la zona de la desembocadura del Guadiana se encontraría el contacto entre las coras de Niebla y la de *Ukšūnuba* (Faro).

Más allá de esta perspectiva macroscópica que nos permite situar el marco geográfico, no contamos con datos suficientes para ir delineando sus límites precisos. Hace ya algunos años propuse que podíamos recurrir a las fuentes cristianas de repoblación para suplir estas carencias (Pérez Macías, 2001). Esto ya fue subrayado por A. Arjona Castro al destacar que después de la conquista cristiana cuando había controversias de límites entre las posesiones de los concejos y los señoríos eclesiásticos o nobiliarios se recurría a «...peritos moros que señalaban las lindes como estaban en tiempos de Miramamolín...» (Arjona Castro, 1980: 16). Esta circunstancia está presente también en la Cora de Niebla, pues en el deslinde de los términos de Niebla, Huelva y Gibraleón inmediatamente después de la conquista (1267) se siguieron los «...concejos de moros sabidores de la tierra e de los términos...» (Anasagasti y Rodríguez, 1984: 20). En nuestro caso contamos con la ventaja de que la conquista de Sevilla se produjo años antes que la de Niebla (Roldán Castro, 1993b; García Sanjuán, 2000), y durante ese tiempo Niebla fue reino independiente, vasallo de Castilla. Esta circunstancia nos ofrece enormes ventajas para ir definiendo el territorio de Niebla, máxime cuando su circunscripción administrativa se perpetuó en época bajomedieval, como

reino independiente cedido por Alfonso X a su hija Doña Beatriz, casada con Alfonso III de Portugal, en concejo independiente posteriormente, y finalmente en condado cuando los Guzmanes, Señores de Sanlúcar, recibieron la merced del Condado de Niebla (Ladero Quesada, 1992). A lo largo de todo este dilatado período de tiempo los límites de Niebla fueron sustancialmente los mismos (figura 3).

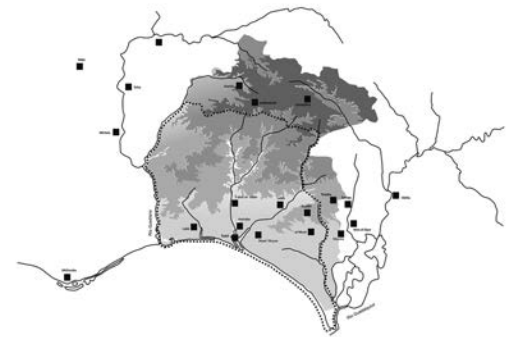


Figura 3 – Límites de la Cora de Niebla y ciudades del entorno.

Siguiendo este mismo criterio J. Sánchez Velasco propone que ése debió ser también el territorio del obispado de Niebla en época visigoda (Sánchez Velasco, 2010). En el caso de Niebla la cora quedaría fijada a partir de una división administrativa anterior que no puede ser otra que la administración eclesiástica. En época romana toda esta zona se encontraba dentro de la provincia de *Baetica* (*conventus hispalensis*). Esta división debió sufrir transformaciones en la época bajo-imperial con la creación de la *Diocesis Hispaniarum*, a partir de la cual en la antigüedad tardía se diseñaría la división eclesiástica en obispados y sus sedes sufragáneas. Los obispos ocuparían la sede de los antiguos *conventus* y de ellos dependían los obispos sufragáneos, con jurisdicción sobre su propio territorio.

Niebla siguió sin conquistar una vez que se había tomado Sevilla. En ese momento se respe-

taron los términos de Niebla en cuanto estado vasallo. Bien es verdad que algunos enclaves, como Gibrleón, habían sido cedidos (Ramírez del Río, 2012), pero siguieron formando parte de Niebla. Desde este punto de vista, el Libro de Repartimiento de Sevilla es un documento de excepcional valor para que ensayemos por dónde discurrían los términos de la tierra de Sevilla, que se quería repoblar (González, 1951), y el reino de Niebla, que todavía se mantenía independiente. Muchos de esos topónimos de repoblación han perdurado hasta la actualidad en forma de pueblos o en el nombre de haciendas, lo que nos permite fijar de manera bastante aproximada los límites de la parte oriental de la cora de Niebla, aquélla que tenía frontera con el *iqṭm* sevillano de *al-Baṣal* y *Talyāṭa* (Tejada la Nueva).

Este distrito de Tejada puede identificarse con el área jurisdiccional que corresponde al posterior Campo de Tejada (Díaz, Campos y Borja, 1993), que se extiende por la parte oriental de la provincia de Huelva y el occidente de la provincia de Sevilla, cuyo límite físico era el río Guadamar. A partir del Repartimiento de Sevilla se conocen una serie de lugares que fueron repoblados en esta zona, entre ellos Purchena (Los Cascos, Chucena), Benafic (Benafique, Manzanilla), Manchanilla (Manzanilla), Lapiçar (Castillo de Alpizar, Paterna del Campo), Bardajena (Barbacena, Escacena del Campo), Ontujena (Tujena, Escacena del Campo), Paterna Fabula (Paterna del Campo), Escacena (Escacena del Campo), Garranchena (Dehesa de Garranchena, Hinojos), Espechilla (Dehesa de Espachilla, Huévar del Aljarafe), Leirena (Dehesa de Lerena, Huévar del Aljarafe), Charracena (Huévar del Aljarafe), Gelorauz (Coto de Gelo, Hinojos), etc. A juzgar por los casos de Alcalá de Tejada (Pérez Macías, 2011), Purchena (Pérez y Serrano, 2004) y Alpizar (Mercado *et alii*, 2001), se trataría casi con toda seguridad de alquerías musulmanas repobladas. Curiosamente, existe en la zona un topónimo que quizás nos indique el límite entre

este distrito sevillano y la cora de Niebla. Se trata del Arroyo del Algarve, que en algunos de los documentos del Repartimiento aparece citado como «río de Abenmafon» (González, 1951, II: 262). Por todo ello, las tierras del término de Bollullos Par del Condado formarían el extremo oriental de la cora, en la frontera con el distrito sevillano de Tejada, y tal como indica F. Roldán en esta zona deberíamos situar el distrito de *Baršilyāna*.

El sector que recorre al río Tinto es donde detectamos que pudieron producirse cambios de jurisdicción. Esto se intuye porque la mayor parte de los autores siguen las descripciones de este río y sus lugares de nacimiento según las noticias de al-Razī, que lo trata siempre en relación a Niebla (Roldán Castro, 1993a). Sus comentarios se centran en las tres fuentes que forman su nacimiento, una cargada de sulfato de hierro (aceche o caparrosa), otra de alumbre (sulfato de hierro y potasio) y otra de agua dulce (figura 4). Sin embargo, con la conquista de Sevilla toda esta zona quedó incorporada a su alfoz, por lo que debemos interpretar que en época almohade había pasado a depender de Sevilla. Más tarde (1279) se cedió su jurisdicción al Arzobispado de Sevilla (Jiménez Martín, 1975; González Jiménez, 1991, doc. 455; Montes Romero-Camacho, 2001), que tenía su cabecera en el lugar de Çalamea (Zalamea del Arzobispo, actual Zalamea la Real), de la que siguió dependiendo hasta la creación del pueblo de Riotinto en el siglo XVIII y su emancipación municipal en 1841.



Figura 4 – Minas de Riotinto. Cerro Salomón y sus cortas mineras.

Las razones de este cambio no están claras, pero debemos de aclarar que a partir del siglo XII las minas de Riotinto ocuparon un papel de mayor relevancia en la producción metálica andalusí (Pérez Macías, 1999), de hierro con toda seguridad y de cobre probablemente. No debe desdeñarse, por tanto, que la mayor importancia económica y estratégica de la cuenca minera de Riotinto a lo largo de los siglos XII y XIII hubiera sido la causa de que su administración pasara a Sevilla. Si fueran ciertas nues-

tras consideraciones, planteamos que toda esta zona minera, incluida la mina de Aznalcollar (Hunt Ortiz, 1990: 290), pertenecería al distrito de Tejada.

En la parte septentrional de la cora la clave la ofrece el territorio que pertenecía a Aracena en la Baja Edad Media, en primer lugar el denominado Priorato de Aracena y después el Principado de Aracena (Pérez-Embid Wamba, 1995), que según las fuentes era el término que «había en tiempos de Miramolín» (Pérez Macías, 2001: 57). Hemos identificado todo este territorio con el distrito de *Qaṭrašāna*, que se extendería por toda la zona occidental de la sierra de Huelva, desde Higuera de la Sierra (antigua Higuera junto a Aracena) hasta Galaroza, donde se encontraría el límite con la Cora de Beja, en la linde con el distrito de *Awṛūš* (Aroche); los límites con el distrito sevillano de *al-Munastīr* (Almonaster la Real) se situarían en Alájar y Campofrío. En la comarca de Riotinto la separación de la cora de Niebla y Sevilla se encontraría en el río Tintillo y su unión con el río Odiel, la línea de separación de Campofrío y Aracena con Zalamea la Real.

La zona noroccidental de la sierra de Huelva se repartiría entre el distrito de *al-Munastīr*, que se prolongaría hasta el nacimiento de la Rivera de Chanza, y *Awṛūš*, que formaba parte de la cora de Beja. La frontera entre ambos se situaría a la altura de Cortegana, que acaso existiera ya desde época islámica según se deduce de su inclusión en el alfoz de Sevilla en 1253 (González Jiménez, 1991, doc. 80). Como hemos tenido ocasión de defender en otra ocasión (Pérez Macías, 2001), no creemos que pueda identificarse por el parecido de nombres con la cabecera del distrito de *Qaṭrašāna*, como se ha propuesto sin otros argumentos (García Sanjuán, 2003; Sánchez y Valor, 2004). A este respecto, entre otras consideraciones ya expuestas, no existen niveles islámicos en el castillo de Cortegana (Valor, López y Casquete, 1999), mientras en el castillo de Aracena son bastante significativos (Romero, Rivera y Pérez, 2015; Canto, Romero y Rivera, 2015).

El distrito de Aroche se extendería hasta el Arroyo de la Raya, donde se ha situado tradicionalmente la separación de los términos de Aroche y Serpa, o acaso en el Guadiana, de modo que Serpa y Moura entrarían dentro del distrito de Aroche. Esta especial relación entre Aroche y las localidades portuguesas de Serpa y Moura está corroborada por los lazos familiares entre la nobleza muladí de la zona (Macías, 2005: 150-160), como el ejemplo de la familia Maslama de Aroche y Farach b. Jayr al-Tūtāliqū, cuya nisba alude a *Tūtālica*, que se ha situado en término de Moura (Torres, 1992). Sea como fuere, la separación del distrito de Aroche y la cora de Niebla sería el Arroyo de Pierna Seca, en la linde de Rosal de la Frontera y Santa Bárbara de Casa. El término de Santa Bárbara de Casa formaba parte de la cora de Niebla, mientras el de Rosal de la Frontera lo estaba en la cora de Beja. En época bajomedieval y moderna, Niebla hizo en el término de Santa Bárbara varios intentos de repoblación, de no mucho éxito, con la aldea de Fuentecubierta (Collantes de Terán, 1977). Antes de la fundación de Rosal de la Frontera en el siglo XIX (Cortés Ballesteros, 1995), el término de Aroche se extendía hasta la frontera portuguesa, donde estaba su aldea de El Gallego, destruida en el transcurso de la Guerra de Restauración Portuguesa.

A pesar de todo esto, parece claro que en época andalusí la margen izquierda del Guadiana se incorporó a Beja, pues tanto Aroche, como Serpa y Moura pertenecían a

la cora de Beja (Macías, 1996 y 2005; Macías y Lopes, 2012). No obstante, queda pendiente un problema, saber dónde se encontraban los límites entre *Mirtula* (Mértola), Serpa (*Sirba*) y (*Awṛūš*). En realidad el problema arranca del desconocimiento de la frontera entre la Bética y la Lusitania en época romana en esta zona (García Iglesias, 1972), y si hemos de situarla en el topónimo *Fines* (Sillières, 1990), que se encontraba entre Serpa (*Serpia*) y Aroche (*Arucci*), y este panorama se complica por las controversias territoriales emanadas de las conquistas portuguesa y castellano-leonesa (Conflicto del Algarbe).

En bastante probable que una parte de la margen izquierda del Guadiana perteneciera a (Serpa), una fortificación de larga trayectoria histórica, bien constatada por la arqueología y por las fuentes (Macías, 2005: 150-155). Es revelador que uno de los primeros episodios de disputa después de las conquistas portuguesa y castellana fuera la división de términos entre Serpa y Niebla, que quedaron en primera instancia en manos castellanas gracias a los acuerdos de Alfonso X de Castilla y Alfonso III de Portugal. Se hacemos caso a esta división de términos, en la que se cita a la aldea de Cambas, que se ha identificado con Santa Ana de Cambas (Anasagasti y Rodríguez, 2006: 51), una buena parte de ese territorio entre Guadiana y Chanza correspondería a Serpa, con lo que la tierra de Aroche no pasaría de la línea del Chanza. Por otra parte, en la documentación no se menciona ningún litigio entre Mértola y Niebla más allá de la línea de Chanza.

Según S. Macías la carta foral de Mértola puede servir de guía para trazar los límites de Mértola en época islámica (Macías, 2005: 81-83). En ese documento se recoge que su territorio se extendía por la margen izquierda del Guadiana un tercio del espacio en dirección en Serpa, Alfayate de la Peña y Ayamonte. Sin embargo, parece que en este documento se está

recogiendo una nueva realidad, la conquista portuguesa de la Orden de Santiago, que precisamente ocupó al otro lado del Guadiana los asentamientos de Alfayat de la Peña y Ayamonte. Por un lado, no creemos que el término de Mértola se extendiera más allá del encuentro del Guadiana y Chanza, ya que en ese tramo hasta la desembocadura del Guadiana es, como se ha referido, una frontera natural y tradicional, y debería servir de límite de las coras de Faro y Niebla. El esclarecimiento se complica porque no contamos con una descripción clara de los distritos de la Cora de *Bāya* (Beja), pues solo se citan como ciudades importantes las de *Yābura* (Évora), *Mirtula* (Mértola), *Qasr Abi Danis* (Alcacer do Sal), y *Awruš* (Aroche). Si interpretamos estas ciudades como distritos, tendríamos que asignar toda la margen izquierda del Guadiana hasta el Chanza a Mértola, y como se indica en el foral de Mértola, una parte sería de la propia Mértola y otra de Serpa. Especialmente significativa es la posición de Serpa, que no aparece por la documentación textual árabe que tuviera jurisdicción propia, lo que debemos interpretar en el sentido de que formaría parte de los *aqālim* de Mértola o Aroche. Esto choca con la importancia que adquirió esta ciudad en época almohade bajo el gobierno de los Banū Wazir (Macías, 2005: 150-155; Khawli, 1997). De cualquier modo, nos parece que el Chanza y la Sierra de Aroche serían los límites naturales de la Cora de Beja.

Rescapitulando, los límites septentrionales de Niebla con la cora de Sevilla pueden establecerse en la Sierra de Aracena, en el término actual de Campofrío, cuyo resalte ofrecía una buena línea de delimitación. La frontera con Beja se situaría en la Sierra de Aroche (Sierra Pelada y Sierra de Calabazar), que rompe también el suave paisaje alomado del Andévalo, y en el Chanza, cuya margen derecha se repartirían entre Serpa y Mértola. En la parte occidental nos parece que el río Guadiana formaba una barrera natural lo suficientemente importante con la cora

de Faro, y en este aspecto conviene recordar el comentario de al-‘Udrī, para quien los términos de Niebla confinan con los de Faro en el Guadiana, cerca de la desembocadura del mar (Roldán Castro, 1993a).

## DEMOGRAFIA Y ECONOMÍA

Con este encuadramiento geográfico, que no pretende fijar los límites exactos sino caracterizar el espacio de la circunscripción de Niebla, su territorio albergaría suelos de muy distinta naturaleza. Los espacios de marisma en las desembocaduras de los principales ríos de la región (Guadalquivir, Tinto, Odiel, Piedras y Guadiana) y el litoral, con buenas condiciones para el desarrollo de las industrias derivadas de la pesca, entre las que las fuentes resaltan la producción de salazones en el asentamiento de Saltés, cuyos productos se vendían en Sevilla según al-Maqqarī (Bazzana y Bedia, 2005: 384). Las ricas tierras de campiña de margas y limos arenosos, de gran capacidad agrológica. Y como complemento unas tierras de interior, más montuosas, de raquíuticos suelos paleozoicos, poco aptos para la agricultura, pero aprovechables desde el punto de vista ganadero y minero. Estas tierras forman parte de la Zona Geológica Surportuguesa, donde se extiende la Faja Pirítica Ibérica, con abundantes yacimientos en masa de sulfuros polimetálicos, explotados en época romana para plata y cobre, y numerosos yacimientos filonianos de sulfuros de cobre y hierro, una comarca que aparece definida en la documentación bajo-medieval como «Sierra de Niebla» (Ladero Quesada, 1992: 32).

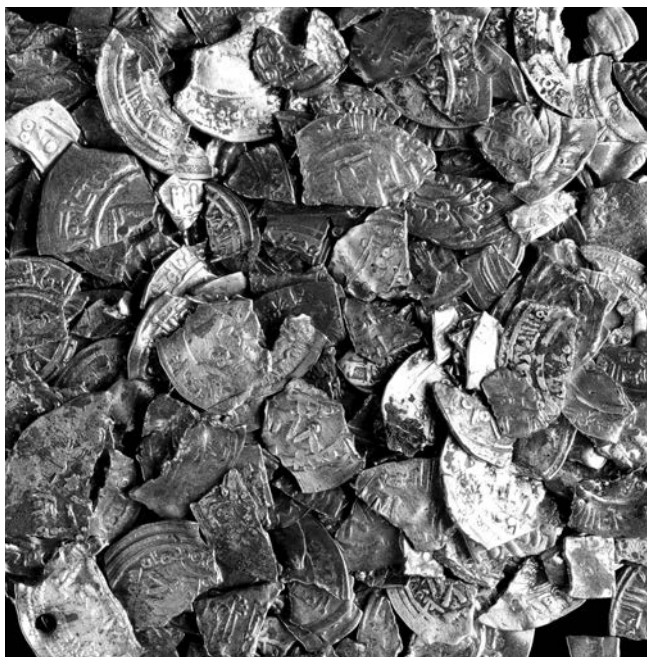


Figura 5 – Tesorillo de Huelva.

Dentro de este espacio hay que subrayar en primer lugar que la ordenación del territorio se lleva a cabo desde las ciudades, y desde este punto de vista hemos de llamar la atención sobre la importancia que adquieren los núcleos urbanos en la delimitación de los *aqālim* que están bien identificados, los de Niebla, Huelva (figura 5) y Gibrleón. Este hecho refleja la preponderancia que adquiere en al-Andalus el mundo urbano, un fenómeno bien conocido en otros territorios, pero que en esta zona tiene una mayor significación, pues en época romana la ordenación del territorio se llevó a cabo desde las ciudades de *Ilipula* (Niebla), *Ostur* (Mesa del Castillo), *Onuba/Onoba* (Huelva) e *Ituci* (Tejada la Nueva). Ya desde momentos emirales las fuentes nos recogen otras ciudades, como *Yabal al-'Uyūn* (Gibrleón), y a lo largo de este período se citan asentamientos que probablemente correspondan al embrión de otros núcleos urbanos, como *al-Munt* (Almonte) y *Balāliš* (Bollullos Par del Condado). Es bastante probable incluso que los centros de otros distritos que no están identificados, como los *aqālim* de *Bišinyāna*, *Tarkūna* y *Qāšturuh*, sean asimismo nuevos centros, pequeñas aldeas nacidas al calor de los caminos o de las explotaciones agrícolas.



Figura 6 – Murallas de Gibrleón.

Desde nuestro punto de vista, este incremento de los asentamientos con categoría urbana, de ciudades y aldeas, se debe a dos factores. De un lado, un mayor flujo comercial y el aumento de la red de caminos, demasiado monopolizados en época romana por el tráfico de metal desde las minas y al abasto hacia las cuencas mineras. La nueva dinámica tiende a comunicar unos asentamientos con otros y a todos con otras provincias de al-Andalus. Éste puede ser el caso de Gibrleón (figura 6), que a partir de época emiral nace como núcleo urbano en el lugar de vado más favorable del río Odiel, fundamental para las comunicaciones con las tierras del occidente de al-Andalus.

Más relevante aún sobre el papel que va adquiriendo el mundo urbano desde época andalusí será la aparición de una serie de enclaves en comarcas en las que en época romana existía un vacío de vida urbana. Me refiero al sector occidental de la costa de Huelva, el que se prolonga desde la desembocadura de los ríos Tinto y Odiel hasta el estuario del Guadiana. En la costa oriental el amplio desarrollo de trenes de dunas hacían imposible la perduración de los asentamientos, y su explotación se centró en el aprovechamiento de las marismas y los pastos marismeros para la cría de caballos para la caballería cordobesa, cuyas cualidades fueron resaltadas por los cronistas de la época (Valencia Rodríguez, 1993: 13).

Desde época prerromana la costa ocuparía un lugar destacado en el poblamiento con el nacimiento de los primeros poblados pesqueros, una industria que incrementó su presencia en época alto-imperial romana en el sector de la Ría de Huelva (Huelva, Isla de Saltés, Isla de la Cascajera y Punta Umbría). En época bajo-imperial se extendió por los estuarios de los ríos Piedras, Carreras y Guadiana. Ninguno de estos asentamientos perdura en época medieval, pero en sus alrededores surgen pequeñas aldeas o ciudades, siendo significativos los casos de *Lab*

(Lepe), de Ayamonte, y probablemente Cartaya. La mención a *Labba* no deja de ser puntual (Roldán Castro, 1993a: 299; Valencia Rodríguez, 1996; García Sanjuán, 2003: 262) y de Cartaya no existe más que una suposición de que corresponda al topónimo *Qirqiya* que aparece como uno de los distritos de Niebla (Roldán Castro, 1993a: 299), pues la documentación medieval indica un origen bajomedieval (Lora Serrano, 1988). De Ayamonte existe, no obstante, la certeza de que era un asentamiento de interés estratégico por su posición en la desembocadura del Guadiana, y este hecho la convirtió en objetivo preferente de la conquista de la corona portuguesa con el concurso de la Orden de Santiago en tiempos de Sancho II (Mattoso y de Sousa, 1993: 123-124). Si hacemos caso a su nombre, con un compuesto de *munt*, bien pudiera ser también otro asentamiento de origen muladí, y no hay que descartar que surgiera en época emiral, para proteger la entrada del río (figura 7).

La vitalidad de este asentamiento litoral se manifiesta de manera palpable en la ciudad de Šaltīš (Saltés), nacida al calor de la industria pesquera y de la construcción de barcos (Bazzana y Cressier, 1989; Bazzana y Bedia, 2005), como queda de manifiesto en las fuentes árabes y en los talleres metalúrgicos relacionados con la industria naval (Bazzana y Traut, 1997), aunque también existen indicios de la importancia de la explotación agrícola (García Sanjuán, 2001). Hizo sombra a la ciudad de Huelva, con la que parece formar una especie de dípolis a uno y otro lado de la ría del Odiel. Su origen creo que debemos buscarlo en la concentración de la población de las numerosas villas marítimas romanas del estuario del Odiel en la Isla del Almendral, pues mantuvo pujante la importante industria pesquera de esa época. Su posición urbana quedaría reforzada con la prolongación de su alfoz en tierra firme, como demuestra la existencia de la aldea de El Rincón de Saltés (Villegas y Mira, 2012). A nuestro juicio es un

caso paradigmático de como el poblamiento disperso de época romana fue capaz de concentrarse en época andalusí para dar lugar a nuevas entidades urbanas.



Figura 7 – Foto antigua del Castillo de Ayamonte.

Hay otros ejemplos que pudieron surgir como pequeñas aldeas campesinas. Tales son los casos de Moguer y Palos. De Moguer solo conocemos de su existencia por la mención al santón ‘Abd Allāh al-Mugawiri (Valencia Rodríguez, 1993: 26), pero desconocemos la entidad de esa población. La situación de Moguer junto a la ribera del río Tinto la convertiría en un lugar muy propicio para la producción agrícola en sus tierras de campiña y para las industrias derivadas de la pesca.

Del asentamiento de Palos tenemos mayor información gracias a las excavaciones llevadas a cabo en el Castillo de San Jorge, en el que se ha documentado un lote cerámico de tipología islámica en el tapial (Pozo, Campos y Borja, 1996: 125). Aunque el castillo no es islámico, la utilización de tierras con materiales islámicos habla a favor de considerar que en los alrededores existió poblamiento islámico. Las fuentes árabes sitúan en este lugar a la aldea de *Tawba*, que se encontraba junto a un ribat (Valencia Rodríguez, 1993: 12; García Sanjuán, 2003: 229), que la toponimia del vecino paraje y monasterio de La Rábida confirman. Las intervenciones arqueológicas realizadas en Monasterio de la Rábida no encontraron rastros de una ocupación islámica anterior, pero es posible que el ribat y esa aldea se encuentren en el vecino Cabezo Alcalá, donde las exploraciones de J. Bonsor y A. Schulten localizaron un asentamiento islámico con silos de almacenamiento (Pérez, Batanero y Rodríguez, e.p.).

Como complemento de todo lo expuesto anteriormente, los trabajos de prospección y excavación llevados a cabo en los últimos años nos permiten un acercamiento al sistema de explotación rural en estas comarcas más urbanizadas. La campiña era una zona que alcanzó gran desarrollo económico en época romana. Sin embargo, por importante que fuera el nivel de ocupación del suelo, los datos conocidos en las últimas campañas de prospección nos permiten concluir que en época medieval islámica se incrementó el número de asentamientos rurales (figura 8). Las fuentes árabes





mina se han registrado contextos de época medieval islámica (Pérez Macías, 1999). Sin posibilidades de desarrollar una agricultura extensiva por la mala calidad de los suelos, el nivel de poblamiento no alcanzó las cotas que tenían las tierras de campiña. Esto se manifiesta principalmente en la inexistencia de ciudades o núcleos urbanos de menor categoría, y en la escasez de asentamientos de carácter rural. Sin embargo, es evidente que la zona ocupó un cierto interés estratégico en las comunicaciones y de ahí que los pocos yacimientos conocidos se ajusten al modelo conocido de *ṣajra* o *ḥiṣn*. Algo muy característico de la geología del Andévalo occidental son los crestones de pórfido que emergen en el paisaje como verdaderos costillares. Su posición en altura y sus magníficas condiciones naturales de defensa serían razones suficientes para que en algunos de ellos se establezcan castillos o simples refugios de poblaciones de base ganadera. El modelo hemos podido caracterizarlo en tres de ellos, la Peña del Águila (Puebla de Guzmán), El Morante (Calañas) y la Cerca Alta (Cerro de Andévalo).

El asentamiento de La Peña del Águila (Santuario de la Virgen de la Peña, Puebla de Guzmán) ha sido casi enteramente destruido por las obras realizadas junto al santuario (figura 9). Afortunadamente, se han encontrado en el sitio algunas inscripciones funerarias árabes que confirman su filiación islámica (Amador de los Ríos, 1891: 799-800; Martínez y Pérez, 2014). Por su cercanía a Mértola los restos pueden identificarse con el topónimo de Alfayat da Penha que aparece en la documentación de la conquista portuguesa, en la que se cita la toma de este lugar a continuación de Mértola. Aunque en un principio se relacionó este topónimo con Alájar, J. C. García propuso que debía localizarse en el término de Puebla de Guzmán (García, 1989), y posteriormente identificamos este topónimo con el Cerro del Águila debido a la aparición de materiales islámicos (Roldán y

Pérez, 1991). Con el nombre de Alfayat de la Peña se cita de forma reiterada en la documentación castellana de repoblación (González Jiménez, 1991: doc. 80) y en tiempos del Condado de Niebla (Anasagasti y Rodríguez, 2006: 69-70). Estas denominaciones quizás puedan relacionarse con el topónimo de *al-Hayr b. Abī Jālid* (Peña), y pudo ser por tanto un asentamiento en altura sin otros elementos de fortificación. Su posición es clave para facilitar la comunicación de Niebla con Mértola, y de ahí que la conquista portuguesa no haga sino seguir un camino muy utilizado. Aunque probablemente nunca tuvo murallas, cumplió una funcionalidad urbana en un sector donde se constata la inexistencia de verdaderas *mudum*. Los elementos conocidos, como la *maqbara*, y su importancia geoestratégica que pone de relieve su conquista portuguesa, son suficientes elementos de juicio para otorgarle una cierta relevancia en la ordenación y en la defensa del territorio. No estamos en presencia de un simple *ḥiṣn*, ya que carece de elementos poliorcéticos que lo delaten, y podemos clasificarlo como un *ma'qil*, una denominación que se otorga también a algunas ciudades con rangos fiscales (Viguera Molins, 1998).



Figura 9 – Situación de Alfayat de la Peña.

La pobreza de los suelos fue también un impedimento para su repoblación, como se observa en los continuos intentos de impulsarla mediante la creación de nuevas entidades de población con ventajas fiscales y donación de dehesas comunales (Villanueva de Alfayat y la Alquería de Juan Pérez). La Alquería de Juan Pérez recibió una nueva carta puebla de los Condes de Niebla en el siglo XV (1445) y cambio su nombre a Puebla de Guzmán. Esto supondría el abandono definitivo de Alfayat de la Peña, y de su recuerdo solo quedaría como memoria la Ermita de la Virgen de Peña y los restos del Castillo del Águila (o Castillo de Peña Alhaje). El Castillo del Águila fue construido a lo largo del siglo XIV por los Condes de Niebla y su mantenimiento se realizaba con el diezmo de cal y ladrillos de los lugares de Puebla de Guzmán, Paymogo, Osma, y Alosno (Galán Parra, 1986: 206).



Este modelo de Alfayat de la Peña se encuentra representado también en otros asentamientos de la comarca. Destaca entre ellos El Morante (Calañas), otro peñón que presenta ocupación desde época prehistórica y protohistórica, y que desde tiempos califales tiene un importante papel en el territorio. Las cortinas de mampostería y la torre-algibe que se conservan en la parte más alta corresponden a la fortificación señorial de los Condes de Niebla (Castillo de Calañas), al que contribuían los diezmos de Calañas y Villanueva de las Cruces (Galán Parra, 1986, 206), pero es posible que ya estuviera fortificado desde época omeya, a la que podemos asignar formas de ataífores en verde y morado y los muros de una cerca a hueso. Su condición de refugio en altura parece fuera de toda duda habida cuenta de su gran control visual, pero a falta de intervenciones arqueológicas desconocemos otros pormenores.

Un tercer asentamiento en altura es el de la Cerca Alta, próximo al casco urbano de Cerro de Andévalo (Pérez Macías, 2002d), un topónimo que debe relacionarse con el lugar de Andebalo que se cita en la documentación de la delimitación del alfoz de Sevilla (González Jiménez, 1991: doc. 80). Entre sus materiales destacan monedas califales y cerámicas con decoración de pintura blanca y ataífores hemisféricos de cubierta vítrea transparente, por lo que puede encuadrarse en una cronología que se prolonga desde el siglo X al XIII. Es posible que fuera abandonado a raíz de la conquista cristiana, que favorecería una nueva puebla, la de Cerro de Andévalo. Aunque en época bajo-medieval este territorio fue motivo de litigio entre Niebla y Sevilla, quedando definitivamente en jurisdicción de la segunda, en época islámica debería formar parte de la Cora de Niebla.

Esta concentración de la población en las tierras del litoral y campiña, y la baja densidad demográfica de la comarca del Andévalo quizás expliquen el escaso rendimiento fiscal de Niebla. Según al-'Uḍrī la tributación de Niebla en época emiral era 15.627 dinares (García Sanjuán, 2003: 221), inferior a los 21.000 dinares de la cora de Morón o los 18.075 de la de Algeciras (Barceló, 1997: 110). Poco cambió la economía a lo largo del tiempo, pues según Una Descripción Anónima de al-Andalus en época almohade era de 16.627 dinares (Roldán Castro, 1993a: 331).

## RUTAS Y CAMINOS

Por su posición, la cora de Niebla fue un lugar de paso para la comunicación con los territorios del otro lado del Guadiana y en este aspecto se completó la red de caminos de época romana, excesivamente dependiente de la explotación minera (Ruiz Acevedo, 1998).

Desde el siglo I d.C. una gran vía de comunicación atravesaba toda la zona y comunicaba el valle del Guadalquivir y la ría de Huelva, hacia donde llegaban también otros caminos desde la comarca minera interior, uno desde la zona occidental de Tharsis y otro desde la occidental de Riotinto, cuyos productos mineros se embarcaban en el puerto de Huelva. Desde Tharsis también se abrió un camino hasta la desembocadura del Guadiana, y a través de estos caminos era posible la comunicación del valle del

Guadalquivir (Italica) con la desembocadura del Guadiana (*ostium fluminis Anae*), como aparece recogido en el recorrido 23 del Itinerario Antonino (Bendala Galán, 1987).

En época andalusí, cuando la minería deja de ser un referente económico, este panorama cambia radicalmente (figura 10), ya no interesa la comunicación de las minas con los puertos costeros, sino facilitar la comunicación de las tierras de campiña y litoral, donde se concentraba la mayor parte del poblamiento, para facilitar la salida de los productos agrícolas y pesqueros. No debe sorprendernos así que sea en este momento cuando tengamos constancia de un camino paralelo a la costa que enlazaba la ría de Huelva con la desembocadura del Guadiana. Se conseguía con ello una mejora en las comunicaciones entre el Guadalquivir y el Algarbe, al tiempo que se apuntalaba la explotación de este rico territorio de campiña. No sabemos si fue una consecuencia de este nuevo camino, pero lo cierto es que en su trayectoria aparecen ahora una serie de asentamientos que aparecen mencionados por primera vez en las fuentes. Se sitúan en lugares de vado, Gibraleón en el Odiel, Lepe en el Piedras y Ayamonte en el Guadiana. Este camino debe coincidir con el posterior Camino Real de Ayamonte a Sevilla, que pasaba por Gibraleón, Cartaya, Lepe, Pozo del Camino, y Ayamonte. El paso del Odiel debería realizarse por puentes, y de ahí que este río reciba alternativamente el nombre de *Wādī al-Qanāṭir* (río los puentes) y *Wādī -l- milḥ* (río de la sal). Ayamonte jugaría una posición capital en el paso del Guadiana, y aunque no aparezca mencionada en ninguna fuente árabe, su posición estratégica queda marcada por su conquista portuguesa en tiempos de Sancho II.

No por ello se abandonó la comunicación marítima practicada en época romana. A nuestro juicio las industrias relacionadas con las pesquerías (pesca, sal, salazones y carpintería de ribera para la construcción de barcos) son los recursos

que justifican el nacimiento del asentamiento de Saltés, que de este modo se convierte en el puerto de una de las principales entradas a la ría de Huelva, el Estero del Burro desde la ría de Punta Umbría. De igual modo, la desembocadura del Piedras cuenta también con una zona portuaria en la zona del Terrón, donde se encuentra el asentamiento de Cabezo de la Tinajita; sus esteros llegaban hasta Lepe y Cartaya y facilitaban la conexión con los nudos de comunicación terrestre.

La antigua vía de Huelva hasta Itálica debía seguir en uso, ya que los antiguos municipios romanos acabaron convertidos en cabeceras de distritos islámicos de las coras de Huelva y Sevilla (Tejada la Nueva, Niebla y Huelva). Según R. Valencia este camino debió sufrir modificaciones en época islámica, ya que Itálica había perdido toda la importancia que tenía en época romana (Valencia, 1988: 95). Somos partidarios de llevar este camino por los nuevos yacimientos que surgen en época islámica, como Šalūqa, Sanlúcar la Mayor (Ramírez del Río, 1999), que fue una de las cabeceras del Aljarafe según el Libro de Repartimiento de Sevilla (González, 1951). En la descripción de al-'Uḍrī se le denomina como *rifaq* (Camino de Caravanas) y este autor nos señala que entre Sevilla y Tejada había 20 millas y otros 20 desde Tejada a Niebla (Roldán Castro, 1993a: 143).

El mismo al-'Uḍrī nos describe otro camino alternativo por la parte oriental del Aljarafe, y entre los lugares de paso se encuentran las aldeas de *Mawra*, *Qurta*, *Ṭarwayra*, y *Baršilyāna*, que sería la más cercana a Niebla (Roldán Castro, 1993a: 144). Son todos ellos topónimos de situación desconocida, y solo el de *Mawra* se ha identificado con el topónimo Muros que aparece en el libro de Repartimiento de Sevilla, que se sitúa en Villamanrique de la Condesa (Valencia Rodríguez, 1988: nota 103). El camino debía seguir por Aznalcázar (*Ḥiṣn al-Qasr*), otra de las cabeceras del Aljarafe, Villamanrique de la Con-

desa, Hinojos, y Bollullos Par del Condado, en cuyo término habría que situar la aldea de *Baršilyāna*.



Figura 10 – La red de caminos de origen islámico en la provincia de Huelva.

Estos caminos que enlazaban Niebla con Sevilla favorecían la comunicación con otras ciudades de al-Andalus, Carmona, Écija, Córdoba, Badajoz, etc. (Roldán Castro, 1993a: 125 y ss.).

Otro de los caminos de origen romano enlazaba el puerto de Huelva con las minas de Riotinto (Jiménez Martín, 2006), un punto crucial en la caminería, donde confluían otras vías desde Beja vía Aroche y desde Sevilla. De esta forma, ponía en comunicación a Huelva con Beja y a Sevilla con Beja con una estación intermedia en Riotinto. La decadencia de Riotinto en época andalusí, al menos en época omeya, pudo obligar al trazado de otros caminos. De este modo, la comunicación de Sevilla con sus distritos de *al-Munastir* y *Qaṭrašāna* se realizaría por un nuevo camino, el trazado de la actual carretera de Sevilla a Lisboa, donde se encuentran topónimos que aluden al mismo, como Arroyo de la Plata y Venta de la Plata. Esta modificación en el itinerario entre Sevilla y Beja tendría origen seguramente en la pérdida de importancia estratégica de Riotinto. Aracena se convertía así en un punto crucial en dirección a Aroche y Beja, y esto queda marcado por su conquista portuguesa.

No estamos por tanto de acuerdo con la opinión de Ramírez del Río, quien señala que la antigua ruta romana de Beja a Sevilla por Aracena deja de utilizarse en época califal (Ramírez del Río, 2005). Ya hemos comentado que ninguna fuente latina la confirma, como ha demostrado A. Jiménez (2006). En realidad, sus argumentos son las incursiones del ejército emiral para combatir a la nobleza muladí, y si a partir de época califal no hay testimonios de ese camino, no es por el abandono de esa ruta, sino por la inexistencia de sublevaciones que obliguen a la entrada de tropas, liquidadas con 'Abd al-Rahmān III.

Más difíciles de explicar son otros dos caminos que se dirigían desde Niebla a Mértola. Las fuentes nada señalan al respecto, pero es evidente que lindando el territorio

de estas dos ciudades debería existir algún tipo de camino entre ambas. Sin embargo, en la documentación bajomedieval sí que se constatan esos caminos. Uno de ellos conocido como la «carrera de Mértola» por el vado de Gibraleón (Pérez Macías, 2012), es decir Niebla, Huelva, Gibraleón, y Mértola. En este trayecto se conoce una fortificación de tapial en la zona de El Boronal, donde las fuentes bajomedievales sitúan el «castillo viejo» de Espejol (Pérez Macías, 2012). Esta ruta, conocida en época moderna como Camino de la Raya, entraba en territorio portugués en la unión del Guadiana y la Rivera de Chanza (Boca Chanza), donde se construyeron las fortalezas de Castelo de Malpianes y Castelo Chico (Carriazo Rubio, 2012).

Finalmente, el recorrido de la conquista portuguesa nos delinea otro camino, el que discurre desde la altura de Alfayat de la Peña hasta Ayamonte. Pensamos que ese recorrido de la Orden de Santiago se adaptó al antiguo camino romano que se dirigía a la desembocadura del Guadiana desde el área minera de Tharsis, ya que la distancia entre Alfayat de la Peña y Tharsis es de apenas unos 3 km.

## BIBLIOGRAFÍA

- ACIÉN ALMANSA, M. (2001), «De nuevo sobre la fortificación del emirato». In I. C. Ferreira Fernández (Coord.), *Mil anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*. Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos, pp. 59-75. Palmela, 2000. Lisboa: Edições Colibri y Câmara Municipal de Palmela. ISBN 972-772-308-X.
- AMADOR DE LOS RÍOS, R. (1891), *Huelva. España, sus monumentos y artes, su naturaleza e historia*. Reimp. Barcelona (1983): Ediciones El Albir. ISBN 84-7370-061-3.
- ANASAGASTI, A. M.<sup>a</sup> y RODRÍGUEZ, L. (1984), *Niebla en la época de Alfonso X*. Huelva: Caja Rural Provincial de Huelva. D.L. H-32-1985.
- (2006), *Niebla y su tierra en la Baja Edad Media. Historia y Documentos*. Huelva: Diputación Provincial de Huelva. ISBN 84-8163-399-2.
- ARJONA CASTRO, A. (1980), *Andalucía musulmana, estructura político-administrativa*. Córdoba: Monte de Piedad y Caja de Ahorros e Córdoba. ISBN 84-7231-535-5.
- BARCELÓ, M. (1997), «Un estudio sobre la estructura fiscal y procedimientos contables del emirato omeya de Córdoba (138-300/755-912) y el califato (300-366/912-976)». *El sol que salió por Occidente. Estudios sobre el Estado Omeya en al-Andalus*, pp. 103-136. Jaén: Universidad de Jaén. ISBN 97-88437064-28-4.
- BARROSO, M. J. y LARA, J. C. (1990), «Aproximación a la historia de Lucena del Puerto». In J. A. Márquez Domínguez (Dir.), *Estudio y organización territorial de Lucena el Puerto*, pp. 163-182. Huelva: Ayuntamiento de Lucena del Puerto. ISBN 84-505-8793-X.
- BAZZANA, A. y BEDIA, J. (2005), *Excavaciones en la isla de Saltés (Huelva) 1988-2001*. Sevilla: Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía. ISBN 84-8266-561-8.
- BAZZANA, A. y CRESSIER, P. (1989), *Shaltish/Saltés (Huelva). Une ville médiévale d'Al-Andalus*. Madrid: Publications de la Casa de Velázquez. Série Etudes et Documents V. ISBN 84-868339-16-5.
- BAZZANA, B. y N. TRAUTH, N. (1997), «L'Île de Saltés (Huelva): une ville islamique, centre d'une métallurgie de concentration au Moyen Âge». *Comptes Rendus de seances de l'année 1997*, n.º 141/1, 47-74. Paris: Académie des Inscriptions et Belles-Lettres. ISSN 1969-6663.
- BEDIA, J. y CARRASCO, M.<sup>a</sup> J. (1987), «Informe arqueológico: excavaciones de urgencia en el castillo de Gibraleón (Huelva)». *Anuario Arqueológico de Andalucía*, n.º 1986, III (1986) 182-187. Sevilla: Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía. ISBN 84-86944-03-1.
- BEDIA, J., BELTRÁN, J. M. y LÓPEZ, M. (1992), «La campana mozárabe del Museo Provincial de Huelva». *Cuadernos del Suroeste*, n.º 3, 175-184. Huelva: Huelva: Museo de Huelva. ISSN 84-87004-08-3.
- BENDALA GALÁN, M. (1987), «Ab ostio fluminis Anae». *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad Autónoma de Madrid*, n.º 11/12, 129-139. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid. ISSN 0211-1608.
- CAMPOS, J. M. y GÓMEZ, F. (2001), «La Tierra Llana de Huelva: Arqueología y evolución del paisaje». *Arqueología Monografías*, 13. Sevilla: Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía. ISBN 84-8266-230-9.
- CAMPOS, J. M. GÓMEZ, F. y PÉREZ, J. A. (2007), *Ilipia/Niebla. Evolución urbana y ocupación del territorio*. Huelva: Universidad de Huelva. ISBN 84-96373-95-9.
- CANTO, A., ROMERO, E. y RIVERA, T. (2015), «El hallazgo numismático de la taifa de Sevilla en Aracena (Huelva)». *Onoba. Revista de Arqueología y Antigüedad*, n.º 3, 163-170. Huelva: Universidad de Huelva. ISSN 2340-3047.
- CARRIAZO RUBIO, J. L. (2012), «Sobre un nombre sin castillo y dos castillos sin nombre». In J. L. Carriazo Rubio (Ed.), *Fortificaciones, guerra y frontera en el Marquesado de Gibraleón*, pp. 45-58. Huelva: Diputación Provincial de Huelva. ISBN 978-84-8163-509-6.
- COLLANTES DE TERÁN, A. (1977), «Nuevas poblaciones del siglo XIV en el Reino de Sevilla», *Cuadernos de Historia*. Anexos de la Revista Hispania, n.º 7, 283-336. ISSN 0018-2141.
- CORTES BALLESTEROS, M. A. (1995), «Rosal de la Frontera (Huelva). Un fruto tardío de la utopía ilustrada». *Espacio, Tiempo y Forma, Serie IV, Moderna*, n.º 8, 319-330. Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distancia. ISSN 1131-768X.
- DÍAZ, F., CAMPOS, J. M. y BORJA, F. (1993), «Carrión de los Céspedes en la campiña de Tejada. Ocupación y transformación del territorio». *Carrión de los Céspedes. Historia y presente de un pueblo entre el Aljarafe y el Campo de Tejada*, pp. 25-54. Sevilla: Muñoz Moya y Monraveta. ISBN 84-8010-21-4.
- FRANCO MORENO, B. (2005), «Distribución y asentamientos de tribus bereberes (Imazighen) en el territorio emeritense en época emiral (s. VIII-X)». *Arqueología y Territorio Medieval*, n.º 12, 39-50. Jaén: Universidad de Jaén. ISSN 1134-3184.
- GALÁN PARRA, I. (1986), «Regímenes municipales y poder señorial: las ordenanzas de 1504 para el Condado de Niebla y Ducado de Medina Sidonia». *Huelva en su Historia*, n.º 1, 201-225. Huelva: Universidad de Huelva. ISBN 84-6004679-X.

- GARCÍA IGLESIAS, L. (1972), «El Guadiana y los límites comunes de Bética y Lusitania». *Hispania Antiqua*, n.º 2, 165-177. Valladolid: Universidad de Valladolid. ISSN 1130-0515.
- GARCÍA, J. C. (1989), «Alfajar da Pena. Reconquista e Repovoamento no Andévalo no século XIII». *Actas de las III Jornadas Luso-Espanholas de Historia Medieval, III*, pp. 907-926. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica. D.L. 20148/88.
- GARCÍA GÓMEZ, E. (1979), *El collar de la Paloma*. Madrid: Alianza Editorial. ISBN 84-206-1351-7.
- GARCÍA SANJUÁN, L. (2000), «La conquista de Niebla por Alfonso X». *Historia, Instituciones y Documentos*, n.º 27, 89-111. Sevilla: Universidad de Sevilla. ISSN 0210-7716.
- (2001), «Una fetua de época Almorávide sobre un pleito surgido en Saltés». *Huelva en su Historia*, n.º 8, 391-402. Huelva: Universidad de Huelva. ISSN 1136-6877.
- (2002a), *La Huelva islámica. Una ciudad del occidente de al-Andalus (siglos VIII-XIII)*. Sevilla: Universidad de Sevilla. ISBN 84-472-0683-1.
- (2002b), «Evolución histórica y poblamiento de Talayata durante la época musulmana». *Archivo Hispalense*, n.º 85/ 259-260 (2002) 13-40. Sevilla: Diputación Provincial de Sevilla. ISSN 0210-4067.
- (2003), *Evolución histórica y poblamiento del territorio onubense durante la época andalusí (siglos VIII-XIII)*. Huelva: Universidad de Huelva. ISBN 84-95699-81-8.
- GONZÁLEZ, J. (1951), *Repartimiento de Sevilla*. Sevilla: Ayuntamiento de Sevilla. ISBN 84-95020-15-7.
- GONZÁLEZ JIMÉNEZ, M. (1991), *Diplomatario andaluz de Alfonso X*. Sevilla: Monte de Piedad y Caja de Ahorros de Sevilla y Huelva. ISBN 84-87062-05-9.
- HUNT ORTIZ, M. A. (1990), «Prospección Arqueológica Superficial en la provincia de Sevilla». *Anuario Arqueológico de Andalucía/1988, III*, pp. 286-291. Sevilla: Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía. ISBN 84-8266-240-6.
- JIMÉNEZ MARTÍN, A. (1975), *La mezquita de Almonaster*. Huelva: Diputación Provincial de Huelva. ISBN 84-500-7009-0.
- (2006), «El tramo Urion-Aruci (Ravenn. 317, 16-17)». *Archivo Español de Arqueología*, n.º 79, 225-238. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas. ISSN 0066-6742.
- KHAWLI, A. (1997), «La familie des Banu Wazir dans le Garb d'Al-Andalus aux XII et XIII siècles». *Arqueología Medieval*, n.º 5, 103-116. Porto: Edições Afrontamento Lda. ISSN 0872-2250-5.
- LADERO QUESADA, M. A. (1992), *Niebla, de Reino a Condados*. Huelva: Diputación Provincial de Huelva. ISBN 84-86842-56-5.
- LORA SERRANO, G. (1988), «La fundación de Cartaya: conflictos señoriales en el siglo XV en Andalucía». In E. Cabrera Muñoz (Coord.), *Andalucía entre Oriente y Occidente (1236-1492)*. Actas del V Coloquio Internacional de historia medieval e Andalucía, pp. 421-429. Córdoba: Diputación Provincial de Córdoba. ISBN 84-87034-01-2.
- LORENZO JIMÉNEZ, J. (2010), *La Dawla de los Banū Qasī. Origen, auge y caída de una dinastía muladí en la frontera superior de al-Andalus*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas. ISBN 978-84-00-09164-4.
- MACÍAS, S. (1996), *Mértola Islâmica. Estudo Histórico-Arqueológico do Barrio da Alcaçova (séculos XII-XIII)*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola. ISBN 972-9375-04-6.
- (2005), *Mértola. O último porto do Mediterrâneo*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola. ISBN 972-9375-24-0.
- MACÍAS, S. y LOPES, M.ª DA CONCEIÇÃO (2012), «O território de Beja entre a Antigüidade Tardía e a Islamização». In L. Caballero, P. Mateos y T. Cordero (Eds.), *Visigodos y Omeyas. El territorio*. Anejos de Archivo Español de Arqueología, LXI, pp. 305-328. Mérida: Consejo Superior de Investigaciones Científicas. ISBN 978-84-00-09457-7.
- MANZANO MORENO, E. (1993), «El asentamiento y organización de los yund-s sirios en al-Andalus». *Al-Qantara*, n.º XIV, 327-359. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas. ISSN 0211-3589.
- MARTÍNEZ, M.ª A. y PÉREZ, J. A. (2014), «Fragmentos de inscripciones árabes hallados en Puebla de Guzmán (Huelva)». *Onoba. Revista de Arqueología y Antigüedad*, n.º 2, 245-254. Huelva: Universidad de Huelva. ISSN 2340-3047.
- MATTOSO, J. y DE SOUSA, A. (1993), «A monarquía feudal». In José Mattoso (Dir.), *Historia de Portugal, II*. Lisboa: Estampa. ISBN 972-33-1261-1.
- MERCADO, L., CARAVACA, C., PAZ, M. J. y GASENT, R. (2001), «Necrópolis hispano-musulmana de El Camino del Chorrillo, Paterna del Campo, Huelva». *Anuario Arqueológico de Andalucía/1998, III-1*, pp. 388-393. Sevilla: Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía. ISBN 84-8266-240-6.
- MONÉS, H. (1957), «La división político-administrativa de la España musulmana». *Revista del Instituto de Estudios Islámicos*, n.º 5, 79-135. Madrid: Instituto Egipcio de Estudios islámicos. ISSN 1132-3485.
- MONTES ROMERO-CAMACHO, I. (2001), «Del Islam al Cristianismo: Almonaster y Zalamea». *I Jornadas de Cultura Islámica*, pp. 29-48. Sevilla: Ayuntamiento de Almonaster la Real. ISBN 84-607-4362-4.
- PÉREZ-EMBED WAMBA (1995), *Aracena y su sierra. La formación de una comunidad andaluza (siglos XIII-XVIII)*. Huelva: Diputación Provincial de Huelva. ISBN 84-8163-070-5.
- PÉREZ MACÍAS, J. A. (1999), «Cerro Salomón y la minería hispano-musulmana en Garb al-Andalus». *Arqueología Medieval*, n.º 6, 19-38. Porto: Edições Afrontamento Lda. ISSN 0872-2250.
- (2001), «Los distritos islámicos en la Sierra de Huelva». *I Jornadas de Cultura Islámica*, pp. 49-64. Sevilla: Ayuntamiento de Almonaster la Real. ISBN 84-607-4362-4.
- (2002a), *El poblamiento andalusí en la campaña de Bonares*. Huelva: Diputación Provincial de Huelva. ISBN 84-607-3664-4.
- (2002b), «El asentamiento rural andalusí en Vallelejo (Rociana del Condado, Huelva)». *Anales de Prehistoria y Arqueología*, n.º 17-18 (2002) 509-522. Murcia: Universidad de Murcia. ISSN 0213-5663.
- (2002c), «La herrería califal-taifa del Cabezo de la Mina (Lucena del Puerto, Huelva)». *Spal*, n.º 11 (2002) 419-432. Sevilla: Universidad de Sevilla. ISSN 1133-4525.
- (2002d), «La explotación metalúrgica. La Cerca Alta (Cerro de Andévalo)». *El Territorio Medieval*. Actas de las II Jornadas de Cultura Islámica, pp. 9-27. Huelva: Universidad de Huelva. ISBN 84-95699-69-9.
- (2003), «La alquería de Los Parrales (San Juan del Puerto, Huelva)». *Huelva en su Historia*, n.º 10, 167-176. Huelva: Universidad de Huelva. ISSN 1136-6877.
- (2006), «Renegados, rebeldes y protegidos. Arqueología y poblamiento muladí en el suroeste de al-Andalus». In F. Roldán Castro (Ed.), *Espiritualidad y Convivencia en al-Andalus*, pp. 91-126. Huelva: Universidad de Huelva. ISBN 84-96373-92-4.

- (2011), «La alquería de Machar Palmet (Alcalá de la Alameda, Chucena, Huelva)». *Tudmir*, n.º 2, 141-150. Murcia: Dirección General de Bellas Artes y Bienes Culturales de la Comunidad de Murcia. ISSN 1697-2708.
- (2012), «Pie Castillo y la fortificación del Camino de la Raya». In J. L. Carriazo Rubio (Ed.), *Fortificaciones, guerra y frontera en el Marquesado de Gibrleón*, pp. 15-44. Huelva: Diputación Provincial de Huelva. ISBN 978-84-8163-509-6.
- (2014), «Cerámicas islámicas del castillo de Gibrleón (Huelva)». *Onoba. Revista de Arqueología y Antigüedad*, n.º 2, 207-241. Huelva: Universidad de Huelva. ISSN 2340-3047.
- PÉREZ, J. A., BATANERO, D. y RODRÍGUEZ, M. J. (e. p.) (2014), «Arqueología en el entorno de La Rábida (Palos de la Frontera, Huelva)», *VIII Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular*, Serpa.
- PÉREZ, J. A., GONZÁLEZ, J. y OEPEN, A. (2004), *Los Bojeos de Bonares (Huelva) y el obispado visigodo de Niebla*. Huelva: Diputación Provincial de Huelva. ISBN 84-8163-347-X.
- PÉREZ, J. A., ROLDÁN, F., FUNES, A. y LORCA, J. A. (1988), «Avance al estudio de los recintos fortificados islámicos del Andévalo onubense y su origen norteafricano». *Actas del I Congreso Internacional El Estrecho de Gibraltar, II*. Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distancia. Pp. 333-343. ISBN 84-362-2295-4.
- PÉREZ, J. A. y SERRANO, L. (2004), «La alquería de Purchena (Chucena, Huelva)». *Arqueología y Territorio Medieval*, n.º 11, 7-22. Jaén: Universidad de Jaén. ISSN 1134-3184.
- POZO, F., CAMPOS, J. M. y BORJA, F. (1996), *Puerto Histórico y Castillo en Palos de la Frontera (Huelva): asentamiento humano y medio natural*. Huelva: Universidad de Huelva. ISBN 84-88751-23-0.
- RAMÍREZ DEL RÍO, J. (2005), «Las rutas de la Sierra de Huelva en época andalusí». *XVII Jornadas de Patrimonio de la Sierra de Huelva*, pp. 91-108. Huelva: Diputación Provincial de Huelva. ISBN 84-8163-326-7.
- (2012), «Al-Dajira al-Saniya: una fuente relevante para el siglo XIII en la Península Ibérica», *al-Qantara*, XXXIII-1, 7-44.
- ROLDAN CASTRO, F. (1993a), *Niebla musulmana (siglos VIII-XIII)*. Huelva: Diputación Provincial de Huelva. ISBN 84-86842-67-0.
- (1993b), «Ibn Mahfuz de Niebla». *Anaquel de Estudios Árabes*, n.º IV (1993) 161-177. Madrid: Universidad Complutense. ISSN 1130-3964.
- ROLDÁN, F. y PÉREZ, J. A. (1991), «En torno a la ubicación de Alfayat de la Peña». *Homenaje al prof. D. Jacinto Bosch Vilá, I*, pp. 323-333. Granada: Universidad de Granada. ISBN 84-338-1990-9.
- ROMERO, E., RIVERA, T. y PÉREZ, J. A. (2012), «Cerámicas islámicas de Almonaster la Real y Aracena». *Arqueología medieval*, n.º 12, 47-58. Porto: Edições Afrontamento Lda. ISSN 0872-2250-12.
- RUIZ ACEVEDO, J. M. (1998), *Las vías romanas en la provincia de Huelva*. Huelva: Diputación Provincial de Huelva. ISBN 84-8163-163-9.
- SÁNCHEZ, J. M.<sup>a</sup> y VALOR, M. (2004), *El castillo de Cortegana*. Sevilla: Leader Sierra de Aracena y Picos de Aroche. ISBN 84-921279-6-1.
- SÁNCHEZ MARTÍNEZ, M. (1975), «La Cora de Ilbira (Granada y Almería) en los siglos X y XI según Al-Uḍrī (1003-1085)». *Cuadernos de Historia del islam*, n.º 7, 5-82. Granada: Universidad de Granada. ISSN 84-86029-00-7.
- SÁNCHEZ VELASCO, J. (2010), «El antiguo obispado de Niebla (Huelva). Nuevas aportaciones a su topografía arqueológica: territorio, arquitectura y liturgia». *Huelva Arqueológica*, n.º 22, 97-138. Huelva: Diputación Provincial de Huelva. ISSN 0211-1187.
- SIMONET, F. J. (1983), *Historia de los mozárabes*. Madrid: Reimpr. Turner. ISBN 84-7506-085-4.
- TORREMOCHA SILVA, A. (2004), «La Cora de Algeciras: una aproximación al territorio, su población y tipo de poblamiento». *Estudios sobre Patrimonio, Cultura y Ciencias Medievales*, n.º 4, 145-170. Cádiz: Grupo de Investigación HUM 165. ISSN 1575-3840.
- TORRES, C. (1992), «Povoamento antigo no Baixo Alentejo. Alguns problemas de topografia histórica». *Arqueologia Medieval*, n.º 1, 189-202. Porto: Edições Afrontamento Lda. ISSN 0872-2250-1.
- TRILLO SAN JOSÉ, C. (2006), «La alquería y su territorio en al-Andalus: estrategias sociales de organización y conservación». *Arqueología Espacial*, n.º 26, 243-262. Teruel: Universidad de Zaragoza. ISSN 1136-8195.
- VALENCIA RODRÍGUEZ, R. (1988), *Sevilla musulmana hasta la caída del Califato. Contribución a su estudio*. Madrid: Universidad Complutense. D. L. M-8018-1988.
- (1993), *La Huelva árabe. Antología de textos*. Huelva: Diputación Provincial de Huelva.
- (1996), «Lepe árabe (siglos VIII-XIII)». In J. Otero Prieto (Dir.), *Historia de Lepe. Una proyección hacia el futuro*, pp. 83-102. Huelva: Ayuntamiento de Lepe. ISBN 84-606-2258-4.
- VALLÉ BERMEJO, J. (1986), *La división territorial de la España musulmana*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas. ISBN 84-00-06295-7.
- VALOR, M., LÓPEZ, J. y CASQUETE, N. (1999), «Intervenciones de apoyo a la restauración en el proyecto entorno del castillo de Cortegana». *Anuario Arqueológico de Andalucía/1994, III*, pp. 198-206. Sevilla: Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía. ISBN 84-8266-068-3.
- VIDAL, N., CAMPOS, J. M., GÓMEZ, A., y SÁNCHEZ, L. J. (2008), «Arqueología rural islámica en Huelva. La alquería de La Almagra». *Arqueología Medieval*, n.º 10, 65-104. Porto: Edições Afrontamento Lda. ISSN 0872-2250-10.
- VIGUERA MOLINS, M.<sup>a</sup> J. (1998), «Fortificaciones en al-Andalus». *I Congreso Internacional Fortificaciones en al-Andalus*, pp. 15-24. Cádiz: Ayuntamiento de Algeciras. ISBN 84-89227-11-X.
- VILLEGAS, J. y MIRA, A. (2012), «Un despoblado en el Marquesado de Gibrleón: el Rincon de San Antón (siglos XIII-XVII)». In J. A. Pérez, J. L. Carriazo y B. Gavilán (Eds.), *Paisajes, Tiempos y Memoria*, pp. 159-223. Huelva: Universidad de Huelva. ISBN 978-84-15147-86-2..



# A DINASTIA OMÍADA E A DESARTICULAÇÃO DA LUSITÂNIA

FERNANDO BRANCO CORREIA

Falar de Lusitânia e, em simultâneo, de domínio omíada parece ser contraditório e conter em si mesmo, no mínimo, algum anacronismo. A literatura histórica e arqueológica reserva a aplicabilidade do termo *Lusitânia* aos períodos pré-romano, romano e tardo-romano mas, cautelosamente, não o aplica aos séculos de domínio político árabe-islâmico. De facto, a literatura especializada que se debruça sobre os territórios ocidentais ibéricos islamizados tem cada vez mais aplicado a expressão *Ġarb al-Andalus*, expressão que, na verdade, surge em fontes escritas no mundo arabizado, embora não logo em inícios do século VIII. Por outro lado, é cada vez mais comum, se se tiver em conta os estudos sobre *Late Antiquity and Early Islam*<sup>1</sup>, não fazer cortes radicais na análise de determinadas sociedades e estruturas quando certos territórios são conquistados por tropas ao serviço de forças políticas islamizadas.

Se se revisitarem as fontes escritas que disponibilizam uma narrativa sobre os acontecimentos que têm lugar a partir de 711 (ou, para algumas, 710), verificar-se-á que são escassíssimas as que são pouco posteriores a esses acontecimentos. Ou seja, a designação *Ġarb al-Andalus* não é dos primeiros tempos do domínio omíada. Por isso, convém relembrar como esse domínio parece ter-se afirmado no território.

O exército de Ṭāriq, o primeiro a entrar e avançar por solo peninsular (711), maioritariamente constituído por tropas berberes e por membros do partido vitiziano, dirige-se a Écija, Córdoba e, depois, para Toledo, a capital goda; a tomada extremamente fácil de Toledo nunca é abertamente explicada por ambas as partes e é possível imaginar as razões dessa dificuldade. Importante é lembrar que as principais fontes escritas identificam Mūsā ibn Nuṣayr – governador de Qayrawan em nome dos omíadas de Damasco – como o protagonista da submissão de *Emerita*, da capital da

Lusitânia, em 712; depois de assegurar o controle sobre essa cidade – o que não foi fácil, mas não implicou a destruição da cidade – avançou ao encontro das tropas de Ṭāriq. Ou seja, a conquista da Lusitânia começou por ser o controle sobre a sua capital, a obtenção da sua submissão, com um reconhecimento implícito da importância da cidade de Mérida sobre os territórios dela dependentes.

Com a saída de Ṭāriq e de Mūsā do território peninsular, será o filho deste último – ‘Abd al-‘Aziz ibn Mūsā – que assume o poder no que as fontes orientais designarão como *al-Andalus*, assumindo-o de forma conciliadora, entre 714 e 716. É desta fase que datam alguns pactos com regiões sobre as quais não se tinha feito sentir de forma efectiva a acção dos exércitos de Ṭāriq e de Mūsā, regiões mais próximas do Mediterrâneo e do Atlântico, quer dizer, não centrais nas entradas dos dois exércitos iniciais; é bem conhecido o texto do pacto de Tudmir<sup>2</sup> – região onde surgirá Múrcia – mas sabe-se que houve também pactos na zona ocidental, embora deles

não tenha ficado um texto escrito. Évora, Santarém e Coimbra estariam entre as cidades que teriam celebrado pactos desse tipo<sup>3</sup>.

Não deixa de ser significativo o facto de alguma fontes referirem que ‘Abd al-‘Aziz teria casado com Egilona, viúva do rei Rodrigo – rei desaparecido na batalha de Guadalete, logo em 711. Este casamento selou uma aliança entre os novos e os velhos poderes, entre o filho do governador árabe e a aristocracia goda; este casamento anunciava mais continuidades que rupturas. É por isso que ‘Abd al-‘Aziz, filho do governador árabe do norte de África Mūsā ibn Nuṣayr será assassinado, não por cristãos mas, precisamente, por agentes ao serviço de quem pretendia um corte claro com a aristocracia goda; será assassinado por agentes do poder califal, então estabelecido em Damasco.

Começa, em 716, um período de quarenta anos durante os quais o *al-Andalus* estará nas mãos de governadores nomeados directamente pelos califas de Damasco ou pelos seus governadores em Qayrawan. Essas quatro décadas não são um período de reformas ou de mudanças estruturais. Os governadores estabelecidos em Córdoba pertencem a sensibilidades e grupos tribais diferentes e, durante esses anos atribulados e instáveis, estão mais interessados em afirmar e aumentar o seu poder, bem como em tentar avanços territoriais, como aquele que é parado em Poitiers – Tours pelas tropas de Carlos Martel, em 732, precisamente cem depois depois da morte do profeta Muḥammad.

A partir de meados do século VIII a situação política e militar muda no ocidente do Mediterrâneo. ‘Abd al-Raḥmān ibn Mu‘āwīya, um dos poucos príncipes omíadas que escapa à revolução abássida iniciada em 750 – e que ditará o fim da dinastia dos omíadas de Damasco e, *à la longue*, a afirmação de uma nova dinastia e de um novo rumo para o Mundo Árabe-Islâmico na nóvel cidade de Bagdad – foge para o Norte de África e, sabendo-se perseguido, entra na penín-

sula Ibérica em 755 e toma o poder em Córdoba no ano seguinte. ‘Abd al-Raḥmān ibn Mu‘āwīya, o *Emigrado*, ou Abderramão I, não tem uma governação fácil e a sua acção sobre os territórios da antiga Lusitânia é muito limitada. Aliás, é aí, no longínquo ocidente, que se manifesta abertamente a grande revolta contra a sua presença, revolta manipulada por al-Mansur (segundo califa abássida e fundador de Bagdad) e conduzida por Al-‘Alā’ ibn Mugīl al-Yaḥṣubī em Beja. ‘Abd al-Raḥmān ibn Mu‘āwīya consegue abafar esse levantamento contra si e manter-se no poder mas sem intervir de forma geral no ocidente peninsular e sem alterar a estrutura administrativa desta área peninsular.

Após a morte deste primeiro emir, em 788, sucedeu-lhe Hišām I (788-796) e al-Ḥakam I (796-822), período durante o qual não se registaram mudanças significativas no ocidente peninsular. No entanto, há dois acontecimentos que se devem registar: a introdução lenta da doutrina malikita no sistema legal do *al-Andalus*<sup>4</sup> e o início de revoltas dos *muwalladūn* – ou *muladí*<sup>5</sup> – em alguns pontos do *al-Andalus*, entre os quais as cidades de Toledo e a antiga capital da Lusitânia, Mérida. Durante o governo dos emires ‘Abd al-Raḥmān II (822-852) e Muḥammad I (852-886) essa sua proeminência é maior, sendo a cidade cercada por forças provenientes da capital emiral. Mérida é, de facto, a capital da rebelião anti-omíada no ocidente, no século IX, surgindo nas crónicas árabes como o centro polarizador dos territórios da antiga Lusitânia e cabeça da contestação contra os emires omíadas cuja capital chegou a ser capital da antiga *Bætica*. De facto, a afirmação do novo poder e a transformação de Córdoba numa nova Damasco – com a consequente montagem de uma máquina fiscal – terão contribuído para as referidas revoltas.

Mérida é um dos principais polos dessas revoltas. Significará isso que a cidade ainda tem um claro ascendente sobre a antiga Lusitânia? Pode ser revelador da forma como as elites estabelecidas em Mérida controlavam e tinham redes relacionais com outras zonas do ocidente o percurso dos dois principais rebeldes que aqui se manifestam.

Na primeira metade do século IX, tem lugar em Mérida a revolta do «berbere» ou amazigh *maṣmūdī* Maḥmūd ibn ‘Abd al-Ġabbār<sup>6</sup> al-Māridī. Convém lembrar que se estabeleceram grupos de proveniência norte-africana na Lusitânia ainda no século VIII<sup>7</sup>, na fase da conquista e integração peninsular na esfera do califado de Damasco. Depois de os revoltosos matarem o governador Marwān al-Ġilliḳī, Maḥmūd e o *muladí* (ou *muwallad*) Sulaymān ibn Martīn mantêm-se durante algum tempo à cabeça de Mérida mas acabarão por ser expulsos por forças do emir de Córdoba. Segundo o mesmo *Muqtabis*, depois da morte de Sulaymān ibn Martīn, o filho deste junta-se à comitiva de Maḥmūd; deslocam-se para sul acompanhando a linha do Guadiana, passam pelo território de Beja – onde são atacados e obtêm uma grande vitória – e estabelecem-se durante algum tempo perto de Monchique, possivelmente em Alferce<sup>8</sup>. Ao serem desalojados por forças emirais, seguem para norte: um contingente fiel aos emires atacá-los-ão nas imediações de Lisboa mas conseguirão chegar às margens do rio Douro – onde o seu nome pode estar associado ao topónimo Mafamude –, ou seja, junto ao limite norte da antiga Lusitânia<sup>9</sup>. Maḥmūd estará algum



tempo ao serviço do monarca asturiano mas surgem desavenças e acabará morto. Com a sua morte, o filho de Sulaymān ibn Martín, que o seguiu nesses anos,<sup>10</sup> avançará para Coria – uma antiga cidade romana –, onde se fixa. Em termos gerais, este périplo toca quase todas as regiões da antiga Lusitânia, adivinhando-se a existência de uma rede de cumplicidades e, em algumas zonas, predisposição para alianças.

Uma segunda grande rebelião tem lugar na viragem para o último quartel do século IX. ‘Abd al-Raḥmān ibn Marwān al-Ġilliḳī é filho do governador de Mérida em tempos de Maḥmūd e será um importante protagonista político na região. Sem entrar em detalhes, deve dizer-se que este rebelde terá de se afastar da velha capital da Lusitânia. Inicialmente refugiar-se-á próximo de Mérida – em Alange, em 874<sup>11</sup> e, depois, em *Munt Šālūt*, em 875<sup>12</sup>; numa das suas fugas do vale do Guadiana irá ocupar antigas e já decadentes cidades da Lusitânia – como *Amāya* «das ruínas» ou *Antaniya* (por vezes *Ašidaniya*)<sup>13</sup>.

Deve lembrar-se que o emir ‘Abd al-Raḥmān II, depois de conseguir controlar a cidade de Mérida, irá edificar um reduto militar que visa impedir novas «rebeliões». Esta edificação, normalmente conhecida como alcáçova – identificado como *ḥiṣn* em alguns documentos – é, para além de uma das primeiras construções militares omíadas bem datadas do *al-Andalus*<sup>14</sup>, um edifício muito relevante para o controlo da cidade e do território da antiga Lusitânia. O poder emiral, sediado na antiga capital da Bética, passava a controlar militarmente o acesso à capital da antiga Lusitânia. Este edifício terá sido sentido, pelas elites descontentes de Mérida, como a base e símbolo da opressão vinda de Córdoba para se sobrepor à cidade e às regiões dela dependentes. Este edifício emiral é, de alguma forma, o princípio do fim da importância política e militar da cidade, bem como da supremacia de Mérida sobre territórios a ocidente, na medida em que quem o ocupa controla a ponte romana, a cidade e as vias conducentes a grande parte do território dependente de Mérida.

‘Abd al-Raḥmān ibn Marwān al-Ġilliḳī tem de abandonar a cidade em 874, pretendendo estabelecer-se num outro local da região e fazer aí a sua capital; embora se saiba que as suas preferências iam para a margem direita do rio Guadiana<sup>15</sup>, fará um acordo com o emir omíada Muḥammad I do qual resultará a fundação Badajoz<sup>16</sup>; porém, algum tempo depois instala-se de novo o desacordo entre ibn Marwān e o emir; o primeiro terá de abandonar a linha do Guadiana e ruma a norte. Neste seu exílio, ibn Marwān al-Ġilliḳī irá instalar-se fora dos limites do seu território de origem, atravessando o rio Douro e colocando-se sob a protecção do rei das Astúrias e Leão. Ibn Hayyan dá conta no seu *Muqtabis* da passagem de ibn Marwān para norte deste rio como se fosse o passar de uma fronteira. Diz Ibn Hayyan:

«Luego fueron con Ibn Marwān al ḥiṣn Amāya [a actual Marvão] al que entraron con él todos sus compañeros, mujeres e hijos, siguieron hasta el río Duero; al cruzarlo, paró Ibn Marwān a todos los que iban con él al país enemigo. Luego avanzo solo para encontrarse con Alfonso, cuando se acercaron, se le aproximó el cristiano, le dio la bienvenida y esperanza y le dijo: toma mi país, párate en donde quieras, acomodaos donde deseéis y no tengas dispuestas en él!... Eligió para

sí el ḥiṣn B.ṭ.r.l.s.h en el río Duero en la zona más alejada de León (...)»<sup>17</sup>.

Com a tomada militar de Mérida pelos omíadas e a entrada de ibn Marwān ao serviço do rei asturiano o destino das elites da ex-*Lusitania* parece bascular entre as mãos dos que dominam territórios da ex-*Gallæcia* e da ex-*Bætica*. Sem perder a vontade de voltar a controlar o seu território de origem, ibn Marwān voltará a cruzar o Douro, para sul, e assumirá o poder na cidade que o emir de Córdoba lhe havia permitido edificar no vale do Guadiana em substituição de Mérida – a cidade de Badajoz. Aqui ibn Marwān e os seus sucessores darão origem a uma dinastia, geralmente conhecida como a dos al-Ġilliḳī/s, os «galegos» ou «galaicos». E. Lévi-Provençal afirmou que esta família era originária do Norte de Portugal<sup>18</sup>; sem negar essa afirmação, é possível que estância de ibn Marwān em território a norte do Douro durante algum tempo tenha contribuído para cimentar este apodo ou *nisba*.

A capacidade e o poder desta dinastia na região torna-se patente em 913, quando se dá a descida de Ordonho II, rei da Galiza e de Leão (dinastia asturiana), à zona do vale do Guadiana, acção que culmina com o ataque e destruição de Évora<sup>19</sup>. Um descendente da mesma «linhagem» dos *muwallad-un* originários de Mérida e fundadores de Badajoz, ‘Abd Allāh b. Muḥammad b. ‘Abd al-Raḥmān ibn Marwān al-Ġilliḳī traçará o destino de Évora: fará demolir as suas muralhas – para que os berberes das imediações não se introduzam na cidade – e procurará um aliado, também ele um *muwallad*, para a repovoar: será Mas‘ūd b. Sa’dūn b. Faṭḥ al-Surunbāqī, que circulava por terras do actual Baixo Alentejo, filho de um antigo aliado dos Ġilliḳī/s<sup>20</sup> – Sa’dūn b. Faṭḥ al-Surunbāqī. Este último estivera antes estabelecido na zona litoral próxima de Coimbra, o que quer dizer que se trata de mais uma família das elites de territórios da antiga Lusitânia. Este Mas‘ūd será o novo

senhor de uma Évora reconstruída a partir de 302 H./914-15<sup>21</sup>.

Com esta decisão, os Ġilliḳī/s, estabelecidos em inícios do século IX em Mérida e fundadores de Badajoz, mostram claramente que esta cidade é a digna sucessora da velha capital da Lusitânia: estão atentos às forças e às famílias que estão presentes e têm – ou tiveram – influência na região e conseguem manter um ascendente sobre os aliados que governam outras cidades deste território que as fontes árabes designam – pelo seu referente geográfico em relação a Córdoba – como *Ġarb al-Andalus*. A noção de que esse ascendente existia não parte de crónicas regionais – que terá havido<sup>22</sup> – mas sim das informações transmitidas pelo pró-omíada Ibn Ḥayyān que, para ao de referir os feitos militares da dinastia de Córdoba, irá dando conta da rede de aliados dos Ġilliḳī/s e da *aṣabiyya* ou forte solidariedade existente entre eles. Ibn Marwan e os seus descendentes irão, depois da sua fixação definitiva em Badajoz, gerir uma constelação de apoiantes a ocidente e a norte do arco formado pelo rio Guadiana, o que corresponde, em grande medida ao território da antiga Lusitânia.

Nos inícios do século X o poder ir-se-á reforçar em Córdoba. Os chefes rebeldes *muwalladūn* que, em alguns casos, deram origem a verdadeiras dinastias que fizeram frente ao poder dos emires omíadas de Córdoba – como aconteceu em Toledo, no vale do Ebro ou nas serranias de Ronda<sup>23</sup> – irão, pouco a pouco, perder o controlo sobre essas regiões. ‘Abd al-Raḥmān III – emir desde 912 e proclamado califa em 929 – irá, de forma sistemática, centralizar o poder, sabendo também tirar partido da conjuntura favorável, tanto a nível das debilidades que mostrava a monarquia asturiana, como a nível do receio que se instalara com a início de uma forma xiita – fatímida – no norte de África. O emir-califa irá, por fases e de forma organizada, avançar sobre o território da antiga Lusitânia, submetendo as cidades governadas por estas

elites regionais islamizadas – muitas delas próximas dos āl-Ġilliḳī – integrando-as de forma efectiva no seu domínio, tornando este território ocidental no que as fontes árabes posteriores designarão, pela sua posição geográfica em relação ao território de Córdoba, como o *Ġarb al-Andalus*. Será na década de vinte do século X que as tropas omíadas avançam sobre o *Ġarb*. Depois de o vizir Aḥmad ibn Muḥammad ibn Ilyās tomar ‘Umm Ġa’far – a actual Mojáfar – «capital dos Nafza naquela zona» e tomar uma Mārida controlada também por berberes – os Banū Tāġit<sup>24</sup> – o próprio ‘Abd al-Raḥmān III avança para ocidente no ano de 929, o ano em que se assume como *amīr al-mū’minīn*, ou seja, como califa.

O avanço sobre Badajoz começa em finais de Abril de 929 / *rabi’ I* de 317. Como a capital dos rebeldes do ocidente não se submete de imediato, as tropas omíadas tomam outras cidades de um ocidente peninsular islamizado mas autónomo do poder instalado em Córdoba. O califa colocar-se-á frente a Beja, com «o grosso do seu exército», onde chega no primeiro dia de *ġumādā II* desse ano (12 de Julho de 929); a cidade, governada por ‘Abd al-Raḥmān ibn Sa’īd ibn Mālik, não cede durante cerca de duas semanas<sup>25</sup> mas a pressão aumenta, e Beja acaba por cair nas mãos do poder central aparentemente por falta de água, depois da queda de uma torre<sup>26</sup>. Não tendo havido submissão nem acordo prévio, e seguindo de perto a *sunna* do Profeta de acordo com a prática malikita, o califa depõe o rebelde, nomeia um governador<sup>27</sup> da sua confiança e trata de edificar «uma alcáçova exclusivamente para o governador e os seus homens»<sup>28</sup> – o que repete, mais a ocidente, o que tinha acontecido em Mérida. Esta situação repetir-se-á em outras cidades<sup>29</sup>, com a excepção da *madīna Ukšūnuba* – Faro, cujos governantes antecipam uma acção militar previsível, indo ao encontro do califa, pedindo *o amān* e prontificando-se a pagar impostos e tributos; desta forma, os governantes que detinham o poder – bem aceites na região – mantêm-no mas submetem-se ao califa<sup>30</sup>.

Caem Beja e Faro, depois de Mérida e de territórios em seu redor, caindo igualmente Santarém<sup>31</sup>. A capital dos Ġilliḳī/s não tem condições para resistir; o último dos seus dirigentes, depois de entregar o poder ao califa, segue para Córdoba, em 318H / 930-31 d.C. e dele nada mais se saberá.

O desaparecimento da dinastia que se estabelecera em Badajoz corresponde à decapitação da autonomia ainda existente nos territórios a ocidente; embora o *Muqtabis* mostre que a autoridade da dinastia fundadora de Badajoz não era bem aceite por todos os senhores das elites do ocidente peninsular, tal revela que o padrão, o espectável, era que Mérida e, depois, Badajoz, tivessem algum ascendente sobre o governo dos territórios ocidentais.

O califa irá edificar alcáçovas em algumas cidades e irá nomear governadores para quase todas elas, governadores que, em muitos casos, serão substituídos alguns anos depois. Essas alcáçovas e esses governadores, nomeados e destituídos pelo califa quando este considera necessário, estão ao serviço do poder central e, a avaliar pelas crónicas, deixa de haver uma cidade que se possa considerar capital do território ocidental. O califa ‘Abd al-Raḥmān III irá, desta forma, desarticular fria e metodicamente uma rede de relações entre cidades do ocidente peninsular onde se mantiveram laços

muito depois da queda formal do Império romano e mesmo depois da desapareição do Estado godo. Deixará de haver, no segundo quartel do século X, no território da ex-Lusitânia um poder de referência, mais ou menos sucessor do que tradicionalmente estava sediado em Mérida e se estabeleceu com autorização omíada – mas sem o seu controle directo – nas proximidades daquela cidade, em Badajoz. Começa um novo ciclo; um novo ciclo político, mas também económico, social e até artístico; com novos circuitos económicos – bem patentes pelo que a arqueologia vem revelando nos últimos tempos –, novos valores e novas estéticas.

## CONCLUSÃO

Não é a primeira vez que se coloca a pergunta<sup>32</sup>: poder-se-á falar de Lusitânia até ao século X? Os matizes ou nuances que se devem colocar não podem impedir a formulação de uma resposta.

Não há dúvidas que persiste uma malha de poderes, de contactos, de solidariedade e de cumplicidades entre as cidades do território da antiga Lusitânia, malha que estaria parcialmente alicerçada na rede comunicacional herdada – com alguns ajustes, certamente – de época romana. Mérida – que negociou a sua rendição com Mūsà ibn Nuṣayr – quis, certamente, continuar a desempenhar um papel proeminente nessa região; a afirmação de um emirado omíada independente, em 756, irá contribuir para a afirmação de tendências políticas e fiscais centrípetas, pondo fim às fases oscilantes que passaram pelo período de negociação dos tratados de ‘Abd al-‘Azīz ibn Mūsà e pelos quarenta anos instáveis (716-756) de governadores dependentes da longínqua Damasco ou de Qayrawan. No século IX, Mérida parece ser o espelho de uma região que mantém a memória de um passado rico, não faltando referências, nas crónicas em árabe, à qualidade dos edifícios que então ainda existiam. Depois de a cidade ser tomada, os rebeldes dela saídos fazem percursos diferentes, mas parece haver um padrão: os seus périplos raramente ultrapassam os limites da antiga Lusitânia e, quando tal acontece, as fontes dão conta de que estão entrando num território diferenciado.

Mais tarde, quando o califa ‘Abd al-Raḥmān III assume o controlo do que as crónicas denominam como *Ġarb al-Andalus*, verifica-se que têm lugar campanhas militares para controlar as principais cidades povoadas da antiga Lusitânia – exceptuado a zona a norte do rio Mondego, controlada pela monarquia asturiano-leonesa desde 878. Em alguns casos, as crónicas referem a edificação de alcáçovas, indício de que é necessária a colocação de tropas fiéis ao califa nessas cidades e de assegurar um espaço bem resguardado para os governadores – estranhos à região –, que respondem directamente perante o poder de Córdoba – como acontecera, na centúria anterior, em Mérida.

Assim, há uma série de indícios que apontam para a perduração da influência de Mérida – e, depois, em Badajoz – em grande parte do ocidente até inícios do século X, até à chegada das tropas califais. ‘Abd al-Raḥmān III desarticula o que resta de uma

rede de contactos e de cumplicidades que existiam no território da antiga Lusitânia; é com este califa que se quebra, intencionalmente, a teia de relações entre essas cidades e territórios do ocidente, criando-se ligações vectoriais directas com a capital do califado, Córdoba. Isto não quer dizer que seja só a partir de agora que se inicia o processo de arabização e de islamização; é possível afirmar, pela onomástica, que a língua árabe está num processo de afirmação; sabe-se que há sectores convertidos à nova prática monoteísta iniciada com Muḥammad, o Profeta – tanto de origem peninsular como norte-africana – desde há muito tempo e a própria criação de uma cidade em Badajoz segue o paradigma das cidades do mundo islamizado. Se vários autores falam – para os primeiros tempos de islamização em determinadas regiões do Oriente Médio – de uma fase a que têm chamado *Paleo-Islam*<sup>33</sup>, talvez não seja descabido falar de *Paleo-Andalus*<sup>34</sup> ou de uma fase *paleo-andalusiyy* que, no caso dos territórios do ocidente peninsular, coincide com a perduração de algumas formas de identidade lusitânica que, sem rejeitar a mensagem islâmica ainda em fase de sistematização, rejeita a submissão simples a poderes outros exteriores ou, o não se sabe de forma clara, a mudanças no paradigma da submissão feita a Mūsà ibn Nuṣayr, em 712. No século IX acentua-se o processo arabização e de islamização já iniciados mas o que acontece na conjuntura que corresponde ao segundo quartel do século X é, sobretudo, um processo de submissão ao poder central. E essa submissão conduz à desarticulação da referida rede de relações existentes, a alguns níveis, no ocidente que foi a antiga Lusitânia; trata-se de um corte, de uma machadada nessa rede, criando-se uma outra, centralizadora, ligando esta e outras regiões peninsulares directamente a Córdoba.

Mas, terá sido essa machadada a final? Há sérios indícios de que, ao longo do século XI, o poder califal utilizará, para atingir por terra os ter-

ritórios mais ocidentais, Badajoz como escala obrigatória. Por isso, não surpreende que, ao insular-se a crise no califado – a partir de 1009 – Badajoz seja uma das cidades que assegura o controle sobre uma grande região, tornando-se um reino de *Taifas*; grande região essa que vai do rio Douro (incluindo territórios recuperados a norte do Mondego em tempos de Almançor) até, sensivelmente, a serra de Portel – onde se afirmam outras formações políticas que entram na órbita do reino abbávida de Sevilha. A memória da antiga Lusitânia esfuma-se num sul islamizado, dinâmico e muito dependente dos poderes estabelecidos no vale do Guadalquivir. Será a partir do norte que essa memória se manterá e será instrumentalizada: Diego Gelmírez saberá reacender as memórias e reivindicar os direitos relativos a uma antiga sede metropolitana – a de Mérida; mas os reinos de Leão e Castela, por um lado, e de Portugal, por outro, definirão uma *raya* que separará politicamente este território, não sem que Afonso Henriques e Giraldo – o *Sem Pavor* – tenham alimentado intenções e projectos diferentes que se esfumaram quando a tentativa de ocupação de Badajoz se gorou, em 1169.

## NOTAS

- 1 Estudos aos quais está associado, desde os anos noventa do século XX, o nome de Avril Cameron (estudos habitualmente conhecidos pelo acrónimo SLAEI). Mais recentemente, não se podem ignorar, entre outros, os trabalhos de Robert Hoyland («Early Islam as a Late Antique Religion» in *The Oxford Handbook of Late Antiquity* (Ed. S. F. Johnson), Oxford, 2012, cap. 32, pp. 1053-1077) e de Aziz Al-Azmeh (*The emergence of Islam in late antiquity: Allah and his people*, Cambridge University Press, 2014).
- 2 CARMONA GONZÁLEZ, Alfonso, «Una cuarta versión de la Capitulación de Tudmir», *Sharq Al-Andalus. Estudios Árabes*, 9 (1992), pp. 11-13.
- 3 PICARD, Christophe, *Le Portugal musulman (VIIIe-XIIIe siècle)*, Paris, Maisonneuve et Larose 2000, pp. 23-24.

- 4 Sobre estes aspectos cf. FIERRO, María Isabel, «El El derecho maliki en Al-Andalus; siglos II/VIII-V/XI», *Al-Qantara*, 1991, 12 (n.º 1), pp. 128-131; id., «Proto-Malikis, malikis and reformed malikis in al-Andalus», *The Islamic School of Law – evolution, devolution and progress* (ed. P. Bearman, R. Peters & F. Vogel), Harvard Univ. press, 2005, pp. 61-70.
- 5 Sobre as problemáticas em redor dos *muwallad* no *al-Andalus* veja-se FIERRO, Maribel, «*Mawali and muwalladun* in al-Andalus (second/eighth-fourth/tenth centuries)», *Patronage and patronage in early and classical Islam* (ed. Monique Bernards & John Nawas), Leiden: Brill, 2005, pp. 195-245.
- 6 Sobre a sua linhagem veja-se FELIPE, Helena de, *Identidad y Onomastica de los Beréberes de al-Andalus*, Madrid, CSIC, 1997, pp. 84-87.
- 7 FRANCO MORENO, Bruno, «Distribución y asentamientos de tribus bereberes (Imazighen) en el territorio emeritense en época emiral (S. VIII-X)», *Arqueología y Territorio Medieval*, n. 12-1, Jaén, 2005, pp. 39-50.
- 8 Segundo o *Muqtabis II-1*, Maḥmūd ibn ‘Abd al-Ġabbār estabeleceu-se em *m.nt šāq*. Os próprios editores do texto identificam este *m.nt šāq* com a actual localidade de Monchique, não deixando de fazer alusão à componente sagrada do topónimo – cf. Ibn HAYYĀN, *Muqtabis II-1*, trad. p. 303, n.º 641; veja-se também SEYBOLD, C. F., «Monchique et Arrifana d'algarve», *Arqueólogo Português*, vol. VIII, 1903, apêndice de LOPES, David, *Nomes árabes de terras portuguesas*, Lisboa, 1968, 195-200.
- 9 Cf. LIVERMORE, H. V., «O Baixo Douro no século IX. A colónia de Mahmud Ibn ‘Abd al-Djabbar», *Congresso História de Guimarães e sua colegiada*, sep. do vol. V das Actas, Guimarães, 1982, pp. 145-152; FERREIRA, Manuel dos Santos da Cerveira Pinto, *O Douro no Ġarb Al-Āndalus: a Região de Lamego durante a presença árabe*, tese de Mestrado, Universidade do Minho (co-orientação de Mantas, Vasco Gil e Rodrigues, António Jacinto), Vila Real, 2004 (<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/3001>), pp. 97-98.
- 10 MANZANO MORENO, Eduardo, *Conquistadores, Emires y Califas*, Madrid, 2006, pp. 438-439.
- 11 Enquanto está em Alange, em 875, um seu aliado – Maḥmūd ibn ‘Umar – é senhor / *ṣāḥib* no castelo de Ġalmāniyya (*Juromenha*) – Ibn Hayyān, *Muqtabis II-2*, Ed. Makki, p. 348. Veja-se também PÉREZ ALVAREZ, M. A., *Fuentes árabes de Extremadura*, pp. 109-110.
- 12 Mesmo o caso de Monsalude, apesar de haver dificuldade em definir com exactidão o local, corresponde à área da antiga Lusitânia – cf. VELHO, Martim, «Ibn Marwān (Ibn al-Jillīqī) e Sa’dun Surunbaqi: a localização de Monsalude», *Proceedings of the Ninth Congress of the U.E.A.I. (Amsterdam, sept. 1978)*, éd. R. PETERS, Brill, Leyde, pp. 270-287; Sophie Gilotte e Antonio González Cordero, «Graffiti murales de época histórica en el Castillo de Monsalud (Nogales, Badajoz)», *Arqueología y Territorio Medieval*, n. 9, Jaén, 2002, p. 251; cf. CORREIA, F. Branco, *Fortificações, Guerra e poderes no Ġarb al-Āndalus: dos inícios da islamização ao domínio norte-africano*, Évora, policopiado, 2010, pp. 240-245. Apesar da proposta de Martim Velho, em termos tácticos poderia fazer sentido a localização em redor da Sierra de Monsalud – Nogales, o que aproximaria o local de refúgio dos limites com a antiga Bética.
- 13 Cidades que correspondem, respectivamente, a Amaia (concelho de Marvão – topónimo também ele relacionável com Ibn Marwan) e Idanha-a-Velha. Cf. SIDARUS, Adel, «Amaya de Ibn Marwuan: Marvão», *Ibn Marwan*, Marvão, 1, 1991, pp. 13-26.
- 14 Cf. Lévi-Provençal, *Inscriptions arabes d’Espagne*, 1931, vol. II, pp. 50-53.
- 15 O texto árabe do *Muqtabis* refere Albasharnal; ao contrario do que pensam alguns autores, defendo que faria sentido que *Albash...arnal* correspondesse à posição da moderna Elvas – muito próxima do rio, controlando a sua passagem desde uma posição elevada, em terras com boa capacidade agrícola – cf. CORREIA, F. Branco, *Elvas na Idade Média*, Ed. Colibri – Cidehus-Univ. Évora, 2013, pp. 49-55. Esta informação é dada por um quase contemporâneo, por vezes relegado para segundo plano: Ibn al-Quṭīyya, *Ta’rikh Iftitāḥ al-Andalus*, Cairo – Beirute, ed. Al-Maktabah Al-Andalusia, 1989, p. 102 (ed. Julián Ribera, Madrid, 1926, p. 89; trad. p. 75).
- 16 Onde já existia uma fortificação e por onde andara antes Maḥmūd ibn ‘Abd al-Ġabbār – cf. Ibn HAYYĀN, *Muqtabis II-1*, p. 181v; trad. p. 299.

- 17 Ibn ḤAYYĀN, *Muqtabis* II, pp. 382-383 [ pp. ٣٨٢ – ٣٨٣ ], segundo tradução de María Ángeles Pérez, *Fuentes Árabes de Extremadura*, p. 114. Pela descrição do *Muqtabis*, Ibn Marw-an parece ter-se fixado muito próximo do rio Douro, a norte do rumo que tomou a partir do vale do Guadiana, passando, como o autor já defendeu, eventualmente pelos territórios de Idanha e do Fundão. O *ḥiṣn B.ṭ.r.l.s.h* deveria localizar-se no território que conhecemos como Alto Douro, imediatamente a norte desse rio, em zona de fácil atrevassamento, a partir de onde podia facilmente controlar e cruzar o Douro para sul. Várias têm sido as tentativas muito relevantes para localizar *B.ṭ.r.l.s.h* ou *Bitra Lousa*; o autor deste texto sugeriu, em 2010, que a aldeia de Lousa, actualmente no concelho de Torre de Moncorvo, pela proximidade com localidades com topónimos de origem árabe e com fortificações antigas – como são os casos de Numão, Cadima, Murça, Muxagata, Castelo Melhor, Custóias, Almendra (com castelo no tempo de D. Chamoá, no séc. X)... – pela memória que guarda da existência de um castelo, pela posição estratégica em frente do Douro, pela vastidão de terras da Lusitânia que se avistam desde vários pontos – um deles o cabeço pétreo onde está implantada a ermida de Santa Bárbara – poderia corresponder a essa «Pedra» (ou *Bitra*) *Lusah* – cf. CORREIA, F. Branco, *Fortificação, guerra e poderes no Ġarb al-Andalus (dos inícios da islamização ao domínio norte-africano)*, dissertação de doutoramento apresentada à Universidade de Évora, 2010, pp. 253-255.
- 18 LÉVI-PROVENÇAL, E., *Histoire de l'Espagne Musulmane*, Tomo 1, Maisonneuve et Larose, Paris, 1950 (reeditado em 1999), vol. I, p. 295.
- 19 Curiosamente, os únicos sobreviventes do massacre que então terá lugar fugirão na calada da noite, para Beja, depois de se terem refugiado no alto de edifícios antigos – muito provavelmente de origem romana, como o famoso tempo que é hoje um *ex-libris* de Évora. Sobre estes acontecimentos veja-se Ibn ḤayyĀn, *Muqtabis* V, fl.63; trad. p. 82 e SIDARUS, Adel, «Um texto árabe do século X relativo à nova fundação de Évora e aos movimentos muladi e berbere no Ocidente Andaluz» in *A Cidade de Évora*, n.º 71-76 (anos XLV-L), Évora, 1994, pp. 7-37 (há uma edição, recente, em pdf, que apresenta paginação diferente).
- 20 Ibn ḤAYYĀN, *Muqtabis* II-2, Ed. Makki, p. 349. Veja-se também SIDARUS, Adel, «Um texto árabe do século X ...», pp. 15-16; tradução: I:§30; II:§ 4-11, *passim*; CHALMETA, P., «Concessions territoriales dans al-Andalus: données inédites et rectifications», *Proceedings of the 9th Congress of the Union Européenne des Arabisants et Islamisants* (Amsterdam, 1-7 September, 1978), Brill, 1987, p. 50; MARÍN GUZMÁN, Roberto, *Sociedad, política y protesta popular en la España musulmana*, Univ. de Costa Rica, 2006, p. 438 (obra que agradeço ao autor).
- 21 Há, precisamente, 1100 anos.
- 22 SIDARUS, A., «Um texto árabe do século X ...», pp. 7-8.
- 23 Sobre Ronda e a família dos Banū Ḥafṣūn veja-se: ACIÉN ALMANSA, M., ACIÉN ALMANSA, Manuel, *Entre el Feudalismo y el Islam. 'Umar ibn Ḥafṣūn en los historiadores, en las fuentes y en la historia*, 2.ª ed., Universidad de Jaén, 1997.; FIERRO, Maribel, «Cuatro preguntas en torno a Ibn Hafsun», *al-Qantara*, XVI, Madrid, 1995, pp. 222-240; MANZANO MORENO, Eduardo, *Conquistadores, emires y califas*, p. 322, 437-441. Ibn al-Qutiyya informa que Ibn Hafsun e Ibn al-Qutiyya se tiriam cruzados em Córdoba, ao serviço dos omíadas.
- 24 Ibn ḤAYYĀN, *Muqtabis* V, fl.157; trad. p. 183.
- 25 Ibn ḤAYYĀN, *Muqtabis* V, fl. 163; trad. p. 188.
- 26 Ibn 'IDĀRĪ, *Bayān* II, fl. 214-215; trad. pp. 331-332. Indício de uma possível torre com funções semelhantes ao que comumente se conhece como uma «couraça» ou «coracha».
- 27 Trata-se de 'Abd Allāh ibn 'Amr ibn Maslama, nomeado aos 10 de Agosto desse ano de 929 – Ibn Ḥayyān, *Muqtabis* V, fl. 163; trad. p. 188.
- 28 Ibn ḤAYYĀN, *Muqtabis* V, fl. 163; p. ٢٤٨; trad. p. 188.
- 29 Repetir-se-á no ocidente peninsular e em outros pontos, como pode ser Toledo, onde o califa construirá o al-*Hizam*.
- 30 Ibn ḤAYYĀN, *Muqtabis* V, fl. 163; p. ٢٤٨; trad. p. 188.
- 31 'ARĪB b. SA'ĪD, *La Crónica de 'Arib sobre al-Andalus* (trad. e estudo por Juan Castilla Brazales), Granada, Impredisur, 1992, p. 204, §6; Ibn Ḥayyān, *Muqtabis* V, fl. 186; trad. p. 212.
- 32 CORREIA, F. B., «Da Lusitânia ao domínio omíada. Beja como tela de fundo de uma reflexão» in *O sudoeste peninsular entre Roma e o Islão, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola*, 2014, pp. 178-187.
- 33 AL-AZMEH, Aziz, «Paleo-Islam 1». In *The Emergence of Islam in Late Antiquity: Allah and His People*, Cambridge: Cambridge University Press, 2014, pp. 358-430; id., «Paleo-Islam 2», *ibidem*, pp. 431-497.
- 34 Não é grande o atrevimento de falar em *Paleo-Andalus*; há quem fale de um «*paleo-Andalusian period*» aplicado a cerâmicas de época emiral (cf. G. Rosselló-Bordoy, «The Ceramics of Al-Andalus» in *Al-Andalus – The Art of Islamic Spain* (Jerrilyn Dodds ed.), New York, MET, 1992, p. 97; e ainda ALBA CALZADO, Miguel; GUTIÉRREZ LLORET, Sonia. «Las producciones de transición al Mundo Islámico: el problema de la cerámica paleoandalusí (siglos VIII y IX)» in *Cerámicas hispanorromanas: un estado de la cuestión* (D. Bernal Casasola & A. Ribera i Lacomba eds.), Cádiz, Universidad de Cádiz, 2008, pp. 585-613); esta fase *Paleo-Andalusiy* poderia corresponder e confundir-se – passe a analogia quiçá abusiva – com uma *Neo-Lusitânia*, eventualmente *final*. Porém, sobre estes conceitos há ainda muita reflexão a fazer.



# O SÍTIO DE TORRE VELHA 3 (SERPA): ENTERRAMENTOS ATÍPICOS EM SILOS/ FOSSAS. UMA PRIMEIRA ABORDAGEM

LÍVIA VAQUEIRA\*

## RESUMO

No sítio de Torre Velha 3 foi identificada uma necrópole tardo-antiga, com diversificadas realidades tipológicas, em particular, os enterramentos em silos/fossas. Apresenta-se uma abordagem embrionária do estudo e análise das sepulturas, sobretudo, as que conjugam, no mesmo espaço, inumações humanas e de animais. Realçamos a presença de um equídeo, acerca do qual se colocam questões sobre o significado simbólico e cultural e a sua importância nas práticas funerárias tardo-antigas peninsulares.

## ABSTRACT

In Torre Velha 3 was identified a Late Antiquity necropolis, with diverse typological realities, in particular the burial in siloes. It presents an embryonic approach of the study and analysis of the graves, especially the ones which combine human burials and animals in the same space. We emphasize the presence of an *Equidae*, on which are raised questions about its symbol and cultural meaning as well its importance in the Late Antiquity peninsular funerary practices.

## I. CONSIDERAÇÕES PRÉVIAS

Implantado numa pequena elevação junto ao Barranco da Laje, o sítio arqueológico de Torre Velha 3 localiza-se na Herdade da Torre Velha, freguesia de São Salvador, concelho de Serpa.

O espaço foi intervencionado, entre 2008 e 2009, no âmbito do projeto de *Minimização de Impactes sobre o Património Cultural*, decorrente da construção da barragem da Laje, pela empresa de arqueologia *Palimpsesto Lda*. No local foi posto a descoberto um conjunto de realidades arqueológicas, num total de 589 estruturas, com hiatos, desde o Calcolítico até ao período islâmico (ALVES, *et alii*, 2009).

Entre finais do século IV e inícios do século X, a ocupação – centrada sobretudo na fase visigótica-emiral –, configurada no espaço dos vivos e dos mortos, é materializada em contextos habitacionais, de produção e armazenamento, que perfazem um universo de 271 estruturas. Acrescentam-se-lhes também a identificação de diversas sepulturas, arquetizadas em pequenos

\* Arqueóloga. Mestre em Arqueologia e Território pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

conjuntos na necrópole, e outras dispersas pela zona habitacional, que perfazem 24 contextos funerários constituídos por inumações em cova-cho simples, caixa estruturada e silo/fossa.

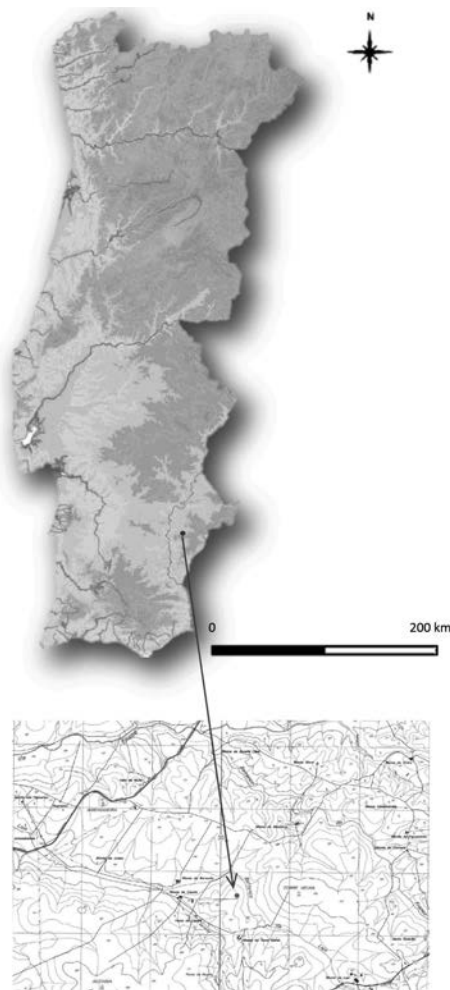


Figura 1 – Localização de Torre Velha 3 e CMP 523, 1:25 000.

## II. ENTERRAMENTOS ATÍPICOS EM SILOS/FOSSAS

Em Torre Velha 3 foram exumados restos osteológicos em articulação anatómica completa ou parcial no interior de silos/fossas, constituindo sete realidades funerárias. Estas estruturas de armazenagem de produtos agrícolas, reutilizadas como fossas funerárias, foram posteriormente entulhadas com despejo de ex-

centes domésticos – lixeiras. Encontram-se dispersas pelo sítio e instaladas nos pequenos núcleos da necrópole tardo-antiga, permanecendo algumas imiscuídas no espaço da necrópole islâmica e na zona habitacional.

Quanto à sua tipologia construtiva, o espaço sepulcral é delimitado pelas paredes do silo, escavado no substrato rochoso, apresentado uma potência estratigráfica que oscila entre os 100 cm e os 200 cm. Em determinadas sepulturas, verifica-se o emprego de cobertura, constituída por cerâmica de construção (*tegulae* e *imbreces*), por fragmentos de cerâmica, nomeadamente, *dolia*, e blocos pétreos. Porém, dado o mau estado de conservação, provocado pelo entulho das lixeiras, estas encontram-se praticamente ausentes. Assim, apenas as sepulturas 6 e 7 contêm vestígios de cobertura: a primeira com fragmentos indiscriminados de materiais de construção; a segunda, com um conjunto bem estruturado, de *imbreces*, *tegulae* e pedras.

Das sete sepulturas, somente a n.º 2 conserva marcas da cabeceira, na qual é visível uma pedra semicircular colocada junto ao crânio; por seu turno, a sepultura 7 ostenta dois blocos de pedra a apoiar o crânio de animal e um *imbrex*, na vertical, junto ao crânio do indivíduo.

A análise antropológica preliminar dos restos ósseos humanos revelou a presença de um número mínimo de 10 indivíduos: sete são adultos, entre os 20 e os 40 anos, dois infantis e um recém-nascido (ALVES, *et alii*, 2009).

No que concerne ao ritual funerário, existe uma discrepância nas deposições e uma ausência de padrão nas orientações. No entanto, ainda é perceptível uma preferência pelo enterramento de decúbito dorsal, sendo os restantes depositados em decúbito lateral esquerdo, lateral direito e ventral. Feita uma leitura à orientação das sepulturas constatou-se que os indivíduos encontram-se direcionados de O – E, N – S, SO – NE e SE – NO. Apesar da variação verificada na orientação das sepulturas, predomina o ritual germânico, como veremos posteriormente.

*Sepultura 1* – O silo/fossa [151] contém um recém-nascido [149] que se encontrava sem conexão aparente, em mau estado de conservação e com orientação de O – E. (ALVES, *et alii*, 2009).

*Sepultura 2* – No interior do silo/fossa [2224], encontra-se o indivíduo [2049] (Fig. 2). Este foi depositado em decúbito dorsal com os braços cruzados sobre o peito e as pernas esticadas, ligeiramente afastadas, orientado de O – E, com a cabeça voltado para Sul. Encontra-se em bom estado de conservação e anatomicamente articulado. No que concerne à diagnose sexual, trata-se de um indivíduo do sexo feminino. A estimativa da idade à morte é apontada entre os 30 e 40 anos. O espólio associado a esta inumação é composto por um brinco em forma de argola, com aro de secção circular, rematado numa das extremidades em tripla moldura, com cronologia que abrange os séculos VI a VII (ALVES, *et alii*, 2009).

*Sepultura 3* – Encontram-se restos osteológicos em conexão no fundo do silo/fossa [2240], que compõe a inumação do indivíduo [2054]. Este foi colocado em decú-



bito lateral esquerdo, com os membros superiores e inferiores fletidos e o crânio, sob a face esquerda. O indivíduo foi depositado no sentido O – E, com a cabeça a apontar para Norte. O estado de preservação dos restos osteológicos é bom, estando o esqueleto em anatómica articulação. Trata-se de um indivíduo adulto, do sexo feminino, entre os 30 e 40 anos. No fundo do silo/fossa foi também identificado o enterramento de um animal [2210], possivelmente, um *caprídeo*, em articulação anatómica (ALVES, *et alii*, 2009).



**Figura 2 – Sepultura 2 e Brinco em liga de cobre (fotos de J. N. Marques e Palimpsesto).**

**Sepultura 4** – O Enterramento [2213] depositado no silo/fossa [2298], encontra-se em decúbito lateral esquerdo, com os membros superiores e inferiores fletidos e o crânio sob a face esquerda. Está orientado para SO – NE, com a cabeça apontada para Norte e encontra-se em bom estado de conservação. Trata-se de um indivíduo do sexo masculino entre os 30 e 40 anos (ALVES, *et alii*, 2009).

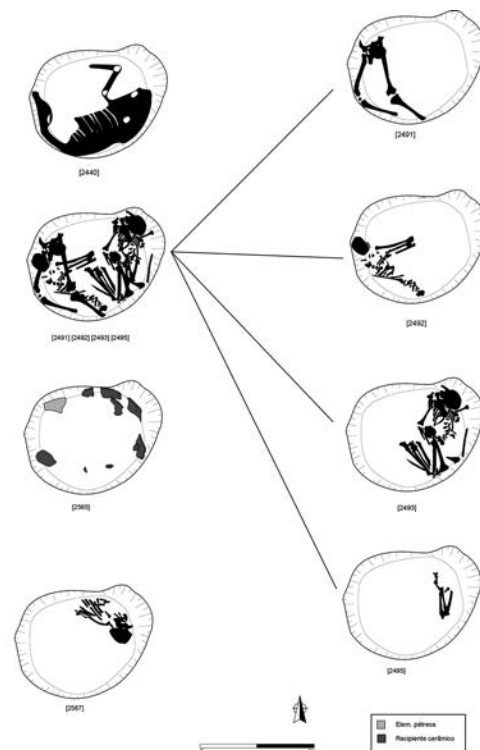
**Sepultura 5** – Os restos osteológicos depositados no interior do silo/fossa [2400] encontram-se incompletos, restando apenas a parte superior do indivíduo [2282], em articulação anatómica. O inumado foi colocado em decúbito ventral com os membros superiores dispostos, aparentemente, de forma arbitrária. Orientado para SO – NE, apresenta o crânio sob a face direita, virada para Este. Corresponde a um indivíduo adulto, do sexo masculino, entre os 20 e 30 anos (ALVES, *et alii*, 2009).

**Sepultura 6** – O enterramento infantil [2343], depositado no silo/fossa [2401], encontra-se em decúbito dorsal, com as mãos junto à bacia, as pernas fletidas para Oeste e a cabeça voltada para Este. Atendendo à orientação, o indivíduo foi deposto no sentido N – S. Trata-se de uma criança entre os 7 e os 10 anos com diagnose sexual indeterminada (ALVES, *et alii*, 2009).

### III. SEPULTURA DE EQUÍDEO: UM RITUAL GERMÂNICO-ASIÁTICO

Na escavação do silo/fossa [2579] identificaram-se vários restos humanos, um esqueleto de equídeo e três níveis de ocupação e enterramento (Fig. 3). Podemos aferir que estamos na presença de dois espaços de inumação distintos, um enterramento múltiplo (Fig. 4) e uma inumação individual, separadas por um conjunto de cerâmicas de construção estruturadas, alusivas a uma tampa de sepultura. Por ordem de deposição, e no nível mais antigo, recolheram-se restos osteológicos de um único indivíduo. Num segundo momento, encontrou-se um enterramento coletivo, com a identificação

de três indivíduos e alguns restos isolados (redução/ossário). No terceiro nível documentou-se a presença de um equídeo.



**Figura 3 – Distribuição dos restos osteológicos e faunísticos – silo/fossa [2579] – por fases de deposição.**

O esqueleto [2567] encontrava-se em decúbito lateral direito, orientado no sentido SE – NO. Apesar da ausência de algumas partes anatómicas, restando apenas o crânio e algumas vertebrae, e do mau estado de preservação, o indivíduo, entre os 30 e 40 anos, corresponde ao sexo masculino.

O indivíduo [2493] foi colocado em decúbito ventral, de N – S, com o crânio depositado sobre a face direita. Face ao mau estado de preservação dos ossos, apenas é possível estimar a idade à morte, tratando-se de uma criança entre os 10-11 anos.

O jovem [2492], do sexo masculino e com 15-21 anos, está depositado em decúbito dorsal, de O – E, restando apenas algumas partes anatómicas.

Do indivíduo [2491] apenas restam as partes anatómicas dos membros inferiores e cintura pélvica. Este está orientado N – S e deposto de forma indeterminada. Trata-se de um indivíduo entre os 30 e os 40 anos, do sexo masculino (ALVES, *et alii*, 2009).



Figura 4 – Enterramento Múltiplo (Palimpsesto).

A inumação do equídeo não se distingue no espaço da sepultura múltipla, foi depositado sobre o sedimento que cobre os esqueletos humanos e encostado à parede sul do silo/fossa (Fig. 5). Com orientação de O – E, apresenta uma conexão anatómica primária, em decúbito ventral com os membros fletidos e o crânio cuidadosamente apoiado em blocos pétreos, voltado para Norte. Com base na análise detalhada dos restos osteológicos é possível aferir a idade à morte, apontada entre 3 e 3 anos e meio. No entanto, a presença de pré-molares e molares definitivos, alguns ainda a formar-se, não permitiu determinar a espécie, apontando-se como hipóteses: *Equus caballus*, *Equus asinus* ou *Equus hydruntinus* (SANTOS, *et alii*, no prelo).

Junto ao equídeo identificou-se um aplique de cinturão com punccionados triangulares (Fig. 6), característicos das placas de cinturão de tradição germânica, que datam dos meados do século VI e século VII (RIPOLL LÓPEZ, 1986: 583-585).



Figura 5 – Enterramento do Equídeo [2440] (Palimpsesto).



Figura 6 – Aplique de cinturão (fotos de Livia Vaqueira).

A análise destes contextos e o estudo aprofundado ao esqueleto do equídeo permite-nos aferir a presença de um ritual funerário, que integra humanos e animais numa mesma fossa.

Terminantemente, a ausência de patologias, a idade à morte do equídeo, o esqueleto quase completo, a posição dos membros em articulação, a deposição cuidada e o crânio apoiado em blocos pétreos são agentes de intencionalidade na deposição, que nos permite interpretar a sua morte como um possível ato de sacrifício funerário e não como mero depósito ocasional.

Porém, a fim de dar aprofundamento ao estudo, urge a realização de análises antropológicas mais detalhadas aos restos humanos, para se identificar causas da morte, patologias e cronologias.

Esta prática funerária identificada no silo/fossa [2579], remete-nos para as utilizadas pelos povos germânicos e asiáticos que viam o animal não como uma oferenda alimentar, mas como um símbolo interlocutor de acompanhamento dos vivos na passagem para a morte (BEDA, 2014). A análise não se limita à observação dos signos, determinantes na função da morte de acompanhamento, mas também à representação do animal na sociedade e a sua relação com o Homem.

#### IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os enterramentos em silo/fossa são um fenómeno recentemente testemunhado, observando-se, até à data, casos de estudo em contextos rurais dos séculos VI-IX, designadamente em sítios arqueológicos espanhóis. É, sobretudo, na região de Madrid, que se regista um maior número de sítios com enterramentos em silos. Refiram-se as inumações múltiplas de El Pelicano, Berrocales e Gótzquez de Arriba, às quais estão associadas enterramentos de animais, datadas do século VI e VII (VIGIL ESCALERA-GUIRADO, 2013: 9-22).

Os depósitos de equídeos, em contexto tardo-antigo e alto-medieval são identificados em várias necrópoles europeias e concentram-se na Europa Central e de Leste, notadamente, na área da Bacia dos Cárpatos. Constatou-se, até à data, cerca de 600 sítios arqueológicos só nas regiões da Eslováquia, Hungria e Roménia. Refira-se, a título de exemplo, a necrópole de Hódmezovásárhely-Kishomok III (Hungria) e a da Unirea-Vereşmart (Roménia), nas quais se evidenciam enterramentos de equídeos, simultaneamente com restos humanos, ou em sepulturas individualizadas, e que se inserem no designado período Ávaro, entre os séculos VI e IX (BEDE, 2014: 211). Também na Europa Central, a realização deste tipo de práticas funerárias germânicas ocorre nas necrópoles merovíngias. Refira-se, neste caso, a necrópole de Odratzheim (França), na qual foram exumados dois esqueletos completos de equídeo na mesma fossa, datados da segunda metade do século VI e primeira metade do século VII (KOZIOL, 2012: 152).

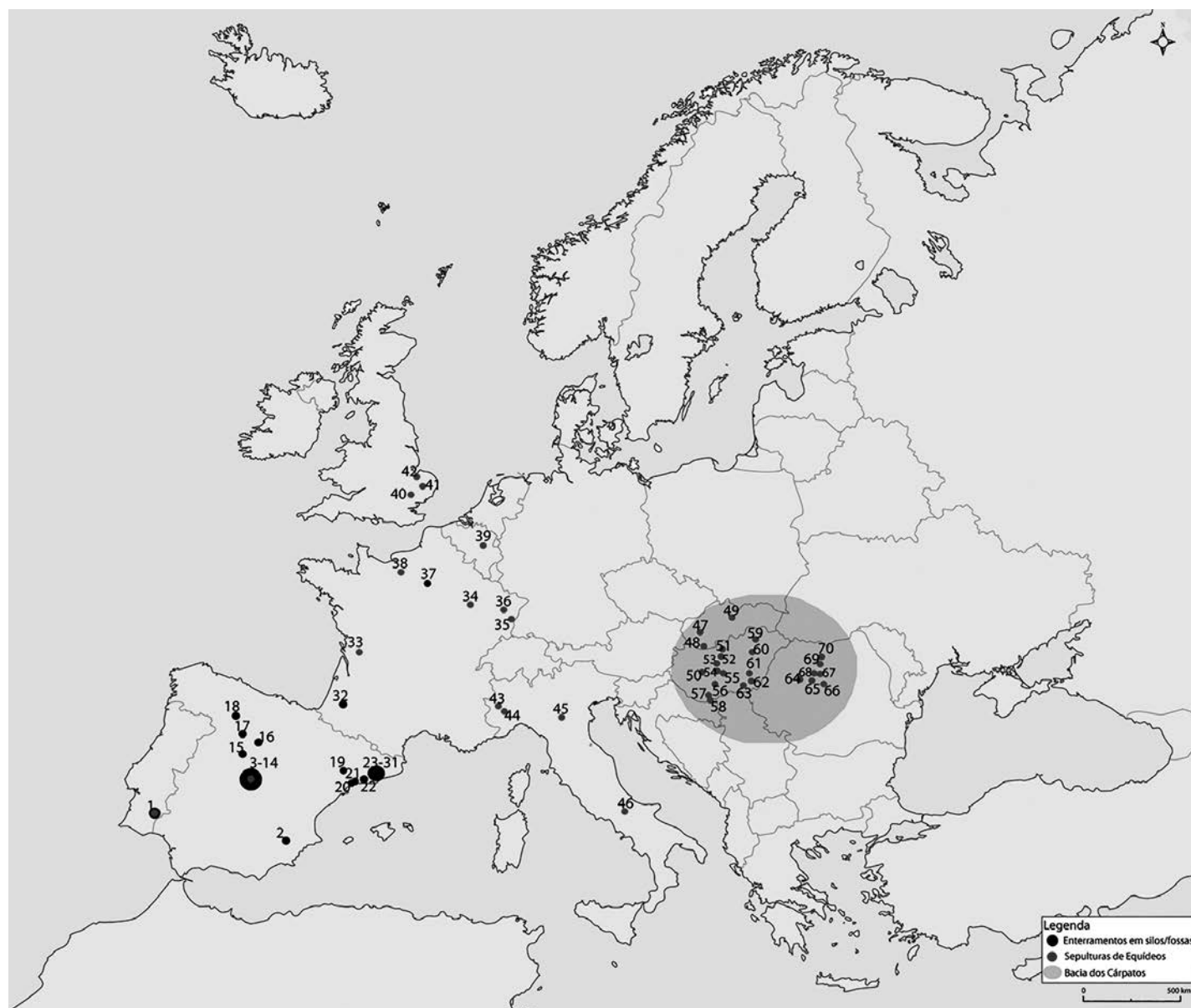
Realçamos, assim, a presença destas formas de inumar em Torre Velha 3 como um caso singular no mundo funerário tardo-antigo do território português. Como primeira abordagem e a fim de dar continuidade a este paradigma será necessário correlacionar, detalhadamente, o presente estudo com outras evidências arqueológicas registadas e por registar.

#### AGRADECIMENTOS

Queremos expressar o nosso agradecimento ao apoio e coadjuvação da Prof.<sup>a</sup> Doutora Helena Catarino e do Dr. Eduardo Porfírio (Palimpsesto).

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Catarina, *et alii* (2009), *Torre Velha 3. Relatório Final (2.ª fase). Minimização de Impactes sobre o Património Cultural decorrentes da Construção da Barragem da Laje (Serpa)* (Relatório inédito. IGESPAR). Lisboa.
- , *et alii* (2013), «Necrópole Tardo-Antiga da Torre Velha 3, Serpa (Baixo-Alentejo, Portugal)». In *VI Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular*, 2012, pp. 1929-1966. Villa Franca de los Barros: Ayuntamiento de Villafranca de los Barros. ISBN 978-84-616-6306-4.
- BEDE, Ilona (2014), «Le Cheval dans les rites funéraires de la période avare: une forme d'individuation? (fin du VIe – milieu du IXe siècle AP. J.-C.; Bassin des Carpates)». In *IV Rencontre du Groupe d'anthropologie et d'archéologie funéraire: Rencontre autour de l'animal en context funéraire*, 2012, pp. 211-225. Saint-Germain-en-Laye: Musée d'archéologie nationale. ISBN 9782954152615.
- KOZIOL Agnieszka, *et alii* (2012), Odratzheim, *Bas-Rhin, «Sandgrube – lotissement du Wehland». Une nécropole du haut Moyen Âge (fin du 5 e siècle – 8 e siècle). Rapport de fouille préventive*. Volume 1 e 2. Sélestat: Pôle d'Archéologie Interdépartemental Rhénan. ISSN 67354.
- RIPOLL LÓPEZ, Gisela (1986), *La ocupación visigoda en época romana a través de sus necrópolis*. Tese de Doutoramento. Barcelona: Universidade de Barcelona.
- SANTOS, *et. alii* (no prelo), «Dados Preliminares dos Enterramentos De Animais Na Necrópole Tardo-Antiga De Torre Velha 3». In *Encontro O mundo animal na romanização da Península Ibérica*, 2015. Lisboa.
- VAQUEIRA, Lúvia (2015), *O sítio de Torre Velha 3 entre a Antiguidade Tardia e a Alta Idade Média: contextos materiais do «Ambiente II»*. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- VIGIL-ESCALERA GUIRADO, Alfonso (2013), «Comunidad política aldeana y exclusión. Una revisión de las formas de inhumación altomedievales (ss. V-VIII d.C.)». *Reti Medievali Rivista*, n.º 14, 1, pp. 1-40. Firenze University Press. ISSN 1593-2214.



1. Torre Velha 3; 2. Rinconada del Olivar; 3 – 14 Região de Madrid (Yac. 1 M-50; Las Charcas; Casas de Bahezuela; Buzanca 2; Arroyo Culebro; Berrocales, Congosto; La Deseada; El Pelicano; Gózquez de Arriba; Loranca; Prado Viejo); 15. La Mata del Palomar; 16. El Ventorro; 17. Simancas; 18. El Pelambre; 19. Vilans de Reig; 20. Pi del Burgar; 21. Torre Bargallona; 22. La Solana; 23 – 31. Região de Barcelona (Can Gambús 1; L'Aiguacuit; La Bastida; Can Bosch de Basea; Ca n'Oliver; Els Mallols; Can Cabassa; Can Bovilar; Can Vinyalets); 32. Lagneau Est; 33. Vallé de Fayé; 34. Saint-Dizier; 35. Erstein; 36. Odrzheim; 37. Fontaine Plamond; 38. Ville d'Évreux; 39. Gréz-Doiceau; 40. Great Chesterford; 41. Lakenheath; 42. Sedgford; 43. Collegno; 44. Testona; 45. Spilamberto; 46. Vicenne; 47. Serd; 48. Komárno-Schiffswerft; 49. Čierny; 50. Zamardi-Retifoldek; 51. Budakalász-Dunapart; 52. Budapest-Zugló; 53. Ivancsa; 54. Nagyvenyim; 55. Apostag – Célkitermelohely; 56. Szekszard; 57. Versend-Rasztina-dűlőn; 58. Bóly – Sziebert; 59. Sajópetri; 60. Tiszafurd-Makoros; 61. Szarvas-Grexa; 62. Orosháza-Béke; 63. Hódmezovásárhely – Kishomok III; 64. Unirea-Vereşmart; 65. Noslac; 66. Bratei; 67. Band; 68. Valea Largă; 69. Fântânele; 70. Bistrița.

**Figura 7 – Mapa da localização dos sítios com inumações em silos e com sepulturas de equídeos.**

# AMARANTE NA IDADE MÉDIA: POVOAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO-SOCIAL

DANIEL JOSÉ SOARES RIBEIRO\*

## RESUMO

Tendo como ponto de partida a análise das inquirições de 1220, 1258 e de 1343, a presente comunicação procura contribuir para um melhor conhecimento de alguns aspetos relacionados com o desenvolvimento de Amarante na Idade Média.

Com o apoio de fontes documentais, iconográficas e orais (associadas a lendas e a tradições), dados arqueológicos e arquitetónicos, será traçado um esboço da configuração urbana de Amarante na Idade Média. Levantar-se-ão, de igual modo, algumas questões relativas à política de fomento urbano implementada por D. Vasco Fernandes de Soverosa e à acção do frade pregador, Gonçalo de Amarante.

Por fim, será feita uma abordagem à importância de Amarante no Norte de Portugal, do ponto de vista económico e social.

## 1. INDÍCIOS PRIMORDIAIS

Amarante, localizada na região do Tâmega e Sousa, é ponto de cruzamento de duas importantes vias de comunicação (a do Litoral Norte – Trás-os-Montes e a do Minho – Beira Interior), que a convertem, a partir da Idade Média, num importante entreposto comercial, social e religioso.

\* Licenciado em Arqueologia e História com mestrado em História, Especialização em Museologia, pela Universidade de Coimbra, está afecto ao quadro de pessoal do Município de Amarante, na categoria de Técnico Superior de Arqueologia.

Estas características impulsionarão o florescimento de um importante aglomerado urbano<sup>1</sup>, mais concretamente a partir da instituição do Condado Portucalense em 1095.

Esta nova realidade geopolítica permitirá a instalação ou a afirmação de algumas estirpes de infanções<sup>2</sup>, nomeadamente os Gondar<sup>3</sup> (mais tarde designados da Mota), os Sousas<sup>4</sup> ou Sousões e os Ribadouro<sup>5</sup>.

No actual território amarantino, a presença destes infanções fez-se notar no seio das comunidades locais, pela administração e posse de algumas propriedades agrícolas e povoações; pela fundação e padroado de igrejas e mosteiros (na sua maioria professos na Ordem Beneditina); e em doações e obras de beneficência.

As primeiras referências documentais, relativas a Amarante datam de 1113<sup>6</sup> (Cardoso, 1978: 12), contudo, no documento em causa, cujo paradeiro actualmente se desconhece, apenas se menciona a existência de uma igreja dedicada a Santa Maria com o respectivo padroado, juntamente com algumas proprieda-

Esta ponte, a crer na memória local, estaria em avançado estado de ruína, em meados do séc. XIII, pelo que o frade pregador, ermita em Amarante, decide levar a cabo as obras de recuperação e assim restabelecer uma travessia segura sobre o rio Tâmega (Ribeiro, 2011: 103).

Antes da construção/restauro da Ponte de Amarante, nenhuma razão havia para existir um núcleo urbano naquele local, por se tratar de uma íngreme encosta com um desnível bastante acentuado. Além do mais, o rio apresenta-se com margens altas, rochosas e apertadas que provocam o estrangulamento do seu leito e contribuem para o aumento da turbulência das suas águas que tornam a travessia ainda mais complicada (Machado, 1979: 60).

Curiosamente este parece ter sido o local escolhido para a construção da primitiva ponte, pois margens estreitas, rochosas e de maior elevação topográfica, são as condições ideais para a sua edificação, por tornar a obra menos dispendiosa, mais curta, sólida e de maior facilidade construtiva (Machado, 1979: 60).

#### 4. CARACTERIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DE AMARANTE

Administrativamente, e tendo como ponto de partida as inquirições acima referidas, pode-se afirmar que a *villa d'Amarante* na Idade Média não recebeu nenhuma carta de foral e que a coroa não dispunha de reguengos nas duas paróquias que a constituíam, embora, 1 dos inquiridos de 1258, o capelão Martim Martins, afirma que D. Afonso I terá coutado uma parte da povoação constituída por vinte casais. Tudo leva a crer que este couto terá desaparecido entre os finais do séc. XIII e os inícios do séc. XIV (Machado, 1979: 32).

Pelas inquirições de 1343, sabe-se que as principais autoridades de Amarante eram os juízes, eleitos pelo conselho de homens-bons em número de 2 pelo período de 1 ano, no dia de S. João (Marreiros, 1985: 15).

Um dos juízes era eleito pelos moradores dos casais da Ordem do Hospital e o outro pelos moradores dos casais dos cavaleiros. Depois da eleição, os juízes faziam o seu juramento perante o conselho dos cavaleiros e dos tabeliães do rei. Por seu lado, o juiz eleito pelos casais da Ordem tinha de fazer o seu juramento perante os priores do Hospital. Este acto solene seria realizado no local do sufrágio depois de terminada a eleição. Provavelmente existiria uma cerimónia religiosa que decorria na ermida de Nossa Senhora da Assunção (designada à data de igreja de São Gonçalo), como indica uma testemunha da inquirição de D. Afonso IV (Marreiros, 1985: 16).

No que concerne ao juramento do juiz eleito pelos moradores dos casais da Ordem do Hospital sabe-se, pelas mesmas fontes, que numa fase inicial este acontecia no lugar da Granja (eventualmente no antigo paço de D. Alda Vasques) e a partir de 1303 passaria a ser na igreja de Nossa Senhora da Assunção de Fregim que nesse ano é doada à Ordem, para nela instalar a sua sede (Marreiros, 1985: 18).

Algum tempo depois, Amarante viria a integrar o restrito e circunscrito grupo das beatrias medievais portuguesas. Este estatuto terá sido atribuído à então vila, no séc. XIII, desconhecendo-se porém, o momento da sua atribuição. O primeiro documento que prova a sua existência data de 24 de Janeiro de 1387 e assim terá permanecido até ao ano de 1550, altura em que D. João III extingue esta forma de administração local e a *villa d'Amarante* passa a ter uma administração de tipo municipal.

#### 5. POPULAÇÃO

Apesar das poucas fontes documentais, é possível retirar algumas ilações no que concerne ao estudo da demografia medieval de Amarante, nomeadamente, a partir das inquirições de 1220, 1258 e de 1343.

Com base na inquirição de 1220, sabe-se que na paróquia de S. Veríssimo existiam nove casais, um pertencia ao Mosteiro de Vila Cova e oito à Ordem do Hospital. Por sua vez, de Santa Maria Maior sabe-se apenas que a Ordem do Hospital recebia dos casais aí existentes, 87 morabitinos.

A construção ou ocupação destes casais poderá ser contemporânea das migrações de populações provenientes das terras densamente povoadas do Entre-Douro-e-Minho para as de menor demografia, do Tâmega, do Lima e da faixa Litoral a Sul do Douro até ao Mondego (Mattoso (b), 1995: 24-25).

Anos mais tarde e tendo por base as inquirições de D. Afonso III (1258), existiam em Amarante 124 casais, o que poderá corresponder a cerca de 620 indivíduos e em 1343, registam-se 164 casais, o que poderá corresponder a cerca de 820 habitantes.

É ainda possível verificar que Amarante vai registando um aumento populacional ao longo da Idade Média, no entanto, fica por perceber de que modo a reedificação da ponte contribuiu para este crescimento, ou qual a afectação dos maus anos agrícolas de 1255 e 1262 e consequentemente as fomes ou as pestes de 1267, 1273 e 1295, a guerra civil de 1245, a de 1248 e a grande depressão dos anos 30 e 40 do séc. XIV (Mattoso, 1995: 25) influenciaram negativamente este crescimento.

A partir de um estudo demográfico de Oliveira Marques, baseado no imposto lançado por D. Dinis sobre os tabeliães do reino, fixado em função do seu número e por localidade, constata-se que a emergente Vila de Amarante tinha direito a dois tabeliães, aos quais cabia pagar 100

libras, facto que a coloca em sintonia com a maior parte das povoações do Entre Lima e Douro, encontrando-se mais ou menos a meio da tabela, correspondendo à posição dos aglomerados urbanos de média dimensão.

É ainda de salientar, com base nas inquirições de 1343, que a então vila era ainda um polo aglutinador das comunidades rurais envolventes, pois dos 21 inquiridos, apenas sete são naturais de Amarante, onze de outras localidades (actualmente integradas no termo do Concelho de Amarante) e três de povoações circunvizinhas nomeadamente Penafiel, Guimarães e Marco de Canaveses (Marreiros, 1985: 4-5).

Verifica-se ainda que a fixação destes indivíduos ocorre no início das suas vidas activas, pelo que estarão subentendidas razões económicas, o que mais uma vez pode ser sinónimo do papel preponderante e estratégico de Amarante no contexto local e regional, que viria a ser determinante para a instituição de uma feira franca, por D. João I, no ano de 1391<sup>9</sup>.

## 6. ELEMENTOS PATRIMONIAIS

Pelas fontes documentais analisadas, associadas a alguns indícios arqueológicos é possível identificar em Amarante os seguintes elementos patrimoniais que remetem para uma cronologia medieval e que se passam a citar:

### 1) Ponte de Amarante

De presumível fundação romana, a crer nas fontes documentais datadas do séc. VI, a ponte estaria em avançado estado de ruína ou mesmo arruinada no séc. XII.

De acordo com a memória local, foi reconstruída em meados do séc. XIII, por São Gonçalo. Desta ponte que se desmoronou, no dia 10 de Fevereiro de 1763, apenas subsistem os alicer-

ces e uma escultura bifaciada, datada do séc. XIV, representando de um lado Nossa Senhora da Piedade (ou da Ponte) e do outro um Cristo Crucificado que constituía um cruzeiro colocado ao centro sobre o tabuleiro.

No local da ponte medieval foi edificada a actual, no ano de 1788.

### 2) Ermida de Nossa Senhora da Assunção

De acordo com a memória local, São Gonçalo, quando chega a Amarante, instala-se numa ermida arruinada dedicada a Nossa Senhora da Assunção que reconstrói, localizada junto ao rio Tâmega.

Atendendo à acção evangelizadora do pregador e à sua localização junto à ponte faz com que, neste espaço, floresça um importante centro religioso após a morte de São Gonçalo e respetiva sepultura no local. Sobre esta ermida viria a ser construído o atual convento de São Gonçalo, em 1540.

### 3) Recolhimento das Mantelatas

Fundação atribuída a D. Mafalda de Portugal, já estaria em pleno funcionamento no ano de 1272.

No séc. XIV, converte-se num recolhimento de Terceiras de São Francisco e, alguns anos depois, torna-se num mosteiro da Ordem e Santa Clara, professo na Regra de Urbano IV.

### 4) Igreja de Santa Maria Maior de Amarante

Antiga igreja matriz de Amarante, actualmente desaparecida e por localizar, se bem que poderá corresponder à implantação da atual igreja de S. Pedro, fundada sobre uma antiga capela de S. Martinho, presumivelmente de fundação medieval.

### 5) Ponte de Santa Luzia

Ponte medieval de apenas um arco sobre a Ribeira de Real. Encontra-se atualmente soterrada, no entanto, por uma descrição de 1934 (Pinho (a), 1934: 1), sabe-se que apenas subsistiam, a essa data, as guardas de montante e a abóboda do arco. Neste encontravam-se algumas siglas de canteiro.



## 6) Albergaria de Amarante

Com base numa doação de 1192<sup>10</sup>, sabe-se que a essa data existia em Amarante, em pleno funcionamento, uma albergaria localizada junto do cruzamento das estradas de Guimarães e do Porto. Junto a este estabelecimento existiu, até ao início do séc. XX, uma capela dedicada a Santo Estêvão que estava ao serviço da referida albergaria e transita, juntamente com a albergaria para a Misericórdia de Amarante, em 1565.

## 7) Gafaria de S. Lázaro

Documentada desde, 1269<sup>11</sup>, a gafaria de São Lázaro, da qual apenas subsiste a capela, encontrava-se localizada fora do perímetro urbano da então vila de Amarante, na estrada do Porto, junto ao Ribeiro de São Lázaro. Passa para a posse da Santa Casa da Misericórdia de Amante no séc. XVI que ainda hoje é a sua proprietária.

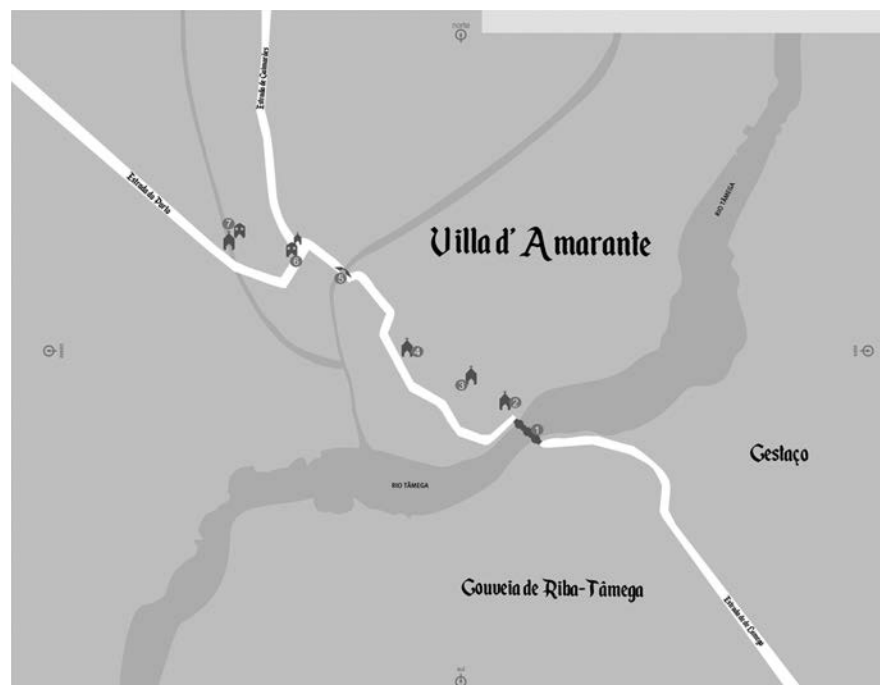


Figura 2 – Amarante na Idade Média.

## BIBLIOGRAFIA

- CARDOSO, António (1978), S. Gonçalo de Amarante, Lenda e História, o seu Culto, Iconografia Amarantina. Exposição Biblio-iconográfica. Amarante: Câmara Municipal de Amarante.
- COSTA, Paula Maria de Carvalho Pinto da (2009), «Os Hospitalários em terras de Amarante (séc. XIII – XVI)». *II Congresso Histórico de Amarante. Política, Sociedade e Cultura*. Amarante: Câmara Municipal de Amarante. Tomo III, Volume I. ISBN 978-989-8141-26-2.

- CRAESBEECK, Francisco Xavier da Serra (1992), *Memórias Ressuscitadas da Província de Entre Douro e Minho, no ano de 1726*. Ponte de Lima: Edições Carvalhos de Basto (edição fac-similada). ISBN 972-9494-04-5.
- MACHADO, António de Sousa (1979), *Amarante Medieval*. Amarante. Edição do Autor.
- MAGALHÃES, Arlindo de (1996), *S. Gonçalo de Amarante, Um vulto e um Culto*. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia.
- MAGALHÃES, Pe. Francisco de Azevedo Coelho de (2008), *História de Amarante*. Amarante: Câmara Municipal de Amarante (edição fac-similada). ISBN 978-989-8141-03-3.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (2010), *A Sociedade Medieval Portuguesa*. 9.ª Ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora. ISBN 978-989-6262-41-9.
- MARQUES, José (1989), A Assistência aos Peregrinos no Norte de Portugal, na Idade Média. I Congresso Internacional dos Caminhos Portugueses de Santiago de Compostela, Porto: Faculdade de letras da Universidade do Porto. ISBN 10-972-93-6607-1.
- MARREIROS, Rosa (1985), «O Senhorio da Ordem do Hospital em Amarante (sécs. XIII-XIV), sua Organização Administrativa e judicial». *Separata de Estudos Medievais*. N.º 5/6, 1984/85. Porto.
- MATTOSO, José (1995) (a), *Identificação de Um País, Ensaio sobre as Origens de Portugal, 1096-1325, I – Oposição*. 5.ª Ed. Lisboa: Editorial Estampa. ISBN 972-33-1038-X.
- (1995) (b), *Identificação de Um País, Ensaio sobre as Origens de Portugal, 1096-1325, II – Composição*. 5.ª Ed. Lisboa: Editorial Estampa. ISBN 972-33-1038-4.
- (1998), *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros. A Nobreza Medieval Portuguesa, nos Séculos XI e XII*. 3.ª Ed. Lisboa: Guimarães Editores. ISBN 121619/98.
- NORTON, Manuel Artur (1971), *Livro Velho de Linhagens (subsídios para a sua Ordenação)*. Lisboa: Instituto Português de Heráldica.
- PATRÍCIO, António (2009), *Lendas de São Gonçalo e de Amarante*. 1.ª Ed. Amarante. Paróquia de São Gonçalo. ISBN 294122/09.
- PINHO, José de (5 de Novembro de 1933) (a), Materiais para o Estudo do Povo Amarantino. A Albergaria do Covelo do Tâmega. *Semanário Flor do Tâmega*. Ano 47, n.º 2 444. Amarante.
- (12 de Novembro de 1933) (b), Materiais para o Estudo do Povo Amarantino. A Albergaria do Covelo do Tâmega. *Semanário Flor do Tâmega*. Ano 47, n.º 2 445. Amarante.

## NOTAS

- (14 de Janeiro de 1934) (a), Materiais para o Estudo do Povo Amarantino. A ponte de Santa Luzia. Semanário Flor do Tâmega. Ano 48, n.º 2454. Amarante.
- (4 de Fevereiro de 1934) (b), Materiais para o Estudo do Povo Amarantino. A Gafaria de S. Lázaro. Semanário Flor do Tâmega. Ano 48, n.º 2457. Amarante.
- RIBEIRO, Daniel José Soares Ribeiro (2011), *Mosteiro de Santa Clara de Amarante: História, Património e Musealização*. Coimbra (versão policopiada).
- RODRIGUES, Jorge (2009), *O Modo Românico. Arte Portuguesa. Da Pré-História ao Séc. XX*. Lisboa: Fubu Editores. Vol. II. ISBN 978-972-8918-93-4.
- SARAIVA, José Mendes da Cunha (1946), *Livro dos Forais, Escrituras, Doações, Privilégios e Inquirições*, Volume I. Lisboa: Arquivo Histórico do Ministério das Finanças.
- SARDOEIRA, Albano (25 de Agosto de 1946), Capelas de Amarante que desapareceram. Semanário Flor do Tâmega. Ano 61, n.º 3107. Amarante.
- (1994), *A Antiga Ponte Fortificada de Amarante, Referências a Outras Pontes*. Amarante: Grupo dos Amigos da Biblioteca Museu de Amarante. ISBN 77620/94.

- 1 Alguns indícios apontam para uma ocupação na Idade do Ferro e na Época Romana, atendendo a alguns achados furtivos mas sem qualquer tipo de trabalho profundo de Arqueologia.
- 2 Termo de origem peninsular que designa membros da aristocracia sem fortuna, embora a sua conotação

vassálica só se possa estabelecer com segurança quando acompanhado de um genitivo ou de um possessivo, isto é, no contexto «*infancion alicuius*». O carácter vassálico, a provável aceção específica de um membro do séquito armado de um rei o magnate, parece dever deduzir-se do facto de se usar como sinónimo dos termos: *socius*, *satellites* ou *miles*, durante o séc. X. A partir dos sécs. XI e XII, alguns infanções tornam-se ricos-homens, outros porém, mantem-se na categoria de nobreza de segunda ordem, ocupando um estado intermédio entre os ricos-homens e os cavaleiros (Mattoso, 1998: 40, 113-114).

- 3 Provenientes das Astúrias, descendentes de D. Mem Gundar, um dos cavaleiros que, ingressou no séquito do conde D. Henrique da Borgonha, aquando da sua chegada a *Portucale*. Por se terem fixado numa Quinta chamada da *Motta* (actual freguesia de Vila Chã do Marão), adoptam como antropónimo o microtopónimo da respectiva quinta (Magalhães, 2008: 17-18).
- 4 O primeiro deste nome é um tal *Dux* Vizoi Vizois que, em 985, confirma uma doação ao mosteiro de S. Paio de Antealtares, em Santiago de Compostela. Na Corte de D. Raimundo, em 1094, e posteriormente, na corte condal portugalense entre 1106 e 1120, surge Mem Viegas, descendente de Vizoi Vizois, muito provavelmente com as funções de governador das terras do Vale do Sousa, controlando os Castelos de Santa Cruz e de Celorico de Basto. Teve como filho Gonçalo Mendes de Sousa, o Sousão, a mais importante personagem da corte de Afonso Henriques, depois da morte de Egas Moniz. Durante dez anos, desempenha as funções de mordomo-mor. As altas funções na corte portuguesa continuam com o seu filho, o conde D. Mendo Gonçalves de Sousa, na categoria de alferes de D. Sancho I, desde 1173 até 1186, passando a partir desta data a desempenhar o cargo de mordomo-mor. Esta família entra em declínio a partir do séc. XII, por falta de varonia acabando por desaparecer, no entanto, subsistem e perpetuam os seus diversos ramos colaterais (Mattoso, 1998(a): 46-50).
- 5 Provenientes da Gasconha, no Sudoeste da França. O seu ascendente mais antigo surge documentado em 1014, D. Munio Viegas (Mattoso, 1998: 54). Terão sido os descendentes de Munio Viegas os fundadores do Mosteiro de S. Salvador de Travanca – Amarante (Rodrigues, 2008: 80).
- 6 De acordo com António Cardoso, este documento foi descoberto no cartório do Mosteiro de Alpendurada e visto por Artur Mota Alves que dele retirou algumas informações.
- 7 A.N.T.T – Pedurada, XII, 22.
- 8 A.N.T.T – Inquirições Gerais, D. Afonso II, Livro 1, fl. 24v (disponível online); transcrito em LMH, 188, 195-196.
- 9 Doc. II-571, Vol. II, T. I (Dias, 2004: 294).
- 10 Ver nota 7.
- 11 A.M.A.P – Testamentos e Doações ao Cabido I, Doc. 203, p. 356v.

# AS CASAS DE MÉRTOLA: DOIS MIL ANOS DE FORMAS DE HABITAR

MARIA DE FÁTIMA PALMA\*

MIGUEL REIMÃO COSTA\*\*

SUSANA GÓMEZ MARTÍNEZ\*\*\*

VIRGÍLIO LOPES\*\*\*\*

ANA COSTA ROSADO\*\*\*\*\*

## RESUMO

Ao longo de 40 anos de trabalho e investigação no Campo Arqueológico de Mértola, um dos temas abordado com maior frequência foi a arquitetura doméstica. Normalmente, esses estudos foram divulgados, considerando períodos e tipologias específicas, sem que, até à data, fosse feita uma análise global, em termos de longa duração, que permitisse definir fenómenos de continuidade ou de mudança. Este é o propósito do presente artigo, condicionado pelas lacunas existentes no registo arqueológico e documental, mas procurando uma primeira síntese sobre as casas de Mértola ao longo de mais de 2000 anos de história.

**Palavras-chave:** casas; formas de habitar; urbanismo; arqueologia; arquitetura.

\* Campo Arqueológico de Mértola/Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património; Bolseira de Doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia/Universidade de Granada; tuchapalma@hotmail.com.

\*\* Campo Arqueológico de Mértola/Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património/Universidade do Algarve; mrcosta@ualg.pt.

\*\*\* Campo Arqueológico de Mértola/Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património/Universidade do Algarve; susanagomez@sapo.pt.

\*\*\*\* Campo Arqueológico de Mértola/Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património, Bolseiro de Pós-Doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia; virgilioamlopes@sapo.pt.

\*\*\*\*\* Campo Arqueológico de Mértola/Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património, Bolseira de Doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia/Universidade de Sevilha; ana.costa.rosado@gmail.com.

## RESUMEN

A lo largo de 40 años de trabajo e investigación del Campo Arqueológico de Mértola, uno de los temas que ha sido abordado con más frecuencia es el de la arquitectura doméstica. Normalmente, eso estudios se referían a períodos o a tipologías concretas, sin que, hasta la fecha, se hiciese un análisis global, con una perspectiva de la larga duración, que permitiese definir fenómenos de continuidad o de cambio. Esta es nuestra intención, pese a las limitaciones impuestas por las lagunas en la documentación escrita o arqueológica, persiguiendo elaborar una síntesis sobre las casas de Mértola a lo largo de más de 2000 años de historia.

**Palabras-clave:** casas; hábitat; urbanismo; arqueología; arquitectura.

## 1. INTRODUÇÃO

Os historiadores dos textos escritos tendem a focar a sua atenção no que aparece com mais relevância e insistência nas fontes que consultam, especialmente nas crónicas: guerras e batalhas, episódios relevantes ou as relações que se estabeleciam entre as elites em geral. Em contraponto, o arqueólogo encontra nas suas fontes – os arquivos da terra de que nos fala Conceição Lopes – vestígios do quotidiano, de como vivia o comum dos cidadãos, como ocupava os espaços, como se protegia das inclemências da natureza, como aproveitava os recursos e fabricava os utensílios de que necessitava, como cozinhava os alimentos, entre muitos outros aspetos.

Certamente que os arqueólogos estudam também os espaços do poder e dos poderosos, os castelos e palácios, mas acabam mesmo por ser as casas comuns que, em proporção, aparecem de forma mais recorrente no registo arqueológico. E neste sentido, é fundamental olhar para a arquitetura tradicional, e para o modo como, nalguns casos, é ainda hoje habitada, não só para procurar compreender ou confirmar alguns dos aspetos que os sítios escavados deixam antever, mas também para reconhecer os temas de permanência e de mudança que ocorrem, ao longo da história, no mais essencial dos espaços que é afinal a habitação.

Ao longo dos seus 40 anos de existência, o tema das casas foi um dos mais investigados no Campo Arqueológico de Mértola, não apenas desde o ponto de vista da arqueologia, mas também da arquitetura, disciplinas que deverão inevitavelmente convergir para uma compreensão global da evolução das formas de habitar em Mértola ao longo dos tempos.

## 2. IDADE DO FERRO E PERÍODO ROMANO-REPUBLICANO

Até ao momento, os vestígios de habitações de cronologias mais antigas identificadas em Mértola, são bastantes diminutos porque o espaço utilizado para implantar as habitações dentro do núcleo assente no esporão rochoso terá sido sempre o mesmo, reutilizado sucessivamente durante séculos. De facto, a implantação em socacos foi recorrente em todos os períodos históricos, pelo que muitas vezes apenas se encontram os vestígios habitacionais mais recentes no tempo.

No que respeita à Idade do Ferro, apesar dos inúmeros fragmentos cerâmicos detetados por todo o núcleo urbano atribuíveis a este período (Palma, 2009), até à data, não surgiram quaisquer vestígios de estruturas de vivenda. Tanto no espaço interior da grande muralha da Idade do Ferro (Hourcade, Lopes & Labarthe, 2003) como na cerca que delimita a denominada Vila Velha, não foram identificados vestígios que nos permitam atribuir uma utilização de espaço de habitação permanente.

As intervenções realizadas dentro e fora do núcleo histórico chegam, pontualmente, a níveis mais profundos, facultando pequenos indícios de estruturas habitacionais, como é o caso de um pequeno compartimento identificado na intervenção arqueológica da Biblioteca Municipal de Mértola e que data de época Romano-republicana (Palma, 2009). A área identificada como pertencente a uma habitação desta época define-se por 3 muros que a delimitam, um pavimento com grandes lajes de xisto e uma pequena lareira com pedras encostadas ao canto do compartimento (fig. 1). Foram registadas duas fases de ocupação da lareira, a primeira constituída por terra batida com uma



Figura 1 – Vestígio de vivenda da Idade do Ferro das escavações da Biblioteca Municipal de Mértola.

camada de barro sobre a qual existiam cinzas e carvões e a segunda apenas por cinzas e carvões. Na zona da lareira e na unidade estratigráfica do piso de terra batida foi identificada um denário de época Romana-republicana, que apresenta no anverso a cabeça de Roma à direita e no reverso apresenta quadriga conduzida à direita e com a palavra [ROMA], foi cunhada em Roma e data do século II a.C. (Palma e Rafael, 2012).

### 3. AS CASAS NO PERÍODO ROMANO

Ao longo destes 40 anos de escavações arqueológicas em Mértola, conhecemos melhor, no que concerne ao período Romano e à Antiguidade Tardia, as necrópoles e os locais de culto do que propriamente os níveis habitacionais. Uma das razões principais é porque estes locais mortuários e de culto se localizavam fora de portas, no exterior do espaço amuralhado. Intramuros as ocupações foram ininterruptas; o espaço é o mesmo e os materiais de construção reempregam-se até à exaustão.

A atual área intramuros de Mértola deve ter sido sensivelmente a mesma que no período romano. As muralhas teriam certamente um traçado muito idêntico e para além do caráter defensivo eram, em última instância, o elemento estrutural de sustentação da plataforma artificial voltada para o rio Guadiana. Por outro lado, sabemos hoje, também, que o espaço exterior às muralhas, para o lado Norte, se encontrava ocupado por armazéns e espaços ligados ao comércio. Idênticas infraestruturas existiam na margem esquerda do Guadiana, onde hoje se localiza o núcleo populacional de Além-Rio.

No que concerne ao traçado das ruas, os dados arqueológicos são quase inexistentes. Apenas são conhecidas, com alguma segurança, a porta do *forum*, que faria a ligação da cidade com as zonas a Norte, e a Porta da Ribeira, que ligava a cidade ao rio e à

zona portuária. Para vencer o declive natural do terreno, entre as curvas de nível marcadas pelos arruamentos, foram criadas plataformas artificiais para assentamento das habitações. A topografia adversa não permitia qualquer veleidade de aplicação dos modelos tradicionais do urbanismo romano, obrigando a aproveitar um possível traçado anterior que, por sua vez, não devia diferir muito do seu aspeto atual. Ruas apertadas e sinuosas seguindo grosseiramente as curvas de nível, são ligadas transversalmente por escadas e vielas.

A monumental cintura de muralhas que envolve o casco antigo de Mértola foi certamente refeita em épocas posteriores. A parede exterior do criptopórtico é o único troço do amuralhamento enquadrável com relativa segurança no período tardo-romano.

Quanto ao urbanismo doméstico de *Myrtilis*, os dados disponíveis resumem-se à «casa romana» (Lopes, 2012), local escavado pela equipa do C.A.M. na década de oitenta do século XX (no subsolo da Câmara Municipal onde hoje está instalado o núcleo museológico designado como Casa Romana do Museu de Mértola) e à intervenção arqueológica realizada na casa do Lanternim, contígua a poente, entre 1994 e 2004 (fig. 2).

Os vestígios de uma casa de habitação de época romana foram descobertos durante as obras de reconstrução do edifício oitocentista dos Paços do Concelho que fora afetado por um incêndio. A escavação arqueológica não permitiu responder a todas as dúvidas, pela impossibilidade de prosseguir sob as construções vizinhas. No entanto, conseguimos determinar que esta casa teve dois níveis de ocupação: um mais antigo, possivelmente de época imperial, e um outro, posterior ao século III d.C. Um *impluvium* mais antigo – cujo revestimento desconhecemos – foi completamente recoberto por um opus *signinum* compacto, ainda hoje visível, com o objetivo de o adaptar a tanque ou lago interior. Os vários compartimentos da habitação organizam-se em volta de

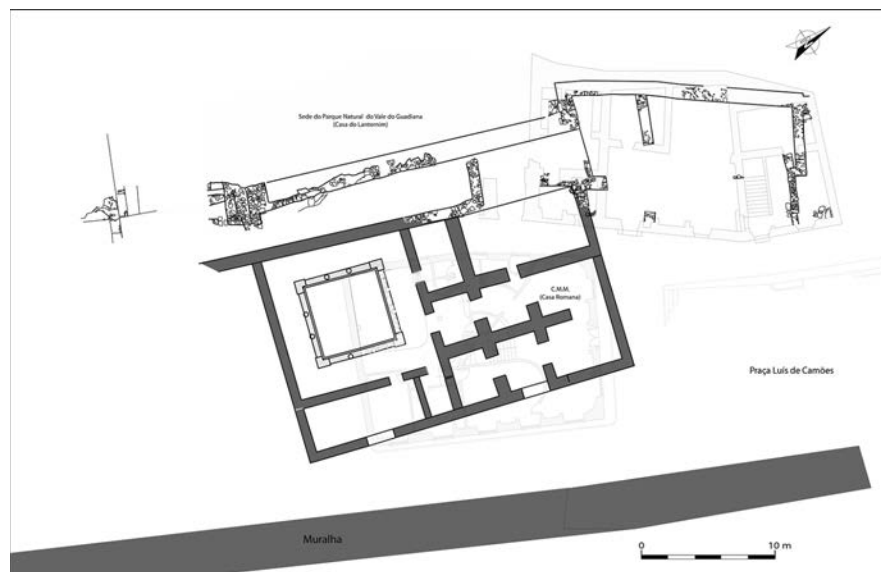


Figura 2 – Casa romana.

um pátio, embora a leitura funcional deste espaço suscite algumas dúvidas, sobretudo nas aberturas ao exterior que nunca foram encontradas.

A Casa do Lanternim, atual sede do Parque Natural do Vale do Guadiana, foi alvo de intervenções arqueológicas realizadas pela equipa do C.A.M. em diversas campanhas (1994, 2002, 2003 e 2004) no âmbito do projeto de recuperação e valorização do edifício. As intervenções arqueológicas realizaram-se no espaço do quintal e no interior do edifício (cerca de 300 m<sup>2</sup>), mas de forma faseada ao longo dos anos e, tanto quanto possível, até à profundidade da rocha base, atingindo nalguns locais cerca de 4 metros. Proporcionaram uma enorme quantidade e diversidade de materiais, com um horizonte temporal que abarca desde o século VIII a.C. até ao século XX (Rafael e Lopes, 2007: 490-496).

Numa primeira análise às estruturas e materiais identificados podemos inferir a existência de uma ocupação ininterrupta do local desde a Idade do Ferro até ao século XX. No entanto, tratou-se de uma intervenção de arqueologia urbana, em que o espaço foi continuamente remodelado: existem os materiais e as estruturas, mas perderam-se os níveis de ocupação.

Nos locais onde a escavação foi mais profunda (na parte nascente do quintal e no interior da casa) foram identificadas estruturas constituídas por xisto local ligado por forte argamassa e encostadas à rocha base, por vezes, cortando-a. Pelos materiais relacionados e pela tipologia e métrica das estruturas poderemos datá-las do período romano. Estes restos de estruturas romanas, estão possivelmente relacionadas com as ruínas da casa romana existente na cave do edifício da Câmara Municipal. Embora a rua que separa as duas edificações nunca tenha sido alvo de intervenção arqueológica, tudo faz supor que os vestígios encontrados na Casa do Lanternim possam ser os limites poente da referida casa. Os dois conjuntos de estruturas, a confirmar-se a hipótese que colocamos, constituiriam um edifício com cerca de

500 m<sup>2</sup>. Certamente a parte frontal do edifício, virado à rua e ao rio, seria ocupado por *tabernae* (lojas).

Pela análise do número e da área dos compartimentos, das técnicas construtivas e do espólio associado, pensamos que não se trataria de uma casa luxuosa. Pela sua implantação ao longo da rua principal da cidade, teria servido de habitação a um dos muitos comerciantes que durante vários séculos justificaram a importância económica deste porto fluvial.

As escavações arqueológicas recentemente levadas a cabo na designada Casa Cor de Rosa abrem-nos novas perspetivas de compreensão do urbanismo romano, dando sequência à descoberta no século XVI, no torreão da Igreja da Misericórdia, de seis ou oito estátuas deste período, através do achado, em final de 2017, de mais quatro exemplares, exumados no âmbito da intervenção de acompanhamento arqueológico da obra de requalificação a decorrer na referida casa, onde foram também detetadas importantes estruturas romanas. Possivelmente estas estruturas monumentais estariam integradas numa praça do tipo *forum*, constituído por plataformas, e coroada por um templo. Do programa decorativo fariam parte a abundante estatuária encontrada nesta zona da vila. Trata-se da Porta da Ribeira, principal via de acesso ao cais e ao rio, que ligava a cidade à zona portuária e ao rio Guadiana.

Os trabalhos arqueológicos ainda não foram concluídos, mas os dados até ao momento conhecidos apontam para que se esteja em presença de uma estrutura monumental, de carácter público, possivelmente um templo. Importa acrescentar que outras estruturas encontradas em 2006-2007, no decorrer do acompanhamento da obra de recuperação da Casa Fagulha, relativamente próxima, parecem ter correspondência e situar-se no mesmo alinhamento deste conjunto, podendo constituir, eventualmente, o seu prolongamento.

#### 4. A CASA NA ANTIGUIDADE TARDIA

A informação de que dispomos sobre o tecido urbano e os espaços domésticos desta cronologia é escassa e resume-se a dois sítios intervencionados de forma sistemática, apesar de se terem tratado de duas escavações com as limitações próprias da arqueologia urbana. A Casa Romana e a Casa do Lanternim, como referimos anteriormente, fariam parte da mesma *domus*, ocupada desde o século I d.C. Trata-se de uma casa ligada às atividades comerciais, situada na rua principal de acesso ao porto, em que o conjunto das suas *tabernae* abriam para a rua principal. Pela análise das plantas arqueológicas pensa-se que a casa ultrapassaria os 500 m<sup>2</sup>, situação muito próxima da métrica das casas romanas de Mérida. Refira-se, a este propósito, que na capital da Lusitânia, na fundação da cidade, o imperador deu a cada veterano um espaço para construir com um mínimo de 600 m<sup>2</sup> (Alba, 2005: 125). No bairro da área arqueológica da Morería, reocupado no século V, as grandes casas são, então, divididas e compartimentadas dando habitação a várias famílias. As *domus* romanas transformam-se em casas de vizinhos, onde os pórticos centrais, eliminadas as suas colunas e pórticos, foram converti-

dos em espaços comunais (Alba, 1998: 382). No caso de Mértola os materiais encontrados, apesar de alguns deles estarem reutilizados nas construções posteriores, apontam para uma ocupação daquele espaço na Antiguidade Tardia. Contudo, os dados provenientes das escavações arqueológicas, desenvolvidas nos finais do século passado e nos inícios do corrente, não nos permitem apurar as remodelações a que a casa foi sujeita, pelo que apenas poderemos inferir as ocupações recorrendo aos materiais arqueológicos encontrados nessas intervenções.

As informações relativas a este período advêm dos elementos de arquitetura decorativa encontrados no decurso dos trabalhos arqueológicos, e são constituídos por um capitel, imposta e colunelo de mármore (peças reutilizadas em construções posteriores, pelo que não é seguro o seu local de origem). Trata-se de um fragmento de capitel de tipo corintizante, de mármore branco, que possui os elementos decorativos totalmente estilizados e enquadrados por grossas molduras. A estilização e esquematismo da ornamentação é levada ao extremo e nada têm a ver com o mundo orgânico, pelo que somos levados a situá-lo cronologicamente nos séculos VI ou em data posterior. A mesma cronologia apontou para o cimácio de mármore branco de grão médio, decorado com um conjunto de semicírculos imbrincados, ou o cimácio decorado com folhas de videira com paralelos na arquitetura decorativa já referenciada em Mértola (Torres *et alii*, 1991) e em Mérida (Cruz Villalón, 1985: 60, fig. 57).

O conjunto do acervo escultórico, a par das intervenções arqueológicas levadas a cabo nesta parte baixa da vila, levam-nos a pensar na existência de uma estrutura monumental, um *forum*, seguido de uma rua, sobranceira à muralha, onde se localizavam as grandes casas de Mértola, como a que foi possível escavar no atual subsolo do edifício dos Paços do Concelho e da Casa do Lanternim (onde se identificam materiais dos séculos V-VI). Estas casas são representativas dum comércio alargado a toda a bacia do mediterrâneo, com especial incidência nos portos do norte de África. Os elementos arquitetónicos, os numismas e os fragmentos cerâmicos encontrados permitem também perceber a ocupação destes espaços habitacionais nas centúrias seguintes.

## 5. A CASA ISLÂMICA

### 5.1. O período omíada (século IX-XI)

Não foi encontrada, até a data, nenhuma estrutura habitacional que possa ser datada da época emiral, com um mínimo de certeza. É possível que algumas casas da Antiguidade Tardia continuassem a ser utilizadas, do mesmo modo que continuaram em uso os edifícios religiosos da Acrópole

(Lopes, 2014). No entanto, ainda que não conheçamos novas construções deste período, constatamos o uso marginal, possivelmente com caráter habitacional, do mausoléu da Antiguidade Tardia situado na Rua Afonso Costa. No seu interior, sobre os derrubes das abóbadas da cripta, encontramos um nível de circulação de terra batida e alguns materiais que poderão datar de finais do século IX ou inícios do X e alguns carvões que podem estar relacionados com uma lareira (Gómez, 2015). São poucos testemunhos, mas os únicos disponíveis até agora.

Também não temos nenhuma casa completa que possa ser datada de época califal e taifa. No Castelo foram encontrados os alicerces de três compartimentos duma habitação, paralela ao pano da muralha virado para o Guadiana, que corresponderiam a parte do pátio, um quarto e a latrina à qual estava associada uma fossa séptica aberta na rua paralela à muralha (fig. 3). Esta fossa foi abandonada em finais do século XI o que nos leva a supor que a casa tivesse sido construída no período califal (Candón *et alii*, 2001). É, portanto, admissível que já neste período esti-

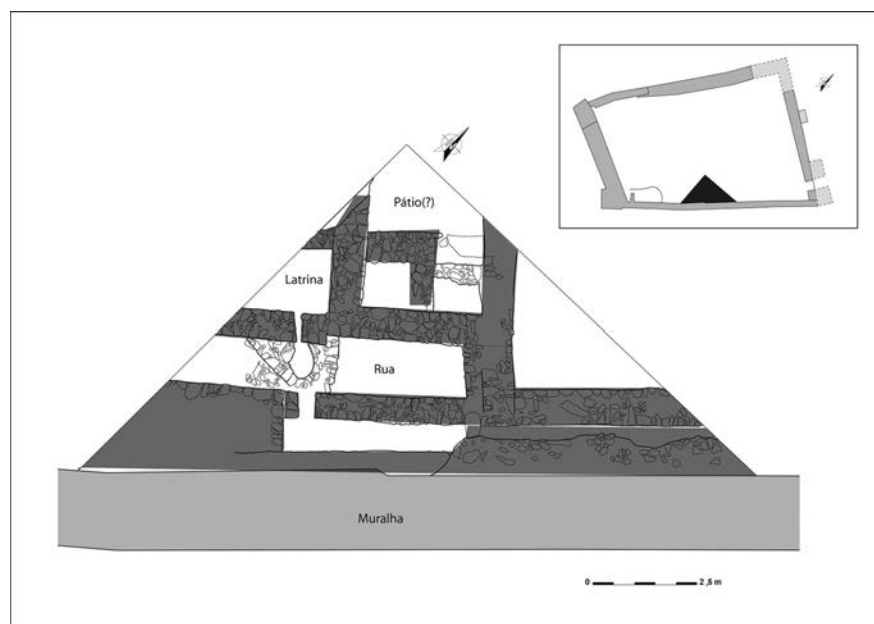


Figura 3 – Casa do século XI encontrada no Castelo de Mértola.

vesse implantada na vila a tipologia de casa de pátio central. Não é de excluir a hipótese desta tipologia ter estado sempre presente a partir de soluções mais simples da estrutura da *domus* romana. Porém, não contamos com evidências que alicercem esta teoria. Em qualquer caso, as várias sondagens realizadas no Castelo evidenciaram a existência de sistemas de saneamento urbano com canalizações de águas pluviais e fossas negras para os esgotos que se terão sucedido ao longo de todo o período islâmico.

## 5.2. O século XII. O arrabalde ribeirinho

No arrabalde ribeirinho, situado a nordeste do núcleo intramuros, nas ladeiras do rio Guadiana, encontramos vestígios bastante completos de várias casas que podemos datar, *grosso modo*, no século XII (Lopes, Gómez e Rafael, 2012). Na Hospedaria Beira Rio, foram encontradas as estruturas mais completas, que consistiam em três casas e um adarve que separava duas delas (pavimentada em terra batida e sob a qual corria uma canalização de águas pluviais e se abriam duas fossas detriticas). As casas devem ter sido construídas aproximadamente no segundo quartel do século XII e abandonadas cerca da década de 70 do mesmo século. Na Casa 1, a melhor conservada e atualmente musealizada no interior do Hotel Museu, vemos claramente desenhada a tipologia de casa de pátio central, com um átrio de entrada, um pátio com o qual comunicavam todos os compartimentos da habitação: o salão com alcova, um segundo compartimento no lado norte da vivenda, a cozinha, muito destruída (eventualmente por alguma cheia do rio Guadiana), e a latrina com uma canalização que vertia os esgotos para a fossa situada na rua contígua (fig. 4).

As técnicas construtivas recorriam sempre a embasamentos em alvenaria de pedra assente com terra até aproximadamente 50 cm sobre o nível do pavimento que depois eram recrescidos

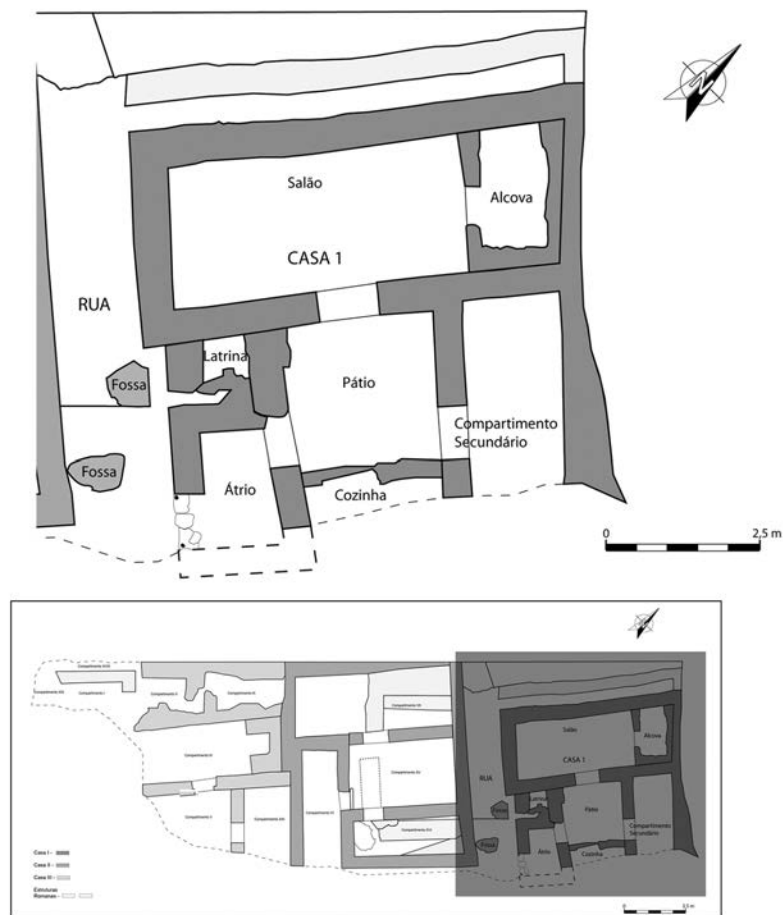


Figura 4 – Casa 1 do século XII encontrada no Arrabalde Ribeirinho de Mértola.

em taipa. Em algumas das casas conservaram-se vestígios do estuque que revestia as paredes com motivos geométricos em almagre. As coberturas eram feitas com telha de meia cana e os pavimentos recorriam a várias soluções: terra batida nos salões e lajes de xisto nos pátios.

O espólio associado a estas vivendas remete para um contexto portuário, em especial os achados relativos a um compasso de carpinteiro de ribeira e a um conjunto de barcos gravados numa das lajes de pavimentação dum dos pátios. Também se identificaram ferramentas relacionadas com outras atividades agrícolas (uma enxada) e artesanais como a tecelagem (torres de roca, pontas de fuso e cossoiros), para além dos habituais utensílios domésticos relacionados com a cozinha e o serviço de mesa e com o vestuário pessoal (fivelas).

Nesta mesma casa, foram encontradas, na soleira da porta de entrada no salão, quatro cruzeiros que remetem para uma cristianização do espaço que só pode ter ocorrido antes da conquista da cidade pela Ordem de Santiago, visto que as casas já se encontravam abandonadas e destruídas cerca de cinquenta anos antes da chegada dos espata-rios em 1238. Esta descoberta coloca algumas questões importantes sobre a população do arrabalde, em plena época dos Impérios Africanos, na qual a tolerância para com



as comunidades cristãs teria diminuído fortemente. Colocam-se duas hipóteses de interpretação para a presença destas cruzes: na primeira, tratar-se-ia da comunidade moçárabe que, segundo o testemunho de al-Idrisi, ainda persistia de forma consistente no Gharbal-Andalus no século XII (Idrissi, 1968: 218-219); na segunda, estariam relacionadas com a crescente presença de comerciantes das repúblicas marítimas cristãs nos portos do al-Andalus (Constable, 1997: 118, 130). Em qualquer caso, o registo material, a tipologia da casa, os utensílios encontrados, as cerâmicas conservadas, são perfeitamente compatíveis com os contextos islâmicos encontrados em outras partes da cidade.

### 5.3. Bairros de época almóada intramuros

As escavações têm revelado, em vários pontos da cidade, habitações de época islâmica, dos séculos XI a inícios do século XIII, com predomínio para a fase almóada e com maior incidência no bairro denominado da Alcáçova do Castelo. Sabemos, através da arqueologia, que o bairro habitacional de época almóada estendia-se por toda a encosta norte do Castelo, pela plataforma da Alcáçova, e em socacos até à zona onde se situa a atual Biblioteca Municipal. Durante os primeiros séculos de domínio islâmico de Mértola, o que restava dos edifícios da Antiguidade Tardia fazia, deste espaço, um lugar pouco acolhedor para quaisquer programas de obras, que teriam de resolver os grandes desníveis e restos de construções muito resistentes. Para a construção do bairro foi indispensável realizar obras de desmonte de muros, estruturas, movimentações de terras e muitos reaproveitamentos de mármore e granitos nas novas construções.

A escavação do Bairro tem-nos permitido observar que este não foi construído de forma desordenada, como é hábito considerar na referência a bairros islâmicos e nas atuais medinas do Norte de África, de ruas estreitas, bastante movimentadas e cheias de gente. A construção do bairro decorreu de uma obra planeada, em que algumas das estruturas foram traçadas de modo a servir simultaneamente várias casas, como é o caso das ruas, dos adarves e do saneamento das Casas I e II. Na extensão até agora posta a descoberto, as ruas organizavam-se em eixos delineados em linhas perpendiculares entre si. A área habitada era estruturada, principalmente, por duas ruas que delimitavam a alcáçova a norte e a oeste (Macias, 2005), mas que se interligariam com outra vinda da zona da Encosta.

No total, conhecemos cerca de vinte casas deste bairro, apresentando todas elas basicamente a mesma estrutura: um átrio servia de mediação entre o exterior e o coração do lar, cujo centro era um pátio descoberto, com ou sem tanque. Através deste pátio, acedia-se a um ou vários salões, com as suas respetivas alcovas, à latrina e à cozinha, que nalguns casos tinham áreas diferenciadas para a confeção e para o armazenamento dos alimentos. O sistema de saneamento estava canalizado para fora das muralhas ou para dentro do Criptopórtico, já em desuso.

O modelo de casa presente nesta zona terá predominado em todos os espaços urbanos do al-Andalus ao longo dos séculos XII e XIII, comportando uma organização que não conheceu grandes alterações formais (Navarro Palazón, 2003). No entanto, não

existem dois exemplares iguais de casas, mas as variações identificadas são referentes às dimensões, à qualidade da sua construção (tanto nos cuidados estruturais existentes como no que respeita aos materiais utilizados), à aplicação de elementos decorativos (Macias, 2005), ou também à existência ou não de tanque central nos pátios. Por outro lado, a maior dimensão de algumas casas não implicava necessariamente mais compartimentos, mas sim uma superfície maior dos mesmos.

A forma de construir repete-se, com pequenas variações, em todas as habitações. As técnicas são as mesmas que são utilizadas em toda a área mediterrânea (como a taipa e o adobe) e cujo uso se prolongou, praticamente até aos nossos dias, em particular nos territórios mais a sul de Portugal. As paredes das habitações assentavam sobre um alicerce, por cima do qual se erguiam, até uma altura de 0,50 m, os muros de alvenaria de pedra assentes com terra, e a partir daí as paredes construídas em taipa. O interior das habitações estava dividido por estreitas divisórias ou tabiques em adobe com cerca de 0,20 cm de espessura.

Podemos distinguir quatro tipos de pavimentos nas diversas casas escavadas: as argamasas (principalmente nos salões); as lajes de xisto (em vários compartimentos e nos pátios centrais); as tijoleiras (privilegiadas no revestimento dos pátios, e utilizadas também nos anexos das cozinhas ou até nas latrinas); e por fim a terra batida (empregue em qualquer casa e servindo também para pavimentar as cozinhas ou até o salão). Quanto ao telhado das casas, este seguia os princípios das coberturas utilizados na arquitetura tradicional da região até há poucos anos atrás. Sobre barrotes alinhavam-se e pregavam-se as canas sobre as quais se dispunham finalmente as telhas de canudo ou meia cana, muitas vezes decoradas com dedadas e meandros.

As casas do bairro da Alcáçova são mais pequenas do que outras escavadas noutras cidades do al-Andalus do mesmo período, o que deixa

talvez antever a exiguidade do espaço ali disponível. O modelo das habitações segue, numa escala modesta, os padrões das casas urbanas de então, sendo interessante notar que se conjugam aqui a combinação de modelos sofisticados com soluções que são próprias do meio rural, como é o caso do uso de lareiras ou do espaço de fogo escavadas no solo, como acontece nas casas rurais do sítio islâmico de Alcária Longa (Boone, 1992).

Contudo, as mais recentes escavações continuam a fornecer-nos informações sobre a reorganização do bairro que ocorreu durante a sua existência. É o caso da casa XVI que sofreu diferentes transformações que confirmam esta reorganização. Constituindo originalmente uma grande casa, a maior até agora escavada (fig. 5A), sofreu duas remodelações sucessivas. Primeiro foi compartimentada em dois espaços divididos pelo pátio (fig. 5B) e, só depois, foi separada uma outra unidade, a terceira, a casa VIII (fig. 5C).

Por outro lado, a mesma casa XVI levanta outras questões relativas à utilização dos espaços. Situada no sector sul, junto à confluência de duas ruas, ali se revelou um compartimento que, apesar de ainda não estar integralmente escavado, sugere algo particular a nível funcional. Trata-se de um compartimento que se terá autonomizado da casa XVI, na sua última fase de ocupação, tornando-se um espaço de trabalho aberto à rua. As evidências da existência de um pequeno forno e de uma forja são diversas, desde a presença de

uma grande quantidade de cinzas, carvões, escórias de ferro, pregos de pequenas e médias dimensões e fragmentos de xisto e barro queimado. Para além dos materiais, existe uma estrutura semicircular, aberta num dos lados, construída com adobes, ladrilhos e lajes de xisto na qual se realizaria a combustão. No lado esquerdo desta estrutura existia uma outra em lajes de xisto, bem afeixoadas, onde se realizariam as tarefas finais de trabalho do metal, que seria o ferro. Esta hipótese é ainda comprovada pelas marcas dos pingos do batimento do ferro nas lajes existentes no local, bem com pelos vestígios de fogo nas pedras e ladrilhos (Palma, 2015). Nos bairros islâmicos do al-Andalus, como em Múrcia e Almería, muitas vezes os espaços adquirem, já na última fase, estas funções artesanais (Navarro Palazón e Jiménez Castillo, 2003). Este facto já tinha sido, de resto, confirmado nas escavações realizadas na Biblioteca Municipal, na zona Este, no limite do Bairro, onde uma das duas habitações apresenta diversas fases de uma forja de ferro, em funcionamento, na última fase de ocupação (Palma e Gómez, 2010). O mesmo terá acontecido muito provavelmente noutra zona do bairro, na Encosta, onde apareceram os cadinhos de fundição.

Na área de expansão da Biblioteca Municipal de Mértola foram identificados vários contextos habitacionais de época almóada, os quais fariam parte integrante do bairro da Alcáçova, sendo aqui, provavelmente, o seu *terminus* Este. As limitações impostas pelas obras de construção do novo edifício impossibilitaram a compreensão total dos compartimentos escavados.

O espaço intervencionado estruturava-se em dois patamares, com uma diferença de três metros de altura entre eles. Foram escavadas duas casas incompletas, isto devido ao limite imposto pela obra. As habitações encontravam-se separadas apenas por uma estreita rua de terra batida de 0,90 m de largura, possivelmente um adarve (pequena rua privada/sem saída). A primeira habitação encontrava-se encostada/adossada à muralha medieval islâmica, servindo-se dela como muro. Nesta habitação 1 escavou-se apenas um compartimento, aproximadamente com 1,72 m de comprimento por 1,92 m de largura, que teria sido utilizado sucessivamente como espaço de trabalho pois nele encontrou-se uma pequena forja, com estrutura cruciforme, construída em pedra, as quais apresentam marcas de fogo, bastantes cinzas, pequenos fragmentos cerâmicos e telhas, para além de uma zona de pavimento com ladrilhos. Após a escavação da estrutura cru-

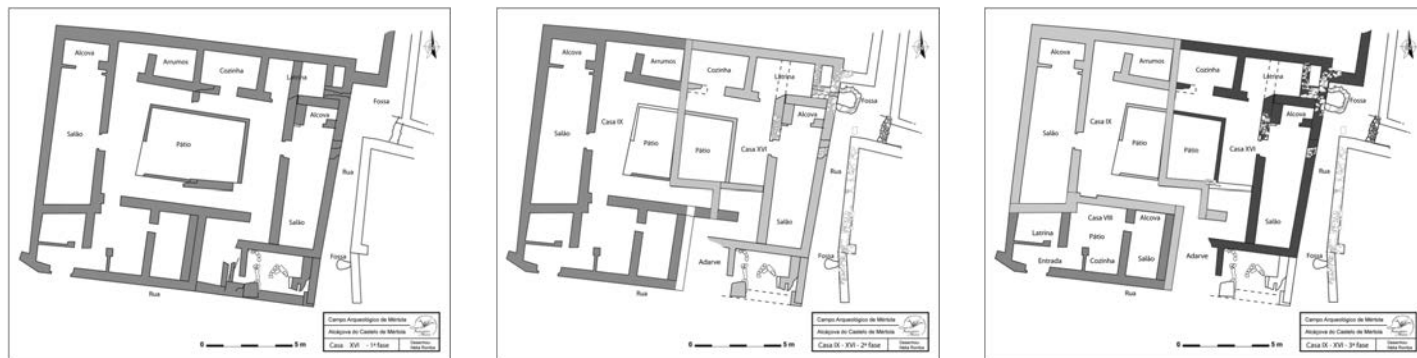


Figura 5 – Casa XVI do Bairro almóada da alcáçova de Mértola e as suas sucessivas transformações.

ciforme, detetou-se uma pequena lareira, bem delimitada por pedras, com bastantes cinzas, pequenos fragmentos de telhas, escórias de ferro, e ao lado uma zona de depósito de cinzas, o que interpretamos como local de trabalho relativo a uma oficina com pequena forja. Isto porque, sob esta lareira encontramos uma outra também delimitada por seixos de rio, telhas e contendo bastantes escórias de ferro. Por sua vez, ao lado desta um «esponjeiro», local para derregar a cal e fazer argamassa a partir desta. Estamos, assim, perante um espaço de trabalho doméstico, sucessivamente ligado ao labor com o ferro, remetendo, provavelmente para uma pequena forja familiar, antecedida de uma zona de manuseio e fabrico de argamassa de cal. Este espaço foi sofrendo diversas alterações ao longo do período islâmico, de acordo com as necessidades dos seus habitantes.

No mesmo nível, encontrou-se a habitação 2 (com uma área escavada com comprimento total de 2,75 m por 2,15 m de largura) também ela do período almóada, com os seus espaços bem delimitados: a cozinha, único espaço escavado por completo, com piso em lajes de xisto e mós reutilizadas como material de construção, salão e pátio com piso em terra batida, e um outro pequeno compartimento.

No patamar inferior, detetámos dois compartimentos de época almóada, que cortam e assentam sobre a muralha Romana-Republicana e da Idade do Ferro. Não detetámos nenhuma ligação entre o patamar superior e o patamar inferior. No entanto, tal como na habitação 1 do patamar superior, este seria também um espaço de trabalho, visto que existia uma grande quantidade de cinzas, carvões, barro e cerâmica fragmentada, o que indica a utilização do espaço dentro das muralhas como área de trabalho diversificado, na última fase de ocupação do bairro (Palma e Gómez, 2010).

## 6. A CASA TARDO-MEDIEVAL E MODERNA

A transição do período medieval islâmico para o período medieval cristão, com a tomada de Mértola em 1238, marca o início de um processo de transformação profundo do modo de habitar. Em termos tipológicos, a organização em redor da casa pátio desaparece, dando lugar à habitação conformada por dois ou mais compartimentos dispostos em profundidade, a que se poderia juntar ainda uma área sobradada. É nesta altura que temos as primeiras evidências de andares superiores nas vivendas que até agora não foram registados nas escavações de nenhum dos períodos, facto que pode apenas dever-se ao elevado grau de destruição das casas, embora a inexistência, até a data, de vestígios de escadas é um indício a ter em conta.

Só a continuação deste estudo no âmbito da arqueologia poderá esclarecer o processo diacrónico de transição e o modo como as linhas dos arruamentos e dos parcelários do período almóada acabaram ou não por determinar o tecido urbano tardo-medieval. Em qualquer caso, este período foi decisivo na conformação do tecido urbano

que esteve na base dos diferentes processos de transformação da arquitetura doméstica de Mértola até à contemporaneidade. Em termos genéricos, a nova habitação assenta na característica «morada de casas», que na sua versão corrente mais elementar combinava dois espaços distintos: um compartimento anterior, mais exposto, iluminado a partir da porta de entrada; um compartimento posterior, com acesso a partir do primeiro, mais resguardado, que tanto poderia não dispor de iluminação natural como beneficiar da ligação a um espaço exterior tardo, que, em Mértola, modelava o substrato rochoso. Ao contrário do que sucedia com a casa pátio almóada, que combinava espaços de dimensão e usos muito diferenciados, a morada de duas casas apresentava, assim, um nível de especialização elementar associado a compartimentos de superfície aproximada.



Figura 6 – Comparação, à mesma escala, de dois bairros de Mértola de épocas almóada e contemporânea.

Em termos construtivos, regista-se a continuidade do recurso às paredes de taipa sobre alvenaria de xisto assente com barro, e da cobertura de uma água, que podia, no entanto, converter-se também em cobertura de duas águas, por composição simétrica, assente na parede de cumeeira. Em qualquer caso, assistimos à transição de um módulo construtivo mais estreito do período islâmico (que raramente ultrapassava os 2,5 m de largura) para um módulo menos alongado da habitação tardo-medieval e moderna (que poderia aproximar-se do quadrado, com largura entre os 3 m e os 5 m). Esta diferente geometria terá repercussões evidentes a nível dos processos construtivos, não só com o aumento do vão da cobertura e, portanto, dos barrote, mas também com a tendência para uma maior espessura das paredes mestras, que dos 45/55 cm característicos do período almóada passou para os 55/65 cm da arquitetura do Antigo Regime.

Em qualquer caso, a transformação da arquitetura da habitação durante o antigo Regime resultará em áreas de características distintas, mesmo dentro do espaço intramuros, confirmando a maior importância histórica do eixo de ligação das Portas de Beja e da Ribeira, na ligação ao rio. Se as edificações à cota mais alta tenderão a manter a volumetria de um piso, na rua direita, voltada ao rio, serão sujeitas a um processo de ampliação. Já a representação quinhentista de Duarte d'Armas evidencia a importância do sobrado, que as fontes documentais confirmam (Almeida, 1943). A posterior mudança deste conjunto edificado compreendeu a ampliação da habitação e a emergência de volumetrias mais constantes, com a transição da habitação de frente estreita de génese medieval para a habitação de frente larga que adquiriu, gradualmente, maior relevância, associada às classes mais abastadas e à governança local. As fontes documentais dos séculos XVIII e XIX atestam este processo a partir da descrição e referência à «morada de casas altas» e à «morada de casas nobres».

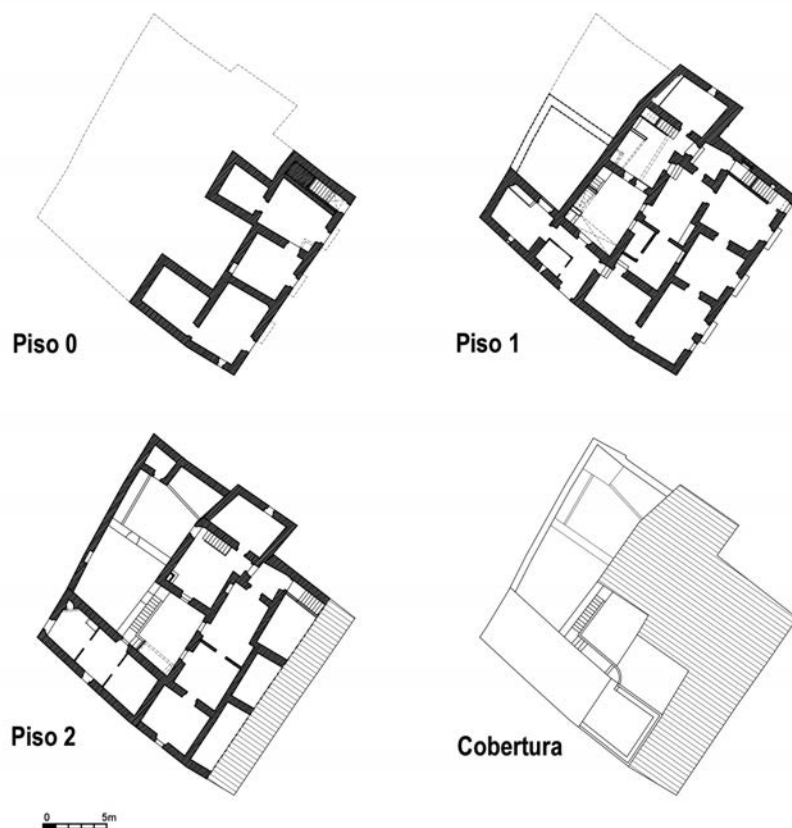


Figura 7 – Casa na rua D. Sancho II.

A emergência destas tipologias e a ampliação da habitação nas áreas mais baixas da vila intramuros resultaram da combinação de três processos distintos: a adjunção das edificações de duas ou mais parcelas contíguas; o crescimento em altura, com afirmação do piso nobre, associado, por vezes, ao aproveitamento das águas furtadas; e a ampliação, sempre que possível, da edificação em direção ao interior da parcela (Costa, 2015). Em qualquer caso, este processo não comportou uma mudança relevante a nível dos princípios formais e construtivos da habitação de um piso, já que esta era, quase sempre, o resultado da combinação de várias casas (como eram designados cada um dos compartimentos), delimitados por paredes estruturais de alvenaria de pedra ou taipa (com as paredes divisórias de tabique a adquirir uma presença episódica): ou seja a lógica estrutural das edificações preexistentes de um piso é transposta para o segundo piso e não é eliminada com a adjunção de edificações mais pequenas em edificações maiores.

Em termos da organização interna da habitação, estes edifícios retomam alguns aspetos comuns a outros centros urbanos do sul do país: onde o piso térreo alberga os armazéns e espaços comerciais (com recorrente integração de arcaria nas paredes mestras para abertura do maior vão possível); convertendo o piso superior no área nobre da habitação (quase sempre acessível a partir escada de tiro, perpendicular à fachada prin-

cial e frequentemente adossada a uma parede meeira), e integrando, por vezes, áreas de serviço e espaços para os serviçais nas águas furtadas. Os compartimentos mais nobres da sala, sala de jantar, e quartos principais marcavam presença na fachada principal, beneficiando das janelas (por vezes de sacada) a nascente. Ainda que nalgumas edificações mais pequenas, a posição da cozinha fosse registada pela chaminé de corpo saliente na fachada principal, de um modo geral este espaço era relegado para a parte posterior da parcela, em muitos casos, em articulação com o logradouro (Costa, 2015).

## 7. A CASA CONTEMPORÂNEA

Após a estagnação que marca este território entre finais do século XVIII e o início da segunda metade do século XIX, Mértola assistiu a uma fase de maior prosperidade, no quadro de uma nova conjuntura, à escala nacional, e do novo ciclo de exploração das Minas de São Domingos com importância reforçada do Guadiana, à escala regional. A nível da arquitetura da habitação, este período é marcado pela importância crescente da burguesia e dos novos proprietários, com repercussões a nível da emergência de novos modelos e formulários e da importância crescente conferida à imagem e à arquitetura enquanto espaço de representação.

É fundamentalmente nas habitações de maior dimensão, em especial das classes abastadas, que é perceptível o corte com o modelo da habitação do Antigo Regime. A nível da imagem, a vila integrou, mais ou menos tardiamente, os temas da arquitetura romântica, revivalista e oitocentista, evidente, não apenas nos elementos decorativos da fachada, mas também da organização interna e da volumetria do conjunto edificado. Num primeiro momento, procurou-se conciliar este novo paradigma com a preservação da matriz estrutural das «moradas de casas», mediante a reorganização do espaço com introdução de corredor (através de compartimentação dos espaços preexistentes com paredes divisórias não estruturais) e a integração de novas gramáticas decorativas (escaiola, trabalhos em massa, carpintarias, etc.).

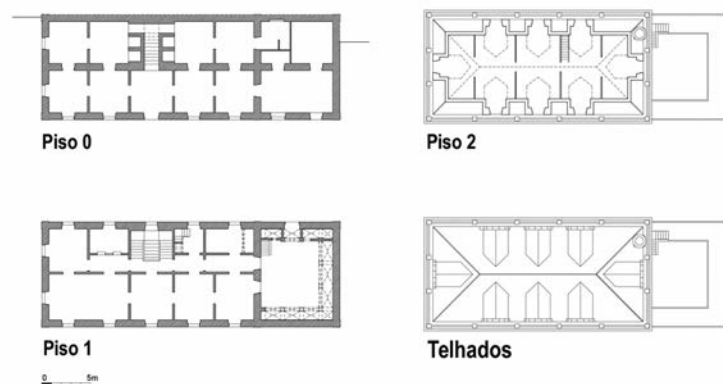


Figura 8 – Casa dos Azulejos.

Mas na maior parte dos casos, o que se pretendia mesmo era libertar as novas habitações dos constrangimentos e geometrias das habitações antigas, quer privilegiando parcelas não edificadas (em especial no arrabalde da vila), quer promovendo a demolição das construções preexistentes (particularmente na vila velha). Para além da importância conferida aos espaços de receber (das escadas, agora em vários lances simétricos ou assimétricos e corredores de acesso às salas de estar e de jantar no piso superior), a conceção estrutural das novas edificações mudam expressivamente, restringindo a função estrutural às paredes exteriores, compartimentando os espaços internos com paredes não estruturais, recorrendo a asnas e sistemas de cobertura mais complexos, numa geometria mais regular que o desenho em planta expressa de forma clara. É este modelo que se afirmará, progressivamente, entre finais do século XIX e as primeiras décadas do século XX.

Na vila intramuros, algumas novas casas grandes surgirão, como a casa dos Azulejos ou a casa Rosa (já antes referida) após aquisição de algumas parcelas contíguas e demolição das construções presentes. Mas na realidade, com a construção, da ponte sobre a ribeira de Oeiras em finais do século XIX e com a posterior reformulação viária, o arrabalde da Vila, a norte da Vila Velha, adquiriu progressivamente uma dimensão de maior centralidade, no espaço urbano, tendendo a atrair as principais estruturas de utilização coletiva, as funções comerciais, e as casas mais abastadas. Na primeira metade do século passado, assistiu-se à sucessão dos diferentes formulários arquitetónicos, na maior parte dos casos, com mais relevância a nível epidérmico e da fachada e volumetria externa do que propriamente a nível da organização interna: da arquitetura eclética oitocentista, passando pela arquitetura da platibanda de expressão regional, até à influência da *art déco*.

Durante este período e depois da transição para a segunda metade do século passado, acen-

tuou-se o abandono, por parte das classes mais abastadas, da vila intramuros, que assistiu ao aumento do número de fogos por partilha e parcelamento das casas maiores do século XVIII e XIX e, mais pontualmente, da conversão em habitação de edifícios anteriormente afetos a outros usos. Após o encerramento das minas de São Domingos e a construção da ponte sobre o Guadiana, assistiu-se a um novo ciclo de transformação da vila, consolidando o processo de expansão para norte, que, com a transição para a democracia, será considerado num novo quadro de planeamento urbano. A nível da arquitetura doméstica, ainda que marcado pela continuação da preponderância da arquitetura unifamiliar, este processo resultou na transformação profunda dos modos de habitar e construir, associada a novas tipologias e à construção em betão armado. Em sentido inverso, a vila encontrará na salvaguarda do património um impulso fundamental para o desenvolvimento local, num contexto de Baixa Densidade, no que confere um papel decisivo à reflexão, que urge ainda fazer, sobre a reconversão e reabilitação da arquitetura doméstica do núcleo antigo.

## 8. CONCLUSÃO

A informação disponível em relação à arquitetura da habitação de Mértola nos diferentes períodos da história é, como seria de esperar, bastante desigual e resultante de distintas abordagens disciplinares. Em qualquer caso, o ensaio da leitura desta arquitetura a partir da longa duração, e integrando diferentes metodologias, tem-se revelado muito profícua, na medida em que nos permite compreender o encadeamento dos modos de habitar das diferentes culturas e civilizações. Esse encadeamento remete, em contraponto, para elementos de continuidade, associados ao lugar, na relação com o rio e na importância da morfologia do sítio, alternando períodos em

que Mértola se estende, ocupando os diversos sítios da paisagem mais alargada (incluindo os pontos altos e ambas as margens do rio), com outros períodos em que se recolhe ao espaço essencial intramuros.

Foi possível reconhecer aqui alguns dos grandes temas da história da habitação, a partir da presença da *domus* romana com *impluvium*, da casa pátio almóada, da morada de casas moderna, ou da casa de aparato contemporânea. Para a arqueologia está reservada ainda a tarefa de decifrar os modos e os tempos de transição mais ou menos brusca, entre estes diversos modelos. E ao mesmo tempo identificar outros temas de continuidade relacionados, como vimos, com as características do sítio mas também dos materiais disponíveis. O recurso à construção em pedra e em terra, combinado nos momentos áureos com os materiais trazidos de fora, através do rio, é uma constante que, ao longo da história, se vai ajustando também às novas tipologias e às novas métricas.

Mas por outro lado, é muito interessante verificar como, dentro desta diversidade tipológica, se recorre muitas vezes aos mesmos princípios, para, em contraciclo, adaptar as antigas residências a novas condições e modos de habitar, dividindo habitações maiores em várias habitações menores, encerrando e abrindo portas, convertendo áreas privadas em áreas comuns, etc. Podemos apresentar como exemplos, a ocupação da *domus* romana no período da antiguidade tardia, o parcelamento da casa pátio almóada em várias habitações mais pequenas (numa fase imediatamente anterior à tomada cristã de Mértola), ou o processo análogo de divisão das grandes casas do Antigo Regime localizadas no espaço intramuros durante a segunda metade do século passado.



Figura 9 – Comparação à mesma escala e com a mesma orientação de casas de Mértola de vários períodos. 1. Casa Romana. 2. Casa do Bairro Almóada. 3. Casa do Antigo Regime. 4. Casa de época contemporânea.

## BIBLIOGRAFIA

- ALBA CALZADO, M. (1998), «Consideraciones arqueológicas en torno al siglo V en Mérida: repercusiones en las viviendas y en la muralla», *Memoria*, 2, 361-385.
- (2005), «La vivienda en Emerita durante la antigüedad tardía: propuesta de un modelo para Hispania». In Josep M. Gurt, Albert Ribera (eds.), *VI Reunió d'Arqueologia Cristiana Hispànica*, (121-150). Barcelona.
- ALMEIDA, J. de (ed.) (1943), *Livro das Fortalezas de Duarte Darmas*. Lisboa: Editorial Império.
- BOONE, J. (1992), «The first two seasons of excavations at Alcázar Longa: A Califal-Taifal Settlement in the Lower Alentejo of Portugal», *Revista Arqueologia Medieval*, n.º 1, pp. 51-64.
- CANDÓN, A., et alii (2001), «Mértola en torno al año mil». In *Actas del V Congreso de Arqueología Medieval*, Valladolid, Marzo de 1999. Vol. 2, pp. 559-567. Valladolid: Junta de Castilla y León. ISBN 84-7846-966-4.
- CONSTABLE, O. R. (1997), *Comercio y comerciantes en la España musulmana. La reordenación comercial de la Península Ibérica del 900 al 1500*. Barcelona: Ediciones Omega. ISBN 84-282-1084-5.
- COSTA, M. Reimão (coord.) (2015), *Mértola, a arquitetura da vila e do termo*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.
- CRUZ VILLALÓN, M. (1985), *Mérida Visigoda La Escultura Arquitectónica y Litúrgica*. Badajoz.
- GÓMEZ MARTÍNEZ, S. (2015), «La presencia islámica en el sudoeste de la Península Ibérica en época emiral». In *Actas IV Jornadas de Arqueología e Historia Medieval en la Frontera Inferior de al-Andalus: La Lusitania tras la presencia islámica (713-756 d.C./94-138 H.)*, pp. 95-122. Mérida: Mérida Consorcio Ciudad Monumental Histórico-Artística y Arqueológica. ISBN 978-84-606-7077-3.
- HOURCADE, D. LOPES, V. e LABARTHE, J-M (2003), «Mértola: la muraille de l'Âge du Fer». *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 6-1, 175-210.
- IDRISI (1968), *Description de l'Afrique et de l'Espagne par Edrisi*, trad. R. Dozy et M. J. de Goeje, Reprint. Leiden.
- LOPES, V. (2012), *Casa romana: Museu de Mértola*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.
- (2014), *Mértola e o seu território na Antiguidade Tardia (Séculos IV-VIII)* [online]. Tesis doctoral. Huelva: Universidad de Huelva. Consult. 3-9-2014; disponível em <http://hdl.handle.net/10272/8053>.
- LOPES, V.; GÓMEZ, S. e RAFAEL, L. (2012), *Museu de Mértola. Arrabalde Ribeirinho*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.
- MACIAS, S. (2005), *Mértola: o último porto do Mediterrâneo*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, 3 vols.
- NAVARRO Palazón, J. e JIMÉNEZ Castillo, P. (2003), «Sobre la ciudad islámica y su evolución». In *Estudios de Arqueología dedicados a la profesora Ana María Muñoz Amilibia*, pp. 319-381. Murcia.
- PALMA, M.ª de F. (2009), *Arqueologia urbana na Biblioteca Municipal de Mértola (Portugal): contributos para a história local*. Huelva: [s.n.]. Dissertação de mestrado em Arqueologia e Património apresentada à Universidade de Huelva.
- (2015), «Configurações singulares do urbanismo da casa XVI do Bairro Islâmico da Alcáçova do Castelo de Mértola». In *Actas do VII Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*, Aroche, pp. 1081-1095.
- PALMA, M.ª de F. e GÓMEZ MARTÍNEZ, S. (2010), «Níveis islâmicos da Biblioteca Municipal de Mértola». In *IV Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular*, Huelva, pp. 1174-1197. Huelva: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Huelva.
- PALMA, M.ª de F. e RAFAEL, L. (2012), «Vidros, Ossos e metais da Intervenção Arqueológica na Biblioteca Municipal de Mértola». In *Actas do V Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*, pp. 477-496. Município de Almodôvar.
- RAFAEL L. e LOPES V. (2007), «Casa do Lanternim Mértola Contributo para a História Local». *Vipasca Arqueologia e História*, n.º 2, 2.ª série, pp. 490-496.
- TORRES, C. et alii (1991), *Museu de Mértola: núcleo do Castelo*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.





# LOS ASENTAMIENTOS AGRÍCOLAS EN AL-ANDALUS Y LAS FORMAS DE ORGANIZAR EL TERRITORIO

ANTONIO MALPICA CUELLO\*

## RESUMEN

En este artículo, se aborda el tema del poblamiento y su relación con la gestión del agua en al-Andalus, con especial atención al espacio y la época nazaríes. Tras una reflexión inicial y unas precisiones sobre la caracterización de la sociedad andalusí, se analizan la vinculación entre espacios rurales y su territorio, partiendo de su mínima unidad, la *alquería*. Como conclusión se destaca que quedan mucho por investigar sobre aspectos como los espacios intersticiales y la explotación de los recursos naturales y, sobre todo, se destaca que si bien las áreas irrigadas tienen una entidad significativa, no son el único elemento catalizador del poblamiento de al-Andalus.

## ABSTRACT

In this paper, we address the issue of settlement and its relationship with water management in al-Andalus, with special attention to the Nasrid space and period. After an initial reflection and some precisions on the characterization of the Andalusí society, the rural spaces and their territory are analyzed, starting from its minimal unit, the *alquería*. It is concluded that there is much to investigate on aspects such as interstitial spaces and the exploitation of natural resources and, specially, it is emphasized that although the irrigated areas have a significant entity, they are not the only catalyzing element of the settlement in al-Andalus.

## INTRODUCCIÓN

Uno de los avances sustanciales en nuestro panorama científico, tanto en España como en Portugal, ha sido el estudio y análisis con mayor o menor profundidad de los asentamientos rurales y de la organización de los territorios en época andalusí. Partiendo de una investigación arqueológica, en el sentido lato del término, se han sentado las bases de cómo funcionaba la vida agrícola a niveles materiales.

El foco de atención en esta temática tiene un punto de partida que entronca indudablemente con la concepción teórica que se ha ido elaborando sobre la sociedad andalusí. Se inicia en la concepción de esa formación social de carácter tributario, por hacer más precisiones y en línea con lo que en su día planteó (Amin, 1976). Sin duda hubiera sido difícil arrancar con tanta fuerza si no hubiera sido por una tarea muy importante conducida por investigadores como P. Guichard (Guichard, 1998) y sin las reflexiones de M. Barceló (Barceló, 1976). Pero se nos permitirá anti-

\* Universidad de Granada.

cipar esta corriente a la que significó una clara ruptura con las concepciones de corte eurocentrista, no tanto en su versión «clásica», cuanto sobre todo en la tradición marxista que había anclado en lo que sin exageración habría que llamar escolástica estalinista.

Todo parte de los planteamientos sobre las cinco etapas por las que necesariamente han de pasar las sociedades. De la comunidad primitiva se llega a las sociedades divididas en clases sociales y con Estado, se desemboca en el esclavismo, luego vienen el feudalismo, el capitalismo y ha de llegar el socialismo para alcanzar el comunismo. Dos cuestiones aparecen de forma inmediata. La primera es la necesidad que se cita para seguir tal evolución, por tanto, su inevitabilidad, de modo tal que esa progresión no se puede detener. Ese carácter ha marcado durante una gran parte de su existencia el pensamiento marxista y, más aún, la práctica política derivada de él que trajo como consecuencia la experiencia terrible y dolorosa del llamado socialismo real. Sobre su fracaso y terrible crisis podríamos reflexionar desde nuestra condición de ciudadanos. Podríamos preguntarnos acerca de la violencia impuesta y de la miseria que ha producido, podríamos lamentarnos de las monstruosidades generadas, pero preferimos limitarnos a recomendar el magnífico libro de S. Aleksiévitsh sobre el final de ese sistema que hay que calificar sin paliativos de aberrante, tan aberrante como lo que ha venido después, si no ha sido mucho peor lo que está sucediendo y continuará (Aleksiévich, 2015). Eso no advierte de la necesidad de examinar con mucho cuidado y atención ese terrible proceso de destrucción de unos territorios y de sus gentes, no es solo el paisaje, sino el paisaje humano. Baste con leer las memorias de N. Mandelstam, la esposa del grandísimo poeta Ósip Mandelstam, que nos llenan de dolor y desesperanza (Mandelstam, 2012). El paisaje real que ha quedado aparece dibujado por R. Kapuscinski (Kapuscinski, 2012). Ni es el momento ni tene-

mos capacidad suficiente para hacer un análisis de lo sucedido, por lo que entraremos en la segunda cuestión, que se refiere al carácter universal de esa evolución y de la necesidad de las cinco etapas. Sin duda ha marcado todo el conocimiento histórico durante un largo período. Pese a ello, era imposible mantener esa concepción sin que entrara en una crisis permanente. La consideración de las sociedades no europeas trajo consigo la necesidad de revisar esa teoría. Aun cuando el debate sobre la cuestión nacional y el marxismo se quiso solucionar acallando la disidencia y reafirmando la escolástica, era insostenible la situación. Se buscaron salidas, como el concepto de modo de producción asiático, pero tampoco trajo la solución necesaria. En realidad sirvió para desajustar la teoría clásica establecida y supuso una vía de escape que condujo a la situación en que nos encontramos y que merece la pena comentar en cierta medida.

Ciertamente la situación política que se vivió con motivo de la confrontación del fascismo y el comunismo, que alcanzó su máxima expresión en la 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial, extremó la situación. Tras la derrota del nazismo y del fascismo, el sentido de liberación que imperó condujo a los procesos de independencia de los países colonizados. La acción no fue solo política, sino que llegó a situarse en el debate ideológico y cultural. Las reivindicaciones de las propias identidades se acentuaron y llegamos incluso a visualizar una durísima confrontación, en la que participaron los marxistas y no siempre en la trinchera adecuada. La guerra de Argelia, una de las mayores aberraciones por parte de una determinada izquierda, nos lo muestra con toda claridad.

Paralelamente, aunque a veces con demasiada lentitud, la ortodoxia marxista daba muestras de entrar en una crisis importante y trajo un cierto proceso liberalizador. Su desbloqueo sacó a la luz nuevos textos clásicos hasta entonces censurados y una nueva interpretación. El XX Congreso del PCUS y el juicio al estalinismo permitieron abrir un camino a la esperanza. La edición de las llamadas *Formen* nos situaba en una dimensión diferente. Se trataba de entender que el proceso histórico partía de una sociedad primitiva, pero su paso a las sociedades subsiguientes trajo consigo una diversidad, dentro, eso sí, de unas características comunes, que bien podrían asimilarse a las que se enunciaron con anterioridad.

Sin duda la ventaja de esta discusión, aparte de abrir un paisaje enclaustrado, cerrado y claustrofóbico, fue, en el campo del debate teórico, señalar las diferencias esenciales entre las sociedades precapitalistas y la capitalista, y, por otro lado, marcar una evolución que no se puede considerar en modo alguno unidireccional. Así, cabe pensar que la historia europea no es el paradigma de la historia universal, que, aunque haya relaciones más que evidentes entre las sociedades humanas en su globalidad que obligatoriamente hay que considerar (E. Wolf, 2005), se marcan vías diferentes. Sobre todo se ha de poner de manifiesto que el capitalismo no es inevitable y que, si se hizo hegemónico, fue por la violencia que el sistema feudal, en el seno del cual surgió, generó. De ahí que se hiciese universal, que rompiese las relaciones entre los seres humanos y la naturaleza y que los grupos familiares quedaran anulados por el desarrollo de los individuos. Una práctica generalizada del despojo de los bienes ajenos, un abuso de los recursos naturales y la descarnada explotación del hombre por el hombre,

excusada por la venta de la mano de obra, condujo a la imposición de una sociedad sobre las otras. La enseñanza que nos ofrece está en el punto crítico de la admisión de los valores anteriores, en sociedades desiguales y violentas también, pero sin la capacidad de romper con lazos heredados del Neolítico, el pacto entre los seres humanos y la naturaleza y sin aniquilar los lazos de solidaridad que surgían de él y entre los humanos.

De este modo la construcción teórica de la historia enlaza, como no puede ser menos, con una práctica social y, por qué no, política, capaz de mostrar las consecuencias nefastas de unas doctrinas aniquiladoras, que no dan lugar a un progreso ni a una liberación sociales. El oficio de hacer historia adquiere, esta vez sí, un carácter de combate, combate por la humanidad.

Tenemos, pues, además que señalar que han existido diferentes modos de producción y que cada uno tiene un sistema combinatorio diferenciado que lo distingue de los otros (Wolf, 2005). No se puede, por tanto, establecer un principio único ni mucho menos inevitable. Con eso, se plantea una confrontación con el capitalismo que se considera tal y el mejor de los posibles, pero también con el estalinismo, expresión aberrante del marxismo.

## **AL-ANDALUS, FORMACIÓN TRIBUTARIO-MERCANTIL**

Por tanto, nos cabe obligatoriamente trabajar en ese sentido liberador de la historia. Nuestro compromiso es ahora concreto, analizar una sociedad no europea, oriental, pero instalada en Occidente, y hacerlo esencialmente desde una perspectiva material. Nos referimos, claro está, a al-Andalus.

En realidad, el origen de una primera cualificación, por lo que al-Andalus respecta, está en el libro que publicó en 1976 P. Guichard, reimpreso en 1998. Probablemente su obra, con gran eco por el aire fresco y las novedades que aportaba, no hubiera tenido ni el eco ni por supuesto la difusión, ni hubiera supuesto el debate que supuso en el último cuarto del siglo XX, si no hubiera sido por la penetrante inteligencia de M. Barceló. Este supo situarla más allá de la actividad inicial, que partía de unos principios antropológicos, como el mismo

Guichard no dudaba en señalar, y colocarla en la esfera de los principios materiales de una sociedad que había quedado solo definida desde la perspectiva social, en línea con las investigaciones llevadas a cabo por los intelectuales, pero también los funcionarios franceses en el mundo norteafricano (Berque, 1955). Más aún, fue el propio Barceló el que situó la discusión en unos parámetros generales que, extrañamente, no han generado un debate con la profundidad que era de esperar en su momento. Nos referimos a los planteamientos que él mismo sacó a la luz a partir de los trabajos de S. Amin. La situación de la sociedad andalusí en las sociedades tributario-mercantiles no es un capricho, antes bien, todo un enunciado de un valor, en nuestra opinión, todavía no suficientemente medido, quizás por la detención de esa temática. Habría que pensar que se debió a la necesidad de articular una explicación más compleja, que

se quiso basar, con buen criterio en principio, en la realidad material y en los principios socio-económicos que la crearon y desarrollaron. El esfuerzo, como veremos, se situó en la necesidad de definirla y hacerla inteligible, aun cuando quedaban zonas en penumbra que, contrariamente a lo que se pretendía, no se iluminaron. Se concentró, como tendremos ocasión de explicar, en una discusión entre los partidarios de esa realidad material y aquellos otros que se dedicaron y se siguen dedicando a la acción del poder, quizás magnificándolo precisamente en una sociedad en que la articulación de las estructuras de base con la dinámica del poder estatal no está bien explicada o al menos no se ha establecido con unos principios explícitos, tal vez porque el Estado y las comunidades campesinas, por mantener los dos elementos de S. Amin, no se encontraban más allá de una fiscalidad tampoco perfectamente definida.

De todas estas cuestiones cabe hablar con cierto detenimiento para intentar encontrar una base explicativa más que necesaria, pero de la que estamos lejos de alcanzar.

La base campesina de la sociedad andalusí es de todo punto innegable, como por otra parte sucede en todas las precapitalistas. Los verdaderos protagonistas, al menos en el sentido esencial del término, de la historia son ellas. No obstante, al tratarse de una sociedad en la que la división social del trabajo es una realidad consolidada, en la que las diferencias de clase están marcadas y fijadas, los mecanismos del poder se expresan con evidente claridad. Esa dualidad Estado, en cuanto administrador del poder, y mundo campesino se vertebran a partir del pago de un tributo que se ha de considerar en la relación D-M-D (Dinero-Mercancía-Dinero).

Tenemos que la base material reposa sobre una agricultura —y eso es muy importante— y que se organiza sobre una verdadera transformación ecológica destacable. En tal sentido, la organización de los asentamientos se halla condi-

cionada por la necesidad de contar con suministro de agua para hacer irrigada la agricultura. Se conoce que la vida agraria surge en un proceso de creación de tierras a las que se aporta el agua para fertilizar los suelos. Eso significa hacer coincidir humedad y calor, que es la forma de hacer crecer las plantas y conseguir una productividad mayor. En otro lugar (Malpica Cuello, 2008: 41-56), hemos señalado que hay dos formas de gestionar el agua para su aprovechamiento. Estas dos formas son:

- La organización de las zonas húmedas y/o inundables, de un lado, que requiere un esfuerzo colectivo incuestionable, si no una atención permanente, lo que no quiere decir que fueran obras públicas conducidas por un déspota, como afirmó Wittfogel (Wittfogel, 1966; Retamero, 2009: 263-293).
- La creación de un agroecosistema propio del oasis, en el que la gestión del agua creaba un espacio cultivado en condiciones casi imposibles y que requerían una acción colectiva de los componentes del conjunto formado. Empieza con la plantación de palmeras, que buscan el agua en suelos salinos y forman una capa fértil en la que es posible posteriores plantaciones, creando una cohorte vegetal que puede llegar a crear una agricultura variada y fértil, a condición de mantener el suministro de agua.

Sea como fuere, por una difusión de las técnicas, pues no parece que haya otra explicación, se produce una asociación entre la humedad y el calor, ya que aquella falta en el clima mediterráneo, en tanto que este es habitual en tales condiciones, que parte indudablemente de la gestión del agua. Esta es más abundante de lo que en principio puede parecer, pues a la que suministran corrientes en superficie, a veces proce-

dente de las montañas elevadas que hay en su entorno en las que la pluviosidad, incluso en forma de nieve, es superior a la de las zonas llanas, hay que añadir las subterráneas que se alumbran por medio de galerías drenantes, y, además, aquellas que están estancadas o semiestancadas y que se ponen, en la medida de lo posible, en movimiento. Y eso sin hablar de tierras que mantienen cierta humedad que hace posible el crecimiento de especies vegetales comestibles y útiles para los seres humanos sin generar propiamente una agricultura.

Llegados a este punto hay que señalar que propiamente no se puede hablar solo de una agricultura irrigada, ni siquiera hacerlo denominándola agroecosistema irrigado, sino que hay que plantear un análisis desde la perspectiva de una gestión del agua, primero, para crear las condiciones ecológicas necesarias para generar suelos fértiles y/o más fértiles, capaces de alcanzar una mayor productividad. Esta no se detiene, como es lógico, en la campos irrigados, que es la parte más importante de la vida agraria, la que la configura, sino que va más allá de ellos. Por lo demás, no surgen de inmediato, sino que se fueron instalando paulatinamente hasta alcanzar un punto álgido con un crecimiento sostenido, de manera que podemos apreciar una tendencia que surge de las primeras instalaciones, obra seguramente de las comunidades campesinas, aun cuando hay iniciativas aprovechadas por los grupos pertenecientes a la llamada aristocracia tribal, revestida de ese ropaje, pero capaz de dominar a grupos humanos más o menos extensos en su propio beneficio, aunque sin la violencia de la sociedad feudal, por medio de mecanismos que pasan siempre por la realización del excedente productivo en un mercado controlado que obliga a la concurrencia. Se debe esencialmente al hecho de la importante capacidad productiva, a su variabilidad y a la necesidad de entrar en la relación D-M-D para hacer frente al pago del tributo. En una realidad así, la extensión del mercado, dominado, eso sí, por la pequeña producción, se puede palpar en los vestigios arqueológicos. Ante todo en la circulación de productos, a la cabeza de ellos, como «residuo» más visible y permanente, la cerámica, pero también en las proporciones que adquiere la moneda. También se mide por la extensión y calidad de los ajuares y las proporciones de las viviendas. Son ejercicios intelectuales que no se han realizado, incluso podríamos decir que no se han iniciado con el rigor debido. Un yacimiento es la expresión de un asentamiento, es decir, el resultado de una acción sobre él, teniendo en cuenta las actividades humanas y los comportamientos del medio. Medir a partir de él la capacidad de la sociedad que lo creó y lo mantuvo no es tarea fácil y requiere una buena dosis de inteligencia. Ya no es posible hacer análisis sin tener en cuenta la globalidad del mismo ni tampoco sin entender el territorio en el que se inserta.

Sin duda, el resultado que percibimos a través del yacimiento en cuestión nos obliga a una doble actuación. Primero hemos de entender la complejidad sintética en que se encuentra, pero también hemos de comprender las fases de su evolución. Y ambas cosas no son homogéneas y no siempre posibles. A veces por el hecho de que el asentamiento en sí no es multifásico, por lo que hay que incluirlo en una actividad intelectual que integre la diacronía teniendo en cuenta otros insertos en el territorio, o no. La versión de un territorio en permanente evolución es obligada. Para ello hay que medir

la acción de las comunidades campesinas, por lo general en una evolución más lenta que la del propio poder, capaz de acelerar procesos de transformación y de cambio. De la acción de uno y otros hay que sacar planteamientos que sirvan para medir el desarrollo de procesos, de manera que si nos fijamos en uno u otro elemento, las comunidades campesinas o el poder del Estado, sin tener en cuenta la interrelación, sería imposible entender la realidad y menos, por extraño que parezca, la material, punto de partida y base de cualquier sociedad.

Por eso, la disputa entre quienes han contemplado uno u otro de manera aislada es estéril y no conduce a nada. Ni sirve para comprender la realidad campesina, ni permite entender cómo funciona el Estado y, en sentido amplio, el poder.

Tales problemas se han percibido claramente en un tema que en principio no se ha entendido de manera adecuada: la ciudad. Entendida solo como una manifestación del Estado, que lo es, pero no solo eso, no permite comprender la complejidad de una formación social tributario-mercantil, en la que la pequeña producción campesina y artesanal ocupan espacios importantes, si bien no únicos, porque el comercio de largo alcance y de lujo son también esenciales.

En nuestra opinión el surgimiento de la ciudad es el resultado de un proceso de transformación del propio mundo campesino, en donde están instalados los pequeños productores, pero también un grupo propio destacado de poder. El Estado, claro está, existe y se manifiesta, con frecuencia utilizando los mecanismos que tiene a sus disposición en esferas locales más que generándolo a partir de ese Estado. Hay una clara yuxtaposición que nos advierte de la necesaria convivencia de un grupo destacado en las esferas territoriales, fruto de una jerarquización, a veces surgida en el mismo momento de la invasión, otras formado en una disputa permanente que le confiere una inestabilidad elevada en los primeros momentos. Lo que parece evidente es que en la vida campesina, en los diferentes territorios que vamos conociendo, se jerarquizó, aun manteniendo una ficción de igualdad cubierta por la tribalidad. Esta existía, pero no se puede considerar como una realidad permanente. A ello contribuyó que la riqueza se medía por bienes muebles más que por propiedades territoriales, que existía una tesaurización más que una inversión en tierras y que las desigualdades sociales debieron de ser cubiertas, al menos aparentemente, por la práctica de la caridad y de la atención a las necesidades sociales comunitarias.

La ciudad era también una necesidad para el Estado, ya que en ella se realizaban las principales operaciones comerciales y de inversiones, además de cobrarse los tributos. Era el mecanismo de control territorial más asequible y organizado que había.

En suma, la ciudad nace del acuerdo, en buena medida tácito, pero también manifiesto, del Estado y de las capas superiores de las comunidades campesinas. La ciudad es elemento dinámico del sistema y, como es normal, se convierte en el principal agente de transformación. A partir del siglo XII se advierten mecanismos crecientes de dominación de los espacios campesinos. Ahora bien, ni siquiera en los últimos siglos de al-Andalus se aprecia una sujeción de ellos. Hay una gran desigualdad de caracteres en cuanto a su funcionamiento (Malpica Cuello, 2014).

## LA CARACTERIZACIÓN DE LOS ASENTAMIENTOS RURALES Y SUS TERRITORIOS

La conformación de los territorios se realiza a partir de la unidad de poblamiento básica, la alquería. Es muy difícil aproximarse a ella con un conjunto poblado y productivo, porque las fuentes escritas escasean, menos, desde luego, de lo que podría parecer, y apenas hay proyectos de investigación sobre los asentamientos rurales, solo unas intervenciones en algunas viviendas, pero nunca en un conjunto homogéneo. Aun así hay datos aislados que nos permiten plantear los problemas principales que se derivan de su estudio.

Se suele entender que son núcleos ocupados por grupos familiares que se establecieron en espacios determinados, a veces confinando con otros de iguales características. Por tanto, cuentan con límites, pero no siempre son tan claros como podríamos sospechar. Se entienden que son explotaciones agrícolas explotadas sin señores, aunque, evidentemente, con diferencias sociales. ¿En qué estriba el peso de estas? Sin duda en la disponibilidad de tierras, pero sobre todo de bienes muebles y de masa monetaria y joyas. Este es un tema del que estamos lejos de alcanzar una base mínima de conocimiento. Y sin profundizar en él, podemos decir que es imposible avanzar lo necesario para hacer inteligible esa sociedad.

Hay una cuestión que se aprecia de la realidad que se ha podido observar en ciertos casos, fundamentalmente en el reino nazarí de Granada, que es solo el final de la sociedad andalusí. Se ha escrito al respecto:

*el tradicional equilibrio mantenido entre la base social campesina de estructura tribal, y las élites urbanas relacionadas de alguna forma con la administración y el gobierno del reino/emirato, se ve profundamente alterado ante el sustancial avance del segundo grupo sobre la tierra. La tradicional impermeabilidad*

*de las comunidades campesinas frente a elementos de presión externa que pudieran contribuir a desestabilizar su equilibrio y solidez interna se está disolviendo de forma progresiva. Cada vez más, parece detectarse una progresiva presencia del Estado, a través de sus agentes locales, en las zonas rurales, y una creciente capacidad para determinar su existencia y organización interna que no se había manifestado hasta el momento* (Echevarría Arsuaga y Fábregas García, 2016: 9-10).

Estas afirmaciones, con ser ciertas, no resuelven las cuestiones fundamentales e incluso básicas, porque es necesario cifrar en aspectos materiales el proceso de descomposición de las comunidades rurales. Desde la perspectiva de la vida urbana es relativamente posible detectar un avance de los intereses de los habitantes de la ciudad. Pero es preciso medir qué grupos son. Ahora bien, desde el lado rural es muy complicado. Todo ello porque se ha hecho a partir de las fuentes escritas y no siempre existen, aunque son más abundantes de lo que en principio pudiera parecer sobre todo a partir del siglo XII y en adelante.

Ciertamente hay evidencias, esta vez también de corte arqueológico, de un cambio profundo y todavía no medido. Las ciudades se expanden sobre el campo vecino; las almunias y caseríos crecen en número e importancia. Todo ello, al menos en nuestra opinión, se debe ligar a una redimensión general en el Occidente medieval y en el Mediterráneo. La asignación de funciones a las diferentes áreas económicas está en marcha y es imparable. La generalización del comercio es indiscutible. Por eso, la intensificación agrícola, apoyada en un desarrollo de la hidráulica, como lo pone de manifiesto la construcción de *buḥayras* o grandes albercas para disponer de agua en todo momento, ha de interpretarse en tal sentido. Ese incremento y regularidad del comercio se aprecia igualmente en la

distribución de los productos, de los que la cerámica, como queda dicho, es el objeto más destacable.

A las transformaciones que tienen lugar hay que añadir la creación de un conjunto de realidades materiales todavía no insertas en el debate general, tal vez porque, como es sabido, esta parte de constataciones de corte eminente histórico, de las fuentes escritas, y no existe otro de carácter específicamente arqueológico. No hay, en rigor, un debate que pueda separarse, pero al menos habría que atender a las necesidades propias de la esfera material, como queremos proponer ahora.

La dimensión real de los asentamientos andalusíes tiene una dinámica a la que, por supuesto, no es ajena, la existencia de las ciudades. En paralelo al desarrollo de estas se observa un avance por el mundo rural. No alcanza a todos los territorios por igual, pero es indudable.

La vida en los campos hay que medirla a partir de los establecimientos humanos, aunque no solo de las llamadas zonas de residencia. En tal sentido quedan muchas cuestiones por dilucidar. La primera de todas es la organización de las viviendas y la conformación del caserío. Si como se piensa ha habido un cambio o está teniendo lugar este, las formas de habitar, las casas ante todo, han tenido que ir cambiando. Tampoco se ha precisado la disposición de las mismas en cuanto al espacio próximo. Es posible que se agrupen asimismo por manzanas y eso nos llevaría a la definición de espacios compartidos colectivamente. Dicho de otra manera, la disposición de las casas y del caserío nos han de informar acerca del tipo de familia existente, como también de las relaciones que se establecen entre ellas. No se puede precisar por ahora si hemos de hablar de núcleos agrupados o dispersos, tal vez haya que pensar asimismo en una combinación de ambos conceptos, es decir, bien pudieran existir barrios agrupados, separados entre sí por espacios colectivos, de uso común. Tampoco podemos saber si estamos ante un asentamiento con una sola mezquita o con varias, de las que necesariamente una ha de ser la principal.

No para aquí la cuestión. Se puede pensar que si el núcleo está fragmentado en barrios agrupados es a consecuencia de la existencia de diferentes grupos humanos con lazos familiares entre ellos. En la misma disposición de las viviendas se ha de apreciar, ya que la relación entre ellas es primordial. A veces hay muros maestros que sirven para varias que se han construido de forma sucesiva, probablemente porque se asignaron espacios inicialmente a una familia extensa que lo fue ocupando paulatinamente, de acuerdo con sus necesidades. En otro sentido, si las viviendas están aisladas o agrupadas la organización del área de cultivo, que puede o no ser homogénea, se relaciona con ella en la misma medida en que funciona la casa.

Como se verá queda todo un camino por recorrer y que no se ha iniciado. No para aquí, sino que hay multitud de cuestiones que se derivan de esa comprensión material.

Una vez que se analiza el caserío ha de establecerse la relación con el área de cultivo y de qué manera se ha de entender esta. Pensamos que en ningún caso es un todo homogéneo, sino que puede estar fragmentada. Tal vez sí existió una parte esencial, abastecida con agua procedente de un curso o de una fuente, incluso es posible que se creasen galerías subterráneas en ciertos casos. Aun cuando hay un punto funda-

mental de abastecimiento, se puede pensar en que hubiese suministros diferentes. Es tanto como decir que pudieron existir áreas de cultivo que cabe pensar que fueran suplementarias de la principal, pero sin relación física con ella.

Cada vez hay menos dudas de que la vida agraria reposaba sobre la explotación de tierras de diferente condición y calidad. Más aún, la economía campesina se fortaleció, al menos en la etapa final de al-Andalus, partiendo de los cultivos de secano, en tierras que se fueron vivificando y organizando con vistas a cosechar frutos secos (almendra, uva, higo, etc.), que no precisaban de un aporte mantenido de agua y que ofrecía posibilidades de producción sin una gran inversión ni tampoco de empleo de mano de obra. En contrapartida, encontramos que tienen una salida comercial muy importante, segura y constante. Por tanto, no entorpecía la marcha de una agricultura intensiva y fortalecía la economía campesina.

Sin duda, las inversiones fueron necesarias para poner en valor las tierras nuevas y hacerlas rentables, pues se precisa un tiempo hasta que lo fueran. Y eso significa un aporte de capital que, según muchos indicios, fue obra de los personajes más importantes del emirato, a la cabeza de ellos el emir y su familia, seguramente con la aportación de comerciantes italianos que así se aseguraban el monopolio de ese comercio, en línea con experiencias contrastadas en otras partes y en otros momentos.

Tenemos, pues, que la economía campesina iba más allá de la agricultura irrigada, con ser esta fundamental, y no dejamos de lado la existencia de una ganadería mucho más importante de lo que pudiera parecer.

En efecto, si tenemos en cuenta que un área irrigada es muy frágil y no permite la convivencia constante con la cría de ganado, como ocurre en la economía agraria feudal. Ahora bien, la ganadería es una realidad insoslayable. Los animales viven fuera de los campos cultivados, aunque pueden entrar en ellos a veces. En tal sentido observamos su presencia en determinadas tierras de secano, en espacios cultivados por tanto, pero también en prados irrigados en zonas elevadas y en llanos esteparios o fértiles. El ganado se suele mover con cierta frecuencia y deja huellas en el territorio. No sólo se trata de los puntos en que abreva, con aljibes en áreas secas, sino también se encuentran en el paisaje cuevas para resguardarlo, descansaderos, etc. Tenemos una idea aproximada, siempre en el marco del reino nazarí que es el que mejor conocemos y, en realidad, es el que más se ha estudiado, de cómo se organizaba el espacio ganadero, de cómo era el movimiento del ganado. Hay incluso constancia de las rutas ganaderas y de la subida de los hatos a las montañas para pasar el verano y de su estancia en las tierras cálidas llanas de la costa. El movimiento ha ido dejando huellas visibles. Y, además, sabemos que es una práctica anterior al reino nazarí, con seguridad de época almohade, coincidente además con la intensificación agrícola y la obras hidráulicas emprendidas.

Estamos muy lejos de establecer unos principios elementales, aunque se haya iniciado el camino (Malpica Cuello, Villar Mañas y García-Contreras Ruiz, 2013: 375-390) e incluso dispongamos de una propuesta para su estudio a partir de los análisis de los paisajes históricos (Villar Mañas y García García, 2016: 257-296). Las reflexiones que se han hecho partieron en un principio de las fuentes escritas, pero se ha abundado en el conocimiento del tema a partir de los estudios de corte arqueológico. Es una línea en

la que necesariamente hay que proseguir, conjugando el examen de la documentación y crónicas con el propio de la denominada Arqueología del paisaje. Se trata de una tarea en la que necesariamente se deben acotar los territorios y delimitar asimismo las épocas.

Siempre hay que distinguir los aspectos sincrónicos, los estructurales, de los diacrónicos, los dinámicos. No es lo mismo, por supuesto, la etapa inicial, cuando se está conformando la estructura conformada esencialmente a partir de la agricultura irrigada, que el gran incremento de la misma que se aprecia a partir del siglo XII, cuando el comercio se ha desarrollado y las ciudades han ido incrementando su importancia en el conjunto del poblamiento, ya que son receptáculos de mercancías y expendedoras de ellas.

Este análisis que presentamos brevemente, no es completo a no ser que incluyamos el concurso de los espacios no cultivados, que no podemos considerar en rigor natural, porque la intervención humana está en una u otra forma presente. El dominio del monte mediterráneo es importante para entender los paisajes vegetales y la organización del espacio en su globalidad. Esa vegetación espontánea que forma el bosque, o, en el dominio mediterráneo, el monte, no forma un conjunto homogéneo, sino que está sometido a diferentes condicionamientos, físicos (topográficos, edafológicos, de altitud, de orientación, etc.) y antrópicos (sobre todo en relación con las actividades agrarias y ganaderas). El estrato arbóreo define los distintos tipos de monte que se pueden dar. No menos importante es el sotobosque, el matorral noble, pero no hay que olvidar los estratos de lianas y el herbáceo, el más importante desde la perspectiva ganadera. Ahora bien, una cosa es el espacio boscoso, variable, es verdad, por la realidad física de partida, y otra el resultado concreto en cada momento. El bosque en el mundo mediterráneo es un verdadero *manufatto* (Moreno, 1990: 26). Por tanto su análisis tiene un fuerte componente histórico y arqueológico.

Contamos con obras literarias fundamentales para entender cómo era en la Baja Edad Media, sobre todo en la frontera entre castellanos y nazaríes (*Libro de la Montería*, 1983). Disponemos de referencias importantes en las fuentes escritas, que no han sido aun sistematizadas y esperan una análisis a fondo.

Estas tierras no cultivadas, pero esenciales para la organización del espacio agrario y, por tanto, de los asentamientos, eran un fondo de reserva para la creación de la nueva agricultura que se impuso tras la conquista feudal y, en buena medida y a la larga, se observa una expansión a costa de ellas. Es una cuestión que habría que desarrollar más, pues, entre otras consecuencias, el avance sobre las tierras incultas supuso de manera casi inmediata el contacto más directo de los hombres con las alimañas y las bestias salvajes, especialmente los lobos. Es entonces cuando se desarrolla una persecución feroz por parte de los nuevos pobladores.

¿Cómo se organizaban los territorios? Las alquerías parecen desiguales. Eran, eso sí, lo asentamientos nucleares, aunque es posible documentar otros tipos diferentes, tanto dependientes de ellas, como de las ciudades, cada vez más importantes.

En cuanto a los primeros hay que señalar los llamados *michares*, del árabe *mayšar*, que ha sido traducido por *cortijo* (Oliver Asín, 1945a: 109-126). Se trata de un asentamiento menor, que no tiene porqué estar ocupado de forma permanente. Aunque los hay de secano y también dedicados a la ganadería, todo indica que sobre todo eran de regadío. De todos modos hay que advertir que a veces se da una confusión entre los términos *mayšary* y *marý*. Este último ha de traducirse por prado (Oliver Asín, 1945b: 151-176). Es posible que la igualdad entre ambos términos se deba a casos concretos en los que los michares contaban con prados para el ganado.

Estas cuestiones, como aquellas que se refieren a las formas de ocupar el espacio las ciudades,

que merecen un tratamiento diferente que no le podemos dar aquí, merecen una atención definida por los casos concretos que se han de estudiar, de manera que los análisis aclaren aspectos que permanecen en la más absoluta oscuridad.

## CONCLUSIONES

Se habrá advertido que hemos hablado de una organización espacial característica, en la que abundan las referencias al período final, sin duda el mejor conocido por el proceso de ocupación que hizo la sociedad feudal en la Baja Edad Media de las tierras andalusíes.

En ella se percibe cómo las áreas irrigadas tienen una entidad significativa, pero no única. Hay explotaciones de tierras que no se integran directamente en ellas, sino que están fuera e incluso alejadas de las mismas. Se aprecia una gradación en los usos de la tierra: regadío, secano, monte y bosque. Por supuesto el núcleo habitado, que puede ser concentrado o no, es el punto de atención primero, ya que ha de mostrar el grado de desarrollo del grupo campesino que lo ha creado y que lo mantiene. La observación del caserío, su estructura y ordenación son fundamentales.

Por lo que sabemos, al menos en los tiempos últimos, los conjuntos territoriales estaban organizados a partir de las estructuras urbanas. Así, del estudio que hizo V. Lagardère (Largadère, 1993: 263-279), podemos decir que había un control del territorio por parte de unos organismos y autoridades (consejo compuesto por alcaide, alguacil, cadí y consejo de los jeques, llamados «viejos» por los castellanos, de cada núcleo). En sus reuniones se discutían los problemas existentes entre los distintos núcleos y aquellos asuntos relativos al conjunto del territorio (mecanismos defensivos, rentas de bienes habices, distribución de los impuestos, etc.)

En suma, una organización en la que el peso de las comunidades rurales, ya no tanto comunidades ni tan rurales, seguía estando presente, con un ascenso creciente de los intereses comerciales, que pasaban por las ciudades y que amparaban las formas de gobierno emanadas de un Estado, lejano pese a la cercanía que presentaba aparentemente, pero con capacidad de penetrar en las esferas locales de una u otra manera y, sobre todo, en la estructuras urbanas. En ellas no cabe hablar de un sistema de magistraturas ciudadanas, por lo que las formas de gobierno eran externas en muchos casos, con el apoyo, eso sí, de los grupo dominantes existentes en cada caso. Estos se revisten de un contenido familiar significativo y claramente expreso.

Se siguen desconociendo muchas cosas, como queda asimismo por marcar el ritmo evolutivo de estas estructuras. Para ello proponemos un debate que surja de la realidad material de las estructuras campesinas y de su relación con los territorios organizados, en los que se encuentra el Estado y las ciudades, surgidas de la relación entre el poder estatal y el mundo campesino, claramente jerarquizado, y con diferencias sociales que no son fáciles de ocultar, pese a los intentos emprendidos para conseguirlos, especialmente desde la perspectiva religiosa, con planteamientos del Islam que marcan un ritmo de aceleración y retroceso de los avances de la vida comercial sobre una economía rural, muy rica, y al mismo tiempo bastante frágil.



Poco o nada sabemos de otros aspectos igualmente importantes que no han sido acometidos como debiera haber sido. Esto sucede, por ejemplo, en los casos de los espacios intersticiales y en lo relativo al aprovechamiento de los recursos naturales (por supuesto, el agua en primer lugar), que no se pueden cerrarse diciendo que eran comunales, como ocurre con los pastos, ya que su régimen, según vamos viendo, era variable.

Es evidente que hay diferencias entre unas y otras áreas, con ritmos de evolución muy distintos. Aún no se conocen casos suficientes como para establecer una panorámica documentada que la podamos dar como punto de arranque estable. Queda mucho por hacer e investigar.

## BIBLIOGRAFÍA

- ALEKSIÉVICH, Svetlana (2015), *El fin del Homo sovieticus*. Traducción de Jorge Ferrer. Barcelona: Acantilado. ISBN 978-84-16011-84-1.
- AMIN, Samir (1976), *Sobre el desarrollo desigual de las formaciones sociales*. Barcelona: Anagrama. ISBN 84-339-0361-6.
- BARCELÓ, Miquel (1985-1986), «Vespres de feudals: la societat de Sharq al-Àndalus just abans de la conquesta catalana». *Estudi general. Revista de la Facultat de Lletres de la Universitat de Girona*, n.º 5-6, 237-251. Girona: Universidad. ISSN 0211-6030.
- BERQUE, Jacques (1955), *Structures sociales du haut Atlas*, París: PUF. ISBN 2-13-035345-2.
- ECHEVARRÍA ARSUAGA, Ana y FÁBREGAS GARCÍA, Adela (eds.) (2016), *De la alquería a la aljama*, Madrid: Uned. ISBN 978-84-362-6989-5.
- GUICHARD, Pierre (1998), *Al-Andalus. Estructura antropológica de una sociedad islámica en Occidente*. Reimpr. de la ed. 1976. Granada: Universidad de Granada. ISBN 978-84-338-2040-2.
- KAPUSCINSKI, Ryszard (2012), *El Imperio*, Barcelona: Anagrama. ISBN 978-84-339-7283-5.
- LAGARDÈRE, Vincent (1993), «Les structures rurales du district (*iqlim*) de Vélez-Málaga, province (*kura*) de Málaga (XIIIe-XVe s.)». *Le Moyen Âge. Revue d'histoire et de philologie*, XCIX, 263-279. Lieja: DeBoeck Supérieur. ISSN 0027-2841.
- LIBRO DE LA MONTERÍA (1983), *Libro de la Montería de Alfonso XI*. Ed. M.ª Isabel Montoya Ramírez. Melilla: UNED.
- MALPICA CUELLO, Antonio (2008), «El agua y su uso en la vida agrícola en al-Andalus. Perspectivas de Investigación». *Cuadernos de la Alhambra*, n.º 43, 41-56. Granada: Patronato de la Alhambra y Genralife. ISSN 0590-1987.
- (2014), *Las últimas tierras de al-Andalus. Paisaje y Poblamiento del Reino Nazarí de Granada*. Granada: Universidad de Granada. ISBN 978-84-33856-34-0.
- MALPICA CUELLO, Antonio, VILLAR MAÑAS, Sonia y GARCÍA-CONTRERAS RUIZ, Guillermo (2013), «Saly ganadería en el Reino de Granada (siglos XIII-XV), un proyecto de investigación sobre dos importantes actividades económicas en época nazarí». *Debates de Arqueología Medieval*, n.º 3, 375-390. Granada. ISSN 2174-8934.
- MANDELSTAM, Nadiezhda (2012), *Contra toda esperanza. Memorias*. Barcelona: Acantilado. ISBN 978-84-15689-10-2.
- MANDELSTAM, Ossip (2010), *Poesía*. Trad. DUQUE, Aquilino. Madrid: Vaso Roto. ISBN 978-84-938087-2-3.
- MORENO, Diego (1990), *Dal documento al terreno. Storia e archeologia dei sistema agro-silvo\_pastorali*. Bologna: Il Mulino. ISBN 978-88-150251-9-7.
- RETAMERO, Félix (2009), «La sombra alargada de Wittfogel. Irrigación y poder en al-Andalus». En MARÍN, Manuel (ed.) *Al-Andalus/España. Historiografías en contraste. Siglos XVII-XXI*, pp. 263-293. Madrid: Casa de Velázquez. ISBN 9788496820241.
- OLIVER ASÍN, Jaime (1945a), «El árabe *marʿ* en el vocabulario romance y en la toponimia de España». *Boletín de la Real Academia Española*, n.º XXIV (1945) 151-176. Madrid: Real Academia. ISSN 210-4822.
- (1945b), *Mayšar=cortijo. Al-Andalus*, n.º X (1945), 109-126. Madrid-Granada: Escuela de Estudios Árabes. ISSN 0304-4335.
- VILLAR MAÑAS, Sonia y GARCÍA GARCÍA, Marcos (2016), «Propuesta par el estudio de la ganadería andalusí. Aproximaciones desde el análisis de los paisajes históricos». En Malpica Cuello, Antonio y GARCÍA-CONTRERAS RUIZ, Guillermo (eds.), *El registro arqueológico y la arqueología medieval*, pp. 257-296. Granada: Alhulia. ISBN 978-8494531972.
- WITTFOGEL, Karl A. (1966), *Despotismo oriental: estudio comparativo del poder totalitario*. Madrid: Guadarrama. ISBN 978-84-25-01010-1.
- WOLF, Eric R. (2005), *Europa y la gente sin historia*. 2.ª ed. México: Fondo de Cultura Económica. ISBN 968-16-7511-8.



# A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DA ÁGUA EM ÉPOCA ROMANA – O EXEMPLO DA BARRAGEM DO ÁLAMO EM ALCOUTIM<sup>1</sup>

JOÃO LUÍS CARDOSO\*

ALEXANDRA GRADIM\*\*

## RESUMO

A água foi um dos recursos fulcrais explorados pelos Romanos, para diversas finalidades, desde o abastecimento público à irrigação. Neste âmbito, as barragens constituem um dos mais expressivos exemplos do aproveitamento dos recursos hídricos, ilustrando o alto nível atingido pelos seus engenheiros e arquitectos, na concepção e construção de tais empreendimentos. A investigação arqueológica levada a cabo na barragem romana do Álamo (Alcoutim), em 2006 e 2007, 129 anos após os primeiros registos gráficos, realizados em 1877 sob coordenação de Estácio da Veiga, permitiu o reconhecimento desta obra como uma das mais importantes do território português.

Os trabalhos arqueológicos realizados ao longo de 50 m junto ao paramento de montante da barragem, revestido a *opus incertum*, constituíram trabalho pioneiro desta índole realizado em Portugal e foram decisivos para a identificação da verdadeira altura da barragem e de algumas das suas características estruturais, bem como da cronologia do seu funcionamento, através da tipologia dos espólios arqueológicos provenientes dos depósitos acumulados no fundo da antiga albufeira. Presentemente, e com a barragem dita de Olisipo, constitui a barragem mais alta de alvenaria com contrafortes, até ao presente reconhecida no mundo romano.

## ABSTRACT

Water was one of the key resources exploited by the Romans for a variety of purposes, from the public water supply, to irrigation. In this context, the dams are one of the most expressive examples of the use of water resources, illustrating the high level reached by roman engineers and architects in the design and construction of such endeavors.

The archaeological research carried out at the Roman dam of Álamo (Alcoutim), in the years 2006 and 2007, 129 years after the first graphic records, made in 1877 under the coordination of Estácio da Veiga, highlighted this work as one of the most important of the Portuguese territory.

The archaeological works performed close to the upstream wall of the dam, built in *opus incertum* over a length of about 50 m, constituted pioneering work of this nature carried out in Portugal and were decisive for the identification of the structural characteristics of the dam, as well as the chronology of its functioning,

\* Arqueólogo. Professor catedrático da Universidade Aberta (Lisboa). Coordenador do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras). Da Academia das Ciências de Lisboa e da Academia Portuguesa da História (*E-mail*: cardoso18@netvisao.pt).

\*\* Arqueóloga da Câmara Municipal de Alcoutim (*E-mail*: arqueologia@cm.alcoutim.pt).

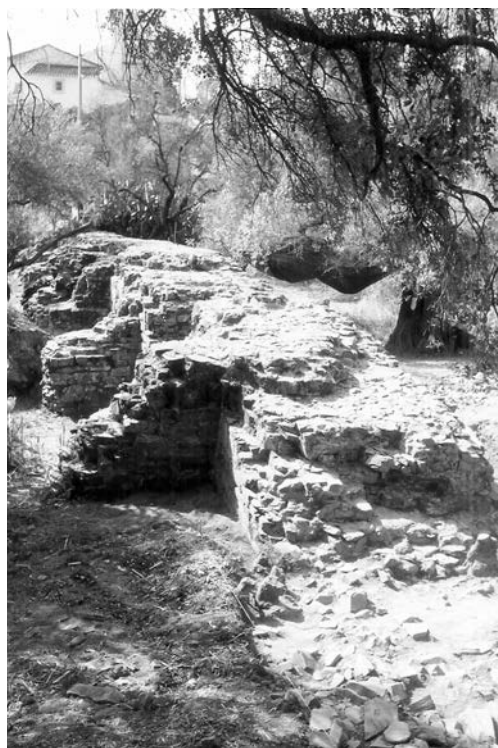


Figura 1 – Barragem do Álam. Vista da estrutura da margem esquerda, evidenciando-se a sucessão de contrafortes do lado de jusante. Foto J. L. C.

through the typology of the archaeological remains recovered in deposits accumulated at the bottom of the old reservoir. With the so-called *Olisipo* dam, constitutes the most higher masonry dam with buttresses until now identified in the Roman world.

## 1. INTRODUÇÃO.

### LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA E OBJECTIVOS DOS TRABALHOS REALIZADOS

A barragem romana do Álam é uma notável construção hidráulica do período romano, munida de contrafortes do lado de jusante (Fig. 1), sendo constituída por um espesso núcleo de blocos argamassados de grauvaque, de formato irregular, argamassados com cal e areia. Este núcleo, que evidencia a disposição dos elementos em camadas horizontais, tem equivalência nos revestimentos dos dois paramentos da barragem, os quais se apresentam colocados em fiadas horizontais (*opus incertum*). Idêntica técnica foi utilizada para a construção dos contrafortes existentes do lado de jusante (Fig. 2 e Fig. 3).

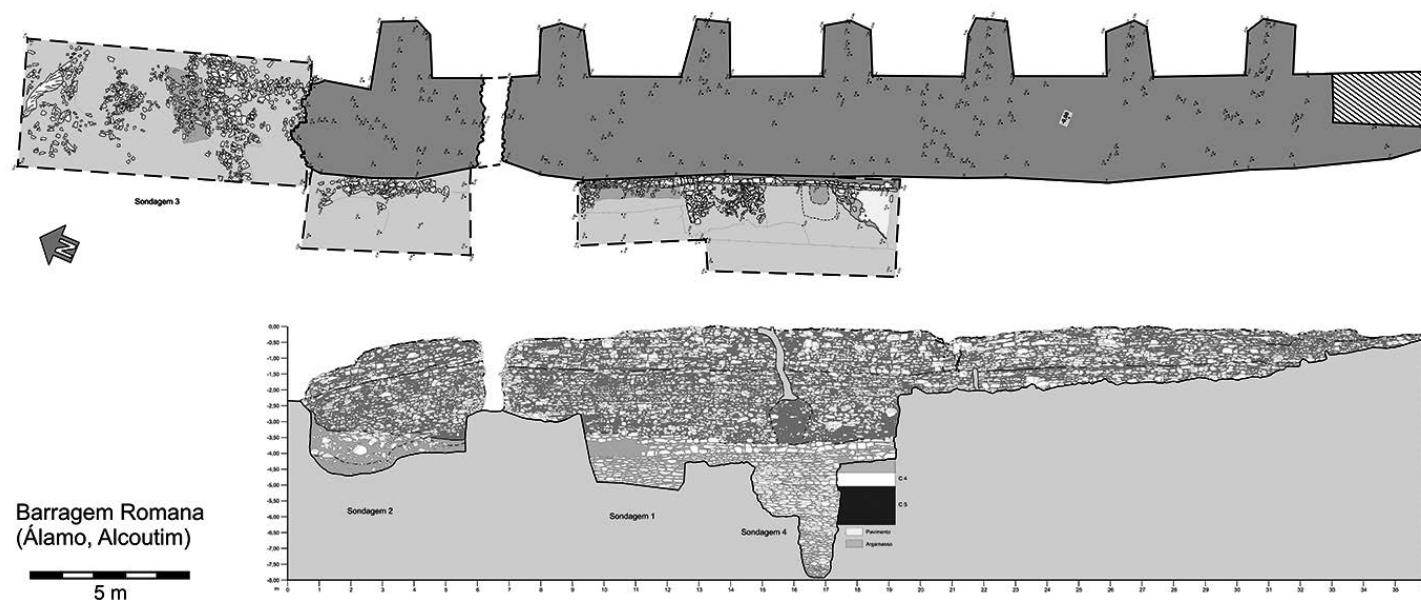
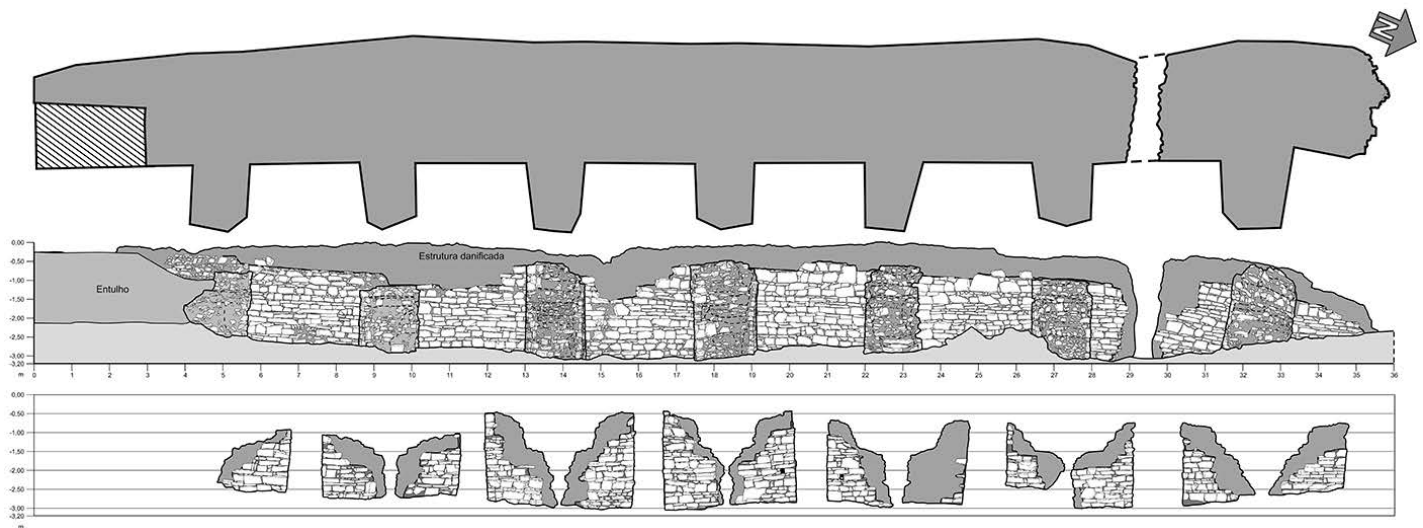
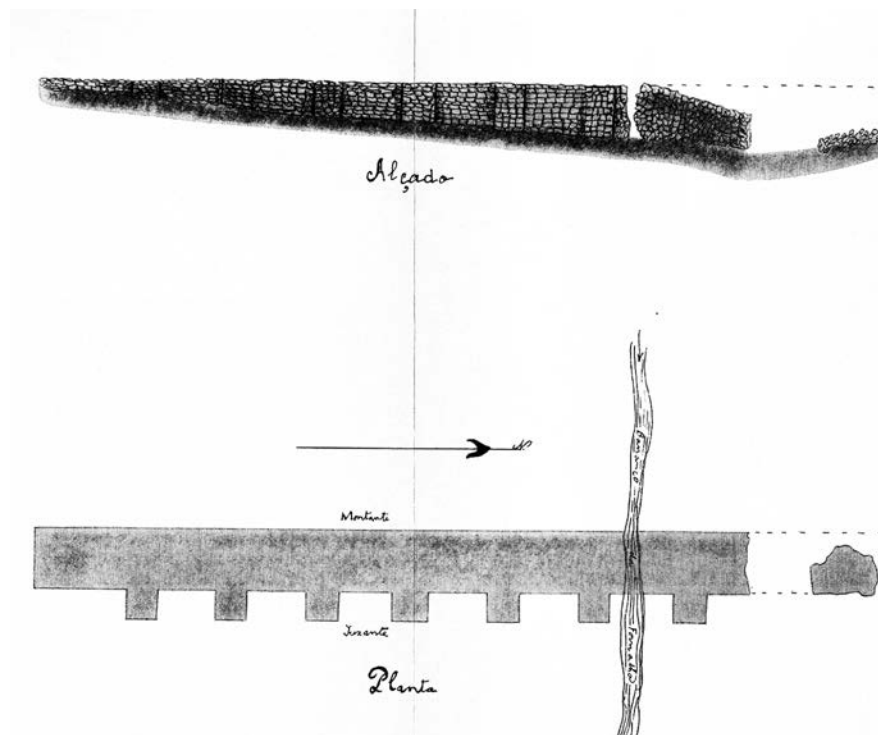


Figura 2 – Barragem do Álam. Alçado de montante, evidenciando-se o seu mau estado de conservação, com o desaparecimento acima de uma determinada cota do revestimento de blocos de grauvaque arrumados, em resultado da erosão provocada pela variação do nível da água na albufeira e respectiva ondulação.



**Figura 3 – Barragem do Álamo. Alçado de jusante, evidenciando-se o bom estado de conservação do revestimento de blocos de grauaque arrumados. Note-se, do lado direito, o troço do paredão que basculou.**

Esta barragem foi identificada por Estácio da Veiga, que coordenou o levantamento esquemático da planta e do alçado, em 1877, publicados apenas quase cem anos depois (Santos, 1972) (Fig. 4).



**Figura 4 – Barragem do Álamo. Planta e alçado do lado de jusante realizado por Estácio da Veiga em 1877, evidenciando-se não só o basculamento do troço acima referido, mas também o embasamento da barragem junto do encontro da margem esquerda, identificado na sondagem 3 realizada em 2006.**

No quadro do estudo sistemático dos aproveitamentos hidráulicos romanos a sul do Tejo, foi então realizada nova planta, bem como a da área ocupada pela albufeira, integrada na topografia do terreno adjacente. Nessa altura, foi efectuada a caracterização arquitectónica da estrutura (Quintela, Cardoso e Mascarenhas, 1986). O comprimento original da barragem atingiria cerca de 50 m, possuindo a altura actual máxima acima do solo de cerca de 3,0 metros, no momento do levantamento de 1986 e a espessura máxima, no topo conservado, de 2,3 m, sendo reforçada a jusante por sete contrafortes, com a espessura média de 1,5 metros, o comprimento médio de 1,6 metros e o afastamento médio de 2,3 metros, construídos segundo a mesma técnica do paredão.

O bom estado de conservação da estrutura, a evidente monumentalidade da mesma, associada às suas características invulgares, justificaram a sua classificação como Imóvel de Interesse Público, em consequência da proposta nesse sentido apresentada pelo primeiro dos signatários, conjuntamente com António Quintela e José Manuel Mascarenhas, ao então IPPC, na sequência do estudo anteriormente por estes realizado sobre os aproveitamentos hidráulicos

romanos a sul do Tejo (Quintela, Cardoso & Mascarenhas, 1986).

Esta barragem encontrava-se associada a uma *villa* com a respectiva necrópole, situadas a jusante, também assinaladas por Estácio da Veiga e destinar-se-ia essencialmente à irrigação e, eventualmente, ao abastecimento doméstico, incluindo os banhos, tomando como provável a sua existência na *pars urbana* daquela *villa*.

Do ponto de vista administrativo, o monumento situa-se junto da povoação do Álamo, na União de Freguesias de Alcoutim e Pereiro, do concelho de Alcoutim. Localiza-se a cerca de 11 Km a sul da vila de Alcoutim e possui as seguintes coordenadas geográficas: WGS84: 37.388278/-7.443250 (Lat. N. /Long. W).

Para a implantação da barragem foi escolhido um relevo marginal de xistos e grauvaques de idade paleozóica (Carbonífero), delimitando a planície aluvial do Guadiana, escavado pelo Barranco da Fornalha, com a altitude de 20 m.

Com a construção do paredão naquela parte terminal do vale, garantiu-se o armazenamento máximo de cerca de 6000 m<sup>3</sup> de água transportada pelo Barranco da Fornalha, linha de água temporária de características torrenciais, desenvolvendo-se a albufeira cerca de 90 m para montante do paredão, construído em local imediatamente adjacente à planície aluvial (Quintela, Cardoso & Mascarenhas, 1986).

Apesar do seu bom estado de conservação, um troço do paredão basculou, perto do encontro da margem esquerda, situação que já se observava em 1877, conforme se verifica na planta de Estácio da Veiga, deixando passar, através da descontinuidade assim criada, a água do Barranco da Fornalha. Este pormenor encontra-se igualmente bem evidenciado nos dois alçados apresentados neste trabalho.

A monumentalidade desta barragem justificou a iniciativa da Câmara Municipal de Alcoutim de proceder a um Projecto de Valorização da mesma, através da aquisição dos respectivos ter-

renos, prevendo um parque de estacionamento, acessos adequados e uma área de lazer. Tal Projecto, articulado com o estudo sistemático do património arqueológico conceilhio (Cardoso & Gradim, 2011; Gradim, Cardoso & Catarino, 2011), mereceu da parte do então Instituto Português de Arqueologia (IPA), o parecer vinculativo da realização de trabalhos arqueológicos, mediante a realização de sondagens, especialmente nas áreas previstas para o parque de merendas, envolvendo um estudo arqueológico da barragem propriamente dita, a cargo preferencialmente de arqueólogo com conhecimento e experiência em barragens romanas.

Foi para dar resposta àquela determinação que se retomaram os trabalhos arqueológicos no local com o objectivo de, não só aprofundar o conhecimento sobre este empreendimento hidráulico da época romana, como viabilizar a realização do projecto de valorização ambicionado pela autarquia de Alcoutim.

O presente trabalho apresenta os principais resultados obtidos nas duas campanhas efectuadas nos meses de Agosto e de Setembro de 2006 e de 2007 junto ao paramento de montante da barragem, os quais permitiram evidenciar a assinalável altura da obra (cerca de 8 m), actualmente em boa parte enterrada nos sedimentos acumulados no fundo da antiga albufeira, possibilitando igualmente documentar alguns aspectos arquitectónicos, como a identificação do seu encontro na margem esquerda, no extremo norte, o qual era desconhecido até então.

## 2. TRABALHOS REALIZADOS, RESULTADOS OBTIDOS

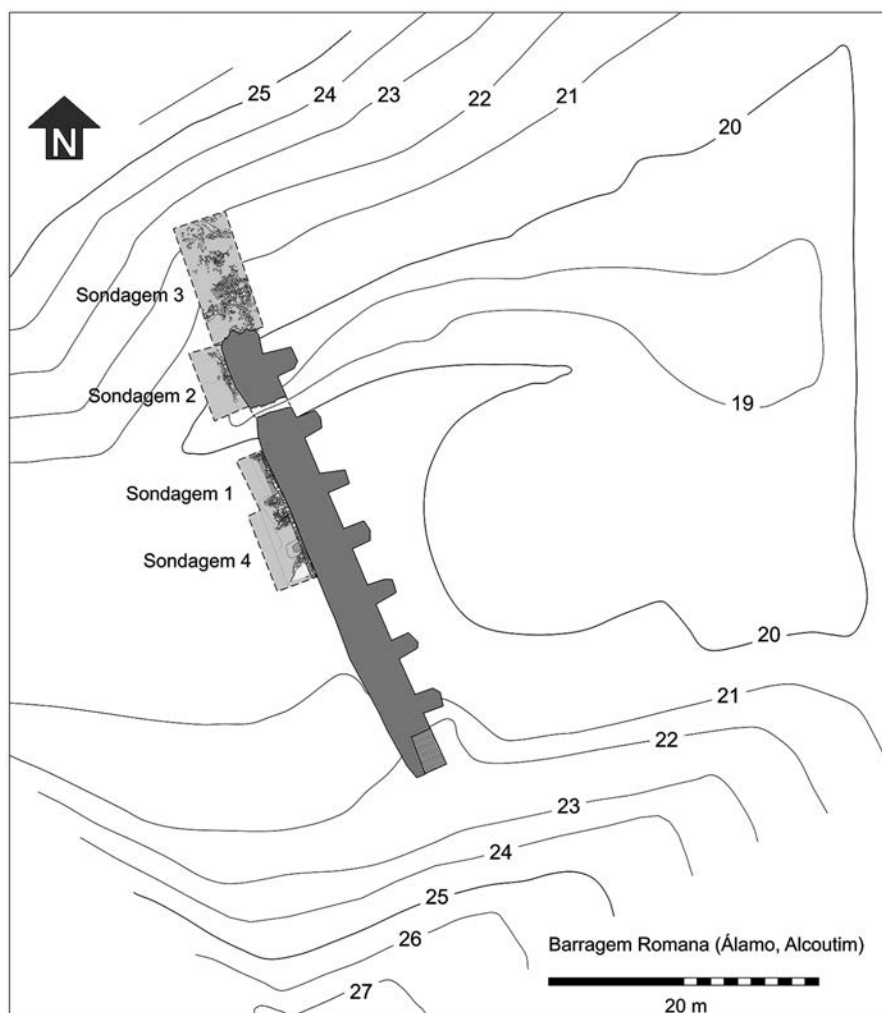
A investigação levada a cabo durante as duas campanhas de 2006 e 2007 foi enquadrada na categoria B – projectos de estudo e valorização de sítios ou monumentos classificados ou em vias de classificação e consistiu na abertura de quatro sondagens. A localização das mesmas teve em vista recolher a informação científica apropriada e viabilizar o projecto valorização deste notável monumento.

Na campanha de 2006 executaram-se três sondagens, duas junto do paredão de montante e uma terceira no extremo norte da barragem, na zona de encontro com a margem esquerda, sector onde a barragem se encontrava muito arrasada, não se evidenciando à superfície nenhum vestígio da mesma, apesar de Estácio da Veiga, na planta por si dirigida, a ter assinalado.

Em 2007, realizou-se uma última sondagem (Fig. 5), no prolongamento da sondagem 1, com a finalidade principal de averiguar a máxima altura da barragem, observada na zona central do vale e a existência de uma plataforma identificada em 2006.

Trabalhos de limpeza executados em toda a estrutura hidráulica romana, precederam a abertura das sondagens com a finalidade de se obter uma nova planta do monumento, recorrendo ao registo SIG (WGS84), a cargo do gabinete de apoio técnico (GAT) de Tavira.

Evidenciava-se ao longo de todo o muro de montante, uma forte erosão do aparelho construtivo em *opus incertum* (Fig. 6) que contrastava com a excelente conservação do paramento de jusante, bem como com o paramento de montante permanen-



**Figura 5 – Barragem do Álamo. Planta da barragem e da albufeira e localização das três sondagens realizadas em 2006 (1 a 3) e da sondagem realizada em 2007 (4).**

temente submerso, realidade que se deve atribuir à acção mecânica da ondulação da água, conjugada com a variação do nível desta, na antiga albufeira, ao longo do ano.

**Sondagem 1** – esta sondagem com 4 metros de comprimento por dois metros de largura (Fig. 7), foi executada em 2006 junto ao paramento de montante da barragem, tendo sido levada até à profundidade de 4,70 metros a partir do coroamento da barragem neste sector (Fig. 8), profundidade a que foi encontrado o substrato geológico, constituído por xistos e grauvaques do Carbonífero superior.

A sondagem permitiu evidenciar a boa conservação do paramento de montante da barragem em profundidade, contrastando, como acima se referiu, com a forte erosão por este evidenciada acima da cota actual do terreno, o que evidencia a antiguidade do assoreamento. Pode, assim, concluir-se que o nível de pleno armazenamento seria supe-



**Figura 6 – Barragem do Álamo. Vista parcial do paramento de montante, fortemente erodido até uma determinada profundidade, abaixo da qual se apresenta intacto, conservando na íntegra o revestimento de blocos de grauvaque arrumados. Foto J. L. C.**

rior ao da cota actual do terreno, correspondendo o sector do paramento com evidentes vestígios erosivos, com cerca de 3,0 m de altura, à variação da água na albufeira, associada à geração de pequenas vagas, conducentes ao resultado observado. Assim sendo, o nível de máximo armazenamento corresponderia aproximadamente ao topo da barragem, próximo do actualmente existente, sem prejuízo de esta se encontrar munida de um ou dois descarregadores de superfície, que permitiam a evacuação da água aquando das grandes cheias, situados nos encontros laterais da barragem.

O paramento de montante, de excelente qualidade construtiva, de grande regularidade, constituído por blocos de grauvaque dispostos horizontalmente por camadas revelou, a certa profundidade, um pequeno ressalto, registado na Fig. 7, bem como na planta.

O corte estratigráfico realizado no limite norte desta sondagem (corte 2) evidencia bem o processo de assoreamento (Fig. 9), com cerca de 2,30 m de potência neste sector da barragem, cuja sequência estratigráfica se registou em corte (corte 2, Fig. 7) assinalado na respectiva planta. Assim, a parte inferior do enchimento é constituída por sedimentos essencialmente finos, depositados no fundo da antiga albufeira; sucedem-se deposições muito grosseiras, de blocos de grauaque, em parte resultantes do desmoronamento da parte superior da estrutura, visto se evidenciar uma deposição horizontal, sobre os depósitos finos previamente acumulados. Esta passagem de blocos parece configurar a época do abandono da estrutura, dado que os depósitos superiores, reflectem um rápido enchimento, de aspecto torrencial, com blocos de dimensões assinaláveis, embora menores que os anteriores, carreados pelas enxurradas do barranco, cujo regime torrencial em épocas bem determinadas do ano é bem conhecido.

No extremo meridional da sondagem, observou-se o limite de uma estrutura de que uma das faces se apresentava perpendicular ao paredão (Fig. 10), mas cujas características em planta não foi possível determinar, o que determinou a necessidade de alargar a sondagem para sul, acção concretizada em 2007, através da Sondagem 4.

**Sondagem 2** – esta sondagem, realizada em 2006, implantou-se do lado de montante do troço da barragem que basculou (Fig. 11), tendo em vista averiguar as causas de tal fenómeno, muito provavelmente devido a sobre-escavação da fundação, por parte da acção erosiva da linha de água que actualmente passa pela fenda no muro assim criada. Possui o comprimento de cerca de 4,5 metros e a largura média de 2,0 metros, tendo-se atingido na sua parte mais funda o substrato geológico, constituído por xistos e grauaques do Carbonífero marinho, cerca de 4,0 metros abaixo do coroamento da estrutura



Figura 7 – Barragem do Álamo. Planta da sondagem 1.

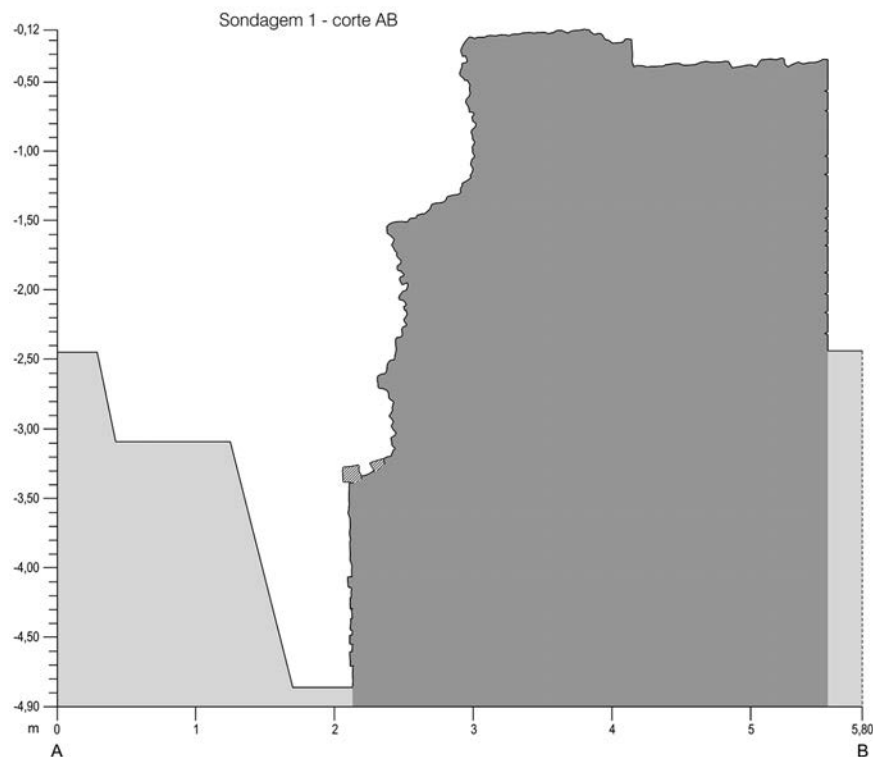


Figura 8 – Barragem do Álamo. Corte AB da sondagem 1.



e 2,20 metros abaixo do topo do terreno, correspondente ao assoreamento da antiga albufeira (Fig. 12). Deste modo, pode concluir-se que o enchimento observado neste sector evidencia sucessão idêntica à verificada na Sondagem 1, sendo aqui pouco menor, apesar de se estar já muito próximo do encontro da margem esquerda, indício de que o fundo da antiga albufeira, correspondente ao substrato geológico, seria aproximadamente plano. Tal explica-se, provavelmente pela intervenção humana, já que a situação normal seria uma geometria em V, correspondente à própria secção transversal do vale. Assim, é provável que, aquando da construção da fundação da barragem, aberta no substrato geológico, também este, pelo menos do lado de montante, tivesse sido regularizado intencionalmente.

Não foi, no entanto, possível, esclarecer completamente a causa do basculamento do troço do muro da barragem, já que, junto ao paramento de montante, a assinalável acumulação de blocos resultantes da erosão do referido paramento, impediu a observação directa da fundação da estrutura.

A observação de um pequeno sector da área escavada, junto à fenda da estrutura por onde se escoia actualmente a linha de água, visível do lado direito, permite admitir provisoriamente que a causa do colapso foi de facto a sobre-escavação da fundação da estrutura, pela referida linha de água, quando a mesma passava junto ao encontro esquerdo da barragem, tendo só após o colapso aproveitado a fenda então produzida.

**Sondagem 3** – realizada também em 2006, foi implantada na área correspondente ao encontro da barragem com a margem esquerda, teve como objectivo a identificação de restos da estrutura, não visíveis à superfície do solo (Fig. 13), com cerca de 9,0 metros de comprimento, por 4,0 metros de largura. Os objectivos foram atingidos, dado ter-se observado zona constituída por argamassa de cal e areia, embalando blocos de grauaque do mesmo tipo dos utilizados no núcleo da barragem, concluindo-se assim que este sector, assinalado a grise na Fig. 14, sendo também bem visível nas Fig. 13, é o que resta do encontro esquerdo da barragem, permitindo deste modo concluir que o seu comprimento seria cerca de 10 metros superior ao actual, perfazendo 50 metros.

**Sondagem 4** – efectuada em 2007, teve como principal finalidade averiguar a máxima altura da barragem, uma vez que corresponde à zona central do vale fluvial, onde a espessura de sedimentos atinge o seu valor máximo, bem como determinar a natureza da estrutura identificada na extremidade meridional da sondagem 1, acima referida (Fig. 15). Implantou-se ao longo do paramento de montante da barragem, e na continuidade imediata da sondagem 1, atingindo o comprimento máximo de cerca de 7,0 m e a largura máxima de 3,20 m. O perigo de colapso do corte, que atingiu a profundidade máxima abaixo do solo de 5,5 m (Fig. 16), não impediu que se tivesse atingido o substrato geológico, embora observado apenas em área limitada, sobre o qual assentou sedimento argiloso muito fino e de coloração esverdeada, o primeiro a acumular-se no fundo da antiga albufeira (Fig. 17).

Esta sondagem continuou a evidenciar a presença do pequeno ressalto no paramento da barragem, já observado na sondagem 1, correspondente a um elemento cons-

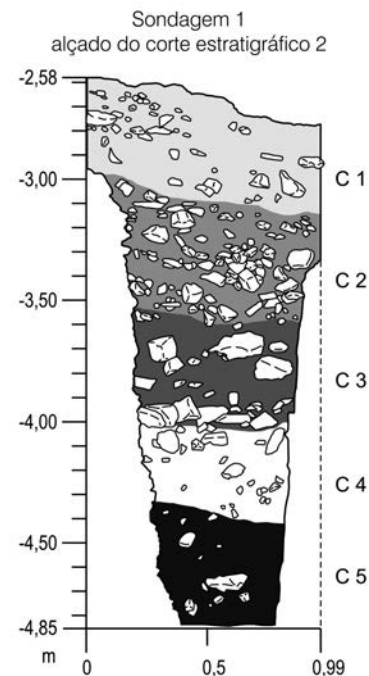


Figura 9 – Barragem do Álamo. Sequência estratigráfica observado no corte estratigráfico 2 da sondagem 1.



Figura 10 – Barragem do Álamo. Vista do corte sul da sondagem 1, observando-se, na sua parte inferior, o limite de uma estrutura de alvenaria, perpendicular ao paredão da barragem, fundada em sedimentos anteriormente depositados no fundo da albufeira. Foto A. G.

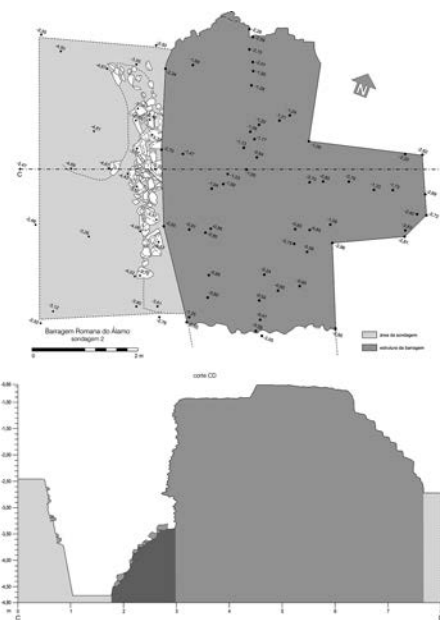


**Figura 11 – Barragem do Álamo. Vista do troço do paredão da barragem que basculou, provavelmente por sobre-excavação da fundação. Foto J. L. C.**

trutivo que acompanha todo o seu comprimento, talvez relacionado com a própria tecnologia construtiva, por camadas sucessivas de *opus incertum* depositadas horizontalmente, a que correspondia paramento regular de blocos cuidadosamente arrumados, evidenciando bem a perícia dos artífices e o seu rigor construtivo (Fig. 18).

Tendo presente que a altura da barragem no sector desta sondagem acima do solo actual é um pouco superior a 2 m, pode concluir-se que a altura mínima da barragem, na actualidade, é no mínimo de 7,90 m, conforme evidenciou o corte realizado (Fig. 16).

Foi também possível, com esta sondagem, concluir a escavação da estrutura de alvenaria identificada em 2006 na sondagem 1, e que se verificou corresponder possivelmente a plataforma existente na parte central da barragem (Fig. 19), a qual permitia o acesso directo à água. Este dispositivo foi construído em época em que a albufeira já se encontrava muito assoreada, como comprova o respectivo nível de fundação, assente em sedimentos acumulados no fundo da albufeira.



**Figura 12 – Barragem do Álamo. Planta e corte da sondagem 3. Note-se, no corte, os depósitos acumulados junto da fundação da estrutura, e resultantes da sua erosão mecânica pela água do barranco da Fornalha.**

Na extremidade sul desta sondagem, foi identificado fino leito de argamassa amarelada, encostada ao paramento de montante da barragem, sobreposto por outro leito de argamassa mais esbranquiçada, embalando pequenos elementos de grauvaque (Fig. 20), também devidamente registados no corte estratigráfico realizado (Fig. 21). É difícil conhecer a finalidade destes dois pisos, feitos no fundo da albufeira em épocas distintas, quando a mesma já se encontrava muito assoreada, sugerindo remodelações relacionadas com o acesso directo à água represada na albufeira.



**Figura 13 – Barragem do Álamo. Vista parcial da sondagem 3, observando-se em segundo plano o paredão da barragem derruído e, em primeiro plano, os vestígios do núcleo interno da estrutura, em *opus incertum*. Foto J. L. C.**

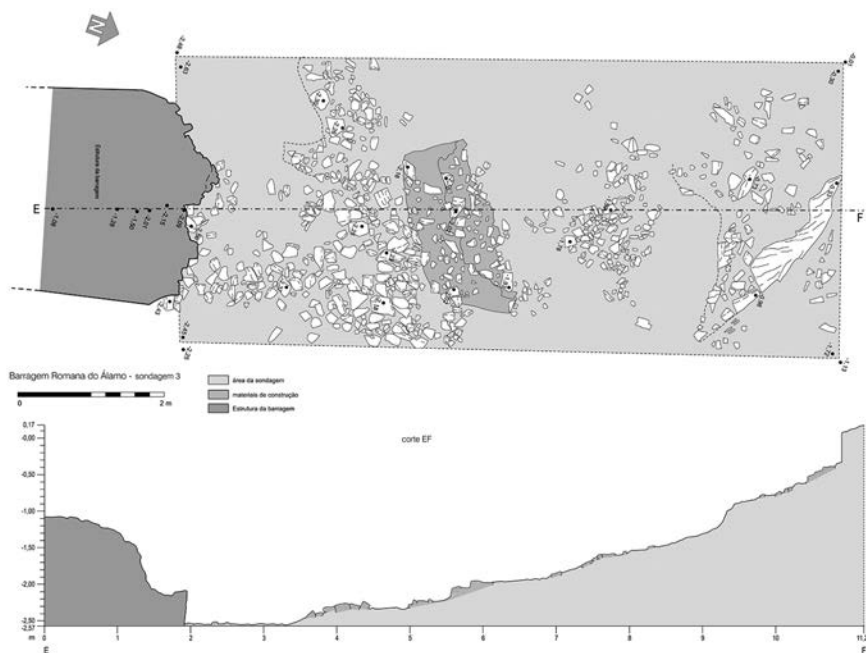


Figura 14 – Barragem do Álamo. Planta e corte da sondagem 3, assinalando-se a *grise* a área onde foi identificado o aparelho de *opus incertum*, correspondente ao núcleo da barragem.

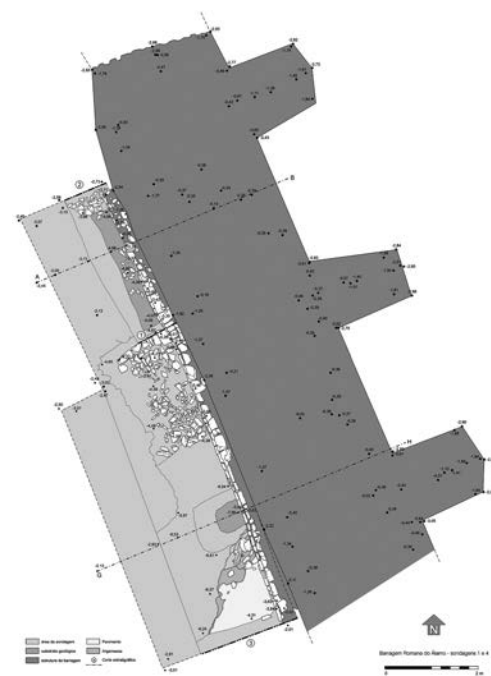


Figura 15 – Barragem do Álamo. Planta da sondagem 4, correspondendo ao prolongamento meridional da sondagem 1, representada na parte superior da figura.

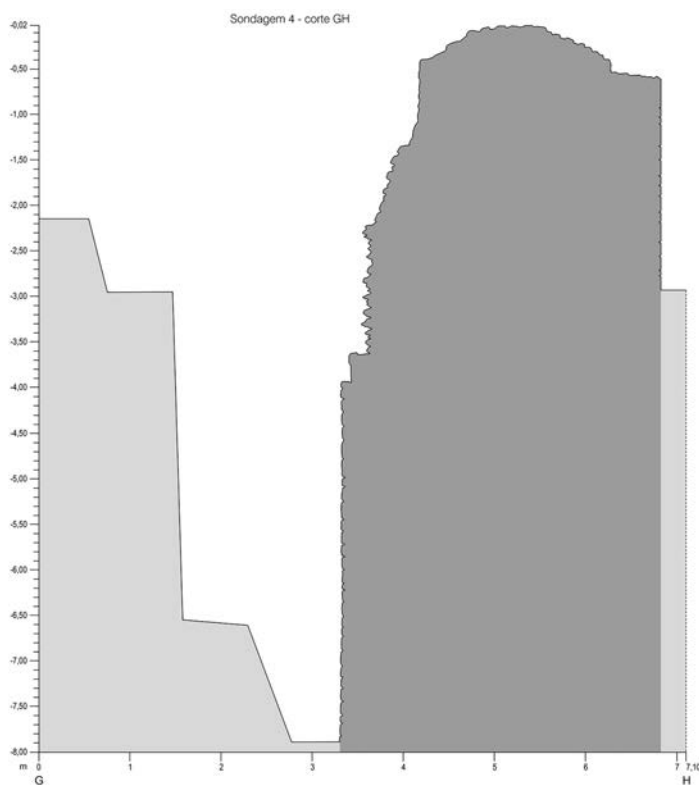


Figura 16 – Barragem do Álamo. Corte GH, realizado na sondagem 4 (ver Fig. 15), evidenciando que a altura máxima da barragem atingia cerca de 8 metros.



Figura 17 – Barragem do Álamo. Corte estratigráfico efectuado nos depósitos acumulados na parte mais profunda do vale, correspondente ao Corte GH (ver Fig. 16), evidenciando a notável qualidade do paramento de montante da barragem. Observe-se no fundo, lascas de xisto/grauvaques correspondentes ao substrato geológico, sobre os quais assentou depósito argiloso muito fino. Foto A. G.

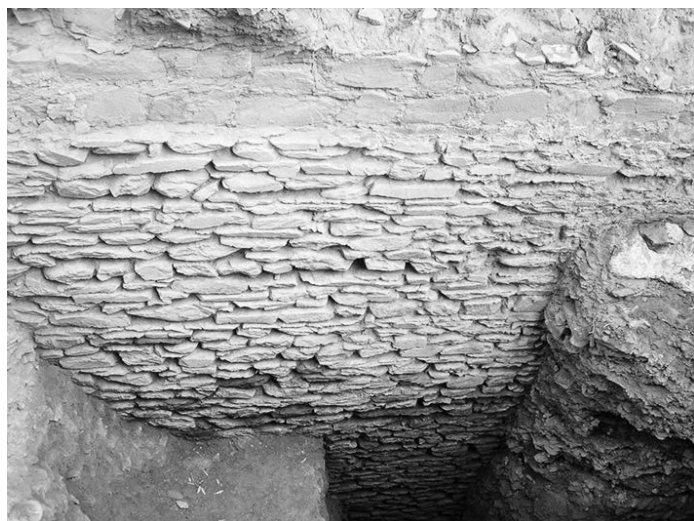


Figura 18 – Barragem do Álamo. Vista parcial do paramento de montante da barragem, observado em 2007 na sondagem 4, evidenciando o pequeno ressalto construtivo longitudinal, já anteriormente identificado, o qual poderá relacionar-se com a finalização de uma fase principal da construção da obra. Foto A. G.



Figura 19 – Barragem do Álamo. Plataforma identificada na parte central do muro da barragem, do lado de montante e por certo relacionada com o uso da água. Ver Fig. 10. Foto J. L. C.



Figura 20 – Barragem do Álamo. Fino leito de argamassa amarelada, encostada ao paramento de montante da barragem, sobreposto por outro leito de argamassa mais esbranquiçada, embalando pequenos elementos de grauaque, observado no limite meridional da sondagem 4 (corte 3, ver Fig. 15). Foto J. L. C.

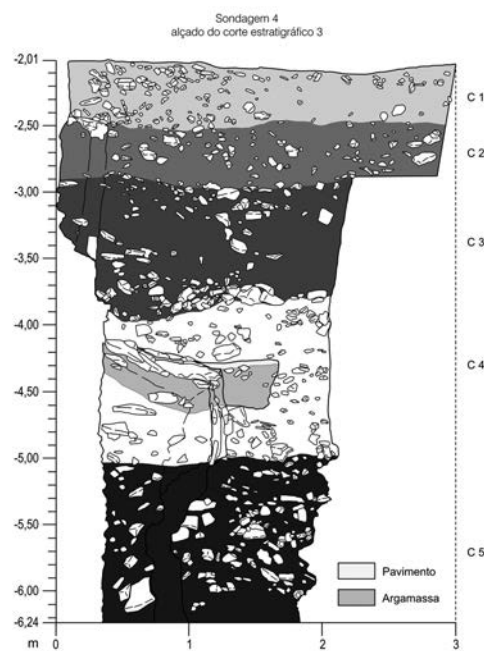


Figura 21 – Barragem do Álamo. Corte estratigráfico efectuado no limite da sondagem 4, assinalado na Fig. 15 com o n.º 3.

### 3. MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS

A escavação dos depósitos progressivamente acumulados no fundo da albufeira conduziu à recolha de abundantes fragmentos de ânforas romanas, para além de recipientes de cerâmica comum e de materiais de construção, os quais serão tratados em trabalho específico a publicar ulteriormente com o Prof. Carlos Fabião.

Estes materiais correspondem a restos fora de uso, arremessados para o interior da mesma, ou a materiais que vieram de montante, transportados pelas enxurradas, apesar de se encontrarem geralmente com desgaste pouco acentuado.

As ânforas integram produções itálicas, africanas e béticas, para além de produções de carácter regional, que são as mais comuns, como seria de esperar. As produções mais antigas remontam ao século I a.C., estando representadas por apenas uma asa de Dressel 1, produção itálica muito provavelmente anterior à construção da barragem. Com efeito, os espólios anfóricos encontram-se dominados pela ânfora Almagro 51 C, situável entre os séculos III d.C. e IV/V d.C., por certo de produção algarvia ou mesmo local, como comprova a presença de um fragmento de bordo recozido, sugerindo a existência de um centro produtor próximo.

É interessante verificar que produções cronologicamente diferenciadas, como é o caso das ânforas Keay 16, Beltrán 2 A e B e Almagro 51 C, recolheram-se em uma mesma camada sedimentar, indício de que houve mistura de materiais no fundo da albufeira, num dado momento do processo de assoreamento, em resultado da acção antrópica ou dos agentes naturais já referidos.

Para além das ânforas, recolheram-se diversos recipientes de cerâmica comum, entre os quais alguns de produção bética, realidade que também se verifica ao nível de materiais de construção, especialmente telhas, com pastas características daquela área geográfica. A presença no local destes materiais de construção pode facilmente explicar-se pela sua utilização como lastro das embarcações que, com aquela origem, subiriam facilmente o rio Guadiana até ao local onde seriam aproveitados, como era o caso da *villa* do Álamo, funcionalmente associada à barragem em apreço.

### 4. DISCUSSÃO

Embora não se possa liminarmente afastar a possibilidade de a construção da barragem se ter verificado na transição do século I a.C. para o século I d.C., é no Baixo Império que a utilização da água da albufeira atingiu a sua maior intensidade, como se comprova pela predominância dos materiais encontrados pertencentes àquela época. No entanto, como a barragem não evidenciou nenhum alteamento construtivo, pelo menos com base no contraste entre diferentes aparelhos construtivos é lícito admitir que se trate de obra tão antiga quanto os mais antigos espólios recolhidos no fundo da respectiva albufeira. Nestas circunstâncias, a raridade de materiais datados até ao século III d.C. pode se explicada pelo escasso volume de sedimentos atingidos pela escavação realizada, por se encontrarem a profundidades de difícil acesso com base nos meios manuais utilizados.

No tocante à construção da barragem, trata-se de uma obra que se pode integrar numa das tipologias mais comuns identificadas no sul do actual território português, correspondente a barragens de muro rectilíneo ou aproximadamente rectilíneo, de *opus incertum*, revestido a montante e a jusante com paramentos de blocos arrumados e munido de contrafortes a jusante. Tais contrafortes, do ponto de vista estrutural, nada acrescentavam à estabilidade das estruturas, visto a mesma se encontrar assegurada pelo peso próprio, podendo atingirem assinaláveis dimensões. É o caso da barragem do Muro (Campo Maior) e do Muro da Prega (Beja), para além da barragem dita de *Olisipo* (Sintra) a qual como antes se referiu é a mais alta, conjuntamente com a do Álamo, conhecida no Mundo Romano dentro desta tipologia, atingindo ambas 8 m de altura.

Prova de que os contrafortes eram por vezes considerados dispensáveis pelos próprios construtores, é o facto de a grande barragem de Pisões (Beja), directamente associada à *villa* romana do mesmo nome, ser deles desprovida. Pode, assim, concluir-se que os Romanos poderiam ter já a consciência empírica da inutilidade da junção de tais estruturas, construindo-as no entanto por uma questão de segurança, sempre largamente ultrapassada nas suas obras hidráulicas, razão que explica, por outrolado, a sua conservação, nalguns casos ainda em estado de utilização, como é o caso de algumas barragens romanas situadas no país vizinho.

A distribuição geográfica das barragens romanas identificadas no território português reflecte as características pluviométricas nele observadas. Com efeito, a relativa escassez de precipitação anual em zonas não montanhosas (onde as barragens se revelavam inúteis para os fins então em vista) e a sua distribuição sazonal, determinaram um regime muito irregular dos cursos de água em Portugal. Assim, a utilização da água superficial nessas zonas só seria possível mediante a acção regularizadora de albufeiras,

criadas por barragens (Cardoso, Quintela & Mascarenhas, 1997). Verifica-se, dos trabalhos de campo até hoje efectuados, uma distribuição não aleatória das barragens romanas pelo território, concentrando-se em áreas cuja precipitação anual se situa abaixo de 800 mm, descendo aquele valor, no sul do País – para 600 mm, onde se reconheceram cerca de 2/3 das barragens romanas. A barragem do Álamo situa-se precisamente numa região árida cuja precipitação anual é de cerca de 500 mm, justificando-se ainda a sua construção com o intuito de regularização das águas do barranco da Fornalha, de características torrenciais, providenciando, assim, o seu aproveitamento para as finalidades já indicadas.

O estudo desta barragem não evidenciou a existência de quaisquer órgãos de segurança. Assim, ao contrário do observado em outras barragens, como a de Pisões (Beja), no limitado sector onde a escavação atingiu o substrato geológico, não ocorria descarga de fundo, naquela barragem constituída por arco de tijoleira definindo claramente a abertura por onde a água se escoava, permitindo o esvaziamento total da albufeira. No entanto, tal órgão pode ter existido, situando-se em outro sector da barragem não intervencionado. Também não foram identificados quaisquer descarregadores de superfície, como acima se referiu, ou de tomada de água. No entanto, tais estruturas deveriam ter existido em um ou em ambos os encontros laterais da barragem, tendo presente, por um lado, o carácter torrencial do curso de água, por forma a evitar que esta galgasse a barragem por ocasião das grandes precipitações sazonais e, por outro, a utilização da água a jusante, na *villa* romana do mesmo nome.

## 5. CONCLUSÕES

1 – Os trabalhos realizados em 2006 e em 2007 na barragem romana do Álamo, relacionada com o abastecimento da vila do mesmo nome

situada a jusante, conforme já tinha sido referido por Estácio da Veiga, resultaram da indicação vinculativa apresentada pelo então Instituto Português de Arqueologia, em resposta a iniciativa da Câmara Municipal de Alcoutim, que pretendia valorizar cultural e turisticamente este importante monumento, entretanto classificado como Imóvel de Interesse Público. Tal iniciativa conduziu à realização de sondagens arqueológicas, destinadas não só à caracterização da estrutura, mas também ao acautelamento da eventual destruição de vestígios nas áreas que seriam interessadas pelas obras.

2 – Quanto à caracterização da estrutura e da duração da sua vida útil, as sondagens realizadas constituíram importante contributo para tal objectivo. Assim, verificou-se que a altura da barragem, ao contrário do que faria supor a observação do terreno antes da intervenção arqueológica, que não ultrapassava 2 a 3 metros, atingia quase o dobro, na área interessada pelas sondagens 1 e 2, atingindo, na zona central do vale, onde o substrato se situa a maior profundidade, a altura de 8 metros, conforme foi demonstrado pela sondagem 4, realidade que se afigurava absolutamente insuspeita.

3 – A notável erosão do muro de montante, observada em todo o comprimento deste, contrastando com a excelente conservação do paramento de jusante, deve reportar-se à acção conjugada da variação do nível da água na albufeira com a geração de ondas nesta geradas, que constitui importante agente de degradação mecânica. Esta conclusão encontra-se comprovada pelo facto de a Sondagem 1 evidenciar que o paramento de montante se apresenta perfeitamente conservado logo abaixo do actual nível do solo, que corresponderá aproximadamente ao nível a partir do qual o paredão na época se encontrava em geral permanentemente submerso, e portanto isento daquela acção erosiva. Deste modo, observando-se que, até ao coroamento da barragem o paramento de montante exhibe tais características, pode concluir-se que foram não poucas as vezes em que a estrutura atingiu o seu nível de pleno armazenamento; em contrapartida, o nível inferior da acção erosiva patente naquele paramento, corresponde ao nível mínimo atingido pelas águas na albufeira em épocas de seca prolongada, e/ou à sobre-exploração da água represada.

Mas o facto de os sedimentos selarem um sector do paredão exibindo aquelas marcas de erosão, significa que o assoreamento da antiga albufeira se prolongou no tempo, quando a mesma poderia não ser mais de um charco, sem qualquer utilidade prática, para onde se arremessariam objectos fora de uso. Assim se explicarão os numerosos fragmentos anfóricos mais tardios, dos séculos III a V d.C., recolhidos nos sedimentos ali acumulados.

4 – Procuraram-se investigar as causas do basculamento de troço da barragem situado na extremidade norte da mesma, através da realização da sondagem 2. Contudo, não foi possível estender esta até à fundação da estrutura, por se terem encontrado em profundidade blocos resultantes do desmoronamento do muro, que convinha preservar. A observação de sector dessa sondagem junto da fenda produzida na estru-



tura, permite concluir que a causa mais provável do colapso foi o sobre-escavamento da fundação, devido à erosão da passagem das águas do curso de água pelo encontro esquerdo, diferente do traçado que hoje possui, aproveitando a fenda criada aquando do colapso. Com efeito, são comuns os casos em que as linhas de água, finda a vida útil das barragens romanas estudadas, procuraram contornar o obstáculo criado pelos paredões, contornando-o por um dos seus lados, situação verificada, entre muitas outras, na barragem de Mor Alves (Elvas), bem evidenciada pela fotografia aérea (Cardoso, Quintela & Mascarenhas, 1997).

5 – Identificou-se na Sondagem 1 e 4, a cerca de 2,0 m de profundidade resto de plataforma adossada ao paredão. Esta estrutura, desprovida de quaisquer funções estruturais corresponderia a uma superfície que permitia o acesso directo à água, construída em época em que a albufeira já se encontrava muito assoreada, como comprova o seu nível de fundação, assente em sedimentos anteriormente acumulados no fundo da albufeira.

Na extremidade sul desta sondagem, foi identificada uma superfície plana e regular, constituída por fino leito de argamassa amarelada, encostada ao paramento de montante da barragem, sobreposta a outra, mais esbranquiçada, que envolve pequenos blocos de grauaque. É difícil conhecer a finalidade destes dois pisos, feitos em épocas distintas, assentes nos depósitos entretanto acumulados no fundo da albufeira, prova de que se tratam, tal como a plataforma acima referida, de remodelações relacionadas com a utilização secundária da água represada na albufeira, ao longo da sua vida útil.

6 – A Sondagem 3 permitiu confirmar a existência do encontro esquerdo da barragem, já assinalado por Estácio da Veiga, mas entretanto coberto pelas terras. Trata-se de pequena porção do alicerce, directamente assente no substrato geológico, constituído por xistos e grauvaques do Carbonífero, sem que, no entanto, tivesse sido possível identificar a forma de encastramento do alicerce no embasamento, provavelmente através de um rasgo contínuo nele aberto.

7 – Os materiais recolhidos nos depósitos acumulados no fundo da antiga albufeira, em resultado do seu progressivo assoreamento correspondem a peças fora de uso, arremessadas para o seu interior, ou a materiais que vieram de montante, transportados pelas enxurradas, apesar de se encontrarem com desgaste pouco acentuado. Entre eles destacam-se as ânforas de produções itálicas, africanas e béticas, para além das de carácter regional. A produção anfórica mais antiga remonta ao século I a.C. (Dressel 1), embora só a partir do século III d.C. tais fragmentos se afigurem correntes, atingindo nos séculos III/V d.C. a sua maior abundância, sendo representados pela ânfora Almagro 51 C, a maioria de produção algarvia ou mesmo local.

8 – A sumária caracterização tipológica apresentada permite apontar como data provável da construção da barragem o século I a.C. tendo-se esta mantido operacional até pelo menos os séculos IV/V d.C., embora nos últimos tempos já estivesse provavel-

mente totalmente assoreada, constituindo zona pantanosa para onde seriam arremessados os objectos fora de uso, incluindo os fragmentos de ânforas tipologicamente mais modernas dali provenientes.

O estudo tipológico aprofundado destes exemplares, actualmente em curso, permitirá precisar melhor as presentes observações, bem como o período de funcionamento.

9 – Com a realização destas sondagens limitadas, ficou demonstrada a excepcional importância desta estrutura hidráulica romana, em excelente estado de conservação, a qual, pela qualidade da sua concepção e construção, ilustra claramente a relevância que os recursos hídricos e a sua gestão possuíam no período romano, no sul do actual território português.

De sublinhar que a barragem do Álamo, com cerca de 8 m de altura máxima, corresponde, conjuntamente com a barragem de *Olisipo*, à maior barragem no seu género, conhecida no Mundo Romano (Fernández Casado, 1983; Quintela, Cardoso & Mascarenhas, 1986; Cardoso, 1990), o que constitui justificação adicional para a sua plena recuperação cultural, como é desejo da Câmara Municipal de Alcoutim.

## AGRADECIMENTOS

Os autores desejam agradecer os recursos assegurados pela Câmara Municipal de Alcoutim, sem os quais os trabalhos de campo não seriam possíveis, bem como aos Drs. Filipe Martins e Sofia Albuquerque a excelente colaboração nas escavações extensiva a todos voluntários e jovens participantes do Projecto OTL/2006. Por último, os autores desejam agradecer à Associação Arqueológica do Algarve o apoio financeiro que permitiu o registo gráfico integral dos dois paramentos da barragem, a cargo de Bernardo L. Ferreira, que também se encarregou da execução das -

restantes peças desenhadas, sob orientação do primeiro signatário.

**BIBLIOGRAFIA**

CARDOSO, J. L. (1990), *Barragens romanas do Algarve. Encontro de Arqueologia do Algarve*. Faro: Delegação Regional da Secretaria de Estado da Cultura, pp. 85-107.

CARDOSO, J. L. & GRADIM, A. (2011), *Dez anos de trabalhos arqueológicos em Alcoutim. Do neolítico ao Romano*. Lisboa: Câmara Municipal de Alcoutim.

CARDOSO, J. L.; QUINTELA, A. C. & MASCARENHAS, J. M. (1997), «Os Romanos e a água». In *Portugal Romano – a exploração dos recursos naturais* (1997) (coord. Adília Alarcão), pp. 17-29. Lisboa: Instituto Português de Museus.

FERNÁNDEZ-CASADO, C. (1983), «Estudio conjunto sobre la presa romana Consuegra». *Revista de Obras Publicas*. Madrid. Julio.

GRADIM, A., CARDOSO, J. L. & CATARINO, H. (2011), *Guia do Núcleo Museológico de Arqueologia*. Lisboa: Câmara Municipal de Alcoutim.

QUINTELA, A. C.; CARDOSO, J. L. & MASCARENHAS, J. M. (1986), *Aproveitamentos hidráulicos romanos a sul do Tejo*. Lisboa: Direcção-Geral dos Recursos e Aproveitamentos Hidráulicos.

SANTOS, M. L. (1972), *Arqueologia romana do Algarve*. Vol. 2. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.

**NOTAS**

- 1 O texto é da autoria do primeiro signatário, tendo-se baseado em boa parte no Relatório apresentado à tutela em 2013, respeitante às duas campanhas de escavação realizadas em 2006 e 2007, das quais foi responsável, realizadas com o apoio permanente da segunda signatária. As considerações sobre a cronologia do funcionamento da barragem basearam-se na tipologia dos materiais anfóricos, classificados pelo Prof. Carlos Fabião, que darão origem a uma outra contribuição. Os desenhos são da autoria de Bernardo L. Ferreira, executados sob a orientação do primeiro signatário. A autoria das fotos encontra-se assinalada.



# OS NÍVEIS MEDIEVAIS DO SÍTIO DE QUINTA DE CRESTELOS (MOGADOURO): AGRICULTURA E PAISAGEM

JOÃO PEDRO TERESO\*

FILIPPE COSTA VAZ\*

LUÍS SEABRA\*

SUSANA COSME\*\*

SÉRGIO SIMÕES PEREIRA

## RESUMO

Durante as intervenções arqueológicas realizadas na Quinta de Crestelos no âmbito do Aproveitamento Hidroelétrico do Baixo Sabor, foi colocada a descoberto uma sequência de ocupação de particular importância para a compreensão da presença humana no nordeste de Portugal, desde a Pré-história recente até à Idade Média.

No presente trabalho damos a conhecer os níveis medievais da Quinta de Crestelos, que forneceram vestígios arqueobotânicos – antracológicos e carpológicos – que permitiram a obtenção de dados acerca da exploração de recursos vegetais. Alguns destes dados podem ser comparados com as fontes documentais existentes para a região. Os resultados obtidos sugerem a exploração de diferentes áreas para aprovisionamento de lenha, nomeadamente formações arbustivas – por exemplo, urzais e giestais –, formações ripícolas e manchas do bosque climácico, cuja extensão é impossível de aferir. Os dados carpológicos atestam o consumo de diferentes cereais, como a cevada, trigo, milho-miúdo e centeio.

## 1. INTRODUÇÃO

Este volume presta homenagem a um conjunto de investigadores em História e Arqueologia que muito contribuíram para o conhecimento dos períodos romano e medieval na Península Ibérica e, de um modo geral, em todo o Mediterrâneo ocidental. Não é exagerado afirmar que estes investigadores tiveram um papel de grande relevância na determinação das nossas próprias perspectivas acerca desses períodos históricos, pois entre as suas profundas produções científicas, disponíveis num imenso conjunto bibliográfico, contam-se obras de referência às quais recorreremos com frequência.

Quisemos participar nesta homenagem apresentando dados inéditos de um sítio arqueológico com uma importante ocupação medieval, a Quinta de Crestelos. Na verdade, este trabalho conjuga investigação de uma disciplina (a Arqueobotânica) ainda pouco desenvolvida em Portugal, apesar da sua longa história no nosso país; um período cronológico (a Idade Média)

\* InBIO – Rede de Investigação em Biodiversidade e Biologia Evolutiva, Laboratório Associado. CIBIO – Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos, Universidade do Porto.

\*\* Archeo'Estudos, Investigação Arqueológica Lda; CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória».

cuja investigação se desenvolveu mais tardiamente na arqueologia portuguesa; e uma região (o nordeste transmontano) que tem tido muito pouco investimento ao nível de investigação arqueológica.

O desenvolvimento da antracologia em Portugal iniciou-se com os trabalhos realizados por Isabel Figueiral no final da década de 1980 no âmbito do seu doutoramento, sobre jazidas do Norte de Portugal (Figueiral 1990) e com os trabalhos que esta investigadora realizou posteriormente, maioritariamente na área mais setentrional do país. Os trabalhos anteriores, por exemplo, de J.-L. Vernet e Ernestina Badal, são ocasionais e não conduziram a investigações continuadas. Na segunda metade da década de 1990 e na década seguinte salienta-se o trabalho realizado por Paula Queiroz no laboratório do IPA/IGESPAR, focando principalmente realidades arqueológicas do Centro e Sul de Portugal (ver síntese em Mateus, Queiroz, Van Leeuwarden, 2003). Mais recentemente, María Martín Seijo (2013), Filipe Vaz (2012, Vaz *et alli*, 2016 e 2017) e João Tereso (2007, 2009) têm realizado novos esforços de investigação, também centrados no Norte de Portugal. A sul, J. Tereso tem estudado contextos de várias cronologias pré-históricas (Tereso 2014, Tereso *et alli*, 2011) enquanto Patrícia Monteiro se tem focado no estudo de contextos de concheiro (Monteiro *et alli*, 2017). Outros investigadores, tais como Ethel Allué (2000) e Duque Espino (2005), realizaram trabalho no nosso país, ainda que de forma mais esporádica.

Os estudos carpológicos tiveram, por comparação com a investigação antracológica, um desenvolvimento mais tardio. Os trabalhos do Eng. A. R. Pinto da Silva entre as décadas de 1950 e 1990 (ver síntese em Silva 1988), embora de evidente qualidade, decorreram num modelo de pouca articulação com a investigação arqueológica, originando pouco mais do que listas de material botânico e nunca fomentando a recolha sistemática de amostras sedimentares com vista



**Figura 1 – Localização e vista aérea do sítio de Quinta de Crestelos, com destaque para o seu sector medieval.**

à obtenção de dados arqueobotânicos. Entre os trabalhos de A. R. Pinto da Silva e o final da década de 2000, foram realizados alguns estudos por Paula Queiroz, no laboratório do IPA/IGESPAR (à semelhança dos estudos antracológicos, centraram-se principalmente em realidades arqueológicas do Centro e Sul de Portugal) e por Isabel Figueiral (2008), estudando realidades arqueológicas do Norte. Também no Norte se centram os estudos carpológicos de Dopazo Martínez (1996), João Tereso (2012, 2013) e Luís Seabra (2015).

O nordeste de Portugal (Trás-os-Montes oriental) não esteve afastado desta dinâmica, contando com estudos antracológicos e carpológicos em diversos contextos pré-históricos e proto-históricos (e.g. Figueiral e Sanches 1998-1999 e 2004). Os períodos históricos têm tido menor investimento ao nível da investigação arqueobotânica, salientando-se as análises realizadas nos níveis na Antiguidade Tardia da Terronha de Pinhovelo (Tereso 2009) e, mais recentemente e ainda em estudo, em Picote. Não existem estudos arqueobotânicos sobre contextos medievais para a região em questão.

A escassez de dados carpológicos no nordeste deverá ser invertida nos próximos anos, devido aos trabalhos arqueológicos realizados no vale do Sabor, no âmbito dos trabalhos de minimização decorrentes do Aproveitamento Hidroelétrico do Baixo Sabor. Os trabalhos realizados em diversas jazidas com cronologias entre o Paleolítico Superior e a Época Moderna conduziu à recolha de abundantes amostras sedimentares que se encontram em estudo na Faculdade de Ciências da Universidade do Porto e no CIBIO (Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos – UP).

No Baixo Sabor, um segmento do vale assume particular relevância pela ampla diacronia de ocupação, assim como pelo tipo de vestígios identificados. Trata-se da área de Crestelos, onde se localiza, junto do rio, a jazida da Foz do Medal, com uma notável

sequência crono-tipológica do Paleolítico superior, ocupações do Mesolítico e da Idade do Bronze. Sobranceira a esta zona mais baixa encontra-se a Quinta de Crestelos, sítio arqueológico com ocupações sucessivas desde o Calcolítico até à Época Moderna (*vide infra* descrição sumária do sítio).

O estudo que aqui se apresenta está centrado nos níveis medievais da Quinta de Crestelos e avança com dados acerca da exploração dos recursos vegetais por parte das comunidades humanas que aí habitaram. Serão apresentados os resultados das análises antracológicas e carpológicas, que permitem abordar esses recursos vegetais por diferentes perspetivas. As análises arqueobotânicas assumem uma dupla vertente interpretativa – paleoecológica e paleoetnobotânica. Salienta-se esta última, que consiste na fase primordial de qualquer estudo desta natureza, em especial porque os macrorrestos vegetais – carvões, frutos ou sementes – resultam de ações diretas das pessoas que frequentaram o espaço conhecido como Quinta de Crestelos. Acresce ainda o facto de a interpretação dos dados estar fortemente dependente da interpretação arqueológica (estratigráfica, cronológica, cultural, etc.) dos contextos de proveniência, assim como da estratégia de recolha de amostras.

Deste modo, qualquer interpretação paleoecológica ou paleoetnobotânica deve ser antecedida de uma interpretação arqueológica e de uma apurada seleção de contextos. As interpretações efetuadas têm uma dimensão essencialmente arqueológica e prendem-se com a relação da biodiversidade arqueobotânica com determinados tipos de contextos e com a cronologia de ocupação do sítio. Ainda assim, é possível efetuar inferências paleopaisagísticas, dentro das limitações inerentes às disciplinas arqueobotânicas em questão.

## 2. A QUINTA DE CRESTELOS: CONTEXTUALIZAÇÃO ARQUEOLÓGICA

Os trabalhos arqueológicos desenvolvidos na Quinta de Crestelos derivam de um conjunto de medidas de minimização de impactes, implementadas no âmbito do projeto hidroelétrico de construção de duas barragens no rio Sabor<sup>1</sup>. Neste âmbito, foi realizado um conjunto de intervenções nesta jazida cuja área rondou os 10.750m<sup>2</sup>. Foi possível reconhecer uma longa diacronia de ocupação e uma complexa sobreposição de contextos e estruturas. As intervenções sistemáticas desenvolvidas foram executadas em diversas fases, áreas e por diferentes equipas<sup>2</sup>, entre agosto de 2011 e janeiro de 2013.

A Quinta de Crestelos localiza-se na freguesia de Meirinhos, concelho de Mogadouro, distrito de Bragança, figurando na folha n.º 119 da Carta Militar de Portugal (1: 25.000). As coordenadas da área intervencionada WGS 84 são: X-677067,18; Y-4569201,12. Encontra-se na margem esquerda do rio Sabor e também à esquerda da foz da ribeira do Medal. Posicionando-se numa plataforma sobrelevada em relação ao rio, a altimetria do sítio é irregular, variando entre os 179m, junto aos edifícios da quinta, e os 210m no topo da crista de Crestelos, a norte.

Do ponto de vista climático a Quinta de Crestelos localiza-se na Terra Quente transmontana, numa zona de transição para o vale do Douro. O vale onde se implanta,

escavado pelo rio Sabor, é bastante diverso em termos litológicos, sendo que a jazida se encontra num troço de xistos pré-câmbrios, num meandro de perfil transversal assimétrico. Nesta região assiste-se à passagem de uma zona montanhosa para a planície, sendo a rede hidrográfica densa e o relevo dissecado, devido à forte drenagem existente. A composição dos solos advém da degradação de xistos argilosos, com composição e textura uniformes.

O vale do Sabor tem um perfil maioritariamente fechado e de encostas íngremes. A área de implantação da Quinta de Crestelos é uma das poucas exceções, apresentando um perfil mais aberto, com algumas plataformas que parecem suavizar as vertentes igualmente acentuadas. Esta área encontra-se protegida dos ventos por uma cortina de elevações e pelas próprias regiões planálticas envolventes. Trata-se, assim, de uma zona favorável à passagem do rio Sabor e de ligação entre os planaltos de Mogadouro, Alfândega da Fé e de Moncorvo.

As condições atrativas à fixação humana parecem ter ganho mais expressão na II Idade do Ferro, entre os séculos IV e I a. C. O povoado estendeu-se desde a crista até à plataforma, a sul, num projeto arquitetónico que contemplou um reduto fortificado ou protegido na área da crista, por muralhas e dois fossos, plataformas a circundar a vertente sul e na base diversas unidades familiares.

A romanização desta área caracterizou-se pela continuidade da ocupação indígena e centrou-se em duas áreas específicas da vertente sul e na base da crista. Ainda que o processo de assimilação da nova ordem e do novo modelo sociocultural tenha sido gradual, em termos da arquitetura do sítio e da própria economia as alterações são mais visíveis. Surgem também estruturas funcionais, de onde se destaca um edifício em L, que albergava um lagar de vinho, com dois tanques revestidos a *opus signinum*, e um enorme armazém. Destacam-se ainda um

celeiro ou *horreum* (Cosme 2013), de média dimensão, e forno de cerâmica. As construções habitacionais acabaram por não se delimitar e apreender, convenientemente, face aos limites espaciais e temporais da intervenção arqueológica e a um intenso processo de desmonte de estruturas, verificado em fases ou momentos tardios.

Ao longo do período medieval, a ocupação da Quinta de Crestelos parece centrar-se na zona baixa da plataforma e materializada com pequenas construções ou unidades unifamiliares, que passaremos a descrever de forma mais pormenorizada, de modo a contextualizar o objeto do nosso estudo.

## 2.1. A ocupação Medieval

Através do registo arqueológico<sup>3</sup> foi possível definir 3 grandes momentos de ocupação em época medieval: um entre os séculos V e VI, outro entre os séculos VII e VIII e outro entre os séculos X e XII.

### 2.1.1. Fase dos séculos V-VI

A partir de meados do séc. V d.C. e ao longo do VI assistimos a um aparente declínio na ocupação da Quinta de Crestelos. As construções parecem mais modestas, enquadrando e reaproveitando o edifício pré-existente de cronologia romana, apresentam dimensões mais reduzidas, compartimentando espaços pré-existent e, nalguns casos, alterando-lhe a funcionalidade.

Aparentemente, as atividades económicas e de subsistência mantêm-se, tendo por base a agricultura e a criação de gado. Os vales do Sabor e da própria ribeira do Medal deveriam ter uma boa apetência para o sector agrícola e pecuário.

Deste modo, a ocupação dos séculos V-VI parece corresponder a um período de transformação e de alguma estagnação, todavia o lugar

continua ligado a rotas e contactos comerciais de média-longa distância. O fraco investimento em construções e respetiva falta de qualidade das mesmas, pode indiciar também uma alteração na densidade populacional e na passagem para uma ocupação sazonal. A intervenção não revelou vestígios que indiciem qualquer relação entre esta conjuntura negativa com a instabilidade político-militar associada às «Invasões Barbaras».

### 2.1.2. Fase dos séculos VII-VIII

No período seguinte, séculos VII-VIII, assistimos na Quinta de Crestelos a uma evidente alteração do modelo de povoamento e exploração económica. O grande edifício romano, de planta em L, foi desmontado e substituído por construções modestas e unifamiliares. Foram identificadas 3 construções com estas características – Zonas 1, 6 e 7 –, que apresentam uma configuração subretangular, divididas em 2 ou 3 espaços habitacionais e/ou funcionais. Um deles apresenta uma estrutura lajeada que se encontrava no lado oposto à entrada. Estas estruturas lajeadas teriam funcionado como lareiras. Não se registando derrubes de cobertura de cerâmica, presumimos que as coberturas fossem revestidas de materiais perecíveis: giestas ou colmo, daí também a presença, em todas as estruturas, de diversos buracos de poste, associáveis ao apoio da cobertura de madeira.

Para além destas três construções muito homogêneas, foram identificados dois alinhamentos paralelos, orientados de noroeste para sudeste. Parecem indicar alinhamentos de rua ou de divisão de zonas funcionais.

O mais imponente muro medieval registado tem cerca de 0,90 cm de largura e em alguns troços apresenta uma altura de cerca de 0,50m. Apresentava mais de 40m de comprimento. Este muro parece fazer parte de uma estrutura que se desenvolvia para sul e cuja funcionalidade não foi possível determinar, mas é certo que se trata de uma estrutura imponente no povoado, talvez até de delimitação do mesmo. A este muro ou cerca encontra-se adossado um compartimento, que aparenta uma função habitacional (Zona 7 e Zona 6). No nível sedimentar (U.E. 7074) associado ao piso de circulação desta construção e compartimento foi efetuada uma datação de radiocarbono, sobre fauna, apontando a uma cronologia do século VII-VIII.

Para além destas construções, provavelmente habitacionais ou de trabalhos domésticos, foram identificadas duas estruturas em U, a primeira na Zona 1-2, talvez dedicada à moagem, e a segunda na Zona 2-3, talvez um curral, com uma estrutura de madeira no topo este, talvez de manjedoura. O aparelho construtivo destas estruturas é semelhante às restantes, do mesmo período, assentando em terra, o aparelho mantém-se em pedra seca, irregular, sem derrubes de telhado e com buracos de poste associados. À primeira estrutura em U estão associadas pequenas fossas escavadas no sedimento argiloso, assim como algumas estruturas pétreas adossadas à sua parede sul exterior. À segunda estrutura está associado um alinhamento de pedras fincadas, que pode ter servido de base à paliçada de uma manjedoura, para alimento de animais.

A estas estruturas poderíamos juntar o edifício da Zona 5, com dois muros paralelos e uma estrutura central e equidistante, que pode ter servido de apoio a atividades agrícolas (celeiro) ou pecuárias (baías para animais). Este espaço, de forma retangular, media 8 m de lado por 20 m de comprimento. De realçar a largura dos muros e os elementos pétreos de maior calibre nesta construção, conferindo-lhe uma maior solidez, talvez de acordo com a sua função.

A estrutura imponente que percorre as Zonas 6 e 7, poderá datar da segunda metade do século VII-meados do VIII, tendo por base uma datação absoluta relacionada com a estrutura adossada. De salientar que os muros, referentes a este período cronológico, apresentam um aparelho de maior robustez e mais cuidado, observando-se na Zona 5 (possível celeiro ou baía) e na estrutura imponente que atravessa as Zonas 7 e 6. Depreende-se o cuidado com a proteção dos animais e do cereal.

### **2.1.3. Fase dos séculos X-XII**

Para os contextos dos séculos X a XIII não foram registadas estruturas habitacionais, presumindo-se que poderiam encontrar-se em áreas não escavadas, nomeadamente sob os edifícios da quinta contemporânea. Foram, no entanto, registadas algumas estruturas circulares e ovaladas, que podem relacionar-se com a funcionalidade de cercado de animais. Estes contextos encontram-se documentados através de alguns materiais cerâmicos atribuíveis a este período cronológico.

Uma estrutura distinta e com uma forma elíptica (Zona 6), pode ter funcionado como forno. Este encontrava-se sob um nível (U.E. 6060) onde outra datação C14, aponta para uma cronologia dos séculos IX-X (BETA401312:  $1140 \pm 30$  BP – cal. 2 sigma: AD 782-982).

Curiosamente, no topo de uma pequena elevação, a sul dos edifícios contemporâneos da quinta, foi identificada uma pequena necrópole, de sepulturas escavadas na rocha. Foram identificadas 33 sepulturas, 20 das quais ainda conservavam vestígios osteológicos. 6 datações de C14 foram efetuadas sobre 3 indivíduos e respetivos ossários<sup>4</sup>. Com as devidas reservas, o horizonte cronológico de utilização da necrópole coincide, grosso modo, com esta fase – final do séc. IX ao final século XIII.

## **3. CONTEXTOS AMOSTRADOS**

Durante os trabalhos de escavação, foram recolhidas amostras sedimentares em contextos das três fases medievais da Quinta de Crestelos, ainda que com principal incidência nas duas fases mais recentes (Tabelas 1 e 2).

As amostras da primeira fase aqui em estudo – séculos V-VI – advêm de 10 unidades estratigráficas (u.e.) e têm volumes entre os 3.7 l e 5.2 l. Os contextos em questão correspondem quase exclusivamente a níveis de abandono, dispersos pela jazida, sendo que uma amostra foi recolhida sobre um piso (Tabela 1).

Da fase seguinte – séculos VII-VIII – advêm 26 amostras de 24 u.e., com volumes entre 3.4 l e 8.2 l. Predominam igualmente os níveis de abandono dispersos, ainda que também tenham sido amostrados níveis diretamente associados a pisos de circulação, com destaque para a u.e. 6123, onde foram recolhidas 3 amostras (19.9 l). Importa realçar as amostras provenientes da u.e. 6066, um enchimento de uma fossa que por sua vez é posterior à u.e. 6067. Para esta unidade estratigráfica foi obtida uma datação absoluta sobre osso de castor enquadrada nos séculos VII-VIII (BETA401311:  $1280 \pm 30$  BP – cal. 2 sigma: AD 662-801).

Por fim, em contextos da última fase – séculos X-XII – foram recolhidas 22 amostras, de 21 u.e. com 1.9 l a 6.5 l de sedimento. Mais uma vez salientam-se os níveis de abandono, mas evidencia-se uma estrutura de difícil interpretação, eventualmente um forno, onde foram recolhidas diversas amostras.

## **4. MÉTODOS LABORATORIAIS**

As amostras sedimentares foram processadas por flutuação manual simples, recorrendo a uma coluna de crivos com malhas de 2mm, 1mm e 0,5mm. A flutuação decorreu no estaleiro de obra e foi da responsabilidade da equipa do Baixo Sabor ACE. A fração leve foi enviada para análise na Faculdade de Ciências da Universidade do Porto.

A triagem da fração leve, com vista à recolha de material carpológico, foi realizada com recurso a uma lupa binocular. A observação de sementes e demais carporrestos foi realizada à lupa binocular e o diagnóstico taxonómico efetuou-se por comparação morfológica com elementos atuais, com recurso à coleção de referência do Herbário da Universidade do Porto (PO) e atlas morfológicos (e.g. Bertsch 1941, Beijerinck 1976, Berggren 1981, Anderberg 1994,

Jacomet 2006, Fuller 2006, Nesbitt 2006, Bojnanský e Fargašová 2007), assim como outras obras da especialidade (e.g. Hillman *et alli* 1996, Buxó 1997).

Para contabilização do material carpológico utilizou-se como unidade o fragmento. No caso das cariopses de gramíneas silvestres ou domésticas o número mínimo de cariopses foi calculado a partir do número de fragmentos com escutelo.

No que respeita ao estudo antracológico, os fragmentos de carvão de dimensões superiores a 2mm foram seccionados manualmente segundo as três secções de diagnóstico: transversal, radial e tangencial. A observação foi realizada com recurso a uma lupa binocular e um microscópio ótico de luz refletida. O diagnóstico foi efetuado com recurso a atlas anatómicos (e.g. Schweingruber 1990a, 1990b, Gale e Cutler 2000, Vernet *et alli* 2001, Akkemik e Yaman 2012) e a ferramentas interativas de apoio à identificação das espécies (Heiss 2002). Para a identificação de fragmentos de Ericales recorreu-se ao estudo específico de P. Queiroz e C. Van der Burgh (1989), sendo que, no caso do género Erica optou-se pela utilização dos tipos morfológicos definidos por J. Tereso (2007).

A presença de alterações anatómicas nos carvões, tal como a existência de vitrificação, fissuras radiais, madeira de reação/tensão, galerias de xilófagos, entre outras, foi também registada, assim como outras características de foro dendrológico como o grau de curvatura dos anéis, presença de medula e casca. No seu conjunto, estes descritores possibilitam aprofundar o conhecimento sobre a realidade vegetal carbonizada no sitio (Carrión and Badal 2004, Marguerie and Hunot 2007, MacParland *et alli* 2010).

Cronologia	U. E.	Contexto	Quadrado	Litros/Kg
V -VI	1003	Nível de abandono de estruturas	KL 11-12	5 l
	2020	Nível de abandono de estruturas	IJ 14-15	3,9 l
	3019	Nível de abandono de estruturas	H 16	4 l
	3022	Derrube de estruturas	GH 16	1,8 Kg
	4002	Nível de abandono de estruturas	IJ 17-18-19-20	4,1 l
	4016	Piso	IJ 18-19-20	3,8 l
	4017	Nível de abandono de estruturas	IJ 20	4 l
	4020	Vala de destruição: enchimento	IJ 17	5,2 l
	4021	Canalização: enchimento	IJ 20	4,4 l
VII-VIII	1004	Nível de abandono de estruturas	K 11-12	5 l
	1005	Nível de abandono de estruturas	MN 13-14	5 l
	1006	Nível de abandono de estruturas	MN 14	4,2 l
	1007	Nível de abandono de estruturas	M 15	5 l
	1008	Nível de abandono de estruturas	K 13	4,2 l
	1009	Nível de abandono de estruturas	KL 13-14	3,8 l
	1010	Nível de abandono de estruturas	KL 14-15	4,5 l
	1011	Nível de abandono de estruturas	KL 14-15	4,2 l
	1027	Nível de assentamento de estruturas	K 11-12	3,4 l
	1029	Nível de assentamento de estruturas	K 13	3,6 l
	1065	Piso	KL 12	4,2 l
	1070	Nível de ocupação	KL 13-14-15	4 l
	1082	Fossa: enchimento. Sob piso de lareira.	KL13	2,5 Kg
	1084	Nível de abandono de estruturas	KL 13-14-15	4,4 l
	2002	Nível de abandono de estruturas	IJ 14-15-16	4,5 l
	2006	Nível de abandono de estruturas	IJ 14-15-16	3,9 l
	2085	Derrube de estruturas	IJ 11-12	9,8 Kg
	2098	Derrube de estruturas	J 11-12	8 Kg
	4041	Vala: enchimento	IJ 20	3,8 l
	4142	Fossa: enchimento	M 17 Sond. 54	4,3 l
	5043	Piso	FG 18-19	4,4 l
	6066	Pequena depressão/fossa: enchimento	IJ 23	5,6 l
	6096	Piso em argila	IJK 23	4,8 l
	6123	Piso	I 23-24	4, 4 l
	6123	Piso	I 23-24	8, 2 l
	6123	Piso	I 23-24	7,3 l

Tabela 1 – Inventário de amostras da primeira e segunda fases medievais.

Cronologia	U.E.	Contexto	Quadrado	Litros/Kg
X-XII	1169	Nível de colmatação do abandono	KLMN 10-11	3 L
	2278	Nível de abandono	HI 8-9	8 Kg
	5001	Nível de abandono de estruturas	FGH 17-18-19-20	4 l
	5008	Derrube de estruturas	GH 20	3,4 l
	5024	Nível de abandono de estruturas	H 19	3,4 l
	5028	Nível de abandono de estruturas	FGH 17-18	4,4 l
	5032	Piso	GH 18-19	5,4 l
	5039	Nível de abandono de estruturas	FGH 20	5,3 l
	5061	Colmatação do nível de abandono	GH17	1,1 Kg
	6013	Nível de abandono de estruturas	IJ 21-22	3,2 l
	6016	Nível de abandono de estruturas	IJ 21	3,7 l
	6035	Forno: nível no exterior, junto à entrada	I 21	4,6 l
	6037	Forno: nível no exterior, junto à entrada	I 21	4,8 l
	6209	Derrube com restos de argamassa	K 24	6 l
	7008	Nível de abandono de estruturas	GH 21-22	5 l
	7024	Nível de abandono de estruturas	FG 21-22	4,4 l
	7025	Nível de abandono de estruturas circulares	FG 22	4,4 l
	7026	Nível de abandono de estruturas	GH 21-22	4,7 l
	7027	Nível de abandono de estruturas	GH 21	4,7 l
	7027	Piso	FG 21	44 Kg
	7031	Estrutura circular: nível de abandono	FG 21	6,5 l
	7134	Piso	H 23	1,9 l

Tabela 2 – Inventário de amostras da terceira fase medieval.

## 5. RESULTADOS

### 5.1. Dados carpológicos

A ocupação medieval da Quinta de Crestelos revelou um conjunto carpológico com alguma diversidade ainda que os macrorrestos vegetais sejam, de um modo geral, pouco abundantes (Tabela 3). Esta escassez previne a realização de análises quantitativas detalhadas. Os vestígios carpológicos foram detetados em contextos muito diversos (Tabelas 1 e 2, Figuras 2, 3 e 4), sendo, porém, mais abundantes e diversos em níveis de abandono dispersos pela jazida.

Deste conjunto realçamos a presença de diferentes cereais, nomeadamente, a cevada (*Hordeum vulgare* subsp. *vulgare*), o milho-miúdo (*Panicum miliaceum*), o centeio (*Secale cereale*) e o trigo de grão nu (*Triticum aestivum/durum*). Estes cereais foram dete-

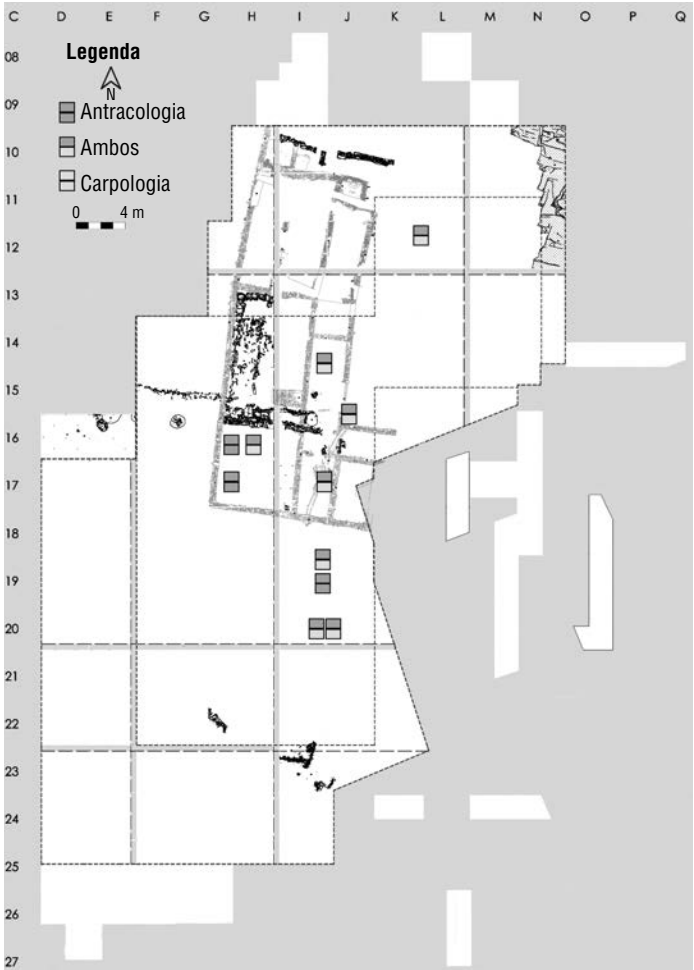


Figura 2 – Planta da Quinta de Crestelos (Séc. V-VI) com localização de amostras.

Fase	Séc. V-VI						Séc. VII-VIII						Séc. X-XII										Total
Taxon \ U.E.	2020	3019	4002	4017	4020	4021	1005	1007	2006	6066	6096	6123	5024	5032	6013	6016	6037	6209	7008	7024	7025		
Cereais – grãos																							
<i>Hordeum vulgare</i> subsp. <i>vulgare</i>				1				1								1						3	
<i>Hordeum vulgare</i> subsp. <i>vulgare</i> – Frag.																		1				1	
<i>Panicum miliaceum</i>		4				1			9					1							1	16	
<i>Panicum miliaceum</i> – Frag.		7												1								8	
<i>Panicum/Setaria</i>																		1				1	
<i>Secale cereale</i>		1		1					4												1	7	
<i>Secale cereale</i> – Frag.		6							4													10	
<i>Triticum aestivum/durum</i>														1		3			1		2	7	
<i>Triticum aestivum/durum</i> – Frag.		1		1								1	1		1	2					1	8	
Triticeae (Frag. grão c/escutelo)	1							3	2	1	1	9		1								18	
Triticeae (Frag. grão s/escutelo)		1	1	2		5							4	6		8				13	1	41	
Outros																							
Chenopodiaceae									1									1		1		3	
<i>Galium</i> sp.																		1				1	
Gramineae – Cariopse				1						1				3								5	
Gramineae – Frag. cariopse	1											1	1					2		1		6	
Gramineae – Frag. arista					1																	1	
<i>Hyoscyamus niger</i>																		1				1	
Leguminosae	1																					1	
<i>Malva</i> sp.	1			1			1				1	2								12		18	
<i>Malva</i> sp. – Frag.					2	1														3		6	
<i>Papaver somniferum</i>													1									1	
Panicoideae									1								1					2	
Polygonaceae – Frag.																			1			1	
<i>Portulaca oleracea</i>									1													1	
<i>Spergula arvensis</i>																		1				1	
<i>Urtica</i> sp.																				1		1	
<i>Vitis vinifera</i>																		1				1	
Indeterminado – Unidade							1											3				4	
Indeterminado – Frag.	21	76	1	13	17	27	2	1	408	114	35	94	62	104	27	158	2	16		42	36	1256	

Tabela 3 – Resultado do estudo carpológico.



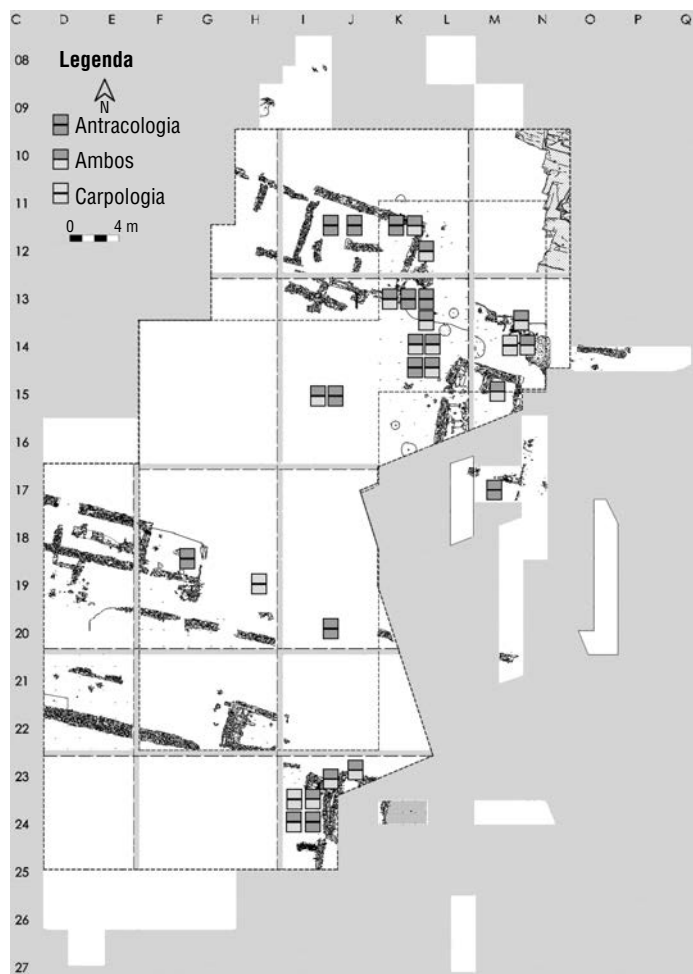


Figura 3 – Planta da Quinta de Crestelos (Séc. VII-VIII) com localização de amostras.

tados em todas as fases medievais da Quinta de Crestelos, ainda que em número variável, ao longo das diferentes fases.

Foram detetados, igualmente, vestígios de algumas plantas ruderais, salientando-se a presença maioritária, em todas as fases de ocupação, de malvas (*Malva* sp.). Registou-se igualmente a presença de meimendo (*Hyoscyamus niger*), papoila-dormideira (*Papaver somniferum*) e cassamelo (*Spergula arvensis*). Para além destas, foi identificado um número reduzido de gramíneas silvestres e uma leguminosa silvestre. Foi identificada também uma grainha de uva (*Vitis vinifera*), desconhecendo-se se se trata de um elemento cultivado ou silvestre.

São abundantes os fragmentos indeterminados. A impossibilidade de atingir um diagnóstico taxonómico satisfatório deve-se, na maioria dos casos, ao estado extremamente fragmentário dos vestígios. O conteúdo carpológico de algumas amostras limita-se à presença destes fragmentos indeterminados. Pelo seu escasso valor interpretativo, não se encontram na tabela 3, ainda que as figuras 2, 3 e 4 as tenham em conta.

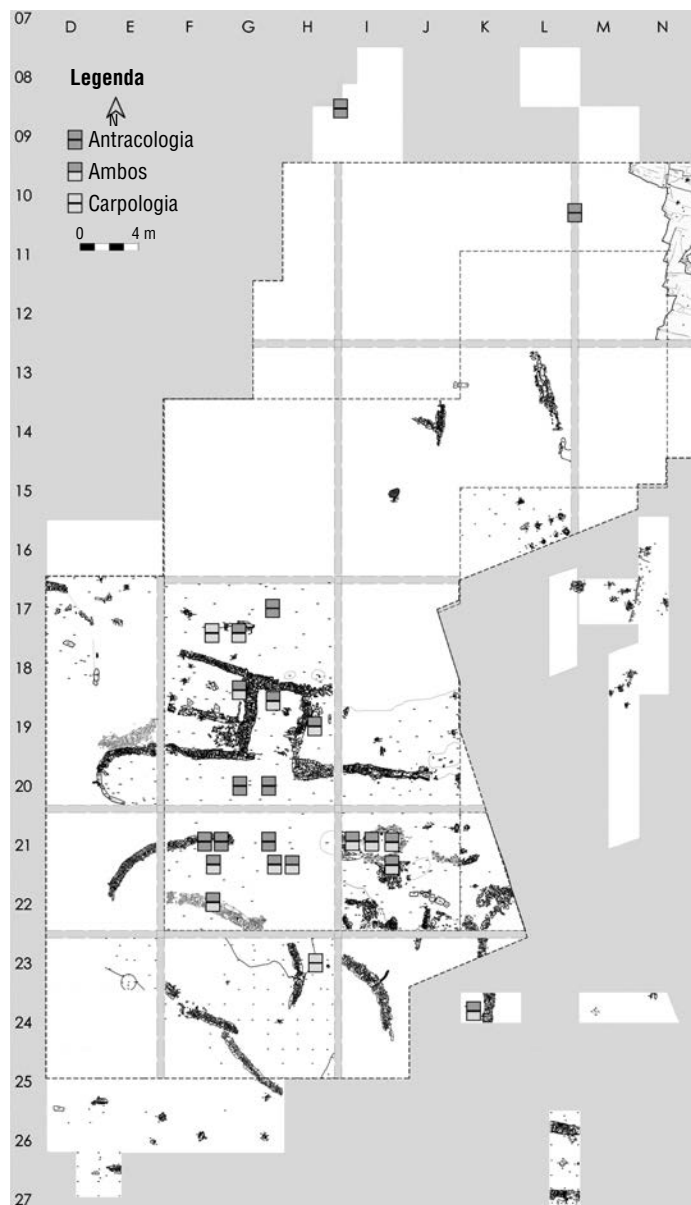


Figura 4 – Planta da Quinta de Crestelos (Séc. X-XII) com localização de amostras.

## 5.2. Dados antracológicos

No que diz respeito aos resultados procedentes do estudo do material antracológico, e em contraste com os resultados carpológicos, registou-se uma grande diversidade de espécies, não obstante existirem poucas diferenças ao longo da diacronia da ocupação medieval da Quinta de Crestelos.

Com exceção da elevada percentagem de carvões cujas alterações anatómicas, em especial a vitrificação dos tecidos lenhosos e as fissuras radiais, não possibilitaram uma identificação com detalhe taxonómico superior a Dicotiledónea (37,7% dos 3280 fragmentos analisados), detetou-se uma forte prevalência do género *Quercus*, com uma percentagem total de 29.9%. Dentro deste grupo, têm particular destaque espécies de folha perene como o sobreiro e azinheira. Apesar de inferior, a presença de carvalhos de folha caduca foi também registada em particular na fase intermédia de ocupação.

Em segundo plano, surge o freixo (*Fraxinus* sp.) atingindo 10,6% do total de carvões analisado. Na fase respeitante aos séc. VII-VIII, esta espécie é inclusivamente a mais numerosa, atingindo os 15,1%. Com presenças muito inferiores aos dois grupos anteriormente mencionados, há a referir um grande número de espécies e tipos anatómicos com percentagens entre os 4,2% e os 0,1%. Dentro deste grupo, são mais numerosos os fragmentos carbonizados de esteva (*Cistus* sp.), pinheiro-bravo (*Pinus pinaster*), leguminosas (Leguminosae), urze (*Erica* sp.) e amieiro (*Alnus* sp.).

Entre as características dendrológicas e alterações anatómicas assinaladas (ver Métodos Laboratoriais) salientam-se, pela sua abundância, as fissuras radiais e vitrificação, que estão fortemente associadas a carvões com mau estado de preservação. É precisamente nos fragmentos identificados como dicotiledóneas que esta associação é mais evidente, concentrando 715 das 1055 presenças de vitrificação (67,8%) e 223 das 311 ocorrências de fissuras radiais (71,7%). A presença destas alterações nas restantes espécies foi extremamente residual. No caso da vitrificação, somente se encontram valores superiores a 1% nos carvalhos (*Quercus* sp.) com 12,2%, freixo (*Fraxinus* sp.) com 4,7%, medronheiro (*Arbutus unedo*) e leguminosas ambos com 1,4%. A mesma tendência se verificou no caso da pre-

sença de fissuras radiais, registando-se cinco casos acima dos 1%: carvalhos (10,9%), leguminosas (6,1%), esteva (*Cistus* sp.) (3,2%), urze (*Erica* sp.) (1,6%), freixo (1,3%). As restantes alterações anatómicas e características dendrológicas foram registadas de forma residual e sem padrão discernível tanto ao nível das espécies como de fases de ocupação.

## 6. DISCUSSÃO

Se os estudos arqueobotânicos usualmente detêm duas vertentes interpretativas essenciais, a paleoecológica e a paleoetnobotânica, é assente que a uma fundamentada análise arqueobotânica subjaz uma compreensão e interpretação do contexto arqueológico de proveniência das amostras (relações estratigráficas, cronológicas, culturais, etc.), assim como das condicionantes impostas pelo tipo estratégia de amostragem implementada. Tal como referido anteriormente, as interpretações arqueobotânicas assumem um cariz iminentemente arqueológico, centrando-se no estabelecimento de relações entre os elementos vegetais recolhidos e a miríade de fenómenos naturais e culturais que condicionaram a sua presença no registo arqueológico. Os elementos vegetais, por sua vez, devem ser registados em função da sua taxonomia e da parte da planta que representam (madeira, fruto, semente, partes florais), de modo a, posteriormente, serem interpretados em função dos gestos humanos que lhes estariam associados, assim como da sua ecologia, fisiologia, propriedades mecânicas e nutritivas etc.

No caso do estudo arqueobotânico da ocupação medieval do sítio da Quinta de Creselos, a esmagadora maioria das amostras analisadas advém de contextos de abandono e destruição, enchimento de valas, fossas e buracos de poste e até depósitos associados a pisos, com um potencial desconhecido, mas certamente não negligenciável, de afeição por processos pós-deposicionais. No melhor dos casos, alguns poderão ser interpretados como contextos de deposição secundária ou até terciária (*apud* Fuller *et alii* 2014). Ou seja, os macrorrestos vegetais não se encontram no local onde foram carbonizados, desconhecendo-se como e porquê se depositaram no local onde acabaram por ser recolhidos em escavação.

Usualmente entende-se que o conteúdo arqueobotânico deste tipo de contextos – deposições secundárias, terciárias ou mesmo de mobilizações por processos pós-deposicionais – resulta de um número indeterminado, mas potencialmente elevado, de momentos de combustão, fortuitos ou propositados, que ocorreram ao longo da ocupação do sítio. A carbonização, que potencia a preservação dos macrorrestos vegetais, deverá resultar maioritariamente de atividades quotidianas, isto é, aquelas que mais vezes se repetem na vida de um povoado e que, por isso, têm mais probabilidade de se refletirem no registo arqueológico. Estas atividades, no que respeita ao uso da madeira como combustível, deverão estar conectadas com as lareiras domésticas usadas para confeção de alimentos, luz e aquecimento (Marston *et alii* 2014). O carácter diacrónico destes conjuntos é usado como legitimação de interpretações paleoecológicas, suportadas em construções teóricas diversas, tendo estas como base dados

Fase	Séc. V-VI										
Espécie \ U.E.	1003	2020	3019	3022	4002	4016	4017	4020	4021	5002	Total
<i>Alnus</i> sp.		10									10
<i>Alnus/Corylus</i>			2			1	5		2		10
<i>Arbutus unedo</i>					2		3		6		11
<i>Cistus</i> sp.		4	1		2	1	4		2		14
<i>Erica australis/arborea</i>					1		4				5
<i>Erica</i> sp.	2										2
<i>Fraxinus</i> sp.	5	20	3		1	4	6	1	7		47
<i>Juniperus</i> sp.				9	1		1		1	6	18
Leguminosae		1				1	10		5		17
<i>Pinus pinaster</i>							1	4	1		6
<i>Prunus</i> sp.		4									4
<i>Quercus</i> – caducifólia		2					1				3
<i>Quercus</i> – perenifólia	7	3	4			9	27	2	10		62
<i>Quercus</i> sp.	2	23				4	11		2		42
<i>Quercus suber</i>		44			2						46
<i>Rhamnus/Phillyrea</i>							1				1
Dicotiledónea	16	38	21		6	30	76	6	17		210
Gimnospérmica	3										3

**Tabela 4 – Resultado do estudo antracológico: ocupação de séc. V-VI.**

arqueobotânicos, experimentais e/ou etnográficos. Estas surgem com o intuito de esbater o eventual enviesamento dos conjuntos arqueobotânicos em função de comportamentos seletivos humanos ou das diferentes características anatómicas e químicas das madeiras (Chabal *et alli* 1999, Figueiral e Mosbrugger 2000, Asouti e Austin 2005, Théry-Parisot *et alli* 2010). Por outro lado, o mesmo caráter diacrónico e, ao mesmo tempo, atemporal, destes conjuntos aprisionados em pacotes sedimentares, por vezes difíceis de compreender, conduz, em jeito de inevitabilidade, à sua interpretação como conjuntos sincrónicos, dentro das balizas temporais (os faseamentos) estabelecidas arqueologicamente (Tereso 2007).

A desconexão dos macrorrestos vegetais com os contextos onde foram efetivamente carbonizados, reduz de forma evidente as inferências paleoetnobotânicas que é possível fazer. Tal é mais evidente no que respeita às madeiras carbonizadas. Ao contrário da madeira que é usada como lenha, a carbonização de frutos e sementes edíveis é, salvo algumas exceções, accidental, e aqueles que advêm de espécies domésticas apresentam, em si, um valor interpretativo inerente à sua associação a práticas agrícolas, ou seja, mantendo algum potencial de abordagem paleoetnobotânica.

## 6.1. A agricultura, segundo os dados carpológicos

Atendendo às dificuldades interpretativas do conjunto de amostras medievais da Quinta de Crestelos, só é possível fazer uma leitura genérica e temporalmente transversal, dos vestígios carpológicos agrícolas deste povoado. Como referem Fuller *et alli* (2014), este tipo de conjuntos presta-se exatamente a este tipo de leitura. No que respeita ao caso em estudo, é possível comparar os dados carpológicos com alguns, parcos, dados documentais existentes para a região, ainda que nem sempre coincidentes no tempo e, ao nível do detalhe, nem totalmente no espaço, com a realidade em estudo.

A. H. de Oliveira Marques (1978), baseado na obra de Vergílio Taborda (1932) e em documentação medieval, em especial os forais da região, menciona que em Trás-os-Montes, o centeio seria o cereal mais cultivado, sendo que o trigo e o milho não teriam um peso significativo na agricultura regional. A escassez cerealífera conduzia por vezes à necessidade de importar cereais de regiões próximas, do outro lado da fronteira. As razões desta escassez são atribuídas ao despovoamento da região, pouco desenvolvimento técnico e subaproveitamento das áreas agrícolas. O peso atribuído à obra de V. Taborda torna problemática a valorização da sua análise em relação à região transmontana. «Alto Trás-os-Montes: estudo geográfico» remete principalmente para uma realidade mais recente, do início do século XX, eventualmente do final de XIX. As menções diretas à agricultura medieval nesta obra são parcas em fontes, confundindo-se o que emana destas e o que advém da descrição que o autor faz da região tal como esta se encontrava no momento em que escreve. Podemos admitir que em época medieval já se verificavam algumas das restrições ao desenvolvimento da cultura do trigo, que conduziram ao favorecimento do centeio verificado já nos séculos XIX e XX, nomeadamente alguns constrangimentos ambientais. Por

outro lado, desde época medieval até hoje somam-se vários séculos de exploração do território, com consequências ao nível dos solos. Como tal, é necessário ter cautelas na extrapolação para o passado dos cenários descritos por etnógrafos e historiadores para fases mais recentes da história da região.

De resto, como A. H. de Oliveira Marques (1978) faz notar, o centeio predomina nos forais medievais da região, maioritariamente do século XIII, aparecendo juntamente com o trigo, cevada e milho. O foral de Penas Roias, atualmente no município de Mogadouro, menciona o pagamento de portagens sobre «todo trigo, cevada, centeyo, milho, painço, aveya, e de farinha de cada humm deles, ou de lynhaça», além de outros produtos, como o vinho, vinagre, figos secos, favas secas, entre outros. Deve ser tido em conta, contudo, que este foral é já manuelino, de 1512.

Devemos ter cautela na transposição para sítios concretos como a Quinta de Crestelos, da leitura genérica que A. H. Oliveira Marques (1978) e Vergílio Taborda (1932) fazem da agricultura da região. A produção agrícola está fortemente condicionada, ao nível local, por diferentes fatores de ordem climática e geológica (e.g. características dos solos, declives, exposição solar), assim como de ordem social e cultural (e.g. tecnologia disponível, preferências gastronómicas). Os estudos arqueológicos, nos quais se inserem as análises carpológicas, são bons meios para abordar a singularidade de locais específicos, podendo ser articulados com leituras paisagísticas. Infelizmente, os dados carpológicos da Quinta de Crestelos, por serem escassos, não permitem fazer grandes ilações acerca da agricultura praticada pelos seus habitantes em época medieval. Uma parte dos cultivos mencionados nos forais surge nas amostras sedimentares de Crestelos, nomeadamente, o centeio, o trigo, o milho e a cevada. Acrescenta-se ainda uma só grainha de uva. A escassez de vestígios carpológicos não aconselha a realização de leituras diacrónicas com base no faseamento da jazida.

A Quinta de Crestelos localiza-se numa área aberta do vale do Sabor – em especial a Este e Norte da quinta – onde existem baixios extensos, junto ao rio, onde não faltaria água. Imediatamente a sul, existiria uma área plana com solos argilosos compactos, tal como comprovado por sondagens aí realizadas. A fertilidade destas áreas estaria condicionada por fatores que não conseguimos apreender hoje. Por outro lado, fazer extrapolações para o passado referentes às características agronómicas de cada cultivo com base nas variedades de cereais existentes hoje ou num passado recente é problemático. Neste tipo de registo, é possível referir que o centeio é um cereal pouco exigente ao nível de solos e tolerante à acidez destes, assim como à geada invernal, pelo que seria ideal para as áreas menos férteis, encostas com solos menos profundos e mais expostas. É um cereal de inverno por excelência, mas existem variedades de Primavera. Aliás, uma destas, conhecida localmente como centeninho ou centenico, é mencionada por Vergílio Taborda (1932) e outros autores (*apud* Aguiar e Azevedo 2011).

O trigo usualmente ocupa áreas opostas, ou seja, mais soalheiras e com solos mais férteis, conhecendo-se também de trigo variedades de Inverno e de Primavera (trigo serôdio ou tremez) (Aguiar e Azevedo 2011). Nesse sentido, Santos Júnior (1977), no seu estudo etnográfico focado no cultivo dos cereais em Trás-os-Montes refere: «Nas chãs, ou plainas dos altos, tanto o trigo como o centeio ali medram bem; no entanto essas terras são quase sempre reservadas para a sementeira dos trigos». Como tal, «O centeio semeia-se nas terras mais pobres das ladeiras» (Júnior 1977). Dada a pobreza de alguns solos e a dificuldade na renovação da sua fertilidade, os sistemas de rotatividade são uma necessidade. Na Terra Fria trasmontana, os períodos de pousio oscilam entre os 6 e os 10 anos (Aguiar e Azevedo 2011).

O milho-miúdo e a cevada são também pouco exigentes a nível ambiental. O milho-miúdo apresenta como outra grande vantagem o facto de ser um cultivo de Primavera-Verão, com um ciclo de vida muito curto. Semeado na Primavera, desenvolve-se rapidamente, permitindo otimizar terras em diversos sistemas de rotatividade e compensar eventuais más colheitas dos cereais de Inverno (Vázquez Varela 2000, Hunt e Jones 2008, Tereso 2012, Moreno-Larrazabal *et alli* 2015).

As principais espécies silvestres representadas no conjunto carpológico são as gramíneas e as *Malva* sp.. Infelizmente a identificação ao nível da família (no primeiro caso) e do género (no segundo) dificultam a interpretação, podendo estes *taxa* incluir principalmente daninhas de cultivos e outras herbáceas ruderais, comuns por exemplo, em bordas de caminhos e taludes. Estes últimos são o tipo de habitat preferencial de *Hyoscyamus niger* (Gallego 2012), ainda que também possa ser acompanhante de cultivos. Foi identificada uma semente desta espécie.

A inclusão no registo arqueológico das sementes de espécies silvestres pode ter-se verificado por diversas formas. Poderão ter sido colhidas juntamente com os cultivos e transportadas para o local inadvertidamente, sendo expostas ao fogo, como combustível, após ações de limpeza fina dos cultivos. É possível, porém, que tenham sido recolhidas em ações de limpeza das áreas de circulação da quinta ou das proximidades desta, sendo depois expostos ao fogo como combustível.

## 6.2. A paisagem e os recursos vegetais numa perspectiva arqueobotânica

O único possível contexto de deposição primária amostrado, nos três níveis medievais da Quinta de Crestelos, diz respeito a duas unidades estratigráficas, adscritas à 2.<sup>a</sup> fase da ocupação medieval do sítio, associadas a uma estrutura inicialmente interpretada como um forno. A sua escavação, porém, não confirmou esta interpretação, permanecendo um contexto de difícil compreensão. O espólio artefactual exumado nestas duas unidades consiste em cerca de duas dezenas de fragmentos de cerâmica comum e um fragmento de vidro. Por seu turno, os macrorrestos botânicos analisados em ambas as unidades pouco diferem do registado na generalidade das amostras decorrentes de contextos dispersos recolhidas no sítio, não só em diversidade específica como na sua proporcionalidade, com a única exceção a dever-se a um só fragmento de madeira de videira (*Vitis vinifera*) encontrado junto a esta estrutura. Face à manifesta falta de dados que suportem uma interpretação funcional desta estrutura, opta-se por uma abordagem mais cautelosa, interpretando estas unidades como contextos secundários, decorrentes da destruição/abandono do sítio e cujo conjunto arqueobotânico nelas encontrado terá, acima de um significado paleoetnobotânico, um potencial paleoecológico, no seguimento do que foi previamente exposto.

Não obstante eventuais processos de seleção antrópica ou de preservação diferencial que condicionem a presença e frequência de determinadas espécies no registo arqueobotânico, a existência de uma determinada espécie vegetal num sítio arqueológico requer, salvo raros casos, a sua disponibilidade na envolvente paisagística do local ou da região onde este se integra. Considerando este pressuposto e o tipo de contextos arqueológicos medievais amostrados na Quinta de Crestelos, é possível fazer inferências paleoecológicas, ainda que limitadas. Neste sentido, é possível agrupar as espécies identificadas no estudo antracológico em distintas unidades de vegetação, onde a recolha de madeiras ter-se-ia realizado:

- Formações subseriais dominados por espécies arbustivas de diferentes portes, ou de diferentes estádios sucessionais, nomeadamente o medronheiro (*Arbutus unedo*), a esteva (*Cistus* sp.), as urzes vermelhas/brancas (*Erica australis/arborea*), leguminosas (Leguminosae – codeços, giestas, etc) e zimbro (*Juniperus* sp.).
- Formações ripícolas. No fundo do vale, junto ao rio, mas também ao longo das encostas mais húmidas, deveriam dominar as espécies ripícolas ou exigentes do ponto de vista de humidade edáfica, como o amieiro/aveleira (*Alnus/Corylus*), freixo (*Fraxinus* sp.), salgueiro/choupo (*Salix/Populus*) e o ulmeiro (*Ulmus* sp.).
- Vegetação climácica, eventualmente formações mistas de *Quercus* de folha caduca e de folha perene e perenifólias ou zimbrais. Entre a flora acompanhante deveria constar a zelha ou bordo (*Acer* sp.), o pinheiro (*Pinus pinea/pinaster*), assim como algumas leguminosas, o medronheiro e urzes.
- Pomares e outras áreas de cultivo. É complexa a interpretação dos carvões de um grupo de espécies que poderão ter sido cultivadas. A videira (*Vitis vinifera*), oliveira (*Olea europaea*), nogueira (*Juglans regia*) são espécies autóctones pelo

que poderiam existir indivíduos ou populações silvestres na região. Seja como for, é expectável, também em função das fontes documentais existentes, que estas espécies fossem cultivadas pelas comunidades que habitaram a Quinta de Crestelos em época medieval. As nozes, o azeite e o vinho são referidos no foral manuelino de Penas Roias, pelo que seriam transacionados, eventualmente produzidos na região.

No que respeita às Rosaceae – seja as Rosaceae Maloidea, seja *Prunus* sp. – existem problemas de outra ordem. Estas designações ao nível da subfamília ou do género incluem diversas espécies silvestres e domesticadas como a macieira, pereira, pilriteiro e a sorveira, no primeiro caso, e a cerejeira, pessegueiro, espinheiro, abrunheiro, ginjeira, no segundo. Considerando a ecologia e distribuição atual de muitas destas espécies, é provável que várias espécies silvestres de rosáceas existissem no vale do Sabor em época medieval, à semelhança do que se verifica hoje. Por outro lado, o mesmo foral de Penas Roias faz referência a ameixas, cerejas e peras.

Não é possível, porém, referir a envolvimento da Quinta de Crestelos em época medieval sem mencionar a existência de campos de cereais, tal como sugerida pelos resultados do estudo carpológico. De grande importância para a subsistência da população medieval, o cultivo de cereais implica uma forte antropização da paisagem, tanto maior quanto maior for a população a alimentar ou o comércio a abastecer. Essa antropização poderá ser significativamente crescente em função do prolongamento temporal da atividade agrícola, o que é expectável num local com evidências de ocupações calcolíticas, da Idade do Bronze e do Ferro, de época romana e, claro, medieval. Tal como exemplificado, na região, com um caso de estudo do início do século XX, o problema da renovação da fertilidade dos solos é de difícil resolução e resulta usualmente num alar-

Fase	Séc. VII-VIII																											
Espécie \ U.E.	1004	1005	1006	1007	1008	1009	1010	1011	1027	1029	1065	1070	1082	1084	2002	2006	2085	2098	4041	4142	5043	6066	6096	6123	6123	6123	Total	
Acer sp.					1	1				2					1				1					3		1	10	
Alnus sp.		2																				36		4	10	8	60	
Alnus/ Corylus				4				1	2					1	1								1	4			14	
Arbutus unedo		2		1											1				1					2			7	
Cistus sp.			1		1			2	2						17				2			4	5	1	4	7	46	
Erica australis/arborea		2						1							4				1	2			1	11	11	20	53	
Erica sp.																1											1	
Fraxinus sp.		8	1	21	4	4	17	12		4		3		7	14	3			25	24		17	11	22	8	15	220	
Juglans regia									2																		2	
Juniperus sp.															1					1				3	2	11	18	
Leguminosae		1	1	2			1	5			1			1	10				1	1			3	2		1	30	
Olea europaea																				1			1	1			3	
Pinus pinaster		1				2		6						3					3	2				1	45	13	76	
Pinus pinea/ pinaster														1												1	2	
Pinus sp.											4	1															5	
Prunus sp.	1		2	2	2			5		1					1								3				17	
Quercus – caducifolia		2		3	1	1		5	2		1		1		10					4		27		3	4	2	66	
Quercus – perenifolia	2	2	5	27	6	37	42	1	3	5	9	10	3	18	1	2			19	2	1	5	1	8		3	212	
Quercus sp.		10			5	10	5	8	2		1	1		9	12	1			3	6		8	4	2	2	2	91	
Quercus suber		16						32							10					18				1			77	
Rosaceae Maloideae				1					1																		2	
Salix/ Populus																							1				1	
Ulmus sp.						2																					2	
Dicotiledónea	13	4	26	38	10	18	26	21	20	18	12	9		39	29	21	4	8	48	11	4	3	11	9	14	16	432	
Gimnospér-mica			2	1		3				1				2						1				1			11	
Indeterminado															3												3	

Tabela 5 – Resultado do estudo antracológico: ocupação de séc. VII-VIII.

gamento, ao longo do tempo, das áreas agrícolas, em detrimento da área florestal (Aguiar e Azevedo 2011). Neste sentido, embora não seja possível, através de dados antracológicos e carpológicos, averiguar a extensão das diferentes formações vegetais, ou mesmo das espécies detetadas, consideramos provável que a área envolvente da Quinta de Crestelos se constituísse como um mosaico paisagístico onde teriam especial preponderância as áreas agrícolas, na sua complexidade, com áreas cultivadas e matos resultantes de pousios curtos ou longos, que teriam também a função de alimentar o gado. Neste mosaico, a extensão das manchas florestais, ou simples bosquetes, é impossível de apreender, mas certamente que seriam espaços cruciais onde as comunidades se abasteceriam de lenha.

7. CONCLUSÕES

O estudo arqueobotânico realizado nos níveis de ocupação medievais do sitio de Crestelos forneceu dados relevantes para ajudar à compreensão de vários aspetos da vida quotidiana das comunidades humanas que habitaram este sitio, integrando-os na longa diacronia de permanência humana deste local.

No seu conjunto, os dados arqueobotânicos da Quinta de Crestelos são demonstrativos de práticas de gestão e manuseamento de recursos vegetais, nomeadamente o cultivo de cereais e a

Fase	Séc. X-XII																					
Espécie \ U.E.	1169	2278	5001	5008	5024	5028	5032	5039	5061	6013	6016	6035	6037	6209	7008	7024	7025	7026	7027	7027	7031	Total
Acer sp.																					1	1
Alnus sp.												1	2						2			5
Alnus/Corylus					1	1		1							1	1		1			3	6
Arbutus unedo							3	3		2	3		1		1		2	8			9	23
Cistus sp.	3				4			4		4	1	15	10		6		2	18	4	2	5	71
Erica australis/arborea			2					1		1		3				1			4		1	12
Erica sp.					1																	1
Fraxinus sp.	2			1	1		3	4		9	2	13	16					10	3		11	64
Juglans regia					1																	1
Juniperus sp.				1					1			1							2			5
Leguminosae	1			1				2		1		9	1		2			8	8		3	33
Olea europaea												2										2
Pinus pinaster					1								1			1						3
Pinus pinea/pinaster													2									2
Prunus sp.	1											4	10						18			33
Quercus – caducifólia	1							3		2		3	16	1	1				3			30
Quercus – perenifólia	4	1	2	1	9	2	2	18		5	4	3	26	11	49		3	41	3		35	184
Quercus sp.	2					2	1	7		5	3	9		6	5		1	8	35		9	84
Quercus suber												3							23			26
Rosaceae Maloideae	1											2										3
Vitis vinifera												1										1
Dicotiledónea	9		1	5	52	9	14	51		31	31	31	62	17	55	6	15	70	43		73	502
Gimnospérmica													12									12
Indeterminado																			1			1

Tabela 6 – Resultado do estudo antracológico: ocupação de séc. X-XII.

recolha de lenha. Foi possível compreender que em época medieval, a comunidade local recolheu material lenhoso em formações vegetais distintas, nomeadamente em áreas de matos – urzais, giestais –, ripícolas, bosques mistos e/ou zimbrais, assim como na gestão das árvores de fruto.

As evidências de agricultura são claras, tendo sido recolhidos grãos de trigo, centeio, cevada e milho-miúdo, cereais referidos em fontes documentais da região. Embora os dados paleoecológicos ainda sejam escassos, é expectável que os cereais assumissem particular importância na economia e alimentação das comunidades locais. De resto, os dados obtidos para os níveis medievais integram-se num longo percurso diacrónico neste ponto do vale, no qual a produção cerealífera surge documentada pelo menos desde a Idade do Bronze (na Foz do Medal, sítio localizado a poucos metros da Quinta de Crestelos) e até ao século XX.

Embora não seja possível compreender a extensão, na envolvimento do povoado, das diferentes áreas ecológicas mencionadas e o real impacto económico e paisagístico das culturas cerealíferas documentadas, os dados obtidos e a sua discussão constituem a primeira abordagem arqueobotânica às estratégias de gestão dos recursos vegetais na Idade Média do nordeste transmontano.

Face aos resultados obtidos com o estudo arqueobotânico de amostras recolhidas em contextos medievais do sítio da Quinta de Crestelos, e ao ainda insuficiente conhecimento da realidade arqueobotânica para o período medieval não só de Trás-os-Montes, mas também de muitas outras regiões portuguesas, é imperativa a continuação deste tipo de estudos. Tal só será possível, em primeiro lugar, se houver da parte da comunidade arqueológica portuguesa a compreensão das vantagens de estudos desta natureza e de uma adequada estratégia de recolha de amostras com este fim.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, C.; AZEVEDO, J. (2011), «A floresta e a restituição da fertilidade do solo nos sistemas de agricultura do NE de Portugal no início do séc. XX», in TERESO, J., HONRADO, J., PINTO, A. T., REGO, F. C. (Eds.), *Florestas do Norte de Portugal. História, Ecologia e Desafios de gestão*, pp. 100-117. Porto: InBio – Rede de Investigação em Biodiversidade e Biologia Evolutiva.
- AKKEMIK Ü.; YAMAN B. (2012), *Wood Anatomy of Eastern Mediterranean Species*, Kessel Publishing House.
- ALLUÉ, E. (2000), «Pollen and Charcoal Analysis from Archaeological Sites from the Alto Ribatejo (Portugal)». In CRUZ A. R., OOSTERBEEK, L. (coord.), *ARKEOS – Perspectivas em diálogo, «Territórios, Mobilidade e Povoamento no Alto Ribatejo: Indústrias e Ambientes»*, 9, pp. 37-57. Tomar.
- ANDERBERG, A.-L. (1994), *Atlas of seeds and small fruits of Northwest-European plant species with morphological descriptions*. Stockholm: Swedish Museum of Natural History.
- ASOUTI, E.; AUSTIN, P. (2005), «Reconstructing Woodland Vegetation and its Exploitation by Past Societies, based on the Analysis and Interpretation of Archaeological Wood Charcoal Macro-Remains». *Environmental Archaeology*, 10, pp. 1-18.
- BEIJERINCK, W. (1976), *Zadenatlas der nederlandse flora ten behoeve van de botanie, palaeontologie, bodemcultuur en warenkennis*. Amsterdam: Backhuys & Meesters.
- BERGGREN, G. (1981), *Atlas of seeds and small fruits of Northwest-European plant species with morphological descriptions*. 3. *Salicaceae-Cruciferae*, Stockholm: Swedish Museum of Natural History.
- BERTSCH, K. (1941), *Früchte und Samen. Ein Bestimmungsbuch zur Pflanzenkunde der vorgeschichtlichen Zeit*. Stuttgart: Ferdinand Enke.
- BOJNANSKÝ, V., FARGAŠOVÁ, A. (2007), *Atlas of Seeds and Fruits of Central and East-European Flora. The Carpathian Mountains Region*. Dordrecht: Springer.
- BUXÓ, R. (1997), *Arqueología de las Plantas*. Barcelona: Crítica.
- CARRIÓN, Y.; BADAL, E. (2004), «La presencia de hongos e insectos xilófagos en el carbón arqueológico. Propuestas de interpretación». In CALLEJA, J. M., ORTEGA, M. J. F., SÁNCHEZ, M. C. E. (Eds.), *Avances en Arqueometría*, pp. 98-106. Cádiz: Universidad de Cádiz.
- CHABAL, L.; FABRE, L.; TERRAL, J.-F.; THÉRY-PARISOT, I. (1999), «L'antracologie». In BROCHIER J. E.; BOURQUIN-MIGNOT, C.; CHABAL, L.; CROZAT, S.; FABRE, L.; GUIBAL, F.; MARINVAL, P.; RICHARD, H.; TERRAL, J. F.; THÉRY, I. (éds.), *La Botanique*, pp. 43-104. Paris: Errance (Collection «Archéologiques»).
- COSME, Susana Rodrigues (2013), «O contributo das pequenas “villae” rústicas na economia e povoamento dos séculos IV a VII no Douro». In *Actas das Conferências do Museu de Lamego* (8 e 9 de Novembro de 2013), pp. 141-149. Lamego: Ed. Museu de Lamego e CITCEM.
- DOPAZO MARTÍNEZ, A. (1996), *La dieta vegetal del Noroeste Ibérico durante el Holoceno. Una aproximación a través del análisis paleocarpológico*. Universidad de Santiago de Compostela.
- DUQUE ESPINO, D. (2005), «Resultados antracológicos de los yacimientos de la Coudelaria de Alter do Chão y su integración en las secuencias paleoecológicas y paleoambientales de la Prehistoria Reciente del Suroeste peninsular». *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 8, pp. 21-41.
- FIGUEIRAL, I. (1990), *Le nord-ouest du Portugal et les modifications de l'écosystème, du Bronze final à l'époque romaine, d'après l'antracoanalyse de sites archéologiques*. These Doctorat présentée à l'Université des Sciences et Techniques du Languedoc.
- (2004), «Antracologia e Megalitismo na região Corgo/Tua (NE Portugal): as mamoas da Alagoa e do Castelo». *Portvgália*, Nova Série XXV, pp. 43-51.
- (2008), «O Crasto de Palheiros (Murça, NE Portugal): a exploração dos recursos vegetais durante o III/inícios do II.º milénio AC e entre o I.º milénio AC e o séc. II.º DC», in SANCHES, M. J. (Ed.), *O Crasto de Palheiros. Fragada do Castro. Murça – Portugal*, pp. 79-108. Murça: Município de Murça.
- FIGUEIRAL, I.; MOSBRUGGER, V. (2000), «A review of charcoal analysis as a tool for assessing Quaternary and Tertiary environments: achievements and limits». *Palaeogeography, Palaeoclimatology, Palaeoecology*, 164, pp. 397-407.



- FIGUEIRAL, I.; SANCHES, M. d. J. (1998-1999), «A contribuição da antracologia no estudo dos recursos florestais de Trás-os-Montes e Alto Douro durante a Pré-história recente». *Portugália*, Nova Série XIX-XX, pp. 71-101.
- FULLER D. Q. (2006), *A millet atlas. Some Identification Guidance*. Institute of Archaeology. University College London.
- FULLER, D. Q.; STEVENS, C.; MCCLATCHIE, M. (2014), «Routine Activities, Tertiary Refuse and Labor Organization: Social Inferences from Everyday Archaeobotany», in MADELLA, Marco; LANCELOTTI, Carla, SAVARD, M. (Eds.), *Ancient Plants and People*, pp. 174-217. Tucson: The University of Arizona Press.
- GALE, R.; CUTLER, D. (2000), *Plants in Archaeology. Identification manual of vegetative plant materials used in Europe and the southern Mediterranean to c. 1500* Kew, West Yorkshire: Westbury and Royal Botanic Gardens.
- GALLEGO, M. J. (2012), «11. Hyoscyamus L.», in TALAVERA, S., ANDRÉS, C., ARISTA, M., FERNÁNDEZ PIEDRA, M., GALLEGO, M., ORTIZ, C., ROMERO ZARCO, C., SALGUEIRO, F., SILVESTRE, S., QUINTANAR, A. (Eds.), *Flora Iberica. Plantas vasculares de la Península Ibérica e Islas Baleares*, pp. 229-233. Madrid: Real Jardín Botánico, CSIC.
- HEISS A. (2002), *Anatomy of European and North American woods – an interactive identification key*, <http://www.holzanatomie.at/>.
- HILLMAN G.; MASON S.; DE MOULINS D.; NESBITT M. (1996), «Identification of archaeological remains of wheat: the 1992 London workshop». *Circaea*, 12 (2), pp. 195-210.
- HUNT, H.; JONES, M. (2008), «Pathways across Asia: exploring the history of Panicum and Setaria in the Indian subcontinent». *Pragdhara*, 18, pp. 53-68.
- JACOMET, S. (2006), *Identification of cereal remains from archaeological sites*. Archaeobotany Lab, IPAS, Basel University.
- MARGUERIE, D.; HUNOT, J.-Y. (2007), «Charcoal analysis and dendrology: data from archaeological sites in north-western France». *Journal of Archaeological Science*, 34, pp. 1417-1433.
- MARQUES, A. H. R. d. O. (1968), *Introdução à história da agricultura em Portugal*. 2.ª Edição, Lisboa: Edições Cosmos.
- MARSTON, J. M.; GUEDES, J. D. A.; WARINNER, C. (2014), *Method and theory in paleoethnobotany*. University Press of Colorado.
- MARTÍN-SEIJO, M. (2013), *A xestión do bosque e do monte dende a Idade do Ferro a época romana no noroeste da península Ibérica: consumo de combustibles e produción de manufacturas en madeira*. PhD Thesis. Universidade de Santiago de Compostela.
- MATEUS, J.; QUEIROZ, P.; VAN LEEUWARDEN, W. (2003), «O Laboratório de Paleoecologia e Arqueobotânica – uma visita guiada aos seus programas, linhas de trabalho e perspectivas», in MATEUS, J., MORENO-GARCIA, M. (Eds.), *Paleoecologia Humana e Arqueociências. Um programa multidisciplinar para a arqueologia sob a tutela da Cultura*, pp. 106-188. Lisboa: IPA.
- MCPARLAND, L. C., COLLINSON, M. E., SCOTT, A. C., CAMPBELL, G., VEAL, R. (2010), «Is vitrification in charcoal a result of high temperature burning of wood?», *Journal of Archaeological Science*, 37, pp. 2679-2687.
- MONTEIRO, P. D.; ZAPATA, L.; BICHO, N. (2017), «Fuel uses in Cabeço da Amoreira shell midden: An insight from charcoal analyses», *Quaternary International*, <http://dx.doi.org/10.1016/j.quaint.2016.01.014>, Vol. 431, Part A, pp. 27-38.
- MORENO-LARRAZABAL, A., TEIRA-BRIÓN, A., SOPELANA-SALCEDO, I., ARRANZ-OTAEGUI, A., ZAPATA, L. (2015), «Ethnobotany of millet cultivation in the north of the Iberian Peninsula». *Vegetation History and Archaeobotany*, 24 (4), pp. 541-554.
- NESBITT, M. (2006), *Identification guide for Near Eastern grass seeds*. Institute of Archaeology, UCL, London.
- QUEIROZ P.; VAN DER BURGH C. (1989), «Wood Anatomy of Iberian Ericales». *Revista de Biologia*, 14, pp. 95-134.
- SANTOS JÚNIOR J. (1977), «A cultura dos cereais no leste transmontano». *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 23 (1), pp. 41-159.
- SCHWEINGRUBER F. H. (1990a), *Anatomy of European woods*. Paul Haupt and Stuttgart Publishers.
- (1990b), *Microscopic Wood Anatomy*. Swiss Federal Institute for Forest, Snow and Landscape Research.
- SEABRA, L. (2015), *Estudo Paleoetnobotânico do Povoado da Idade do Ferro do Crastoeiro (Noroeste de Portugal)*, Instituto de Ciências Sociais. Universidade do Minho, Braga.
- SILVA, A. PINTO da (1988), «A paleoetnobotânica na arqueologia portuguesa. Resultados desde 1931 a 1987», in QUEIROGA, F., SOUSA, I., OLIVEIRA, C. (Eds.), *Palaeoecologia e Arqueologia*, pp. 13-29. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.
- SMARTT J.; SIMMONDS N. (1995), *Evolution of crop plants*. Longman Scientific & Technical.
- TABORDA, V. (1932), *Alto Trás-os-Montes. Estudo Geográfico*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- TERESO J. (2007), *Paleoetnobotânica do povoado romano da Terronha de Pinhovelo (NE Transmontano)*. Dissertação de Mestrado, Porto: Universidade do Porto.
- (2012), *Environmental change, agricultural development and social trends in NW Iberia from the Late Prehistory to the Late Antiquity*, Biology Department, Faculty of Sciences. University of Porto, Porto.
- (2014), «Vestígios arqueobotânicos do III milénio cal BC de Chibanes (Palmela, Setúbal)». *Setúbal Arqueológica*, 15, pp. 173-180.
- TERESO, J., QUEIROZ, P., SOARES, J., SILVA, C. (2011), «Charcoal analysis from Porto das Carretas: the gathering of wood and the palaeoenvironmental context of SE Portugal during the 3rd millenium». *Saguntum Papeles del Laboratorio de Arqueología de Valencia*, n.º Extra 11, pp. 145-146.
- TERESO, J. P., RAMIL-REGO, P., CARVALHO, T. P., ALMEIDA-DA-SILVA, R., VAZ, F. C. (2013), «Crops and fodder: evidence for storage and processing activities in a functional area at the Roman settlement of Monte Mozinho (northern Portugal)», *Vegetation History and Archaeobotany*, 22, pp. 479-492.
- THÉRY-PARISOT, I., CHABAL, L., CHRZAVZEV, J. (2010), «Anthracology and taphonomy, from wood gathering to charcoal analysis. A review of the taphonomic processes modifying charcoal assemblages, in archaeological contexts». *Palaeogeography, Palaeoclimatology, Palaeoecology*, 291, pp. 142-153.
- VAZ, F. C. (2012), *Gestão e Usos de Recursos Vegetais no Noroeste Peninsular: a Antracologia de Monte Mozinho*, pp. 118. Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras. Universidade do Porto, Porto.
- VAZ, F. C., MARTÍN-SEIJO, M., CARNEIRO, S., TERESO,

- J. P. (2016), «Waterlogged plant remains from the Roman healing spa of Aquae Flaviae (Chaves, Portugal): Utilitarian objects, timber, fruits and seeds». *Quaternary International*, 404, Part A, pp. 86-103.
- VAZ, F. C., TERESO, J. P., DE CARVALHO, T. P. (2017), «Selection of firewood in Monte Mozinho (NW Iberia) in the Late Antiquity: A question of function and availability». *Quaternary International*, vol. 431, Part A, pp. 103-115.
- VÁZQUEZ VARELA, J. (2000), «El modelo tradicional de cultivo del mijo (*Panicum miliaceum* L.) en Galicia y su aplicación a la prehistoria», in VÁZQUEZ VARELA, J. (Ed.), *Etnoarqueología: conocer el pasado por medio del presente*, pp. 65-84. Vigo: Diputación Provincial de Pontevedra.
- VERNET J.-L., OGGEREAU, P., FIGUEIRAL, I., MACHADO YANES, C., UZQUIANO, P. (2001), *Guide d'identification des charbons de bois préhistoriques et récents. Sud-ouest de l'Europe : France, Péninsule ibérique et Îles Canaries*. Paris: CNRS Edition.

## NOTAS

- 1 O projeto do Aproveitamento Hidroelétrico do Baixo Sabor foi promovido pela EDP, Energias de Portugal S.A. e contemplou a construção de duas barragens no concelho de Torre de Moncorvo e a submersão de uma área considerável que afetou outros três concelhos: Alfândega da Fé, Macedo de Cavaleiros e Mogadouro.
- 2 O estudo aqui apresentado resulta da intervenção arqueológica numa área específica, coordenada pelo consórcio Baixo Sabor ACE e executada pelo consórcio de empresas Archeo'Estudos, Investigação Arqueológica Lda. e Arqueologia e Património Lda. A intervenção sistemática foi dirigida por Susana Cosme e João Niza.
- 3 A intervenção foi dividida em 7 áreas/zonas, correspondendo à zona 1 as unidades estratigráficas iniciadas em 1000, à zona 2 a partir de 2000 e assim sucessivamente. Esta informação ajuda na compreensão da leitura das amostras.
- 4 Na Sepultura 13, claramente antropomórfica, foi realizada uma datação de C14, sobre o ossário, obtida sobre um fémur [UE 1710] ( $1130 \pm 40$  BP – cal. 2 sigma: AD 780-992). Na Sepultura 20, tipo covacho, foi obtida uma datação para o enterramento, obtida sobre o fémur direito da inumação primária [UE 1709] ( $685 \pm 30$  BP – cal. 2 sigma: AD 1268-1388).

# SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA SILVES ISLÂMICA

MARIA JOSÉ GONÇALVES\*

## RESUMO

Em Silves constatámos a existência de uma multiplicidade de sistemas de provimento de água no período islâmico, que poderão ter coexistido ou ter funcionado em momentos distintos. A sistematização desta informação, que a arqueologia e as fontes históricas nos disponibilizaram, é o objectivo do trabalho que agora se apresenta.

## ABSTRACT

In Silves we noticed the existence of a multiplicity of water supply systems in the Islamic period, which may have coexisted or worked at different times. The systematization of this information, which archeology and historical sources have made available to us, is the objective of the present work.

## INTRODUÇÃO

O acesso à água e o seu aprovisionamento foi sempre uma preocupação do Homem, pois trata-se de um recurso indispensável à vida. Desde a pré-história que os povoados emergem junto aos cursos de água para dela se poderem abastecer. Entre os romanos constroem-se fantásticas obras de engenharia hidráulica, transporta-se o

precioso líquido por aquedutos ao longo de quilómetros para abastecer as cidades e escavam-se barragens para assegurar o abastecimento às *villae*. Também os muçulmanos foram exímios manipuladores da água, canalizando-a por *acéquias* que lhes permitiram irrigar os campos e desenvolver várias culturas de regadio até aí não experimentadas, explorando as águas subterrâneas, elevando-as através de noras ou canalizando-as pelos seus sistemas de *qanat*. Simultaneamente mantêm-se e coexistem sistemas mais simples, como a recolha da água das chuvas para cisternas ou a escavação de poços domésticos que, por vezes, foram o único recurso disponível.

Em Silves, o acaso e os trabalhos arqueológicos subsequentes, deram-nos a conhecer alguns dos sistemas de abastecimento de água utilizados no período de dominação islâmica da cidade, que tendo coexistido ou funcionado em momentos distintos, permitiram que a mesma se mantivesse provida, contribuindo deste modo para que se tornasse prospera e atractiva, o que

\* Arqueóloga, Câmara Municipal de Silves, maria.goncalves@cm-silves.pt.

se comprova pelo acentuado crescimento que se verifica até à definitiva conquista cristã.

## A COURAÇA

Em 1189, um dos cruzados que participou na tomada de Silves em 1189, referia: (...) *tendo outra fortificação na encosta que desce para o mesmo valle a fim de proteger o canal das águas, e hum certo rio chamado Arade ou Drade; outro corre para o mesmo, o qual se chama Odelouca; e sobre o canal há quatro torres, de modo que por aqui se provesse sempre de água em abundância a cidade superior, e tem esta fortificação o nome de Coirasce (Couraça)* (Lopes, 1844: 14).

Com base na descrição podemos inferir que a fortificação desce a encosta, que protege o canal das águas até ao rio; que sobre o canal há 4 torres; que o seu objectivo era assegurar que a parte alta da cidade fosse também abastecida de água. Em face de tais premissas, como se materializaria e onde se localizaria este dispositivo?

As fontes históricas muçulmanas (*Al-Edrisi*, in Coelho, 1989: 62, reforçado por *Ibn Abd Al Mumine*, in Coelho, 1989: 63) e cristãs (o «Cruzado Anónimo», in Lopes, 1844: 14) referem que os habitantes da cidade se proviam da água do rio Arade. Embora alguns autores considerem tal facto pouco provável, por o rio receber os efeitos das marés e a água se tornar salobra (Gomes, 2002a: 108), há que considerar a existência de um açude – aliás mencionado nas fontes árabes (Alves e Hadjadji, 2000: 73-74; Coelho, 1989: 54, 221), que a montante desviasse as águas para um canal de onde uma nora as poderia elevar. Para fazer subir a água do rio até à cidade alta, teria de haver uma forma de a extrair e conduzir, o que só seria possível através de um sistema de noras que poderiam encontrar-se albergadas nas quatro torres referidas pelo cruzado. Tal sucedia com as Couraças

de Calatrava La Vieja, que albergavam vários rodas hidráulicas permitindo vencer os desníveis existentes (Retuerce e Zozaya, 1992: 355; Zozaya, 1996: 70; Retuerce e Hervás, 2002: 314; Hervás e Retuerce, 2006: 149).

Também em diversas passagens da descrição que faz o «cruzado anónimo» da tomada de Silves, se alude à couraça de modo a se poder extrair mais alguns elementos relativos à sua fisionomia. Refere o cruzado germânico que o canal das águas se abastecia de um poço junto ao rio (Lopes, 1844: 14) e, ainda, que as torres da couraça foram destruídas (idem: 24). É, aliás, ao colapso da couraça que é indirectamente atribuída a rendição muçulmana, face à falta de água para consumo. As mesmas notícias nos dá a «Crónica dos Cinco Reis» de Fernão Lopes (?), datada de 1419 (...) *Elles assj por tres somanas nem bem nem mal senão igualmente de huma parte e da outra ouue elrej seu cõselho de lhe destruir huma couraça que ahi auia a qual era muj bem çerca da de muro atee o rio com tres torres em ella e no cabo delta estaua hum grande poço do qual tirauão muita agoa em grande auondança e era assj forte de çerca e auia hi tanta agoa que entendiaõ os de de[n]tro (e isso mesmo elrej) que ainda que a cidade fosse çercada per muito t[em]põ que sempre da lj poderiaõ auer agoa que lhos auondasse, e porem disse elrej a todos juntos que por destruir aquella couraça se trabalhasse primeiro e en tão a começaraõ a combater com engenhos e com muita beestaria e outros faziaõ couas por sob a terra e fizeraõ mais huma manta de trãues muj bem encourada per çima pa soportar as setas e pedras que lancasse [m] de muro sobre aquelles que se queriaõ chegar a elle pa o derribar, e ella feita e conçertada ajuntaraõna acerca da torre que estaua drto. do poço (...)* (cit. por Matos, 1999: 101).

Em face dos elementos expostos, parece-nos ser de considerar tratar-se a couraça islâmica de Silves, não só de um dispositivo defensivo no acesso ao rio, como de um sistema complexo de extracção e condução da água para a cidade alta, abastecendo-se não de um reservatório mas da água do rio desviada por açude para uma determinada zona artificialmente criada, onde se encontraria a primeira roda elevatória.

Rosa Varela Gomes equaciona a localização da couraça para poente, em espaço muito afastado do que seriam os limites da cidade. Associa o «canal das águas» referido pelo «cruzado anónimo» a um barranco que corre nas traseiras das escolas primárias, numa zona conhecida como «Caixa d'Água» (Gomes, 2002a: 108), que é, no entanto, topónimo recente que designa tanque associado a canais de rega construídos nos anos 50 do século XX. Por seu turno, Garcia Domingues, julga que o «Moinho da Porta» (um dos muitos moinhos de água que laboravam junto ao rio Arade e que se manteve até meados do século XX), seria uma das torres da couraça (Leal e Domingues, 1984: 91) e refere a localização da «Levada», que canalizaria a água para a couraça (idem: 88), parecendo fazer um juízo semelhante ao nosso relativamente à forma de funcionamento do referido dispositivo hidráulico.

Infelizmente os muitos trabalhos arqueológicos realizados na cidade ainda não permitiram colocar a descoberto este dispositivo, pelo que, sobre o mesmo, apenas nos é possível conjecturar (fig. 1).

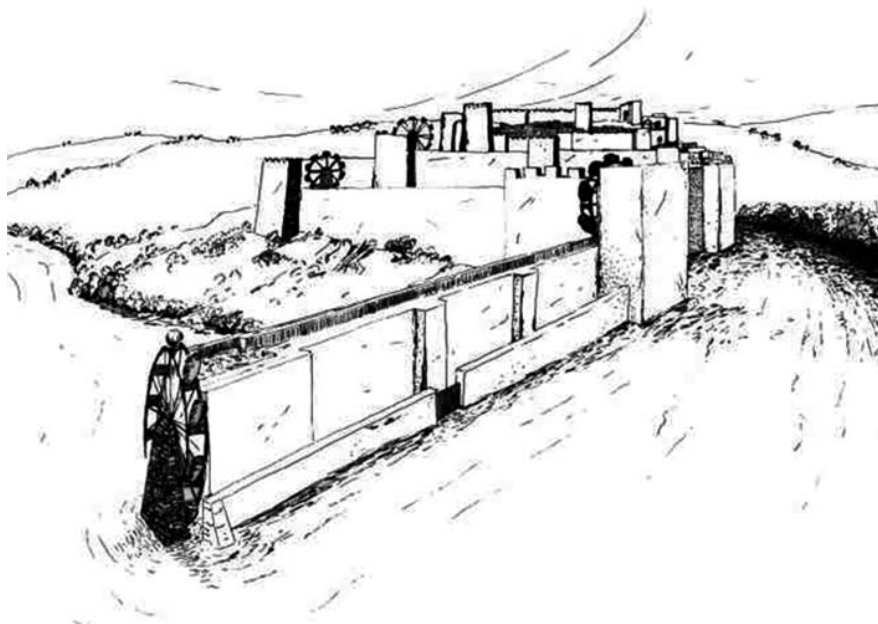


Figura 1 – Reconstituição hipotética da Couraça de Silves (desenho de Jorge Correia).

## O QANAT (?)

Na zona ribeirinha exumaram-se, no âmbito de trabalhos arqueológicos realizados pela signatária, duas estruturas que parecem constituir um complexo hidráulico (ver Gonçalves, 2008). A primeira das estruturas referidas, subterrânea, evidencia paredes construídas em alvenaria de «grés de Silves», cobertas por lajes do mesmo material, às quais se sobrepõe revestimento de seixo rolado. Os vários elementos que a com-



Figura 2 – Sistema hidráulico (Qanat?) – Bocal e cobertura empedrada.

põem são ligados por argamassa de terra. Mede, dentro da área escavada, cerca de 17m de comprimento, prolongando-se para norte, muito para além da área intervencionada, o que nos é permitido observar quando penetramos num bocal quadrangular com cerca de 1,50m de lado no perímetro externo e 0,50m de lado no perímetro interno. O acesso ao interior revela tratar-se de um canal que se prolonga para norte, com ligeira inflexão para noroeste a cerca 15-20m do acesso, e também para sul, encontrando-se obstruído a cerca de 3-4m nesta direcção. A conduta referida mantém cerca de 0,60m de altura de água límpida, mas o nível oscila, elevando-se por vezes até ao bocal. As dimensões internas são de aproximadamente 0,60m de largura, e um sedimento que se depositou no fundo e que não foi possível remover impede que se avalie a profundidade máxima, sendo a altura livre acima do mesmo de cerca de 0,90m. Esta estrutura segue a inclinação natural do terreno com pendente para sul, que é de cerca de 2,5% no perímetro escavado (fig. 2).

A sul de uma cisterna contemporânea ali existente e que cortou a estrutura referida, voltámos a identificar o mesmo canal, a evidenciar os seus grandes blocos de grés, tendencialmente paralelepípedicos, colocados a cutelo, formando paredes cobertas por lajes. Sobre estas pode observar-se um revestimento composto por seixo rolado de média dimensão, formando uma espécie de pavimento em calçada, que aqui é ligado por uma argamassa de cal muito friável. Este canal subterrâneo, que já vem de norte e atravessa toda a área da escavação, não apresenta o revestimento em calçada no seu último lanço e vai perdendo altura, culminando numa espécie de canalização a desaguar para um canal ou fosso.

Em 1600, Henriques Fernandes Sarrão na sua *Descrição do Algarve* diz (...) *há também outra mina, que tem a boca em ua torre do muro da cerca da cidade, junto da porta dela, que vai ao*

rio debaixo do chão, e sai no pego de Mafoma, (...). Leva a mina, no solo, ua calçada até dar naquele pego, e na entrada tem um portal de pedraria, e por esta mina iam os mouros buscar água ao rio, para seu serviço (in Guerreiro e Magalhães, 1983: 153). É provável que, ao contrário do troço da parte mais baixa da cidade, que após desactivação foi aterrado e por cima construídas outras estruturas tornando-o inviável, no tramo superior este se mantivesse parcialmente à vista, alimentando a fértil imaginação da população da época.

O que temos em evidência poderá resultar de um de dois recursos técnicos de extracção e condução de água: o encanamento de um manancial ou a extracção dos níveis freáticos e posterior condução por galerias – *qanat*. Este último sistema hidráulico consiste na identificação de um aquífero, que se atinge a partir da escavação de uma galeria de pendente pouco acentuada, pelo qual se procede à drenagem da água até ao exterior. Para a construção da conduta subterrânea torna-se necessária a escavação de poços, a distâncias diversas, que podem ir de 20 a 50m, para através deles se retirarem as terras e preencherem os limites com blocos de pedra, algumas vezes revestidos com materiais impermeáveis que inviabilizam a infiltração da água. Esses poços servem depois para ventilar ou para aceder ao interior dos canais e proceder à sua limpeza ou, ainda, às necessárias obras de conservação. Assim e no que se refere ao canal aludido, podemos garantir, pelas suas características arquitectónicas e sobretudo pelas suas dimensões, poder tratar-se de parte de um sistema hidráulico subterrâneo, que conduzia água pela cidade, tal como sucederia em muitas cidades muçulmanas.

Do conjunto de sistemas conhecidos talvez sejam os *Qanat* da Ilha de Maiorca os que se encontram melhor estudados e divulgados (Barceló e Carbonero, 1986). Da tipologia arquitectónica apresentada, o de Silves corresponderá ao

tipo D de Maiorca (idem: 608, 612), o único cuja galeria é coberta por uma única laje em pedra. Um sistema hidráulico congénere, de grande dimensão e muito bem identificado ao longo de uma grande extensão, com troços subterrâneos e outros a céu aberto culminando num reservatório que conduzia o excedente para a irrigação dos campos, como poderia suceder em Silves, é o de Albaterra (Gea Calatayud, 1990: 177 e ss.). Também o abastecimento a Marchena (Almería), mostra um sistema de *acéquias* a desembocar num grande reservatório a céu aberto, a partir do qual se fazia a distribuição pública da água (Cara Barrionuevo, 1987: 524). Este tipo de solução hidráulica é comum nas cidades onde a água abunda no subsolo, razão pela qual também a cidade tardo-islâmica de *al-Ulyā* (Loulé) contaria com o mesmo tipo de estrutura, embora de características arquitectónicas um pouco distintas do de Silves, no concernente à arquitectura e dimensões. Ali, o bocal de acesso colocado a descoberto media 0,80m x 0,50m e tinha 3,5m de profundidade, enquanto os canais ofereciam uma altura de cerca 1,00m, portanto, um pouco inferiores ao de Silves. Em Loulé o *qanat* é escavado na rocha caliza e só na abertura de acesso aos canais surgia reforçado com pedras aparelhadas (Luzia, 2006: 89). *Qanat* de características arquitectónicas e construtivas aparentemente muito semelhantes ao de Silves, é o que foi identificado em contexto rural, junto à ribeira de Aljibre, perto do Castelo de Paderne, no âmbito de Projecto de Requalificação da Ribeira de Quarteira e Várzea de Paderne (Gomes e Bettencourt, 2006: 206).

## A CISTERNA DA RUA DO CASTELO

Apesar de há muito conhecida, só no início deste século foi possível proceder ao desentulhamento de uma cisterna, situada entre a Sé-Catedral e o Castelo. É escavada no substrato rochoso, forma um rectângulo irregular, medindo cerca de 8,50m nos lados maiores, cerca de 3,50m nos lados menores e detém uma altura máxima interna de 4,50m, tendo capacidade para cerca de 140.000 litros de água. A cobertura abobadada é construída em blocos afeiçoados de «grés de Silves», sendo as paredes revestidas por blocos de tijolo burro de dimensões um pouco maiores que os actuais do mesmo tipo. Todas as paredes apresentam um revestimento argamassado e pintado a almagre vermelho, como sucede com este tipo de estruturas de armazenamento de água. Esta solução conferia àquela substância uma maior pureza, uma vez que a cor escura impediria a penetração de luz e sua expansão no interior da cisterna, ocasionando uma menor oxidação da água (Gamito, 2003: 241). O pavimento é, de igual modo, revestido a tijolo formando um ziguezague perfeito, podendo observar-se a necessária ampulheta para limpeza da cisterna, no extremo este da mesma. A cobertura apresenta três entradas, posicionadas de forma irregular, uma mais ou menos a meio e as outras duas em cada uma das extremidades (fig. 3).

Segundo Teresa Júdice Gamito, responsável pelos trabalhos arqueológicos, a sua edificação teve lugar no final do século XI (idem: 242). A atribuição de cronologia à cisterna através dos materiais encontrados nos entulhos que a preenchiam, parece-nos

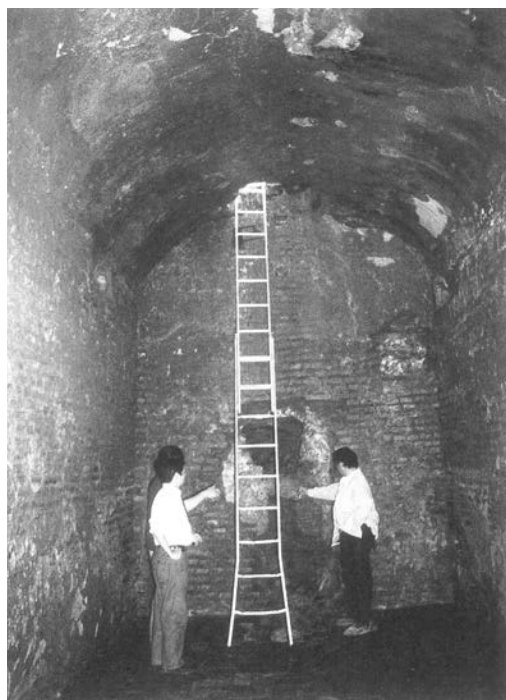


Figura 3 – Interior da Cisterna da Rua do Castelo.

ser de aceitar com muita reserva, se atentarmos no facto conhecido de a proveniência dos mesmos ter origem nas fundações de casa construída nos anos cinquenta nas proximidades da referida cisterna. Contudo, segundo a autora, a sua arquitectura e tipo de revestimento indiciam, de igual modo, uma contextualização cronológico-cultural consistente com a fase de domínio Almorávida (*ibidem*).

Dada a proximidade ao local onde se supõe ter existido a mesquita aljama da cidade islâmica – sob a actual Sé-Catedral –, é de admitir que a cisterna pudesse estar associada à mesma.

As fissuras que se observam em vários pontos da parede poderão ter constituído motivo do seu abandono em época que não podemos determinar, mas que poderá ter ocorrido em período anterior ao século XV, uma vez que a cisterna não é referida no *Livro do Almojarifado de Silves*, datado de 1474, que faz descrição exhaustiva desta zona alta da cidade.

## O ALJIBE

Localizado no interior da alcáçova, será o mais espectacular dos reservatórios existentes na cidade, pelas suas dimensões e excelente estado de conservação. Terá sido construído sob domínio Almóada e, após 1191, pois se acaso fosse anterior teria permitido o fornecimento de água às populações sitiadas durante os meses de Agosto e Setembro de 1189, altura em que ocorreu o cerco à cidade, que culminou com a rendição aos cristãos. Estima-se que o mesmo armazenaria mais de 1 300 000 litros de água<sup>1</sup>, o que permitiria manter cerca de 1200 pessoas durante um ano (Gomes e Gomes, 2001: 48).

É escavado no substrato rochoso, encontrando-se a sua cobertura ao nível do actual piso de circulação. É constituído por quatro abóbadas de canhão, assentes em três arcarias, suportadas por seis colunas isoladas e por outras tantas adossadas às paredes. Esta cisterna mede cerca de 20m de comprimento, 16m de largura e 7m de altura (fig. 4).

Peça fundamental no interior de qualquer fortificação observa-se em muitas das alcáçovas erguidas durante o domínio muçulmano. Facto curioso é a circunstância do



Figura 4 – Interior do Aljibe da Alcáçova de Silves.

Aljibe da antiga alcáçova de Silves ter contribuído para o abastecimento de água à cidade de Silves até aos anos oitenta do século XX.

## A CISTERNA DOS CÃES

Ainda no interior da alcáçova de Silves e para além de duas pequenas cisternas (Gomes, 2002b: 331) é conhecida a «Cisterna dos Cães», quase completamente escavada no substrato rochoso, ostentando secção rectangular até 15m de profundidade e tendo depois secção sub-circular



Figura 5 – Exterior da «Cisterna dos Cães».

até cerca de 40m de profundidade (fig. 5). Dos entulhos removidos do seu interior retirou o arqueólogo Estácio da Veiga, em 1889, para além de dois machados de pedra e outros artefactos líticos, louças romanas, alguns percutores de pedra e inúmeros fragmentos de alcatruzes que se encontrariam associados ao engenho que retirava a água daquele poço (Veiga, 1889: 46), levando-nos a equacionar a hipótese de o mesmo ter funcionado como nora em período de dominação muçulmana.

## O POÇO-CISTERNA

Na década de oitenta do século XX, a demolição de um edifício do século anterior na Rua das Portas de Loulé, junto à muralha da Almedina, colocou a descoberto um poço, completamente entulhado. Submetido a trabalhos arqueológicos verificou-se que, para além de armazenar águas das chuvas parece drenar dos níveis freáticos, tendo passado a designar-se por «Poço-Cisterna».

O mesmo foi construído por blocos aparelhados de «grés de Silves», ligados por argamassa de terra, detém secção circular, medindo o diâmetro da boca cerca de 2,45m, e oferece cerca de 18m de profundidade. O espaço central é rodeado, até aos 15m de profundidade, por uma galeria em espiral, formada por uma escadaria com cerca de 1,20m de largura e 2,20m de altura média, sendo coberta por abóbadas de tramos segmentados de perfil semicircular. Três janelas, também com abóbadas de perfil semicircular, fazem a ligação entre a galeria e o poço, permitindo a ventilação e a iluminação do seu interior (fig. 6).

Dada a proximidade dos banhos públicos, Rosa e Mário Varela Gomes equacionam a hipótese deste reservatório se destinar, também, ao abastecimento de água daquele complexo. (Gomes e Gomes, 2001: 44). A tipologia constru-



Figura 6 – Poço-Cisterna Almóada.

tiva e os dados arqueológicos reunidos permitiram aos arqueólogos atribuir-lhe cronologia compatível com o período Almóada (Gomes e Gomes, 1996: 143).

Aparentemente esta infraestrutura de abastecimento de água foi entulhada no século XVI (Gomes, 2006: 40), no entanto, não é referida no *Livro do Almojarifado de Silves* e, a desactivação de um equipamento de abastecimento de água de tão elevado potencial é, no mínimo, invulgar. De igual modo enigmática, é a existência de uma escadaria até ao nível da água, numa época em que se dispunha de várias soluções técnicas para a sua elevação até à superfície. Não obstante a sua arquitectura remeter para uma interpretação funcional aparentemente mais óbvia, outras leituras quanto à sua funcionalidade deverão ser equacionadas, aspecto que tencionamos abordar em estudo específico ulterior.

## A NORA COMUNITÁRIA DO BAIRRO ALMÓADA

Estrutura só parcialmente escavada, integrava espaço colectivo de um bairro construído *ex novo* durante a fase final da ocupação almóada do Arrabalde Oriental da cidade, que também continha tanque e forno de pão (Santos e Abranches, 2006: 139).

Erguida em alvenaria, era formada por blocos aparelhados de «grés de Silves», ligados por argamassa de cal e areia. Foram colocados a descoberto quatro arcos de diferentes dimensões, dispostos em cotas diversas, que integravam esta estrutura de captação de água. Toda a zona de implantação se encontrava pavimentada com seixo rolado e repleta de fragmentos de alcatruzes que integrariam a roda da nora (fig. 7).

A área escavada colocou a descoberto cerca de vinte habitações que foram arqueologicamente desmontadas para viabilizar o empreendimento residencial, tendo apenas sido preservada a nora, que se encontra no piso de estacionamento de um dos edifícios.



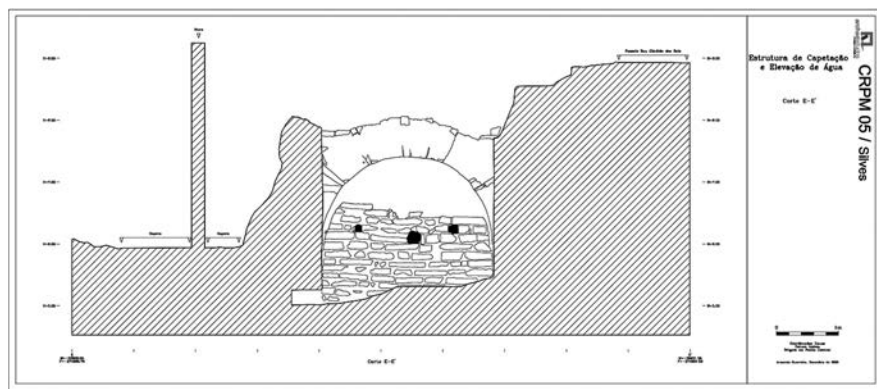


Figura 7 – A Nora Comunitária do Bairro Almóada (desenho Archeoestudos).

## OS POÇOS E CISTERNAS DOMÉSTICAS

As cisternas domésticas seriam recorrentes nas casas da Almedina de maiores dimensões sendo já vários os exemplos documentados pela investigação arqueológica. Na Rua da Sé, casa parcialmente escavada, mostrou pátio com cisterna de planta sub-retangular (1,60m x 1,48m x 1,80m x 1,65m) construída por pequenos blocos calcários e seixos rolados revestidos por argamassa com forte componente de cal. Ostenta tecto em abóbada de berço e uma altura máxima de 2,12m tendo capacidade para cerca de 4000 litros de água (Vieira, 2007: 50) (fig. 8).

Na Travessa da Arrochela outra estrutura de armazenamento foi identificada, embora já muito afectada por construções posteriores e infraestruturas de condução de água contemporâneas. A mesma mede cerca de 2,80m x 2,90m, desconhecendo-se a altura (fig. 9).

Documentando a existência de poços ou cisternas domésticas, existentes muito provavelmente nalgumas casas de logradouro, podemos apresentar ainda dois bocais de poço. Um deles encontra-se depositado no Museu Municipal de Arqueologia de Silves, foi descoberto *in situ*, na Travessa do Hospital, sobre pequena cisterna islâmica. Talhado em «grés de Silves», apresenta esculpidos motivos decorativos de carácter religioso, nomeadamente motivos profiláticos e apotropaicos, o que, segundo Rosa Varela Gomes, poderá ter relação com a madraza que julga ter existido naquele local (Gomes, 2001: 135) (fig. 10).

Refere-se ainda um bocal de poço cerâmico decorado com estampilhas repetindo matriz a representar arco polilobado, encontrado *in situ*, em espaço compatível com o arrabalde ocidental (Gonçalves, *et alli*: neste volume).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados coligidos até agora levam-nos a inferir que, numa fase inicial, o abastecimento de água à cidade alta se faria essencialmente a partir da Couraça, sendo as



Figura 8 – A Cisterna da Rua da Sé (foto António Medeiros).



Figura 9 – A Cisterna da Travessa da Arrochela (foto Carlos Oliveira).



Figura 10 – O Bocal de Poço da Travessa do Hospital.

zonas de arrabalde também fornecidas a partir de um sistema de *Qanat*. Após a falência da Couraça e da desactivação total ou parcial do *Qanat*, no século XII (Gonçalves, 2008: 158), surgem na alcáçova o *Aljibe* e na almedina o Poço-cisterna. Assim, durante o período Almóada, o abastecimento de água ter-se-á suportado, fundamentalmente, nas referidas cisternas públicas e em

poços e cisternas domésticas. Estas formas de abastecimento terão, de certo modo, substituído sistemas de abastecimento de água em funcionamento até à conquista da cidade em 1189, confirmada que foi, a sua ineficácia, em situação de guerra. Mais difícil de contextualizar cronologicamente fica a Cisterna da Rua do Castelo que, a existir durante o cerco da cidade em 1189, terá dado um contributo importante para o abastecimento de água após a falência da Couraça.

Pela complexidade construtiva e pelos encargos inerentes à edificação destes sistemas de abastecimento público, subjacente fica a ideia da existência de um poder forte e organizado, ao longo de todo o domínio muçulmano. Este foi planeando os sucessivos sistemas que, de forma concertada, foram dando resposta às necessidades criadas em cada fase, tendo nalguns casos coexistido e noutros ocupado o lugar de sistemas anteriores que, por ineficazes, acabaram por sucumbir.

## BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Adalberto; HADJADJI, Hamdane (2000), *Ibn Ammar Al-Andalusi – o Drama de um Poeta*, Assírio e Alvim, Lisboa.
- BARCELÓ, Miquel; CARBONERO, Maria Antonia (1986), «Topografia e Tipologia dels Qanat(s) de l'Illa de Mallorca», in *Actas do I Congreso de Arqueologia Medieval Española*, Huesca 17, 18, 19 de Abril de 1985, Disputación General de Aragón, pp. 599-615. Departamento de Cultura y Educación, Zaragoza.
- BONNET, Charles (1848), «Memoire sur le royaume de l'Algarve», in *Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*, 2.<sup>a</sup> série, t.II, Parte II, Lisboa.
- CARA BARRIONUEVO, Lorenzo; LÓPEZ, Rodriguez; MARIA, Juana (1987), «Abastecimiento de água a Marchena (Huécija y Terque, Almería)», in *Actas II Congreso de Arqueologia Medieval Española*, pp. 519-528. Madrid.
- COELHO, António Borges (1989), *Portugal na Espanha Árabe*, 2 volumes, Editorial Caminho, Lisboa.
- GAMITO, Teresa Júdece (2003), «A cisterna árabe da Rua do Castelo – Silves», in *Xelb 4 – Actas do 1.º Encontro de Arqueologia do Algarve* (Silves, 27, 28 e 29 de Setembro de 2001), pp. 235-246. Câmara Municipal de Silves.
- GEA CALATAYUD, Manuel (1990), «Sistemas de capatción y distribución de agua de probable origen árabe, en Albatera y Crevillente», *Sharq al-Andalus – Estudios Arabes n.º 7*, pp. 175-194. Universidad de Alicante.
- GOMES, Rosa Varela (2002a), «Silves Islâmica», in *O Mediterrâneo Ocidental: Identidades e Fronteira*, pp. 93-118. Edições Colibri.
- (2002b), «Estruturas defensivas medievais de Silves», in *Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*, Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos, pp. 325-336. Edições Colibri / Câmara Municipal de Palmela, Lisboa.
- (2006), «Silves (Xelb), uma cidade do Gharb al-Andalus: o núcleo urbano», *Trabalhos de Arqueologia n.º 44*, Instituto Português de Arqueologia, Lisboa.
- GOMES, Rosa Varela; GOMES, Mário Varela (1996), «Cerâmicas vidradas e esmaltadas, dos séculos XIV a XVI, do poço-cisterna de Silves», in *Silves nos Descobrimentos, Xelb 3*, pp. 143-205. Câmara Municipal de Silves.
- (2001), *Palácio Almóada da Alcáçova de Silves* – Catálogo de Exposição, Museu Nacional de Arqueologia/Câmara Municipal de Silves.
- GOMES, Sofia de Melo; BETTENCOURT, Pedro (2006), «A vertente Arqueológica em Trabalhos Multidisciplinares de Ambiente, o caso particular do Algarve», in *Actas do 3.º Encontro de Arqueologia do Algarve* (Silves, 20, 21 e 22 de Outubro de 2005), Xelb 6 – volume II, pp. 201-206.
- GONÇALVES, Maria José (2008), *Silves islâmica: o Arrabalde Oriental e a dinâmica de ocupação do espaço adjacente*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia, Universidade do Algarve (policopiado).
- GONÇALVES, Maria José; CATARINO, Helena; CAVACO, Sandra; COELHO, Catarina; COVANEIRO, Jaqueline; FERNANDES, Isabel Cristina; GOMES, Sofia; GÓMEZ-MARTINEZ, Susana; INÁCIO, Isabel; LIBERATO, Marco; SANTOS, Constança; BUGALHÃO, Jacinta; DÉLÉRY, Claire (neste volume), *Coisas Raras na Cerâmica do Gharb Al-Andalus*. Actas do Congresso «Encontros com a História», Mértola, 17 e 18 de Junho de 2016.
- GUERREIRO, Manuel Viegas; ROMERO Magalhães, Joaquim (1983), «Duas Descrições do Algarve no século XVI», *Cadernos da Revista de História Económica e Social*, Livraria Sá da Costa Editora.
- HERVÁS HERRERA, Miguel Ángel; RETUERCE VELASCO, Manuel (2006), «Una Medina de Calatrava la Vieja en el S. XIII. Una primera aproximación», in *Arqueologia y Territorio Medieval* 12.2, pp. 147-188. Universidad de Jaén.
- LEAL, Maria José da Silva; DOMINGUES, José Domingos Garcia (1984), *Livro do Almojarifado de Silves (século XV)*, Câmara Municipal de Silves.
- LOPES, João Baptista da Silva (1844), *Relação da derrota naval, façanhas e sucessos dos cruzados que partirão do Escalda para a Terra Santa no Anno de 1189* – traduzida e anotada, Academia das Ciências, Lisboa.
- LUZIA, Isabel (2006), «Primeiros dados para o estudo do sistema hidráulico islâmico de Loulé», in *Actas do 3.º Encontro de Arqueologia do Algarve* (Silves, 20, 21 e 22 de Outubro de 2005), Xelb 6 – volume I, pp. 83-92.
- MATOS, Manuel Cadafaz (1999), *A cidade de Silves num itinerário naval do século XII por um cruzado anónimo [fac símile da edição por João Baptista da Silva Lopes, Lisboa, Academia das Ciências, 1844]*, Edições Távola Redonda/Câmara Municipal de Silves.
- RETUERCE VELASCO, Manuel; HERVÁS HERRERA, Miguel Angelo (2002), «Calatrava La Vieja. De Medina a Encomienda», in *Mil anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*, Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos, pp. 311-316. Edições Colibri / Câmara Municipal de Palmela, Lisboa.
- RETUERCE VELASCO, Manuel; ZOZAYA, Juan (1992), «Un sistema defensivo hidráulico autosuficiente: Calatrava la Vieja», in *Actas do III Congreso de Arqueologia Medieval Española*. Vol. I, pp. 353-359. Oviedo, 27 Marzo – 1 Abril 1989.
- SANTOS, José Costa; BARREIRA, Paula Abranches (2006), «Do Bairro Islâmico ao “Empreendimento do Castelo” (Silves). Primeiros resultados de uma intervenção arqueológica», in *Actas do 3.º*

- Encontro de Arqueologia do Algarve* (Silves, 20, 21 e 22 de Outubro de 2005), Xelb 6 – Vol. II, pp. 131-140. Câmara Municipal de Silves.
- VEIGA, Sebastião Philippes Martins Estácio (1889), *Antiguidades Monumentais do Algarve*, vol. III, Imprensa Nacional, Lisboa
- VIEIRA, Ana Isabel (2007), *Projecto de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Silves – Relatório Final de Escavação Arqueológica – Largo da Sé – Cisterna – Silves* (texto policopiado).
- ZOZAYA STABEL-HANSEN, Juan (1996), «Fortification Building in al-Andalus», in *Spanien und der Orient im Fruhen und hohen mittelalter – Kolloquium Berlin 1991*, pp. 55-74. Madrider Beitrage Band 24.

## NOTAS

- 1 1 215.000 litros segundo o Eng. Charles Bonnet (1848: 99), que visitou a cisterna entre 1846 e 1847 e constatou a existência de obras de restauro.



# A BASÍLICA PALEOCRISTÃ E O EDIFÍCIO PALATINO DE ST.<sup>a</sup> MARTA DAS CORTIÇAS (FALPERRA): AS ESCAVAÇÕES DE F. RUSSELL CORTEZ E DE J. J. RIGAUD DE SOUSA

MÁRIO JORGE BARROCA\*

ANDREIA AREZES\*

RUI MORAIS\*\*

## RESUMO

Entre as décadas de 50 e 70 do século XX, o sítio da Falperra foi sujeito a diversas campanhas de escavações arqueológicas. Partindo de manuscritos e demais elementos inéditos, incorporados no arquivo Russell Cortez, procede-se a uma análise crítica das estruturas arquitectónicas (basílica paleocristã e edifício palatino). Apresenta-se, igualmente, numa análise preliminar, alguns materiais arqueológicos nunca abordados de modo sistemático (*sigillatas* hispânicas tardias, africanas e focéenses; cerâmicas de produção local/regional; um ponderal bizantino; uma fíbula damasquinada; e uma *pizarra* de desenho).

**Palavras-chave:** Antiguidade Tardia; basílica paleocristã; edifício palatino; cerâmicas e metais (séc. V a VIII)

## ABSTRACT

Between the fifties and the seventies of the twentieth century, several archaeological excavation campaigns were carried out in the archaeological site of Falperra. Based on manuscripts and on other unpublished elements, incorporated in Russell Cortez archives, we develop a critical analysis on the architectonic structures (an Early

Christian basilica and a palatine building). We also present a preliminary analysis of a set of archaeological artefacts never systematically studied (Late Hispanic, African and Phocaeen Red Slip ware; local/regional pottery; a Byzantine weight; a damascene fibulae; and a drawing slate).

**Key Words:** Late Antiquity; Early Christian basilica; palatine building; pottery and metallic artefacts (5<sup>th</sup>-8<sup>th</sup> century).

Em 1953 realizou-se o «III Congreso Nacional de Arqueologia», que congregou os principais nomes da investigação arqueológica espanhola da época. O Congresso teve lugar na Galiza e, aproveitando a proximidade geográfica, comportou uma deslocação de quatro dias a Portugal, entre 23 e 26 de Julho de 1953. O programa dessa jornada, que ficou conhecida como «Extensão a Portugal do III Congreso Espanhol de Arqueologia», compreendia, no primeiro dia,

\* FLUP – CITCEM.

\*\* FLUP – CECH.

uma recepção na Câmara Municipal de Braga, uma visita à Fonte do Ídolo e a inauguração de uma exposição sobre a arqueologia de *Bracara Augusta*, acompanhada pela apresentação de trabalhos de três investigadores portugueses (Alberto Feio, Arlindo Ribeiro da Cunha e Fernando Russell Cortez) (S/A, 1953-54: 215-234). No dia 24, os congressistas rumaram a Guimarães, onde foram recebidos na Sociedade Martins Sarmento, visitaram este museu, o Museu Alberto Sampaio e a Citânia de Briteiros, e ouviram mais três comunicações de arqueólogos portugueses (Mário Cardozo, Afonso do Paço e Carlos Teixeira) (S/A, 1953: 660-710). Na viagem de regresso a Braga, ao final da tarde, pelas 17 horas, visitaram o «*Oppidum*» de Santa Marta da Falperra e, pelas 18 horas, assistiram a uma nova sessão de três comunicações de investigadores nacionais (Francisco Veloso, Arqt.º João de Moura Coutinho e Sérgio da Silva Pinto). No dia 25 de Julho, viajaram até ao Porto, sendo recebidos na Universidade do Porto, visitado monumentos e assistido a novas intervenções de investigadores portugueses. E, por fim, no dia 26 de Julho, depois de três dias de intenso programa, regressaram de novo à Galiza.

A visita dos arqueólogos espanhóis foi o motivo que espoletou as primeiras escavações *sistemáticas* no sítio de Santa Marta das Cortiças, na Falperra. Com efeito, foi no âmbito da programação desta visita que a Câmara Municipal de Braga, no desejo de ter algumas ruínas arqueológicas para mostrar aos congressistas, decidiu promover escavações arqueológicas. Para o efeito foram encarregados da direcção dos trabalhos arqueológicos o Dr. Fernando Russell Cortez (1913-1994), o Cónego Arlindo Ribeiro da Cunha (1906-1976) e o Dr. Sérgio da Silva Pinto (1915-1970), então Vereador da Cultura da Câmara Municipal de Braga. Dada a urgência dos trabalhos, que tinham de revelar vestígios significativos a tempo da visita dos congressistas, a campanha de 1953 foi parti-

cularmente intensa, tendo-se sucedido uma segunda campanha, já mais curta, no ano de 1954.

Em 2014, num ato de grande generosidade que nos apraz aqui registar, a família do Dr. Fernando Russell Cortez decidiu oferecer o espólio bibliográfico deste Arqueólogo ao Departamento de Ciências e Técnicas do Património, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. A ordenação dos espécimes bibliográficos e de outros elementos de arquivo permitiu-nos identificar vários documentos inéditos relacionados com as escavações arqueológicas na Falperra – sobretudo a campanha de 1954 – que foram o motivo para (re)visitarmos este sítio arqueológico, tão importante para a compreensão da Antiguidade Tardia no Noroeste Peninsular.

## AS ESCAVAÇÕES

A estação arqueológica de Santa Marta das Cortiças ou da Falperra já era conhecida da bibliografia arqueológica nacional muito antes dos trabalhos de 1953. As primeiras referências devem-se a Francisco Martins Sarmento (1833-1899) que citou a Falperra num trabalho datado de 1883 (Sarmiento, 1933: 166) e a registou nos seus apontamentos, em nota atribuível sensivelmente à mesma época (Sarmiento, 1999: 253-254). Trata-se, no entanto, de menções muito curtas e lacónicas. Com efeito, Sarmiento limitou-se a reportar a existência, no povoado, de duas linhas de muralhas e o aparecimento de «*cacos*» e «*telhas*».

Depois de Martins Sarmento, também Albano Belino (1865-1906) dedicou alguma atenção à Falperra, estação arqueológica mencionada em dois dos seus estudos (Belino, 1900 e 1909). No artigo de 1909, já publicado postumamente, revela mesmo que teria realizado escavações neste local, as primeiras de que temos conhecimento. Estas escavações, que estão muito mal documentadas, tiveram lugar em 1899, como se depreende de uma série de pequenas notícias publicadas no *Comércio do Minho* entre Junho e Agosto desse ano, resgatadas do esquecimento pelo paciente labor de Eduardo Pires de Oliveira (Oliveira, 1985: 41-42, notícias n.º 42 a 45). As escavações incidiram sobre uma zona «*no vastíssimo espaço compreendido, pelo lado sul, entre a primeira e a segunda muralhas*», registando-se o aparecimento de «*duas casas circulares*», ocorridas «*dentro de fortes construções quadradas em que foram empregues grandes blocos*» (Belino, 1909: 15). O autor refere, ainda, o achado de 5 moedas do Baixo Império (de Constantino, Constante e Constâncio), de dois fragmentos de bronze e de vários fragmentos de um vaso de vidro «*amarelo-claro*» (Belino, 1909: 16). Acrescenta, por fim, informação sobre uma «*grande pedra com letras*», removida do local uns oito anos antes das suas escavações e já então de paradeiro desconhecido (Belino, 1909: 15).

Depois de Albano Belino, e salvo esporádicas referências (Teixeira, 1936; Lopez Cuevillas e Lorenzo Fernández, 1946), a estação da Falperra ficou praticamente esquecida durante meio século, até 1953, data do referido Congresso e a consequente promoção de escavações arqueológicas. Como referimos, a direcção científica dos traba-

lhos ficou a cargo do Dr. Fernando Russell Cortez, do Cónego Arlindo Ribeiro da Cunha e do Dr. Sérgio da Silva Pinto. Este último teve uma presença muito esporádica no terreno, pelo que, verdadeiramente, a direcção dos trabalhos arqueológicos deve ser atribuída aos dois primeiros. As escavações arrancaram no dia 21 de Maio de 1953 (Cunha, 1953-54: 242). A visita dos arqueólogos espanhóis ocorreu dois meses depois.

No início, as relações entre os dois responsáveis pela intervenção pareciam ser cordatas. Mas o desenrolar dos trabalhos haveria de criar problemas insanáveis. E as profundas divergências entre o Cónego Arlindo Ribeiro da Cunha e Fernando Russell Cortez, centradas sobretudo na metodologia de escavação adoptada e na interpretação das estruturas aparecidas, acabariam por ditar o fim das campanhas, das quais quase nada foi publicado. Fernando Russell Cortez nunca publicou nada sobre a Falperra. O Cónego Arlindo Ribeiro da Cunha referiu-se à Falperra em três estudos, sempre de forma breve e muito incompleta, que não deixam transparecer a sua importância nem a dimensão dos trabalhos realizados (Cunha, 1954a; 1954b; 1975).

Depois de, em 1954, terem sido oficialmente encerradas as escavações, o Cónego Arlindo Ribeiro da Cunha continuou a intervir. Em Fevereiro de 1955 estava a escavar na Falperra e, ao longo da década de 50, ordenou a abertura de mais algumas valas, na zona a sul do edifício basilical, sobre as quais nada sabemos. A sua metodologia de escavação, mandando abrir valas paralelas às faces das paredes, com o intuito de colocar estas a descoberto, prejudicaram seriamente a interpretação estratigráfica. Seria preciso aguardar mais de uma década para que a Falperra voltasse a conhecer escavações sistemáticas. A partir de 1966, primeiro sob a direcção de J. J. Rigaud de Sousa e de D. Domingos de Pinho Brandão, e depressa apenas sob a responsabilidade do primeiro (por compromissos da vida religiosa do segundo), a Falperra voltou a conhecer campanhas arqueológicas. Pela bibliografia conhecida sabemos que as campanhas se prolongaram pelo menos entre 1966 e 1970 (Sousa, 1968-70). Mas o certo é que, nas reservas do Museu D. Diogo de Sousa, em Braga, se encontra depositado espólio marcado com datas anteriores e posteriores. Com efeito, ali encontramos materiais marcados de 1960, 1962, 1966, 1967, 1968, 1969, 1970, 1971, 1972, 1973 e 1974. A actividade arqueológica na Falperra foi, portanto, muito mais extensa do que a bibliografia deixa transparecer e, aparentemente, entre 1966 e 1974 conheceu sempre campanhas anuais.

Em época ainda mais recente, a Falperra voltaria a conhecer novas intervenções: uma primeira, de conservação, da responsabilidade da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, em 1984; e depois duas campanhas de escavação, dirigidas pela Prof. Doutora Manuela Martins, da mesma Unidade de Arqueologia, em 1985 e 1986.

O nosso estudo irá centrar-se apenas sobre as campanhas de Fernando Russell Cortez e Arlindo Ribeiro da Cunha (1953-54) e de J. J. Rigaud de Sousa e D. Domingos de Pinho Brandão (1966 e ss.), valorizando os dados de arquivo das primeiras, ora depositados no DCTP (mormente o Relatório da Campanha de 1954, documentos epistolares, apontamentos diversos, desenhos e fotografias) e os materiais arqueológicos procedentes das campanhas de Rigaud de Sousa, depositados no Museu

D. Diogo de Sousa e nunca sistematicamente estudados<sup>1</sup>.

Antes de entrar na análise dos dados conhecidos sublinhemos que, no que respeita ao registo gráfico (desenhos de campo), as duas intervenções arqueológicas contaram com nomes significativos. As estruturas e estratigrafia das campanhas de Fernando Russell Cortez e Arlindo Ribeiro da Cunha foram desenhadas pelo Arqt.<sup>o</sup> António Menéres (então ainda estudante da Escola Superior de Belas Artes do Porto, futuro docente da ESBAP e da FAUP); as estruturas das campanhas de J. J. Rigaud de Sousa foram registadas pelo Arqt.<sup>o</sup> Fernando Lanhas, figura de relevo nas Artes Plásticas contemporâneas, que desde cedo manifestou grande interesse pela Arqueologia. Aos dois se deve a invulgar qualidade gráfica dos registos.

## AS ESTRUTURAS

As escavações de 1953-54 incidiram sobre duas zonas distintas da estação arqueológica: uma, na área intramuros, voltada a Nascente; e outra, na zona superior, nas imediações da Capela de Santa Marta das Cortiças. Esta capela é um modesto templo dos inícios do século XVI, com reformas posteriores. Resulta da iniciativa do Arcebispo D. Diogo de Sousa, que «*fez a ermida de Santa Martha de novo, porque a velha era já derribada*» (Soares, 2003: 100). Como se depreende desta notícia, o monte já estava sacralizado por um edifício anterior. Com efeito, a documentação medieval designa este monte pelo orago de Santa Marta desde, pelo menos, o ano de 900 (LF 174, de 28 de Junho), sintoma de que, muito provavelmente, já então teria um pequeno templo. Desse edifício do século IX ou X não conhecemos vestígios sobreviventes. O único testemunho de um espaço de culto anterior ao de D. Diogo de Sousa, certamente o que estava em ruínas nos inícios do século XVI, é um

capitel vegetalista gótico, que o Cônego Arlindo Ribeiro da Cunha publicou como sendo «visigótico» (Cunha, 1954b: 9-10), que foi recolhido no Museu Pio XII, em Braga, por oferta do pároco de Esporões (Rosário, 1973: 62, SL 84) e que já figurou como pertencente a esse museu na exposição de Arqueologia Bracarense organizada por ocasião do «III Congresso Nacional de Arqueologia» (S/A, 1953-54: 231, n.º 75).

Como referimos, as escavações de 1953-54 incidiram sobre duas zonas distintas da estação arqueológica. Na primeira área, na zona intramuros voltada a Nascente, apareceu espólio que atesta a ocupação do monte desde a Pré-História Recente (um raspador em sílex, uma «machadinha neolítica», uma «goiva polida», fragmentos de cerâmica «tipo Penha», etc.) e vários testemunhos do povoado da Idade do Ferro. Na segunda zona, a que mais nos interessa, encaixada entre afloramentos na parte superior, foram identificados dois conjuntos importantes de estruturas arqueológicas (Fig. 1 e 2): um núcleo A, implantado junto da actual estrada de acesso ao alto de Santa Marta das Cortiças, a ocidente da base do monumento a Nossa Senhora da Assunção, que compreende uma série de muros de estruturas habitacionais; e um núcleo B, um pouco mais recuado, hoje parcialmente cortado pelo caminho que liga a Capela de Santa Marta das Cortiças ao monumento a Nossa Senhora da Assunção, onde foi possível reconhecer uma basílica paleocristã<sup>2</sup>.

As estruturas do núcleo A, consideradas usualmente habitacionais, afiguram-se de interpretação complexa. Neste núcleo foram postos a descoberto vários muros paralelos e perpendiculares, alguns definindo compartimentos, outros criando pelo menos dois espaços de circulação, que oferecem dificuldades interpretativas (Fig. 3). Não sabemos se eles correspondem todos a uma mesma fase construtiva, ou se encerram alguma diacronia. Em todo o caso, a funcionalidade destas estruturas não está estabelecida.



Figura 1 – Falperra – Fotografia aérea com localização das principais estruturas (A – Estruturas habitacionais; B – Basílica paleocristã; C – Estrutura áulica).

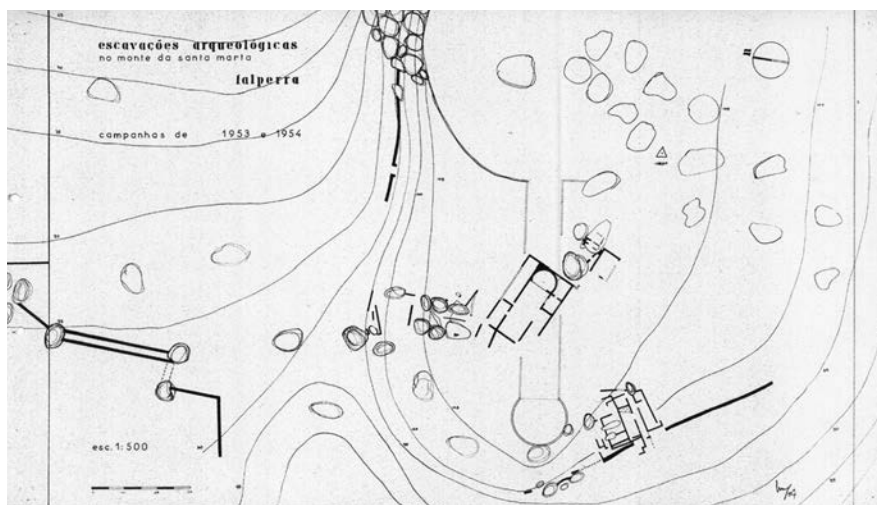


Figura 2 – Planta geral das estruturas arqueológicas da Falperra (Relatório das Escavações de F. Russell Cortez, 1954).

Centremos a nossa atenção nas estruturas do núcleo B, a nosso ver bem mais elucidativas (Fig. 4). Na interpretação de Russell Cortez, as campanhas de 1953-54 colocaram a descoberto uma estrutura de três naves, culturalmente orientada (Nascente-Poente), com fachada ocidental recta, dois muros do *narthex* (?) (embora com um assinalável desvio axial, o que suscita dúvidas) e uma cabeceira absidial inscrita (isto é, curvilínea no interior e recta no exterior). A cabeceira era ladeada por dois compartimentos, também de remate exterior rectificado: do lado do Evangelho (ou lado Norte), o *Diaconicon* ou *Secretarium*; do lado da Epistola (ou lado Sul), a *Prothesis*. Se a interpretação de Russell Cortez estava correcta, e a Falperra era uma basílica de três



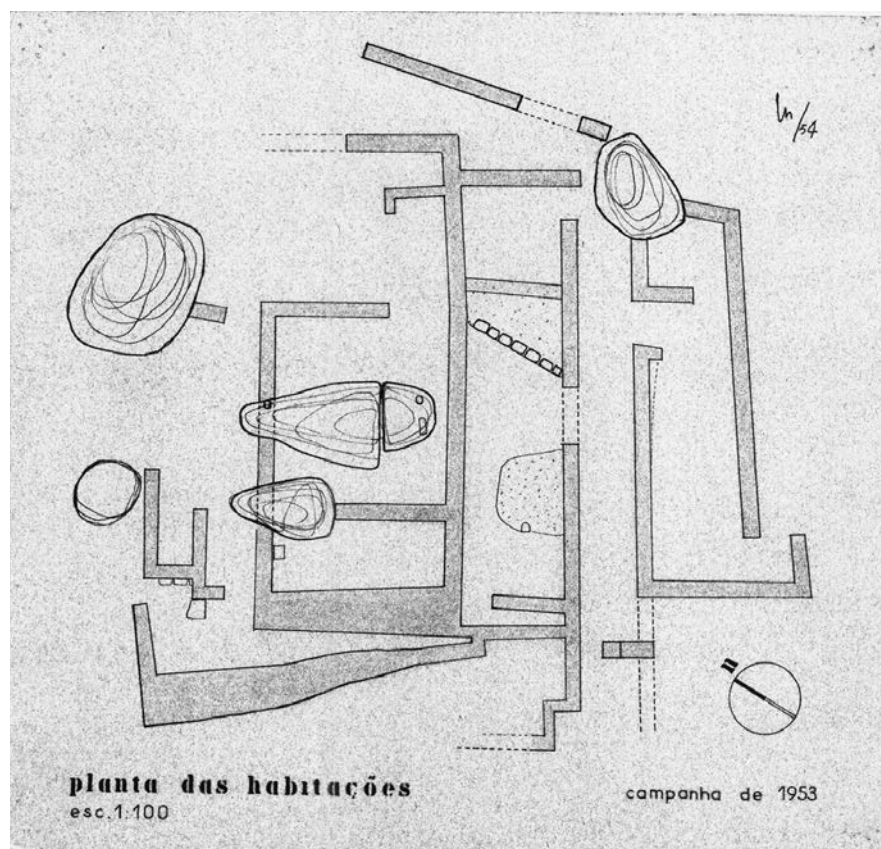


Figura 3 – Planta das estruturas do Núcleo A da Falperra (Relatório das Escavações de F. Russell Cortez, 1954).

naves, então teremos de admitir que, num momento posterior, as duas naves laterais foram segmentadas em espaços menores, pela construção de paredes transversais. Nas suas dimensões máximas, a Basílica da Falperra tinha 16 metros de largura e 25 metros de comprimento. A nave central apresentava uma largura de 7,2 metros e as naves laterais 3,5 metros (Fig. 4)<sup>3</sup>.

Fernando Russell Cortez acreditou, desde a primeira hora, estar perante uma basílica paleocristã «anterior ao século VII», com abside ladeada pelo *Diaconicon* e pela *Prothesis*. Isso transparece do seu «Caderno de Campo» e do *Relatório da 2.ª Campanha de Escavações*, que é de sua autoria (Cortez, Pinto e Cunha, 1954). Neste Relatório escrevia: «A planta desta basílica cristã, exteriormente com a forma rectangular e interiormente dividida em três naves com a central predominante e rematada por uma abside em arco de círculo ultrapassado, a 1/3, o *Sanctuarium*, e a nave direita finalizada pelo *Diaconium* [Sic] e a esquerda com a sua *Prothesis* com uma *sacristia* anexa, apresenta-nos uma forte influência africana seguindo protótipos originários da Síria do Norte» (Cortez, Pinto e Cunha, 1954: 5) (Fig. 7).

A mesma opinião é corroborada num apontamento manuscrito não datado, que chegou inédito até hoje, e onde Russell Cortez escrevia: «A planta da Basílica agora descoberta está orientada L/O e mede: 25 x 16 e não tem vestíbulo anterior *Narthex*. A disposição da sua planta – de forma muito típica – é muito semelhante às de *Manacor*, *Son Peretó*, *Son Bou*, *Vega del Mar*, *Arnal*, etc. A abside, cuja parte interna é de forma semi-circular ultrapassada, mais de 1/3 – característica visigótica – está situada no interior de uma parede recta, construída na mesma altura e da qual faz parte integrante e tem adossada lateralmente duas celas

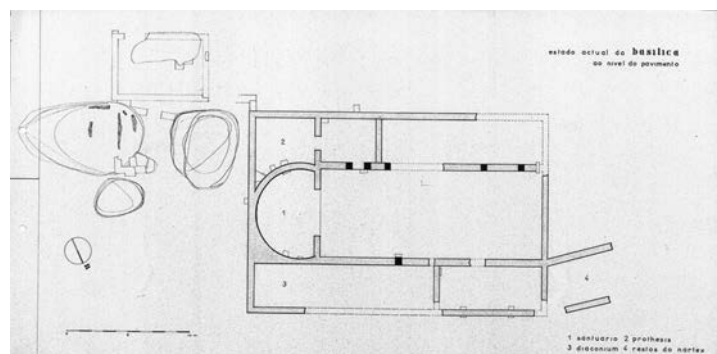
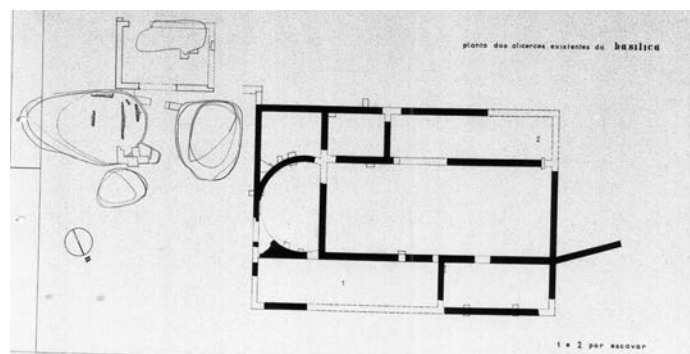


Figura 4A e 4B – Plantas da Basílica paleocristã da Falperra (Relatório das Escavações de F. Russell Cortez, 1954).

rectangulares. Um diaconium [sic] à esquerda e uma prothesis à direita. Esta disposição absidial condiciona a divisão da igreja em três naves. A central de 7,20 de largura e as laterais de 3,5 m. As naves seriam separadas por vários arcos ultrapassados que repousavam sobre pilastras adossadas a impostas emergentes das paredes ou sobre colunas de [que] restam pelo menos dois troços de fustes cilíndricos. As duas celas laterais à abside comunicam por aberturas com as naves laterais, sem comunicação com o interior da abside. Todos estes elementos estruturais aconselham-nos a buscar na África do Norte os antecedentes desta basílica da Falperra, e em caminho inverso à da sua origem seguir a costa africana pelo Egipto, Palestina até à Síria do Norte, onde nasce esta forma arquitectónica especial das absides e da coberta com pilastras e arcos, como recentemente ficou demonstrado por J. Lassus<sup>4</sup>. Não queremos entrar em pormenores, nem é este é [sic] o local para referir todas as localidades onde apareceram construções religiosas cujas formas recordam as da Basílica da Falperra. A lista seria interminável e as suas características iriam ficando documentadas uma a uma. Esta basílica bracarense é, no momento, a melhor igreja paleocristã do norte de Portugal, uma das maiores da Península, e uma das mais cuidadosamente escavadas e o seu estado de conservação, apesar de situar-se mesmo na crista do monte de Santa Marta, permite incluí-la na dos tipos dos primeiros séculos do Cristianismo. Nada se afasta da visão que temos das modas construtivas dos nossos cristãos primitivos. Quanto à sua cronologia é q(ue) se complica o problema: a pureza da sua forma, a sua disposição e a rusticidade dos elementos construtivos podiam indicar as proximidades do século V. = Aparelho das paredes. = O facto do diaconium aparecer vazio, sem ser transformado em baptistério, indica-nos que este ainda desempenhava a sua primitiva função litúrgica confirma em parte a mais remota cronologia».

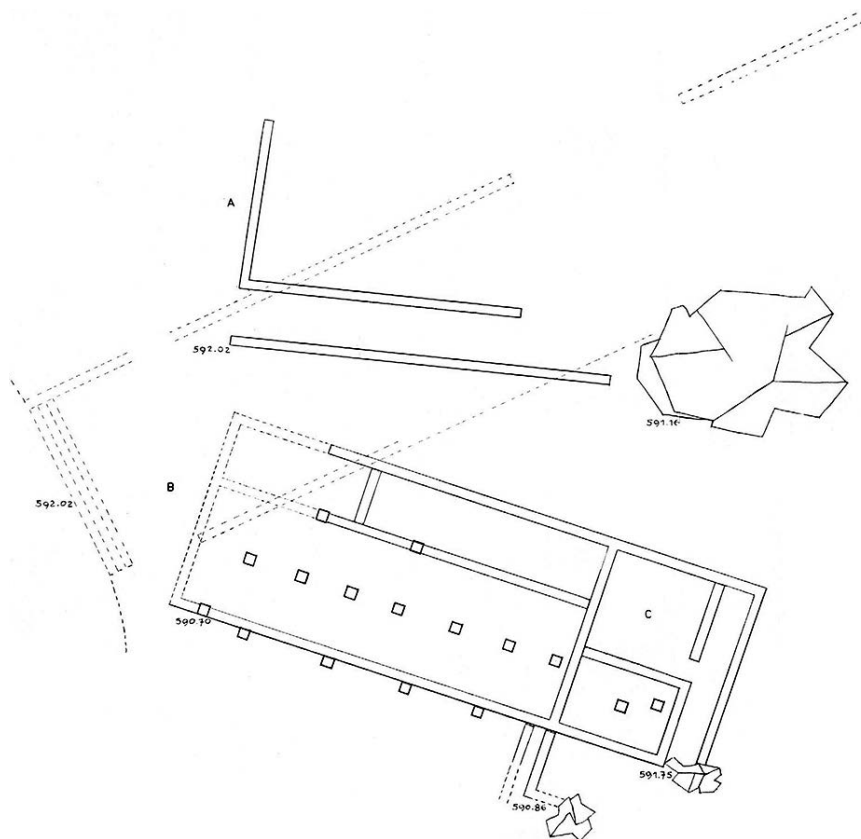
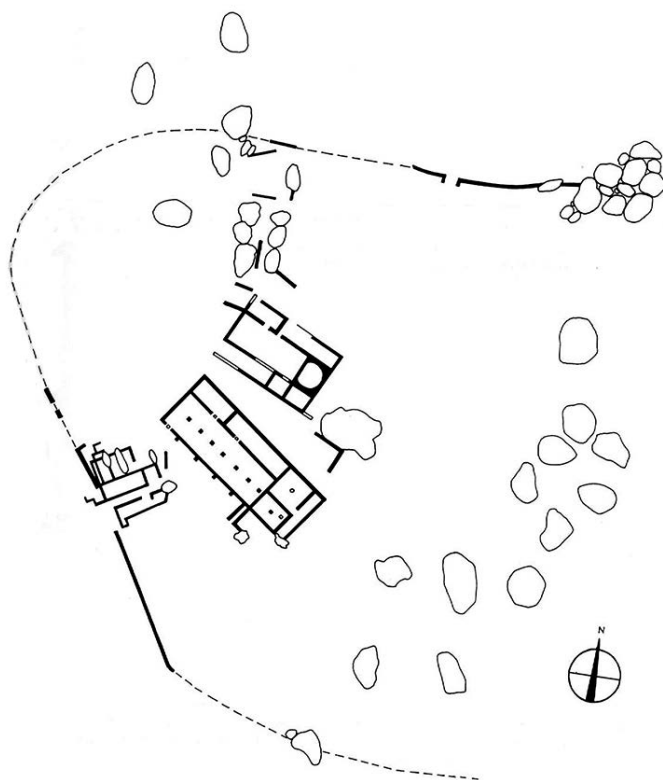


Figura 5 – Planta da estrutura áulica da Falperra (seg. J. J. Rigaud de Sousa, 1970).

Este apontamento inédito, que devia ser o rascunho de alguma publicação que Russell Cortez estava a preparar (ou, talvez, da sua intervenção junto das ruínas da Falperra, durante a visita dos congressistas espanhóis, em 24 Julho de 1953), revela como o autor estava actualizado, quer do ponto de vista bibliográfico, quer do ponto de vista da problemática.

Mas o Cónego Arlindo Ribeiro da Cunha entendia de forma diversa, recusando a interpretação das ruínas da Falperra como uma basílica, tendo mesmo sugerido tratar-se de um «mausoléu»: «Não foi ainda removido o interior do único edifício redondo, que no começo quase sugeria a abside duma basílica paleo-cristã; mas nada me admiraria se se viesse a provar que essa construção era afinal o mausoléu de algum chefe, no género do de Teodorico em Ravena, embora muito mais modesto. Esta hipótese, que formulo a medo, alguma confirmação receberá do facto de lá ter aparecido um osso humano» (Cunha, 1954: 243). Em 1975 Arlindo Ribeiro da Cunha voltaria a ocupar-se da Falperra, no primeiro apartado do seu artigo «Trepando aos montes». Aqui, curiosamente, apesar de voltar a publicar, de forma quase integral, o texto de 1954, omite duas passagens: a que referia a «direcção superior e responsabilidade técnica do Sr. Dr. Russell Cortês» e a passagem sobre a sua primeira interpretação da Basílica da Falperra, sobre a qual prefere, agora, remeter-se ao silêncio (Cunha, 1975: 488 e 489).



**Figura 6 – Planta geral das estruturas arqueológicas da Falperra – síntese das estruturas identificadas nas escavações de F. Russell Cortez e J. J. Rigaud de Sousa (seg. M. Real 2001).**

Em parte, devido às divergências interpretativas, mas sobretudo devido a profundas divergências metodológicas sobre a forma como os trabalhos arqueológicos estavam a ser conduzidos no terreno, a colaboração entre Fernando Russell Cortez e o Cónego Arlindo Ribeiro da Cunha começou a esmorecer a partir de Outubro de 1954, quando ainda decorriam os trabalhos da 2.<sup>a</sup> Campanha de Escavações (iniciada a 8 de Setembro desse ano), que Russell Cortez abandonou antes de 10 de Outubro de 1954. E acabaria formalmente em 1955.

Aos olhos de hoje, parece claro que a opinião do Cónego Arlindo Ribeiro da Cunha não tinha qualquer validade. Arlindo Ribeiro da Cunha era, de resto, pouco conhecedor da *cultura arqueológica*, o que transparece em todos os seus escritos. Espelhava o interesse que quase todos os párocos tinham por temas de Arqueologia, fruto da sua formação em Seminário, mas com sérias limitações a nível teórico. No extremo oposto, Russell Cortez era, à sua época, um dos mais promissores arqueólogos portugueses, um homem com uma vasta cultura e, sobretudo, com largos contactos pela Europa, como transparece da quantidade e qualidade de autores com quem manteve correspondência. Foi, de resto, ele que acompanhou uma delegação do Instituto Arqueológico Alemão – constituída por Helmut Schlunk (1906-1982), Wilhelm Grünha-

gen (1915-1993) e Edward Sangmeister (1916-2016) –, que visitou a Falperra em Fevereiro de 1955. Esta visita estaria na origem de uma longa carta de Fernando Russell Cortez denunciando, junto das autoridades, a forma como o Cónego Arlindo Ribeiro da Cunha continuava a intervir na Falperra, sem qualquer metodologia científica.

Uma década volvida, a Falperra foi objecto de novas campanhas, agora sob a direcção de J. J. Rigaud de Sousa e de D. Domingos de Pinho Brandão, com o concurso do Arqt.<sup>o</sup> Fernando Lanhas no registo arqueológico. Como referimos, cedo D. Domingos de Pinho Brandão teve de abandonar os trabalhos, por ter sido eleito Bispo de Leiria. Por isso, a maior parte das campanhas de 1966 a 1970 foram da responsabilidade de Rigaud de Sousa, que deixou um pequeno estudo dando conta das suas conclusões (Sousa, 1968-70).

As escavações de Rigaud de Sousa incidiram sobre uma área a Sul da basílica paleocristã, onde as valas abertas por Arlindo Ribeiro da Cunha tinham revelado vários muros. As novas escavações colocaram a descoberto um enorme edifício rectangular, com 34,2 x 12,6 metros, onde se destaca uma grande sala com duas naves separadas por sete pilares de secção quadrada (Fig. 5 e 8). O espaço a norte desta grande sala apresenta dois compartimentos alongados. E, no topo leste deste edifício, desenvolvem-se dois compartimentos secundados por um estreito espaço de circulação. Esta estrutura, detectada a escassa distância da basílica e com um alinhamento levemente divergente em relação a ela (ditado pelas condições topográficas do terreno e pelos batólitos graníticos), contrasta com as restantes construções da Falperra pelas suas generosas dimensões (Fig. 6). Para além dos pilares, e de alguns capitéis de tipo jónico, foi ainda recolhido, em 1970, um magnífico capitel coríntio, com folhas de acanto lisas, do séc. VI ou VII, que se conserva hoje no acervo do Museu D. Diogo de Sousa (Fig.

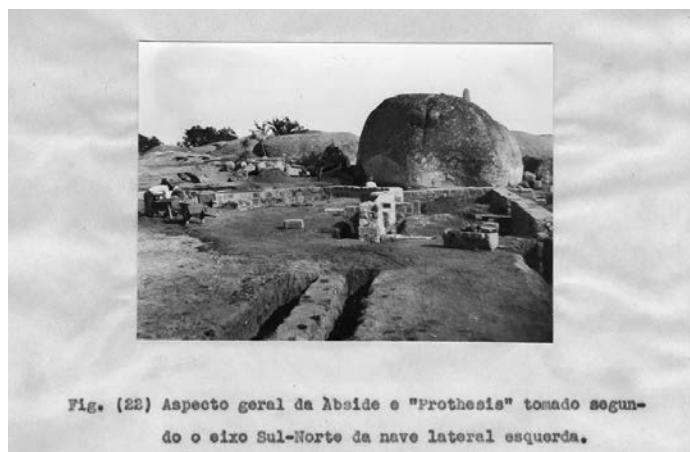


Figura 7 – Basílica paleocristã da Falperra (fotografia do Relatório de 1954).



Figura 8 – Aspecto geral das escavações de J. J. Rigaud de Sousa (1970).

9). Por fim, registemos que nas escavações de 1954 e nas de 1970 apareceram bases de pilares rectangulares, com molduras de toro e escócia, de perfil clássico, que espelham uma invulgar qualidade da construção (Fig. 10). A dimensão desta construção e o requinte construtivo de que ela se revestia não pode deixar de suscitar muitas interrogações no que respeita à sua funcionalidade.



Figura 9 – Capitel coríntio de acantos lisos aparecido nas escavações de J. J. Rigaud de Sousa (hoje no Museu D. Diogo de Sousa, Braga).

As escavações de Rigaud de Sousa detetaram, ainda, um hiato ocupacional na Falperra entre uma fase mais antiga (desde a Pré-História recente ao período romano) e uma fase de ocupação atribuível à Antiguidade Tardia, cujos níveis

estratigráficos eram separados por uma camada estéril. E revelaram sinais de destruição violenta do grande edifício palatino, com abatimento do telhado, que alguns autores, nomeadamente Manuel Real, associaram aos eventos de 585, com a conquista de Braga pelos Visigodos e o fim do reino suevo (Sousa 1970; Real 2000: 28).

As novas escavações na Falperra foram visitadas por vários arqueólogos, entre os quais J. M. Bairrão Oleiro, Jorge de Alarcão, Jean Boube, Pedro de Palol e, de novo, Helmut Schlunk. A passagem de Pedro de Palol i Salellas (1923-2006) ocorreu no momento em que o eminente arqueólogo catalão estava a concluir uma das suas mais marcantes obras – a *Arqueologia Cristiana de la España Romana (Siglos IV-VI)*, editada em 1967. Na sequência dessa visita, Palol incluiria uma breve referência à Falperra, no *Aditamento* que aparece no final da obra, onde defendeu a existência de uma basílica paleocristã e avançou com uma proposta de função monástica para as estruturas anexas: «*Existe, evidentemente, un templo de três naves com cabecera tripartita, a la manera de los baleáricos estudiados, y a la vez un conjunto de edificaciones que quizá autorizan a pensar en un cenóbio...*» (Palol, 1967: 371). A que edificações se referia Palol quando avançava com uma possível estrutura cenobítica? Não é claro. Seriam as estruturas junto da muralha, postas a descoberto em 1953-54, nas escavações de Russell Cortez e Arlindo R. Cunha e que continuavam visíveis? Ou seria a ampla estrutura rectangular que Rigaud de Sousa revelou? Ou seriam, finalmente, os compartimentos que se desenvolvem anexos ao templo e que segmentam as suas «naves laterais»?

Jacques Fontaine optou, em 1973, por esta última hipótese: «... on a cru pouvoir identifier avec une basilique paleochrétienne un ensemble architectural rectangulaire d'environ 25 mètres sur 10, comportant une "nef" centrale terminée vers l'Est par une abside au tracé intérieur en fer à cheval outrepassé à 2/3 du rayon, extérieur inclus dans le rectangle et en partie rectiligne. Mais, au lieu des "nefs" latérales, une série de chambres s'ouvrent par des seuils distribués de façon irrégulière sur la "nef": de la sorte, celle-ci est limitée de toutes parts par des murs plus ou moins continus, et non par les bases de supports qui devaient seuls la séparer de "nefs latérales" en fait



Figura 10A e 10B – Bases escalonadas classicistas aparecidas nas escavações de 1954 (10A) e 1970 (10B).

*inexistentes. Doit'on voir là une installation cénobitique autor d'une chapelle centrale, comme les cellules situées plus tard dans les écoinçons d'un plan cruciform, p. ex., à Santa Comba de Bande (...)? Ou une fois de plus prend-on pour une église une simple pièce à abside dans une villa romaine?» (Fontaine, 1973: 405).*

Por seu turno, também Helmut Schlunk, que visitara a Falperra em Fevereiro de 1955 guiado por Russell Cortez, e que voltou a visitar no tempo de Rigaud de Sousa, questionaria a função da própria estrutura basilical, defendendo que, sem o aparecimento de enterramentos, a sacralidade deste espaço não seria inequívoca: «*El supuesto templo excavado en el Monte Falperra, cerca de Braga, no parece tener carac-*

*ter sagrado». (...) «Puesto que no hay enterramientos, ni en el monumento mismo ni en sus inmediaciones, el carácter sagrado parece sumamente dudoso» (Schlunk, 1977: 203).* É claro que, para além de se poder questionar se um espaço só pode considerar sagrado se tiver enterramentos associados, o argumento principal de Schlunk cai por terra pelo simples facto de Rigaud de Sousa ter escavado pelo menos duas sepulturas associadas às paredes da basílica da Falperra, durante a campanha de 1970.

Sublinhemos que as escavações de 1953-54 encontraram o templo à cota do seu pavimento. Por isso, não foi detectada a porta de entrada, na parede ocidental, e foram exumados os muros onde se apoiavam os pilares dos arcos formeiros das naves. Mas esses muros, rematados na secção superior à cota do pavimento, serviam de apoio a seis bases de pilares ou colunas, o que parece contradizer em parte a interpretação de Jacques Fontaine. A parede ocidental da estrutura era recta e não sabemos se, em frente a ela, se desenvolvia um *narthex*. Os muros, oblíquos, que Russel Cortez associou a essa função, pelo facto de seguirem uma orientação claramente distinta de toda a restante construção, oferecem dúvidas. O espaço interior do templo apresentava uma nave central relativamente ampla (com 7,5 metros de largura) e duas naves laterais mais estreitas (com 3,5 metros de largura). O Relatório de 1954 apresenta duas plantas: uma ao nível do pavimento, outra ao nível dos alicerces (Fig. 4). Na primeira são visíveis as seis bases de pilares ou colunas acima referidas, enquanto na segunda se pode ver cartografado o muro onde estas bases se apoiavam. A cabeceira do templo apresentava, no remate da nave central, uma abside levemente ultrapassada. No prolongamento das naves laterais Russell Cortez identificou o *Diaconicum* (ou *Secretarium*) e a *Prothesis*, os dois compartimentos das *Pastophoriae*. A Basílica da Falperra seguiria, portanto, um modelo que – como Fernando Russell Cortez

bem assinalou no manuscrito inédito que acima transcrevemos – encontrava paralelos na Síria do Norte, de onde o protótipo será originário, e na zona da Tunísia. Vários exemplos podiam ser invocados: para os templos sírios com *Pastophoriae*, as Basílicas de Dar Kita (junto a Aleppo) e de Ras el-Bassit (na costa norte) (Beaudry, 2007 e 2013); e para os templos tunisinos, a Basílica II de Sbeitla e a Basílica V de Thélepte (Duval, 1971-73). Mas o modelo também se expandiu pela margem norte do Mediterrâneo oriental, como nos mostram as Basílicas paleocristãs de Povlja, de Stobrec e de Novalja, todas na Dalmácia (Croácia) (Chevalier, 1995: 68-69 e 77-78). Nas Ilhas Baleares temos as Basílicas de Son Peretó (Maiorca) e de Son Bou (Menorca), já contempladas no estudo de Palol (1967: 10-13 e 16-18), ou a mais recente Basílica de Cap des Port (Forneils, Menorca), um importante paralelo para a Falperra, até pela subdivisão das «naves laterais» em vários compartimentos (Palol, 1989). Finalmente, na Península Ibérica encontramos um pequeno conjunto de basílicas paleocristãs que adopta esta organização espacial. É o caso, na zona da Bética e da Lusitânia, das Basílicas de Alconetar (Garrovillas de Alconetar, Cáceres) (Caballero Zoreda e Arribas Chapado, 1970), de Vega del Mar (San Pedro de Alcántara, Marbella, Málaga) (Palol, 1967: 71-75; Posac Mon e Puertas Tricas, 1989), de Casa Herrera (Mérida, Badajoz) (Palol, 1967: 76-78; Caballero Zoreda e Ulbert, 1976) e da Basílica portuguesa de Torre de Palma (Monforte) (Palol, 1967: 79-82; Almeida, 1972-74: 103-112; Maloney, 1995: 449-458; Wolfram, 2011: vol. 2, 207-258). O que a Falperra revela é, portanto, a expansão deste modelo arquitectónico até ao noroeste peninsular, alargando um âmbito geográfico que estava circunscrito às Baleares e ao Sudoeste peninsular.

No que respeita ao grande edifício rectangular escavado por Rigaud de Sousa, com a sua ampla sala de dupla nave, o principal paralelo é a

estrutura palatina de Recópolis (Zorita de los Canes, Guadalajara), a cidade visigótica fundada por Leovigildo em honra de seu filho, Recaredo, no ano de 578. Coroando a parte mais alta da cidade, e acompanhando a escarpa voltada para o Tejo, foi construído um grande edifício de planta rectangular, com 133 metros de comprimento, organizado em duas naves estruturadas por 23 pilares. Escavado em 1945 e 1946 por Juan Cabré, esta construção foi, desde a primeira hora, interpretada como tendo uma função palatina (Olmo Enciso, 2008: 47-52). Esta função é corroborada pelo próprio estatuto da cidade criada por Leovigildo, pelas dimensões monumentais e inusitadas do espaço desta construção e pela sua implantação urbana, rematando a cidade e uma ampla praça, nas imediações da basílica cristã. Pese embora o facto de a construção de Recópolis ser quatro vezes mais extensa do que o exemplo da Falperra, o estreito paralelismo entre os dois edifícios não escapou ao olhar de vários investigadores (Real, 2000: 27-29; Fontes, 2009: 280; Olmo Enciso, 2008: 48 e 51). Com efeito, são evidentes os pontos de contacto entre ambos: a dimensão generosa do espaço, a sua organização em duas naves separadas por pilares que sustentavam arcos, e a localização nas proximidades de basílicas.

## O CASTELO

Registemos, por fim, que no Monte de Santa Marta se instalou, na Idade Média, um pequeno castelo para o qual conhecemos 46 referências documentais distintas, compreendidas entre os anos de 900 e de 1147. A repartição cronológica destes diplomas é elucidativa da altura em que esta pequena fortificação foi importante para a organização militar do espaço envolvente da cidade de Braga. Com efeito, dois desses diplomas pertencem ao século X, vinte e seis ao século XI e dezoito à primeira metade do século XII. Parece claro que o século XI e as primeiras décadas do século XII, que correspondem à fase áurea do encastelamento no Entre-Douro-e-Minho, foi o momento em que esta pequena estrutura conheceu maior relevo. Na sua dependência encontravam-se povoações como S. Cristóvão de Esporões, S. Pedro de Este, Arcos, Nogueira, Penso, Vilar, Lomar, Quintela, Servos e Trandeiras, para além de *Eigicam*, que não conseguimos localizar. As escavações arqueológicas na Falperra – quer as de Russell Cortez e Arlindo Ribeiro da Cunha, quer as de Rigaud de Sousa – não registam vestígios desta fortificação medieval, provavelmente porque ela se erguia numa zona mais próxima da Capela de Santa Marta, que não foi sondada. Mas julgamos que é a presença desta estrutura militar que explica o aparecimento de um conjunto de cerâmicas características desta época – vasos decorados com cordões plásticos com dedadas, alguidares com fundos em disco, etc.

## OS MATERIAIS

É tempo de fazer uma breve apresentação dos materiais arqueológicos que pertencem ao acervo do Museu D. Diogo de Sousa, em Braga. Ressalvemos, desde já, que

o espólio das escavações mais antigas foi depositado pelo Cónego Arlindo Ribeiro da Cunha no Museu Pio XII, também em Braga. As breves considerações que iremos apresentar respeitam, portanto, apenas ao espólio procedente das campanhas dirigidas por Rigaud de Sousa a partir de 1966.

## AS CERÂMICAS

Como seria de prever, as cerâmicas tardias da Falperra encontram afinidades crono-tipológicas com os materiais tardios encontrados em *Bracara Augusta* (Delgado e Morais, 2009; Delgado *et alii*, 2014: 671-680; Quaresma e Morais, 2012: 373-383), ainda que alguns materiais importados sejam, como iremos ver, ligeiramente mais tardios.

As ânforas importadas estão pouco representadas, sendo apenas de destacar um fragmento de fundo integrável no tipo *Late Roman Amphora* 3, com um fabrico característico da zona de Sardes, datado dos séculos V-VI, afins a fragmentos encontrados na cidade (Morais, 2005: 55-67).

Mais significativas são as *sigillatas* tardias, repartidas por produções hispânicas, africanas e foceenses (Fig. 11). As produções hispânicas pertencem a fragmentos indeterminados devido ao excessivo estado de fragmentação, ainda que pelo fabrico possam ser atribuíveis às produções do Vale do Ebro, datáveis entre os séculos IV e V.

Quando apreciamos as *sigillatas* africanas e foceenses constatamos, todavia, diferentes ritmos de importação, que se traduz pela presença de tipos mais tardios de fabrico africano e por uma maior representatividade das produções foceenses. Com exceção de um fragmento de fundo do fabrico E, muito provavelmente da forma Hayes 68 (c. 370-425), os restantes fragmentos de *sigillata* africana são do fabrico D, com destaque para dois exemplares de perfil praticamente completo da forma Hayes 86, de finais do século V e os inícios da centúria seguinte, e da forma Hayes 99 C, de cerca 560/580-620 (Delgado *et alii*, 2014: 678). Como referimos, mais significativa é, porém, a presença da *sigillata* foceense, com cerca de duas dezenas de fragmentos pertencentes a fundos e bordos da forma Hayes 3, repartidas pelas variantes d e f, datáveis entre os séculos V e VI. Com exceção de uma decoração do Grupo III com uma cruz pátea (Motivo 72h, c. 470-580), os fundos estampados apresentam, na sua maioria, motivos com animais dos Grupos II (Motivo 35 c, y, c. 440-490) e III (Motivo 35 s, c. 470-580) (Quaresma e Morais, 2012: 373-383). A presença mais significativa destas produções, genericamente enquadráveis na 2.<sup>a</sup> metade do século V e a 1.<sup>a</sup> metade do século VI, contrasta, como referimos, com os dados recolhidos em *Bracara Augusta*, com um auge das importações no século IV e os inícios do século V e um predomínio das produções africanas sobre as foceenses (Delgado *et alii*, 2014: 680; Quaresma e Morais, 2012: 373-383).

Para além das cerâmicas finas de importação temos ainda a presença de produções locais/regionais que nestas se inspiram ou imitam. Este é o caso das chamadas «cerâmicas cinzentas tardias» e que constituem um grupo bem diferenciado pelas suas características de fabrico e repertório formal (Gaspar, 2000; 2004: 455-481; Delgado

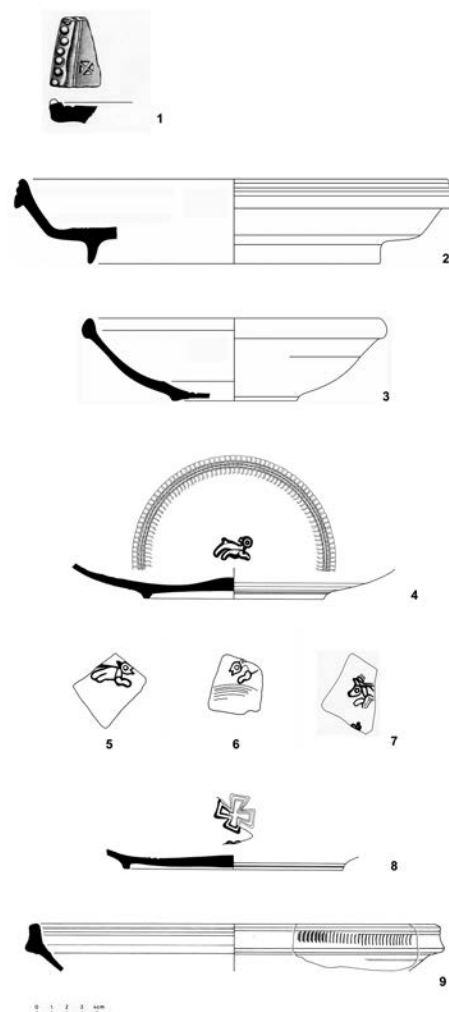
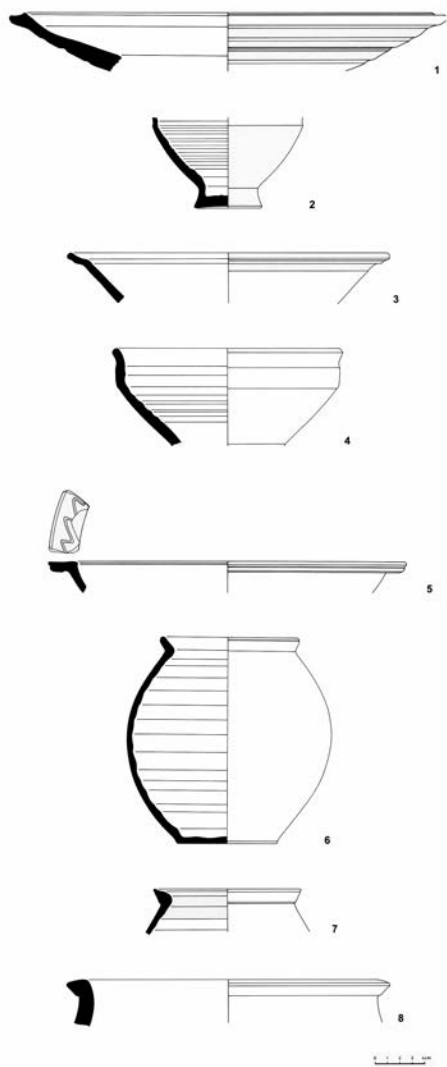


Figura 11 – Fragmentos de cerâmicas finas tardias: Imitação de Cinzenta Tardia, TS Clara D e TS Foceense.

e Morais, 2009: 61-69). Tratando-se de uma produção bracarense esta cerâmica está bem representada na cidade e em todo o território conventual, sendo possível atribuir-lhe diferentes grupos morfológicos, um primeiro grupo, datado entre os séculos V e VI, inspirado ou imitando as *sigillatas* africanas, foceenses e DSP, e um segundo grupo, com uma cronologia mais lata de produção, situado entre os finais do século IV e o século VII, associado a produções comuns (Delgado e Morais, 2009: 61).

Na Falperra identificamos um fragmento bastante interessante que parece imitar uma forma





**Figura 12 – Fragmentos de cerâmicas comuns tardo-romanas e suevo-visigóticas.**

rara de *sigillata* africana, a forma Hayes 56. Esta forma, na sua versão africana, foi produzida no fabrico C/D, datável entre 360 e 430, e está escassamente representada na Península, tendo sido detectada no atual território português nos inícios da década de 70 do século passado no Castro de Fiães (Almeida, 1973: 15; 1975; Delgado, 1975: Pl. XI, 151; Atlante, 1981: Tav. XL, n.º 6). Apesar de tratar de uma produção pouco comum não nos surpreende este fragmento da Falperra pois encontram-se na cidade exemplares africanos desta forma em fabrico D1 e D2 (Delgado *et alii*,

2014: 671-680) e que certamente teriam servido de inspiração às olarias locais. Mais uma vez, à semelhança da cidade (Delgado e Morais, 2009: 61; 66, n.º 195) também se recuperaram na Falperra fragmentos de taças carenadas que se inspiram ou imitam as formas Rigoir 16 da produção de DSP gálica, datadas dos séculos V e VI.

Como é natural são mais abundantes as cerâmicas cinzentas finas do II Grupo, como referimos, datadas entre os finais do século IV e o século VII e aqui ilustrados por alguns fragmentos de tigelas e potes, afins às produções bracarense.

A par destas cerâmicas foram ainda recuperados inúmeros fragmentos enquadrados nas chamadas «cerâmicas suevo-visigóticas» (Fig. 12), com fabricos grosseiros de cor acinzentada e/ou bege acastanhada e superfície rugosa e áspera que as distingue das produções comuns tardo-romanas. Apesar destas cerâmicas não terem merecido uma particular atenção nos estudos da especialidade, podemos datá-las de um momento de transição entre o período tardo-romano e suevo-visigótico, entre os finais do século V e o século VIII. Várias foram as formas identificadas: pratos, bacias ou alguidares, pequenas talhas e potes de diferentes tamanhos. Nalguns casos estas loiças apresentam uma característica decoração ondulada e incisa na face externa, sob o bordo. Alguns poderiam ainda ter pertencido a almofarizes, como é o caso de um fragmento que possui uma aba decorada com motivos incisos em ziguezague. Este fragmento encontra paralelo aproximado em exemplares recolhidos em Vigo (no centro produtor de preparados piscícolas de Marqués de Valladares e na *uilla* de Toralla) (Varela e Morais, 2014: 414), em Braga (Delgado e Morais, 2009: 95-97), no Monte Mozinho – Penafiel (Soeiro, 1984: 264-265) e no Monte Castelo/Castro de Guifões – Matosinhos (Varela e Morais, 2014: 407-415), e que se caracterizam por possuir na metade inferior da superfície interna um vidrado de chumbo. Este tipo formal tem afinidades com loiças recolhidas em Mérida e Tarragona, datadas do século VII, em Valência, na zona episcopal de Almoína, da 2.ª metade do século VI/século VII, e de El Tomo de Minateda (Hellín, Albacete), da 2.ª metade do século VII e os inícios do século VIII (Gutiérrez *et alii*, 2003: 134-135; Varela e Morais, 2014: 407-415).

Neste conjunto de «cerâmicas suevo-visigóticas» refira-se ainda alguns fragmentos de potes que pelo fabrico e decoração nos sugerem uma cronologia mais tardia. Estes fragmentos, provavelmente datados dos séculos VIII e IX, possuem bordos engrossados e triangulares e bordos simplesmente esvasados com uma característica decoração espatulada na face externa (Fig. 12).

O último grupo de cerâmicas que aqui merece destaque está representado por alguns fragmentos cujas características formais nos aproximam das produções frequentemente associadas ao chamado momento da *Reconquista*, entre os séculos X e XII (Fig. 13). Trata-se, na grande maioria, de fragmentos de alguidares com fundos em disco, de asas de fita e de fragmentos de parede de formas indeterminadas, externamente decoradas com motivos incisos e, sobretudo, com cordões plásticos com dedadas. Estas cerâmicas, que estão longe de ser meramente residuais, estarão relacionadas com o castelo que acima referimos, e que se encontra documentado entre os anos de 900 e de 1147? É o que sugerem as cronologias habitualmente atribuídas a estas cerâmicas, nomeadamente aos fundos em disco. Mas não podemos deixar de



assinalar que em *Conimbriga* também apareceram alguidares com fundos em disco, associados a TS Clara D, Formas Hayes 104-A e 103-B, datáveis de 530-580 e de c. 500 ao 3.º quartel do séc. VI (Alarcão, 2004: 105). Ora, na Falperra também temos TS Clara D, Forma Hayes 99-C, que é datada, por este autor, de c. 560/580-620. Valerá a pena ter em atenção este tipo de fundos, para tentar delimitar melhor a sua cronologia. O exemplo da Falperra não é, neste aspecto, esclarecedor pela circunstância de neste espaço terem convivido estruturas de época suévica e da *Reconquista*.

OS METAIS  
UM PONDERAL BIZANTINO

Um dos mais interessantes elementos procedentes da Falperra, e que estranhamente chegou até hoje inédito, é um ponderal de tipo bizantino, em bronze. Trata-se de uma peça com a usual forma de esfera truncada, apresentando no topo superior caracteres gregos incrustados em fio de prata: a abreviatura de *uncia* seguida do *gamma*, ambos indicadores do valor do peso: o *quadrans* (Fig. 14). Este ponderal pesa actualmente 75,40 gramas. Apareceu na campanha de 1970, dirigida por Rigaud de Sousa (está marcado: FAL 70 / I5 / Camada 7) e recebeu, no Museu D. Diogo de Sousa, o N.º Inv. MDDS 1995.0834. O peso da Falperra pertence à família dos *exagia* ou ponderais bizantinos posteriores à reforma de Constantino, introduzida no ano de 324. Em Portugal, conhecemos vários exemplares de *exagia* desta tipologia, que sistematizamos no seguinte quadro, incluindo já o (novo) exemplar da Falperra:

Local	Alt.	Larg.	Peso	Bibl.
Falperra (Braga)	2,36 cm	2,75 cm	75,4 gr. / <i>quadrans</i>	Inédito
Braga (Cividade)	1,64 cm	1,74 cm	24,7 gr. / <i>unciae</i>	Teixeira, 1935: 72-73
Castro de Fiães (Feira)	3,75 cm	4,14 cm	323,8 gr. / <i>libra</i>	Pinto, 1929: 175; Teixeira, 1936b; Teixeira, 1938; Almeida e Santos, 1971: 156
Conimbriga	3,3 cm	3,8 cm	305 gr. / <i>libra</i>	Ponte, 1979: 132, n.º 28
Póvoa de Mileu (Guarda)	2,0 cm	2,7 cm	163 gr. / <i>semis</i>	Oleiro, 1952; Rodrigues, 1962: 65
Pedrógão (Alfazeirão)	3,4 cm	4,5 cm	«1 libra»	Carvalhais, 1903: 91
Pragança (Cadaval) <sup>5</sup>	?	?	?	Pinto, 1929: 175

A repartição geográfica destes elementos revela uma concentração numa orla ocidental, onde os contactos comerciais seriam mais intensos, com uma penetração no

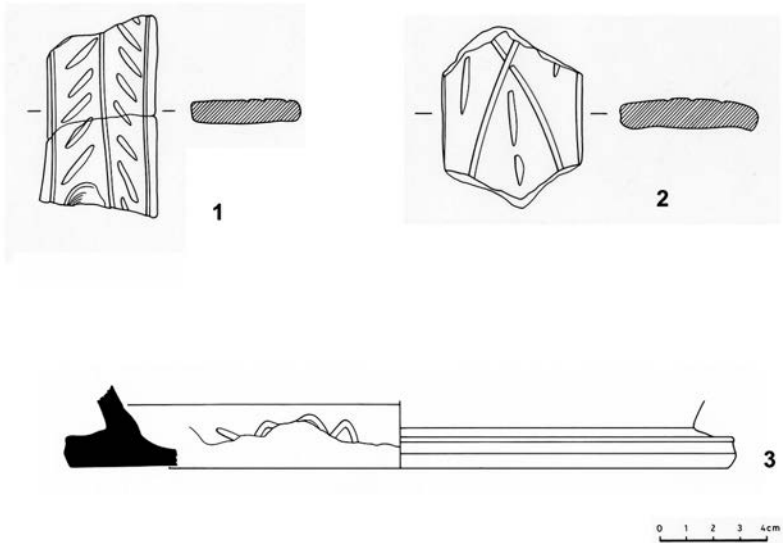


Figura 13 – Fragmentos de cerâmicas da Reconquista.

interior (Póvoa de Mileu, às portas da Guarda). E, do ponto de vista metrológico, revela a presença de pesos-padrão da libra (Fiães, *Conimbriga* e Pedrógão/Alfazeirão), da meia libra ou 6 onças (*semis*) (Póvoa de Mileu), das três onças (*quadrans*) (Falperra) e da onça (*unciae*) (Braga/Cividade). As divergências entre os valores encontrados nestes *exagia* e os valores-padrões da libra (327,45 gr) e seus submúltiplos pode explicar-se pelo desgaste das peças arqueológicas, como já vários autores sublinharam, mas pode ter outras explicações.

O ponderal da Falperra, marcado com as iniciais do *quadrans* e um peso de 75,4 gramas, indica um peso de 301,6 gr para a libra, não muito diferente do encontrado no ponderal de *Conimbriga* (305 gr). As diferenças entre o submúltiplo da Falperra e o padrão de *Conimbriga* podem explicar-se, realmente, pelas condições de preservação. Mas já nos parece difícil explicar a diferença entre a libra de *Conimbriga* (305 gr) e o valor-padrão usualmente aceite (327,45 gr) apenas por questões de desgaste e de conservação...

Sublinhemos, por outro lado, que o valor do *quadrans* da Falperra corresponde quase exactamente ao peso de 50 *siliquae* de prata, a moeda

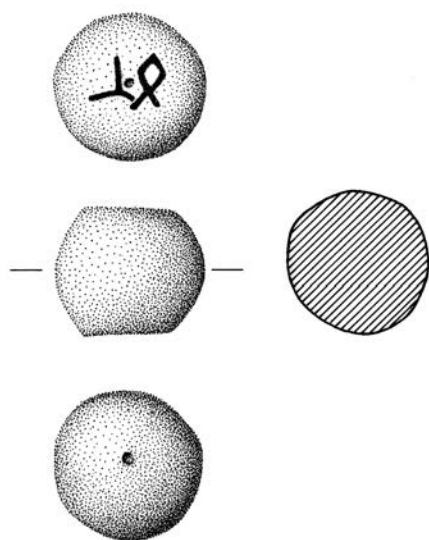


Figura 14A, 14B e 14C – Ponderal ou *exegia* bizantino procedente da Falperra.

cunhada por Requiário, com anverso em nome de Honório e reverso em seu nome. Com efeito, conhecem-se seis exemplares de *siliquae* suévi- cas: um provavelmente falso e cinco verdadeiros (Barroca, 2017: 29-45). A partir destes últimos é possível determinar que o peso médio das *siliquae* de Requiário, cunhadas precisamente em Braga, era de 1,523 gr. O ponderal da Falperra, no seu actual estado de conservação, corresponde, portanto, ao peso de 49,6 *siliquae*. Se a presença de um ponderal ou *exegia* espelha, desde logo, a existência de um centro de poder, com capacidade de controle sobre os metais, a coincidência entre o peso médio das *siliquae* suevas e a quinquagésima parte do ponderal da Falperra não pode deixar de sugerir que ele esteve relacionado com o controle da amoedação argentífera sueva que, como se indica no reverso da moeda, foi cunhada em Braga. Ele é, portanto, um importante e elo- quente testemunho arqueológico de como a Fal- perra foi, no período suevo, um centro de poder, local onde se aferia o peso de mercadorias valio- sas, porventura do próprio numerário. Por fim, importa salientar que a zona de Braga possui dois ponderais bizantinos: um, aparecido na zona da Cidade, na «cerca do quartel de cavalaria», no

chamado «campo dos obstáculos», em 1917, e oferecido a Carlos Teixeira, que o estu- dou e publicou (Teixeira, 1935: 72); e este, aparecido nas escavações arqueológicas da Falperra, em 1970. Neste aspecto, é caso único em Portugal, o que espelha, uma vez mais, a centralidade de Braga e da Falperra no âmbito da monarquia sueva.

## UMA FIBULA DAMASQUINADA E OUTROS ELEMENTOS

Um dos elementos metálicos mais relevantes exumados na Falperra é um adereço de indumentária. Trata-se, concretamente, de uma fíbula de bronze, fundida em molde, com apontamentos decorativos de prata damasquinada (Fig. 15A). Classificada como de tipo *Desana*, integra o grupo das *Bügelknopffibeln* (Nuño González, 1989: 184; 204; Arezes, 2011: 199-200; Arezes, 2017: 94). Este, a par do das *Armbrustfibeln*, corres- ponde ao tipo conhecido como «fíbulas de besta». As peças assim designadas pos- suem arco semicircular, pé recto e fecho em mola, sendo que o elemento diferenciador entre os dois grupos radica no facto de as *Bügelknopffibeln* exibirem uma espécie de botão na extremidade do arco (Nuño González, 1989: 183).

O estudo e mapeamento dos achados deste tipo de adorno do vestuário, delinea- dos pela primeira vez de modo exaustivo por M. Schulze-Dörrlamm em 1977, denotam uma ampla dispersão por todo o continente europeu, com especial difusão na sua parte central e oriental. Tal dispersão parece acompanhar os movimentos protagoniza- dos por diferentes grupos, como os godos que gravitavam na área de influência da «cul- tura» de Cernjachov-Sântana de Mures, a norte do Mar Negro, ou os que integravam a designada «confederação» sueva (Nuño González, 1989: 183-185; Heather, 2009: 117)<sup>6</sup>.

Percebendo-se a complexidade subjacente ao esforço de vincular estes materiais a um grupo étnico específico, há que salientar que análise das «fíbulas de besta» suscita

outras questões, parte das quais directamente relacionadas com as dificuldades de classificação dos tipos e suas múltiplas variantes. Na verdade, o facto de terem conhecido uma vasta disseminação territorial levou a que incorporassem influências colhidas em distintas paragens. No entanto, e apesar da falta de uniformidade morfológica destes adornos, há um ponto em comum a agregá-los: o facto de revelarem inspiração colhida nos protótipos originários da chamada *Germania libera* (Nuño González, 1989: 184).

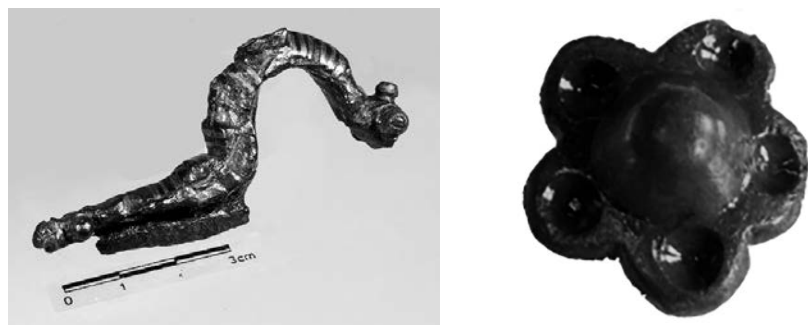


Figura 15A e 15B – Fíbula damasquinada e botão.

Outro dos campos pautado pela ausência de consenso é o que se reporta à cronologia. Veja-se como, no caso da fíbula da Falperra, Salette da Ponte sugere um enquadramento que se estende do século III aos alvares do VI (Ponte, 2006: 484), o qual, na nossa óptica, é excessivamente lato. Mais ajustadas serão as propostas de Rodríguez Resino, que inscreve a fíbula da Falperra no século V (Rodríguez Resino, 2005: 119), e a de Nuño González, que propõe um balizamento compreendido entre o último quartel do século V e o primeiro do VI (Nuño González, 1989: 185).

Sendo certo, pois, que foram as regiões do leste e centro europeu as que prodigalizaram mais recolhas de «fíbulas de besta», há que notar que, a nível peninsular, a maior concentração conhecida remete para a necrópole de Duratón (Segóvia), com dezassete objectos inventariados. Já a segunda concentração mais relevante, totalizando nove exemplares, centra-se em *Conimbriga* (Nuño González, 1989: 180).

Ainda que os paralelos directos aventados por Helmut Schlunk para a fíbula da Falperra radiquem em exemplares recolhidos em Altenerding, na Alemanha, e os apontados por Nuño González se centrem em Rímini e Desana, na Itália (Nuño González, 1989: 183-184), é evidente que o elemento em causa possui pontos de contacto com os achados de *Conimbriga*. Note-se, aliás, que apesar de não haver contexto conhecido para a generalidade das fíbulas ali recuperadas (Arezes, 2015 vol. II: 37-48), excepção feita a uma, procedente de um nível identificado a norte do *forum* (Alarcão; Etienne, 1977: 247) e datável do século V (Alarcão *et alii*, 1979: 116), *Conimbriga* forneceu uma série de outros elementos metálicos correlacionáveis com uma filiação «bárbara» oriental (Arezes, 2015 vol. I: 257; 264). Veja-se o exemplo corporizado pela espada e espora detectadas na zona do *forum*, objectos decorados com fios de prata, que integrariam o equipamento de um cavaleiro (Alarcão *et alii*, 1979: 91-92; 95). Refiram-se, em paralelo, e entre outros adornos do corpo e vestuário, os brincos anelares

e os botões, recuperados quer no quadro das «Escavações Antigas», quer das *Fouilles Luso-Francesas* (Arezes, 2015 vol. II: 27-67). Muito embora formem um conjunto em grande parte descontextualizado, não deixam de oferecer possibilidades de enquadramento cronológico, decorrentes sobretudo do confronto com peças análogas exumadas em necrópoles classificadas como visigóticas.

A propósito, note-se que, a par da fíbula damasquinada já referida, a Falperra proporcionou a recolha de outros metais (chumbos, ferros e bronzes), parte dos quais não diagnósticos. Importa, porém, mencionar um desses elementos. Trata-se de um pequeno botão consideravelmente bem conservado, pese embora a ligeira quebra evidenciada pelo apêndice (Fig. 15B). Exibindo uma configuração floral, denota manifesta proximidade face a exemplares exumados noutros sítios peninsulares, designadamente na necrópole de Carpio de Tajo (Toledo)<sup>7</sup>.

A cronologia da necrópole de Carpio de Tajo estende-se do século V aos meados do VI. Aliás, a segunda metade da referida centúria corresponde já ao momento de aproximação do ocaso da sua ocupação funerária (Ripoll López, 1985: 15), pelo que tal balizamento serve de orientação para a datação relativa dos materiais detectados nos enterramentos.

Neste sentido, podemos afirmar que tanto a datação proposta para a fíbula, como a que agora avançamos para o botão, ainda inédito, apontam no sentido de uma periodização coerente com a do conjunto arquitectónico áulico.

## UMA PIZARRA DE DESENHO

Acresce ainda referir a existência de outros indicadores materiais igualmente procedentes da Falperra cujo enquadramento poderá não se afastar muito do já evocado. Neste âmbito, impõe-se mencionar uma ardósia actualmente

conservada no Museu Pio XII, em Braga (MPXII. LIT.1003 – Fontes *et alii*, 2009: 90-91). Integrando o grupo das vulgarmente designadas *pizarras visigóticas*, denominação colhida na bibliografia de língua castelhana, mas já profundamente enraizada na produção científica portuguesa, consta de uma peça de desenho (Fig. 16). Distingue-se, portanto, de outros tipos de placas de xisto coevas, como as numéricas, as mais abundantes, que incluem inventários e contagens, nomeadamente de gado e produtos agrícolas, a par de registos de venda de propriedades ou do pagamento de portagens e impostos (Velázquez Soriano, 1989: 19 e 29; Barroca, 1991: 142-143; Arce *et alii*, 2005: 143). Distinguem-se também das de texto onde, por seu turno, avultam documentos jurídicos, correspondência, material de estudo/aprendizagem ou mesmo «encantamentos» ou «maldições». Parece ser este o caso representado pelo mais completo dos dois exemplares recolhidos na Colina de Maximinos (Maciel, 2004: 250; Morais, 2010: 138)<sup>8</sup>.

As *pizarras* de desenho oferecem um repertório iconográfico variado, onde pontuam objectos e instrumentos diversos, testemunho de um mundo profundamente ruralizado (Morín, 2005: 403), a par de representações animais ou antropomórficas (Barroca, 1991: 144). Ora, o exemplar atribuído à Falperra pertence precisamente a este último grupo, apresentando na superfície frontal, desenhada a traço simples e pouco elaborado, uma imagem provavelmente masculina, aureolada, envolvendo uma dalmática. Este grafito não pode deixar de nos recordar os motivos de algumas *sigillatas* africanas tardias com representação do Imperador (Hayes 1972, Fig. 51, n.ºs 239B e 240).

Apesar de alguns exemplares avançarem até períodos relativamente tardios, parece seguro afirmar que parte substancial destas ardósias se inscreve no período visigótico e, em especial, na fase que se segue ao reinado de Leovigildo

(Arce *et alii*, 2005: 144), uma cronologia que parece consentânea com os restantes materiais da Falperra.

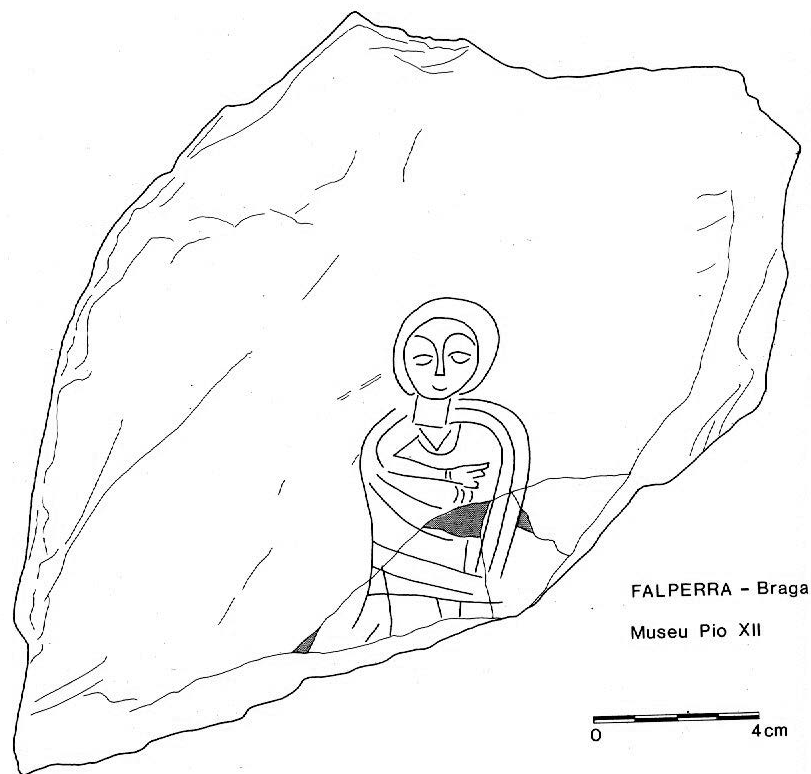


Figura 16 – Pizarra de desenho procedente da Falperra.

## CONCLUSÃO

Os dados que pudemos compilar a partir dos manuscritos inéditos do arquivo pessoal de Russell Cortez e da análise das publicações, juntamente com o estudo do espólio das campanhas de escavação dirigidas por Rigaud de Sousa a partir de 1966, permite-nos corroborar o significado de algumas estruturas arquitectónicas e a importância deste local tão emblemático da Arqueologia portuguesa.

Tudo parece recomendar que se passe a encarar a Falperra como um importante polo da monarquia sueva que, apesar de controlar a cidade de *Bracara Augusta*, terá preferido instalar as suas estruturas palatinas nesta colina, nas imediações da urbe mas numa implantação de altitude que potenciava as condições defensivas.

A breve apresentação da cultura material proveniente das escavações corrobora essa interpretação e reclama a necessidade de se aprofundar os estudos sobre a Falperra. No nosso entendimento, a localização deste importante núcleo da monarquia sueva, com destaque para o templo basilical e o edifício áulico, numa zona defensiva, não deve dissociar-se da sua relação com *Bracara Augusta*, alertando-nos, inclusiva-

mente, para a manutenção da situação estratégica da cidade enquanto local privilegiado do reino suevo. A escolha da urbe para sede da nova monarquia parece clara. Os indícios da importância da cidade são muitos. Invoquemos apenas três. Em primeiro lugar, o facto de, um século antes, Ausónio, poeta oriundo de Bordéus, na sua Ordenação das Cidades Famosas (*Ordo Urbium Nobilium*), se ter referido a ela como *dives Bracara*, Braga rica ou opulenta (*Ordo XIV*). Em segundo lugar, e como nos revela a *Notitia Dignitatum*, redigida c. de 420, o facto de o seu governador gozar de categoria consular. Por fim, a pujante ambiência religiosa que se vivia na urbe nos alvares do século V, que se espelha em figuras bem conhecidas como os dois Avitos (um peregrino no Oriente, outro peregrino em Roma), Paulo Orósio (que contactou directamente com St.º Agostinho e com S. Jerónimo, no Oriente) e Balcónio (417-456) (o terceiro prelado bracarense, responsável pela conversão de Requiário e fundador de uma escola teológica na cidade). Tudo indícios que confirmam a importância de Braga na Antiguidade Tardia e que ajudam a compreender e a contextualizar a escolha da cidade, e da Falperra, como núcleos centrais dos suevos. Uma importância que, de resto, não se esgotou com o fim da autonomia sueva, como nos atesta o aparecimento no Fujacal, a 17 de Novembro de 1750, de um tesouro composto por mais de mil moedas de ouro visigóticas, uma das quais um triente de Recaredo, cunhado em *Hispalis* (Sevilha) (Azevedo, 1898: 248; Barral i Altet, 1976: 94; Costa, 2008: 375).

## BIBLIOGRAFIA

- AA.VV. (2008), *Recópolis y la Ciudad en la Época Visigoda*. «Zona Arqueológica». Alcalá de Henares: Museo Arqueológico Regional. Vol. 9.
- ABREU, Leonídio de (1958), *A Falperra*. Braga.
- ALARCÃO, Jorge de (1973), *Portugal Romano*. Lisboa: Ed. Verbo.
- (1988), *Roman Portugal*. *Gazetteer*. Vol. 1, pp. 14-15. Londres.
- (2004), «Conimbriga, 20 Anos depois». In CORREIA, V. (Ed. de), *Perspectivas sobre Conimbriga*, pp. 96-114. Conimbriga: Museu Monográfico de Conimbriga.
- ALARCÃO, Jorge de; ETIENNE, Robert (1977), *L'Architecture. Fouilles de Conimbriga*. Vol. I. Paris: Diffusion E. de Boccard.
- ALARCÃO, Jorge de; ETIENNE, Robert; MOUTINHO ALARCÃO, Adília; PONTE, Salette da (1979), «Trouvailles diverses, conclusions générales». *Fouilles de Conimbriga*. Vol. VII. Paris: Diffusion E. de Boccard.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1972), «Cerâmica romana de Fiães». *Revista da Faculdade de Letras: Série de História*, Vol. III, pp. 191-205. Porto: Universidade do Porto.
- (1973), «Notas sobre a Alta Idade Média no Noroeste de Portugal». *Revista da Faculdade de Letras: Série de História*, Vol. III, pp. 17-18. Porto: Universidade do Porto.
- (1979), «A Propósito de «Galicia Sueva» de Casimiro Torres». *Gallaecia*, Vol. 5, pp. 312. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de; SANTOS, Eugénio dos (1971), «O Castro de Fiães». *Revista da Faculdade de Letras: Série de História*, Vol. II, pp. 147-168. Porto: Universidade do Porto.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de; SANTOS, Joaquim Neves dos (1975), «Cerâmica tardia de Guifões». *Archeologica Opuscula*, Vol. 1, pp. 49-56. Porto: L. Fernando Machado.
- ALMEIDA, D. Fernando de (1962), «Arte Visigótica em Portugal». *O Arqueólogo Português*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. Nova Série, Vol. 4.
- ALMEIDA, Fernando de (1972-74), «Torre de Palma (Portugal): A basílica paleocristã e visigótica». *Archivo Español de Arqueología*, Vol. 45-47, pp. 103-112. Madrid: CSIC.
- ARCE, J.; CASTELLANOS, S.; ESCALONA, J.; MARTÍN VISO, I.; VELÁZQUEZ, I. (2005), «Las pizarras visigodas y la tributación». In VELÁZQUEZ SORIANO, I.; SANTONJA GÓMEZ, M. (ed.), *En la Pizarra*, pp. 143-147. Burgos: Fundación Instituto Castellano y Leones de la Lengua. ISBN 84-934365-2-6.
- AREZES, Andreia (2011), *Elementos de Adorno Altimediévicos em Portugal (Séculos V a VIII)*. Noia: Editorial Toxosoutos, Serie Trivium, 41.
- (2015), *Ocupação «Germânica» na Alta Idade Média em Portugal: as necrópoles dos séculos V a VIII*. 2 volumes. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de Doutoramento em Arqueologia.
- (2017), «73. Fíbula de Falperra». In LÓPEZ QUIROGA, J. & MARTÍNEZ TEJERA, A., coord. – In *Tempore Sueborum. O tempo dos Suevos na Gallaecia (411-585). O primeiro reino medieval de Occidente. Catálogo de exposición*. Ourense: Deputación Provincial de Ourense, p. 94.
- ATLANTE DELLE FORME CERAMICHE I. (1981), «Ceramica Fine Romana nel Bacino Mediterraneo (Medio e Tardo Impero)». In *Supplemento de la Enciclopedia dell'Arte Antica*. Roma.
- AUSÓNIO (1951), *Ausonius, Decimus Magnus. Ordo urbium nobilium*, ed. Hugh G. Evelyn-White. 2 volumes. Cambridge: Loeb Classical Library.
- AZEVEDO, Pedro A. de (1898), «Notícias Archeológicas colhidas em documentos do Século XVIII». *O Archeólogo Português*, 1.ª Série, vol. 3, pp. 247-252. Lisboa: Museu Ethnológico Português.
- BARRAL i ALTET, Xavier (1976), *La Circulation des Monnaies Suèves et Visigothiques*. Munique: Artemis. (*Beihefte der Francia*, Band 4).
- BARROCA, Mário Jorge (1991), «As pizarras visigodas. A propósito de uma obra de I. Velázquez Soriano». *Conimbriga*, Vol. 30, pp. 139-159. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- (2017), «Os seis exemplares da Siliqua de Requiário», *Nvmmvs*, 2.ª Série, vol. XL, pp. 29-45, Porto, SPN.
- BEAUDRY, Nicolas (2007), «Ras el Bassit et l'Antiquité tardive sur la côte nord-syrienne». *Revue d'études des civilisations anciennes du Proche-Orient*. V. 13, pp. 19-28.
- (2013), «Ras el Bassit and the late antique archaeological landscape of coastal North Syria». In E. B. Aitken et J. M. Fossey (dir.), *The Levant, crossroads of late antiquity: history, religion, and archaeology / Le*

*Levant, carrefour de l'Antiquité tardive: histoire, religion et archéologie*, Vol. 22, pp. 255-272. Leiden: E. J. Brill. McGill University Monographs in Classical Archaeology and History.

BELINO, Albano (1900), *Archeologia Christã*. Lisboa.

— (1909), «Cidades Mortas (Estudo Póstumo). Monte de Santa Marta». *O Archeólogo Português*, 1.ª Série, XIV, pp. 15-18. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.

CABALLERO ZOREDA, Luis; ARRIBAS CHAPADO, F. (1970), *Alconétar en la vía romana de La Plata, Garrovillas (Cáceres)*, Vol. 70. Madrid: Ministério da Educação y Ciencia / Dirección General del Patrimonio Artístico y Cultural. Excavaciones Arqueológicas en España.

CABALLERO ZOREDA, Luis; ULBERT, Thilo (1976), *La Basílica Paleocristiana de Casa Herrera en las cercanías de Mérida (Badajoz)*, Vol. 89. Madrid: Ministério da Educação y Ciencia / Dirección General del Patrimonio Artístico y Cultural. Excavaciones Arqueológicas en España.

CARVALHAES, José (1903), «Antiguidades romanas de Alfazêirão». *O Archeólogo Português*, 1.ª Série, vol. VIII, pp. 90-93. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.

CHAVES TRISÁN, Francisca; PLIEGO VAZQUEZ, Ruth (2007), «Instrumentos de medida de pesos en la Hispania Antigua». *Sautuola*, Vol. XIII, pp. 237-250. Santander: Instituto de Pre-historia y Arqueología «Sautuola».

CHEVALIER, Pascale; *et alii* (1995), *Salona II. Recherches archéologiques franco-croates à Salone. Ecclesiae dalmatiae. L'architecture paléochrétienne de la province romaine de Dalmatie (IVe-VIe S.)*, Vol. 2. Rome: École Française de Rome.

CORTEZ, Fernando Russell; PINTO, Sérgio da Silva; CUNHA, Arlindo Ribeiro da (1954), *Relatório da 2.ª Campanha de Escavações Arqueológicas mandadas efectuar pela Câmara Municipal de Braga. Sob a direcção de ... E com a colaboração do Sr. António Meneses* [sic], Relatório policopiado.

COSTA, Avelino de Jesus da (2008), *Cónego Avelino de Jesus da Costa no «Diário do Minho»*. Braga: Empresa do Diário do Minho, Lda.

CUNHA, Arlindo Ribeiro da (1954a), «Escavações no «oppidum» de Santa Marta». *Bracara Augusta*, Vol. V, pp. 241-243. Braga: Câmara Municipal de Braga.

— (1954b), «Restos de Igrejas Visigóticas». Sep. de *Theologica*, Vol. I, fasc. 1. Braga.

— (1975), «Trepando aos Montes. 1. As ruínas da Falperra». *O Distrito de Braga*, 2.ª Série, vol. 1, fasc. I-IV, pp. 487-496. Braga: Assembleia Distrital.

DELGADO, Manuela (1975), *A Propos des Ceramiques de Conimbriga*, p. 151. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

— (1988), «Contribuição para o estudo das cerâmicas romanas tardias do Médio Oriente encontradas em Portugal». *Cadernos de Arqueologia*, Vol. 5, pp. 35-49. Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.

— *et alii* (2014), «Una aproximación a la Terra Sigillata Africana de Bracara Augusta (Braga, Portugal)». In *Rei Cretariae Romanae Favtorvm*. Bonn. Acta 43, pp. 671-680.

DELGADO, Manuela; e MORAIS, Rui (2009), *Guia das cerâmicas de produção local de Bracara Augusta*. Porto: CITCEM.

DUVAL, Noël (1971-73), *Les églises africaines à deux absides. Recherches archéologiques sur la liturgie chrétienne en Afrique du Nord*, vol. I: *Les basiliques de Sbeitla à deux sanctuaires opposés*; vol. II: *Inventaire des monuments. Interprétation*. Paris: Diffusion E. de Boccard.

FABIÃO, Carlos (2009), «O Ocidente da Península Ibérica no Século VI: Sobre o *Pentannumium* de Justiniano I encontrado na unidade de produção de preparados de peixe da Casa do Governador da Torre de Belém, Lisboa». In *Apointamentos de Arqueologia e Património*, pp. 25-50. Lisboa: ERA, Arqueologia.

FONTAINE, Jacques (1973), *L'Art Préroman Hispanique*, Vol. I. Yonne: La Pierre qui Vire.

FONTES, Luís (1993), «Inventário de Sítios e Achados Arqueológicos do Concelho de Braga». *Mínia*, III.ª Série. Vol. 1, pp. 31-88. Braga: ASPA.

— (2008), «A Igreja Sueva de São Martinho de Dume. Arquitectura cristã antiga de Braga e na Antiguidade Tardia do Noroeste de Portugal». *Revista de História da Arte*, Vol. 6, pp. 162-181. Lisboa: FCSH-UNL.

— (2009), «O Período Suévico e Visigótico e o papel da Igreja na organização do território». In *Minho. Traços de Identidade*, pp. 272-295. Braga: Universidade do Minho.

— *et alii* (2009), *Colecção de Epigrafia e de Arquitecturas Antigas (Séculos I a.C. – VII d.C.)*, Vol. 1. Braga: Museu Pio XII.

GASPAR, Alexandra (2000), *Contribuição para o estudo das cerâmicas dos séc. V-VI de Braga*. Braga: Tese policopiada.

— (2004), «Cerâmicas cinzentas da Antiguidade Tardia e alto-medievais de Braga e Dume». In CABALLERO ZOREDA, Luis; MATEOS CRUZ, Pedro; RETUERCE VELASCO, Manuel. *Cerâmicas tardo-romanas y altomedievales en la Península Ibérica*, Vol. XXVIII, pp. 455-481. Madrid: CSIC. Anejos de Archivo Español de Arqueología.

GUTIÉRREZ LLORET, Sónia; GAMO PARRAS, Blanca; AMORÓS RUIZ, Victoria (2003), «Los contextos cerámicos altomedievales del Tolmo de Minateda y la cerámica altomedieval en el sudeste de la Península Ibérica». In CABALLERO ZOREDA, Luis; MATEOS CRUZ, Pedro; RETUERCE VELASCO, Manuel. *Cerâmicas tardo-romanas y altomedievales en la Península Ibérica*, Vol. XXVIII, pp. 119-168. Madrid: CSIC. Anejos de Archivo Español de Arqueología.

HAUSCHILD, Theodor (1986), «Arte Visigótica». In *História da Arte em Portugal*, Vol. I, pp. 156-158. Lisboa: Alfa.

HEATHER, Peter (2009), *Empires and Barbarians. Migration, Development and the Birth of Europe*. Oxford: Macmillan.

LOPEZ CUEVILLAS, Florentino; LORENZO FERNANDEZ, Joaquín (1946), «Las habitaciones de los castros». *Cuadernos de Estudios Gallegos*, Vol. 2 (5), pp. 7-74. Santiago de Compostela: Instituto de Estudios Gallegos Padre Sarmiento.

LOPEZ QUIROGA, Jorge (2004), *El Final de la Antigüedad en la Gallaecia. La transformación de las estructuras de poblamiento entre Miño y Duero (Siglos V al X)*. A Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza.

MACIEL, Justino (2004), «ISABEL VELÁZQUEZ SORIANO, Documentos de época visigoda escritos em pizarra (Séculos VI a VIII)». *Conimbriga*, Vol. 43, pp. 249-250. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

MALONEY, Stephanie (1995), «The early Christian basilican complex of Torre de Palma (Monforte, Alto Alentejo, Portugal)». In *IV Reunião de Arqueologia Cristiana Hispânica*, Vol. IV, pp. 449-458. Barcelona.

MORAIS, Rui (2005), *Autarcia e Comércio em Bracara Augusta. Contributo para o estudo económico da cidade no período Alto-Imperial*. Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho (Bracara Augusta, Escavações Arqueológicas, 2).

- (2010), *Bracara Augusta*. Braga: Câmara Municipal de Braga.
- MORIN, Jorge (2005), «Pizarras con dibujo de carro de canal (Pelayos, Salamanca). Colección García Martín». In VELÁZQUEZ SORIANO, I.; SANTONJA GÓMEZ, M. (ed.), *En la Pizarra*, p. 403. Burgos: Fundación Instituto Castellano y Leones de la Lengua.
- NUÑO GONZÁLEZ, Jaime (1989), «A propósito de dos fíbulas visigodas procedentes de Los Santos de La Humosa (Madrid). Armbrustfibeln y Bügelknopffibeln en la Península Ibérica». In *I Curso de Cultura Medieval*, pp. 177-217. Aguilar de Campoo: Fundación Santa Maria la Real / Centro de Estudios del Románico.
- OLEIRO, J. M. Bairrão (1952), «Ácerca de um pêso-padrão romano-bizantino, encontrado na Póvoa do Mileu». In *A Guarda*, ed. de 6 de Junho.
- OLIVEIRA, Eduardo Pires (1985), «Notícias Arqueológicas de Braga em jornais bracarenses». Sep. de *Conimbriga*, Vol. XXIV, pp. 5-83. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- (1998), *Estudos de Arqueologia de Braga e Minho*. Braga: ASPA.
- OLMO ENCISO, Lauro (2008), «Recópolis: una ciudad en una época de transformaciones». In OLMO ENCISO, Lauro (ed.), *Recópolis y la Ciudad en la Época Visigoda*, Vol. 9, pp. 41-62. Alcalá de Henares: Museo Arqueológico Regional.
- PALOL, Pedro de (1949), «Ponderales y Exagia romanobizantinos en España». *Ampurias*, Vol. XI, pp. 127-150. Barcelona: Museu d'Arqueologia de Catalunya.
- (1952), «De Exagia. Noticia de nuevos ponderales hallados en la Península Ibérica». *Ampurias*, Vol. XIV, pp. 217-218. Barcelona: Museu d'Arqueologia de Catalunya.
- (1967), *Arqueología Cristiana de la España Romana (Siglos IV-VI)*, Madrid-Valladolid: CSIC.
- (1989), «La arqueología cristiana en la Hispania romana y visigoda. Descubrimientos recientes y nuevos puntos de vista». In *Actes du XIe congrès international d'archéologie chrétienne*, pp. 1975-2022. Roma: École Française de Rome.
- PINTO, Rui de Serpa (1929), «Museu de Martins Sarmiento. V. "Centipondium" de Belmonte». *Revista de Guimarães*, Vol. 39, pp. 173-176. Guimarães: Sociedade Martins Sarmiento.
- PONTE, Salette da (1979), «Balanças e Pesos de Conimbriga». *Conimbriga*, Vol. XVIII, pp. 121-132. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- (2006), *Corpus Signorum das Fíbulas Proto-Históricas e Romanas de Portugal*. Coimbra: Caleidoscópio.
- POSAC MON, Carlos; PUERTAS TRICAS, Rafael (1989), *La Basílica Paleocristiana de Vega del Mar (San Pedro de Alcántara, Marbella)*. Málaga: Diputación Provincial de Málaga.
- QUARESMA, José Carlos e MORAIS, Rui (2012), «Eastern Late Roman fine ware imports in Bracara Augusta (Portugal)». In *27th Congress of the Rei Cretariae Romanae Fautores*, pp. 373-384. Belgrado. Acta 42.
- REAL, Manuel (2000), «Portugal: Cultura visigoda e cultura moçárabe». In *Visigodos y Omeyas: Un debate entre la Antigüedad Tardía y la Alta Edad Media*, Vol. 23, pp. 21-75. Madrid: CSIC. Anejos de Archivo Español de Arqueología.
- RIPOLL LÓPEZ, Gisela (1985), *La Necrópolis Visigoda de el Carpio de Tajo* (Toledo). Madrid: Ministerio de Educación y Ciencia.
- RODRIGUES, Adriano Vasco (1962), Elementos para o estudo da Romanização nos Montes Hermínios. I. As escavações da Póvoa de Mileu – Guarda, *Lucerna*, Vol. 2 (1-2), pp. 58-69. Porto: Centro de Estudos Humanísticos.
- RODRÍGUEZ RESINO, Álvaro (2005), *Do Imperio Romano á Alta Idade Media. Arqueoloxía da Tardantigüidade en Galicia (séculos V-VIII)*. Noia: Editorial Toxosoutos, Serie Trivium.
- ROSÁRIO, Fr. António do (1973), «Catálogo do Museu Pio XII. Secção Lapidar». In *Falam Velhos Manuscritos*. Braga: Arquivo Histórico Dominicano.
- S/A (1953), «III Congresso Nacional Espanhol de Arqueologia». In *Revista de Guimarães*, Vol. 63, pp. 660-710. Guimarães: Sociedade Martins Sarmiento.
- S/A (1953-54), «III Congresso Espanhol, de Arqueologia». *Bracara Augusta*, Vol. V, n.º 1-3 (26-28), pp. 215-234. Braga: Câmara Municipal de Braga.
- S/A (1990), «Estação Arqueológica de Santa Marta das Cortiças ou Falperra». In *Forum*, N.º 8, pp. 154-156. Braga: Universidade do Minho.
- SARMENTO, F. Martins (1933), «A propósito de castros», in *Dispersos*, Coimbra: Universidade de Coimbra, p. 166 (datado de Guimarães, 20-Nov-1883 e publ. In *O Panorama Contemporâneo*. Coimbra. 1.º Ano, 1883).
- (1999), *Antiqua – Apontamentos de Arqueologia*, pp. 253-254. Guimarães: Sociedade Martins Sarmiento.
- SCHLUNK, Helmut (1977), «Los monumentos paleocristianos de "Gallaecia", especialmente los de la provincia de Lugo». In *Actas del Colóquio Internacional sobre el Milenário de Lugo*, pp. 193-236. Lugo.
- SOARES, Franquelim Neiva (2003), «Sant'iago de Esporões – Capela de Santa Marta das Cortiças». *Bracara Augusta*, Vol. LI, n.º 106, pp. 89-182. Braga: Câmara Municipal de Braga.
- SOEIRO, Teresa (1984), «Monte Mozinho: Apontamentos sobre a ocupação entre Sousa e Tâmega em época romana». Penafiel: *Boletim Municipal de Cultura*, 3.ª série, vol. 1, pp. 5-232. Penafiel: Câmara Municipal de Penafiel.
- SOUSA, J. J. Rigaud de (1968-1970), «A Estação Arqueológica da Falperra. Notas para a sua história». Sep. de *Arquivo de Beja*, Vol. XXV-XXVII. Beja: Câmara Municipal de Beja.
- TEIXEIRA, Carlos (1935), «Um pêso bizantino, inédito, de Braga». *Alto Minho. Revista ilustrada de Investigações Regionais. Arte, Arqueologia, Etnografia*, Vol. I, pp. 70-73. Viana do Castelo.
- (1936a), «Subsídios para o estudo da Arqueologia Bracarense. I. O Monte de Castro (*Castrum Maximum*)». *Anais da Faculdade de Ciências do Porto*, Vol. 21, pp. 231-254. Porto: Faculdade de Ciências da Universidade do Porto.
- (1936b), «Nótulas arqueológicas sobre a estação luso-romana de Fiães-da-Feira. I. Pondus romano». *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Vol. 8, pp. 389-390. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia.
- TORRES, Cláudio; et alii (1993), *Museu de Mértola. Basílica Paleocristã*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.
- TRANOY, Alain (1981), *La Galice Romaine*. Paris: De Boccard.
- VARELA, José Manuel; MORAIS, Rui (2014), «Almofarizes tardios com revestimento vidrado interior do sítio do Monte Castelo (Guifões – Matosinhos)». In MORAIS, Rui; FERNANDEZ, Adolfo; ASOUSA, Maria José (ed.), *As Produções Cerâmicas de Imitação na Hispânia*, Vol. 2, pp. 407-415. Braga: Monografias Ex Officina Hispana.

VELÁZQUEZ SORIANO, Isabel (1989), *Las pizarras visigodas: edición crítica y estudio*, Vol. XXI. Murcia: Universidad de Murcia. Antigüedad y Cristianismo. Monografías Históricas sobre la Antigüedad Tardía.

WOLFRAM, Mélanie (2011), *Uma síntese sobre a Cristianização do mundo rural no sul da Lusitânica. Arqueologia – Arquitectura – Epigrafia*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 3 vols. (Diss. de Doutoramento, ed. policopiada).

## NOTAS

- 1 Aproveitamos o ensejo para a agradecer todo o apoio do Museu D. Diogo de Sousa, em Braga.
- 2 As coordenadas decimais destes dois núcleos são as seguintes: Núcleo A: Lat.: 41,514465 °; Long.: -8,395269°. Núcleo B: Lat. 41,514226 °; Long.: -8,395638 °.
- 3 A título de comparação, registemos que a Basílica Paleocristã de Mértola tem 31,5 metros de comprimento e 17,6 metros de largura. A nave central tem 6,0 metros de largura, as naves laterais 4,4 metros de largura (Torres *et alii*, 1993: 39).

- 4 F. Russell Cortez referia-se à obra de Jean Lassus, então recentemente editada, *Sanctuaires Chrétiens de Syrie: Essai sur la genèse, la forme et l'usage liturgique des édifices de culte chrétien, du IIIe siècle à la conquête musulmane*, Paris, Geuthner, 1947.
- 5 Julgamos ser Pragança, Cadaval, onde Leite de Vasconcelos recolheu diverso espólio de um povoado «castrejo» com intensa romanização, e não de Bragança. Com efeito, Rui de Serpa Pinto (1929: 175) e Carlos Teixeira (1935: 71) registam «Pragança». Pedro de Palol (1949: 136; 1952: 217) e, na sua esteira, J. M. Bairo Oleiro (1952), Francesca Chaves Tristán e Ruth Pliego Vázquez (2007: 247) e Carlos Fabião (2009: 38) optaram pela grafia «Bragança», associando à cidade transmontana.
- 6 A propósito, é importante sublinhar a pertinência de que se reveste a aplicação do termo «confederação». Na verdade, este tipo de entidade assume-se como uma espécie de coligação fluida e heterogénea, na medida em que integra indivíduos de distintas origens e filiações étnicas. Para o caso concreto da «confederação» sueva, algo problemática em termos de identidade, Peter Heather sugere a probabilidade de a sua criação remontar aos tempos de formação do Império Romano. Abarcando, fundamentalmente, os quadros e marcomanos estabelecidos a oeste dos Cárpatos, no Danúbio Médio, terá logrado concertar o conjunto de «forças» dispersas que, já agregadas sob uma égide comum, viria a transpor o Reno Superior no final do ano 406 (Heather, 2009: 124; 174).
- 7 Neste ponto, assinalamos as semelhanças que apresenta face a um dos botões exumados no sepulcro 89, onde surge associado a uma fivela de aro ovalado e fuzilhão escutiforme (Ripoll López, 1985: 77). Também no 209 ocorre exemplar idêntico, associado, desta feita, a duas fivelas de aro igualmente ovalado, uma das quais profusamente decorada com incisões (Ripoll López, 1985: 147).
- 8 Nele se destaca uma inscrição opistógrafa – ou seja, distribuída por ambas faces do suporte –, cujos caracteres latinos cursivos se combinam para amaldiçoar *Serpentius*, escravo de *Rufina*, condenando-o a ser acometido por uma doença (Morais, 2010: 138-139). O segundo exemplar de Maximinos, mais pequeno, também opistógrafa, encontra-se no Museu Pio XII (MPXII.LIT.1004 – cf. Fontes *et alii*, 2009: 92-93).



# A CERÂMICA NO GHARB AL-ANDALUS: SEGUINDO OS PASSOS DE JUAN ZOZAYA

SUSANA GÓMEZ MARTÍNEZ\*

Juan Zozaya dedica o artigo «Aperçu général...» a Luis M. Llubia, dizendo «*Très en avance sur son temps, prophète des théories acceptées, sa figure demeure pour nous un modèle pour la recherche archéologique*». (Zozaya, 1980) Com esta citação, Helena Catarino e eu dedicámos uma comunicação ao Juan na altura do «Encontro com a História» de Maio de 2016. Infelizmente, Juan não continua entre nós e com este artigo queremos fazer justiça à figura científica e académica, mas também ao amigo e maestro que soube orientar-nos e encorajar-nos a seguir as pistas que foi deixando na sua obra.

## 1. OS ESTUDOS SOBRE A CERÂMICA DO GHARB AL-ANDALUS

A historiografia sobre a cerâmica do Gharb al-Andalus tem um percurso relativamente curto<sup>1</sup>. Se bem seja certo que alguns autores do século XIX e da primeira metade do século XX, como por exemplo Estácio da Veiga (1880 e 1889), António dos Santos Rocha (1895, 1904 e 1971), Ramón Mélida (1912) ou Abel Viana (1945, 1950, 1958 e 1959), publicaram breves notas sobre cerâmica islâmica, não será antes da década de 70 do século XX que podemos falar abertamente de investigação sobre a cerâmica do Gharb al-Andalus.

Para os territórios ocidentais de Espanha, especialmente Extremadura e Huelva, contamos com alguns estudos específicos sobre localidades concretas, como por

exemplo os de Fernando Valdés para Badajoz (1985 e 2001), Miguel Alba e Santiago Feijoo para Mérida (2001 e 2003), Susana Fernández Gabaldón para Aroche e Niebla (1989 e 1990) ou Lauro Olmo para Niebla (1986), embora também se encontrem referências em análises de carácter mais geral como os de Manuel Retuerce e Juan Zozaya (1986 e 1991) ou Miguel Alba e Sonia Gutiérrez (2008).

Em Portugal, o pioneiro será um dos homenageados no citado «Encontro com a História», José Luís de Matos (1983, 1985 e 1991), a quem se seguirão, pouco depois, outro dos homenageados, Cláudio Torres (1986, 1987), assim como Helena Catarino (1988, 1992 ou 1997/98) e Rosa Varela Gomes (1988, 1991). A realização em Lisboa do IV Congresso Internacional *A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental* (Silva e Mateus, 1991) significará um salto qualitativo e quantitativo neste tipo de estudos, entre os quais merecem destaque as actas da série de congressos sobre Cerâmica Medieval no Mediterrâneo da AIECM3 e das Jornadas

\* Campo Arqueológico de Mértola / Universidade do Algarve / Centro de Estudos em Arqueologia Artes e Ciências do Património.

de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval organizadas pela Câmara Municipal de Tondela (Diogo, 1995; Diogo e Abraços, 1998; Abraços e Diogo, 2004 e Diogo, 2008).

No século XXI, detectamos um progressivo decréscimo do interesse pela arqueologia islâmica e em consequência, pela cerâmica deste período, sendo excepção a esta tendência os trabalhos do Grupo de estudo da Cerâmica Islâmica do Gharb al-Andalus, CIGA (<https://camertola.academia.edu/CIGAGrupodeestudo>).

Os avanços na investigação destes últimos 40 anos, embora muito significativos, têm deixado lacunas importantes tanto em termos geográficos como cronológicos. O nosso desconhecimento das cerâmicas emirais é ainda muito

grande, mas o maior problema reside na falta de precisão cronológica pois, salvo raras excepções, é difícil afinar as datações em intervalos inferiores a 100 anos e, apenas em alguns poucos casos a sequência estratigráfica ajuda a resolver as nossas dúvidas. Desde o ponto de vista geográfico, os territórios ao norte do Tejo em Portugal e ao norte do Guadiana em Espanha contam com poucas publicações sobre cerâmica islâmica.

As limitações que acabamos de expor não podem continuar a desencorajar as tentativas de síntese como as que está a realizar o Grupo CIGA. É por isso, e em homenagem aos Mestres a que este volume se dedica, que nos atrevemos a avançar nestas páginas com uma síntese sobre a evolução da cerâmica no Gharb al-Andalus.

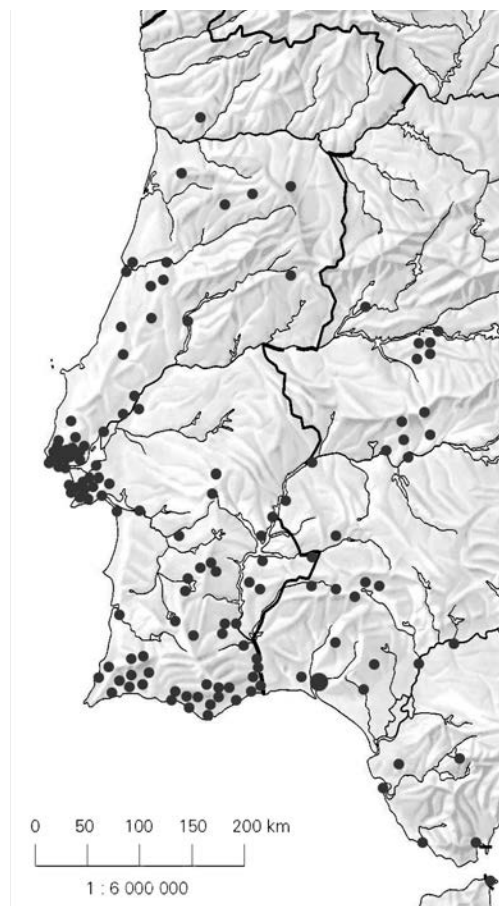
## 2. SOBRE A PRODUÇÃO DA CERÂMICA: DA PRODUÇÃO PARA AUTOCONSUMO ÀS PRODUÇÕES PARA A IMPORTAÇÃO

### 2.1. A cerâmica emiral. As necessidades de uma sociedade rural e a produção de cerâmica para autoconsumo

Na Antiguidade Tardia e no período emiral, em virtude do processo de ruralização da economia e da sociedade, as produções tardorromanas fortemente estandardizadas perdem o seu papel central no mercado de cerâmica e são substituídas por produções regionais e locais, com uma menor variedade de objectos, assumindo usos plurifuncionais, que são fabricados com tecnologias mais rudimentares e decorados, por vezes, com técnicas simples de incisão ou cordões digitados.

Uma boa parte destas produções consiste em cerâmicas de fabrico tosco, manual ou de torneado lento, com pastas mal decantadas mas apropriadas para as funções de exposição ao lume para as quais estavam destinadas, sendo a panela de perfil em forma de «S» a que domina o registo arqueológico. Uma outra forma transversal a todo o espaço do Gharb é a tigela/caçola de bordo introvertido que em época emiral encontramos fabricada manualmente ou ao torno (Gonçalves *et alii*, 2015).

Cerâmicas manuais ou de torneado lento, de época emiral, foram constatadas tanto em meios urbanos como em meios rurais. No primeiro caso, destacamos a título de exemplo, os casos de Conímbriga e Coimbra onde, por vezes, surgem com elementos ornamentais próprios dos modelos cristãos tais como as asas puncionadas (Catarino e Santos, 2012), Palmela e Alcácer do Sal (Bugalhão e Fernandes, 2012), Mérida (Alba e Feijoo, 2001 e 2003), Niebla (Olmo, 1986) e Silves (Gonçalves, 2012). No meio rural, âmbito em que se inscreve a maior parte dos sítios com achados emirais, podemos exemplificar com os casos de Trancoso (Ferreira, Lobão e Catarino, 2012), Ega em Condeixa-a-Nova (Revez, 2012), Castanheira do Ribatejo, Alto da Queimada em Palmela, vários sítios na área de Sesimbra (Cavaco, 2013: 357), pequenos assentamentos escavados na área do regolfo do Alqueva, em Reguengos de Monsaraz (Marques *et alii*, 2014), o Castelo das Bouças e o Cemitério de Odemira (Gómez, Grangé e Lopes, 2012), Aroche em Huelva (Fernández Gabaldón, 1989), Queimada e Raposeira em Mértola



**Figura 1 – Achados de cerâmica islâmica no Gharb al-Andalus (séculos VIII-XIII).**

(Boone, 2001), Castelo das Relíquias e Castelo Velho em Alcoutim, Milreu em Faro, Castelo de Alferce em Monchique e Barradas em Lagos (Cavaco, 2013: 358).

Este tipo de manufacturas é pouco exigente no que a estruturas e utensílios de produção diz respeito. A cozedura das cerâmicas deve ter sido feita em soengas simples, facto pelo qual dificilmente são detectadas no registo arqueológico. A partir da comparação etnográfica, podemos considerar que os objectos fabricados com esta tecnologia são próprios de âmbitos domésticos, concebidos para o auto-abastecimento e, certamente, produzidos pelas mulheres da unidade familiar que alternariam esta actividade com as tarefas domésticas, os trabalhos agrícolas e outras actividades artesanais como, por exemplo, a tecelagem. Para alguns autores, esta seria uma regressão cultural e não apenas técnica, um preconceito que não partilhamos, considerando antes que se trata duma adaptação das comunidades rurais aos recursos de que dispunham e resultado da escolha de determinadas estratégias de gestão dos excedentes e do tempo da família. De facto, as produções manuais vão ter continuidade em épocas posteriores, quando as tecnologias de produção mais complexas são muito mais habituais e as cerâmicas torneadas são dominantes. Podemos deduzir, portanto, que a presença de caçoilas de fabrico manual em Salir em época almóada (Catarino, 1997/1998) se deve a uma opção cultural não subordinada ao desenvolvimento tecnológico da cerâmica.

Independentemente do domínio das produções de carácter «doméstico» em muitas regiões do Gharb em época emiral, a produção de tipo artesanal que utiliza o torneado rápido não desapareceu. Os meios rurais afastados dos centros urbanos também apresentam um volume razoável de cerâmicas de torneado rápido. Podemos encontrar um exemplo nos pequenos assentamentos do troço médio do Vale do Guadiana, escavados no programa de minimização do empreendimento do Alqueva, onde encontramos percentagens de cerâmica a torno rápido que oscilam entre os 45% em Cabeçana 4 e os 37% em Espinhaço 7 (Marques *et alii*, 2014)<sup>2</sup>.

No século IX, as oficinas urbanas retomam o seu dinamismo incorporando novas formas e tecnologias de produção e reactivando as suas redes de distribuição, se bem que este renascimento não vá acontecer de forma simultânea e com a mesma intensidade em todos os territórios do Gharb al-Andalus. De facto, verificamos que os meios rurais mais afastados das cidades de primeira magnitude e os territórios ao norte do Tejo terão menores condições de acesso aos produtos mais elaborados como, por exemplo, os objectos vidrados que, nesta época, não se produziam na região, dado que os poucos fragmentos encontrados parecem ser provenientes de outras regiões de al-Andalus.

É em Mérida que se verificam de forma mais clara as inovações do período. Por um lado, constata-se uma evolução morfológica de protótipos do período anterior e, por outro, encontramos perfis de panelas, cântaros, jarros e jarras diferentes dos precedentes e formas funcionais novas como tampas, alcatruzes e unguentários. Surgem também cerâmicas de pastas claras e acanaladuras no corpo dos recipientes e, timidamente, decoração pintada (Alba e Feijoo, 2003: 489 a 492). Estas técnicas ornamentais documentam-se também em outras cidades do Gharb

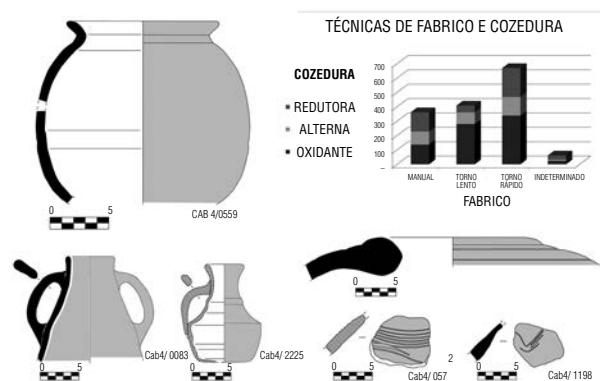


Figura 2 – Cerâmica tradoantiga e emiral (séculos VI-VIII) do sítio de Cabeçana 4, Reguengos de Monsaraz. A secção a cheio corresponde a cerâmica manual e a secção com trama corresponde a cerâmica a torno (elaborado a partir de figuras de Marques *et alii*, 2014).

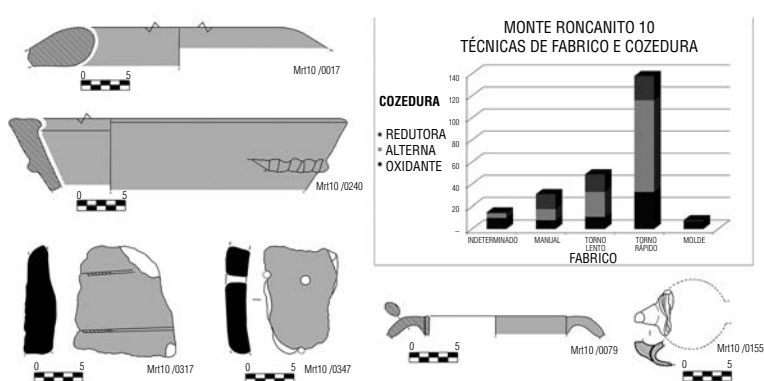


Figura 3 – Cerâmica de época emiral (séculos IX-X) do sítio de Monte Roncanito 10, Reguengos de Monsaraz. A secção a cheio corresponde a cerâmica manual e a secção com trama corresponde a cerâmica a torno (elaborado a partir de figuras de Marques *et alii*, 2014).

como Silves, mas também em sítios fortificados como o Castelo Velho de Alcoutim e, com menos frequência, em núcleos rurais como Trancoso ou o Alto da Queimada em Palmela (Cavaco, 2013).

O surgimento do vidrado no Gharb al-Andalus coloca problemas complexos. Sem lugar a dúvida, o vidrado medieval não é herdeiro directo dos vidrados romanos de época imperial. No entanto, muito cedo, no século VIII, constatam-se em Mérida cerâmicas de cozinha, tanto abertas como fechadas, revestidas de vidrados espessos e irregulares, frequentemente craquelados (Alba e Gutiérrez, 2008), que não parecem ter tido continuidade em épocas posteriores, e que as análises mais recentes relacionam com a produção de vidro e não com a produção de cerâmica vidrada<sup>3</sup>.

Durante a segunda metade do século IX introduzem-se no al-Andalus as técnicas de vidrado plumbífero orientais que recentemente foram objecto de revisão por parte dos arqueólogos. Nos territórios da Síria, o Iraque e o Egipto, desde o século VIII são produzidos vidrados com uma grande diversidade de combinações técnicas e cromáticas como as *yellow-glazed wares* (YGF) e as cerâmicas vidradas coptas (CGW na terminologia inglesa) as quais acrescem, no século IX, as vidradas jaspeadas (*splash-ware*), os revestimentos estanhados, os vidrados policromos e a loiça dourada, naquilo que a bibliografia denomina de forma genérica como «horizonte Samarra». Esta diversidade técnica derivaria tanto da evolução dos vidrados mesopotâmicos que surgem já no II milénio a.C., como da evolução de tradições proto-bizantinas e das influências chinesas do período Tang (Watson, 2004; Watson, 2014; Tite *et alii*, 2015; Gayraud e Valauri, 2017).

A transferência destas tecnologias para o Ocidente deve ter passado pela Ifriqiyya aglabida (Acién, 1993), embora algumas formas das cerâmicas emirais de al-Andalus sugiram uma possível transferência directa desde o Próximo

Oriente (Salinas e Zozaya, 2015). Tudo indica que os primeiros vidrados plumbíferos foram fabricados em Pechina mas, muito cedo, produzem-se também em Málaga e Córdoba (Salinas, 2013). Costumam ser aplicados sobre motivos em relevo, por vezes empregando traços irregulares duma segunda cor, no que parece ser o antecedente das primeiras produções peninsulares de verde e manganés. A dispersão de achados revela uma reactivação das redes de intercâmbio da cerâmica no al-Andalus que leva estas manufacturas a lugares distantes como Tudela, Gormaz ou Lisboa (Salinas e Zozaya, 2015: fig. 2). Porém, a presença destas cerâmicas no extremo ocidental da Península é tardia e pouco abundante. Em poucos sítios constatamos a presença desta cerâmica, se bem suspeitemos que, em alguns casos, arqueólogos pouco habituados a contextos islâmicos não tenham identificado correctamente estes vidrados. Até à data, apenas conhecemos pequenos fragmentos isolados em Mérida (Alba e Feijoo, 2001), Porto Torrão em Ferreira do Alentejo (Pereira, 2013: 153), Lisboa, Mértola, Castelo das Relíquias em Alcoutim e Silves (Cavaco *et alii*, 2013: 356-357). Trata-se, seguramente, de manufacturas provenientes das oficinas do sudeste peninsular, ao que tudo indica, Pechina e Málaga.

## 2.2. A reestruturação dos mercados urbanos e o poder califal

A reactivação das oficinas urbanas de produção cerâmica que se constata a finais do período emiral, a consolidação dos mecanismos de distribuição regional e a dinamização das rotas de intercâmbio baseadas numa consolidada rede de cidades, deram lugar a uma cerâmica califal com entidade própria nos aspectos técnicos, formais e, sobre tudo, ornamentais. As técnicas de fabrico dominantes neste período espelham uma especialização artesanal na qual domina o uso do torno rápido e as cozeduras em fornos de convecção complexos que permitem controlar de forma mais precisa a atmosfera redutora ou oxidante do forno, tanto no processo de cozedura como de arrefecimento das peças. Os engobos e vidrados tornam-se mais frequentes. Conhecemos uma quantidade considerável de estruturas oleiras de época califal no conjunto do al-Andalus com especial destaque para as oficinas da capital, Córdoba (Coll e García Porras, 2010). Porém, no Gharb apenas o forno encontrado no Cerro da Vila (Vilamoura, Loulé) poderá datar do califado ou dos reinos de Taifa (Matos, 1985).

No que diz respeito às formas, em todo o território do Gharb continua a encontrar-se a panela de perfil em «S» e uma única asa, que convive com a de colo alto canelado e também com uma única asa nos territórios do Baixo Guadiana (Catarino 1997/98 e Gómez Martínez, 2014a). Na zona do troço médio-alto do Guadiana (Badajoz-Mérida) encontramos um outro tipo de panela muito diferente, com uma profunda carena no contacto entre o corpo e o colo da peça, que arranca no período emiral com forte presença na Marca Média (Retuerce, 1998). Foi encontrada em Badajoz (Valdés, 1985), Mérida (Barrientos, 2000: lam. 11; Palma, 1998) e chega à Serra de Aracena encontrando-se alguns exemplares em Almonaster (Romero, Rivera e Pérez, 2012: 134), embora possam ter uma cronologia posterior, do século XII.

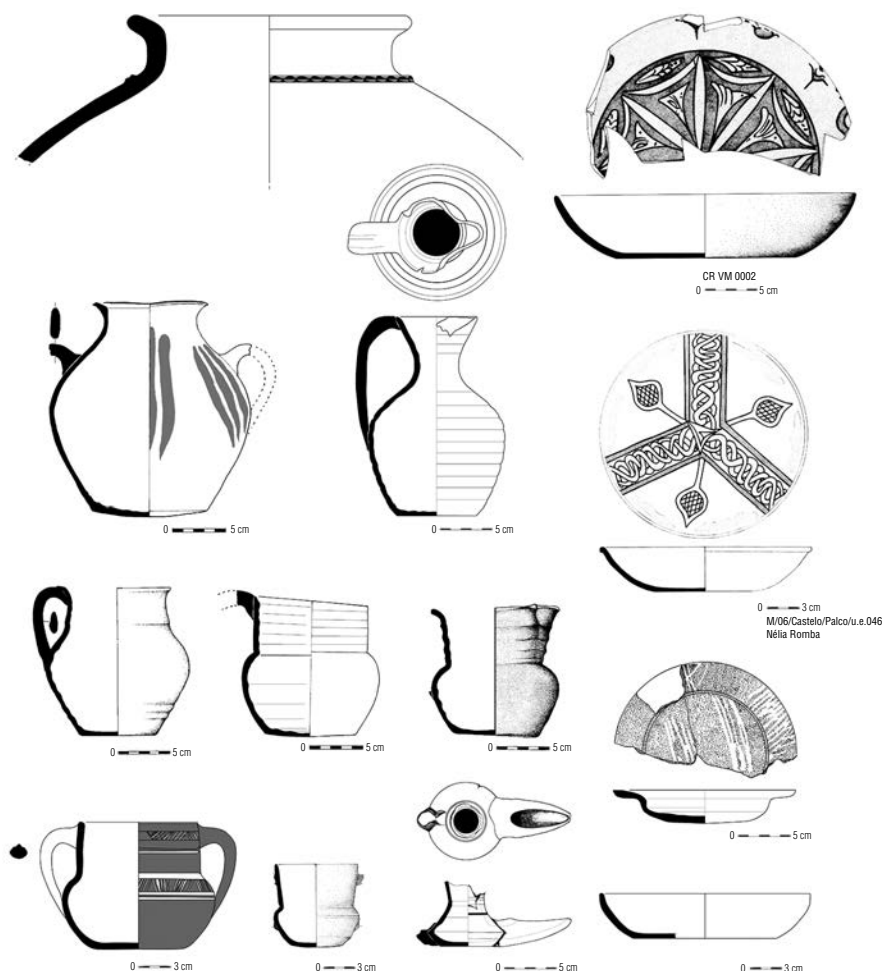


Figura 4 – Cerâmica de época califal de Mértola.

Uma forma que é transversal a todo o espaço do Gharb é a tigela/caçoila de bordo introvertido que encontramos em Badajoz (Valdés, 1985: fig. 18.3-5, 28.2, 43 e 49) e em muitos sítios de todo o território português (Gonçalves *et alii*, 2015).

No que diz respeito à ornamentação, encontramos por todo al-Andalus um conjunto de técnicas que podemos considerar comuns, assim como variantes específicas que dominam em zonas determinadas (Retuerce e Zozaya, 1986). É nas cerâmicas pintadas que é mais fácil reconhecer âmbitos territoriais de grupos homogêneos, embora isto não queira dizer que correspondam a produções duma única oficina. O Gharb al-Andalus é, neste aspecto, um bom exemplo pela difusão muito estendida da pintura branca de traços finos (Gómez Martínez, 2014a; Cavaco *et alii*, 2013).

No período califal, inicia-se a difusão generalizada do vidrado no al-Andalus mas, no Gharb, vemos que isto não vai acontecer de forma uniforme; surge nas cidades de maior magnitude, em sítios com relações de intercâmbio privilegiadas com os centros de poder, especialmente os núcleos fortificados, mas também em pequenos

núcleos rurais sem que, aparentemente, isto se relacione com vias de comunicação ou com um relacionamento privilegiado das cidades com o seu território. Só no século XI o vidrado se generaliza a outras entidades de menor magnitude, embora verifiquemos a sua ausência em amplos territórios, nem sempre rurais e marginais. Assim, são raros os exemplares vidrados na Marca Inferior e, em geral, nos territórios a norte do Tejo, mas encontramos exemplares de grande qualidade em sítios rurais como por exemplo em Monte dos Pombais perto de Beja (Gómez *et alii*, 2015).

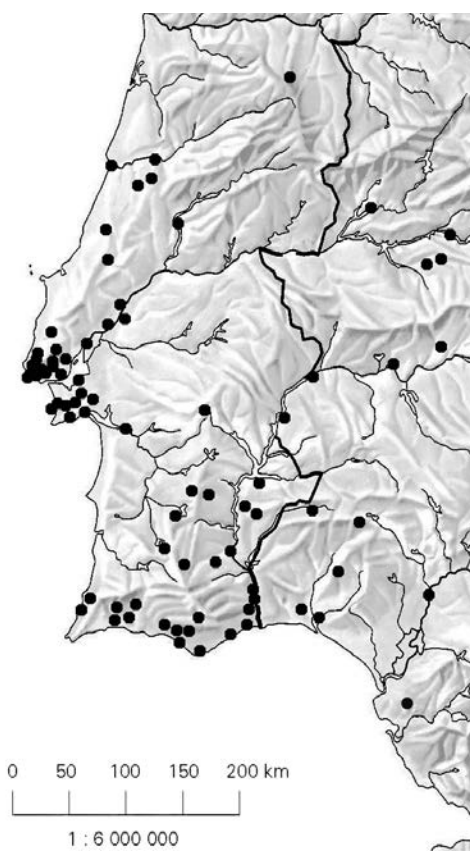


Figura 5 – Cerâmica pintada a branco de época islâmica (séculos IX-XIII).

No grupo dos vidrados, destaca-se o verde e manganés. Na epígrafe anterior, assinalávamos que as primeiras combinações policromáticas surgiram em finais do século IX ou inícios do

século X em Córdoba. Mas a sua difusão por todo al-Andalus terá lugar na segunda metade do século X e com uma iconografia bem definida que actua como ferramenta de propaganda ideológica do poder omíada (Barceló, 1993). Embora a sua produção tenha sido atribuída a Madinat al-Zahrā', onde foi encontrada a colecção mais destacada no que diz respeito tanto a formas como a temas iconográficos, constatamos o seu fabrico em várias cidades do al-Andalus já no século X (Bazzana, Lemoine e Picon, 1986). Porém, ainda não temos evidências que permitam afirmar que houve uma produção de cerâmica de verde e manganés no Gharb al-Andalus.

A dispersão do verde e manganés pode servir-nos de exemplo para exemplificar a escassa dispersão do vidrado no Gharb. Embora estes materiais cheguem, em época califal, a territórios distantes, inclusive ao Norte de África, nos territórios ao norte do Tejo são raros, embora se detectem em localidades de diferentes categorias. São pouco numerosos os fragmentos encontrados em localidades importantes como Lisboa ou Santarém, mas não faltam em pequenas localidades como o já referido Monte dos Pombais perto de Beja (Gómez Martínez *et alii*, 2015: 21). Resulta interessante constatar que, em época califal, há bastantes sítios em que apenas se localiza vidrado policromo e não as variantes mais simples, monocromas ou bicromáticas. Isto nos leva a pensar que a sua presença está relacionada com o seu carácter de loiça de prestígio, que seria distribuída mediante mecanismos «institucionais» e não apenas mediante redes comerciais.

Nos finais do Califado surge uma nova técnica ornamental, a corda seca parcial, que vai ser desenvolvida nos Reinos de Taifa, altura em que aparece a corda seca total (Déléry, 2006). Ainda não foram suficientemente esclarecidos os seus eventuais antecedentes no Próximo Oriente onde, entre os séculos VIII e X, os oleiros experimentaram diversas técnicas que combinavam,

em bicromia ou em policromia, o vidrado total ou parcial com traços de pintura preta não vitrificada. A transferência desta técnica deste a Mesopotâmia ao al-Andalus pode ter passado pela Síria e pela Tunísia no contexto dos intercâmbios entre o Oriente e o Califado Omíada de al-Andalus (Déléry e Gómez, 2006; Déléry, 2006: T. IV, 671-769). No entanto, a corda seca no al-Andalus apresenta temas e estilos ornamentais alheios às produções orientais, muito mais próximos do repertório e da estética do verde e manganés do al-Andalus, facto que nos permite afirmar que não se trata de uma inovação, mas de uma reinvenção a partir dos vidrados policromos peninsulares.

Durante algum tempo, alguns autores pensaram que a corda seca parcial seria uma degeneração da corda parcial motivada pela carência de materiais no âmbito da crise económica e institucional do século XI (Casamar e Valdés, 1984), argumento que não é sustentável, devido à cronologia do surgimento destas duas técnicas.

Nos finais do Califado, constata-se a produção de corda seca parcial em Pechina, Almería e Múrcia, mas existem indícios de que também existiria em Sevilha, Saragoça, Lérida, Toledo, Córdoba, Valência e Málaga. Nada indica, até à data, que isto também acontecesse no Gharb. Os exemplares que encontramos em Silves, Castelo Velho de Alcoutim, Castelo das Relíquias, Mesas do Castelinho, Palmela e Évora devem ser associados aos «estreitos contactos das cidades marítimas e portuárias do Gharb (nomeadamente Silves, Mértola, Alcácer do Sal e Lisboa) com as suas congéneres andaluzas, especialmente Bayyana/Pechina e Almeria» (Fernandes *et alii*, 2015: 650).

### 2.3. Uma cerâmica dos reinos de taifa ou uma cerâmica da época dos reinos de taifa

Durante o período dos Reinos de Taifa a produção cerâmica vai cobrar ainda maior vigor, com uma maior variedade de técnicas ornamentais e uma maior diversidade de soluções técnicas. A dispersão por amplas áreas de materiais muito semelhantes aponta igualmente para uma intensificação das redes de intercâmbio tanto dos bens de consumo como das tecnologias de produção.

A matriz do período califal continua a ser a base nos aspectos formais, técnicos, ornamentais e, sobretudo, estéticos e iconográficos com incorporação de elementos novos. Tudo aponta para um artesanato oleiro especializado de alta qualificação técnica. Para este período, a geografia dos achados de olarias é muito mais significativa e é também neste período que podemos ter maior certeza da existência de estruturas oleiras no registo arqueológico do Gharb. O forno encontrado no Cerro da Vila (Vilamoura), deverá ser desta altura, a julgar pelos materiais que foram associados a ele (especialmente a «cantarinha» 0034, Matos, 1991: 434 e desenho 034). Poderão ser também do final deste período algumas das estruturas oleiras encontradas em Lisboa (Bugalhão e Folgado, 2001), entre elas um tipo de forno de tradição oriental, o forno de barras, de uma única câmara, que tem sido associado à produção de loiça estaniífera (Coll e García, 2010), embora tenha sido usado maioritariamente para cerâmica apenas chacoçada.

No que diz respeito às formas, podemos, sem dificuldade, datar desta época tigelas com base anelar baixa, em muitos casos com moldura junto da base, ou tigelas leve-



Figura 6 – Cerâmica de Mértola de época taifa (século XI).

mente carenadas e com duas asas horizontais. As jarrinhas de colo cilíndrico espalham-se por todo o Gharb e as panelas globulares de duas asas tomam uma posição preponderante entre as alfaías do lar.

Numa outra publicação (Gómez, 2014b) tivemos oportunidade de compilar uma boa parte do conhecimento sobre a cerâmica da taifa de Badajoz pelo que nos parece desnecessário enumerar as formas e variantes que surgem num número bastante considerável de sítios, com Badajoz, a capital da taifa, y Mérida à cabeça, y em vários sítios da actual comunidade autónoma de Extremadura documentados por Sophie Gillote (2010), como por exemplo Alija (Peraleda de San Román), Cancho del Castillo (Valdehúncar), Cancho del Reloj en Cabañas del Castillo (Solana), La Cofradía (Cabañas del Castillo), Cerro de la Barca (Vadecaballeros), Santa Cruz de la Sierra, Villaviejas (Navalvillar de Pela), Villeta en Trujillo, Albalat (Romangordo) e Medellín. No território actualmente português da taifa, destacam-se as cidades de Coimbra, Santarém, Lisboa e Évora e núcleos fortificados como por exemplo Arouca, Trancoso, Ega ou Sintra (Gómez, 2014b).

No estado actual do nosso conhecimento, é impossível distinguir, dentro das cerâmicas do século XI, aquelas que possam ser atribuídas ao período em que as taifas de

Niebla, Huelva, Mértola, Faro e Silves foram independentes daquelas do período em que a taifa de Sevilha dominou todo o sudoeste de al-Andalus. Neste caso, à carência de publicações especializadas sobre a cerâmica de Sevilha acresce às dificuldades de identificação e interpretação. A partir de alguns territórios mais bem conhecidos, como o Baixo Guadiana, podemos considerar que as produções deram continuidade, nos aspectos formais, às formas do período califal (Gómez *et alii*, 2015: 36).

No que diz respeito às técnicas ornamentais, a dominante é a pintura a branco e, no vidrado, o verde e manganés adquire maior difusão. Neste último grupo, cabe destacar uma diversificação técnica e, no que aos temas decorativos diz respeito, os motivos em forma de pinha e os que utilizam bandas ponteadas para configurar a composição decorativa e que possuem abundantes paralelos em todo o sudoeste peninsular. A diversificação técnica no verde e manganés durante o período das taifas pode ser testemunhada, por exemplo, nas diversas variantes policromáticas: para além da combinação «clássica» de fundo branco com motivos em verde e preto/roxo de manganés, encontramos outra que acrescenta o amarelo/melado (Gómez Martínez, 2014a: 220-223), outra que combina o fundo melado e motivos em verde e preto/roxo de manganés e, ainda, uma outra, muito rara, na qual domina um fundo preto sobre o qual se aplicam os motivos em branco e verde que se têm constatado unicamente em Évora (Santos, 2016; Beltrame *et alii*, 2016) e, com dúvidas pelas reduzidas dimensões do fragmento, em Mértola.

A cerâmica de corda seca total aparece neste momento de forma bastante expressiva nos territórios no eixo Lisboa-Badajoz-Toledo. Nesta área, é muito interessante o conjunto que apresenta uma combinação cromática em cujo fundo dominam os tons obscuros (Valdés *et alii*, 2001: lám. 6; Balesteros e Gonçalves, 2007) e que reconhecemos também em Lisboa, Santarém e

Palmela. Em relação à corda seca parcial, encontramos uma quantidade significativamente maior de sítios com presença de corda seca parcial nos territórios mais ocidentais de al-Andalus (Fernandes *et alii*, 2015). O mais relevante são as jarrinhas de pastas claras e motivos fitomórficos de palmetas e os candis de bico cumprido com tema vegetal (Fernandes *et alii*, 2015; Valdés *et alii*, 2001: lám. 11) com ampla dispersão no sudoeste peninsular (ver fig. 7) mas que parecem corresponder a produções de Sevilha (Zozaya, 1990). Também têm paralelos aproximados em Santarém os copos de perfil ligeiramente troncocónico e base plana (Ramalho *et alii*, 2001).

A complexa e dinâmica evolução desta cerâmica foi amplamente estudada por Claire Déléry (2006), que determinou âmbitos de distribuição para as oficinas desta variante técnica. É possível que no fim deste período também fosse produzida no Gharb, a julgar pelas produções de Lisboa (Bugalhão, Gomes e Sousa, 2007: 326-327; Fernandes *et alii*, 2015: 653-654).

Pertencem também ao período dos Reinos de Taifa as primeiras cerâmicas decoradas com reflexo metálico do Gharb. As importações orientais, abbasidas ou fatimidas, que se constatarem em outras regiões de al-Andalus, não foram registadas até agora no extremo ocidental da Península Ibérica. As loiças douradas encontradas na Coimbra cristã (Catarino, Filipe e Santos, 2009), em Silves ou em Mértola parecem corresponder à produção sevilhana promovida pela dinastia abádida (Heidenreich, 2007: 258) com clara intenção propagandística e utilizada como loiça de prestígio.

Estas e outras produções específicas do século XI, levaram a considerar a hipótese de existirem produções de cerâmica próprias dum território definido pelas fronteiras políticas dum determinado reino de taifa e, inclusive, de existirem incentivos à produção de cerâmica ou mesmo a determinados tipos de cerâmica pelos

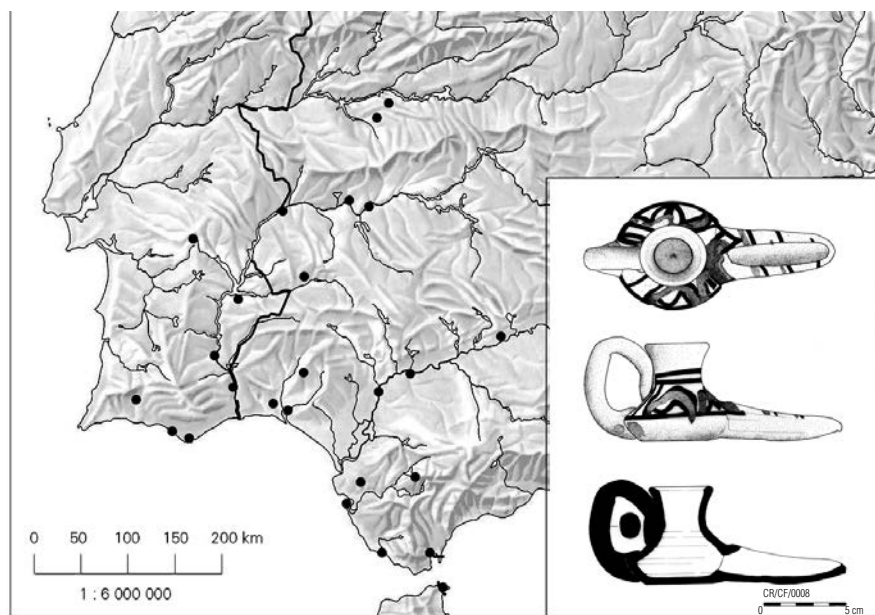


Figura 7 – Dispersão no Gharb do candil com ornamentação fitomórfica de corda seca parcial (século XI).

poderes políticos (Gómez Martínez, 2014b). A confirmar-se esta hipótese, poderíamos concluir que existia uma estratégia económica do poder no que à produção e abastecimento da cerâmica diz respeito e, por que não, de outros bens de consumo em geral. Esta estratégia não exclui uma outra, já afirmada por vários autores, de utilização da cerâmica para transmitir mensagens ideológicas ou políticas utilizando para esta finalidade os símbolos e motivos ornamentais aplicados às cerâmicas (Acién, 1996).

#### 2.4. Uma cerâmica estandardizada e especializada no período de domínio dos Impérios Africanos

A partir dos finais do século XI e ao longo de todo o século XII, vão surgindo mudanças significativas em todo al-Andalus e também no Gharb. Pese embora os problemas de precisão cronológica do registo arqueológico que, no melhor dos casos, impedem de ajustar com menos de 50 anos de margem a cronologia da maior parte das cerâmicas e que dificultam a adscrição dos objectos a etapas histórico-políticas concretas, é nesta época que constatamos os conjuntos mais importantes em quantidade e qualidade nos territórios ocidentais do al-Andalus.

Podemos afirmar que, nos finais do século XI ou inícios do XII, a produção artesanal especializada tinha substituído quase por completo as tecnologias mais toscas destinadas ao autoconsumo. As produções manuais que subsistiam, como a já referida de Salir em Loulé, podem ser consideradas como um fenómeno particular, relacionado com tradições culturais locais. Uma rede de oficinas de produção cerâmica estaria a cobrir praticamente todo o território do Gharb, certamente localizadas em



idades de media ou grande dimensão como o demonstram os achados de Lisboa, Santarém ou Mértola. Embora estas oficinas produzissem todo o tipo de artefactos, incluindo as cerâmicas vidradas, algumas poderão ter-se especializado em objectos de maior qualidade destinados a um mercado mais alargado do que o estritamente local/regional. É a sua capacidade de distribuição dos produtos o que marcaria esta especialização e não tanto a capacidade técnica, pois a tecnologia do fabrico da cerâmica teria mecanismos eficazes de transmissão (Gómez, 2014a).

A circulação de produtos e, especialmente, de técnicas permite constatar dois fenómenos paralelos: a estandardização e a especialização das formas. Isto é, por um lado encontramos formas muito semelhantes em amplos territórios, mas que são produzidos simultaneamente em várias oficinas e, por outro, encontramos características técnicas e formais bem adaptadas à função da peça, que as afastam da plurifuncionalidade de períodos precedentes. Esta especialização funcional corresponderia às necessidades duma sociedade cada vez mais exigente e dum mercado bem estruturado que adequava as suas fontes de abastecimento à capacidade aquisitiva dos seus clientes.

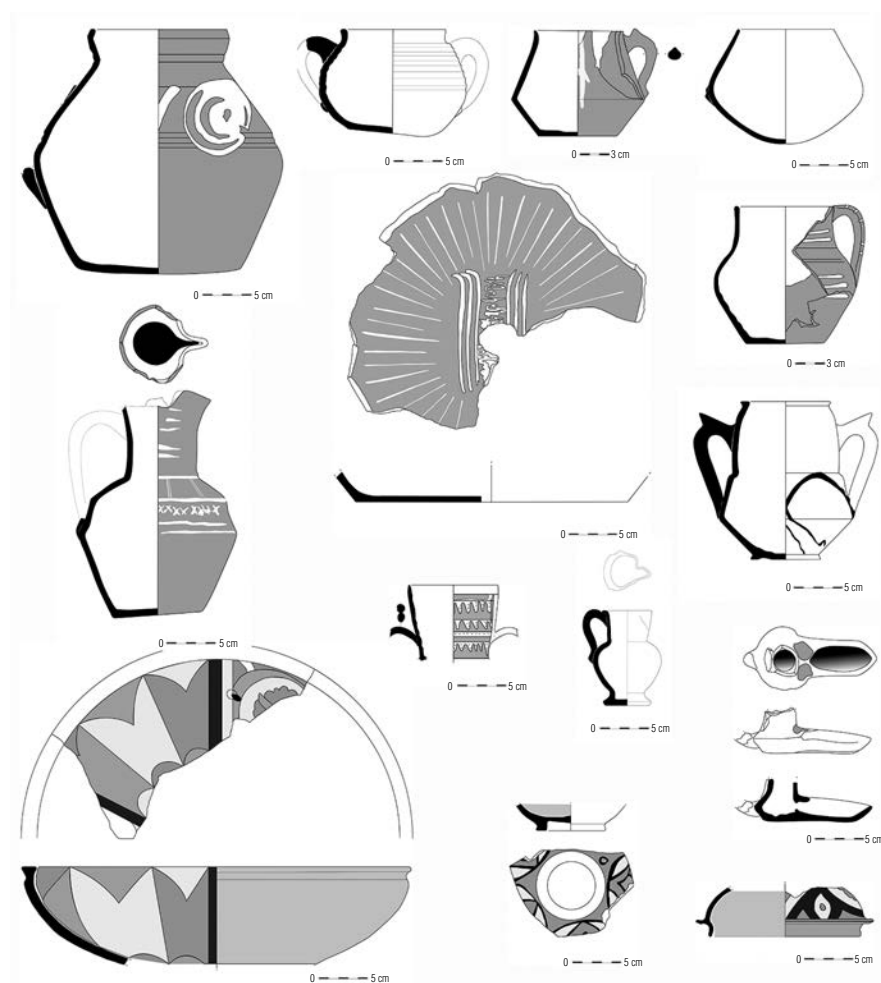


Figura 8 – Cerâmica de Mértola de época almorávida (primeira metade do século XII).

Em outros territórios do al-Andalus, verificamos a existência de olarias altamente especializadas em manufacturas de luxo que produzem grandes quantidades de objectos destinados ao mercado externo. Este seria o caso, por exemplo, de Almería, que exportaria cerâmicas de corda seca total para todo o Mediterrâneo como testemunham os documentos da Geniza e o achado destes objectos no Cairo. Estas cidades contariam com boas condições de produção, mas, sobretudo, de uma situação estratégica excepcional para a distribuição, especialmente por mar. Talvez Mértola tenha tido num momento específico um papel deste tipo, se se confirmar a produção de louça dourada nesta localidade no período almóada (Gómez Martínez, 2014a).

As técnicas ornamentais mais estendidas no período das taifas continuam a praticar-se durante o período de domínio africano, mas verificamos claramente uma mudança nas preferências. O verde e manganés, que dominava completamente o registo anterior, agora quase desaparece. Apenas se constata uma série de peças com esta técnica, extremadamente homogênea no que à forma se refere e com um novo estilo estético. São sempre tigelas hemisféricas com um desenho geometrizzante muito característico de influência norte-africana, com temas iconográficos diferentes dos constatados no repertório califal (Gómez Martínez, 2014a: 230). Com uma muito significativa dispersão portuária pelo Mediterrâneo Ocidental, ainda não foi possível determinar a proveniência desta produção que rompe com a estética do verde manganés omíada. A sua presença, constatada até à data em três dos principais portos do Gharb al-Andalus (Lisboa, Silves e Mértola), parece significar uma mudança qualitativa na capacidade destes portos em integrar-se nas rotas comerciais do Mediterrâneo Ocidental.

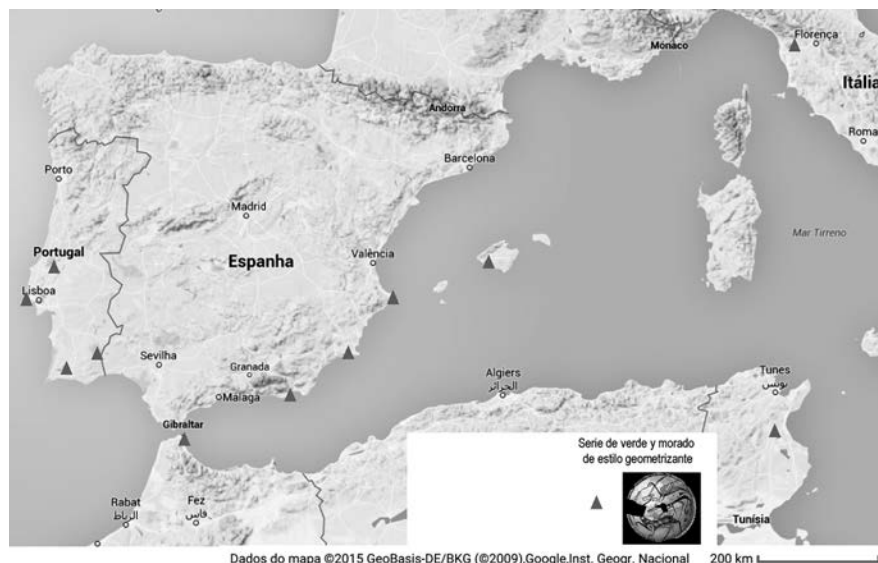
De facto, durante este período vemos uma maior quantidade de materiais de qualidade nos

sítios islâmicos do actual território português, facto que parece indicar que o Gharb, a partir do período almorávida, perdeu em boa medida o carácter marginal que ostentava em períodos anteriores. Isto é especialmente evidente se analisarmos as cerâmicas de corda seca, tanto parcial como total, que atingiram, durante o século XII o seu maior esplendor e difusão ao mesmo tempo que se diversificam adoptando novas variantes técnicas. No Gharb constatamos a maior parte delas: corda seca total combinada com motivos estampilhados sob a camada de vidro, corda seca parcial com uma, duas e até três cores diferentes, corda seca parcial com motivos esgrafitados sobre pintura negra. Muitas destas cerâmicas devem corresponder a produções da Andaluzia Oriental, cuja capacidade exportadora referimos anteriormente. Mas também encontramos produções, tanto de corda seca total como parcial próprias do Gharb, em Lisboa e Santarém, que ensaiam soluções semelhantes porém de menor qualidade técnica, que apenas serviram ao seu mercado local ou regional (Fernandes *et alii*, 2015).

Outra novidade técnica que surge no período almorávida é a impressão de pequenas estampilhas sob o vidrado monocromático ou bicromático que se constata claramente datado desta época em Albalat (Gilotte e Cáceres, 2017: 86-87) e que se deve estar a produzir em Lisboa já na primeira metade do século XII (Bugalhão e Folgado, 2001).

Outro exemplo de integração do Gharb nos circuitos de comércio de cerâmica é a presença da cerâmica esgrafitada embora em muito pequenas quantidades e quase sempre em cidades portuárias como Mértola, Silves ou Alcácer do Sal.

A loiça dourada apresenta uma problemática mais complexa. Desconhecemos se as produções sevilhanas do século XI tiveram continuidade posteriormente, mas tudo indica que a cerâmica de reflexo metálico passou a produzir-se em outros locais de al-Andalus no século XII



**Figura 9 – Cerâmica de verde manganês de época almorávida (finais do século XII e primeira metade do século XIII).**

(Gómez Martínez, 2014a: 246-249). Para além das referências nas fontes escritas que mencionam uma produção de Calatayud (perto de Zaragoza) segundo Idrisi, e em Murcia, Málaga e Almeria no século XIII segundo Ibn Sa'id al-Magribi, a arqueometria confirmou o seu fabrico em Jerez de la Frontera, Calatrava la Vieja e com menor certeza em Mértola. Trata-se do mesmo fenómeno que referimos anteriormente de olarias especializadas e orientadas para a exportação de manufacturas de luxo. A confirmar-se a produção deste tipo de cerâmica em Mértola na segunda metade do século XII, poderíamos afirmar que o Gharb, no período almóada, se encontrava plenamente integrado nas dinâmicas económicas do al-Andalus, superando as suas antigas marginalidades.

As tendências de standardização e de adequação funcional que cruzam todo o século XII intensificam-se no domínio almóada, quando vemos uma ainda melhor adaptação técnica com o aumento das pastas brancas e porosas para a loiça de água e as pastas refractárias para a loiça de fogo, se bem que, nas primeiras décadas do século XIII, notamos um certo decréscimo da qualidade dos vidrados em algum núcleos, o que poderíamos atribuir às dificuldades económicas derivadas da ameaça cada vez mais intensa do Reino de Portugal sobre o Gharb al-Andalus.

No que às técnicas ornamentais diz respeito, na fase final de ocupação islâmica no Gharb assistimos ao agudizar dum fenómeno que se iniciara no século XII: o progressivo abandono da policromia a favor dos vidrados monocromáticos e das técnicas de decoração em relevo. No entanto, nos finais do século XII encontramos uma nova série de verde e manganês renovada formal e estilisticamente, da qual ainda só conhecemos o centro produtor de Calatrava La Vieja (Retuerce, Hervás e Juan, 2009) e uma reduzidíssima dispersão pelo al-Andalus em geral, e pelo Gharb em particular, embora a nossa percepção possa estar desvirtuada pelo desconhecimento desta

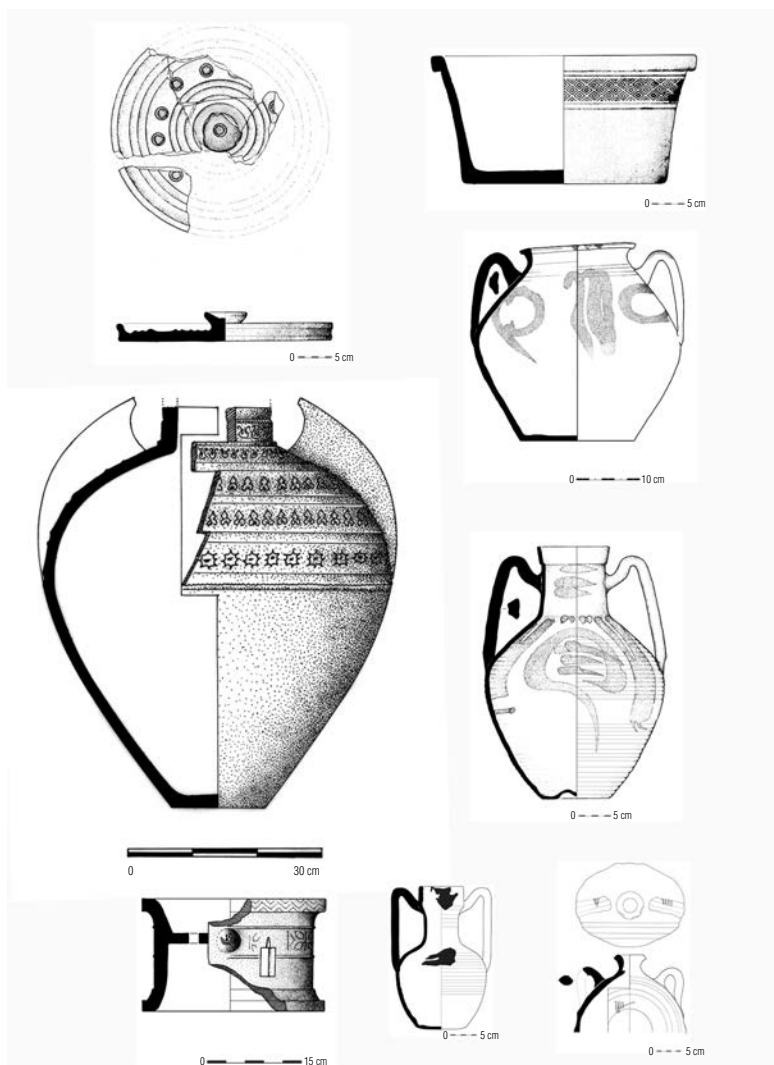


Figura 10 – Cerâmica de Mértola de época almóada (segunda metade do século XII a inícios do século XIII).



Figura 11 – Loiça de cozinha de Mértola de época almóada (segunda metade do século XII a inícios do século XIII).

variante por parte de muitos arqueólogos. A corda seca total também não desaparece, embora a encontremos aplicada em peças de grandes dimensões como bocais de poço e pias de abluções. Em contrapartida, aumenta muito o uso de técnicas de relevo como o estampilhado, a decoração por perfuração da parede e o molde (Gómez, 2008). No vidrado, a tendência à monocromia leva ao acréscimo do uso do verde, embora não se abandonem as combinações de manganês sobre melado ou sobre branco, e em menor proporção o reflexo metálico. Mas esta austeridade no cromatismo não corresponde a uma austeridade semelhante na iconografia ou nas composições ornamentais. Observamos uma grande profusão de motivos, especialmente nas formas fechadas, com uma grande variedade de temas ornamentais estampilhados nas grandes talhas.

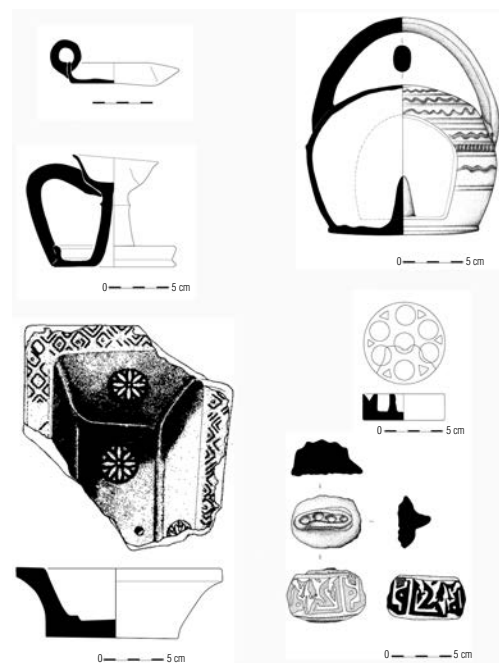


Figura 12 – Cerâmica de Mértola de época almóada (segunda metade do século XII a inícios do século XIII).

### 3. NOTAS FINAIS

A obra de Juan Zozaya deixou muitas pistas para seguir no futuro. As suas publicações ainda poderão inspirar-nos abordagens inovadoras que permitam novas sínteses.

Entre os muitos assuntos merecedores de trabalhos futuros podemos mencionar a necessidade de uma maior atenção às fontes escritas, nas quais ainda não foram esgotadas as possibilidades de análise e que ainda poderão dar muitas informações sobre aspectos relacionados com temas sociais tais como a posição dos oleiros na sociedade, a sua caracterização socio-económica, ou o papel da cerâmica no quotidiano dos habitantes de al-Andalus.

Muito trabalho há ainda por fazer para ajustar a cronologia em intervalos mais curtos de tempo e no âmbito da identificação e caracterização dos centros produtores e das suas manufacturas, que nos permita definir com maior precisão os intercâmbios comerciais e as diferentes rotas de comércio.

Por último, é de referir a necessidade de realizar estudos comparativos entre a cerâmica do al-Andalus e a de outras regiões do Mediterrâneo, sem dúvida um propósito que seria muito do gosto do nosso mestre, Juan Zozaya.

### BIBLIOGRAFIA

- ABRAÇOS, Hélder Chilra; DIOGO, João Manuel, eds. (2004), *III<sup>as</sup> Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval. Tondela, 28 a 31 de Outubro de 1997*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela.
- ACIÉN ALMANSA, Manuel (1993), «La cultura material de época emiral en el sur de al-Andalus. Nuevas perspectivas». In *La cerâmica altomedieval en el sur de al-Andalus*, pp. 153-172. Granada: Universidad de Granada. ISBN 84-338-1801-5.
- (1996), «Cerâmica y propaganda en época almohade». *Arqueologia Medieval*, n.º 4, pp. 183-193. Porto: Edições Afrontamento. ISSN 0872-2250.
- ALBA CALZADO, Miguel; GUTIÉRREZ LLORET, Sonia (2008), «Las producciones de transición al Mundo



**Figura 13 – Cerâmica de mesa de Mértola de época almóada (segunda metade do século XII a inícios do século XIII).**

- Islámico: el problema de la cerámica paleoandalusí (siglos VIII y IX)». In *Cerámicas hispanorromanas: un estado de la cuestión* / coord. Darío Bernal Casasola, Albert Ribera i Lacomba, pp. 585-616. Cádiz: Universidad de Cádiz. ISBN 978-84-9828-216-0.
- ALBA CALZADO, Miguel; FEIJOO, Santiago (2001), «Cerâmica emiral de Mérida». In *Garb Sítios islâmicos do Sul Peninsular*, pp. 329-375. Lisboa / Mérida: IPPAR / Junta de Extremadura. ISBN 972-8087-91-8.
- (2003), «Pautas evolutivas de la cerámica común en Mérida en épocas visigoda y emiral». In *Cerámicas tardorromanas y altomedievales en la Península Ibérica. Ruptura y continuidad. Anejos de Archivo Español de Arqueología*, pp. 483-504. Madrid: CSIC, 2003. ISBN 84-00-08202-8.
- BALESTEROS, Carmen; GONÇALVES, Gerardo (2007), «Intervenções arqueológicas no Centro Histórico de Évora». *Monumentos*, n.º 26, pp. 156-163. Lisboa: DGEMN.
- BARCELÓ, Miquel (1993), «Al-Mulk, el verde y el blanco. La vajilla califal omeya de Madīna al-Zahrā'». In *La cerâmica altomedieval en el sur de al-Andalus*, pp. 291-299. Granada: Universidad de Granada. ISBN 84-338-1801-5.
- BARRIENTOS, Teresa (2000), «Ampliación sobre los restos calcolíticos y del viario romano del Carro del Calvario». *Excavaciones Arqueológicas en Mérida. Memoria*, n.º 6, pp. 135-171. ISSN 1577-2853.
- BAZZANA, André; LEMOINE, CH.; PICON, M. (1986), «Le problème de l'origine et de la diffusion des céramiques dites califales: recherche préliminaire». In *Segundo Coloquio Internacional de Cerâmica Medieval en el Mediterráneo Occidental. Toledo, 1981*, pp. 33-38. Madrid: Ministerio de Cultura. ISBN 84-505-5832-6.

- BELTRAME, Massimo *et alii* (2016), «Nova variante de cerâmica decorada a “verde e manganês” em Évora». *Conimbriga. Revista de Arqueologia*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. ISSN 1647-8657 (digital). N.º 54 (2015) pp. 225-247. DOI [http://dx.doi.org/10.14195/1647-8657\\_54\\_8](http://dx.doi.org/10.14195/1647-8657_54_8).
- BOONE, James L. (2001), «Tribalism, Ethnicity, and Islamization in the Baixo Alentejo of Portugal: Preliminary results of investigation into transitional period (AD 550-850) rural settlements». *Era*, n.º 4, pp. 105-121. Lisboa: Era, Arqueologia/Colibri. ISBN 0874-9701.
- BUGALHÃO, Jacinta; FERNANDES, Isabel Cristina (2012), «A cerâmica Islâmica nas regiões de Lisboa e Setúbal». *Arqueologia Medieval*, n.º 12, pp. 71-89. Porto: Edições Afrontamento. ISSN 0872-2250.
- BUGALHÃO, Jacinta; FOLGADO, Deolinda (2001), «O arrabalde ocidental da Lisboa islâmica: urbanismo e produção oleira». *Arqueologia Medieval*, n.º 7, pp. 111-145. Porto: Edições Afrontamento. ISSN 0872-2250.
- BUGALHÃO, Jacinta; GOMES, Ana Sofia; SOUSA, Maria João (2007), «Consumo e utilização de recipientes cerâmicos no arrabalde ocidental da Lisboa islâmica (Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros e Mandarin Chinês)». *Revista Portuguesa de Arqueologia*, pp. 317-343. Lisboa: IPA. N.º 10-1.
- CASAMAR, Manuel; VALDÉS, Fernando (1984), «Origen y desarrollo de la Cuerda Seca en la Península Ibérica y en el Norte de África durante el siglo XI». *Al-Qantara*, Vol. V, pp. 383-404. Madrid: CSIC. ISSN 0211-3589.
- CATARINO, Helena (1988), *Para o estudo da ocupação muçulmana no Algarve Oriental (Concelhos de Alcoutim e Castro Marim)*. Coimbra: [s.n.], 1988. Trabalho de sínteses apresentado como prova de aptidão pedagógica e capacidade científica à Faculdade de Letras de Coimbra.
- (1992), *Cerâmicas islâmicas do Castelo de Salir: Catálogo do Museu Municipal de Arqueologia*. Loulé: Câmara Municipal de Loulé.
- (1997/1998), «O Algarve Oriental durante a ocupação islâmica. Povoamento rural e recintos fortificados». *al-'ulyā*, N.º 6, 3 vols., 1306 pág.. Loulé: Arquivo Histórico Municipal de Loulé. ISSN 0872-2323.
- CATARINO, Helena; SANTOS, Constança dos (2012), «A cerâmica Islâmica da Marca Inferior em território português». *Arqueologia Medieval*, n.º 12, pp. 7-14. Porto: Edições Afrontamento.
- CATARINO, Helena; FILIPE, Sónia; SANTOS, Constança (2009), «Coimbra islâmica: uma aproximação aos materiais cerâmicos». *Xelb n.º 9, Actas do 6.º Encontro de Arqueologia do Algarve, O Gharb no al-Andalus: sínteses e perspectivas de estudo* (Silves, 23, 24 e 25 de Outubro de 2008). Silves, Câmara Municipal de Silves/Museu Municipal de Arqueologia, pp. 333-376.
- CAVACO, Sandra *et alii* (2013), «Cerâmica Islâmica do Garb al-Andalus. Contextos sócio-territoriais». *O Arqueólogo Português*, Série V, n.º 3, pp. 349-380. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- COLL CONESA, Jaime (2013), «La producción cerámica medieval. Un balance entre el mundo islámico y el feudal. El caso del área valenciana». In *Arqueología de la producción en época medieval*, pp. 209-257. Granada: Alhulia. ISBN 978-84-15897-14-9.
- COLL CONESA, Jaime; GARCÍA PORRAS, Alberto (2010), «Tipología, cronología y producción de los hornos cerámicos en al-Andalus». In *Arqueología Medieval* 2010, pp. 25-44. [Consultado en 7-4-2015]. Disponible en <http://www.arqueologiamedieval.com/articulos/125/tipologia-cronologia-y-produccion-de-los-hornos-ceramicos-en-al-andalus>.
- DÉLÉRY, Claire (2006), *Dynamiques économiques sociales et culturelles d'al-Andalus à partir d'une étude de la céramique de cuerda seca (seconde moitié du X<sup>e</sup> siècle, première moitié du XIII<sup>e</sup> siècle)*. Toulouse: [s.n.]. 7 vols. Tese de doutoramento apresentada à Université de Toulouse II.
- DÉLÉRY, Claire; GÓMEZ, Susana (2006), «Algunas piezas orientales y el problema del origen de la técnica de cuerda seca». In *Actas del Seminário Internacional «Al-Ándalus Espaço de Mudança»*, pp. 148-1. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola. ISBN 972-9375-26-7.
- DIOGO, João Manuel (ed.) (1995), *Actas das 1.ª Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval. Métodos e resultados para o seu estudo*. Tondela: Tondela: Câmara Municipal de Tondela.
- (ed.) (2008), *Actas das 4.ªs Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval. Métodos e resultados para o seu estudo*. Tondela. 24 a 27 de Outubro de 2000. Tondela: Câmara Municipal de Tondela.
- DIOGO, João Manuel; ABRAÇOS, Hélder Chilra (eds.) (1998), *Actas das 2.ªs Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval, Métodos e resultados para o seu estudo*. Tondela (22 a 25 de Março de 1995). Tondela: Câmara Municipal de Tondela.
- FERNANDES, Isabel Cristina *et alii* (2015), «O comércio da corda seca no Gharb al-Ándalus». In *Actas X Congresso Internacional a Cerâmica Medieval no Mediterrâneo/Proceedings of 10th International Congress on Medieval Pottery in the Mediterranean*, T. 2, pp. 649-666. Silves: Câmara Municipal de Silves/Campo Arqueológico de Mértola.
- FERNÁNDEZ GABALDÓN, Susana (1989), «El despoblado hispanomusulmán de El Ladrillejo (Aroche, Huelva). Datos para el estudio del substrato indígena onubense en época islámica». *Boletín de Arqueología Medieval*, pp. 205-220. Madrid: Asociación Española de Arqueología Medieval. ISSN 0213-6090. 3.
- FERNÁNDEZ GABALDÓN, Susana; GARROTE MARTÍN, I.; MARTÍN PATIÑO, M. T. (1990), «Cerâmicas hispanomusulmanas de Niebla (Huelva): Resultado de los análisis químico-mineralógicos». *Boletín de Arqueología Medieval*, n.º 4, pp. 237-254. Madrid: AEAM. ISSN 0213-6090.
- FERREIRA, M. C.; LOBÃO, J. C.; CATARINO, H. (2012), «Cerâmicas altomedievais do Castelo de Trancoso, uma primeira abordagem». *Arqueologia Medieval*, n.º 12, pp. 15-31.
- GAYRAUD, R-P; VALLAURI, L. (2017), *Fustat II. Fouilles d'Istabl 'Antar. Ceramiques d'ensembles des IX<sup>e</sup> et X<sup>e</sup> siècles*. Le Caire : Institut Français d'Archéologie Orientale. ISBN 978-2-2747-0693-2.
- GILOTTE, Sophie (2010), *Aux marges d'al-Andalus: peuplement et habitat en Estrémadure centre-orientale (VIIIe-XIIIe siècles)*. Helsinki, Academia Scientiarum Fennica. 2 vols.
- GILOTTE, Sophie; CÁCERES GUTIÉRREZ, Yasmina (ed. lit.) (2017), *Al-Balât: vida y guerra en la frontera de Al-Andalus (Romangordo, Cáceres)*. Cáceres: Diputación de Cáceres, 220 p.. ISBN 978-84-9852-511-3.
- GOMES, Rosa Varela (1988), *Cerâmicas muçulmanas do Castelo de Silves. Xelb, 1*, 294 p. Silves: Câmara Municipal de Silves.
- (1991), «Cerâmicas muçulmanas, orientais e orientalizantes, do Castelo de Silves (peças esmaltadas, policromas e de reflexo metálico)». *Estudos Orientais*, vol. II, pp. 13-39. Lisboa.

- GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana (2008), Cerâmica a molde en el Garb al-Andalus. In *Actas das 4<sup>as</sup> Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval. Métodos e resultados para o seu estudo*, pp. 61-70. Tondela. 24 a 27 de Outubro de 2000, Tondela. Câmara Municipal de Tondela.
- (2014a), *Cerâmica Islâmica de Mértola*, 423 p. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola. ISBN 978-972-9375-40-8.
- (2014b), «Las cerámicas taifas del sudoeste peninsular». In *Bataliús III Estudios sobre el Reino Aftasi*, pp. 235-257. Badajoz: Gobierno de Extremadura. ISBN 978-84-9852-429-1.
- *et alii* (2015), «A cidade e o seu território no Gharb al-Andalus através da cerâmica». In *Actas X Congresso Internacional a Cerâmica Medieval no Mediterrâneo/Proceedings of 10<sup>th</sup> International Congress on Medieval Pottery in the Mediterranean*, T. 1, pp. 19-50. Silves: Câmara Municipal de Silves/Campo Arqueológico de Mértola. ISBN 978-9375-48-4.
- GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana; GRANGÉ, M.; LOPES, G. (2012), «A cerâmica islâmica no Alentejo». *Arqueologia Medieval*, n.º 12, pp. 109-120. Porto: Edições Afrontamento. ISSN 0872-2250.
- GONÇALVES, Maria José (2012), «O Barlavento Algarvio». *Arqueologia Medieval*, n.º 12, pp. 163-168. Porto. Edições Afrontamento.
- *et alii* (2015), «Vinte anos de Cerâmica Islâmica do Gharb al-Andalus: ensaio crono-tipológico das formas abertas (I)». In Medina Rosales, Nieves (Ed.), *Actas do VII Encuentro de Arqueología del Suroeste peninsular* (Aroche-Serpa, 29, 30 de noviembre y 1 de diciembre. 2013), pp. 1025-1041. Aroche: Ayuntamiento de Aroche. ISBN 978-84-608-4927-8.
- HEIDENREICH, Anja (2007), *Islamische Importkeramik des hohen Mittelalters auf der Iberischen Halbinsel*, 470 p. Mainz: Verlag Philipp Von Zabern. ISBN 978-3-8053-3864-6.
- INÁCIO, Isabel *et alii* (2015), «A propósito da investigação sobre cerâmica islâmica em Portugal». *Medievalista* [em linha]. ISSN 1646-740X. N.º 17 (janeiro, junho 2015). [consultado 02.01.2015]. Disponível em <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA17/isabelinacio1703.html>.
- MARQUES, João *et alii* (2014), *Povoamento rural no troço médio do Guadiana entre o rio Degebe e a ribeira do Álamo (Idade do Ferro e períodos medieval e moderno). Bloco 14, Intervenções e estudos no Alqueva*. Beja: EDIA.
- MATOS, José Luís (1983), «Malgas árabes do Cerro da Vila». *O Arqueólogo Português*, Série IV, vol. I, pp. 375-390. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.
- (1985), «Forno cerâmico (Cerro da Vila), 1982». *Informação Arqueológica*, 5, 77.
- (1991), «Cerâmica muçulmana do Cerro da Vila». In *A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo*. Lisboa, 1987, pp. 429-472. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.
- MÉLIDA José Ramón; FITA COLOMÉ, Fidel (1912), «Alfar moruno de Badajoz». *Boletín de la Real Academia de la Historia*. Tomo 60, pp. 161-162.
- OLMO Lauro (1986), «Cerâmica comum de época hispanomusulmana em Niebla». In *Segundo Coloquio Internacional de Cerâmica Medieval en el Mediterráneo Occidental*. Toledo, 1981, pp. 135-139. Madrid: Ministerio de Cultura.
- PALMA GARCÍA, Félix (1998), «Intervención arqueológica en la c/ John Lennon, n.º 28. Hallazgo de un foso de época almohade en torno a la alcazaba árabe». *Mérida. Excavaciones Arqueológicas*, N.º 4, pp. 161-220. Mérida, Consorcio Ciudad Monumental Histórico-Artística y Arqueológica de Mérida. ISBN 84-7674-363-0.
- PEREIRA Tiago André Simões (2013), *A Ocupação Alto-Medieval do Povoado do Porto Torrão (Ferreira do Alentejo)*. [em linha]. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Dissertação de Mestrado em Arqueologia. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10362/11917>.
- RAMALHO, Maria *et alii* (2001), «Vestígios da Santarém islâmica no Convento de São Francisco». *Arqueologia Medieval*, n.º 7, pp. 147-183. Porto: Edições Afrontamento. ISSN 0872-2250.
- RETUERCE VELASCO, Manuel (1998), *La cerámica andalusí de la Meseta*. Madrid, Ed. CRAN. 2 tomos.
- RETUERCE, Manuel; ZOZAYA, Juan (1986), «Variantes geográficas de la cerámica omeya andalusí: los temas decorativos». In *La ceramica medievale nel Mediterraneo occidentale*, Siena-Faenza, 1984, pp. 69-128. Firenze.
- (1991), «Variantes y constantes en la cerámica andalusí». In *A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo*. Lisboa, 1987, pp. 315-322. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.
- RETUERCE VELASCO, Manuel; HERVÁS, M. Á.; DE JUAN, A. (2009), «La cerámica islámica de Calatrava la Vieja y Alarcos. Nuevos hallazgos», in *VIII Congreso Internacional de Cerâmica Medieval en el Mediterráneo*, 2 vol., pp. 729-758. Ciudad Real-Almagro, 2006.
- REVEZ, Ana Lima (2012), «Trabalhos arqueológicos no projecto de recuperação do Paço da Ega (2007-2009)». *Arqueologia Medieval*, n.º 12, pp. 41-57. Porto. Edições Afrontamento.
- ROCHA, A. dos Santos (1895), «Notícias de algumas estações romanas e árabes do Algarve». *O Arqueólogo Português*, Vol. I, pp. 113-116, 193-212; 291-296; 327. Lisboa.
- ROCHA, António Santos (1904), «Notícia de alguns silos e louças árabes do Algarve». *Boletim da Sociedade Archeologica Santos Rocha*. I: 1. pp. 20-21 e Est. II e III. Figueira da Foz.
- (1971), *Memórias e explorações arqueológicas. Memórias sobre a Antiguidade* (Acta Universitatis Conimbrigensis, Vol. II). Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.
- ROMERO BOMBA, Eduardo; RIVERA, Timoteo; PÉREZ MACIAS, Juan Aurelio (2012), «Cerâmicas islâmicas de Almonaster La Real y Aracena (Huelva)». *Arqueologia Medieval*, N.º 12, pp. 129-144. Porto. Edições Afrontamento. ISSN 0872-2250.
- SALINAS PLEGUEZUELO, Elena (2013), «Cerâmica vidriada de época emiral en Córdoba», *Arqueología y Territorio Medieval*. Jaén. ISSN 1134-3184, 20, 67-96.
- SALINAS, E.; ZOZAYA, J. (2015), Pechina: el antecedente de las ceramicas vidriadas islamicas en al-andalus, *Actas X Congresso Internacional a Cerâmica Medieval no Mediterrâneo/Proceedings of 10th International Congress on Medieval Pottery in the Mediterranean*, T. 2, pp. 573-576. Silves: Câmara Municipal de Silves/Campo Arqueológico de Mértola.
- SANTOS, José Rui (2016), «Conjunto de cerâmica omíada (séculos X-XI) do Colégio dos Meninos do Coro da Sé de Évora». *Arqueologia medieval*, n.º 13, 91-100.
- SILVA, L.; MATEUS, R. (1991), *A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental*. Lisboa, 16-22 de Novembro de 1987. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.
- TITE, M. *et alii* (2015), «Revisiting the beginnings of tin-opacified Islamic glazes». *Journal of Archaeological Science*, 57, 80-91.
- TORRES, Cláudio (1986), «Um lote cerâmico da Mértola Islâmica». In *I Congreso de Arqueología Medieval Española*. Huesca, 1985, T. IV, pp. 193-228. Zaragoza: Diputación General de Aragón, 1986. ISBN 84-505-4756-3.

- (1987), *Cerâmica islâmica portuguesa*. Fundação Calouste Gulbenkian. Novembro de 1987. Catálogo. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.
- VALDÉS FERNÁNDEZ, Fernando (1985), *La Alcazaba de Badajoz I. Hallazgos islámicos (1977-1982) y Testar de la Puerta del Pilar*. Excavaciones Arqueológicas en España, 144. Madrid: Ministerio de Cultura, Dirección General de Bellas Artes y Archivos, Subdirección General de Arqueología y Etnografía.
- *et alii* (2001), «La cerámica andalusí de la ciudad de Badajoz. Primer periodo (siglos IX-XII), según los trabajos en el Antiguo Hospital Militar y en el área del Aparcamiento de C/ de Montesinos». In *Garb Sítios islâmicos do Sul Peninsular*, pp. 377-399. Lisboa / Mérida, IPPAR / Junta de Extremadura. ISBN 972-8087-91-8.
- VEIGA, Sebastião Phillippes Martins Estácio da (1880), *Memórias das Antiguidades de Mértola*. Edição fac-similada de 1880. Lisboa / Mértola: Imprensa Nacional-Casa da Moeda / Câmara Municipal de Mértola, 1983.
- (1889), *Antiguidades Monumentaes do Algarve*, Vol. III. Lisboa: Imprensa Nacional.
- VIANA, Abel (1945), «Museu regional de Beja. Alguns objectos da Idade do Bronze, da Idade do Ferro e da Época Romana; cerâmica argárica; cerâmica árabe». *Arquivo de Beja*, Vol. II, fascs. III e IV, 309-339. Beja: Câmara Municipal de Beja.
- (1950), «Notas históricas arqueológicas e etnológicas do Baixo Alentejo. II. Mértola». *Arquivo de Beja*, VII, pp. 23-38. Beja.
- (1958), «Castro de Nossa Senhora da Cola (Ourique)». *Arquivo de Beja*, XV, pp. 25-35. Beja.
- (1959), «Notas históricas arqueológicas e etnológicas do Baixo Alentejo». *Arquivo de Beja*, XVI, pp. 3-48. Beja.
- WATSON, Oliver (2004), *Ceramics from Islamic Lands*. London: Tames & Hudson. ISBN 0-500-97629-5.
- (2014), «Revisiting Samarra: the Rise of Islamic Glazed Pottery». In *Beiträge zur Islamischen Kunst und Archäologie*, 4, 123-142. Wiesbaden.

ZOZAYA STABEL-HANSEN, Juan (1980), «Aperçu général sur la céramique espagnole». In *Colloque International sur la Céramique Médiévale en Méditerranée Occidentale*. Valbonne, 1978, pp. 265-296. Paris: Ed. CNRS.

— (1990), *Tipología y cronología de los candiles de piqueta en cerámica de al-Andalus*. Madrid: Facultad de Geografía e Historia de la Universidad Complutense de Madrid. Tesis doctoral inédita.

## NOTAS

- 1 As referências bibliográficas que se seguem são apenas indicativas. Uma abordagem mais completa em Inácio *et alii*, 2015.
- 2 Um único caso, Monte Roncão 13, apresenta uma percentagem anormalmente baixa de 8%, mas que pode ser justificada pela reduzida dimensão da amostra em estudo formada apenas por 33 indivíduos.
- 3 Informação transmitida oralmente por Sonia Gutiérrez LLoret.





# COISAS *RARAS* NA CERÂMICA DO GHARB AL-ANDALUS

MARIA JOSÉ GONÇALVES\*

HELENA CATARINO\*\*

SANDRA CAVACO\*\*

JAQUELINA COVANEIRO\*\*

ISABEL CRISTINA FERNANDES\*\*\*

CATARINA COELHO\*\*\*\*

SOFIA GOMES\*\*\*\*

JACINTA BUGALHÃO\*\*\*\*

SUSANA GÓMEZ MARTINEZ\*\*\*\*\*

ISABEL INÁCIO\*\*\*\*\*

MARCO LIBERATO\*\*\*\*\*

CONSTAÇA SANTOS\*\*\*\*\*

CLAIRE DÉLÉRY\*\*\*\*\*

## 1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Grupo CIGA é um grupo de trabalho que se dedica ao estudo das cerâmicas islâmicas de Portugal procurando os seus estudos, fundamentalmente, sistematizar a informação existente tendo por base material publicado ou disponibilizado por outros investigadores. Objectivamos assim, a criação de um conjunto de instrumentos que possam, por um lado, servir de auxílio a profissionais de arqueologia que trabalhem períodos cronológicos mais abrangentes e, por outro, reunir informação dispersa que possa facilitar estudos comparativos com outras regiões nas quais a ocupação islâmica ocorreu. Com esse propósito e, para além de outros trabalhos de índole mais historiográfica sobre as cerâmicas ou de sistematização mais territorial (Catarino *et alli*, 2012; Covaneiro *et alli*, 2013; Inácio *et alli*, 2014; Gómez Martinez *et alli*, 2015), já criámos uma sistematização funcional e terminológica das cerâmicas do Gharb al-Andalus (Bugalhão *et alli*, 2010); já tratámos as formas abertas em dois ensaios (Gonçal-

ves *et alli*, 2015 e Coelho *et alli*, no prelo); sistematizámos informação sobre a cerâmica decorada a corda seca (Fernandes *et alli*, 2015), ocupámo-nos da cerâmica ornamentada com as cores verde e negro de manganês (Gómez-Martinez, no prelo); abordámos a iconografia e ornamentação (Gomes *et alli*, no prelo); tratámos também as talhas (Liberato *et alli*, 2016 e Santos *et alli*, 2016) e, mais recentemente, apresentámos um ensaio crono-tipológico para os objectos de iluminação (Cavaco *et alli*, 2016).

Neste encontro científico, em que se homenageiam seres tão raros, tanto nas suas qualidades humanas como no brilhantismo das suas carreiras de investigadores, o grupo CIGA decidiu abordar as cerâmicas que considera raras.

## 2. DEFINIÇÃO

Encontrado o objecto de estudo, importava definir os seus contornos. Que objectos incluir no grupo de cerâmicas que designámos por raro? O

\* Câmara Municipal de Silves;

\*\* Câmara Municipal de Tavira;

\*\*\* Câmara Municipal de Palmela;

\*\*\*\* DGPC;

\*\*\*\*\* Campo Arqueológico de Mértola;

\*\*\*\*\* Museu Nacional de Arqueologia;

\*\*\*\*\* FCT;

\*\*\*\*\* Arqueóloga;

\*\*\*\*\* Musée du Louvre.

que é para nós uma peça rara? Alguma reflexão sobre o assunto levou-nos a considerar raras: as peças que ocorrem muito poucas vezes; aquelas cuja funcionalidade não é óbvia; as que, embora apresentem morfologias que nos impelem a compreender a sua função, são algo distintas das que habitualmente atribuímos a essa mesma função; ainda as que, não obstante ser conhecido o seu uso, surgem em contextos onde fazem pouco sentido; também, aquelas que foram encontradas em contextos culturais alheios ao âmbito da sua produção; e, por fim, as peças que evidenciam técnicas de produção arcaicas em contextos onde dominam já as tecnologias artesanais sofisticadas e o mercado tem plena capacidade de distribuição de manufacturas elaboradas.

### 3. TIPOLOGIAS

As cerâmicas raras do Gharb al-Andalus são apresentadas em três grandes grupos e sob a forma de catálogo, não sem que, sobretudo no que à funcionalidade indeterminada diz respeito, se não inclua alguma reflexão e fundamentação das nossas propostas interpretativas.

#### 3.1. Contextos improváveis

##### 3.1.1

**Designação:** Fragmento.

**Proveniência:** Castelo de Paderne.

**Tecnologia:** Cerâmica manual; pasta vermelha pouco depurada.

**Ornamentação:** Duas linhas incisas horizontais e uma serpentiforme.

**Cronologia:** 2.<sup>a</sup> metade do século XII/1.<sup>a</sup> metade do séc. XIII.

**Funcionalidade:** Indeterminada.



**Fragmento de Cerâmica Manual – Castelo de Paderne.**

**Observações:** Cerâmica manual em contexto tardio. Cerâmicas manuais também em contexto almoáda foram encontradas em Loulé (Luzia, 2003) e Salir (Catarino, 1997-1998 e 1999-2000).

##### 3.1.2.

**Designação:** Suportes de lareira.

**Proveniência:** Castelo de Salir.

**Contexto:** Lareira/ interior de silo – Habitacional.

**Tecnologia:** Cerâmica manual, pasta castanha avermelha.

**Morfologia:** Base maciça e alargada; corpo troncocónico com perfurações a meio; parte superior a definir duas saliências «corniformes».

**Dimensões:** 1 – altura 17 cm; diâmetro base 8 cm

2 – altura 12 cm; diâmetro base 6,5 cm.

**Cronologia:** 2.<sup>a</sup> metade do século XII/1.<sup>a</sup> metade do séc. XIII.

**Funcionalidade:** Estamos, pois, perante o que podemos considerar «raridades arqueológicas», de funcionalidade problemática e cujo aspecto, para os menos acautelados, até poderá lembrar os chamados «ídeos-corno» calcolíticos (igualmente de função discutível). Contudo, não só a forma difere das peças pré-históricas, como o facto de terem o mesmo tipo de barro e textura que as caçoilas/«alguidares» (com paralelos em exemplares provenientes das escavações urbanas de Loulé) e estarem nos mesmos contextos, associados à panóplia habitual das cerâmicas almoádas, determina a sua contemporaneidade, tendo sido fabricados e usados nos séc. XII/XIII. Por fim, pensamos tratar-se de peças relacionadas com a preparação, ou a confecção de alimentos, pelo que propomos a sua utilização como bases, ou apoio de algo, que se colocavam assentes sobre as brasas de uma lareira, eventualmente a servirem de suportes para encaixe de uma grelha ou de espetos. As manchas de queimado mais reforçam esta hipótese de terem estado associadas a estruturas de combustão.

**Bibliografia:** Catarino 1997/98: 503, 1193 – EST CIX; Catarino, 1999/2000: 100, 102, 128 – Fig. 6.



**Suportes de Lareira – Castelo de Salir.**

### 3.1.3.

**Designação:** Pesos de Tear.

**Proveniência:** Alcaria de Odeleite (Castro Marim).

**Contexto:** Lareira/ interior de silo – Habitacional.

**Tecnologia:** Cerâmica manual.

**Morfologia:** Base alargada; corpo tronco piramidal; parte superior perfurada.

**Dimensões:** 1. 13,1 cm x 7,7 cm x 3,6 cm

2. 13,8 cm x 7,5 cm x 3,6 cm.

**Ornamentação:** 1. Traços incisos que lembram a árvore da vida

2. Motivos puncionados em sequência de punções verticais.

**Funcionalidade:** Estes objectos, bem conhecidos para a época romana, são pouco frequentes na bibliografia arqueológica do período islâmico. Designados *almohaza*, apresentam fabrico manual, têm forma cônica e uma única perfuração no topo (lado mais estreito).

Chama-se, pois, a atenção para este tipo de peças, que, embora pouco conhecido na nossa bibliografia arqueológica medieval, pode encontrar-se em sítios de ocupação muçulmana, sem serem «intrusões» ou reaproveitamentos de peças de época romana, até porque a sua forma é um pouco diferente.

**Cronologia:** Séculos XI-XIII.

**Paralelos:** Bayyana (Pechina-Almeria) – sécs. IX-X – (Flores Escobosa, 1993: 152); Saragoça – Contexto muçulmano (Mendivil Uceda, 2013: 152-153); Ansião (achado avulso) – Cortesia do Pe. José Eduardo Coutinho (Gómez, 2006: 1645).

**Bibliografia:** Santos, 2006: 161-265; Santos, 2007: 584.



Pesos de Tear – Castro Marim.

## 3.2. Poucas ocorrências

### 3.2.1

**Designação:** Bocal de Poço.

**Proveniência:** Silves (Arrabalde Ocidental).

**Contexto:** Habitacional.

**Tecnologia:** Pasta de cor bege acinzentada e algo grosseira; cozedura em ambiente redutor.

**Morfologia:** Base espessada; corpo cilíndrico.

**Dimensões:** Altura conservada: 57 cm; diâmetro da boca: 46 cm; diâmetro da base: 55 cm; espessura média: 1,5 cm; espessura da base: 4,5 cm.

**Ornamentação:** Banda estampilhada representando motivo arquitectónico compatível com arco polilobado, na parte superior da peça.

**Cronologia:** Séculos XII-XIII.



Bocal de Poço – Arrabalde Ocidental de Silves.

**Paralelos:** Lisboa (Igreja de S. Lourenço)

Fragmento de corpo; Sevilha – Centro de Cerâmica de Triana; Sevilha – Palácio da Condessa de Lebrija; Jerez de La Frontera – Museu de Arqueologia; Málaga – Museu da Alcáçova, etc.

### 3.2.2.

**Designação:** Figura Coroplástica – Figura Zoomórfica – Equídeo.

**Proveniência:** Silves (Almedina).

**Contexto:** Enchimento de silo.

**Tecnologia:** Pasta fina de cor laranja; cozedura oxidante; alguns ENP xistosos e calcários.

**Morfologia:** Cavalinho com arranque de presumível cavaleiro.

**Dimensões:** Altura máxima: 4 cm; comprimento máximo: 7 cm.



Figura Coroplástica (Equídeo) – Almedina de Silves.

**Funcionalidade:** Brinquedo. No mundo andalus era frequente a utilização de vasilhas de brincar para que as meninas imitassem as suas mães nas tarefas domésticas. Aparecem ainda figurinhas de animais e apitos que tiveram uma grande sobrevivência na sua cultura e que eram oferecidos como presente para celebrar a festa do princípio do ano.

**Cronologia:** Séculos XI-XII.

**Paralelos:** Silves (Alcáçova) (Gomes e Gomes, 2001: 125); Mértola (Torres *et alii*, 1996: 214215) Múrcia e Lorca (Navarro Palazón, 1986: 33; 53; 112; 258; 304; 306); Málaga – Museu da Alcáçova (Inédita); Córdoba (Salinas, 2012).

### 3.2.3.

**Designação:** Lanterna.

**Proveniência:** Mértola, Alcáçova.

**Contexto:** Habitacional.

**Tecnologia:** Pasta vermelha, depurada e compacta; cozedura oxidante; ENP de média e grande dimensão e densidade média.

**Morfologia:** Base em bolacha convexa; corpo semi-globular com orifício central semi-circular; vástago cónico interior e asa de pendurar de secção oval.

**Dimensões:** Altura: 18,2 cm; largura: 16,2 cm; diâmetro base: 12,7 cm.



Lanterna – Alcáçova de Mértola.

**Ornamentação:** Aplicações plásticas (cordão digitado), linhas onduladas incisas e pintura branca consistente com traços irregulares.

**Funcionalidade:** Utensílio para iluminar espaços abertos. A sua forma fechada permitiria proteger a chama do vento; o amplo orifício central permitiria iluminar e a asa zenital permitiria, não só o transporte, como dependurar o objecto.

**Cronologia:** Primeiras décadas do século XIII.

**Paralelos:** Lisboa (Rua dos Correeiros) – Resta apenas parte da abertura de iluminação e a base plana. Contexto habitacional e cronologia em torno ao século X; Torre Grossa de Jijona (Alicante) (Azuar Ruiz, 1985).

**Observações:** Peças semelhantes utilizavam-se, tradicionalmente, na horta levantina para iluminar a rega nocturna. A exaustiva e rigorosa distribuição de água obrigava a que a rega fosse a qualquer hora do dia ou da noite.

**Bibliografia:** Gómez Martínez, 2006; Gómez Martínez, 2014.

### 3.2.4.

**Designação:** Caldeira de Alambique.

**Proveniência:** Castelo de Mértola.

**Contexto:** Habitacional.

**Tecnologia:** Pasta vermelha; cozedura oxidante; ENP de média dimensão; superfícies exterior e interior vidradas de cor melada.

**Morfologia:** Boca circular, bordo vertical biselado, bojo cilíndrico com moldura plana pronunciada para encaixe em estrutura metálica, base semiesférica.

**Dimensões:** Altura: 16 cm; diâmetro boca: 10 cm; diâmetro base: 8 cm, diâmetro da moldura: 14 cm.

**Funcionalidade:** Peça que integra conjunto complexo composto por vários elementos que se destinavam à destilação de essências, perfumes ou medicamentos.

**Cronologia:** Século XII.

**Paralelos:** Silves (Alcáçova) Duas caldeiras interpretadas como alcatruz e uma campânula (Gomes, 2007); Valência (Armengol e Lerma, 2012: 372).

**Bibliografia:** Palma e Gómez Martínez, 2013; Gómez Martínez, 2014.



Caldeira de Alambique – Alcáçova de Mértola.

### 3.2.5.

**Designação:** Pia de Abluções Polilobada.

**Proveniência:** Mértola (Encosta do Castelo).

**Contexto:** Habitacional.

**Tecnologia:** Peça moldada em pasta bege; cozedura oxidante; ENP grandes e abundantes; superfícies exterior e interior vidradas.

**Morfologia:** Boca polilobada, bordo extrovertido curvo com lábio quadrangular, bojo semiesférico lobulado. Base convexa com pé indicado.

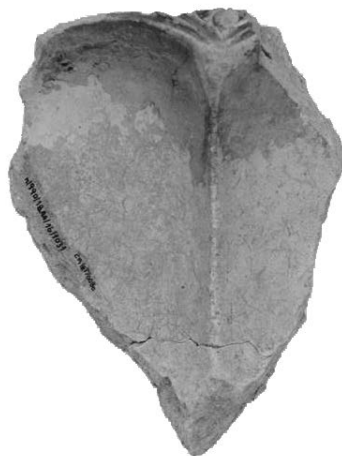
**Dimensões:** Diâmetro boca: 40 cm; largura: 42 cm; espessura paredes: 1,5 cm.

**Ornamentação:** Exterior vidrado de cor verde ostentando motivos estampilhados que no bordo assumem tema fitomórfico.

**Funcionalidade:** Utensílio para as abluções que antecedem as orações.

**Cronologia:** 2.<sup>a</sup> metade do séc. XII/1.<sup>a</sup> metade do séc. XIII.

**Bibliografia:** Gómez Martínez, 2006; Gómez Martínez, 2014.



Pia de Abluções Polilobada – Encosta do Castelo de Mértola.

### 3.2.6.

**Designação:** Tambor.

**Proveniência:** Silves (Almedina).

**Contexto:** Enchimento de silo.

**Tecnologia:** Pasta de cor laranja homogênea, cozedura oxidante, aguada cinzenta nas superfícies.

**Morfologia:** Bordo introvertido, lábio semicircular, campânula troncocônica invertida e corpo cilíndrico.

**Dimensões:** Altura conservada: 17,7 cm; diâmetro do bordo: 10,8 cm.

**Ornamentação:** Pintura de cor branca materializa três composições constituídas por reticulado flanqueado por quatro bandas verticais. Banda horizontal delimita o corpo da campânula.

**Funcionalidade:** Instrumento musical de percussão que, embora seja o mais comum no registo arqueológico do al-Andalus, se encontra pouco representado no território do Gharb.

Cobrem uma ampla cronologia, sendo os mais antigos dos séculos VIII/IX (Silves e Torrevieja) e o mais tardio do século XIV (Granada). Não eram considerados objectos de prestígio, aparecendo maioritariamente em contextos arqueológicos de cariz popular: habitações e oficinas de olaria, sendo utilizados os mesmos processos de fabrico da cerâmica comum. As fontes indicam que estes tambores fossem maioritariamente tocados por mulheres e crianças, em diversos contextos, nomeadamente, festividades e casamentos.



Tambor – Almedina de Silves.

Considerando os processos históricos e as analogias culturais, não há qualquer dúvida de que é no Magreb que devemos procurar os paralelos etnográficos possíveis, afastando-nos de outras práticas musicais islâmicas. Os tambores de cerâmica do al-Andalus não integram, como se referiu, o complexo mundo cortesão com fortes influências do Médio Oriente, tendo-se desenvolvido, provavelmente, num complexo contexto multicultural que apenas encontra paralelos no Magreb (Jímenez Pasalodos e Bill, 2012: 35).

**Cronologia:** Século XII.

**Bibliografia:** Inédito.

**Observações:** Silves oferece mais dois exemplares, menos representados, ambos inéditos; um proveniente da Almedina, de pasta laranja e sem qualquer decoração; outro do arrabalde oriental, de pasta clara, que no corpo ostenta decoração obtida através de incisão.

**Paralelos:** Embora raros no Gharb, surgem em diversos contextos do al-Andalus, de que são exemplo: Teatro Romano de Saragoça (séc. XI); Benetusser/Valência (séc. XI-XII); Balaguer/Leida (séc. XI); Petrer/Alicante (séc. X-XI); Jerez de La Frontera (séc. XII-XIII); Castillejo de los Guajares/Granada (séc. XIV), etc.; Castelo Velho de Alcoutim (Catarino, 1997/98: 331), Silves (Gomes e Gomes, 2001: 52).

### 3.2.7.

**Designação:** Tambor.

**Proveniência:** Santarém.

**Contexto:** Enchimento de silo.

**Tecnologia:** Pasta de cor laranja homogénea, cozedura oxidante, pequenos ENP, acabamento fruste com alisamento parcial.

**Morfologia:** Corpo troncocónico.

**Dimensões:** Altura conservada: 16,1 cm; diâmetro do fundo: 9 cm.



Tambor – Santarém.

**Ornamentação:** Pintura de cor branca materializa três colunas que combinam os mesmos motivos. Junto à base surge um conjunto de três linhas rectas horizontais, sob o qual se sucedem dois agrupamentos de três linhas onduladas.

**Funcionalidade:** Instrumento musical de percussão.

**Cronologia:** Finais do séc. XI – inícios do séc. XII.

### 3.2.8.

**Designação:** Tinteiro.

**Proveniência:** Mértola – Alcáçova.

**Contexto:** Revolvimento.

**Tecnologia:** Pasta alaranjada, depurada e compacta, cozedura oxidante e ENP de quantidade e densidade média.

**Morfologia:** Base plana, corpo cilíndrico maciço com sete orifícios circulares e sete triangulares.

**Dimensões:** Altura: 2 cm; diâmetro do bordo: 7 cm; diâmetro base: 7 cm.

**Ornamentação:** Vidrado monocromo verde e triângulos incisos sob a cobertura vítrea (esquematisação de palmeta).

**Funcionalidade:** Foi interpretado como tinteiro tendo em conta as suas semelhanças morfológicas com outros exemplares produzidos em vidro. O vidrado que cobre as suas superfícies impediria que o barro poroso absorvesse a tinta. As diferentes cuvetes talvez servissem para conter tintas de diferentes cores.

**Cronologia:** Primeiras décadas do século XIII.

**Paralelos:** Torre Grossa de Jijona (Alicante) (Azuar Ruiz, 1985). É conhecido exemplar da região do Irão com cronologia em torno aos séculos IX-X (Carboni, 2001: 143).

**Bibliografia:** Gómez, 2006; Gómez, 2014.



Tinteiro – Alcáçova de Mértola.

### 3.2.9.

**Designação:** Tinteiro.

**Proveniência:** Tavira (Almedina).

**Contexto:** Enchimento de silo.

**Tecnologia:** Pasta clara; cozedura oxidante; ENP abundantes de dimensão média; fabrico a molde.

**Morfologia:** Base plana, corpo rectangular. Apresenta na face superior cinco godés, sendo quatro circulares e um quadrado ao centro.

**Dimensões:** Altura: 5,5 cm;  
Largura: 7,5 cm; Comprimento:  
16,5 cm.

**Ornamentação:** Na face central ostenta decoração escavada formando motivos arquitectónicos compatíveis com quatro arcos.

**Funcionalidade:** Tinteiro. Cada receptáculo poderia servir para conter cores diferentes.

**Cronologia:** Período islâmico.

**Bibliografia:** Maia e Maia, 2012: 46.



Tinteiro – Almedina de Tavira.

### 3.3. Funcionalidade Indeterminada

#### 3.3.1.

**Designação:** Vaso «de Tavira».

**Proveniência:** Tavira (Almedina).

**Contexto:** Habitacional.

**Tecnologia:** Pasta vermelha pouco depurada; cozedura redutora/oxidante; frequentes ENP de dimensão variada.

**Morfologia:** Base plana, corpo troncocónico invertido, bordo introvertido sobre o qual assentam diversas figuras humanas e animais, lábio vazado.

**Dimensões:** Altura 36 cm; diâmetro máximo 42 cm.

**Ornamentação:** Aplicações plásticas representando pessoas e animais; pintura branca a marcar tatuagens nas figuras humanas, nos arreios do cavalo ou na ornamentação do adufe; incisões visíveis na crina do cavalo, nas garras da tartaruga e no barrete e dedos de uma das figuras.



Vaso de Tavira – Almedina de Tavira.

**Funcionalidade:** O bordo vazado, a existência da torre funil para colocação de água, a existência dos bicos vertedores e a preocupação com os elementos representados constituem especificidades que fazem deste objecto uma peça com uma funcionalidade única, embora sejam muitas as interpretações que já lhe foram atribuídas e que tentaremos sintetizar. Existem duas grandes linhas, uma que defende que seria uma pia de abluções ligada à Jihad (Gomes, 1998; Paulo, 2007) e outra que o interpreta como um objecto relacionado com um ritual mediterrânico de casamento (Maia, 2004 e 2012; Torres, 2004; Rosselló-Bordoy, 2006; Déléry, 2014; Gómez-Martínez, 2015).

**Cronologia:** Séculos XI-XII.

**Paralelos:** Almeria (Torres Balbas, 1945); Argélia (Golvin, 1965); Cieza/Múrcia (Navarro Palazón, 1986); Valencia (Lopes Elum, 1994); Alfabegueres em Valencia e Barcelona (Ray, 2000); Silves (Gonçalves, 2008: 15 da Tabela 1); Sicília (Borgognoni e Nomi, 2008); Cordova (Salinas Plaguezuelo, 2012); Estepona/Málaga (Museu de Arqueologia).

**Bibliografia:** Gomes, 1998: 19; Torres, 2004; Maia, 2004: 73-166; Rosselló-Bordoy, 2006: 168; Paulo, 2007: 289-316; Maia, 2012; Déléry, 2014: 398-399; Gómez-Martínez, 2015: 10-22.

#### 3.3.2.

**Designação:** Pia de Abluções (?).

**Proveniência:** Tavira (Almedina).

**Tecnologia:** Pasta bege alaranjada e pouco depurada; cozedura oxidante; ENP abundantes de média dimensão; acabamento vidrado verde no interior.

**Morfologia:** Base plana, corpo hexagonal extrovertido, bordo extrovertido e lábio em aba.

**Dimensões:** Altura: 20 cm; largura máxima: 44 cm.

**Ornamentação:** Estampilhada no bordo, apresenta motivos arquitectónicos incisos no corpo e flores de lótus incisas na base.



**Pia de Abluções(?) – Almedina de Tavira.**

**Funcionalidade:** Peça que apresenta especificidades na sua morfologia que apontam para uma funcionalidade própria, como são os vários orifícios no bordo que ligam a uma espécie de «portas» existentes no corpo. A impermeabilização promovida através do vidrado no interior de alguns dos objectos pode não ter relação com a sua função, tendo em conta que há exemplares que apresentam o vidrado apenas no exterior, como é o caso de um exemplar da Alcáçova de Silves (Gomes e Gomes, 2001: 104). Há um certo consenso em torno da ideia de que se trataria de uma pia de abluções, contudo, o exemplar da Alcáçova de Silves tem sido interpretado como queimador de perfumes (Gomes e Gomes: *idem*).

**Cronologia:** Séculos XII-XIII.

**Paralelos:** Tavira/Arrabalde (Maia e Maia, 2012: 96); Silves/Alcáçova (Gomes e Gomes, 2001: 104; Délerly, 2014); Silves/Arrabalde (Gonçalves e Khawli, 2004: 190); Faro /Horta da Misericórdia (Gamito, 2007: 105); Moura/Castelo (Macias, Gaspar e Valente, 2013: 120) Ceuta (Hita Ruiz, 2005: 90-91).

**Bibliografia:** (Maia, 2003: 308).

### 3.3.3.

**Designação:** Pia de Abluções (?).

**Proveniência:** Silves (Castelo).

**Contexto:** Habitacional.

**Tecnologia:** Pasta bege acinzentada, cozedura oxidante, abundantes ENP.

**Morfologia:** Base plana, corpo hexagonal extrovertido, bordo extrovertido e lábio em aba.

**Dimensões:** Altura: 19,2 cm; largura máxima 48 cm.



**Pia de Abluções(?) – Castelo de Silves.**

**Ornamentação:** Vidrado verde no exterior, traços incisos no bordo e motivos arquitectónicos incisos e excisos no corpo.

**Funcionalidade:** Apresentado como queimador de perfumes (Gomes, 2003: 264-267), o objecto exhibe vestígios evidentes de concreções calcárias no seu interior, o que nos remete para uma utilização mais relacionada com a contentorização de água, no entanto, são visíveis também alguns vestígios de fogo, o que nos leva a manter em aberto a funcionalidade do utensílio.

**Cronologia:** Séculos XII-XIII.

**Paralelos:** Tavira/Almedina (Maia, 2003: 308; Maia e Maia, 2012: 96); Tavira/Arrabalde (Cavaco, 2011: CSM068); Silves/Arrabalde (Gonçalves e Khawli, 2004: 190); Faro/Horta da Misericórdia (Gamito, 2007: 105); Moura/Castelo (Macias, Gaspar e Valente, 2013: 120) Ceuta (Hita Ruiz, 2005: 90-91).

**Bibliografia:** Gomes e Gomes, 2001: 104; Gomes, 2003: 264-267.

### 3.3.4.

**Designação:** Pia de Abluções (?).

**Proveniência:** Palmela (Castelo).

**Contexto:** Habitacional.

**Tecnologia:** Pasta avermelhada com veio central cinzento, pouco depurada, cozedura redutora/oxidante. Apresenta superfícies externa e interna alisadas e pintura vermelha.

**Morfologia:** Fragmento de objecto de planta rectangular e paredes rectas (?).

**Dimensões:** Altura conservada: 3,3 cm; comprimento máximo conservado: 8,4 cm.

**Ornamentação:** Bordo integralmente decorado com motivos geométricos e fitomórficos incisos.



**Pia de Abluções(?) – Castelo de Palmela.**



**Funcionalidade:** Embora se trate de pequeno fragmento parece deter forma rectangular pelo que se considera, com reservas, poder tratar-se de Pia de Abluções.

**Cronologia:** 2.<sup>a</sup> metade do século XII.

**Bibliografia:** Inédito.

### 3.3.5.

**Designação:** Incensário (?).

**Proveniência:** Silves (Arrabalde Oriental).

**Contexto:** Superfície.

**Tecnologia:** Produzido a molde sobre pasta de cor laranja fina e muito bem depurada com ENP muito finos e cozida em ambiente oxidante. Acabamento vidrado de cor melado escuro.

**Morfologia:** Base plana e pé troncocónico invertido, corpo rectangular (?) e paredes rectas.

**Dimensões:** Altura conservada: 7,7 cm.

**Ornamentação:** Apresenta esculpidos alguns orifícios, o que provoca um efeito ornamental compatível com losangos geminados.

**Funcionalidade:** Tendo em conta a interpretação dada a outros recipientes semelhantes, nomeadamente na região de Múrcia (Navarro Palazón, 1986), julgamos poder tratar-se de um queimador de incenso ou incensário.

**Cronologia:** Período islâmico.

**Paralelos:** Lorca (Navarro Palazón, 1986: 108, 109, 110); Múrcia (Navarro Palazón, 1986: 256); Jerez de la Frontera (Museu de Arqueologia).

**Bibliografia:** Inédito.



Incensário – Arrabalde Oriental de Silves.

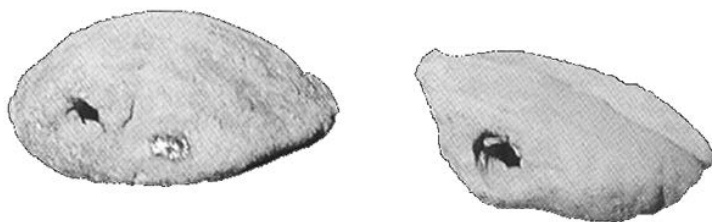
### 3.3.6.

**Designação:** Pesos de Rede (?).

**Proveniência:** Lisboa (Núcleo Arqueológico da Rua dos Correios).

**Tecnologia:** Cerâmica de cor alaranjada pouco depurada e com abundantes ENP.

**Morfologia:** Corpo lenticular côncavo com orifício central.



Pesos de Rede(?) – Lisboa.

**Dimensões:** Comprimentos oscilam entre 9,2 cm e 9,4 cm.

**Ornamentação:** Ligeira ondulação no corpo como se imitasse uma concha.

**Funcionalidade:** Tendo em conta a conhecida utilização de conchas do tipo *Glycimeris sp* como pesos de rede, julga-se de considerar a hipótese de estes objectos terem tido a mesma função, colmatando a inexistência de conchas suficientemente pesadas.

**Cronologia:** Período islâmico.

**Bibliografia:** Matos, 1995: 39; Bugalhão Gomes e Sousa, 2003: 141 e 185.

**Observações:** No Núcleo Arqueológico da Rua dos Correios foram encontrados 15 objectos similares e foram recolhidas algumas peças semelhantes (inéditas) em sítios com ocupação islâmica na Baixa de Lisboa.

### 3.3.7.

**Designação:** Pesos de Rede (?).

**Proveniência:** Lisboa (Núcleo Arqueológico da Rua dos Correios) e Santarém (várias proveniências).

**Tecnologia:** Pasta laranja grosseira contendo abundantes ENP de grande dimensão.

**Morfologia:** Forma alongada, estreitando nos extremos, com reentrância central.

**Dimensões:** Comprimentos oscilam entre 11 e 14 cm.

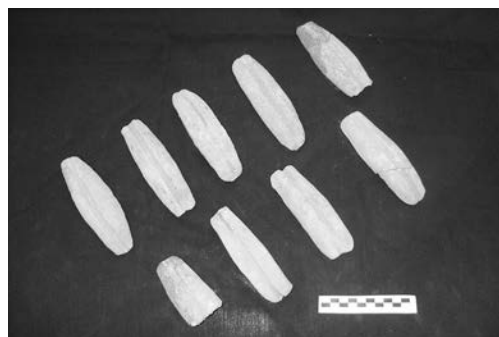
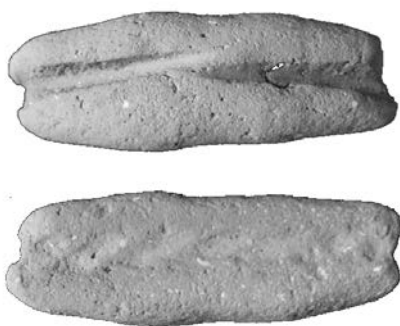
**Funcionalidade:** Tendo em conta a sua forma e a existência de rebaixamento central julga-se que o mesmo receberia uma corda que o amarrava à rede de pesca para a armar. Provável peso de rede.

**Cronologia:** Períodos Islâmico e Medieval Cristão.

**Paralelos:** Marques e Santos, 1996: 201.

**Bibliografia:** Inéditos.

**Observações:** Por vezes apresentam-se rolados e contam-se cerca de 10 exemplares de Lisboa, ocorrendo frequentemente em Santarém.



Pesos de Rede(?) – Lisboa e Santarém.

### 3.3.8.

**Designação:** Molde culinário (?).

**Proveniência:** Lisboa (Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros).

**Contexto:** Lixeira.

**Tecnologia:** Pasta laranja compacta e granulosa, cozedura oxidante, contém ENP em abundância e de grande dimensão.

**Morfologia:** Fundo plano.



Molde Culinário(?) – Lisboa.

**Dimensões:** Base com 11,5 cm.

**Ornamentação:** Bojo interno contendo profusas incisões e punções formando motivos fitomórficos, nomeadamente pinhas. No fundo interno ostenta motivo circular geométrico do tipo estelar.

**Funcionalidade:** O objecto foi inicialmente integrado na categoria da loiça de mesa tendo em conta a sua profusa decoração; contudo, considerando, precisamente, a sua técnica decorativa, dever-se-á colocar a possibilidade de se tratar de loiça de cozinha, em que os elementos decorativos em relevo desempenhem a função de molde.

**Cronologia:** Séculos XI-XII.

**Bibliografia:** Bugalhão e Folgado, 2001: 123 e 142; Bugalhão, Gomes e Sousa, 2007: 339-340.

### 3.3.9.

**Designação:** Tinteiros/Especieiros/Candis (?).

**Proveniência:** Castelo de Paderne, Alcáçova de Mértola, Alcáçova de Silves, Almedina de Silves, Arrabaldes de Silves, Castelo de Moura.

**Contexto:** Diversos.

**Tecnologia:** Pastas que oscilam entre o vermelho, o laranja e o bege e superfícies vidradas que oscilam entre o bege esverdeado e o melado em várias gradações, cozeduras oxidantes e ENP de pequena dimensão.

**Morfologia:** Boca circular, bordo extrovertido curvo com lábio arredondado, bojo bitroncocónico, carena baixa marcada, base plana.

**Dimensões:** Alturas oscilam entre os 6 cm e os 3,5 cm e os diâmetros da boca entre os 4 cm e os 3,5 cm e da base entre os 5 cm e os 4 cm.

**Funcionalidade:** Têm-se apontado três hipóteses interpretativas: a primeira interpreta estes objectos como pequenos potes nos quais se objectivava a conservação de produtos que se armazenam em pequenas quantidades, como por exemplo as especiarias; a segunda, defendida por um dos nossos homenageados, Juan Zozaya, atribui-lhes como função a de lamparina, para iluminação, à semelhança de peças em vidro, em que faria flutuar o pavio num combustível líquido sobre um troço de cortiça



a)



b)



c)



d)

Tinteiros/Especieiros/Candis(?)

a) Alcáçova de Mértola; b) Alcáçova de Silves; c) Almedina de Silves; d) Arrabaldes de Silves.

ou de um outro material flutuante (um resumo em Gómez, 2006: 275-276); e a terceira hipótese interpreta estes objectos como tinteiros. Analisadas as três hipóteses, quedamo-nos pelo tinteiro, tendo em conta que a cobertura vítrea impediria que o barro poroso absorvesse a tinta. O investimento no vitrado talvez se não justificasse se o objectivo fosse guardar especiarias. Os exemplares que conhecemos no nosso território também não evidenciam marcas de fogo, o que afasta a hipótese de se tratar de candil e um dos exemplares da Almedina de Silves mostra uma mancha escura que poderá ser compatível com tinta, o que só uma análise química poderia corroborar.

**Cronologia:** Séculos XII-XIII.

**Paralelos:** Córdoba (Fuentes, 2002: 136), Elvira (Cano, 1990: 30, fig. 6, lam. 10), Vascos (Izquierdo, 1994: 124) y Toledo (Retuerce, 1998: I 213-215). Em época almóada, encontramos em Saltés (Bazzana e Cressier, 1989: 63), Almería (Duda, 1970: Abb. 2g), Denia (Gisbert, Bruguera y Bolufer, 1995: 167 y fig. 4.6), Mallorca (Rosselló, 1978: 72 e Rosselló Pons, 1983) e Mértola (Gómez, 2014). Também surge esta forma no século XII, no Sul de França, por exemplo nas escavações dos Alfares de Sainte Barbe (observação de Lucy Vallauri durante o *Vleme Colloque International su La Céramique Médiévale en Méditerranée, Aix-en-Provence 13-18 novembre 1995*).

**Bibliografia:** Inéditos.

### 3.3.10.

**Designação:** Tina.

**Proveniência:** Silves (Arrabalde Oriental).

**Contexto:** Artesanal.

**Tecnologia:** Pasta de cor laranja, algo grosseira; cozedura redutora a oxidante.

**Morfologia:** Base ligeiramente convexa, corpo troncocónico introvertido ostentando vários cordões plásticos; bordo espessado e plano.



Tina – Arrabalde Oriental de Silves.

**Dimensões:** Altura: 55 cm; diâmetro do bordo: 86 cm; espessura das paredes: 6 cm.

**Ornamentação:** Aplicações plásticas que também podiam servir para reforçar o corpo da peça.

**Funcionalidade:** Os dois exemplares encontravam-se subterrados e ostentam espessa camada de cal nas paredes internas do objecto. Recipientes que poderiam servir para derregar cal ou estarem associados à indústria de tratamento de peles. Parece que esta prática remonta ao período romano e, neste processo, a cal servia para atacar o que restava da epiderme e do tecido subcutâneo, ao mesmo tempo que aumentava e dilatava as fibras da derme, preparando-as para melhor absorverem o banho de tanino que se lhes seguia (Alarcão, 2004: 75). Na cidade de Zamora, a escavação realizada na Calle Zapatería n.ºs 28-30, mostrou a existência de um espaço artesanal dedicado ao tratamento de peles onde se observam diversos recipientes de características semelhantes (Estremera e Sanchez, 2002: 145).

**Cronologia:** Séculos XI-XII.

**Paralelos:** Castelo de Silves (Gomes, 2007), dois recipientes aqui apresentados invertidos e interpretados como *tannur*; Monte Roncanito/Reguengos de Monsaraz (Marques *et alli*, 2014: 215).

**Bibliografia:** Gonçalves, 2016: 294.

**Observações:** Existe exemplar incompleto que ostenta estrela de sete pontas grafitada no bordo, detendo este 77 cm de diâmetro.

### 3.3.11.

**Designação:** Fogareiro/Sublimador/Queimador (?).

**Proveniência:** Silves (Arrabalde Oriental).

**Contexto:** Lixeira.

**Tecnologia:** Pasta de cor laranja fina e bem depurada, cozedura oxidante e ENP muito finos.

**Morfologia:** Base ligeiramente convexa, corpo troncocónico invertido, depósito ou

câmara de combustão com quatro perfurações laterais e o arranque de uma chaminé central; pequenas estruturas de suporte do tipo mamilo no interior, intervalados por orifícios. Orifício ovoide de grande dimensão aberto no exterior para alimentar depósito. Lábio de secção triangular. Duas asas verticais do tipo fitiforme no arranque e topo de secção oval.



Fogareiro/Sublimador/Queimador(?) – Arrabalde Oriental de Silves.

**Dimensões:** Altura: 17,7 cm; diâmetro do bordo: 25,5 cm; diâmetro da base 13,2 cm.

**Ornamentação:** Pintura branca consistente com três bandas horizontais junto à base e várias linhas a formar motivo ondulado no corpo da peça. Topo com duas linhas incisadas encimadas por três bandas pintadas. No bordo, nos mamilos e nas asas observam-se pequenos traços pincelados.

**Funcionalidade:** A existência de ténues vestígios de fogo remete-nos para a possibilidade de ser um fogareiro, contudo, trata-se de forma algo diversa das diferentes morfologias conhecidas para esta função. A chaminé não se justificaria nem tão pouco a preocupação com a cuidada ornamentação. Por outro lado, a existência de câmara de combustão, de chaminé, de perfurações e de suporte para tampa ou cânula remete-nos para a possibilidade de se tratar de um queimador de essências ou um sublimador, tendo em conta a existência de todos estes elementos em exemplares que nos oferece a etnografia ou até em protótipos contemporâneos.

**Cronologia:** Período Islâmico.

**Paralelos:** Objecto de morfologia semelhante mas de maiores dimensões no Museu de Arqueologia de Estepona (Málaga).

**Bibliografia:** Inédito.

### 3.3.12.

**Designação:** Jarro vertedor com filtro.

**Proveniência:** Silves (Almedina).

**Contexto:** Enchimento de Silo.

**Tecnologia:** Pasta de cor laranja de grão fino e bem depurada, cozedura oxidante e ENP muito abundantes e finos.

**Morfologia:** Base ligeiramente convexa; corpo globular com orifício circular no lado oposto à asa (arranque de bico vertedor); filtro com malha larga na intercessão interna do corpo com o colo; colo troncocónico invertido; bordo introvertido e lábio semicircular; uma asa vertical de secção oval.

**Dimensões:** Altura 16 cm; diâmetro do bordo: 23,5 cm; diâmetro de base: 10 cm.

**Ornamentação:** Pintura branca materializando, no corpo, dois conjuntos de bandas horizontais a flanquear motivo reticulado e, no interior do colo, bandas horizontais a flanquear possível motivo fitomórfico. O lábio apresenta banda horizontal contínua.

**Funcionalidade:** Esta tipologia de objectos, que em Silves são, pelo menos, quatro, oferece como especificidades morfológicas: a existência de um colo amplo e muito



Jarro Vertedor com Filtro – Almedina de Silves.

aberto, como se no mesmo se devesse depositar uma qualquer substância; um filtro de malha muito larga; um bico vertedor, para escoar do interior uma substância líquida. Os mesmos evidenciam, também, uma vincada preocupação com a ornamentação, que é profusa e geométrica em três dos exemplares (o presente e os dois provenientes do Arrabalde Oriental), sendo que no outro exemplar surgem motivos menos frequentes no imaginário decorativo muçulmano, como são as figuras zoomórficas e antropomórficas. O único exemplar conhecido fora de Silves, patente no Museu de Jerez de La Frontera, apenas é referido como jarro com filtro, no entanto, este tipo de objectos encerra um profundo mistério quanto à substância cuja transformação lhe estaria associada.

**Cronologia:** Séculos XI-XII.

**Paralelos:** Apenas se conhece um exemplar quase completo em exibição no Museu Arqueológico de Jerez de La Frontera e dois conjuntos de fragmentos do Arrabalde Oriental de Silves.

**Bibliografia:** Inédito.

**Observações:** O Arrabalde Oriental da Silves islâmica já tinha oferecido dois conjuntos de fragmentos do colo deste tipo de objectos, que não permitiram qualquer integração tipológica tendo em conta a especificidade da sua forma (Gonçalves, 2008: 1 e 53 da Tabela 1).

### 3.3.13.

**Designação:** Jarro Vertedor com Filtro.

**Proveniência:** Silves (Almedina).

**Contexto:** Enchimento de Silo.

**Tecnologia:** Pasta bege pouco depurada, cozedura ligeiramente redutora a oxidante e ENP abundantes de dimensão média.

**Morfologia:** Base plana, corpo globular com dupla carena suave e arranque de filtro com malha larga na intersecção interna do corpo para o colo. Apresenta colo troncocónico invertido, bordo introvertido, lábio semicircular e uma asa vertical de secção oval.

**Dimensões:** Altura conservada: 12 cm; diâmetro do bordo: 22,5 cm; diâmetro da base: 10 cm.

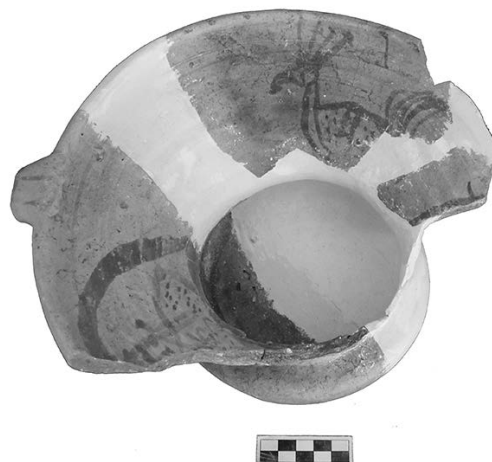
**Ornamentação:** Pintura vermelha e acastanhada que mostra, no interior do colo, um motivo zoomórfico compatível com pavão, um outro motivo de interpretação duvidosa (talvez antropomórfico) e vestígios de um terceiro motivo.

**Funcionalidade:** Ver objecto anterior.

**Cronologia:** Séculos XI-XII.

**Paralelos:** Ver objecto anterior.

**Bibliografia:** Inédito.



Jarro Vertedor com Filtro – Almedina de Silves.

### 3.3.14.

**Designação:** Vaso Morangueiro (?).

**Proveniência:** Silves (Almedina).

**Contexto:** Enchimento de Silo.

**Tecnologia:** Pasta de cor bege clara, fina e bem depurada, cozedura oxidante e ENP muito finos.

**Morfologia:** Base ligeiramente convexa com orifício central, corpo globular e três receptáculos laterais ou vasos exteriores de forma ovoide, ladeados por dois orifícios rectangulares e diversos pequenos orifícios circulares, bem como dois outros verticais a configurar um V. Colo recto e lábio semicircular.



Vaso Morangueiro – Almedina de Silves.

**Dimensões:** Altura: 19,4 cm; diâmetro do bordo: 22 cm; diâmetro da base: 14,5 cm.

**Ornamentação:** Pintura negra muito profusa configurando grandes círculos na parte inferior do corpo, encimados por banda de traços a formar reticulado. Colo com traços dispostos de forma a simular motivos fitomórficos. Lábio com sequência de traços dispostos verticalmente e receptáculos com diferente disposição dos motivos que se materializam em traços a configurar reticulados e outros a formar motivo fitomórfico.

**Funcionalidade:** A existência de perfuração no fundo e a existência de receptáculos laterais comunicantes com o corpo central mostram grandes afinidades com os vasos morangueiros contemporâneos, razão pela qual se apresenta tal funcionalidade para o presente objecto.

**Cronologia:** Séculos XI-XII.

**Paralelos:** Não se conhecem em contextos islâmicos.

**Bibliografia:** Inédito.

**Observações:** Apesar de o morango ser já conhecido no mundo romano, é um fruto de difícil cultivo, pelo que só veio a ser difundido a partir do século XVII. Se notarmos que este objecto e os jarros de bico vertedor e filtro antes apresentados provêm do mesmo contexto arqueológico, não poderemos deixar de colocar a hipótese de estes objectos estarem relacionados com práticas experimentais, eventualmente agrícolas ou medicinais.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A maioria destas peças é uma fonte de informação nova, susceptível de permitir aprofundar o conhecimento de a maioria destas peças é aspectos da vida quotidiana no Gharb al-Andalus em vários âmbitos: doméstico, agrícola, artesanal, ritual, etc. Podem, deste modo, ser a única forma de documentar actividades para nós ainda desconhecidas ou ajudar-nos a caracterizar aspectos do quotidiano. De facto, há aspectos que só aparecem em fontes históricas muito específicas, fornecedoras de dados pontuais sobre a existência de objectos dedicados a um determinado uso, como são os tratados de *hisba*, de agricultura, retratos hagiográficos, poesia, entre outros. Contudo, e ainda que as fontes disponíveis possam dar conta da existência de alguns objectos cerâmicos destinados a determinadas funções, só as fontes materiais conseguem dar-nos informação sobre o aspecto físico das peças, a sua dispersão geográfica, a sua diacronia de utilização, as suas variantes tipológicas, etc. Neste âmbito não poderemos deixar de sublinhar a circunstância do achado, no mesmo contexto arqueológico, de três objectos com especificidades morfológicas muito raras (3.3.12, 3.3.13 e 3.3.14), que nos levam a equacionar a hipótese de se tratar de utensílios ligados a prá-

ticas experimentais associadas à agricultura ou mesmo à medicina, mundo em que os utensílios que lhe estão associados são para nós quase completamente desconhecidos.

Para o aprofundamento destas problemáticas, seria importante cruzar as fontes históricas com os objectos que nos oferece a investigação arqueológica, pelo que assume a maior importância o trabalho com arabistas que procurem informação sobre a existência de possíveis «vasos morangueiros» ou de outras peças de morfologias mais duvidosas.

Este estudo, que assume essencialmente o objectivo da divulgação e se traduz em pouco mais do que um catálogo de peças raras deverá, no futuro, ser complementado com outras abordagens mais aprofundadas e com a constatação da existência de outros objectos similares que possam contextualizar melhor os seus usos. A título de exemplo, podemos referir o caso da peça «única» do «Vaso de Tavira», à qual, nos últimos anos, vieram juntar-se outros testemunhos que nos levam a equacionar novos aspectos da vida social do al-Andalus perspectivando renovadas hipóteses funcionais para este tipo de utensílios.

E sobre a sua origem, terá o «Vaso de Tavira» a ver com o mundo berbere e com a chegada dos berberes Almorávidas e Almóadas ao Gharb? Serão estes objectos raros encomendas feitas por determinada clientela, destinadas a uma função muito especial? E se a especificidade da sua morfologia aponta para uma utilização em tarefas muito próprias, ao contrário de uma peça multifuncional, tratar-se-á de objectos com utilização exclusiva no meio urbano, onde os utensílios tendem a adaptar-se cada vez mais a tarefas especializadas? E o mundo rural acompanhará esta evolução das formas cerâmicas?

Enfim, deixamo-vos com um conjunto bastante significativo de peças raras encontradas no Gharb al-Andalus, umas de funcionalidade mais óbvia, outras para as quais só foi possível apresentar hipóteses interpretativas. Fica a intenção de continuarmos a trabalhar noutras abordagens e a expectativa de que a sua divulgação possa, não só contribuir para se reconstituírem outras parcelas do quotidiano das populações que habitaram este território, como para se cruzarem informações com outras regiões onde o domínio islâmico se instalou.

#### BIBLIOGRAFIA

- ARMENGOL MACHÍ, PAU; Alegria, Lerma; VICENT, José (2012), Un conjunto de instrumentos cerâmicos para la destilación de época califal procedente de Valencia. In Atti del IX Congresso Internazionale sulla Ceramica Medievale nel Mediterraneo, pp. 372-374. Venezia 2009. Venezia. Edizioni All'Insegna del Giglio.
- AZUAR RUIZ, Rafael (1985), *Castillo de la Torre Grossa (Jijona)*, 125 p. Alicante: Museo Arqueológico Provincial. ISBN 84-505-2388-5.
- BORGOGNONI, Claudio e NOMI, Federico (2008), «I contesti ceramici del settore Nord dello scavo». In L'insediamento medievale sulla Villa del Casale di Piazza Armerina. Nuove acquisizioni sulla storia della Villa e risultato degli scavi 2004-2005, pp. 171-188. Congedo Editore.
- BUGALHÃO, Jacinta; CATARINO, Helena; CAVACO, Sandra; COVANEIRO, Jaqueline; FERNANDES, Isabel Cristina; GOMES, Ana; GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana; GONÇALVES, Maria José; GRANGÉ, Mathieu; INÁCIO, Isabel; LOPES, Gonçalo e SANTOS, Constança (2010), «Projecto de sistematização para a cerâmica islâmica do Gharb al-Ândalus». In *Xelb*, n.º 10, pp. 455-476. Silves. Câmara Municipal de Silves. Museu Municipal de Arqueologia.

- BUGALHÃO, Jacinta; FOLGADO, Deolinda (2001), «O arrabalde ocidental da Lisboa islâmica: urbanismo e produção oleira». *Arqueologia Medieval*, n.º 7, pp. 111-145. Mértola/Porto. Campo Arqueológico de Mértola/Edições Afrontamento.
- BUGALHÃO, Jacinta; GOMES, Ana Sofia; SOUSA, Maria João (2003), «Vestígios de produção oleira islâmica no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros, Lisboa». *Arqueologia Medieval*, n.º 8, pp. 129-191. Mértola/Porto. Campo Arqueológico de Mértola/Edições Afrontamento.
- (2007), «Consumo e utilização de recipientes cerâmicos no arrabalde ocidental da Lisboa islâmica (Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros e Mandarim Chinês)». *Revista Portuguesa de Arqueologia*, n.º 10: 1, pp. 317-343. Lisboa. Instituto Português de Arqueologia.
- CARBONI, Stefano (2001), *Glass from islamic lands* / Stefano Carboni. London: Thames & Hudson.
- CATARINO, Helena (1997/1998), «O Algarve Oriental durante a ocupação islâmica. Povoamento rural e recintos fortificados». *Al'Ulyã*, n.º 6, 3 vols.. Loulé.
- (1999/2000), «O Castelo de Salir: escavações da campanha de 1998». *Al'Ulyã*, n.º 7, Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé, pp. 77-128.
- CATARINO, Helena; CAVACO, Sandra; COVANEIRO, Jaqueline; FERNANDES, Isabel Cristina; GOMES, Ana; GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana; GONÇALVES, Maria José; GRANGÉ, Mathieu; INÁCIO, Isabel; LOPES, Gonçalo; SANTOS, Constança dos e BUGALHÃO, Jacinta (2012), «La céramique islamique du Gharb al-Andalus: contextes socio-territoriaux et distribution». In Atti del IX Congresso Internazionale sulla Ceramica Medievale nel Mediterraneo, pp. 429-441. Venezia 2009.Venezia. Edizioni All'Insegna del Giglio.
- CAVACO, Sandra (2011), *O arrabalde da Bela Fria: contributos para o estudo da Tavira islâmica*. Dissertação de mestrado em Portugal Islâmico e o Mediterrâneo. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Universidade do Algarve. Disponível em <http://hdl.handle.net/10400.1/3109>.
- COELHO, Catarina; LIBERATO, Marco; GOMES, Ana Sofia; BUGALHÃO, Jacinta; CATARINO, Helena; CAVACO, Sandra; COVANEIRO, Jaqueline; FERNANDES, Isabel Cristina; GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana; GONÇALVES, Maria José; INÁCIO, Isabel; SANTOS, Constança dos (no prelo), Vinte anos de Cerâmica Islâmica do Gharb al-Andalus: ensaio crono-tipológico das formas abertas – II. Apresentado no VIII Encuentro de Arqueologia del Suroeste Peninsular, Serpa e Aroche, a 24 a 26 de Outubro.
- COVANEIRO, Jaqueline; FERNANDES, Isabel Cristina; GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana; GONÇALVES, Maria José; INÁCIO, Isabel; SANTOS, Constança dos; COELHO, Catarina; LIBERATO, Marco; BUGALHÃO, Jacinta; CATARINO, Helena e CAVACO, Sandra (2013), «Cerâmica islâmica em Portugal: 150 anos de investigação». In *Arqueologia em Portugal – 150 Anos*, pp. 73-80. Lisboa. Associação dos Arqueólogos Portugueses.
- DÉLÉRY, Claire (2014), «Vase de Tavira». In Yannick Lintz, Claire Déléry e Bulle Tuil Leonetti (dir.), *Le Maroc médiéval. Un empire de l'Afrique à l'Espagne*. Catalogue de l'Exposition, pp. 398-399. Paris. Musée du Louvre.
- ESTREMER PORTELA, Soledad; CRUZ SANCHEZ, Pedro Javier (2002), «Un nuevo espacio artesanal en la ciudad de Zamora, La intervención arqueológica en el n.º 28-30 de la C/. Zapatería», in *Anuario 19*, pp. 141-163.
- FERNANDES, Isabel Cristina; DELERY, Claire; GÓMEZ, Susana; GONÇALVES, Maria José; INÁCIO, Isabel; SANTOS, Constança dos; COELHO, Catarina; LIBERATO, Marco; GOMES, Ana Sofia; BUGALHÃO, Jacinta; CATARINO, Helena; CAVACO, Sandra; COVANEIRO, Jaqueline (2015), O comércio da Corda Seca (Total e Parcial) no Gharb al-Ândalus. X Congresso Internacional a Cerâmica Medieval no Mediterrâneo, pp. 649-667. Silves, 22-27 de Outubro de 2012.
- FLORES ESCOBOSA, Isabel; MUÑOZ MARÍN, M. M. (Coord.) (1993), *Vivir en al-Andalus. Exposición de cerâmica (s. IX-XV)*, Almería.
- INÁCIO, Isabel; SANTOS, Constança dos; COELHO, Catarina; LIBERATO, Marco; GOMES, Ana Sofia; BUGALHÃO, Jacinta; CATARINO, Helena; CAVACO, Sandra; COVANEIRO, Jaqueline; FERNANDES, Isabel Cristina; GÓMEZ, Susana; GONÇALVES, Maria José (2015), «A propósito da investigação sobre cerâmica islâmica em Portugal». *Medievalista* [Em linha]. N.º 17 (Janeiro – Junho 2015). [Consultado 01.01.2015]. Disponível em <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA17/isabelinacio1703.html>. ISSN 1646-740X.
- JIMENEZ PASALODOS, Raquel; BILL, Alexandra (2012), «Los tambores de cerámica de al-Andalus (ss. VIII-XIV): una aproximación desde la arqueología musical». *Nassane* n.º 28, pp. 13-42. Saragoza
- GAMITO, Teresa Júdice (2007), *O Algarve e o Magreb (711-1249)*. Universidade do Algarve. Faro.
- GOMES, Ana Sofia; BUGALHÃO, Jacinta; CATARINO, Helena; CAVACO, Sandra; COVANEIRO, Jaqueline; FERNANDES, Isabel Cristina; GÓMEZ, Susana; GONÇALVES, Maria José; INÁCIO, Isabel; SANTOS, Constança dos; COELHO, Catarina; LIBERATO, Marco (2016), Alguns apuntes sobre icononografia y ornamentación in Homenage a Professor Manuel Acien Almansa. Universidade de Málaga, pp. 229-245.
- GOMES, Mário Varela (1998), «Portugal islâmico. O estado da arte?». In *Al-madan*, n.º 7, pp. 19-20. Almada. Centro de Arqueologia de Almada.
- GOMES, Rosa Varela (2003), «Silves (Xelb), uma cidade do Gharb al-Andalus: a Alcáçova». *Trabalhos de Arqueologia*. 35. Lisboa. Instituto Português de Arqueologia.
- (2007), Relatório de Trabalhos Arqueológicos no Castelo de Silves (2004-2007). Texto Policopiado.
- GOMES, Rosa Varela; GOMES, Mário Varela (2001), Palácio Almóada da Alcáçova de Silves. Catálogo de Exposição. Câmara Municipal de Silves/Museu Nacional de Arqueologia. Silves/Lisboa.
- GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana (2006), *Cerâmica Islâmica de Mértola: producción y comercio*. Tesis doctoral. Facultad de Geografía e Historia. Universidad Complutense de Madrid. Disponível em [http://cisne.sim.ucm.es/search\\*spi-S7/X?SEARCH=susana+gomez+martinez&searchscope=7&SORT=D](http://cisne.sim.ucm.es/search*spi-S7/X?SEARCH=susana+gomez+martinez&searchscope=7&SORT=D).
- (2014), *Cerâmica Islâmica de Mértola*. Mértola. Campo Arqueológico de Mértola.
- (no prelo), El Verde y Morado en El Extremo Occidental de Al-Andalus (siglos X-XII). In Actas do XI Congresso Internacional A Cerâmica no Mediterrâneo. Antalya. Turquia. Outubro de 2015.
- (2015), «Imágenes del cuerpo en el día a día de al-Andalus». In *DigitAr*, n.º 2, pp. 10-22.
- GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana; GONÇALVES, Maria José; INÁCIO, Isabel; SANTOS, Constança dos; COELHO, Catarina; LIBERATO, Marco; GOMES, Ana Sofia; BUGALHÃO, Jacinta; CATARINO, Helena; CAVACO, Sandra; COVANEIRO, Jaqueline; FERNANDES, Isabel Cristina (2015), A cidade e o seu território no Gharb al-Andalus através da cerâmica. X Congresso Internacional a Cerâmica Medieval no Mediterrâneo, pp. 19-50. Silves, 22-27 de Outubro de 2012.
- GONÇALVES, Maria José (2008), Silves islâmica: o Arrabalde Oriental e a dinâmica de ocupação do espaço

adjacente. Dissertação de Mestrado em Arqueologia, Universidade do Algarve (policopiado).

- (2016), «Evidências de Actividades Artesanais e Industriais num Arrabalde da Silves Islâmica: as grandes tinhas cerâmicas», in actas do 1er Congrès International Thématique de l'AIECM3 «Jarres et grands contenants entre Moyen Âge et Époque Moderne» (Montpellier – Lattes, 19 a 21 de Novembro), pp. 293-295
- GONÇALVES, Maria José; INÁCIO, Isabel; SANTOS, Constança dos; COELHO, Catarina; LIBERATO, Marco; GOMES, Ana Sofia; BUGALHÃO, Jacinta; CATARINO, Helena; CAVACO, Sandra; COVANEIRO, Jaqueline; FERNANDES, Isabel Cristina; GÓMEZ, Susana (2015), Vinte anos de Cerâmica Islâmica do Gharb al-Andalus: ensaio crono-tipológico das formas abertas. A apresentar no VII Encuentro de Arqueologia del Suroeste Peninsular, pp. 943-959. Aroche, Serpa, 29 de Novembro a 1 de Dezembro.
- GONÇALVES, Maria José; KHAWLI, Abdallah (2004), «Um lote de Cerâmica Estampilhada de um Arrabalde Islâmico de Silves», in *Actas do IV Congresso Peninsular de Arqueologia*, pp. 175-192.
- GOLVIN (1965), *Recherches archéologiques à la Qala des Banu Hammad*, Paris. Maisonneuve et Larose.
- HITA RUIZ, José Manuel (2011), «Catálogo – Higiene Personal y ritual». In *Agua, cerámicas y ciudad en la Ceuta medieval (Catálogo da Exposição)*, pp. 85-95. Ceuta: Museo de Ceuta.
- LIBERATO, Marco; GOMES, Ana Sofia; BUGALHÃO, Jacinta; CATARINO, Helena; CAVACO, Sandra; COVANEIRO, Jaqueline; FERNANDES, Isabel Cristina; GÓMEZ, Susana; GONÇALVES, Maria José; INÁCIO, Isabel; SANTOS, Constança dos; COELHO, Catarina (2016), «Em torno das Cerâmicas de Armazenamento: as talhas (*al-hawabí*) no Gharb al-Andalus». *Almadan* n.º 20, II.ª Série, pp. 41-52. Centro de Arqueologia de Almada.
- LOPES ELUM, Pedro (1994), La alqueria islamica en Valencia, Estudio arqueologico de Bofilla siglos XI a XIV, Valencia.
- LUZIA, Isabel (2003a), *Cerâmicas islâmicas da Cerca do Convento/Loulé*. Loulé: Museu Municipal de Arqueologia de Loulé, 2003.
- MACIAS, Santiago; GASPAS, Vanessa; VALENTE, José Gonçalves (2013), *Castelo de Moura: escavações arqueológicas (1989-2012): catálogo*, 190 p., [4] mapas desdob.: il.; 26 cm. Moura: Câmara Municipal.
- MAIA, Maria (2003), «Al-Tass – ficha de entrada de peça». In *Tavira. Território e poder*. Catálogo da Exposição. Lisboa. Museu Nacional de Arqueologia. Câmara Municipal de Tavira.
- MAIA, Maria Garcia Pereira (2004), «O Vaso de Tavira e o seu contexto». In *Portugal, Espanha e Marrocos. O Mediterrâneo e o Atlântico*, pp. 73-166. Faro. Universidade do Algarve.
- (2012), *Vaso de Tavira*. Tavira. Câmara Municipal de Tavira.
- MAIA, Maria e MAIA, Manuel (coord.) (2012), *Tavira Islâmica*. Tavira. Câmara Municipal de Tavira.
- (2012), «8. Tinteiro – Ficha de entrada de peça». In *Tavira Islâmica*. Catálogo da Exposição, p. 46. Tavira. Câmara Municipal de Tavira.
- (2012), «105. Pia de abluções (al-tass) – Ficha de entrada de peça». In *Tavira Islâmica*. Catálogo da Exposição, p. 96. Tavira. Câmara Municipal de Tavira.
- MARQUES, João António; GÓMEZ Martinez, Susana; GRILLO, Carolina; BATATA, Carlos (2014), *Povoamento rural no troço médio do Guadiana entre o rio Degebe e a ribeira do Álamo (Idade do Ferro e períodos medieval e moderno)*. Bloco 14 – Intervenções e estudos no Alqueva. Beja: EDIA.
- MARQUES, João; SANTOS, Victor (1996), Intervenção de Emergência na Baixa de Lisboa, no Edifício Sede da Extinta Companhia Nacional de Navegação, CNN. Al-madan, II Série, n.º 5, p. 201. Almada. Centro de Arqueologia de Almada.
- MARTÍNEZ CAVIRÓ, Balbina (1991), *Cerámica Hispanomusulmana*. Madrid. Ediciones El Viso.
- MATOS, José Luís (1995), «Fichas de catálogo n.ºs 68, 69 e 70». In AMARO, Clementino (coord.), *Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros*, Lisboa: Fundação Banco Comercial Português.
- MENDÍVIL UCEDA, Aránzazu (2013), *La cerámica andalusí de Saraquata: el pozo n.º 123 del teatro romano de Caesaraugusta*. Departamento de Ciencias de la Antigüedad, Trabajo fin de Master en Ciencias de la Antigüedad (disponível online).
- NAVARRO PALAZÓN, Julio (1986), *La Cerámica Islámica en Murcia. Volumen I: Catálogo*. Centro Nacional de Arqueología/Ayuntamiento de Murcia.
- PALMA, Maria de Fátima e GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana (2013), «O castelo de Mértola em época islâmica». In Isabel Cristina Ferreira Fernandes (Coord.), *Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb – Séculos VI a XVI*, Vol. I, pp. 405-412. Lisboa. Edições Colibri – Campo Arqueológico de Mértola.
- PAULO, Luís Campos (2007), «O simbolismo da purificação. O “Vaso de Tavira”: iconografia e interpretação». In *Revista Portuguesa de Arqueologia*, pp. 289-316. Lisboa. Instituto Português de Arqueologia, n.º 10.
- RAY, Anthony (2000), «The Rothschild “Alfabetuer” and Other Fifteenth-Century Spanish Lustred “Basil-Pots”». *The Burlington Magazine*, Vol. 142, No. 1167, pp. 371-375.
- ROSSELLÓ-BORDOY, Guillermo (2006), «El Vaso de Tavira». In *Del rito al juego*. Catálogo de la exposición, p. 168. Almería. Junta de Andalucía. Consejería de Cultura.
- SALINAS PLEGUEZUELO, Elena (2012), La cerámica tardía islámica de Madinat Qurtuba: Cronotipología y centros de producción (1031-1236 d.C.). Tesis doctoral. Córdoba. Universidad de Córdoba.
- SANTOS, Constança; COELHO, Catarina; LIBERATO, Marco; GOMES, Ana Sofia; BUGALHÃO, Jacinta; CATARINO, Helena; CAVACO, Sandra; COVANEIRO, Jaqueline; FERNANDES, Isabel Cristina; GÓMEZ, Susana; GONÇALVES, Maria José; INÁCIO, Isabel (2016), Acerca de las cerâmicas de almacenamiento: las tinajas (*al-hawābī*) en el Garb al-Andalus – Actes du 1er Congrès International Thématique de l'AIECM3. Montpellier-Lattes 19-21 novembre 2014. Jarres et grands contenants entre Moyen Âge et Époque Moderne, pp. 185-198.
- SANTOS, Filipe João Carvalho dos (2006), «O povoado islâmico dos Alcariaais de Odeleite. Uma qarya no Algarbe Oriental. Primeiros resultados arqueológicos». In *Promontoria*, Ano 4, n.º 4, pp. 161-265. Universidade do Algarve, Faro.
- (2007), «O povoado rural (*Qarya*) dos Alcariaais de Odeleite». In *Vipasca. Arqueologia e História*, N.º 2, 2.ª Série, pp. 571-589.
- TORRES BALBÁS, Leopoldo (1945?), «Restos de una casa arabe en Almería, Crónica arqueológica de la España musulmana», *Al-Andalus* X, 1.
- TORRES, Cláudio (2004), *O Vaso de Tavira. Uma proposta de interpretação*. Mértola. Campo Arqueológico de Mértola.
- TORRES, Cláudio; PALMA, Manuel; REGO, Miguel; MACIAS, Santiago (1996), «Técnicas e utensílios de conservação dos alimentos na Mértola islâmica». *Arqueologia Medieval*, n.º 4, pp. 203-218. Porto: Edições Afrontamento. ISBN 0872-2250.



# DEL MAGREB A AL-ANDALUS: LOS BERÉBERES EN LA MARCA SUPERIOR (SIGLOS VIII-XII)

**BILAL SARR\***

## RESUMEN

En esta contribución, pretendemos realizar un somero repaso a los resultados que obtuvimos en nuestro proyecto «El poblamiento beréber en la Marca Superior de al-Andalus» financiado por el Ministerio de Educación de España. Para ello, comenzamos con el análisis de las fuentes escritas que nos indican a través de sus citas puntuales y esporádicas una presencia beréber más importante de lo que tradicionalmente se había considerado. Tras ello, presentamos a los personajes y ulemas de origen beréber recogidos principalmente en los diccionarios bio-bibliográficos. Y finalizamos con el análisis de la toponimia y de lo que la Arqueología siempre en forma de prospecciones, nos ha permitido confirmar hasta el momento.

## ABSTRACT

In this contribution, we intend to make a brief review of the results we obtained in our project «El poblamiento beréber en la Marca Superior de al-Andalus» (=The Berber settlement in the Upper March of al-Andalus) which was funded by the Spanish Ministry of Education. For that, we begin with the analysis of written sources that indicate, through their specific appointments, a more important Berber presence than it had traditionally been considered. After that, we present a study on the Berber personalities

and ulemas that I collected from the bio-bibliographic dictionaries. We conclude with the analysis of toponymy and what Archeology, always in the form of surveys, has allowed us to confirm up to now.

\*\*\*

## CUESTIONES PREVIAS

Por «beréber», entendemos aquel conjunto de pueblos que ocupaban desde tiempos remotos la práctica totalidad del norte de África, desde Siwa en Egipto hasta el océano Atlántico, y desde el Mediterráneo hasta los límites meridionales del desierto del Sáhara. Si hay una característica que les defina es precisamente la ausencia de homogeneidad. Así encontramos diferentes formas de hábitat, actividades económicas, religiones e incluso distintos grados de organización socio-política.

Protagonistas de la conquista de Hispania y luego en el período almorávide y almohade de la

\* Programa Ramón y Cajal y I+D+i 'Pimalboran' HAR2014-56241-JIN Ministerio de Economía y Competitividad, U. de Granada.

supervivencia política de al-Andalus. Los beréberes han sido tradicionalmente un grupo marginado, minusvalorado y, en el mejor de los casos, silenciado. El hecho de no contar con una larga tradición estatal ha incidido, no cabe ninguna duda en la ausencia de una cronística propia. Han sido, por lo tanto, historiados por terceros, la imagen que nos ha llegado nos las han trasladado siempre desde el prisma de colonizadores, invasores o, simplemente, coetáneos, ajenos a la realidad de estos amazighs, cargados de prejuicios y, en muchos casos, de una ideología berberófoba.

El ámbito geográfico del estudio que presentamos, se circunscribe al espacio histórico conocido como frontera o marca superior de al-Andalus (Ṭagr al-A'là). Es decir, el territorio conformado por Tudela, los dos tercios superiores de Aragón y el Occidente de Cataluña. Nos centraremos especialmente en el valle del Ebro, sin tratar zonas como Teruel, Medinaceli y la cora de Santaver, tradicionalmente más ligadas a la Marca Media.

### Una bibliografía escasa y parcial

Cuando hace unos años comenzamos a estudiar este tema, lo primero que nos llamó la atención fue la ausencia de una bibliografía específica. La mayor parte de las fuentes son secundarias o bien obras generales. Por eso, nuestro trabajo se presentaba como el único intento de estudio de conjunto del poblamiento beréber en este sector de al-Andalus. Así, entre las referencias, hemos de destacar como punto de partida a C. E. Dubler (1943), cuya aportación se realiza fundamentalmente desde la toponimia y fuentes escritas, con aciertos y algunos errores que serán parcialmente corregidos por J. Oliver Asín (1943). El gran salto adelante en los estudios beréberes se daría con Jacinto Bosch Vilà (1956, 1959 y 1964) cuya obra es lo suficientemente pro-

lija como para considerarlo el padre de los estudios beréberes a nivel peninsular. Poco después comienza a destacar la labor del profesor P. Guichard, cuya tesis (1976) sobre al-Andalus ha sido la contribución más completa sobre el impacto del poblamiento beréber en un marco geográfico concreto como fue el Šarq al-Andalus, en la medida en la que supo combinar por primera vez las fuentes escritas con los resultados de las intervenciones arqueológicas y los estudios espaciales. A partir de entonces, han ido apareciendo diferentes acercamientos al poblamiento beréber, concentrados en determinadas regiones geográficas, lo que les da un mayor grado de especificidad, como el de A. Fernández (2001) en la Marca Media, el de B. Franco Moreno (2004 y 2005) en la Marca Inferior, que nos sirven para establecer comparativas.

Sin embargo, en lo que se refiere a la Marca Superior, apenas contamos con trabajos. La única excepción son las referencias insertas en las obras colectivas o de temática general y los artículos de M. Barceló sobre la zona del Penedés (1980 y 2000). Este desinterés quizás se deba a que tradicionalmente se ha señalado que la Frontera Superior era una zona de escaso poblamiento beréber, por lo que los estudios se han concentrado en otras zonas en las que la búsqueda de elementos beréberes se creía más probable.

## 1. EL APOORTE DE LAS FUENTES ESCRITAS

La primera oleada importante de beréberes se produce con motivo de la expedición de conquista de Hispania (711). Esta sería, muy probablemente, la más numerosas de todas. Resulta lógico que los beréberes, como población autóctona del norte de África y mejores conocedores del terreno peninsular, conformasen el grueso de los primeros contingentes militares que arriban. Las fuentes lo dejan meridianamente claro. Es obvio que las cifras, son exageradas e imprecisas, pero al menos sirven para marcar una tendencia respecto a la proporcionalidad entre árabes y beréberes. Así, según los *Ajbār Maʿmūʿa*, en la primera expedición de Ṭāriq b. Ziyād, cuya tripulación sería beréber, habría unos 7.000 (*Ajbār maʿmūʿa*, 1867: 6). Al-Rāzī calculó en 12.000 el número de beréberes menos unos 12-16 (*Nafh*, 1968: 239 y 254/ I trad. 2002: 266-268). Mientras que con Mūsā b. Nuṣayr el número de combatientes apenas llegarían a los 5.000 (*Ajbār maʿmūʿa*, 1867: 7), y además incluiría una importante cifra de imazigen. Todas estas cifras las reiteran Ibn Ḥayyān (*Nafh* I, 1968: 231-232) e Ibn ʿAbd al-Ḥakam (*Futūḥ Miṣr wa-l-Magrib* I, 1992: 275-276/ trad. 1966: 41) en sus respectivas obras. Por su parte, Ibn Ḥabīb se atreve a precisar que había unos 10.000 beréberes y sólo unos 16 árabes (*K. al-Taʾrīj*, 1991: 137).

A este respecto, Ibn Jaldūn especifica que Ṭāriq b. Ziyād vino con una gran cantidad de Gumara y también con miembros de los Madyūna, Miknāsa y Hawwāra (*K. al-ʿIbar* IV, 1968: 150/ trad. I, 250, 259 y 272 respectivamente y II, 136). En total, según el autor tunecino llegaron alrededor de 10.000 beréberes y no más de 300 árabes. Es más, incluso, la misma *Crónica Mozárabe del 754* llega a distinguir árabes y «mauri» enviados por «Muze y Taric» (*Crónica Mozárabe*, 1981, cap. 52), algo que debe tenerse

muy en cuenta. Todo ello, nos indica que existe una diferencia notoria entre ambos componentes y que aún no se ha producido la asimilación de los beréberes. Según todas las fuentes, los árabes sólo representarían una minoría («*wa lam yakun fi-him min al-‘arab illa yasīr*») e incluso algunos autores llegan a señalar que los pocos árabes que acompañaban estas expediciones lo hacían para islamizar a los beréberes y al resto de la población conquistada (*Nafh* I, 1968: 239).

Otra oleada importante de beréberes llegaría en la cohorte de ‘Abd al-Raḥmān al-Dājil. Se conoce que este contaba con una guardia personal compuesta por miembros de diferentes tribus, entre las que destacaban los Zanāta. Al-Rāzī, por ejemplo, cuantifica en 40.000 el número de beréberes y esclavos reclutados por ‘Abd al-Raḥmān I (*Fath al-Andalus*, 1994: 104). Y otras fuentes, como al-Maqqarī, señalan incluso que hubo un reclutamiento importante de beréberes en el norte de África a los que se les habrían otorgado determinadas concesiones (*Nafh* III, 1968: 36-37). Esta no es una cuestión baladí, porque de ser cierto, todos estos grupos tendrían que asentarse en algún territorio. Probablemente, este podría ser el origen de asentamientos en las marcas fronterizas, entre ellas en la superior.

Ya centrándonos en lo que sucede en la Marca Superior, conviene avanzar que tradicionalmente se ha defendido que habría una comunidad beréber de poca importancia. Pero como iremos demostrando a lo largo de este texto, esta tesis debe ser, si no abandonada, al menos muy matizada. Para comenzar, porque se basa en una única referencia muy puntual de los *Ajbār Maʿmūʿa*, en la que se señalaba que, en la frontera superior no hubo revuelta en 741 porque los árabes «eran más numerosos que los beréberes» («*fa-inna-hum kanū akṭar min al-barbar*») (*Ajbār maʿmūʿa*, 1867: 38 ed. árabe/48 de la trad.). Y este comentario, creemos que, se ha extrapolado al resto de los periodos, excluyéndose la posibilidad de que llegaran nuevos grupos.

De hecho, tenemos referencias sobre la participación de algunas comunidades beréberes en las revueltas locales que tuvieron lugar en la Marca Superior. Estas referencias son breves, pero al menos, nos remiten a la existencia de estos grupos con una identidad diferenciada y con un papel activo. Así, por ejemplo, Ibn ‘Idārī nos relata que ‘los beréberes’ se unieron a al-Ḥubāb b. Rawāḥa b. Banī Zuhra b. Kilāb al-‘Abdarī y a un grupo de yemeníes que se sublevaron contra Yūsuf al-Fihri en 754 (*Al-Bayān al-Mugrib* II, 1983: 37-39, *Ajbār maʿmūʿa*, 1867: 63-74/trad. 67-77; *Fath al-Andalus*, 1994: 71-76; *Nafh* I, 1968: 238 y III, 26, 30 y 32; Manzano, 1986).

Otro caso de participación beréber en una rebelión es el de Matrūḥ b. Sulaymān al-Aʿrabī, que acaece en 792. De nuevo tenemos constancia de una intervención de beréberes también en Zaragoza. En dicha agitación contra el emir Hišām I, Matrūḥ sería asesinado un tal ‘Amrus b. Yusuf y Šarḥabil b. Salatān al-Zawāga, cuyo nombre y procedencia tribal nos remite de nuevo a una presencia beréber (*Tarṣīʿ al-ajbār*, 1965: 26-29/ 1967: 17-22; *Al-Bayān al-Mugrib* II, 1983: 63; Sénac, 2000: 91-93).

Por su parte, Ibn Ḥayyān (*Muqtabis* V, 1979: 244) y el *Ajbar Maʿmūʿa* nos hablan de un tal Rizq de los Barānis, clara referencia a un grupo macro-tribal, que participa en una agitación contra ‘Abd al-Raḥmān I (*Ajbār maʿmūʿa*, 1867: 115-116 ár. /105 trad.).

Debemos destacar otro suceso en el que se ven involucrados los beréberes de la Marca Superior. En este, ocurrido en los tiempos de al-Ḥakam I (796-822), al-Jušanī recoge una serie de sucesos de al-Faraʿ b. Kināna. Según este autor, cuando al-Ḥakam I nombró como gobernador de Zaragoza a un general ‘Abd al-Raḥmān b. Abī ‘Abda, no árabe, se sublevaron los árabes de Zaragoza con ‘Umara a su cabeza. Así según se dice:

«(...) Omara se hizo amigo de un grupo de berberiscos a los cuales metió en la ciudad [de Zaragoza] y, juntos, se sublevaron contra Alfárech ben Quinena y se apoderaron de él» (*Qudāt Qurṭuba*, 2005, 83-84 ed. ár./ 91-92 trad.).

Por lo tanto, de nuevo, tenemos una referencia a los beréberes de Zaragoza o más bien de sus alrededores que, en este caso, se alían con uno de los sectores árabes de la ciudad. Tanto en este texto como en las citas que hemos ido destacando, se puede deducir que los *barbar* constituían un grupo separado al margen del centro urbano. De hecho, entre las acusaciones que se dirigen posteriormente contra ‘Umara está la de «meter a los beréberes en la ciudad», como si tal hecho estuviese prohibido.

Toda esta serie de noticias viene a contrarrestar la idea de una escasa comunidad beréber. Además debe subrayarse que todas las revueltas que hemos ido señalando se producen en torno a Zaragoza, lo que nos remite, sin duda alguna, a las comunidades beréberes presentes en los núcleos de Monzalbarbar o de la puerta de la Cineja, topónimos que analizaremos más adelante.

En tiempos de ‘Abd al-Raḥmān III, 934/ 323 H, tenemos la referencia de un *ḥiṣn* denominado Warša, que ha sido identificado como Huesa del Común (Sesma, Laliena y Utrilla, 1996: 67-84; Sesma, Utrilla y Laliena, 2001: 31-39), y donde habitaba un grupo de beréberes junto a Ibrāhīm

b. Hišām al-Tuḡībī. Este asentamiento en *ḥiṣn* Warša no es una referencia aislada pues tenemos constancia de la existencia de otros asentamientos cuya toponimia apunta a grupos norteafricanos, como es el caso de Lagata (Banū Lawāta), Letux, Nepza (Nafza) y Azuara (Zuwara).

Otra gran oleada de beréberes se dio con toda seguridad en el periodo que va desde la llegada de al-Hakam II (961-976) al poder a la desaparición del *ḥaṭīb al-Manṣūr bi-Llāh* (1002). Los testimonios de Ibn Ḥayyān (García Gómez, 1948) y de las *Memorias del rey ‘Abd Allāh* (*Tibyān*, 57/*Memorias*: 95-96) no dejan lugar a duda: el reclutamiento de mercenarios y la llegada de voluntarios a al-Andalus van a ser constantes. A los ecos de esplendor de un Estado en expansión, que resonarían a lo largo de todo el Magreb, se unen las promesas de *iḥsān* que tienen como objeto atraer grupo de milicias. En este mismo contexto arribarían entre otros grupos, los ziríes.

Poco sabemos del periodo taifa. Sólo podemos apuntar que el espacio de la frontera superior estaría rodeado por una serie de taifas dirigidas por dinastías de procedencia beréber, como son los casos de Alpuente, Albarracín o Toledo. Evidentemente esto no quiere decir que sean estados ni territorios ocupados exclusivamente por beréberes en su totalidad, como se ha precisado en otros trabajos (Sarr, 2011: 46-47), ni que estos presentaran diferencias por el origen étnico-cultural de sus sultanes, pero al menos estos datos apuntan a la importancia de estas comunidades en la zona y, sobre todo, al desarrollo en su seno de unas élites locales de origen beréber (Manzano, 1990: 426).

Del dominio almorávide en estas tierras (1110-1150), a pesar de su exigüidad debido a una excepcional prolongación de la taifa hūdī de Zaragoza, conviene destacar el sorprendente impacto en el panorama arquitectónico. En estos años va a llevarse a cabo un programa de fortificaciones de determinados puntos, bien preexis-

tentes o creados *ex nihilo* como nueva frontera frente a los avances de los reinos feudales, como observamos en Los Zafranales, La Torraza, Velilla de Ebro, la de Santa Quiteria de Fraga y otras torres ubicadas más al E que portan un claro topónimo almorávide lo que indica la estrategia de establecer alcaides en puntos claves para controlar el territorio desde un punto militar.

No obstante, en el plano humano, debe considerarse que poca repercusión pudo tener la presencia almorávide, que como mancha de aceite no pudo mezclarse con los andalusíes de la zona. Esto no sólo por la brevedad de su dominio sino por su escasa presencia numérica. De hecho, incluso en las capitulaciones de la ciudad de Zaragoza se distingue entre «almorávides» y «musulmanes autóctonos» como dos elementos bien diferenciados social y jurídicamente. Y esto lo vemos también en la *Historia Roderici* (donde se habla de almorávides y musulmanes) (trad. Falqué 1983: 368, 369, 370, pff. 33, 62, 65 y 66). Por lo tanto, la llegada de los almorávides no supondría un gran cambio poblacional, estos se mantendrían más bien al margen de las comunidades, controlando militarmente sitios puntuales del territorio.

## 2. LOS BERÉBERES EN LOS DICCIONARIOS BIOGRÁFICOS

Las fuentes biográficas y de *ṭabaqāt* son otra de las posibilidades que poseemos para aproximarnos a la realidad del poblamiento beréber de esta Marca extrema. Nuestro trabajo sobre este campo se ha centrado en la consulta de las principales obras de este género, así como en los estudios desarrollados hasta el momento (De Felipe, 1992: 178 y 1995b: 185-186).

Entre las familias de sabios y cargos político-religiosos beréberes que hemos podido constatar se encuentran: los **Banū Ṭābit**, conocidos como al-‘Awfī y los Banū Masrūq (Molina, 1989: 69-70; Fierro, 1995: 46 y 53 y De Felipe, 1997: 65 y 95-100). Los primeros, los Banū Ṭābit eran *mawlas*, por relación (‘*alāqa*’) de los Banū Zuhra b. Kilāb, pero acabaron renegando de ello por algún motivo que desconocemos, y acudieron a la *nisba* del personaje con el hipotéticamente se convirtieron al Islam, ‘Abd al-Rahman al-‘Awfī (*Ajbār al-fuqahā’*, 1999: 68, n.º 63; *Fahrassa*, 1983: 193). De ser cierto, este último vínculo, podría señalarse que su llegada a la península se produciría durante los primeros tiempos a principios del siglo VIII. Aunque hasta el momento sólo conocemos miembros de este grupo del 832 en adelante, hasta la caída de Zaragoza en manos cristianas. De todos, destacaremos solo a los más importantes: Qāsim ibn Ṭābit (255-303H/868-915) introductor del *K. al ‘Ayn* de Jalil (*Fahrassa*, 1983: 191-193; *Mu‘ṣam* III, 1977: 213; Vernet, 1950: 281; Marín, 1988: n.º 1051; Molina y Ávila, 1985: 90, 103 y 104) y el último de la familia conocido que nació y vivió en la Marca Superior fue el juez Abū-l-Ḥasan Ṭābit b. ‘Abd Allāh al-‘Awfī (m. 514/1120-1121). Este es un personaje de gran interés por ser quien redacta la carta de petición de ayuda al emir almorávide Tamīm b. Yūsuf, justo antes de la capitulación de Zaragoza (3 de diciembre de 1118) (*Takmila*, ed. 1955, n.º 1954; *Dayl* IV, 1965: 348; *Ṣila* I, 1989: n.º 288, *Dibāṣ* I, 1972: 320,

Vernet, 1950: 270 (n.º 21: como discípulo de su padre); Grau, 1957-1958, 270, n.º 182; Molina y Ávila, 1985; De Felipe, 1997).

Esta familia constituye un buen ejemplo de ocultación de orígenes y de la asimilación a la cultura árabe, para no ser objeto de los posibles prejuicios en su ascenso social. De hecho, a no ser por al-Juṣanī y por otras referencias (*Takmila*, ed. 1915, n.º 2620; *Yadwa*, 1952: n.º 345; *K. al-Ansāb* IX: 406; *Muḡam* III, 1977: 213 213) no conoceríamos su origen beréber.

Otra familia de beréberes que se asienta en la Marca Superior es la de los **Banū Masrūq b. Aṣbag**. Pertenecientes a los Banū Ḥawwāra, de estos solo sabemos lo que nos apunta los *Mafājir al-Barbar* 'que eran emires muy célebres de la zona' (*Mafājir al-Barbar*, 1934: 248; De Felipe, 1997: 172; Terés, 1978: 375).

Por otro lado, conocemos a través de Ibn al-Abbār a un tal Ma'n b. Muḥammad b. Ma'n al-Barbarī al-Anṣārī (m. 941-942/330 H) también identificado con la *nisba* «al-Ṣinhaḡī» y con la de al-Saraqṣṭī (*Takmila* II, ed. 1955, 729, n.º 1843; Vernet, 1950: 277, n.º 118; Marín, 1988: 93, n.º 1415; Molina y Ávila, 1985: 88 y 96 y Ḥaqqī, 2001: 67 y 321 (único que precisa la *nisba* al-Ṣinhaḡī). Este ejerció el cadiazgo en Zaragoza nombrado por el mismo 'Abd al-Rahmān III (326/ 937). Dicho Ma'n b. Muḥammad es uno de los citados en el amān que concede el califa omeya a Zaragoza. Su *nisba* 'al-Anṣārī' debe llamarnos la atención ya que podría indicarnos de quién se hizo *mawlā*, y cómo trataba de ocultar sus orígenes para que no le pesaran en su ascenso político-social.

Yāqūt cita ya en época almorávide a un tal Abū l-Ḥasan 'Alī b. 'Abd al-'Azīz al-Zanātī, muerto después del 533/1139, del que conocemos muy pocos datos, sólo que estudió el *K. al-Istī'ab* de Ibn 'Abd al-Barr de Abū l-Ṣḡāq Ibrāhīm b. Muḥammad b. Ṭābit al-Qurṭubī en el 533 (*Muḡam* III, 1977: 151; *Rawḍ al-Qirṭās*, 1972: 147 y 164).

Por lo tanto, la nómina de ulemas beréberes se limitaría a unos 10 individuos, teniendo en cuenta el número indeterminado de Banū Masrūq. Siete son miembros de una misma familia. De todos, los únicos que presentan signos manifiestos de identidad beréber son los dos últimos (al-Barbarī y al-Zanātī), los Banū Ṭābit han intentado ocultar su identidad en todo momento.

### 3. LA TOPONIMIA Y LOS ANÁLISIS ARQUEOLÓGICOS

A continuación incluimos los principales topónimos de origen beréber o en los que hemos hallado algún asentamiento. Estos resultados, que han sido publicados en otro lugar *in extenso* (Sarr, 2014), son el fruto de un rastreo sistemático de las fuentes escritas y de la cartografía tanto histórica como contemporánea. En algunas ocasiones hemos podido contrastarlos a través de diferentes vías pero en otras ante la ausencia de citas se han quedado en una mera propuesta. Todos los sitios propuestos por estos topónimos han sido objeto de visitas y prospecciones arqueológicas.

**Mequinenza** (Miknāsa). Asentada en la desembocadura de los ríos Ebro y Segre. Su topónimo es una de las huellas más evidentes de lo que pudo ser una fundación beréber. En este caso, se nos remite a los Banū Miknāsa, tribu procedente de la rama Buṭr que estuvo presente ya desde la conquista de al-Andalus (*Yamhara*, 1982: 496; *K. 'Ibar* VI, 1958: 120/ trad., Slane, *Berbères* I 1927: 172 y De Felipe, 1997: 316-317). Esta ciudad era conocida como Miknāsa al-Zaytūn (de los olivos).

Las referencias que poseemos sobre Mequinenza son escasas. Al-Iṣṭajrī la define brevemente (*Masālik*, 1967: 44), al-Idrīsī (siglo XII) se limita a incluirla en el itinerario hacia Tortosa (Turtuṣa) como una ciudad pequeña, parecida a un *ḥiṣn* en las fronteras de al-Andalus (*Nuzhat al-muṣṭāq*, 1866: 190/ trad. 231.). Por su parte, al-Zuhri la recuerda como el punto en el que se unen los ríos Ebro y el de Lérida (el Segre) (*Kitāb al-Ya'rāfiyya*, 1968: 225 pf. 212 /trad. 144.). La cita que quizás sea más relevante es la de al-Rāzī quien lo califica como un *ḥiṣn* próximo a la desembocadura del Ebro, no por la información transmitida sino por la fecha en la que esta se produce, siglo X, lo que se traduce en que Mequinenza existe antes del siglo X (*Crónica del moro*, 1975: 42).

**Hiṣn Zanāta**. Yāqūt al-Rūmī menciona una *naḡiya* (región) llamada Zanāta en Zaragoza (*Muḡam* III, 1977: 151). El mismo Yāqūt, basándose en el *Farḡat al-Anfus* de Ibn Galib cita a un tal Abū l-Ḥasan 'Alā b. 'Abd al-'Azīz al-Zanāta (muerto después del 533/1139) ya en época almorávide (*Rawḍ al-Qirṭās*, 1972: 47 y 164; *Bayān al-Mugrib* IV, 1983: 95). Esta fortaleza o el asentamiento que creemos que se corresponde a ella fue objeto de una prospección arqueológica sistemática en 2012, cuyos resultados fueron sorprendentes. Se pudo de un lado establecer una primera cronología del asentamiento, siglo IX-X, y delimitar sus diferentes puntos. Pero quizás el descubrimiento más importante

fuese el de un puente construido con sillares, típico del período califal (Sénac y Sarr, 2013).

**Cinegia** (Sinhaya). Este caso es un claro ejemplo de asentamiento al margen del núcleo urbano. La huella es exclusivamente toponímica, se refiere al arco, en la actualidad calle Cinegio, anteriormente denominada puerta del arrabal de los Şinhāya (Lacarra, 1982: doc. 6, 223 y 260). Se hallan abundantes paralelos de este topónimo en otras zonas de al-Andalus, como en el Levante (Guichard, 1998: 437-438).

**Manzil al-Barbar**. «Morada/asentamiento de beréberes» (Oliver Asín, 1973: 330; *Tarṣī' al-ajbār*, 1965: 29/ trad. 1967: 24, nota 3). Actualmente llamado Monzalbarba, situado a la orilla derecha del Ebro, tiene el reconocimiento de «barrio rural» de Zaragoza. Aparece en las fuentes latinas de la Reconquista como Mezalbarba, Mezalbarber, Mucalbaruas (Lacarra, 1982, doc. 94, 107-109), Mezalbarber en 1138 (doc. 279) y en 1141 (doc. 308, 301-302). En sus proximidades se encuentra Juslibol, que aparece con el nombre «Mezimeeguer» (Colección de documentos inéditos para la historia de España, IV, 284; Guitard, 1979: 75; Lacarra, 1982: doc. 240, 216, 151, 346, 361, 253 y 422) en la documentación de 1160 relativa a la donación que realiza Ramón Berenguer IV al obispo de Zaragoza donde contamos con los restos de un castillo islámico (Guitard, 1979: 75).

**Fabara**. Hawwāra (Bosch, 1964). Hasta el momento la única evidencia es el parecido fonético entre el topónimo actual y esta tribu beréber. Ninguna intervención ha podido localizar el asentamiento islámico. Habría que ponerlo en relación con la Favara del Levante andalusí (Guichard, 1998: 437), con Albarracín ya que los Banū Razīn eran una facción de esta y con otros topónimos al sur de la Marca como 'Aqabat al-Hawwariyyīn, situado entre Teruel y Cuenca según Terés (1978: 374).

**'Aqabat Malīla**, la cuesta de los Malīla. Este nombre remitiría a los Banū Malīla, una de las

facciones de los Hawwara. Erróneamente se ha relacionado este topónimo con Velilla de Ebro, por el parecido fonético (Souto, 1992, 144; Viguera, 1995: 82). Sin embargo, si nos atenemos a lo que señala al-'Uḍrī, sería «el distrito de la ciudad, que va desde la Puerta meridional de Zaragoza hasta 'Aqabat Malīla» (*Tarṣī' al-ajbār* 1965: 150/ trad. 1967: 13, n.1), se situaría al norte de Zaragoza, por lo que de ninguna manera podría estar situado al SE como es el caso de Velilla de Ebro. J. A. Sesma, C. Laliena y J. F. Utrilla han sugerido que podría localizarse entre Zaragoza y la sierra de Alcubierre (Laliena Corbera y Ortega Ortega, 2010: 176).

**Yarāwa**. En el *Dhikr bilād al-Andalus*, se nos señala que los Yarāwa, o Yurāwa, según otras fuentes, eran del distrito de Zaragoza (*Dikr bilād al-Andalus*, 1983: 71/77 trad.). Otras fuentes nos lo ubican también en el valle de los Pedroches, al menos Yāqūt cita un lugar así llamado. Esta *nāḥiya* tiene su equivalente en el N. de África en un lugar situado entre Constantina y Qal'at Banī Hammād. Nosotros coincidimos con la propuesta de J. Oliver Asín (1973: 366-367), según la cual podría tratarse de Jaraba, tanto por evolución fonética -encontramos también «Xaraua» en 1131, es frecuente el paso de 'Y', fricativa postpalatal sonora a [X], nuestro sonido fricativo velar sordo; y de la semiconsonante bilabial *wawa* la oclusiva en este caso fricativizada bilabial sonora- como por las condiciones geográficas de su ubicación.

**Şaddina** (Cetina). Situado al SO de la provincia de Zaragoza, en la margen derecha del río Jalón, cuando este confluye con el Henar. Aparece como Çedina, según *Toponimia aragonesa medieval* (Ubieto Arteta, 1972: 79-80), por lo que resulta evidente su posible evolución. Conviene destacar que es un lugar estratégico, al estar situado entre la meseta y el río Ebro.

**Hişn al-Barbar** (?), la fortaleza de los bárbaros, citado por Ibn 'Idārī, en una expedición hacia Pamplona de 'Abd al-Malik al-Ṭawīl y 'Abd Allāh b. Muḥammad b. Lubb, allí se dice que incendió sus alrededores (*Bayān al-Mugrib* II, 1983: 148). Estaría, por lo tanto, entre Huesca y Pamplona. Sin embargo, desgraciadamente, no conocemos más detalles sobre esta fortaleza. El único que lo sitúa de forma más exacta es J. Oliver Asín quien lo ubica en la sierra de Orba, en el NO de la provincia de Huesca a escasos kilómetros de Navarra, relacionándolo con los Awraba, pero ignoramos en qué criterios exactos se basa (Oliver Asín 1973).

**Cotema**. (¿De Kutama?). Situado dentro del término municipal de Mequinenza, Vall Cotema aparece registrado como una partida en la ribera derecha del Ebro entre Les Boqueretes y Vall de Granada. En este caso, se basa en un parecido fonético muy claro, ya que en este lugar aún no hemos hallado ningún resto que nos remonte a un pasado andalusí.

**Oseja** ('Awsaḡa). 100 km al SO de Zaragoza, se ha relacionado con los 'Awsaḡa, tribu de los malzūza según Ibn Ḥazm. En la cora de Şantabariya (Santaver) hallamos incluso un Balaṭ 'Awsaḡa (Calzada de los 'Awsaḡa). No se han hallado restos andalusíes hasta el momento.

A estos topónimos debemos agregar otros menores como los ubicados a orillas del río Aguasvivas que tanto por su morfología como por episodios citados en las fuentes nos muestran una clara presencia beréber: Lagata (Lawata), Nepza (Nafza), Letux,

Azuara (Zuwara). Y los grupos mašmūda asentados en el sector occidental de la Marca; los Banū Maḍā b. Tihalt, en Villarroya de la Sierra conocida como Qašr/Hiṣn Maḍā, Ateca, Pozuel de Ariza y Deza, situada ya en Soria, y a los Banū Farāy en Tarazona.

CONCLUSIONES

Como hemos podido comprobar a lo largo de esta exposición la presencia beréber dista mucho de ser escasa. Si bien es cierto que los asentamientos beréberes no son tan numerosos o densos como en otros puntos de la península no por ello puede calificarse de insignificante o escasa.

La segunda de las conclusiones que podemos extraer es que no se puede hablar, como apuntaban las tesis tradicionales, de asentamientos situados exclusivamente en zonas marginales, montañosas e improductivas. De modo que se ha constatado una pluralidad de entornos, unos enclaves privilegiados, que controlan importantes vías de comunicación fluvial, al estilo de Mequinenza, y otros en lugares más apartados, o al margen de los núcleos urbanos (como Hiṣn Zanāta, Oseja, Fabara...). Por lo tanto, se puede afirmar, que no existe un patrón de asentamiento único, al igual que tampoco existe homogeneidad interna en estos grupos.

En tercer lugar, podemos señalar que en lo que se refiere a los grupos beréberes según se observa por los topónimos existe una amplia representación de los principales grupos desde los Zanāta hasta los Ṣinhāya, pasando por los Mašmūda. En algu-

nos casos no se ha podido determinar los orígenes concretos de los grupos, como cuando se habla de *barbar* como término genérico.

La cuarta conclusión se refiere a la cronología de estos asentamientos. Podemos trazar algunos límites *postquem* a través de las citas puntuales de las fuentes. Así, los Miknāsa, los Banū Tābit, los Zanāta sabemos que están presentes desde la conquista de Hispania, por lo que esto podría permitirnos apuntar, con la debida cautela que estos asentamientos se remontan al siglo VIII. En este sentido, la intervención que realizamos en Lizana (hiṣn Zanāta) nos ha permitido corroborar una antigüedad que rondaría el siglo IX-X.

Por último, otro aspecto que cabe subrayar es la entidad de todos estos emplazamientos aludidos. Estos son siempre arrabales, *ḥuṣūn*, *quṣūr*e incluso ciudades, pero pequeñas o medianas nunca grandes urbes. Y salvo en contadas ocasiones no suelen contar con asentamientos previos. Es decir, a mayor grado de urbanización menores posibilidades de hallar elementos beréberes, fundaciones norteafricanas. Esto se explicaría, por el hecho de que las ciudades son, sin lugar a dudas, el mayor polo de arabización de las poblaciones, como sedes y correas de transmisión del poder eminentemente islámico y árabe. Así, los asentamientos que hemos podido recoger no son más que aquellos en los que los beréberes han sufrido una escasa arabización y todavía no se han asimilado del todo a la cultura árabe dominante o, al menos, han presentado estas características en su estadio inicial durante un tiempo suficiente como para que se designe a ese sitio concreto con el nombre del grupo beréber que allí se asienta. Y resulta evidente que estas condiciones se dan en mayor grado en los ámbitos reducidos y rurales que en los entornos urbanos y en las grandes ciudades, en las que los poderes políticos y religiosos ejercen una irradiación arabizadora más intensa.

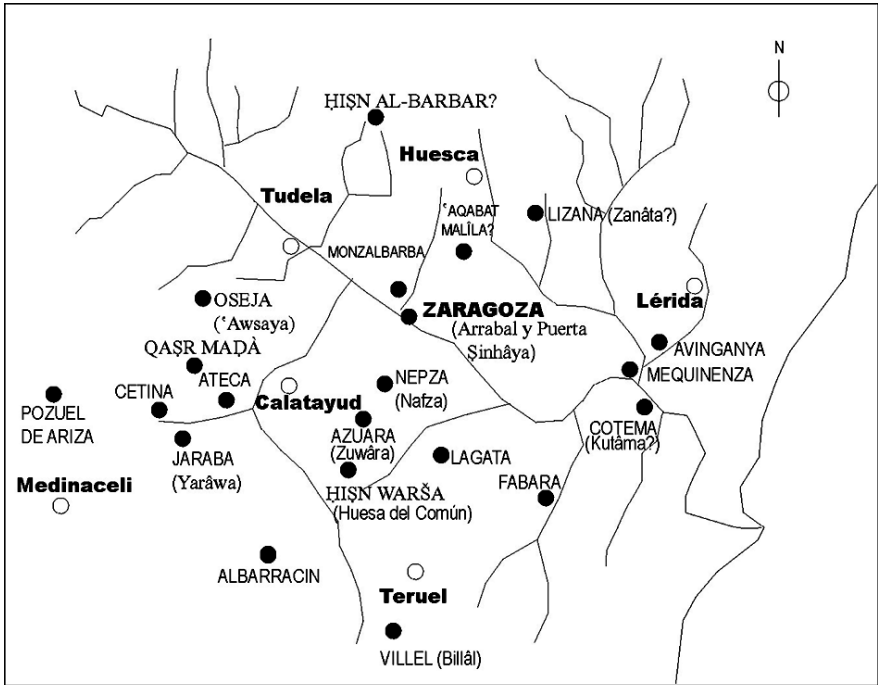


Figura 1 – Mapa de asentamientos beréberes en la Marca Superior de al-Andalus (Sarr, 2014).

Asentamientos	Fuentes	Toponimia	Arqueología	Pervivencia
Mequinenza	X	X		X
Ḥiṣn Zanāta	X		X (si Lizana)	
Cinegia	X	X		X
Manzil al-Barbar	X	X		X
Fabara		X		X
‘Aqabat Malīla	X			
Ŷarāwa	X	X (si Jaraba)?		X
Cetina	X	X	X	X
Ḥiṣn al-Barbar	X			
Cotema		X		X
Oseja		X		X
Lagata	X	X	X	X
Nepza	X	X	X	X
Letux		X		X
Azuara		X	X	X
Ḥiṣn Warša (Huesa del Común)	X		X	X
Qaṣr Banū Maḍà (Villarroya de la Sierra)	X		X	X
Pozuel de Ariza (Banū Maḍà)	X		X	X
Ateca	X		X	X
Tarazona (Banū Faraŷ)	X		X	X

Tabla 1 – Constatación de los asentamientos y topónimos a través de las distintas fuentes de información.



Figura 2 – Lizana (probable ḥiṣn Zanāta) fue objeto de una prospección sistemática en el año 2012.



Figura 3 – El castillo de Letux.



## BIBLIOGRAFÍA

### Fuentes

- AJBĀR AL-FUQAĤĀ' (1999), Ibn Ḥarīt al-Juṣānī, *Ajbār al-Fuqaḥā' wa-l-muḥaddiṭīn*. Ed. Muṣṭafā Badrī. Beirut: Dār al-Kutub al-'Ilmiyya.
- AJBĀR MAẒMŪ'A (1867), *Ajbār MaẒmū'a. Crónica anónima del siglo XI dada a luz por 1.ª vez*. Ed. y trad. Manuel Lafuente Alcántara. Madrid: Real Academia de la Historia.
- AJBĀR MULŪK (1953), Al-Rāzī, Ahmad, *Ajbār mulūk al-Andalus*, trad. parc. al fr. en Évariste Lévi-Provençal, «Description de l'Espagne» d'Ahmad Al-Rāzī. *Al-Andalus*, n.º 18.1, 51-108. Madrid: Esc. Estudios Árabes.
- AL-DAYL (1964-69), Al-Marrakuṣī, *Al-Dayl wa-l-Takmila li-kitāb al-mawṣūl wa-l-šila* (8 vols.: vols. I y VIII ed. Muḥammad Bin Šarifa. Vol. II-VI ed. Iḥsān 'Abbās.), Beirut/Rabat: Dār al-Taḡāfa – Akadimiyyat al-Mamlaka al-Magribiyya.
- AL-MASĀLIK WA L-MAMĀLIK (1967), Al-Iṣṭajrī, *Kitāb al-Masālik wa-l-Mamālik*. Ed. Michael Jan de Goeje I. Leiden: E. J. Brill.
- AL-MUQTABAS V (1979), Ed. Pedro Chalmeta, Federico Corriente, Maḥmūd Šubḥ *et alii* Madrid: Instituto Hispano-Árabe de Cultura /Traducción, notas e índices por M.ª Jesús Viguera, y Federico Corriente, *Crónica del califa Abderrahman III An-Nasir entre los años 912 y 942 (al-Muqtabis V)*. Zaragoza: Anúbar, 1981.
- BAYĀN AL-MUGRIB (1983), Ibn 'Idārī, *Bayān al-Mugrib fī ajbār al-Andalus wa-l-Magrib*. 3.ª ed. G. S. Colin y Évariste Lévi-Provençal. 4 vols. Beirut: Dār al-Taḡāfa.
- CRÓNICA DEL MORO (1975), *Ajbār mulūk al-Andalus*, ed. pluritextual de D. Catalán, y M.ª S. de Andrés bajo el título *Crónica del moro Rasis versión del Ajbār Mulūk al-Andalus de Aḥmad b. Muḥammad b. Mūsā al-Rāzī...* Madrid: Gredos.
- CRÓNICA MOZÁRABE (1980), *Crónica mozárabe*. Ed. de José Eduardo López Pereira, Zaragoza: Anúbar.
- DIBĀY (1972), Ibn Farḥūn, *Al-Dibāy al-muḥḥab fī ma'rīfat a'yān 'ulamā' al-maḥḥab* (2 vols.). Ed. Muḥammad al-Aḥmadī. El Cairo: Dār al-Turāṭ.
- DIKR BILĀD (1983), *Ḍikr bilād al-Andalus. Una Descripción Anónima de al-Andalus*. Ed. trad. y notas por Luis Molina. Madrid: CSIC.
- (1927), *Histoire des berbères* por William Mac Guckin de Slane, París: Geuthner.
- FAHRASA (1893), Ibn Jayr, *Fahrasa*, ed. Francisco Codera y Julián Ribera. 2 vols. Zaragoza: Fratrurn Comas.
- FARḤĀT AL-ANFUS (1955), Ibn Gālib, *Farḥāt al-Anfus fī tā'rījal-Andalus*. Ed. L. 'Abd al-Badī', *Maḡallat Ma'had Majtūṭāt al-'arabiyya*, I.2, 272-310 /trad. VALLVÉ, J., Una descripción de España de Ibn Gālib. *Anuario de Filología*, n.º 1 (1975) 369-384. Barcelona: Universidad.
- FATHĪ AL-ANDALUS (1994), *FathĪ al-Andalus (La conquista de al-Andalus)*, Est. y ed. crítica, Luis Molina, Madrid: CSIC.
- FUTŪḤ MIŠR (1992), Ibn 'Abd al-Ḥakam, *Futūḥ Mišr wa-l-frīqiya*, Beirut: Dār al-kutub al-'ilmiyya/ trad. parc. en *Conquista de África del Norte y de España*, trad. Eliseo Vidal Beltrán, Valencia: Anúbar, 1966.
- HISTORIA RODERICI (1983), Trad. cast. de Emma Falque en Traducción de la «Historia Roderici». *Boletín de la Institución Fernán González*, n.º 201/2, 339-375. Burgos: Institución Fernán González.
- KITĀB AL-ANSĀB (1962-82), Al-Sama'ānī, *Kitāb al-Ansāb*. Ed. 'A.'A. b. Yahyā. Hyderabad: Maṭba'a maylis Dā'irat al-Ma'arif al-'uṭmāniyya.
- KITĀB AL-'IBAR (1968), Ibn Jaldūn, *Kitāb al-'Ibar*, Beirut, 1968/ trad. parcial
- KITĀB AL-IKTIFĀ' (1993), IBN AL-KARDABŪS, *Kitāb al-Iktifā' fī ajbār al-julafā'* (*Historia de al-Andalus*). Trad. y notas por Felipe Maíllo Salgado. 2.ª ed. Madrid: Akal.
- KITĀB AL-TĀ'RĪJ (1991), Ibn Ḥabīb, *Kitāb al-Tā'rīj*. Ed. Jorge Aguadé. Madrid: CSIC.
- KITĀB AL-YA'RĀFIYYA (1968), Al-Zuhri, *Kitāb al-Ya'rāfiyya*, ed. árabe y trad. francesa por Mohammed Hadj-Sadok bajo el título en Kitāb al-Dja'rāfiyya. Mappemonde du calife al-Ma'mūn reproduite par Fazārī (III/IX<sup>e</sup> siècle) rééditée et commentée par Zuhri (VI/ XII siècle). *Bulletin d'Études Orientales*. Beirut-Damasco: Presses de l'Ifpo. N.º XXI (1968), pp. 3-312/Trad. esp. en BRAMÓN, Dolors (1991), *El mundo en el siglo XII. Estudio de la versión castellana y del «Original» árabe de una geografía universal: «El tratado de al-Zuhri»*, Barcelona: Ausa.
- MAFĀJIR AL-BARBAR (1934), Ed. Évariste Lévi-Provençal. Rabat: Félix Moncho.
- MUQTABIS III (1973), Ibn Ḥayyān, *Muqtabis III; al-Muqtabis min anbā' Aḥl al-Andalus*. Ed. 'Alī Makkī. Beirut: Dār al-Kitāb al-'Arabī.
- MUQTABIS VII (1967), *Anales palatinos del califa de Córdoba al-Ḥakam II por 'Isā ibn Aḥmad al-Rāzī*. Trad. de Emilio García Gómez. Madrid: Soc. de Estudios y Publicaciones.
- MU'YAM (1977), Yāqūt, *Mu'yam al-buldān*. 4 vols. Beirut: Dār Šādir.
- NAFḤ (1968), Al-Maqqarī, *NafḤ al-ṭīb min guṣn al-Andalus al-Raṭīb*. Ed. I. 'Abbās. Beirut: Dār Šādir / trad. Gayangos, P. (2002), *History of Mohammedan dynasties in Spain*. Reed. facsimil de la de 1840-43 de Londres. Nueva York: Routledge Curzon.
- NUZHAT AL-MUŠṬAQ (1866), AL-IDRISĪ, *Nuzhat al-muštāq fī ijtirāq al-āfāq*. Ed. y trad. fr. por Reinhart Dozy y Michael Jan de Goeje bajo el título *Description de l'Afrique et de l'Espagne*. Leiden: E. J. Brill.
- QUḌĀT QURṬUBA (2005), Ibn Ḥarīt al-Juṣānī (*Quḍāt Qurṭuba*), *Aljoxanī. Historia de los jueces de Córdoba*. Trad. J. Ribera, facsimil la ed. de Madrid, 1914. Sevilla: Renacimiento.
- RAWḌ AL-MI'TĀR (1984), Al-Ḥimyarī, *al-Rawḍ al-mi'tār fī jabar al-aḡṭar: mu'yam Yūgrāfī*. Ed. Iḥsān 'Abbās, Beirut: Maktabat Lubnān.
- RAWḌ AL-QIRṬĀS (1972), Ibn Abī Zar', *al-Anīs al-muṭrib bi-rawḍ al-qirṭās fī ajbār muluk al-Magrib wa tā'rīj madīnat Fas*. Rabat: Dār al-Manṣūr li-l-ṭibā'a wa-l-Wirāqa.
- ŠILAT (1989), Ibn Baškuwāl, *al-Šilat al-šila*, ed. al-Abyārī. El Cairo-Beirut: al-Maktaba al-Andalusīya.
- TAKMILA (1889), Ibn al-Abbār, *al-Takmila li-kitāb al-šila. Complementum libri Assilah: dictionary biographicum*. Ed. Francisco Codera y Zaydīn. Madrid: Michaelern Romero.
- (1915), ed. Maximiliano Alarcón y Ángel González Palencia, *Miscelánea de estudios y textos árabes*. Madrid: E. Maestre.
- (1955), ed. 'Izzat al-'Aṭṭār al-Ḥusaynī. El Cairo: Maktabat al-Jānī.
- TĀ'RĪJ IFTITĀḤ (1952 y 1989), Ibn al-Quṭīyya, *Tā'rīj iftitāḥ al-Andalus*. Ed. y trad. Julián Ribera. Madrid: Revista de Archivos, 1926/ Ed. Ibrāhīm al-Abyārī, El Cairo-Beirut: Maktaba al-Andalusīya, 1989.

- TĀ'RĪJ 'ULAMĀ' (1892), Ibn al-Faraḍī, *Tā'rīj 'ulamā' al-Andalus*. Ed. Francisco Codera (B. A. H. VIII), Madrid: Typographia La Guirnalda.
- TARŠĪ AL-AJBĀR (1965), Al-'Uḍrī, *Taršī al-ajbār* trad. en *Fragmentos geográfico-históricos de al-Masālik ilā gamī' al-mamālik*, ed. crítica de Al-Ahwānī, 'Abd Al-'Aziz. Madrid: Maṭba'at Ma'had al-Dirāsāt al-Islāmiyya / Trad. parc. en GRANJA, Fernando de la (1967), *La Marca Superior en la obra de al-'Uḍrī. Estudios de Edad Media de la Corona de Aragón*, n.º VIII (1967) 447-545. Zaragoza: CSIC.
- TIBYĀN (1995), Ibn Buluqqīn, 'Abd Allāh, *Kitāb al-Tibyān li-l-amīr 'Abd Allāh bin Buluqqīn ājir umarā' Banī Zīrī bi-Garnāṭa*, ed., introd. y notas por Aḥmad T. Tībī, Rabat: Manšūrāt 'Ukāz (=Tibyān). Trad. al cast. en *El siglo XI en 1.ª persona. Las «Memorias de 'Abd Allāh, último rey Zīrī de Granada, destronado por los almorávides (1090)»*. Trad. Évariste Lévi-Provençal y Emilio García Gómez. 6.ª ed. Madrid: Alianza Editoria. 2005 (=Memorias).
- YADWAT (1952), Al-Ḥumaydī, *Yadwat al-muqtabis*. Ed. M. Ibn Tāwīt, El Cairo.
- YAMHARAT (1982), Ibn Ḥazm, *Yamharat ansāb al-'arab*. 5.ª Ed. 'Abd al-Salām Muḥammad b. Ḥarūn. El Cairo: Dār al-Ma'ārif.
- BARCELÓ, Miquel (1980), «Sobre tres topònims berebers a les Illes Orientals d'al-Andalus». *Faventia*, n.º 2, 131-136. Bellaterra: U. Antònoma de Barcelona.
- (1991), «Assentaments berbers i arabs a les regions del nord-est d'al-Andalus: el cas de l'Alt Penedès». En SÉNAC, Philippe (ed.), *La Marche Supérieure d'al-Andalus et l'occident chrétien*, pp. 89-98. Madrid: Casa de Velázquez, U. de Zaragoza.
- (1995), «Els Banū Iratēn i els altres: Immigració i assentaments berbers a Šarq al-Andalus». En BOLDRINI, Enrica y FRANCOVICH, Ricardo (eds.), *Acculturazione e Mutamenti. Prospettive nell'archeologia medievale del Mediterraneo (VI ciclo di lezioni sulla ricerca applicata in archeologia Siena-Florenza, 1993)*, pp. 29-52. Florenza: Edizioni all'Insegna del Giglio.
- BARCELÓ, Miquel y KIRCHNER, Helena (1992), «Ḥuṣūn et établissement arabo-berbères de la frontière supérieure (zone de l'actuelle Catalogne) d'al-Andalus». En Jean-POISSON, Michel (ed.), *Castrum 4 Frontière et peuplement dans le monde méditerranéen au Moyen Âge*, pp. 61-73. Roma-Madrid: École Française de Rome – Casa de Velázquez.
- BÀSSOLS, Sergie (1990), «Una línea de torres vigías musulmanas: Lérida-Tortosa». *Al-Qanṭara*, N.º XI-1, 127-154. Madrid: CSIC.
- BOSCH VILÀ, Jacinto (1956), *Los almorávides*. Tetuán: Editora Marroquí.
- (1959), *Albarracín musulmán*, Teruel: Instituto de Estudios Turolenses.
- (1962), «Algunas consideraciones sobre Al-Ṭagr en al Andalus y la división político-administrativa de la España musulmana». En *Extrait des Etudes d'Orientalisme dédiées à la mémoire de Lévi-Provençal*, vol. I, pp. 23-33. París: Maisonneuve et Larose.
- (1964), «El elemento humano norteafricano en la Península Ibérica a raíz de la invasión musulmana». *Cuadernos de la Biblioteca Española de Tetuán*, N.º II, 17-37. Tetuán: Biblioteca Española.
- (1965), «Establecimiento de grupos humanos norteafricanos en la Península Ibérica a raíz de la invasión musulmana». En VV.AA. *Atti del I Congresso Internazionale di Studi Nord-Africani*, pp. 3-17. Cagliari: G. Fossataro.
- (1978), «A propósito de la berberización de al-Andalus». *Les Cahiers de Tunisie*, N.º XXVI, 129-141. Túnez: Universidad.
- (1980), «Andalucía islámica: arabización y berberización. Apuntes y reflexiones en torno a un viejo tema». *Andalucía islámica. Textos y Estudios*, n.º I, 9-42. Granada: Universidad.
- (1984), «Los beréberes en Sicilia y beréberes en Andalucía». *Alifbā. Rivista di informazione e cultura sul mondo arabo islamico*, n.º IV, 35-47. Palermo: Centro Culturale Al-Farabi.
- CHALMETA, Pedro (1994), *Invasión e Islamización. La sumisión de Hispania y la formación de al-Andalus*. Madrid: U. de Jaén.
- DELAIGUE, Marie Christine (1983-84), «Possible influence berbère dans la céramique médiévale de la région valencienne». *Bulletin d'Archéologie Marocaine*, n.º 15, 493-522. Tánger: Éd. Marocaines et Internationales.
- DUBLER, César Emile (1943), «Über Berbersiedlungen aus iberischen Halbinsel». *Romanica Helvetica*. Basilea: Francke N.º 20, 182-196 (Sache Ort und wort. Jakob Jud zum Sechzigsten Geburtstag 12. Januar 1942).
- ḌUNNUN-TAHA, 'Abd al-Wāḥid (1981), «Istiqrār al-qabā'il al-barbariyya fi-l-Andalus». *Awraq*, n.º IV, 35-58. Madrid: Casa Árabe.
- ESCO, Carlos, GIRALT, Josep y SÉNAC, Philippe (2010), *Arqueología islámica en la Marca Superior de Al-Andalus*. Huesca: Diputación Provincial de Barcelona.
- FELIPE, Helena de (1992), «Familias de ulemas de origen beréber en al-Andalus». En VV.AA. *Historia, ciencia y sociedad. Actas del II Coloquio Hispano-marroquí de Ciencias Históricas (Granada, nov. 1989)*, pp. 169-181. Madrid: AECI.
- (1993), «Berbers in the Maghreb and al-Andalus: Settlements and toponymy». *The Maghreb Review*, n.º XVIII, 57-62. Londres.
- (1993), «Estudios sobre beréberes. Estado de la cuestión». En VV.AA. *III Aula de Canarias y noroeste de África, 1988*, pp. 149-157. Las Palmas de Gran Canaria: Caja de Canarias.
- (1995a), «Beréberes en diccionarios biográficos norteafricanos y andalusíes». En VV.AA. *Actas del XVI Congreso de la U.E.A.I.*, pp. 185-189. Salamanca: CSIC.

## Bibliografía

- ASÍN PALACIOS, Miguel (1944), *Contribución a la toponimia árabe de España*. 2.ª ed., Madrid: Escuela de Estudios Árabes.
- ÁVILA, María Luisa (1994), «Cargos hereditarios de la administración judicial y religiosa de al-Andalus». En VV.AA. (ed.), *Saber religioso y poder político en el Islam*, 27-37. Madrid: AECI.
- ÁVILA, María Luisa y MOLINA, Luis (1995), «La Marca Superior de al-Andalus en el siglo VIII: el asceta Ibn al-Mugallis y los Banū Salāma». En VV.AA. *Homenaje al prof. José M.ª Fórneas*, Vol. 2, pp. 703-709. Granada: Universidad de Granada.
- BALANĀ I ABADIA, Pere (1994), *Les arrels islàmiques de Mequinensa*. Barcelona: Dalmau.
- BALLESTÍN, Xavier (1994), «Prosopografía dels fuqahā' i 'ulamā' de la zona oriental del Ṭagr al-A'lā: Balagā, Lārida, Ṭurṭuša». En MARÍN, Manuela (ed.), *Estudios onomásticos-biográficos de al-Andalus (Homenaje a José M.ª Fórneas)*, vol. VI, pp. 55-119. Madrid: CSIC.
- BARCELÓ, Carmen (1990), «Galgos o podencos? Sobre la supuesta berberización del País Valenciano en los siglos VIII y IX». *Al-Qanṭara*, n.º XI-2, pp. 429-460. Madrid: CSIC.

- (1995b), «Onomástica norteafricana en al-Andalus». *Revista del Instituto Egipcio de Estudios Islámicos*, N.º 27 (1995) 97-105. Madrid: Inst. de Estudios Islámicos.
- (1997), *Identidad y onomástica de los beréberes de Al-Andalus*. Madrid: CSIC.
- (1999), «Beréberes de al-Andalus: ¿barbar o imazighen?». En TAWFIK MOHAMMED ESSAWY, 'Aly, CARABAZA BRAVO, Julia, CANO ÁVILA, Pedro e GARIJO GALÁN, Ildefonso (eds.), *El saber en al-Andalus*. Vol. 2, pp. 227-238. Sevilla: Universidad.
- (1999), «Los mawālī de 'Abd al-Raḥmān I». *Al-Qanṭara*, pp. 65-98. Madrid: CSIC. N.º XX fasc. 1.
- (2009), «Los estudios sobre bereberes en la Historiografía española. Arabismo y Africanismo». En MARÍN, Manuela (ed.), *Al-Andalus/España. Historiografía en contraste. Siglos XVII-XXI*, pp. 105-117. Madrid: Casa de Velázquez.
- FERNÁNDEZ UGALDE, Antonio (2001), «Sobre la identificación arqueológica de los asentamientos beréberes en la Marca Media de al-Andalus». *Cuadernos emeritenses*, n.º 17, 139-190. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano de Mérida. (: La islamización de la Extremadura romana, 2001).
- FIERRO, Maribel (1995), «Árabes, beréberes, muladíes y mawālī. Algunas reflexiones sobre los datos de los diccionarios geográficos andalusíes». En MARÍN, Manuela y FELIPE, Helena de (eds.), *Estudios onomástico-biográficos de al-Andalus*, n.º VII, 41-54. Madrid: CSIC.
- FLORENSA FERRER, Adolfo (1960), *El castillo de Mequinenza y su restauración*, Barcelona: Raiclan.
- FRANCO MORENO, Bruno (2004), «Territorio y poblamiento en la Kūra de Mārida durante el emirato omeya (siglos VIII-X/II-IV)». *Espacio, Tiempo y Forma*, Serie III, H.ª Medieval, n.º 17, 167-184. Madrid: UNED.
- (2005), «Distribución y asentamientos de tribus bereberes (Imazighen) en el territorio emeritense en época emiral (S. VIII-X)». *Arqueología y Territorio Medieval*, n.º 12.1, 39-50. Jaén: Universidad.
- GARCÍA GÓMEZ, Emilio (1948), «Al-Ḥakam II y los beréberes según un texto inédito de Ibn Ḥayyān». *Al-Andalus*, N.º XIII, 209-226. Madrid: Escuela de Estudios Árabes.
- (1976), *Andalucía contra Berbería*. Barcelona.
- GRAU MONTSERRAT, Manuel (1957-58), «Contribución al estudio del estado cultural del valle del Ebro en el siglo XI y principios del XII». *Boletín de la Real Academia de Buenas Letras de Barcelona*, n.º 27, 227-272.
- GUICHARD, Pierre (1980), «A propósito de los "Barbar al-Andalus"». *Al-Qanṭara*, n.º I, 423-428. Madrid: CSIC.
- (1998), *Al-Andalus. Estructura antropológica de una sociedad islámica en Occidente*. Reimpr. de la ed. 1976. Granada: Universidad de Granada.
- GUITARD APARICIO, Cristóbal (1976), *Castillos de Aragón. II. Desde el segundo cuarto del siglo XIII hasta el siglo XIX*. Zaragoza: Librería General.
- (1979), *Castillos de Aragón. I. Desde el siglo IX hasta el segundo cuarto del siglo XIII*. 2.ª ed. Zaragoza: Librería General.
- (1986), *Castillos de Aragón III*. Zaragoza.
- GUTIÉRREZ LLORET, Sonia (1996), *La Cora de Tudmīr: de la Antigüedad Tardía al mundo islámico*. Madrid: Casa de Velázquez.
- (2000), «¿Arqueología o deconstrucción? A propósito de la formación de al-Andalus desde las afueras de la arqueología». *Arqueología espacial*, n.º 22, pp. 225-254. Teruel: SAET.
- (2007), «La islamización de Tudmir. Balances y perspectivas». En SÉNAC, Philippe (ed.), *Villes et campagnes de Tarraconaise et d'al-Andalus (VIe-XIe): La transition* (Villa 2), pp. 275-318. Toulouse: Méridiennes.
- HACHID, Malika (2000), *Premiers Berbères. Entre Méditerranée, Tassili et Nil*. Aix-en-Provence: Edisud.
- ḤAQQĪ, Muḥammad (2001), *Al-Barbar fī al-Andalus: dirāsāt maʿmū'a itniyya min al-faṭḥ ilā suqūṭ al-jilāfa al-Umawiyya (92 H/ 711-422H/ 1031)*. Casablanca: Šarikat al-Naṣr wa-l-Tawzī' al-Madāris.
- IRANZO MUÑO, M.ª Teresa (1983), «Puentes medievales en la provincia de Huesca: Aspectos económico y sociales». *Aragón en la Edad Media*, n.º 5, 45-68. Zaragoza: Universidad.
- JIMÉNEZ GADEA, Javier (1994), «Asentamientos beréberes en al-Andalus». En IGLESIA DUARTE, José I. de la (ed.), *V Semana de Estudios Medievales*. Logroño: Inst. de Estudios Riojanos. Pp. 209-215.
- LACARRA, José M.ª (1982-85), *Documentos para el estudio de la Reconquista y Repoblación del Valle del Ebro*. 2. vols. Zaragoza: Anúbar.
- LALIENA CORBERA, Carlos y ORTEGA ORTEGA, Julián (2010), «Un ḥiṣn entre otros: fortificaciones, regadíos y distritos administrativos en la región del Ebro. El ejemplo de Alcañiz el Viejo (Teruel)». En SÉNAC Philippe (ed.), *Histoire et Archéologie des sociétés de la vallée de l'Èbre (VIIe-XIe siècles)*, pp. 157-182. Toulouse: Méridiennes.
- LALIENA, Carlos y SÉNAC, Philippe (1991), *Musulmans et Chrétiens dans le Haut Moyen-Âge*. Montrouge: Minerve.
- MANZANO MORENO, Eduardo (1986), «La rebelión del 754 en la Marca Superior y su tratamiento en las crónicas árabes». *Studia Historica. Historia Medieval*, n.º IV, 185-205. Salamanca: Universidad.
- (1990), «Beréberes de al-Andalus: los factores de una evolución histórica». *Al-Qanṭara*, n.º XI, 397-428. Madrid: CSIC.
- (1991), *La frontera de Al-Andalus en época de los Omeyas*. Madrid: CSIC.
- MARÍN, Manuela (1988), «Nómina de sabios andalusíes». En MARÍN, Manuela (ed.), *Estudios onomástico-biográficos de al-Andalus*, vol. 1. pp. 23-183. Madrid: CSIC.
- MIGUEL IBÁÑEZ, María Paz de (2007), «La maqbara de la Plaza del Castillo (Pamplona, Navarra): avance del estudio osteoarqueológico». En SÉNAC, Philippe (ed.), *Villes et campagnes de Tarraconaise et d'al-Andalus (VIe-XIe): La transition* (Villa 2), pp. 183-197. Toulouse: CNRS-Méridiennes.
- MOLINA, Luis (1989), «Familias andalusíes del Tā'rij al-'Ulamā' al-Andalus de Ibn al-Faradī». *Estudios Onomásticos y biográficos de al-Andalus II*, pp. 19-99. Granada: CSIC.
- MOLINA MARTÍNEZ, Luis y ÁVILA, María Luisa (1985a), «La división territorial en la Marca Superior de al-Andalus». En Antonio Ubieta Arteta (ed.), *Historia de Aragón*, vol. III, pp. 11-30. Zaragoza: Anúbar.
- (1985b), «Sociedad y cultura en la marca Superior». En UBIETO ARTETA, Antonio (ed.), *Historia de Aragón*. Vol. III. Zaragoza: Anúbar.
- MONTÓN BROTO, Félix J. (1997a), «Los materiales islámicos del yacimiento de Zafranales (Fraga, Huesca)». *Bolskan*, n.º XIV (1997), 157-231. Huesca: Instituto de Estudios Altoaragoneses.
- (1997b), «El poblamiento en la frontera hispano-

-musulmana en al-Andalus durante el siglo XI: Zafranales». *Archéologie islamique*, n.º 7, 45-60. París: Editions Maisonneuve et Larose.

MORET, Héctor (1994), «Aproximació a la toponímia rural de Mequinensa». *Archivo de Filología Aragonesa*, 50, 325-348. Zaragoza. Institución «Fernando el Católico».

OLIVER ASÍN, Jaime (1943), «Über Berbersiedlungen auf der iberischen Halbinsel, Romanica Helvetica, 20 (1943)». *Al-Andalus*, n.º VIII, (Reseñas), 262-267. Madrid: Esc. Estudios Árabes.

— (1973), «En torno a los orígenes de Castilla: su toponimia en relación con los árabes y beréberes». *Al-Andalus*, n.º XXXVIII, 319-391. Madrid: Esc. Estudios Árabes.

— (1976), «Pour une étude historico-sociologique sur les berbères d'Al-Andalus». *Mélanges d'Islamologie (volume dédié à la Mémoire de A. Abel)*, pp. 53-69. Leiden: E. J. Brill.

PÉRUGIA, Jean del (1978), «Noms de lieu d'origine berbère dans le sud-ouest de la France». *Hespéris-Tamuda*, n.º XVIII (1978-79) 5-50. Rabat: Editions techniques nord-africaines.

RIBERA Y TARRAGÓ, Julián (1886), «Influencias berberiscas en el reino de Valencia». *El Archivo. Revista de Ciencias Históricas*, n.º 22, 169-172. Valencia: Imp. de Francisco Vives Mora.

ROUCHE, Michel (1968), «Les Aquitains ont-ils trahi avant la bataille de Poitiers? Un éclairage «événementiel» sur les mentalités». *Moyen Âge. Revue d'histoire et de philologie*, n.º 74, 5-26. Lieja: DeBoeck Supérieur.

SARR, Bilal (2011), *La Granada zirí (1013-1090)*. Granada: Alhulia.

— (2013), «Introducción al estudio del poblamiento beréber en la Marca Superior de al-Andalus (siglos VIII-XII)». *Mélanges de la Casa de Velázquez*, n.º 43. 1, 209-230. Madrid: Casa de Velázquez.

— (2014), *Et cependant les Berbères existent. El poblamiento beréber en la frontera superior andalusí (siglos VIII-XII)*. Granada: Alhulia.

SÉNAC, Philippe (2000), *La frontière et les hommes, VIII-XIIe siècle : le peuplement musulman au nord de l'Ebre et les débuts de la reconquête aragonaise*. París: Maisonneuve-Larose.

SÉNAC, Philippe y SARR, Bilal (2000), «Lizana: un hîşn y un puente perdidos en tierras del somontano de barbastro». *BOLSKAN*, n.º 24 (2013) 65-74. Huesca: Instituto de Estudios Altoaragoneses.

SESMA MUÑOZ, José Ángel, LALIENA, Carlos y UTRILLA, Juan F. (1996), «Regadíos andalusíes en el valle medio del Ebro: el ejemplo del río Aguasvivas». En VV.AA. *Actas del II Coloquio de Historia y Medio Físico. Agricultura y regadío en al-Andalus*, pp. 67-84. Almería: Instituto de Estudios Almerienses.

SESMA MUÑOZ, José Ángel, UTRILLA, Juan F. y LALIENA, Carlos (2001), *Agua y paisaje social en el Aragón Medieval. Los regadíos de Aguasvivas en la Edad Media*. Zaragoza: Ministerio de Medio Ambiente.

SOUTO, Juan A. (1992), «El poblamiento del término de Zaragoza (siglos VIII-X): los datos de las fuentes geográficas e históricas». *Anaquel de Estudios Árabes*, n.º III, 113-152. Madrid: Universidad Complutense.

STEIGER, Arnald (1932), *Contribución a la fonética del hispano-árabe y de los arabismos en el íbero-románico y en el siciliano*. Madrid: CSIC.

TAÏFI, Miloud (1991), *Dictionnaire Tamazight-Français (parlers du Maroc Central)*. París: L'Harmattan-Awad.

TERÉS, Elías (1957), «Linajes árabes en al-Andalus. Según la «Yamhara» de Ibn Ḥazm». *Al-Andalus*, n.º XXII, 55-111 y 337-376. Madrid: Escuela de Estudios Árabes.

— (1978), «Al-'Aqaba. Notas de toponimia hispanoárabe». *Al-Andalus*, n.º XLIII, 369-403. Madrid: Escuela de Estudios Árabes.

UBIETO ARTETA, Agustín (1972), *Toponimia Aragonesa Medieval*. Madrid: Anúbar.

UBIETO ARTETA, Antonio (1951), *Colección diplomática de Pedro I de Aragón y de Navarra*, Zaragoza: CSIC.

— (1984-86), *Historia de Aragón. Pueblos y Despoblados*. Vols. I-III. Zaragoza: Anúbar.

VALLÉS Y PUJALS, Joan (1959), *Mequinenza y su castillo*, Barcelona: Enher.

VALLVÉ BERMEJO, Joaquín (1986), *La división territorial de la España musulmana*. Madrid: CSIC.

VERNET, Juan (1950), «El valle del Ebro como nexo cultural entre Oriente y Occidente». *Boletín de la Real Academia de Buenas Letras de Barcelona*, n.º 23, 249-286. Barcelona: Academia de Bones Lletres de Barcelona.

VIGUERA, María Jesús (1995), *El Islam en Aragón*. Zaragoza: Caja de ahorros de la Inmaculada.

# O MEU CORAÇÃO ABRIU-SE A TODAS AS FORMAS

ANA CALDAS\*

## RESUMO

Como joalheira, autora, criadora e produtora das minhas jóias, a inspiração levou-me à (re) descoberta da História: o esplendor do al-Andalus, um vasto património artístico e cultural ibérico com a presença do Islão, do Cristianismo e do Judaísmo, permitiu-me considerar o espaço abrangente e expansivo das artes mediterrânicas e a uma vontade maior de o repensar e criar algo novo. As criações de inspiração ibero-muçulmana a que dei início em 2007, e que designei como Manufacturas do al-Andalus, cantaram a poesia dos poetas ibero-muçulmanos e de linhagem sufi, embrenhando-me numa civilização que deixou marcas profundas nas artes e no pensamento português.

## ABSTRACT

As a jeweller, designer and maker of my own jewels, inspiration lead me to (re)discover History: the splendor of al-Andalus, of a vast cultural and artistic heritage with the presence of Islam, Christianity and Judaism, allowed me to consider the embracing and expansive space of the Mediterranean arts and a larger will of rethinking and creating something new. The pieces of Iberian-Muslim inspiration, which I've started in 2007 and that I called Manufactures of al-Andalus, have sung the poetry of Iberian Muslim poets and of Sufi lineage, engulfing me in a civilization that left deep marks in Portuguese arts and thought.

Há mais de vinte anos concluí o Plano de Estudos Básico de Joalheria na Escola de Arte e Comunicação Visual (AR.CO), em Lisboa. Como nunca deixei de pensar a Joalheria como forma de expressar os meus sonhos e desejos, depois de um interregno, retomei esta arte. Entre 2003 e 2006, vi-me envolvida pela estética e simbologia islâmica que me foram encantando. Primeiro motivada pelas inúmeras viagens de investigação ao sul ibérico do Franklin, meu marido, e, depois, embebida nesses lugares mágicos carregados de memórias e História, comecei a senti-los e a vivê-los como fonte de conhecimento, beleza e paz.

Juntei o prazer, o interesse histórico e cultural, a arte e o saber-fazer como fonte de inspiração.

Em 2007 abri o atelier e enlaço-me na minha criatividade, pesquisando e investigando as fontes visuais a partir de um legado muito pouco conhecido. Ao longo dessas viagens fui colecionando uma infinidade de desenhos, imagens, textos, poemas; também usufruí da vasta biblioteca em casa, e adquiri outros livros, em especial aqueles de poesia.

\* anacaldas3@yahoo.com/www.anamoraiscaldas.com.

Apesar de me haver interessado pela literatura feminina hispano-árabe e a mística feminina nas várias tradições espirituais, foi no livro de Adalberto Alves, «O meu coração é árabe», que fixei a atenção. O legado poético que ficou nas terras do sul ibérico preencheu um lugar especial no meu imaginário.

A primeira peça que criei e realizei em 2005, «O meu coração abriu-se a todas as formas», é uma caixa-relicário em colar, inspirada pela poesia de carácter amoroso dos poetas ibéricos de linhagem Sufi (fig. 1). Foi uma homenagem a Ibn al-Arabi, nascido em Murcia em 1165 e falecido em Damasco em 1240.



**Figura 1 – «O meu coração abriu-se a todas as formas» – Colar – Prata, turquesas e coral, 2005.**

A caixa-relicário contém um poema impresso em papel no interior, o poema de Ibn al-Arabi em árabe e português; relevo a dignidade e valor das artes do livro – e da palavra escrita –, e inscrevo esta peça numa milenária tradição de objectos-talismã, independente do seu vínculo religioso; o poema, que transcrevo, é em si mesmo uma jóia e um legado literário:

O meu coração está aberto a todas as formas:  
É uma pastagem para as gazelas,  
É um claustro para os monges cristãos,

Um templo para os ídolos,  
A Caaba do peregrino,  
As tábuas da Tora,  
E o livro do Corão.  
Professo a religião do amor;  
Qualquer que seja a direcção em que as caravanas avancem,  
A religião do amor será o meu credo e a minha fé.  
(<http://juliocesarpolidoro.blogspot.pt/2008/10/ibn-arabi.html>)

Abraçando as Três Religiões do Livro, presentes no al-Andalus, o poeta místico professa e tem como luz a «religião do Amor» – ultrapassa, assim, qualquer visão fundamentalista ou ortodoxa que lhe queiram impor. A forma orientalizante da caixa/relicário contempla a flor de quatro pétalas; é o ornamento central da peça, ornamento este que viajou por várias estéticas e materiais; neste caso, o desenho foi elaborado a partir daquele existente em túnica de Cristo, numa pintura mural de Córdova, de 1351 (PEREIRA, 2005: 102, imagem 38).

Vislumbrei uma jóia como se se tratasse da realização material da poesia inspiradora, aquela do Gharb: o verso seria a emanção imaterial, a obra a sua concretização. Passei-me entre os poemas, absorvi os perfumes dos jardins, contemplei os espaços de ócio, os artefactos, a arquitectura... a poesia visual dos pássaros afrontados, dos círculos de florais, das palmetas, gelosias e arabescos... e, no atelier, a obra seria a concretização do verso, a sua emanção material.

Outras estrofes de poemas – como «Este é o rio e estes os seus bosques», «Estende as nuvens do teu manto e abre os teus véus», «Os seus brincos se agitam nas perfumadas mãos da brisa» – inspiraram e deram nome a brincos e pendentes (figs. 2 a 4), quais atauriques em perpétuo movimento. Servi-me de Ibn al-A'lam Ash-Shantamarî (Faro, século XII):

Este é o rio e estes os teus bosques:  
Corpo,  
Cuja a alma é a brisa dos jardins.  
Rio,  
Se a brisa dorme à superfície.  
Cota de malha,  
Se os ventos sobre ele se perturbam.  
(ALVES, 1999: 132).

E de Ibn Darrâj Al-Qastallî (Cacela, século XI):  
diz à Primavera:  
estende as nuvens do teu manto  
e abre os teus véus  
Sobre os lugares onde brinquei  
na minha infância.  
(idem: 162).



Figura 2 – «Este é o rio e estes os seus bosques» – Brincos – Prata, 2007.



Figura 3 – «Estende as nuvens do teu manto e abre os teus véus» – Pendente – Prata, 2007.

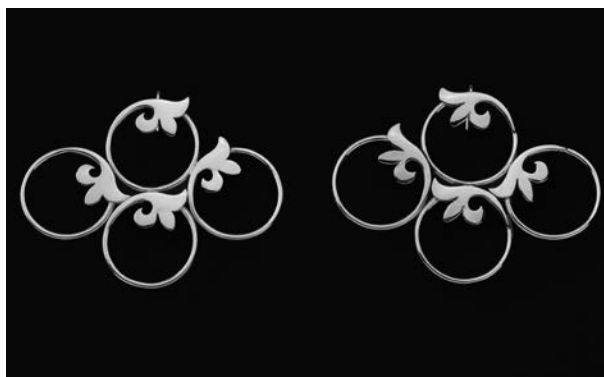


Figura 4 – «Os seus brincos se agitam nas perfumadas mãos da brisa» – Brincos – Prata, 2008.

Ou de Ibn 'Ammâr (Silves, século XI):  
Ela é uma frágil gazela:  
olhares de narciso  
acenos de açucena  
sorriso de margarida.  
E se os seus brincos se agitam  
quedam-se os braceletes na escuta  
da música do requebro da cintura.  
(idem: 138).

A arquitectura dos morábitos – que se encontram em Portugal, norte de África, Médio Oriente e Índia – inspiraram-me na criação de uma caixa-relicário em couro moldado e aplicações de prata (PEREIRA, 2010: 137, imagem 21); sobre a tampa, e assente num polígono estrelado de 12 pontas, está o pequeno morábito em prata; sobre ambas as portas está a primeira estrofe do poema de Ibn al-Arabi, atrás referido, em árabe e português.

Em 2008 viajei para à Índia com uma bolsa de estudo da Fundação/Museu Oriente. Queria relacionar os valores simbólicos e espirituais do mosaico de culturas – em especial o Hinduísmo e o Islão – com a minha fonte de inspiração, o legado muçulmano na Península Ibérica; era plausível comparar o florescimento na época Mogol – em particular no reino longo de Akbar – com aquele do al-Andalus; de novo, a joalharia funcionou como marca ou paradigma: revelação de pertença a uma fé, posição social, vínculo religioso, mas sobretudo realização/expressão do corpo ornamentado, arquétipo do Humano em qualquer sociedade. Esta viagem abriu caminhos e construiu pontes na minha Joalharia, ampliando o meu conceito de beleza e o interesse no contexto histórico, técnico e artístico desta arte na Índia (CALDAS, 2011: 79-90).

Em 2010, atravessei o grande Mar Mediterrâneo e viajei à Turquia e Síria; a larga panóplia de estéticas antigas expandiu a outros mundos, emergindo universos e formas já pensadas anteriormente, mas agora mais carregadas de significado: os

colares-relicário e os colares/caixa-relicário tornaram-se os condensadores de metáforas de espaços sagrados.

«Deus é belo, e ama a beleza» foi o sura inspirador para construir um outro colar-relicário (fig. 5) – tornando-se pensamento-acção, ou mesmo ideologia/prática de vida, esta frase é basilar na criação de qualidade, diversidade, apreço e Humanidade, valores estes que o mundo muito precisa nos tempos actuais.



Figura 5 – «Deus é belo e ama a beleza» – Colar – Prata, rudraksha e labradorite, 2010.



Figura 6 – «Diwan I» – Anel – Prata e labradorite, 2010.

Os anéis, que só em 2010 realizei (PEREIRA, 2010: 145), absorveram espaços de contemplação amorosa e poética dos «diwans» (fig. 6), espaços devotados à leitura, declamação e recitais, presentes nas culturas mediterrânicas e orientais. Estamos perante a cultura do ócio e prazer, de uma fruição que é produtiva.

Em Outubro de 2010, o Museu Oriente organiza a minha exposição individual «Do al-Andalus à Índia», Deste longo período de abundante criação e execução de joalharia, criei e executei 50 peças em prata (colares e caixas-relicários, pendentes, brincos, colares, anéis), utilizando pedras preciosas e técnicas tradicionais, unindo a herança cultural – visual e poética – a demandas do espiritual (CALDAS, 2010).

Mais do que ornamento corporal, a jóia retomou ligações ao simbólico e ao imaginário, religando o corpo ornamentado à expressão universal de Beleza e Paz.

## BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Adalberto (1998), *O meu coração é árabe*. Lisboa: Assírio & Alvim. ISBN 972-37-0501-X.
- CALDAS, Ana (2010), *Joalharia contemporânea: Manufacturas do al-Andalus / joyería contemporânea / contemporary jewellery*. Braga: ed. autora. ISBN 978-989-20-2142-3.
- (2011), «Uma viagem à Índia: abrir caminhos e construir pontes na joalharia contemporânea/A journey to India: forging paths and building bridges in contemporary jewellery», *Oriente*, 20, pp. 79-90. Lisboa: Fundação Oriente. ISSN 1645-2704.
- PEREIRA, Franklin (2005), *O couro e o Islão na Península Ibérica*. Tese de Mestrado/caderno de imagens. Braga: Universidade do Minho, n/ed.
- (2010), «Quebrar barreiras, construir pontes – a joalharia de Ana Caldas». In *Actas do III Seminário Internacional de Memória e Cultura Visual*, pp. 115-149. Porto: Agir/Associação para o Desenvolvimento Sócio-cultural.



# «AS MANUFACTURAS DO ANDALUS EXCEDEM AS DE QUALQUER PAÍS DO MUNDO» – CURTUMES, SELAS, ADARGAS, ESTÉTICAS EM TRÂNSITO...

FRANKLIN PEREIRA\*

## RESUMO

A hegemonia dos «couros de Córdoba» e o relevo dado à manufactura dos cordovões têm sido inibidores de uma investigação mais sólida ao que seriam as artes do couro no al-Andalus. As muito escassas obras que chegaram até nós são tardias e o vislumbre que permitem é muito reduzido; contudo, o eco que permaneceu na arte popular de pastores e agricultores, na selaria e sobretudo nas cadeiras em couro lavrado do século XVI final/XVII inicial, revelam a diversidade de estéticas, e a riqueza do legado que ficou no ocidente peninsular.

## ABSTRACT

The hegemony of the «Cordoba's leathers» and the esteem given to the manufacture of «cordobanes» have been inhibiting a deeper research to the arts of leather in al-Andalus. The very few pieces that arrived to us are dated from later times, and the glimpse they allow is too reduced; nevertheless, the echo that remained in the folk art of shepherds and farmers, in saddlery and mainly in upholstered chairs of late 16th/early 17th century, show the diversity of aesthetics and the richness of the legacy that remained in the west of Iberia.

Foram, entre muitas outras, estas palavras do mouro Almacari, do século XIII – «Para as armas e as munições militares de todos os géneros, tais como escudos, espadas, lanças, elmos, peitorais, arcos, flechas, selas, freios, cabeçadas e todo o género de arreios de cavalo, as manufacturas do Andalus excedem as de qualquer país do mundo» (COELHO, 1989, I: 93) –, que me fizeram enveredar por um longo projecto de reavaliação, visionamento e estudo do legado muçulmano em Portugal, dedicando-me mais às manufacturas em couro, a par do recurso à arqueologia ibérica para discernir as linhas de continuidade dos motivos encontrados em guadamecis, cadeiras lavradas e safões. Primeiro como bolseiro da Fundação Gulbenkian em 1997-98, depois com licença sabática em 1999-2000, e finalmente com a tese de mestrado «O couro e o Islão na Península Ibérica» em 2005, com a presença de Cláudio Torres no júri.

1 – Demasiada mistura existe publicada em torno dos couros de Córdoba, cordovões e guadamecis. Alguns livros, editados desde 1980,

\* Investigador do Artis/Instituto de História da Arte-Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.  
frankleather@yahoo.com.

já clarearam a origem do termo «guadameci» como derivado de «wad al-másir» ou «gueld al-másir», afastando-o de Ghadames, cidade na Líbia actual. A referência frequente, no «import-export» medieval, aos couros de Córdova deve ser entendida como comércio da matéria-prima saída dos tanques do curtume, e nada tem a ver com ornamentação; o mesmo direi quanto aos cordovões: inicialmente couro de cabra curtido em Córdova, depois designação para qualquer couro de cabra curtido «a vegetal» na península, Portugal incluído. As dispersas e escassas referências ao curtume – com a participação de mouros/mudéjares e de judeus, incluso como sapateiros – encontram-se em Évora do século XIV e Lisboa do século seguinte (PEREIRA, 2009: 35-37, 54-56), indiciando continuidade de métodos antigos para obter um couro fino e resistente. O cordovão é secundário no fabrico de artefactos, e muito pouco usado em técnicas artísticas, já que estas se fazem sobretudo em couro de carneiro (para o guadameci) e de bovino.

2 – Raros guadamecis antigos – sanefas e dois frontais de altar – revelam a permanência de padrões islâmicos de polígonos estrelados, enlaçados e entrançados. O frontal de altar mais importante na Península encontra-se no Museu Abade de Baçal: ladeando o pano central pintado com Cristo recebendo o Espírito Santo, está um grande medalhão formado por dois arcos contracurvados; a moldura que forma os arcos repete, alternando, o motivo da flor quadripétala sobre quadrado (fig. 1), motivo este anterior ao Islão, absorvido na sua expansão territorial.

Veremos este motivo milenar aplicado e recriado em imensas manufacturas (PEREIRA, 2012; 2012 a; 2012 b) até aos dias de hoje – muçulmanas, cristãs e judaicas –, perdendo-se o seu simbolismo de união entre o Céu e a Terra.

3 – Relativamente ao fabrico de selas, o «Livro dos Regimentos» de Lisboa, de 1572, exigia ao «offiçal que se quizer examinar de fus-

teiro, Saberaa fazer hu vaso para Sella gineta», «outro vaso para Sella de armar», «outro vaso para Sella estradiota», «hu vaso de Silhão para molher», e «hu vaso para alforges» (CORREIA, 1926: 92), sendo o «vaso» a estrutura interna do artefacto. Note-se o fabrico de dois diferentes modelos: a sela «gineta» e a «estradiota». Esta última fazia parte da monta «à brida» da cavalaria, com armadura, longa lança e escudo de madeira, típica do norte peninsular cristão; a sela tinha arções elevados e virados para dentro, entre os quais o cavaleiro estava encaixado; os estribos eram descidos, obrigando a esticar a perna. Decorrente disto, a táctica militar era adaptada a terreno aberto, longo alcance, e razias se encontrava o exército inimigo pela frente. A sua pouca mobilidade era um obstáculo.

Grande mobilidade, cavalos menos possantes mas velozes, ideal para ataques e fugas rápidas (o «karr-wa-farr»), o método «à gineta» era corrente na cavalaria muçulmana. Aliás, o próprio termo é de raiz berbere, derivado do nome da tribo Janata, que o trouxe para o al-Andalus. A sela tinha arções baixos e estribos subidos, obrigando o cavaleiro a dobrar as pernas pelos joelhos, controlando melhor o cavalo (PEREIRA, 2012 a); o equipamento incluía uma lança curta, espada, arco e flechas, e adarga (do árabe «darq»), um escudo leve, de couro, de forma uni ou bivalve, seguro numa mão. Segundo o «Livro dos Regimentos» de 1572, esse tipo de escudo era obra dos adargueiros, anexo ao ofício de correeiro (fig. 2).

A monta «à gineta» perdeu-se no Portugal cristão, e «ginete» passou, tal como em Espanha, a significar cavaleiro. O advento das armas de fogo e a táctica militar foi eliminando o peso da cavalaria, ficando o método «à gineta» estabelecido no toureio português a cavalo, a par do centenário culto do equino lusitano ou andaluz.

Raros documento do al-Andalus dão mais importância à selaria. Os equinos da coudelaria governamental tinham «sillas y bridas del Califato» (AL-RAZI, 1967: 63 e 68), e «silla y brida adornadas, de las caballerizas del Califato» (idem: 166), por vezes referidas como «adornadas de plata» (idem: 167).

Além da qualidade destes arreios – e do relevo que o equino tinha na época –, a marca que distinguia os artefactos de equitação, pro-

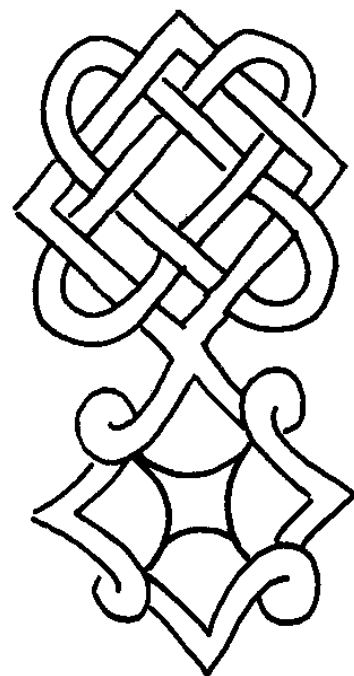


Figura 1 – Padrão de frontal de altar do séc. XVI em guadameci do Museu Abade de Baçal (Bragança). Desenho do autor.

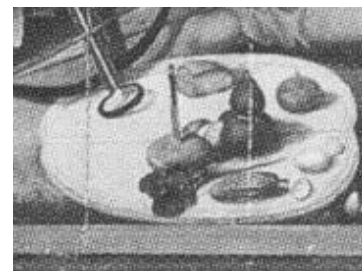


Figura 2 – Adarga servindo de mesa; detalhe da pintura «Ressurreição de Cristo» (oficina de Jorge Afonso, c. 1513), exposta no Convento de Cristo, em Tomar.

vindo do Califato, daqueles de uso corrente, deveria ser bastante visível e de fácil identificação. É de considerar, tal como vemos nas tradicionais selas portuguesas e espanholas, que seriam as faces exteriores dos arções o local onde tal marca estaria exposta. Para a fácil identificação desta marca, é de crer que o seu «design» deveria ser simples e eficiente – daí que as comparações com as clássicas selas ibéricas sejam necessárias para visionar tal marca do séc. X: arabescos calados (selas espanholas) ou triângulos escalonados obtidos com cravos tronco-cónicos (selas portuguesas)? O uso de triângulos escalonados – outro elemento pré-islâmico –, seja na arquitectura, seja em muitas manufacturas, aponta para que as selas portuguesas sejam as herdeiras das selas califais, e o toureiro a cavalo seja o que restou da monta à gineta.

4 – A par da selaria, como depositária de métodos e maneiras antigas, está a manufactura popular de safões das planícies do sul – o ornamento calado do couro apresenta outras variantes, invocando a antiquíssima Árvore da Vida (fig. 3), com estilizações florais e geometria arcaica de sociedades pastoris, também aplicada em sacos de ombro (PEREIRA, 2012: 198/imagem 4D).

Artífices rurais, afastados dos centros urbanos e de menor peso social e económico, mantiveram até recentemente padrões antigos, não só no couro, mas em artefactos utilitários de barro, chifre esculpido e madeira.

Sem ornamento, há que referir o odre, usado para conter vinho, mosto, azeite ou mel. Leve e inquebrável, tal reservatório era fabricado a partir de uma pele inteira de cabra, separada sem abrir pela barriga; tal odre (com o pelo aparado para dentro e recoberto de pez, tal como os contentores cerâmicos para azeite, as talhas) podia levar cerca de 75 litros de líquido, dando lugar a uma medida (odrada). O odre mais pequeno, semelhante a uma pêra, leva entre 1 a 3 litros, e chama-se borracha (do árabe «burraya»); e daí o termo «borracheira», e «borrachão» para aquele que abusa do vinho contido na borracha. Foi a maleabilidade da pequena borracha que deu o nome à resina e árvore encontradas no Brasil de 1500.

Voltando ao «Livro dos Regimentos», o exame para odreiro incluía o corte de «hu odre em borrachas e as coSeraa debruadas e sem debrus e Serão bem cosidas»; esclarece o documento que o odre era revestido interiormente com pez, evitando que o líquido fosse absorvido pelo couro: «E aSsi deitaraa hu rodolo em hu odre e lhe verão pegar duas peles, e verão a tempera do pez se vay qual deue para a obra ficar bem feita» (CORREIA, 1926: 102).

5 – Relativamente aos couros da época islâmica, pouquíssimo sobreviveu; resumem-se a duas aljavas (PEREIRA, 2002: 237-238), com a técnica do calado – que vimos continuada na arte pastoril do sul ibérico – e duas adargas nazarís (PÉREZ HIGUERA, 1994: 124; ANDALUS, 1992: 296; PEREIRA, 2010: 171). De referir ainda os apetrechos do último sultão granadino – botas, sapatos, espada e bainha bordada, adaga em bainha incisa, carteira e cinto, pequena bolsa de ombro (ANDALUS, op. cit.: 288, 291, 293; PEREIRA: 2008: 208), onde a decoração é sobretudo realizada pelo bordado com fio de prata; existe ainda uma cadeira dobradiça em X no Palácio do Alhambra (PEREIRA, 2000: 245; 2000 A: 11), de couros muito secos; a sua estética, lavrada no couro bovino do encosto e assento, retoma as linhas básicas vistas noutras manifes-



Figura 3 – Safões de 1916. Aroche/Aracena, Espanha.

tações, como a cerâmica ou têxtil: escudo da dinastia nazarí, laçaria exterior, e animais estilizados. O mesmo museu possui um chapim em guadameci, pintado com um animal olhando sobre o ombro, entre folhagem estilizada, e moldura de encordoado (MATILDA ANDERSON, 1969: 17-41. PEREIRA, 2000 A: 22; 2008: 209).

O Museu de l'Art de la Pell (Vic, Espanha) expõe um guadameci árabe do século XIV (ART, 1992: 73/imagem 47), e uma sanefa na mesma técnica e datação (idem.: 73/imagem 48), sem especificar se é andalusí; encontra-se ainda uma cortina em motivo de hexágonos (século XIV) (idem: 72/imagem 46), uma caixa octogonal, com um motivo de entrançado com ferreteado típico das encadernações, com pontos dourados, e datada do século XIV (ARTE, 1998: 54), e uma cortina gofrada de padrão em pequenos trapézios, já do século XVI (ART, op. cit.: 80/imagem 78; ARTE, op. cit.: 79).

Outros dados podem ser retirados de encadernações muçulmanas (RICARD, 1934: 80; ANDALUS, op. cit.: 123 e 308), cristãs com elementos mudéjares (EXPOSICIÓN, 1934: 10, 23 e 35; PASSOLA, 1968: imagens 28, 30, 34 e 36; VESTITS, 2003: 27, 31, 58, 83, 85, 91, 93 e 99), e de raros guadamecis do século XVI (ARTE, op.

cit.: 27 e 78; GUADAMASSILS, 2001: 23 e 41; PEREIRA, 2008: 208), revelando permanência nas estéticas e a continuidade de usos e técnicas, agora nas mãos de artífices mudéjares, herdeiros de gestos e saberes.

Saliente-se, entre estes artefactos, uma aljava nazarí do séc. XV (fig. 4); o artífice elaborou uma peça de luxo, usando veludo vermelho como fundo de estilizações vegetalistas recortadas em couro verde; outras partes estão costuradas sobre couro esbranquiçado, talvez pergaminho; interiormente foi aplicado couro bovino. Esta face da aljava foi cosida a uma outra, mas apenas ao longo de uma linha; esta parte é em couro bovino, cosida a cordovão interior, tendo um tecido entre as peles.



**Figura 4 – Detalhe de aljava. Museu Arqueológico Nacional (Madrid).**

O ornamento floral tem paralelos com aquele visto em arquetas, baixos-relevos e iluminuras, datadas do período califal até ao granadino. Tecnicamente, o recorte e substituição

do fundo denomina-se «calado», termo partilhado entre o couro pastoril e o têxtil de Trás-os-Montes.

6 – Uma linhagem estética mais antiga, enraizada nas recriações florais e simbologias do Califato do al-Andalus, manteve-se nas terras do Gharb, que se tornaram Portugal desde meados do séc. XIII; como arte de elite, foi adaptada aos estofos em couro bovino das mais antigas cadeiras portuguesas, do século XVI-XVII inicial, lavradas em maioria com goiva em V cortante, encontradas em Pontevedra, Viana do Castelo, Braga, Porto (fig. 5), Alpiarça (fig. 6), Torres Novas, Óbidos (fig. 7), Lisboa, Sintra e Vila Viçosa. Mostram como no Gharb al-Andalus ficaram estéticas, em diferentes linhagens/«escolas» de arte com paralelos com o trabalho do marfim, cerâmica, estuque ou têxtil, que o Renascimento aos poucos apagou; os ecos andalusís no couro lavrado português eclipsam o mito dos «couros de Córdoba» e acrescentam importância ao ocidente peninsular. Um inventário de estéticas permite elencar uma série de elementos: acanto, palmeta, triângulo escalonado, felino em círculo perlado, florais em estrutura de S, ondas, arco contracurvado, minuciosa decoração floral com pássaros, quadrado com círculo nos cantos, flor quadripétala sobre quadrado, 8 duplo/Nó do Infinito, pinha, encordoado de dois cabos. Foram partilhados com outras manufacturas, e permitem visionar o que era a arte do couro na época medieval, pois as aljavas, selas, contentores e calçado deviam ter desenhos que, mais do que ornamento, eram marcas de pertença a um corpus de crenças e cultura.



**Figura 5 – Espaldar de cadeira de finais do séc. XVI/inícios do séc. XVII. Casa-Museu Guerra Junqueiro.**

**Figura 6 – Assento de cadeira de inícios do séc. XVII. Casa-Museu dos Patudos.**



**Figura 7 – Detalhe de assento de cadeira de finais do séc. XVI/inícios do séc. XVII. Igreja de São Pedro, Óbidos.**

## BIBLIOGRAFÍA

AL-RASI, Isa Ibn Ahmad (1967), *Anales Palatinos del Califa de Córdoba al-Hakam II*, 360-361 H. – 971-975 J. C. Madrid: Sociedad Estudios y Publicaciones. ISBN M 3189-1967.

- (AL-) ANDALUS (1992), *Al-Andalus: las artes islámicas en España*. Madrid: Ediciones El Viso. ISBN M 5230-1992.
- (L') ART (1992), *(L') art en la pell: cordovans i guadamassils de la col.lecció Colomer Munmany*. Barcelona: Fundació la Caixa/Generalitat de Catalunya. ISBN B 32479-1992.
- (EL) ARTE (1998), *El arte en la piel – Colección A. Colomer Munmany*. Madrid: Fundación Central Hispano / Museu de l'Art de la Pell. ISBN M 36081-1998.
- (ELS) VESTITS (2003), «(Els) vestits del saber: enquadernacions mudèjars a la Universitat de València». València: Universitat de València. ISBN 84-370-5545-8.
- COELHO, A. Borges (1989), *Portugal na Espanha Árabe*, v. I. Lisboa: Ed. Caminho. ISBN 972-21-0410-1.
- CORREIA, Virgílio (1926), *Livro dos Regimentos da mui nobre e sempre leal cidade de Lisboa (1572)*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- EXPOSICIÓN (1934), *Exposición de encuadernaciones españolas, siglos XIII al XIX*. Madrid: Sociedad Española de Amigos del Arte.
- GUADAMASSILS (2001), *Guadamassils antics a Catalunya/Guadamecíes antiguos en Cataluña/ Ancient Gilt Leather in Catalonia*. Vic: Museu de l'Art de la Pell/Ayuntamiento de Vic. ISBN B 34052-2001.
- MATILDA ANDERSON, Ruth (1969), «El chapin y otros zapatos de la Alhambra», 5, pp. 17-41. Granada: *Cuadernos de la Alhambra*.
- PASSOLA, José M. (1968), Artesania de la piel. Encuadernaciones en Vich, siglos XII-XV. Vic: Colomer Munmany.
- PEREIRA, Franklin (2000), *As cadeiras em couro lavrado e os guadamecis do Museu de Pontevedra*. Pontevedra: Museu de Pontevedra.
- (2000a), «Leather decoration tools of the Iberian tradition, since the 13th century». *Tools and Trades*, 12, pp. 1-25. Bath: Tools and Trades History Society.
- (2002), «Cueros artísticos en el Museo Arqueológico Nacional». *Boletín del Museo Arqueológico Nacional*, 20, pp. 215-241. Madrid: Ministerio de Cultura.
- (2008), «Identidade e memória nas artes do couro de linhagem ibero-muçulmana». In *Actas do I Seminário Internacional de Memória e Cultura Visual/ Póvoa do Varzim, 2007*, pp. 195-220. Póvoa do Varzim: AGIR/Associação para o Desenvolvimento Sócio-cultural.
- (2009), *Ofícios do couro na Lisboa medieval*. Lisboa: Editora Prefácio. ISBN 978-989-652-016-8.
- (2010), «Equus cursare – uma viagem a partir do Festival Anual do Cavalo na Golegã». *Nova Augusta*, 22, pp. 157-182. Torres Novas: Câmara Municipal de Torres Novas. ISSN 1646-5121.
- (2012), «Estéticas em trânsito: a partilha do ornamento da cerâmica do Gharb al-Andalus com outros artefactos». *Arqueologia Medieval*, 12, pp. 193-202. Mértola: Campo Arqueológico. ISSN 0872-2250.
- (2012a), «Uma leitura do painel “Santiago aos Mouros” do Museu de Arte Sacra de Mértola – a equitação medieval e os artefactos da guerra a cavalo». *Arqueologia Medieval*, 12, pp. 279-292. Mértola: Campo Arqueológico. ISSN 0872-2250.
- (2012b), «A grande viagem da flor quadripétala: um estudo a partir da fíbula da escultura “Nossa Senhora do Ó” do Museu Municipal Carlos Reis/Torres Novas». *Nova Augusta*, 24, pp. 183-196. Torres Novas: Câmara Municipal de Torres Novas. ISSN 1646-5121.
- PÉREZ HIGUERA, Teresa (1994), *Objetos y imágenes de al-Andalus*. Madrid: Editorial Lundberg. ISBN 84-7732-926-7.
- RICARD, Prosper (1934), «Sur un type de reliure des temps almohades». *Ars Islamica*, I, pp. 74-79. Michigan: University of Michigan. ISSN 1939-6406.



# TUMBAS DE SANTONES Y ORATORIOS MUSULMANES DE AL-ANDALUS (TXT)

JUAN ZOZAYA\* †

## SUMARIO

La presente nota llama la atención sobre la existencia de centros menores de peregrinación musulmanes en la Península Ibérica que no han sido mezquitas. Se excluyen los ribat de Guardamar del Segura y de Aljezur, sobradamente conocidos y con abundante literatura, señalando en cambio las tumbas de santones musulmanes reconvertidas en ermitas cristianas, los ribat menores dentro de un recinto, los santuarios en gruta y las musallas. Su amplia distribución hace sospechar de una mayor cantidad de estos centros religiosos.

**Palabras clave:** Ribat; Gurfa; tumbas; ermitas; musallas; Península Ibérica; al-Andalus; Islam.

## SUMMARY

The present note is conceived to bring attention regarding the existence, in the Iberian Peninsula, of minor Muslim pilgrimage centres which have not been, previously, mosques. The ribats at Guardamar del Segura and Aljezur are excluded, as they are well known and have abundant literature. Instead small ribats inside fenced constructions, tombs of Muslim holy men converted into Christian hermitages, cave sanctuaries or

musallas have not been described properly in the literature. The ample geographical distribution of these here described lead to the suspicion of a large quantity of these religious centres.

**Key Words:** Ribat; Gourfa; tomb; hermitage; musalla; Iberian Peninsula; al-Andalus; Islam.

La arqueología medieval española sigue cautiva de los restos de las ideologías nacionalistas de la primera mitad del siglo XX, exaltando los grandes monumentos y olvidando elementos menores que, sin embargo, dan claves acerca de la vida en al-Andalus. Excepto por el planteamiento innovador, en su momento, hoy parcialmente puesto en día, de las ideas de Barceló sobre el campesinado y su relación con los sistemas de riego (Barceló, 1986) y sus sistemas de propiedad y explotación, pocas innovaciones más se han hecho, salvo por la obra, hoy en revisión de Guichard (1976) sobre la composición etnológica de los beréberes que vinieron a la Península.

\* Investigador independiente. Conservador de Museos del Estado, jubilado.  
juan.zozaya.sh@gmail.com

Si bien se han hecho avances notables sobre elementos como el mundo de la metalistería y el de la cerámica, poco más se puede decir. La Mezquita de Córdoba, Córdoba como tal, Madina Azahra y la Alhambra, con algún excursus a la Aljafería zaragozana, siendo imanes inalterables en nuestra especialidad. Con ello no critico los estudios que sobre estos centros se hacen. Pero tienen todo, prácticamente, monopolizado en tanto que centro de atención. Por ello se eclipsan elementos como el estudio del paisaje, los topónimos de transición que señalan datos de la conquista, la distribución del territorio, las distancias hábiles de un lugar a otro, qué son las Marcas y cómo funcionan, o las romerías y peregrinaciones menores y los espacios que las acogen, que, por cierto, en muchos casos, son origen de las actuales romerías católicas en tumbas musulmanas reutilizadas por los cristianos tras la conquista.

Si es cierto que hay una cierta fijación sobre los grandes monumentos islámicos, también la hay con la gran peregrinación anual a la Meca, el Hayy, hay otras casi igualmente importantes como la `Ujra, que se puede hacer en cualquier parte del año. Pero hay peregrinaciones menores. Quizás la más famosa es la que coincide con la conmemoración de la muerte de Husayn. Es una peregrinación shi'i que se hace a Najaf/Kerbala (Iraq), lugar en que está enterrado el mártir, especialmente durante la *ashura* o conmemoración de la muerte de Husayn. Pero igualmente hay otras peregrinaciones menores, podríamos decir que casi locales, que suelen estar en relación con el culto a los santones.

Fiqh Hanifa, segundo fiqh akbar, habla por primera vez de la impecabilidad de Mahoma, y se admite de que, además de los prodigios obrados por los profetas, también los santones pueden ser taumaturgos. Esto debe estar ocurriendo hacia el S. X/IV (Pareja, II, 615). Esto explica la cantidad de ermitas de tumbas de santones en al-Andalus, aunque sospecho que son de fecha anterior. Es curioso que diez siglos des-

pués, los salafistas, por boca del egipcio Muhammad Abduh, en su busca por limpiar el Islam dice que «hay que adoctrinar al vulgo sus supersticiones para poner fin a los excesos de credibilidad. Las visitas a tumbas, romerías, intercesiones, el valor atribuido a amuletos fabricados por charlatanes impostores son en detrimento para el puro monoteísmo lo mismo que los abusos de la *tariqa* que han convertido a la religión en espectáculo y deporte». (Pareja II, 623).

Los santones son normalmente conocidos por «Awliya», pero pueden tener varios sinónimos, de los cuales los más comunes son murabit, sayyid, sidi, y si, estos dos especialmente en el norte de África, donde dan lugar a varios topónimos, al igual que mulay (Hartling, V, XIV, 639-657). Dada la conquista cristiana en al-Andalus, y la forzosa eliminación del nombre musulmán, desconocemos los nombres árabes a que pudieran corresponder. Se pueden seguir algunas pautas, sin embargo, que permite la filiación con el mundo islámico en advocaciones cristianas como San Juan, santo cristiano de devoción musulmana, o Santa Maria, derivado como ha demostrado Rosselló, de San `at al-Maria o cuesta del otero, de manera que advocaciones como Santa María del Castillo, por ejemplo, pueden resultar en una redundancia bi-religiosa (MUT & ROSSELLÓ, 1993).

Junto con estos fenómenos religiosos no hay que olvidar la presencia de ciudades santas. Siempre pensamos en Jerusalén y Roma, pero en el Islam se puede decir que son muy cuantiosas. No sabemos con exactitud en al-Andalus cuáles fueron las ciudades santas, pero obviamente Córdoba debió ser una, lo cual explicaría la gran cantidad de cerámica polícroma que hay ahí, que rompe las barreras estadísticas de su presencia en otras localidades. Eso parece indicar que la cerámica polícroma es una cerámica de «santuario» y a relacionar con lugares de peregrinación, como parece ocurrir en relación con los candiles de piqueta, que aparecen en profusión en algunos santuarios, pero no en poblaciones.

Aquí se recogen los ejemplares que he podido identificar, de distinto tipo (tumbas, rubut, gorfes y musallas) y y cuya publicación espero que sirva de acicate para incrementar el inventario, pues, obviamente, lo presentado es escaso.

En 1948, Torres Balbás publicaba (1948a y b) sus pioneros trabajos sobre rábitas y musallas en al-Andalus. En él ya mostraba su preocupación sobre los lugares menores de ascetismo, oración y peregrinación, pero el estado de la investigación en ese momento (influida por una guerra civil) no era el ambiente más propicio para que un perseguido político hiciera estudios sobre otra religión. La relativamente reciente eclosión de la arqueología medieval en España hace que muchos registros estén incorrecta, poco o nulamente explorados. Todavía se siente la influencia ideológica de épocas pretéritas no muy lejanas en las que primaba el valor del monumento único, cuanto más grande mejor, especialmente para hacer válidas las «obras de moros», como la mezquita de Córdoba o la Alhambra granadina. Esta fijación por el monumento único ha hecho que se produzca una deformación importante y haya una tendencia a tratar de identificar lo que se encuentra con algo que «suene» a grande, de manera que, muchas veces sin fundamento alguno, se tienda a que todo sea Hışn, Qal'a, Madina o casi la propia mezquita de Córdoba. Una serie de hallazgos, menos espectaculares





**Figura 1 – a) Vista de una de las mezquitas de Guardamar del Segura, en 1987. Se observa el nicho del mihrab en el muro de la qibla, y la construcción parcial en espiguilla; b) Vista de mezquitas en el ribat de Arrifana (Aljezur, Portugal) (Foto K. Taylhardat).**

desde el punto de vista monumental, pero no menos importantes desde el punto de vista religiosos, histórico y sociológico, han ayudado a que esta imagen genere nuevos campos de búsqueda, no siempre exitosas. Los hallazgos de Azuar en el Ribat de Guardamar (AZUAR, 1989; 2004) (Fig. 1a), los posteriores de Rosa y Mario Varela en Arrifana (Portugal) (GOMES & GOMES, 2006; 2011; 2015) (Fig. 1b) han contribuido a que se mire también a otro lado, a otras posibilidades, en lo que al mundo religioso se refiere. Pero el hallazgo del resto notable sigue siendo un punto referente, y, si se me permite, deformante, de manera que el pequeño ribāt, buen paralelo a Guardamar, en el Castillo de El Molón (LORRIO & SÁNCHEZ, 2007) ha sido ignorado desde este punto de vista. Los santuarios en fortificaciones son normales, bajo diferentes aspectos, como puede ser una «mušalla». También se ha ignorado la presencia de santuarios o «rubuṭ» en cuevas y en espacios de montaña, obsesionado como se ha estado con la idea de que el ribāt era una fortaleza costera con una especie de prestación militar obligatoria por el fiel (FRANCO, 2010), en vez de pensar en la de ḡihād como lucha contra el demonio y el mal, siendo una afirmación del lazo (ribāt) con Dios mediante ejercicios ascéticos. La ḡihād es una lucha espiritual, lo cual explica que pueda haber rubuṭ tierra dentro y en montañas, lejos de zona de combate, con tal de que el espacio geográfico inspire la idea de la inmensidad divina. Un buen ejemplo es el conjunto de cuevas, muy posiblemente, que se encuentra en las proximidades de Priego de Córdoba (Mapa 1, 11), hecho que cité hace pocos años (ZOZAYA, 2010). Una revisión posterior por otro autor parece ahondar en el tema con éxito (CARMONA, 2012). Ello nos lleva a pensar que la Camareta, en Murcia (Mapa 1, 9), es otro pequeño espacio apto para hacer el ribāt, y sugiere que posiblemente, las cuevas de Belchite (Mapa 1, 4) o de los Casares (Mapa 1, 5) sean otras (BARANDIARÁN, 1973; 1975).

Parte del problema puede ser el escaso o nulo conocimiento del árabe y del Islam de quienes hacen arqueología de esa época, fenómeno a corregir, pues nadie piensa que se puede hacer mucha arqueología clásica sin conocimiento del griego o del latín.

Un libro tan básico en España como la *Islamología* del P. Pareja (PAREJA & Alii, 1952-54) es prácticamente ignorado, y nunca se ve citado.

Dentro de este mundo religioso, como en todas las religiones, existen diversos niveles de actuación devota, desde los más oficialistas y únicos (p.e. sólo hay un papa, sólo hay un Vaticano, una Meca, un objeto sagrado shintoísta en poder de la familia real japonesa, &c) que dan símbolo unitario a cada religión a los más populares, aún hoy en día representados, entre los católicos en España, mediante las romerías, traslados de Vírgenes, &c que sirven de sistema de enlace entre las pompas de la cúpula con la fe de quienes forman las bases populares de la religión. Entre los católicos tiene, pues, especialmente en el mundo rural, gran importancia la romería y su ermita, centro polarizador de las creencias religiosas populares de la región o comarca.

Este fenómeno no es ajeno al Islam, pues no todo el pueblo puede hacer el ḡaḡy o la `Ujra, al carecer de los medios económicos necesarios. El Islam reconoce el valor de los hombres santos y de su ejemplaridad aún después de muertos. También en el mundo islámico hay peregrinaciones y romerías a santuarios de difuntos, en torno a los cuales se puede construir un pequeño

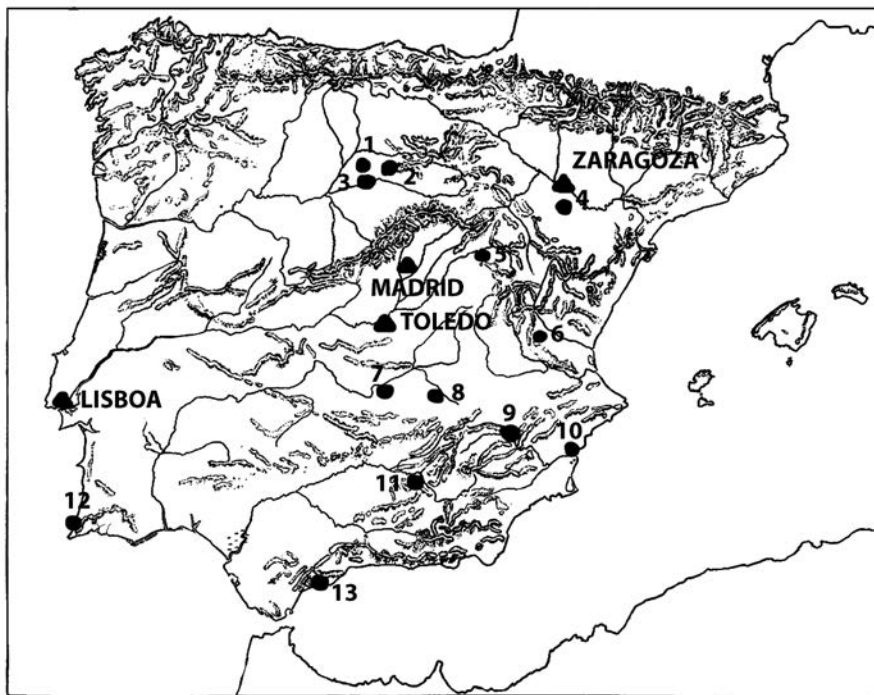
santuario o «marabut» (mirbata = lazo), que focalizará las modestas peregrinaciones anuales de los campesinos y la población local.

Estos santuarios, especialmente los más rurales, tienen, por una parte, un sistema de accesos y salidas de manera que los peregrinos no se entorpezcan en la circulación dentro del recinto funerario, y algunos tienen incluso un pozo en el interior, como el de Sidi Boumediane en la cercanía de Tremecén (Argelia). Curiosamente éste, que tiene las tumbas del santón y de su hijo en la misma sala, tiene suspendidos del techo, sobre cada tumba, una cáscara completa y entera de huevo de avestruz. Otro buen ejemplo, mucho más monumental, pero también lugar de peregrinación, con disposición similar es la tumba de Mawlanna, fundador de la orden de los derviches, en Konia, Turquía.

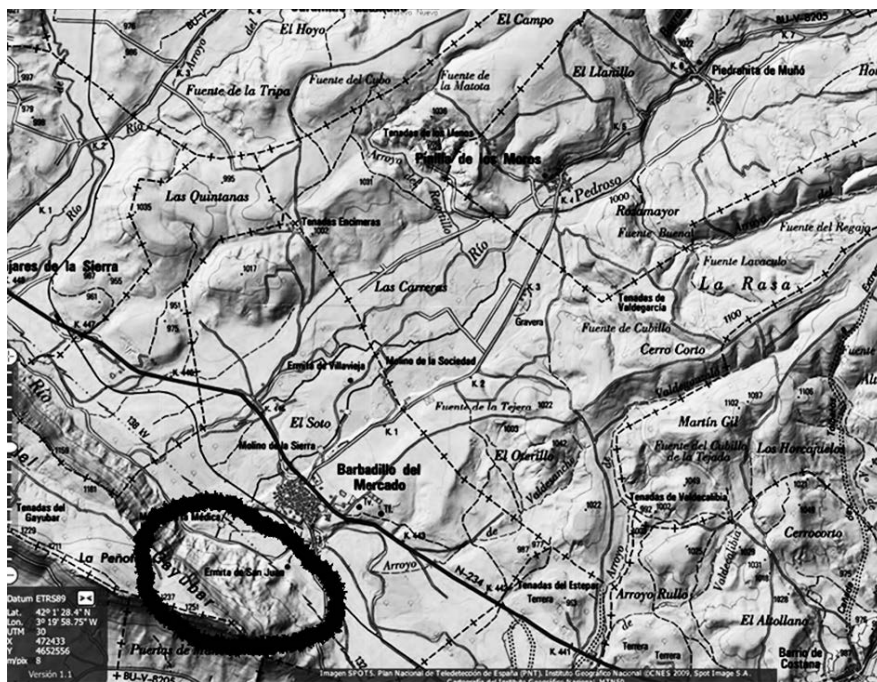
En España hay, con seguridad, bastantes ermitas que obedecen a esta categoría de tumbas de santones transformadas, tras la llegada de los cristianos, en ermitas cristianas. Cito varios casos con la idea de que ello estimule la búsqueda de las mismas (Mapa 1). No hay que pensar exclusivamente al Sur del Sistema Central, pues traigo dos casos que están al norte: uno en Burgos, el otro en Soria.

La primera es la ermita de San Juan, en Barbadillo del Mercado (Mapa 1, 1; Mapa 2; Figs. 1a, b, c y d), zona fuertemente islamizada y parte de la geografía en la que transcurre el Poema de los Infantes de Lara. De hecho, el gentilicio de sus habitantes es «Lambreños» o descendientes de Doña Lambra («La Pelirroja»), uno de los personajes femeninos del poema, en principio musulmana y posiblemente malamente cristianizada (ZOZAYA, 2010).

Es un edificio más bien pequeño (Figs. 2a; b; c y d), de planta cuadrangular, aproximadamente de 11 ms x 5ms, cuya característica principal es que tiene dos puertas con sendos arcos de herradura, uno en cada uno de los lienzos mayores. Los arcos no se encuentran enfrentados, sino



Mapa 1 – Lugares en que hay santuarios musulmanes en la Península, ordenados de Norte a Sur. ▲ = Ciudades modernas de referencia. • = Lugares con santuarios musulmanes citados en texto: 1) Barbadillo del Mercado (Burgos) 2) Fuentearmegil (Soria) 3) Gormaz (Soria) 4) Belchite (Zaragoza) 5) Los Casares (Guadalajara) 6) Camporrobles (Valencia) 7) Calatrava la Vieja (Carrión de Calatrava, Ciudad Real) 8) Torre de Juan Abad (Ciudad Real) 9) Agramón (Albacete) 10) Guardamar del Segura (Alicante) 11) Priego de Córdoba 12) Aljezur (Portugal) 13) Fuengirola (Málaga).

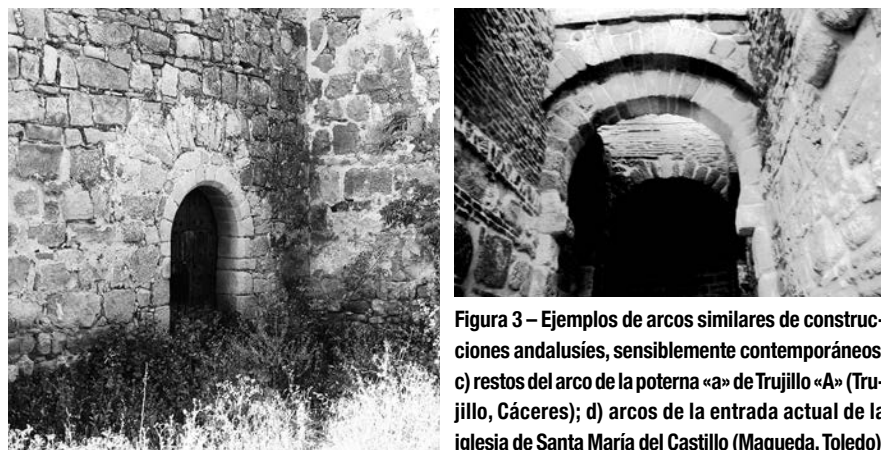


**Mapa 2 – Situación de la ermita de San Juan Bautista respecto a Barbadillo del Mercado (Burgos), señalada por trazo grueso. Extraído de mapa Iberpix, IGN, España.**

descentrados en sus ejes el uno respecto al otro. En ambos casos el dovelaje es irregular, como el de la puerta «A» de Ágreda (Fig. 3a), de la poterna «a» de Gormaz (Fig. 3b), la de la poterna de Trujillo «A» (Fig. 3c) o la de Santa María del Castillo (Maqueda, Toledo) (Fig. 3d) y con parecida irregularidad en la rosca, lo cual nos lleva a una fecha alta, posiblemente en torno a mediados o finales del siglo VIII (ZOZAYA, 2005), lo cual va bien con la islamización de la zona. La orientación del edificio parece coincidir con la canónica de la mezquita de Córdoba, lo cual nos lleva a mediados del siglo VIII o poco después.

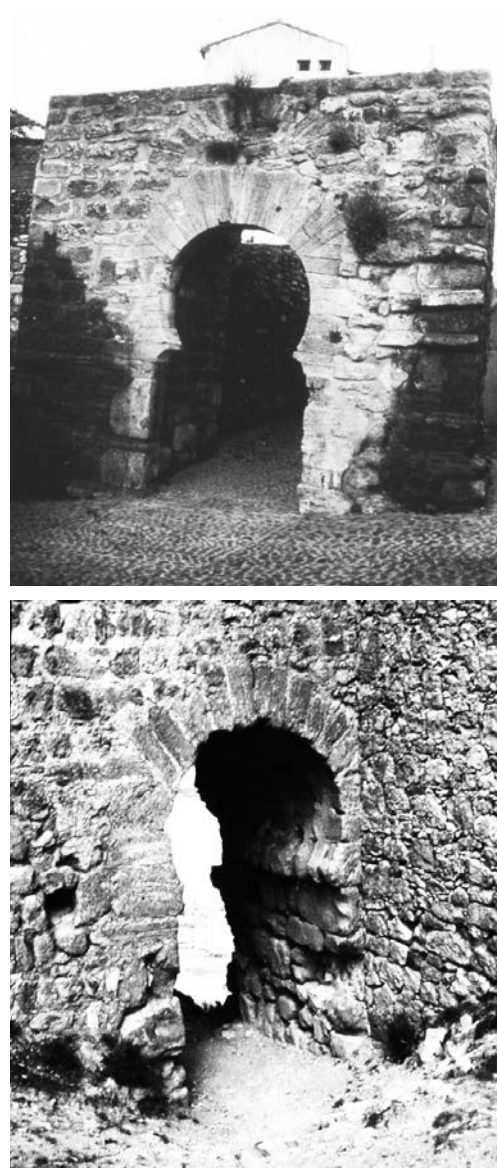


**Figura 2 – a) La ermita de S. Juan, en el campo, fuera de Barbadillo del Mercado (Burgos); b) Fachada W.; c) Arco de la puerta del lado N; d) Arco enterrado hasta la línea de impostas. Obsérvense las dovelas.**



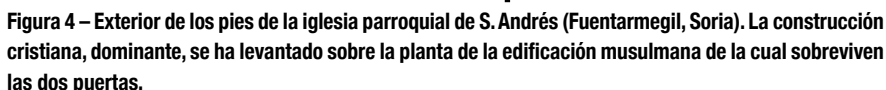
**Figura 3 – Ejemplos de arcos similares de construcciones andalusíes, sensiblemente contemporáneos: c) restos del arco de la poterna «a» de Trujillo «A» (Trujillo, Cáceres); d) arcos de la entrada actual de la iglesia de Santa María del Castillo (Maqueda, Toledo).**

Caballero (1994; 2001 y CABALLERO & UTRERO, 2006) ha estudiado Barbadillo en el contexto de otros monumentos de la región, y consideran, a partir del último estudio citado, como apta para este edificio la fecha en torno al 900 d.C., fecha obtenida mediante otro sistema que el mío, pero que es, esencialmente, coincidente.

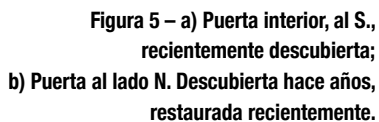


**Figura 3 – Ejemplos de arcos similares de construcciones andalusíes, sensiblemente contemporáneos: a) arco «A» de Ágreda (Soria); b) arco de la poterna «a» del hñn de Gormaz (Soria).**

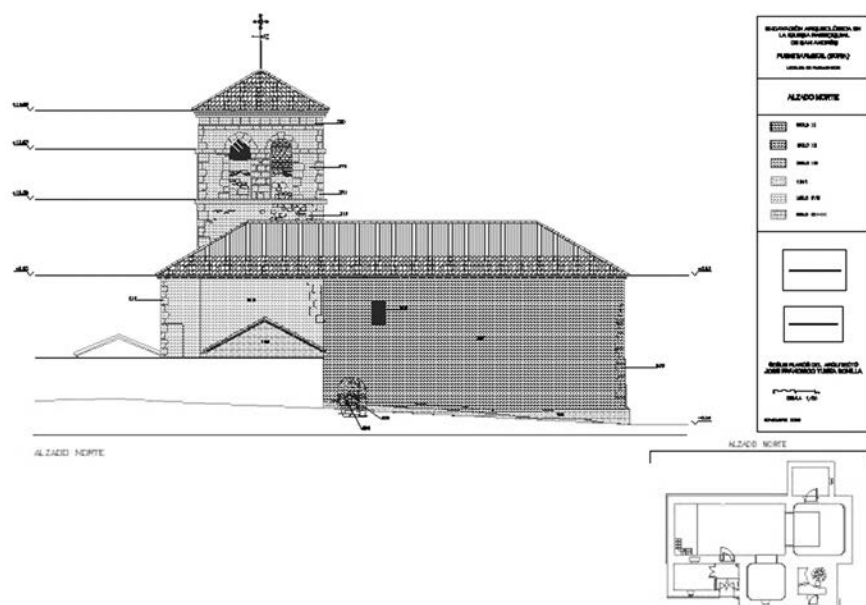
Nuevamente nos encontramos con una edificación rectangular y con la disposición de dos arcos de herradura en paredes opuestas (Plano 1), y no alineados en el mismo eje, al igual que ocurre en San Juan de Barbadillo. El arco sur ya fue descrito por Gaya Nuño (1935), aunque su unicidad de entonces impidió una interpretación del mismo. Es decir: hay un mismo problema que tiene ya codificada su solución, y que, además, ocurre a una distancia no muy lejana de un lugar respecto al otro. No parece haber mucha diferencia cronológica, tampoco, con los arcos de Barbadillo del Mercado, pues los arcos de Fuentarmegil (Fig. 5, a y b; Planos 3 & 5) también son de herradura plena, algo enjarjados, con rosca irregular en el dovelaje y dovelas de ancho variable.



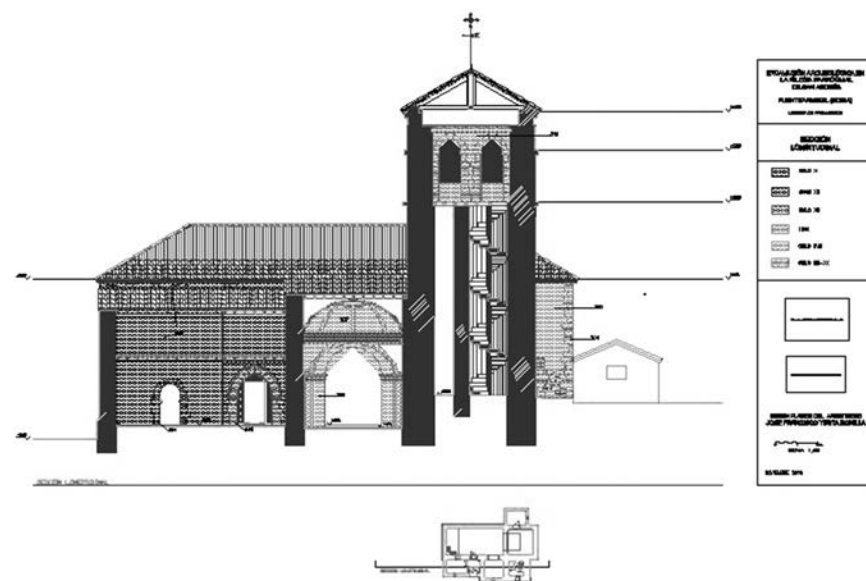
**Plano 1 – Espacio primario de los pies de la iglesia de Fuentearmegil. Las flechas indican el sistema de circulación correspondiente a los dos arcos de media herradura.**





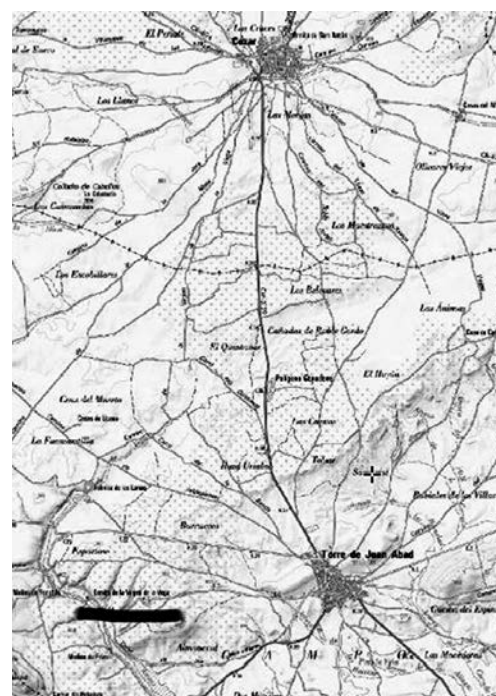


Plano 2 – Fuentarmegil Alzado N, Obsérvese, hacia el centro, los restos del arco S. Fuente: Informe de 1: 20 S.L.



Plano 3 – Fuentarmegil. Alzado del lado S, en el interior del porche. El arco de herradura aquí descrito es el del extremo izquierdo de la imagen. Fuente: Informe de 1: 20 S.L.

A bastantes kilómetros al Sur se encuentra la ermita de la Virgen de la Vega (Torre de Juan Abad, Ciudad Real) (Mapa 1, 8; Mapa 4, Fig. 6a). Es un edificio de construcción barroca, con diversos ejes en cada tramo de la misma. En el crucero se sitúa, exento, el altar mayor, orientado canónicamente como una tumba musulmana post-‘ Abd al-Rahmān I. Según nos informó gente del pueblo, en una reforma que se hizo, se levantó el altar y el piso sobre el que apoyaba, y debajo apareció una tumba; es decir:



Mapa 4 – Situación de la Ermita de la Virgen de la Vega (Subrayado) (Torre de Juan Abad, Ciudad Real). Extraído de mapa Iberpix, IGN, España.

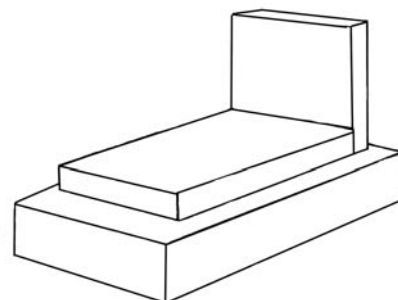


Figura 6 – a) Ermita de la Virgen de la Vega (Torre de Juan Abad, Ciudad Real); b) Imagen teórica del túmulo que alojara la inscripción de la ermita de la Virgen de la Vega (Torre de Juan Abad, Ciudad Real). La inscripción actualmente conocida sería la losa horizontal.

la tumba tendría la misma orientación del altar, que actuaría como «fósil» cronológico. Al ver que el muerto no estaba enterrado como un cristiano ortodoxo, vaciaron la tumba y tiraron los huesos.

En ese momento de obras se retiró una inscripción árabe que estaba en una escalinata exterior (Fig 7a), en donde había sido situada con el letrero hacia arriba, para que fuera pisada. Alguien se dio cuenta de que debía de salvarse e hizo que se colocara la pieza en una pared, en la proximidad del *nartex* (fig. 7b), en donde ahora está preservada de la inclemencia del clima manchego, extremado él. No doy aquí más datos sobre la inscripción y su contenido, ya que está siendo objeto de estudio por la epigrafista María Antonia Martínez Núñez, de la Universidad de Málaga, pero sí diré que la inscripción no sólo ocupa la que podemos considerar como la cara superior de la lastra, sino que hay otros letreros menores, de un renglón, en tres de los lados, quedando mal labrado y sin ellos una de las caras



**Figura 7b –** Espacio en el cual ha sido colocada la inscripción, dentro de la ermita (a izquierda, debajo de una lámpara).

menores. Ello da la clave para el uso del edificio, pues quiere decir que se leen libres tres lados, y que la cara libre de letras muy posiblemente servía para apoyar en ella una lápida enhiesta. Más aún: el letrero de la cara mayor ofrece inscripción escrita en contraposición, lo cual quiere decir que está concebida para que se pueda ver en dos sentidos, girando en torno a ella. Daría, por lo tanto, un túmulo central en torno al cual se moverían los fieles. (Fig. 6b).

Así, pues, tenemos un conjunto de lugares de peregrinación que parece corresponder a las mismas reglas, y que debieron de tener gran importancia a nivel local. Dentro del espacio manchego tenemos otras construcciones que debieron tener una disposición de tráfico similar. Me refiero a las actuales ermitas de los Mártires y la Virgen de la Encarnación, en Calatrava la Vieja (HERVÁS & RETUERCE, 2000) (Mapa 1, 7) (Figs. 8-11). Esta se divide en dos grandes masas, de las cuales la mayor corresponde a una primera tumba (Fig. 8, «b»), seguramente de un santón, construida en época omeya, en el momento de la constitución de la qal'a, lo que nos lleva al siglo VIII, correspondiéndose bien con el aparejo y reconstruida varias veces después. Estudiando los paramentos del lado N (Figs. 9 y 10a), los únicos que no están enmascarados, se observan múltiples destrucciones y reconstrucciones de las cuales la actualmente en pie debe ser mayormente obra de época almohade. Su volumetría y lugar de construcción llevan a pensar que debe ser una de las primeras Zawiyas de la Península. También en ella se observa una entrada desde el lado Sur y una salida, desalineada al lado N (Fig. 10 b). Esta se encuentra condenada al subir el nivel del suelo por diversos motivos (fundamentalmente inundaciones pre-S. XVII), pero debió de ser usada en el momento de primera conversión de la tumba en ermita cristiana, pues sobre ella, en la clave, se puso la cruz de Calatrava más antigua que existe. Actualmente, la parte inferior de la puerta está enterrada hasta la línea de impostas.



**Figura 7a –** Inscripción árabe encontrada en la ermita de la Virgen de la vega (Torre de Don Juan, Ciudad Real).

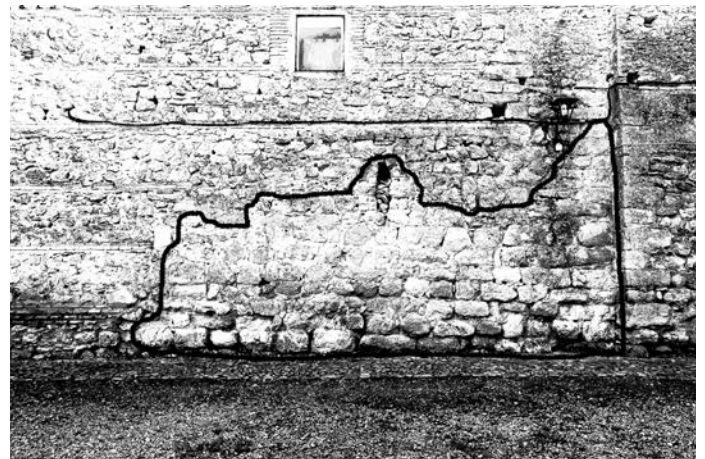


**Figura 8 – A. Ermita de la Encarnación, fachada S., nivel de cubiertas; B. Ermita de los Mártires, fachada Sur) Qal’at Rabah (Carrión de Calatrava, Ciudad Real).**



**Figura 9 – Fachada Norte de la Ermita de la >Encarnación (Qal’at Rabah) Carrión de Calatrava, Ciudad Real.**

En relación con ella, y obviamente formando parte de un santuario musulmán, es la vecina (menos de 100 ms de distancia) Ermita de los Mártires (Fig. 8 «A»; 11a, b y c), realmente un pequeño cubículo, con una sola puerta abierta actual al acceso, y que ha sufrido múltiples transformaciones. Parece que hay una puerta macizada a occidente (Fig. 11c), medianera con otra habitación, más moderna (¿?) de la ermita. Su uso como osario, parece, sin embargo, hablar de una tradición sepulcral previa. Su aparejo parece estar relacionado con el más antiguo de la actual ermita de la Encarnación, tanto al exterior como al interior.



**Figura 10 – a) Se señala el aparejo arcaico, posiblemente fundacional; b) La puerta N de la Ermita de la Encarnación (Calatrava la Vieja, Ciudad Real) (Foto cortesía de M. Retuerce).**

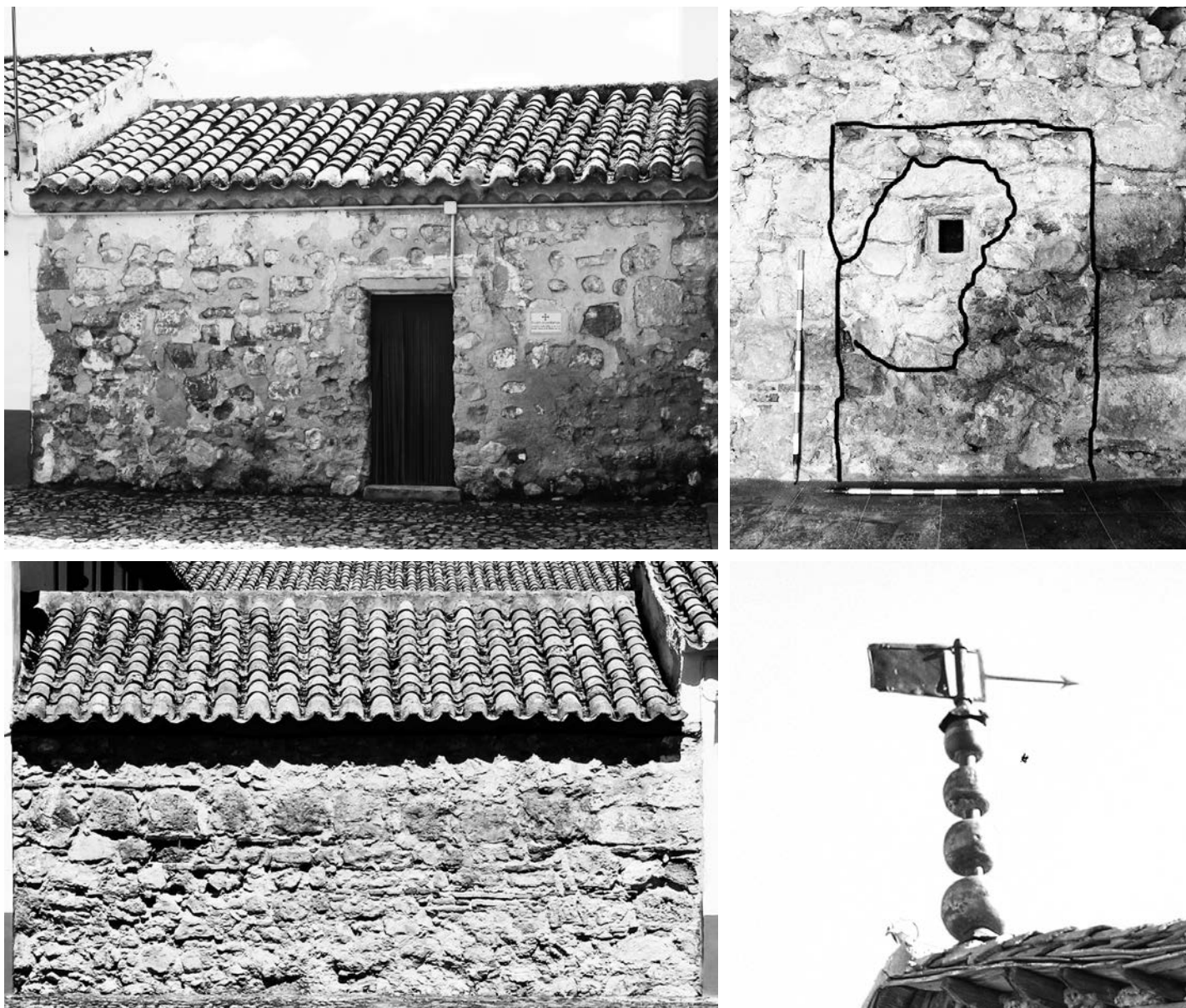


Figura 11 – a) Ermita de los Mártires, en Qal' at Rabāḥ (Carrión de Calatrava, Ciudad Real), fachada N; b) Interior de la ermita de Los Mártires; c) Ermita de los Mártires, fachada S. mostrando la puerta tapiada al W; d) ŷamūr, probablemente procedente de Qal'at Ribāḥ, hoy en la cubierta, en el transepto, de la iglesia de Madre de Dios (Almagro, Ciudad Real).

De la importancia religiosa de Qal' at Rabāḥ da idea la presencia en Almagro, en el transepto de la iglesia de Madre de Dios, de un ŷamūr de cuatro bolas (Fig. 11d), procedente, con seguridad, de este yacimiento, pues en las fuentes cristianas se cita la existencia de, al menos, dos mezquitas (Ripoll, comunicación verbal).

De otro carácter son los *rubuṭ*, en donde el lugar deja de tener un protagonista (que sepamos) con enterramiento presente. Posiblemente el autor de la obra pía fuera enterrado en el cementerio local, dejando su Ribāṭ como Ḥabus a la comunidad musulmana.

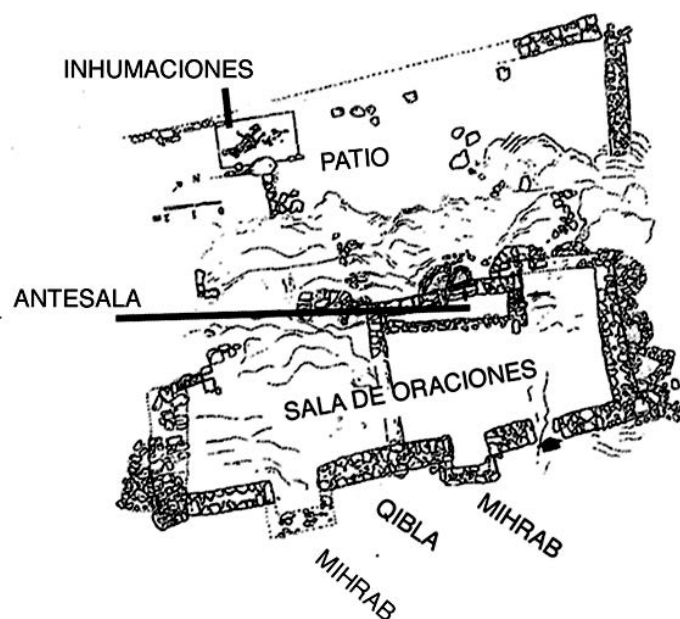
En la Península tenemos la constancia de dos grandes *rubuṭ*: el muy conocido de Guardamar del Segura (Alicante) (AZUAR, 1987; 2004) y el de Aljezur (Algarve, Portugal) (GOMES & GOMES, 2005; 2011; 2015), siendo el primero del siglo X y el segundo,



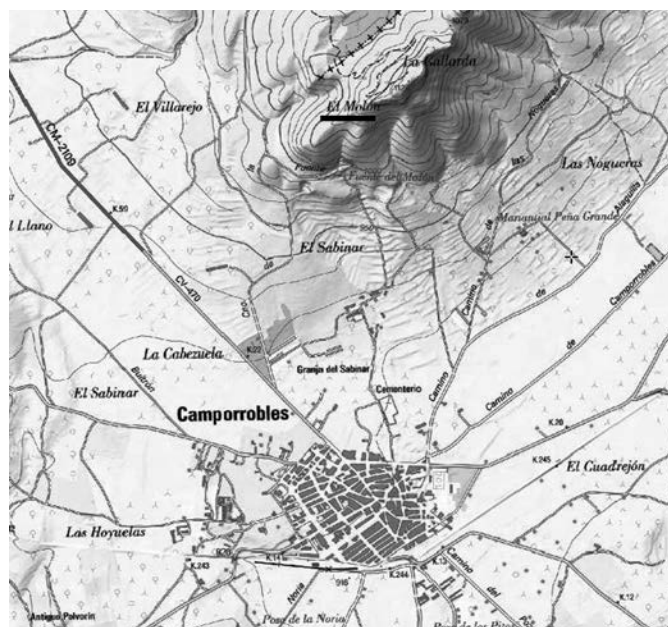
Para ello debe retirarse a lugares aptos para la meditación en espacios que inciten a contemplar la inmensidad divina, sea cerca del mar, como en los casos vistos, o en la montaña, como los que veremos. El primer caso que citaremos es el de la denominada, por los autores del trabajo, «mezquita» del castillo del Molón (LORRIO & SÁNCHEZ, 2007) (Mapa 1, 6; Mapa 5; Plano 4), y en la cual se aprecia que la tipología se corresponde con la de los ejemplares de Guardamar y de la Arrifana de Aljezur (Cf. fotos 1, a y b). El espacio está en el interior del castillo, lo cual no debe extrañar si tenemos en cuenta la presencia de una *musalla* en el interior de Gormaz.

El espacio militar no es, pues, incompatible con el religioso, sino que es complementario. En el caso de El Molón, hay que añadir su lugar sobre una mesa aproximadamente a dos kms al norte de Camporrobles. (Mapa 1, 10 y Mapa 5).

Podemos ir aún más lejos, y estimar que hay rubuꞑ rupestres. Un caso claro sería el del conjunto de cuevas de las cercanías de Priego de Córdoba, dado a conocer por CANO (2008), identificado por mí como espacio de retiro espiritual (ZOZAYA, 2010), espacio posteriormente re-evaluado y desarrollado por CARMONA (2014) quien ha visto una gran asociación del mismo tipo en una serie -abundante- de cuevas en el entorno de Priego de Córdoba. En ellas se ha recogido, de manera quizás un tanto aleatoria, un conjunto de cerámica interesante, a pesar de su variabilidad y que trae a colación si la cerámica policroma del período omeya, así como los candiles de piquera, habrán de ser asociados con santuarios y ciudades santas, focos de peregrinación (ZOZAYA, 2010).



**Plano 4 – Planta de la denominada mezquita por los publicistas del Castillo de El Molón. Reorientación por el autor, según la canónica post-’Abd al-Rahman I. Se han respetado los rótulos de LORRIO & SÁNCHEZ, 2007.**



**Mapa 5 – Situación de El Molón (subrayado) en relación con Camporrobles (Valencia). Extraído de mapa Iberpix, IGN, España.**

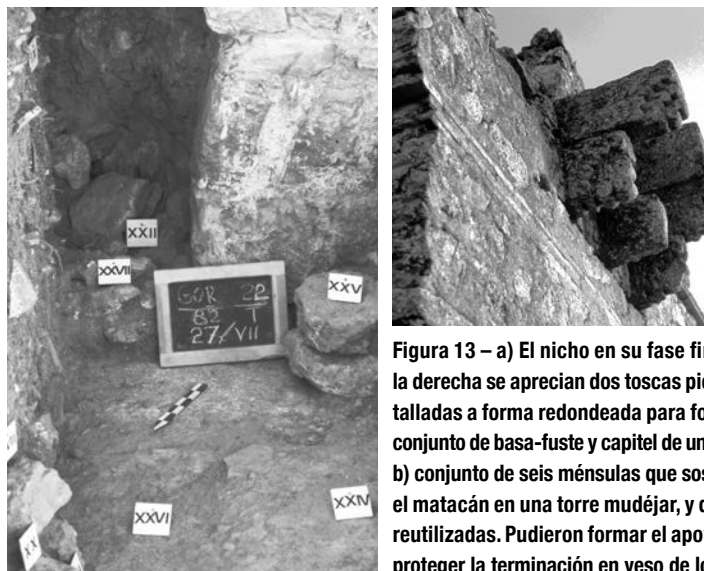
Si tomamos otro ejemplo, no explorado desde el punto de vista del Islam, debemos ahora volver la mirada hacia la llamada Cueva de la Camareta (Mapa 1, 9), en Agramón (Hellín, Albacete) (GONZÁLEZ & Alii, 1983), y que parece haber sido un santuario rupestre desde, al menos, tiempos proto-históricos, sin solución de continuidad hasta pasados momentos musulmanes. De estos se han documentado 42 *grafitti* (BEJARANO, 1993) entre los correspondientes a nombres, así con una formula religiosa, como lo atestigua una inscripción árabe, en grafito cuya estructura ideológica, gramatical y estilo caligráfico de «mudāwwar wa-muwāqqar» (SAFADI, 1987) se corresponde con las encontradas en las celdas/mezquitas de Guardamar. Este estilo caligráfico es un estilo pio, y por lo tanto idófico de datar, pues trata de reproducir las cartas del Profeta, y se encuentra en los huesos con inscripciones, en las inscripciones de Guardamar y en dos conocidas de Arrecife. No creo ahora que deba ser usado como referente cronológico, y parece estar en uso, al menos, hasta los reinos de Taifas. Siendo esto así, no queda más remedio que pensar que otras cuevas, como son las de los Encantados (Mapa 1, 4), en Belchite (Zaragoza) (BARANDIARÁN, 1975) y la de los Casares (Riba de Saelices, Guadalajara; Mapa, 1,5), con abundantes cerámicas andalusíes en su interior (BARANDIARÁN, 1973), corresponden a la misma funcionalidad en época islámica.

La muşalla es, en principio, un sencillo oratorio al aire libre, hecho para atender a concentraciones de fieles que no caben en el espacio disponible en una mezquita de la localidad. Consta de un mihrab y de un muro de la quibla, carece de cubierta y de paredes laterales que la contengan. Suelen estar en campas, cerca de cementerios (TORRES, 1948b). Por ahora sólo dos he encontrado en España: la de Gormaz (Soria) (Mapa 1,3), hecha para los soldados y guarnición del castillo, perfectamente orientada según el canon omeya de Córdoba (Figs.12 y 13)

y realizada según una técnica de vaciado del muro que ya se realizaba en Russafa (Raqqa, Siria) (ULBERT, 1986).



**Figura 12 – a) Vista general de la excavación de la musalla de Gormaz en la cual se aprecia un nicho, parcialmente excavado; b) El nicho en una fase posterior de excavación, mostrando un posible muro de una hipotética cámara para encerrar la cátedra.**



**Figura 13 – a) El nicho en su fase final de excavación. A la derecha se aprecian dos toscas piedras, sensiblemente talladas a forma redondeada para formar el núcleo de un conjunto de basa-fuste y capitel de un posible arco en yeso; b) conjunto de seis ménsulas que sostienen, actualmente, el matabán en una torre mudéjar, y que son, obviamente, reutilizadas. Pudieron formar el apoyo de un tejazoz para proteger la terminación en yeso de los mahārib.**

Otro ejemplo posible, más tardío, puede quizás ser un nicho en el castillo de Fuen-girola (Málaga) (ROMÁN, 1986) (Mapa. 1, 13, Fig. 14a y b), aunque ello está sometido a que se hagan excavaciones y se compruebe.

Se ha hecho un extenso recorrido de norte a sur de estos oratorios y musallas, y por lo tanto estamos ante un índice, por así decir, que permite ampliaciones a uno y otro lado en estos elementos religiosos hasta ahora poco tratados, y que merecen un estudio más extenso al representar una parte de las sociología religiosa no sólo de los andalusíes, sino de sus sucesores de la conquista cristiana, posiblemente los mismos pero con otro vestuario religioso.



Figura 14 – a) Castillo de Fuengirola (Malaga); b) Posible restos de nicho de mihrab.

## BIBLIOGRAFÍA

- AZUAR RUÍZ, Rafael (Ed.) (1989), *La Rabita califal de Guardamar*, 215 p. Alicante.
- (Ed.) (2004), *Fouilles de la Rabita de Guardamar I. El Ribat califal. Excavaciones y Estudios (1984-1992)*, 298 p. Madrid, Casa de Velázquez.
- BARANDIARÁN MAESTU, Ignacio (1975), «Cueva de los Encantados (Belchite, Zaragoza)». *Noticiario Arqueológico Hispánico*, 16, pp. 11-49.
- BARANDIARÁN MAESTU, Ignacio & *alii* (1973), «La Cueva de los Casares (en Riba de Saelices, Guadalupe)». *Excavaciones Arqueológicas en España*, 76, 122 p. + 11 láms.
- BARCELO, Miquel (1986), *Les Aigües cercades: els qanat(s) d l'illa de Mallorca*, 145 p. Palma de Mallorca, Institut d'estudis balearics.
- BEJARANO ESCANILLA, Ingrid (1993), «La Cueva de la Camareta». *Antigüedad y cristianismo*, X, pp. 323-378.
- CABALLERO ZOREDA, Luis (1994), «El Arte Prerrománico. Visigodo (Escapa, E. (direc.))». *Historia del Arte en Castilla y León*, I, pp. 125-166. Junta de Castilla y León, Valladolid, Ámbito.
- (2001), «Aportación a la arquitectura altomedieval española. Definición de un grupo de iglesias castellanas, riojanas y vascas». V Congreso de Arqueología Medieval Española (Valladolid 1999), *V Congreso de Arqueología Medieval Española*, 1, pp. 221-233. Valladolid, AEAM Junta de Comunidades de Castilla-León.
- CABALLERO ZOREDA, Luis & UTRERO AGUDO, M.<sup>a</sup> Á. (2006), «Una aproximación a las técnicas constructivas de la alta Edad Media en la península ibérica. Entre visigodos y omeyas». «Técnicas constructivas en la Edad Media europea», *Arqueología de la Arquitectura*, 4, pp. 169-192.
- CARMONA ÁVILA, Rafael (2012), «Ascetas, devotos y misticismo islámico: nuevas perspectivas sobre la ocupación de cuevas naturales en Baguh (Priego de Córdoba)». *ANTIQUITAS*, 24, pp. 223-264.
- CANO MONTORO, Encarnación (2008), *La ocupación de cuevas naturales durante la Edad Media andalusí en el entorno de Madīnat Bāgh (Priego de Córdoba)*, 350 p. Granada – Salamanca, al-Huila-Kadmos.
- CORAN, Le ((1972), \_\_\_\_\_ – *Traduction française et commentaire... par le Cheikh Si Boubakeur Hamza*, 2 tomos. Paris, Fayard/Denoël.
- FRANCO SÁNCHEZ, Francisco (2004), *La rabita en el islam: estudios interdisciplinares. Congressos Internacionals de Sant Carles de la Ràpita (1989, a1997). Edición de las actas a cargo de Francisco Franco Sánchez; dirección científica de los congresos a cargo de Mikel de Epalza*, 377 p. San Carlos de la Ràpita – Alicante, Ajuntament de Sant Carles de la Ràpita-Alicante.
- (2010), «El ġihād y su sustituto el ribāt en el Islam tradicional: Evolución desde un espíritu militarista y colectivo hacia una espiritualidad interior e individual. A Idáde Média e as Cruzadas» (BLASCO VALLÉS, Almudena & COSTA, Ricardo, Eds), *Mirabilia*, 10, pp. 24-44.
- GAYA NUÑO, Juan (1935), «Restos de construcciones musulmanas en Mezquetillas y Fuentearmegil». *Al-Andalus*, 3, pp. 151-155.
- GOMES VARELA ROSA & GOMES VARELA, Mario (2006), «O ribat de Arrifana (Aljezur, Algarve): resultados das escavações arqueológicas no Sector 3 (2003/2004)». *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 9, pp. 329-352.
- (2011), «O Ribat da Arrifana, no contexto espiritual e político entre o Gharb e o Maghreb». *Portugal e o Maghreb. Actas do 4.º Colóquio de história luso-marroquina. Actes du IV Colloque d'Histoire Luso-Marroquine*, pp. 17-37. Lisboa-Braga, Centro de História de Além-Mar e Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória.
- (2015), «O Ribat da Arrifana – Dos textos ao contexto». *D'aquém, d'além e d'ultram. Homenagem a António Dias Farinha*, I, pp. 617-632. Lisboa, Universidade Nova de Lisboa.
- CONZÁLEZ BLANCO, Antonino & *Alí* (1983), «La cueva de la Camareta, refugio ibérico, eremitorio cristiano y rincón misterioso para árabes y foráneos hasta el día de hoy. Sus graffiti». *XVI Congreso Nacional de Arqueología (Murcia-Cartagena, 1982)*, pp. 1023-1033. Zaragoza, Universidad de Zaragoza.
- GONZÁLEZ BLANCO, Antonino, LILLO CARPIO, L. & SELVA INIESTA, A. (1984), «La Cueva de la Camareta (Agramón, Albacete), eremitorio cristiano», *Congreso*

de *Historia de Albacete*, vol. I, pp. 331-340. Albacete, Instituto de Estudios Albacetenses de la Excm.<sup>a</sup> Diputación. CSIC.

GUICHARD, Pierre (1974), *Al-Andalus. Estructura antropológica de una sociedad islámica en Occidente*, 616 p. Barcelona, Barral.

HAVA, J. G. (1951), *Arabic-English Dictionary*, 915 p. Beirut, Catholic Press.

HERVÁS ROLDÁN, Miguel Ángel & RETUERCE VELASCO, Manuel (2010), «Calatrava la Vieja. Capital islámica de la Región». *Actas de El Patrimonio en* (Luis Benitez de Lugo, Ed.).

LORRIO, Alberto J. & SÁNCHEZ DE PRADO, M.<sup>a</sup> Dolores (2007), «El Molón (Camporrobles, Valencia). Un asentamiento medieval en la comarca de Utiel-Requena». *Actas de la reunión de Castillos valencianos (Onda)*, *Boletín de Arqueología Medieval*, 13, pp. 69-87.

MUT CALAFELL, Antoni & ROSSELLÓ BORDOY, Guillermo (1993), *La remembrança de Nunyo Sanç: una relació de les seves propietats a la muralla de Mallorca*, 227 p. Palma de Mallorca. Conselleria de Cultura, Educació i Esports.

PAREJA, Felix (1952-1954), *Islamología, en colaboración con el Dr. Alessandro Baussani, ... el Dr. Ludwig von Hertling ... con un apéndice sobre literatura árabe-española por el Dr. Elías Terés Sádaba*, 2 tomos, 1104 p. Madrid, Razón y Fe.

ROMAN RIECHMAN, Carmen (1986), «Aproximación histórico-arqueológica al castillo de Fuengirola». *Actas del I Congreso de Arqueología Medieval Española. Huesca, 17, 18, 19 de abril 1985*, 3, pp. 405-426. Zaragoza, Diputación General de Aragón.

SAFADI, Yassin (1978), *Islamic Calligraphy*, 144 p. Londres, Thames & Hudson.

TORRES BALBÁS, Leopoldo (1948a), «Rabitas hispanomusulmanas». *Al-Andalus*, 13, pp. 475-491.

— (1948b), «Musalla y Sari`a en las ciudades hispanomusulmanas». *Al-Andalus*, 10, pp. 387-391. ULBERT, Thilo (Ed.) (1986), *Forschungen in Resafa-Sergiupolis*, 254 p. Berlín, De Gruyter.

ZOZAYA STABEL-HANSEN, Juan (2005), «Fortalezas de transición: observaciones al respecto». *II Congreso de Castillología Ibérica. Alcalá de la Selva (Teruel) 8-11 de noviembre de 2001*, pp. 399-418. Madrid.

— (2008), «Los candiles de piqueta». *Tierras del Olivo. El olivo en la Historia*, pp. 125-135. Granada, Legado Andalusi.

— (2010), «Candiles metálicos andalusíes». *Boletín de Arqueología Medieval*, 14, pp. 197-258.

— (2011), «Mujeres y frontera: algunos casos de la ocupación islámica». «*Mujeres y Fronteras. Homenaje a Cristina Segura Graiño. Francisco Toro Ceballos & José Rodríguez Molina, Coords.*», *Congreso celebrado en Alcalá la Real, 19 y 20 de noviembre de 2011*». *Estudios de Frontera*, 8, pp. 507-516.

## AGRADECIMIENTOS

El autor desea agradecer a las siguientes personas por su ayuda y colaboración en el presente trabajo: Dr. D. Luis Caballero Zoreda por ponerme al día de la bibliografía alto medieval del entorno de San Juan de Barbadillo del Mercado, Dr. D. Carlos de la Casa Martínez, por facilitar documentación de la iglesia de San Andrés, en Fuentearmegil (Soria), D. Jorge Juan Cerro de Lara, de Torre de Juan Abad, que facilitó el desmontaje de la inscripción árabe que aquí se menciona y la documentación de la ermita de la Virgen de la Vega, Doña María Antonia Martínez Núñez, por facilitar primeros datos, provisionales, sobre la cronología de la citada inscripción, a D. Manuel Melero por la fotografía del interior de la Ermita de los Mártires (Calatrava la Vieja, Ciudad Real), Dr. D. Manuel Retuerce Velasco por la fotografía del arco de la Ermita de la Encarnación en Calatrava la Vieja y datos sobre su excavación y D. Pedro Ripoll por la ayuda en el levantamiento de datos para el plano de la Ermita de La Vega (Torre de Juan Abad) y los datos sobre las mezquitas de Calatrava la Vieja, a Karin Taylhardat por la foto de Arrifana y por ayudar a desentrañar problemas de apertura de archivos. Sin su ayuda este artículo no habría sido posible.